JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires 4
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 5
Prefeitura Municipal de Alto Garças 7
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 30
Prefeitura Municipal de Apiacás 31
Prefeitura Municipal de Araguaiana 32
Prefeitura Municipal de Araguainha 32
Prefeitura Municipal de Araputanga 34
Prefeitura Municipal de Aripuanã 34
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 35
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 41
Prefeitura Municipal de Campinápolis 43
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 44
Prefeitura Municipal de Campo Verde 46
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 48
Prefeitura Municipal de Canarana 48
Prefeitura Municipal de Carlinda 50
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 52
Prefeitura Municipal de Cláudia 53
Prefeitura Municipal de Colíder 53
Prefeitura Municipal de Confresa 71
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 74
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 75
Prefeitura Municipal de Cuiabá 75
Prefeitura Municipal de Curvelândia 75
Prefeitura Municipal de Cáceres 76
Prefeitura Municipal de Denise 86
Prefeitura Municipal de Diamantino 86
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 87
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 89
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 89
Prefeitura Municipal de Guiratinga 89
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 90
Prefeitura Municipal de Itanhangá 90
Prefeitura Municipal de Itiquira 90
Prefeitura Municipal de Jaciara 93
Prefeitura Municipal de Jangada 93
Prefeitura Municipal de Juara 93
Prefeitura Municipal de Juruena 96
Prefeitura Municipal de Juscimeira 97
Prefeitura Municipal de Luciara 97
Prefeitura Municipal de Matupá 99
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 100
Prefeitura Municipal de Nortelândia 100
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 102
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 103
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 104
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 104
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 104
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 111
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 111

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 117
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 118
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 118
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 118
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 119
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 119
Prefeitura Municipal de Paranatinga 119
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 120
Prefeitura Municipal de Poconé 123
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 123
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 123
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 125
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 125
Prefeitura Municipal de Querência 129
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 129
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 134
Prefeitura Municipal de Rio Branco 135
Prefeitura Municipal de Rondolândia 135
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 145
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 190
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 191
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 192
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 193
Prefeitura Municipal de Sapezal 270
Prefeitura Municipal de Sinop 271
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 284
Prefeitura Municipal de São José do Povo 284
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 285
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 286
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 289
Prefeitura Municipal de Tabaporã 289
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 289
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 293
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 296
Prefeitura Municipal de Vila Rica 297
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 298
Prefeitura Municipal de Água Boa 301

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

2ª ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE ANÁLISE DOS ENVELOPES Nº 01 E 03

2ª ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE ANÁLISE DOS ENVELOPES Nº 01 E 03

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2015 TOMADA DE PREÇOS: 001/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA ELABORAR, DESENVOLVER E TRABALHAR NA DIVULGAÇÃO DOS MATERIAIS DE INTERESSE DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS.

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 13h30-min, na sede da Associação Mato-grossense dos Municípios, a Comissão Especial de Licitação, nomeada por meio da Portaria nº 059/2015 reuniu-se para deliberar a respeito das manifestações apontadas pelas empresas participantes do Processo de Licitação nº 021/2015, na modalidade Tomada de Preços nº 001/2015. Inicialmente a Comissão de Licitação entendeu por não acolher o argumento da empresa Casa D'Ideias Marketing e Propaganda Limitada, no tocante ao envelope não identificado de duas empresas que lacraram seus envelopes no ato da entrega, tendo em vista ser este um fato irrelevante e não trazer prejuízos para as partes. Em relação a manifestação da mesma empresa a respeito do item 6.2, IV 'a' do edital o qual menciona que os gráficos dos envelopes não identificados devem ser na cor cinza, a Comissão de Licitação, acolheu o argumento, posto que o edital é claro ao exigir tal determinação, tendo em vista o princípio administrativo de que o ato convocatório é lei entre as partes, deste modo a empresa foi desclassificada. A Comissão Especial de Licitação, sob a alegação da empresa Casa D'Ideias onde menciona que um dos cadernos não identificados estava sem a capa na cor preta e ainda de que havia outro caderno apresentado em outra cor, a Comissão evidenciou que de fato um dos cadernos estava sem capa, contrariando uma das recomendações publicadas no Portal Transparência no site da AMM no dia 08 de outubro de 2015. Outro ponto questionado pela empresa Casa D'Ideias é de que a mesma empresa que apresentou o caderno sem capa também juntou folhas soltas, contrariando o item 6.2 do edital. A Comissão de Licitação, verificou pela análise dos cadernos, que não há nenhum caderno com capa de outra cor, mas sim, 03 (três) cadernos na cor preta e 01 (um) caderno sem capa e dois cadernos com folhas soltas, em desconformidade com o edital. Deste modo as duas empresas que apresentaram folhas soltas junto ao caderno não identificado foram desclassificadas. Ainda, a Comissão Especial de Licitação, acolheu a manifestação da empresa Company Comunicação Ltda – ME, que alegou que uma empresa apresentou proposta não identificada com a numeração que possibilita sua identificação quando comparada com o envelope nº 3, transformando-se em um identificador, sendo declarada desclassificada pela Comissão de Licitação por estar em desacordo com o edital não atendendo o item 3.2.1.1. Deste modo, diante das manifestações acima apresentadas e das evidências constatadas pela Comissão Especial de Licitação, esta Comissão de Licitação por unanimidade acolheu os argumentos apontados pelas empresas participantes, declarando todas as empresas desclassificadas, por não atenderem as exigências do edital, ficando desde logo aberto prazo para recursos nos termos do artigo 109 da Lei 8.666/93. Nada mais tendo a tratar, segue assinada.

Maria Haydee Moreira Corsino Dorileo

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ana Paula Batista de Oliveira José Antonio Pinheiro da Silva

Membro da CEL Secretário suplente em exercí

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 010/2015

Objeto: *Pregão Presencial com Registro de Preços para a contratação de pessoa jurídica especializada em solução integrada de locação, fornecimento, reposição, desinfecção, higienização e esterilização de alta complexidade do enxoval cirúrgico e hospitalar para a Central de Processamento de Roupa Hospitalar - CPRH, com gerenciamento e operacionalização da atividade, na modalidade intra hospitalar, incluindo instalação das máquinas e equipamentos, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco, 2009, a RDC nº 06, de 30 de janeiro de 2012, a RDC nº 15, de 15 de março de 2012, todos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais normas do Ministério da Saúde e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, para atender a demanda dos HospitaisRegionais de Sorriso e Sinop – MT.*

Dia: 04 de novembro de 2015 ou no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, na hipótese de não haver expediente nesta data.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 07:00hs até as 08:00hs, do dia 04 de novembro de 2015.

Abertura do envelope Nº 01: Às 08:00 horas, do dia 04 de novembro de 2015, no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.consorciosaudevaledotelespires.com.br.

Fundamento Legal: Regida pela Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 11.107 de 06 abril de 2005, subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Sorriso-MT, 14 de outubro de 2015.

IONE CARVALHO

Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2015

Objeto: Pregão Presencial com Registro de Preços para a contratação de pessoa jurídica para a instalação e manutenção dos equipamentos e execução de prestação de serviços especializados em exames de diagnóstico de imagem, colonoscopia e endoscopia para atender a demanda do Hospital Regional de Sorriso.

Dia:04 de Novembro de 2015.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:30hs até as 14:00hs, do dia 04 de Novembro de 2015.

Abertura do envelope Nº 01: Às 14:00 horas, do dia 04 de Novembro de 2015, no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.consorciosaudevaledotelespires.com.br.

Fundamento Legal: Regida pela Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 11.107 de 06 abril de 2005, subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Sorriso-MT, 14 de outubro de 2015.

IONE CARVALHO

Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2015

Objeto: Pregão Presencial com Registro de Preços para a contratação de pessoa jurídica para a instalação e manutenção dos equipamentos e exe-

cução de prestação de serviços especializados em exames de diagnóstico de imagem, colonoscopia e endoscopia para atender a demanda do Hospital Regional de Sinop.

Dia:09 de Novembro de 2015.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:30hs até as 14:00hs, do dia 09 de Novembro de 2015.

Abertura do envelope Nº 01: Às 14:00 horas, do dia 09 de Novembro de 2015, no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.consorciosaudevaledotelespires.com.br.

Fundamento Legal: Regida pela Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 11.107 de 06 abril de 2005, subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Sorriso-MT, 14 de outubro de 2015.

IONE CARVALHO

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 006/2013, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E O SR JOÃO MARINHO DA SILVA.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº. 975 – Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES**, brasileiro, Casado, Funcionário Público, residente e domiciliado na Rua da Agricultura, n° 345, Setor Bandeirantes, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 1500054, expedida pela SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 280.901.871-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. **JOÃO MARINHO DA SILVA,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº 855.609 emitida pela SSP-DF e inscrita no CPF sob o nº 188.555.041-34, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 006/2013, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 12(doze) meses, devido o imóvel estar em boas condições e atender todas as necessidades da administração, oqual será utilizado exclusivamente para o funcionamento do **CREAS**, não podendo ser mudada a sua destinação sem o expresso consentimento da contratante.

1.2 - O presente aditivo tem por objeto adicionar o valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) sobre o Contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quarta do Contrato nº 006/2013. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois o imóvel oferecido pelo CONTRATADO é de primeira necessidade, e atende a contento as necessidades da CONTRATANTE e o aditivo de valor estar de acordo com o praticado no mercado. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 12 (doze) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – O valor global deste aditivo é de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) que será adicionado ao valor do contrato original, as parcelas que eram no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) mensais deverão ser pagas em 12 (doze) parcelas no valor de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 30 de Dezembro de 2014.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**JOÃO MARINHO DA SILVA** **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

Nome: R.G. n° C.P.F. n°	Nome: R.G. n° C.P.F. n°

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 001/2013, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E O SR MACRENIO LOURENÇO BORGES

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº. 975 – Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES**, brasileiro, Casado, Funcionário Público, residente e domiciliado na Rua da Agricultura, n° 345, Setor Bandeirantes, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 1500054, expedida pela SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 280.901.871-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. **MACRENIO LOURENÇO BORGES,** Pessoa Física, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 126.664, emitida pela SSP-GO e inscrita no CPF sob o nº 091.296.181-34, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 001/2013, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 12(doze) meses, devido o imóvel estar em boas condições e atender todas as necessidades da administração, oqual será utilizado exclusivamente para o funcionamento da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SALAS DE AULA E PROJETO APLAUSO**, não podendo ser mudada a sua destinação sem o expresso consentimento da contratante.

1.2 – A prorrogação do referido Contrato se dará sem a aplicação de reajuste do valor contratual original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quarta do Contrato nº 001/2013. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois o imóvel oferecido pelo CONTRATADO é de primeira necessidade, e atende a contento as necessidades da CONTRATANTE. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 12 (doze) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – O valor global deste aditivo é de R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), devendo ser pagas em 12(doze) parcelas de R$ 1.100,00 (mil e cem reais).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 30 de Dezembro de 2014.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**MACRENIO LOURENÇO BORGES** **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

Nome: R.G. n° C.P.F. n°	Nome: R.G. n° C.P.F. n°

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 003/2013, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E A SRA LIZETE ELOISA DIL.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº. 975 – Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES**, brasileiro, Casado, Funcionário Público, residente e domiciliado na Rua da Agricultura, n° 345, Setor Bandeirantes, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 1500054, expedida pela SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 280.901.871-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. **LIZETE ELOISA DIL,** Pessoa Física, brasileira, solteira, residente e domiciliado nesta cidade, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº 916.241 emitida pela SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº 581.984.311-87, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 003/2013, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 12(doze) meses, devido o imóvel estar em boas condições e atender todas as necessidades da administração, oqual será utilizado exclusivamente para o funcionamento do **CENTRO DE REABILITAÇÃO**, não podendo ser mudada a sua destinação sem o expresso consentimento da contratante.

1.2 – A prorrogação do referido Contrato se dará sem a aplicação de reajuste do valor contratual original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quarta do Contrato nº 003/2013. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois o imóvel oferecido pelo CONTRATADO é de primeira necessidade, e atende a contento as necessidades da CONTRATANTE. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 12 (doze) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – O valor global deste aditivo é de R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), devendo ser pagas em 12(doze) parcelas de R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 30 de Dezembro de 2014.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**LIZETE ELOISA DIL** **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

Nome: R.G. n° C.P.F. n°	Nome: R.G. n° C.P.F. n°

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 007/2013, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E O SR JOÃO MARINHO DA SILVA.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº. 975 – Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES**, brasileiro, Casado, Funcionário Público, residente e domiciliado na Rua da Agricultura, n° 345, Setor Bandeirantes, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 1500054, expedida pela SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 280.901.871-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. **JOÃO MARINHO DA SILVA,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº 855.609 emitida pela SSP-DF e inscrita no CPF sob o nº 188.555.041-34, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 007/2013, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 12(doze) meses, devido o imóvel estar em boas condições e atender todas as necessidades da administração, oqual será utilizado exclusivamente para o funcionamento do **TELECENTRO**, não podendo ser mudada a sua destinação sem o expresso consentimento da contratante.

1.2 - O presente aditivo tem por objeto adicionar o valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) sobre o Contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quarta do Contrato nº 007/2013. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois o imóvel oferecido pelo CONTRATADO é de primeira

necessidade, e atende a contento as necessidades da CONTRATANTE e o aditivo de valor estar de acordo com o praticado no mercado. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 12 (doze) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – O valor global deste aditivo é de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) que será adicionado ao valor do contrato original, as parcelas que eram no valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais deverão ser pagas em 12 (doze) parcelas no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 30 de Dezembro de 2014.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**JOÃO MARINHO DA SILVA** **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

Nome: R.G. n° C.P.F. n°	Nome: R.G. n° C.P.F. n°

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 002/2013, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E O SR CLEUSON LOPES DE BRITO

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Moisés Dorneles Montiel nº. 975 – Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.465.143/0001-89, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES**, brasileiro, Casado, Funcionário Público, residente e domiciliado na Rua da Agricultura, n° 345, Setor Bandeirantes, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 1500054, expedida pela SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 280.901.871-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. **CLEUSON LOPES DE BRITO,** brasileiro, casado, pedreiro, residente e domiciliado na Avenida Planalto, nesta cidade, portador do CPF sob o n° 695.755.331-00 e do RG sob o n° 1305065-6 SSP/MT, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato N° 002/2013, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objetivo, a extensão do prazo do contrato por mais 12(doze) meses, devido o imóvel estar em boas condições e atender todas as necessidades da administração, oqual será utilizado exclusivamente para o funcionamento do DETRAM, Setor de Identificação, Posto Eleitoral e a Junta Militar da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista-MT, não podendo ser mudada a sua destinação sem o expresso consentimento da contratante.

1.2 – A prorrogação do referido Contrato se dará sem a aplicação de reajuste do valor contratual original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL 2.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quarta do Contrato nº 002/2013. 2.1.1 – A prorrogação promovida por este Termo se deve ao seguinte fator: 2.1.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo devido que com o advento da prorrogação a vantagem será da população, pois o imóvel oferecido pelo CONTRATADO é de primeira necessidade, e atende a contento as necessidades da CONTRATANTE. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O presente Termo Aditivo tem por finalidade a implementação de 12 (doze) meses no prazo final do referido contrato, com vigência de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – O valor global deste aditivo é de R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), devendo ser pagas em 12 (doze) parcelas de R$ 800,00 (oitocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 5.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Alto Boa Vista - MT, 30 de Dezembro de 2014.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**CLEUSON LOPES DE BRITO** **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

Nome: R.G. n° C.P.F. n°	Nome: R.G. n° C.P.F. n°

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 009/2015/CMDCA/AG

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR, JUNTAMENTE COM A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MARCELLA STEFÂNIA SOUZA SPERANDIO E MARCOS DA SILVA BEZERRA FILHO PRESIDENTE DA Comissão Especial do Processo de Escolha em data unificada para Candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar 001/2015

No exercício de suas atribuições legais no que conferem os Artigos 139 da Lei Federal 8.069/90 de 13 de junho de 1990 a Resolução 139 de 17 de Março de 2010 do CONANDA e a Lei Municipal 320/1992 e suas alterações pela Lei Municipal 912/2012 do CMDCA/AG e Portaria nº 044/2015 de 19 de fevereiro de 2015 **APÓS NÃO REGISTRAR NENHUMA OCORRÊNCIA REFERENTE AO PROCESSO ELEITORAL DO DIA 04 DE OUTUBRO DO ANO EM CURSO, HOMOLOGA O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR 001/2015** os candidatos **TITULARES** e **SUPLENTES** eleitos no Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal 320/1992 e suas alterações pela Lei Municipal 912/2012 e lei federal nº 12.696/2012 que unifica em todo território nacional as eleições para conselheiros tutelares, o qual será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua

perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Alto Garças-MT. A lista dos eleitos segue anexa.

ALTO GARÇAS-MT, 14 DE OUTUBRO DE 2015

Marcos da Silva Bezerra FilhoMarcella Stefânia Souza Sperandio Cezalpino Mendes Teixeira Júnior Presidente da Comissão Especial do Processo Presidente do CMDCA Prefeito Municipal

de Escolha em Data Unificada

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ARTIGO 139 DO ECA E LEI MUNICIPAL 320 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1992

PORTARIA N° 044, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS TITULARES E SUPLENTES ELEITOS NO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO A CANDIDATO A CONSELHEIRO TUTELAR EM ALTO GARÇAS ESTADO DE MATO GROSSO – 2015.

COLACAÇÃO	NOMES	TOTAL DE VOTOS
1º LUGAR- TITULAR	ROSILENY MORAES ROCHA	274 - VOTOS VÁLIDOS
2º LUGAR - TITULAR	DELMA PEREIRA DE CARVALHO SILVEIRA	240 - VOTOS VÁLIDOS
3º LUGAR- TITULAR	MARIA DOLORES BAUDUINO DA SILVA	205 - VOTOS VÁLIDOS
4º LUGAR- TITULAR	SANDRA RIBEIRO MUSQUIM DE OLIVEIRA	146 - VOTOS VÁLIDOS
5º LUGAR- TITULAR	LUCENIR MACHADO FREITAS BARBOSA	96 - VOTOS VÁLIDOS
1º SUPLENTE	MARIVÂNIA CRUZ	78 VOTOS VÁLIDOS
2º SUPLENTE	ALEXANDRA ALVES DE MORAES	71 VOTOS VÁLIDOS
3º SUPLENTE	VALÉRIA CRISTINA VIEIRA DE CARVALHO	59 VOTOS VÁLIDOS
4º SUPLENTE	ADELITA RINALDI BOSSA	32 VOTOS VÁLIDOS

ALTO GARÇAS-MT, 14 DE OUTUBRO DE 2015

Marcos da Silva Bezerra Filho

Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em data unificada para

Candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar 001/2015

Úglia Márcia Bispo Lotti

Comissão Especial

Ivone Hofer

Comissão Especial

Sebastião da Silva Barros Neto

Comissão Especial

Marcella Stefânia Souza Sperandio **Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Cezalpino Mendes Teixeira Júnior

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
ANEXO RREO 2º BIMESTRE 2015

Município de Alto Garças - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**29.414.490,05**	**29.414.490,05**	**4.810.834,51**	**16,36**	**9.405.267,56**	**31,97**	**20.009.222,49**
RECEITAS CORRENTES	**27.331.476,06**	**27.331.476,06**	**4.810.834,51**	**17,60**	**9.405.267,56**	**34,41**	**17.926.208,50**
RECEITA TRIBUTARIA	2.522.920,76	2.522.920,76	474.994,39	18,83	765.165,83	30,33	1.757.754,93
IMPOSTOS	2.298.713,98	2.298.713,98	366.833,66	15,96	568.939,82	24,75	1.729.774,16
TAXAS	224.206,78	224.206,78	108.160,73	48,24	196.226,01	87,52	27.980,77
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	600.000,00	600.000,00	91.293,29	15,22	180.558,39	30,09	419.441,61
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	600.000,00	600.000,00	91.293,29	15,22	180.558,39	30,09	419.441,61
RECEITA PATRIMONIAL	115.771,09	115.771,09	69.131,53	59,71	119.092,18	102,87	-3.321,09
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	115.771,09	115.771,09	69.131,53	59,71	119.092,18	102,87	-3.321,09
RECEITA DE SERVIÇOS	1.044.100,00	1.044.100,00	163.400,99	15,65	314.490,62	30,12	729.609,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.931.009,54	21.931.009,54	3.880.369,30	17,69	7.782.888,74	35,49	14.148.120,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	21.547.377,27	21.547.377,27	3.794.464,26	17,61	7.611.244,32	35,32	13.936.132,95
TRANSF. DE CONV.	383.632,27	383.632,27	85.905,04	22,39	171.644,42	44,74	211.987,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.117.674,67	1.117.674,67	131.645,01	11,78	243.071,80	21,75	874.602,87
MULTAS E JUROS DE MORA	111.179,78	111.179,78	42.540,95	38,26	73.445,50	66,06	37.734,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	1.345,39	1,35	1.820,24	1,82	98.179,76
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	591.462,71	591.462,71	87.758,67	14,84	154.540,64	26,13	436.922,07
RECEITAS DIVERSAS	315.032,18	315.032,18	0,00	0,00	13.265,42	4,21	301.766,76
RECEITAS DE CAPITAL	**2.083.013,99**	**2.083.013,99**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.083.013,99**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.083.013,99	2.083.013,99	0,00	0,00	0,00	0,00	2.083.013,99
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.083.013,99	2.083.013,99	0,00	0,00	0,00	0,00	2.083.013,99
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**29.414.490,05**	**29.414.490,05**	**4.810.834,51**	**16,36**	**9.405.267,56**	**31,97**	**20.009.222,49**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**29.414.490,05**	**29.414.490,05**	**4.810.834,51**	**16,36**	**9.405.267,56**	**31,97**	**20.009.222,49**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	29.414.490,05	29.414.490,05	4.810.834,51	16,36	9.405.267,56	31,97	20.009.222,49
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**28.208.865,32**	**28.208.865,32**	**4.086.344,40**	**10.415.438,43**	**17.793.426,89**	**3.817.369,59**	**7.161.110,70**	**21.047.754,62**	**6.785.857,64**
DESPESAS CORRENTES	**19.840.020,44**	**20.683.071,84**	**3.910.386,40**	**9.056.282,29**	**11.626.789,55**	**3.593.323,99**	**6.773.853,20**	**13.909.218,64**	**6.401.916,64**
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	8.200.875,16	8.868.955,66	2.126.732,81	4.210.670,79	4.658.284,87	2.126.732,81	4.210.670,79	4.658.284,87	4.039.287,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.639.145,28	11.814.116,18	1.783.653,59	4.845.611,50	6.968.504,68	1.466.591,18	2.563.182,41	9.250.933,77	2.362.629,24
DESPESAS DE CAPITAL	**8.200.640,50**	**7.446.545,72**	**175.958,00**	**1.359.156,14**	**6.087.389,58**	**224.045,60**	**387.257,50**	**7.059.288,22**	**383.941,00**
INVESTIMENTOS	7.300.640,50	6.636.545,72	175.958,00	789.156,14	5.847.389,58	72.086,34	83.598,84	6.552.946,88	80.282,34
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	900.000,00	810.000,00	0,00	570.000,00	240.000,00	151.959,26	303.658,66	506.341,34	303.658,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**168.204,38**	**79.247,76**	**0,00**	**0,00**	**79.247,76**	**0,00**	**0,00**	**79.247,76**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	168.204,38	79.247,76	0,00	0,00	79.247,76	0,00	0,00	79.247,76	0,00
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—		—	—		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**28.208.865,32**	**28.208.865,32**	**4.086.344,40**	**10.415.438,43**	**17.793.426,89**	**3.817.369,59**	**7.161.110,70**	**21.047.754,62**	**6.785.857,64**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Alto Garças - MT

Continuação 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**28.208.865,32**	**28.208.865,32**	**4.086.344,40**	**10.415.438,43**	**17.793.426,89**	**3.817.369,59**	**7.161.110,70**	**21.047.754,62**	**6.785.857,64**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.244.156,86	—	9.405.267,56
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	28.208.865,32	28.208.865,32	4.086.344,40	10.415.438,43	—	3.817.369,59	9.405.267,56	—	16.191.125,20

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.208.865,32	28.208.865,32	4.086.344,40	10.415.438,43	100,00	17.793.426,89	3.817.369,59	7.161.110,70	100,00	21.047.754,62
Administração	5.252.139,02	5.550.045,29	1.246.094,62	2.935.705,21	28,19	2.614.340,08	1.047.947,80	2.013.006,48	28,11	3.537.038,81
Administração Geral	2.782.843,40	2.845.171,19	450.605,95	1.205.475,18	11,57	1.639.696,01	431.551,09	833.554,76	11,64	2.011.616,43
Administração Financeira	54.000,00	54.000,00	2.157,00	2.157,00	0,02	51.843,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
Administração de Receitas	812.500,00	882.500,00	137.102,81	462.441,64	4,44	420.058,36	176.283,38	331.844,04	4,63	550.655,96
Infra-Estrutura Urbana	1.255.795,62	1.441.374,10	626.624,96	1.202.683,27	11,55	238.690,83	414.937,43	802.359,56	11,20	639.014,54
Serviços Urbanos	342.000,00	322.000,00	29.603,90	62.948,12	0,60	259.051,88	25.175,90	45.248,12	0,63	276.751,88
Turismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Segurança Pública	0,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	0,52	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
Policiamento	0,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	0,52	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
Assistência Social	1.344.943,40	1.169.091,07	291.439,85	512.797,64	4,92	656.293,43	187.534,47	323.566,41	4,52	845.524,66
Administração Geral	213.000,00	180.600,00	41.251,06	83.530,79	0,80	97.069,21	41.251,06	83.530,79	1,17	97.069,21
Assistência ao Idoso	96.500,00	102.300,00	3.270,00	61.472,00	0,59	40.828,00	13.950,00	20.102,00	0,28	82.198,00
Assistência ao Portador de Deficiência	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	342.800,00	358.724,49	140.573,74	176.580,74	1,70	182.143,75	59.932,84	89.622,47	1,25	269.102,02
Assistência Comunitária	692.043,40	526.866,58	106.345,05	191.214,11	1,84	335.652,47	72.400,57	130.311,15	1,82	396.555,43
Saúde	5.014.534,00	6.145.225,54	1.268.740,32	2.655.600,70	25,50	3.489.624,84	1.062.094,34	1.974.435,27	27,57	4.170.790,27
Administração Geral	124.000,00	124.000,00	0,00	17.451,06	0,17	106.548,94	6.542,48	12.430,37	0,17	111.569,63
Assistência Comunitária	0,00	477.562,49	0,00	0,00	0,00	477.562,49	0,00	0,00	0,00	477.562,49
Atenção Básica	3.792.000,00	4.263.429,05	1.113.103,62	2.205.061,40	21,17	2.058.367,65	895.981,62	1.732.679,49	24,20	2.530.749,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	684.434,00	866.134,00	155.636,70	431.513,26	4,14	434.620,74	159.258,14	227.806,43	3,18	638.327,57
Suporte Profilático e Terapêutico	147.000,00	147.000,00	0,00	1.574,98	0,02	145.425,02	312,10	1.518,98	0,02	145.481,02
Vigilância Sanitária	23.100,00	23.100,00	0,00	0,00	0,00	23.100,00	0,00	0,00	0,00	23.100,00
Vigilância Epidemiológica	244.000,00	244.000,00	0,00	0,00	0,00	244.000,00	0,00	0,00	0,00	244.000,00
Trabalho	296.644,90	206.644,90	0,00	150.000,00	1,44	56.644,90	34.760,95	79.876,02	1,12	126.768,88
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	296.644,90	206.644,90	0,00	150.000,00	1,44	56.644,90	34.760,95	79.876,02	1,12	126.768,88
Educação	9.236.307,40	8.510.143,35	1.038.783,61	2.081.147,82	19,98	6.428.995,53	935.334,04	1.732.471,26	24,19	6.777.672,09
Administração Geral	376.900,00	366.900,00	39.149,72	94.250,18	0,90	272.649,82	22.440,58	35.954,56	0,50	330.945,44
Alimentação e Nutrição	205.036,79	205.036,79	43.524,21	95.582,56	0,92	109.454,23	55.242,43	79.342,24	1,11	125.694,55
Ensino Fundamental	4.672.665,83	4.189.256,70	512.148,21	1.021.503,27	9,81	3.167.753,43	461.891,24	923.545,78	12,90	3.265.710,92
Ensino Médio	443,70	443,70	0,00	0,00	0,00	443,70	0,00	0,00	0,00	443,70
Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	90.000,00	90.000,00	0,86	30.000,00	9.000,00	9.000,00	0,13	111.000,00
Educação Infantil	3.861.261,08	3.628.506,16	353.961,47	779.811,81	7,49	2.848.694,35	386.759,79	684.628,68	9,56	2.943.877,48
Cultura	385.300,00	448.580,00	1.214,43	368.207,18	3,54	80.372,82	157.641,76	351.353,76	4,91	97.226,24
Difusão Cultural	385.300,00	448.580,00	1.214,43	368.207,18	3,54	80.372,82	157.641,76	351.353,76	4,91	97.226,24

Continua 1/2

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.208.865,32	28.208.865,32	4.086.344,40	10.415.438,43	100,00	17.793.426,89	3.817.369,59	7.161.110,70	100,00	21.047.754,62
Urbanismo	2.611.600,00	2.574.645,42	0,00	495.188,14	4,75	2.079.457,28	0,00	0,00	0,00	2.574.645,42
Infra-Estrutura Urbana	2.611.600,00	2.574.645,42	0,00	495.188,14	4,75	2.079.457,28	0,00	0,00	0,00	2.574.645,42
Saneamento	1.564.100,00	1.303.510,00	170.646,57	378.066,74	3,63	925.443,26	151.861,13	237.407,99	3,32	1.066.102,01
Administração Geral	599.100,00	802.993,00	170.646,57	378.066,74	3,63	424.926,26	151.861,13	237.407,99	3,32	565.585,01
Serviços Urbanos	290.000,00	224.000,00	0,00	0,00	0,00	224.000,00	0,00	0,00	0,00	224.000,00
Saneamento Básico Urbano	675.000,00	276.517,00	0,00	0,00	0,00	276.517,00	0,00	0,00	0,00	276.517,00
Agricultura	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Extensão Rural	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
Energia	405.360,85	377.360,85	0,00	150.000,00	1,44	227.360,85	66.720,75	119.841,34	1,67	257.519,51
Energia Elétrica	405.360,85	377.360,85	0,00	150.000,00	1,44	227.360,85	66.720,75	119.841,34	1,67	257.519,51
Transporte	937.031,37	899.743,38	0,00	36.000,00	0,35	863.743,38	11.793,00	11.793,00	0,16	887.950,38
Transporte Rodoviário	937.031,37	899.743,38	0,00	36.000,00	0,35	863.743,38	11.793,00	11.793,00	0,16	887.950,38
Desporto e Lazer	77.200,00	65.127,76	15.425,00	28.725,00	0,28	36.402,76	9.722,09	13.700,51	0,19	51.427,25
Desporto Comunitário	77.200,00	65.127,76	15.425,00	28.725,00	0,28	36.402,76	9.722,09	13.700,51	0,19	51.427,25
Encargos Especiais	900.000,00	810.000,00	0,00	570.000,00	5,47	240.000,00	151.959,26	303.658,66	4,24	506.341,34
Serviço da Dívida Interna	900.000,00	810.000,00	0,00	570.000,00	5,47	240.000,00	151.959,26	303.658,66	4,24	506.341,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	168.204,38	79.247,76	0,00	0,00	0,00	79.247,76	0,00	0,00	0,00	79.247,76
TOTAL (III) = (I + II)	28.208.865,32	28.208.865,32	4.086.344,40	10.415.438,43	100,00	17.793.426,89	3.817.369,59	7.161.110,70	100,00	21.047.754,62

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2014 A ABRIL/2015

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, Inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**2.384.544,26**	**2.129.823,86**	**2.543.704,05**	**2.510.040,89**	**2.241.484,85**	**2.434.633,89**	**2.281.076,88**	**2.635.187,93**	**2.784.493,21**	**2.489.699,59**	**2.684.632,90**	**2.802.461,85**	**29.921.804,16**	**30.375.095,49**
RECEITA TRIBUTARIA	167.859,40	258.652,71	374.697,82	401.057,41	147.407,64	114.888,22	132.962,46	123.957,01	158.274,87	131.896,57	223.173,60	251.820,79	2.486.648,50	2.522.920,76
I.P.T.U.	49.281,19	105.373,63	146.789,74	4.358,30	6.775,98	7.689,93	5.386,84	22.846,22	5.277,44	18.629,78	21.612,47	24.913,05	418.934,57	558.860,73
I.R.R.F	24.132,19	27.571,81	26.461,44	22.875,26	24.467,55	25.154,33	40.267,58	24.273,41	27.426,99	25.068,14	21.918,33	23.030,29	312.667,32	123.354,40
I.S.S.	67.759,73	113.221,37	184.739,55	364.567,91	86.272,82	51.399,91	63.373,43	65.754,26	62.137,77	45.629,63	81.158,48	181.469,27	1.367.484,13	1.494.054,39
I.T.B.I.	16.948,38	5.159,13	4.939,14	3.874,19	19.349,11	15.071,23	13.345,74	1.741,90	13.589,58	4.346,83	3.737,45	8.994,32	111.097,00	122.444,46
Outras Receitas Tributárias	9.737,91	7.326,77	11.767,95	5.381,75	10.522,18	15.572,82	10.588,87	9.341,22	49.843,09	38.222,19	94.746,87	13.413,86	276.465,48	224.206,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	36.657,36	41.608,16	44.427,83	43.879,01	40.257,38	43.535,32	45.791,70	41.192,01	45.906,41	43.358,69	42.107,23	49.186,06	517.907,16	600.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	-170.505,28	25.502,82	28.052,29	26.688,26	29.159,96	30.671,45	26.006,05	26.309,91	23.090,99	26.869,66	35.207,89	33.923,64	140.977,64	115.771,09
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	253.044,09	83.975,51	82.722,93	92.159,55	85.914,77	91.130,43	91.859,28	88.346,47	77.507,35	73.582,28	85.703,45	77.697,54	1.183.643,65	1.044.100,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.022.740,79	1.643.426,32	1.938.778,29	1.891.071,14	1.845.233,17	2.084.469,51	1.907.597,72	2.295.797,11	2.444.213,53	2.138.065,66	2.233.298,28	2.323.351,26	24.768.042,78	24.974.628,97
Cota-Parte do F.P.M.	727.847,10	545.838,34	468.806,08	569.519,62	499.231,56	471.825,24	624.521,05	1.004.483,41	761.868,84	777.720,46	566.455,14	611.355,19	7.629.472,03	7.313.607,50
Cota-Parte do I.C.M.S.	675.856,70	620.510,92	909.966,85	769.012,54	801.231,99	792.983,17	737.878,24	802.694,56	892.343,44	766.928,00	995.820,82	871.896,18	9.637.123,41	7.134.418,57
Cota-Parte do I.P.V.A.	138.485,83	74.317,86	53.991,37	41.290,37	24.552,31	26.316,54	27.613,34	8.551,34	8.063,12	166.462,01	166.070,92	146.986,90	862.701,91	768.051,59
Cota-Parte do ITR.	2.756,81	996,44	2.646,23	6.066,61	39.169,70	257.916,01	35.700,47	36.278,84	22.900,46	2.513,18	2.210,52	1.340,96	410.496,23	317.726,27
Outras Transferências Correntes	238.306,95	192.481,49	290.749,61	231.387,43	254.600,88	271.576,48	242.935,59	186.844,09	492.027,53	137.331,76	219.040,20	404.285,98	3.161.569,99	6.231.644,30
Transferências da LC 61/1989	5.969,27	8.673,21	6.873,75	7.095,04	7.306,47	12.752,97	8.945,48	7.360,07	0,00	17.908,60	7.729,80	9.561,48	100.176,14	100.000,00
Transferências da LC 87/1996	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	4.073,29	8.146,58	0,00	0,00	0,00	19.265,59	55.925,20	40.405,58
Transferências do FUNDEB	229.442,84	196.534,77	201.671,11	262.626,24	215.066,97	247.025,81	225.930,26	241.438,22	267.010,14	269.201,65	275.970,88	258.658,98	2.890.577,87	3.068.775,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	74.747,90	76.658,34	75.024,89	55.185,52	93.511,93	69.938,96	76.859,67	59.585,42	35.500,06	75.926,73	65.142,45	66.502,56	824.584,43	1.117.674,67
DEDUÇÕES (II)	**309.803,84**	**249.147,28**	**287.896,60**	**277.992,37**	**273.651,68**	**310.622,71**	**290.977,20**	**308.332,26**	**337.035,10**	**342.724,65**	**346.111,40**	**330.168,84**	**3.664.463,93**	**3.043.619,43**
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	309.803,84	249.147,28	287.896,60	277.992,37	273.651,68	310.622,71	290.977,20	308.332,26	337.035,10	342.724,65	346.111,40	330.168,84	3.664.463,93	3.043.619,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**2.074.740,42**	**1.880.676,58**	**2.255.807,45**	**2.232.048,52**	**1.967.833,17**	**2.124.011,18**	**1.990.099,68**	**2.326.855,67**	**2.447.458,11**	**2.146.974,94**	**2.338.521,50**	**2.472.313,01**	**26.257.340,23**	**27.331.476,06**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Continua 3/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Fev 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	514.206,28	384.206,28	254.206,28
DEDUÇÕES (II)	3.460.251,94	4.507.723,51	5.323.679,56
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.592.395,09	5.156.322,40	5.793.439,39
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	132.143,15	648.598,89	469.759,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.946.045,66	-4.123.517,23	-5.069.473,28
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**-2.946.045,66**	**-4.123.517,23**	**-5.069.473,28**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
VALOR	**-945.956,05**	**-2.123.427,62**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Fev 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**27.215.704,97**	**9.286.175,38**	**8.390.079,65**
Receita Tributária	2.522.920,76	765.165,83	886.278,07
I.P.T.U.	558.860,73	70.432,74	73.873,77
I.S.S.	1.494.054,39	370.395,15	521.983,98
I.T.B.I.	122.444,46	30.668,18	25.100,26
I.R.R.F.	123.354,40	97.443,75	94.178,50
Outras Receitas Tributárias	224.206,78	196.226,01	171.141,56
Receita de Contribuição	600.000,00	180.558,39	152.357,75
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	600.000,00	180.558,39	152.357,75
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	1.066,86
Receita Patrimonial	115.771,09	119.092,18	272.136,36
(-) Aplicações Financeiras	115.771,09	119.092,18	271.069,50
Transferências Correntes	21.931.009,54	7.782.888,74	6.984.969,37
F.P.M.	5.850.886,00	2.173.919,79	2.069.520,92
I.P.V.A	614.441,27	390.066,49	349.638,63
I.C.M.S.	5.753.690,59	2.821.590,83	2.299.396,45
Convênios	383.632,27	171.644,42	141.957,35
Outras Transferências Correntes	9.328.359,41	2.225.667,21	2.124.456,02
Demais Receitas Correntes	2.161.774,67	557.562,42	365.407,60
Dívida Ativa	591.462,71	154.540,64	152.558,76
Diversas Receitas Correntes	1.570.311,96	403.021,78	212.848,84
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**2.083.013,99**	**0,00**	**16.000,00**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.083.013,99	0,00	16.000,00
Convênios	2.083.013,99	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	16.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**2.083.013,99**	**0,00**	**16.000,00**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**29.298.718,96**	**9.286.175,38**	**8.406.079,65**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**20.683.071,84**	**9.056.282,29**	**7.728.390,76**	**6.773.853,20**	**5.809.271,99**
Pessoal e Encargos Sociais	8.868.955,66	4.210.670,79	3.639.015,05	4.210.670,79	3.626.261,77
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.814.116,18	4.845.611,50	4.089.375,71	2.563.182,41	2.183.010,22
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**20.683.071,84**	**9.056.282,29**	**7.728.390,76**	**6.773.853,20**	**5.809.271,99**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**7.446.545,72**	**1.359.156,14**	**1.076.465,15**	**387.257,50**	**458.300,02**
Investimentos	6.636.545,72	789.156,14	620.465,15	83.598,84	133.642,96
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	810.000,00	570.000,00	456.000,00	303.658,66	324.657,06
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**6.636.545,72**	**789.156,14**	**620.465,15**	**83.598,84**	**133.642,96**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**79.247,76**	**-**	**-**	**-**	**-**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**27.398.865,32**	**9.845.438,43**	**8.348.855,91**	**6.857.452,04**	**5.942.914,95**

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**1.899.853,64**	**-559.263,05**	**57.223,74**	**2.428.723,34**	**2.463.164,70**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**0,00**	**0,00**
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	94.506,77	37.636,38	37.636,38	-	94.506,77	238.630,35	1.067.666,37	160.838,13	160.838,13	100.109,16	1.045.349,43	1.139.856,20
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	94.506,77	37.636,38	37.636,38	0,00	94.506,77	238.630,35	1.067.666,37	160.838,13	160.838,13	100.109,16	1.045.349,43	1.139.856,20
SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.089,20	2.089,20	2.089,20	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUC. CULT. DESPORTO E LAZEI	94.506,77	0,00	0,00	0,00	94.506,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.506,77
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.458,97	48.086,89	48.086,89	100.109,16	648.262,92	648.262,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.791,89	5.800,00	5.800,00	0,00	12.991,89	12.991,89
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.569,81	429,00	429,00	0,00	1.140,81	1.140,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.683,90	0,00	0,00	0,00	0,00	141.683,90	141.683,90
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.297,70	0,00	0,00	0,00	0,00	42.297,70	42.297,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJ/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500,00	3.500,00	3.500,00	0,00	6.000,00	6.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E	0,00	30.766,88	30.766,88	0,00	0,00	0,00	156.787,00	95.769,35	95.769,35	0,00	61.017,65	61.017,65
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.355,18	0,00	0,00	0,00	0,00	31.355,18	31.355,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	2.293,50	2.293,50	0,00	0,00	0,00	4.327,35	4.327,35	4.327,35	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.326,92	0,00	0,00	0,00	0,00	3.326,92	3.326,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.585,81	0,00	0,00	0,00	69.585,81	69.585,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.966,65	0,00	0,00	0,00	0,00	19.966,65	19.966,65
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	4.576,00	4.576,00	0,00	0,00	0,00	8.556,34	836,34	836,34	0,00	7.720,00	7.720,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	**94.506,77**	**37.636,38**	**37.636,38**	**0,00**	**94.506,77**	**238.630,35**	**1.067.666,37**	**160.838,13**	**160.838,13**	**100.109,16**	**1.045.349,43**	**1.139.856,20**

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	825.901,48	825.901,48	197.122,19	23,87
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	309.875,81	309.875,81	71.433,45	23,05
1.1.1- IPTU	139.715,18	139.715,18	17.608,28	12,60
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	124,93	124,93	63,89	51,14
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	147.865,68	147.865,68	37.065,58	25,07
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	22.170,02	22.170,02	16.695,70	75,31
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	–	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	109.673,47	109.673,47	7.667,06	6,99
1.2.1- ITBI	109.673,47	109.673,47	7.667,06	6,99
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	375.513,60	375.513,60	93.660,58	24,94
1.3.1- ISS	373.513,60	373.513,60	92.599,02	24,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	–	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	–	0,00	846,94	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	214,62	10,73
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	–	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	30.838,60	30.838,60	24.361,10	79,00
1.4.1- IRRF	30.838,60	30.838,60	24.361,10	79,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	–	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	–	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	–	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	4.053.772,44	4.053.772,44	1.703.850,49	42,03
2.1- Cota-Parte FPM	1.963.621,93	1.963.621,93	679.349,91	34,60
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	1.963.621,93	1.963.621,93	679.349,91	34,60
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	–	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	–	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.783.604,64	1.783.604,64	881.747,12	49,44
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	10.101,40	10.101,40	4.816,40	47,68
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	25.000,00	25.000,00	8.799,98	35,20
2.5- Cota-Parte ITR	79.431,57	79.431,57	7.241,29	9,12
2.6- Cota-Parte IPVA	192.012,90	192.012,90	121.895,79	63,48
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	–	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	4.879.673,92	4.879.673,92	1.900.972,68	38,96

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	–	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	–	0,00	12.291,27	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	–	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	–	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	–	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	–	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	–	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	–	0,00	12.291,27	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.169.646,26	1.169.646,26	171.878,22	14,69
6.1- Transferências de Convênios	1.169.646,26	1.169.646,26	171.644,42	14,67
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	–	0,00	233,80	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	–	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	255.705,98	255.705,98	290.130,97	113,46
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.425.352,24	1.425.352,24	474.300,46	33,28

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.043.619,43	3.043.619,43	1.356.039,99	44,55
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.462.721,50	1.462.721,50	543.479,84	37,16
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.380.727,98	1.380.727,98	705.397,61	51,09
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	–	0,00	3.853,11	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	403,90	403,90	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	46.155,73	46.155,73	5.792,97	12,55
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	153.610,32	153.610,32	97.516,46	63,48
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.081.375,17	3.081.375,17	1.074.057,77	34,86
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.068.775,16	3.068.775,16	1.070.841,65	34,89
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	–	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.600,01	12.600,01	3.216,12	25,52
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	25.155,73	25.155,73	-285.198,34	-1.133,73
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.841.265,10	1.841.265,10	638.946,64	34,70	638.946,64	34,70
13.1- Com Educação Infantil	899.865,11	899.865,11	326.623,68	36,30	326.623,68	36,30
13.2- Com Ensino Fundamental	941.399,99	941.399,99	312.322,96	33,18	312.322,96	33,18
14- OUTRAS DESPESAS	1.227.510,06	1.227.510,06	328.943,24	26,80	328.943,24	26,80
14.1- Com Educação Infantil	563.275,11	563.275,11	144.545,81	25,66	144.545,81	25,66
14.2- Com Ensino Fundamental	664.234,95	664.234,95	184.397,43	27,76	184.397,43	27,76
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.068.775,16	3.068.775,16	967.889,88	31,54	967.889,88	31,54

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	–
16.1 - FUNDEB 60%	–
16.2 - FUNDEB 40%	–
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
INDICADORES DO FUNDEB	
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	967.889,88
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	59,49
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	30,63
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	9,88

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 [2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	1.219.918,48	1.219.918,48	475.243,17	38,96

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.463.140,22	1.463.140,22	471.169,49	32,20	471.169,49	32,20
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.497.018,93	2.497.058,93	539.419,34	21,60	523.179,19	20,95
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.605.634,94	1.605.634,94	496.720,39	30,94	496.720,39	30,94
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	891.383,99	891.423,99	42.698,95	4,79	26.458,80	2,97
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.960.159,15	3.960.199,15	1.010.588,83	25,52	994.348,68	25,11

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-285.198,34
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	3.216,12
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	–
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	–
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)	–
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-281.982,22
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	1.276.330,90
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	67,14

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	548.468,25	524.614,72	181.881,89	34,67	117.145,43	22,33
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	548.468,25	524.614,72	181.881,89	34,67	117.145,43	22,33
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.508.627,40	4.484.813,87	1.192.470,72	26,59	1.111.494,11	24,78

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	24.861,77	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.070.841,65	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	-190.356,61	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	-190.356,61	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.216,12	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.289.276,15	0,00

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

[5] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	7.446.545,72	1.359.156,14	387.257,50	0,00	6.087.389,58
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**7.446.545,72**	**1.359.156,14**	**387.257,50**	**0,00**	**6.087.389,58**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**-7.446.545,72**	**-1.359.156,14**	**-**	**-**	**-6.087.389,58**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	214,78	0,00	214,78

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	449.003,47	449.003,47	119.247,98	26,56
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	83.829,11	83.829,11	10.564,95	12,60
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	18.366,66	18.366,66	4.600,23	25,05
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	224.108,16	224.108,16	55.559,35	24,79
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	18.503,16	18.503,16	14.616,55	78,99
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	74,96	74,96	38,33	51,13
Dívida Ativa dos Impostos	88.719,41	88.719,41	23.519,89	26,51
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	15.402,01	15.402,01	10.348,68	67,19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	2.876.945,40	2.876.945,40	1.063.833,97	36,98
Cota-Parte FPM	1.599.769,71	1.599.769,71	407.609,94	25,48
Cota-Parte IPVA	192.012,90	192.012,90	121.895,79	63,48
Cota-Parte ICMS	1.070.162,79	1.070.162,79	529.048,26	49,44
Cota-Parte IPI-Exportação	15.000,00	15.000,00	5.279,98	35,20
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**3.325.948,87**	**3.325.948,87**	**1.183.081,95**	**35,57**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.768.139,56	1.768.139,56	597.280,90	33,78
Provenientes da União	1.613.263,62	1.613.263,62	546.636,32	33,88
Provenientes dos Estados	107.217,00	107.217,00	45.584,27	42,52
Provenientes de Outros Municípios	47.658,94	47.658,94	5.060,31	10,62
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**1.768.139,56**	**1.768.139,56**	**597.280,90**	**33,78**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.498.034,00	5.128.283,71	2.498.475,70	48,72	1.961.310,27	38,24
Pessoal e Encargos Sociais	1.425.808,03	2.025.735,22	1.395.587,93	68,89	1.395.587,93	68,89
Outras Despesas Correntes	3.072.225,97	3.102.548,49	1.102.887,77	35,55	565.722,34	18,23
DESPESAS DE CAPITAL	516.500,00	1.016.941,83	157.125,00	15,45	13.125,00	1,29
Investimentos	516.500,00	1.016.941,83	157.125,00	15,45	13.125,00	1,29

Continua 1/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	516.500,00	1.016.941,83	157.125,00	15,45	13.125,00	1,29
Investimentos	516.500,00	1.016.941,83	157.125,00	15,45	13.125,00	1,29
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.014.534,00	6.145.225,54	2.655.600,70	43,21	1.974.435,27	32,13

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.758.329,46	2.316.191,95	590.862,99	22,25	412.368,06	20,89
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.758.329,46	2.316.191,95	590.862,99	22,25	412.368,06	20,89
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.758.329,46	2.316.191,95	590.862,99	22,25	412.368,06	20,89
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.256.204,54	3.829.033,59	2.064.737,71	77,75	1.562.067,21	79,11

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [4 e 5]	132,03
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100][6]	1.384.604,92

Continua 2/4

Município de Alto Garças - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.792.000,00	4.263.429,05	2.205.061,40	83,03	1.732.679,49	87,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	684.434,00	866.134,00	431.513,26	16,25	227.806,43	11,54
Suporte Profilático e Terapêutico	147.000,00	147.000,00	1.574,98	0,06	1.518,98	0,08
Vigilância Sanitária	23.100,00	23.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	244.000,00	244.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	124.000,00	601.562,49	17.451,06	0,66	12.430,37	0,63
TOTAL	**5.014.534,00**	**6.145.225,54**	**2.655.600,70**	**100,00**	**1.974.435,27**	**100,00**

FONTE:

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

[6] No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Alto Garças, 14/10/2015

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Alto Garças, 14/10/2015

Município de Alto Garças - MT

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	29.414.490,05
Previsão Atualizada	29.414.490,05
Receitas Realizadas	9.405.267,56
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	28.208.865,32
Créditos Adicionais	0,00
Dotação Atualizada	28.208.865,32
Despesas Empenhadas	10.415.438,43
Despesas Liquidadas	7.161.110,70
Despesas pagas	6.785.857,64
Superavit Orçamentário	2.244.156,86

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	10.415.438,43
Despesas Liquidadas	7.161.110,70

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	26.257.340,23

RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-2.123.427,62	0,00
Resultado Primário	0,00	2.428.723,34	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.306.296,72	100.109,16	160.838,13	1.045.349,43
EXECUTIVO	1.306.296,72	100.109,16	160.838,13	1.045.349,43
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	132.143,15	0,00	37.636,38	94.506,77
EXECUTIVO	132.143,15	0,00	37.636,38	94.506,77
TOTAL:	**1.438.439,87**	**100.109,16**	**198.474,51**	**1.139.856,20**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.276.330,90	25%	67,14
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	638.946,64	60%	59,49

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	
Despesa de Capital Líquida	387.257,50	7.059.288,22

Continua 1/2

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14 — R$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.491.212,81	15,00	126,04

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SMPLAG/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 17/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 17/2015

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, Prefeito do Município de Alto Paraguai-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em especial o art. 37, item II da constituição Federal e o disposto no Edital do Concurso Público nº 001/2014.

C O N V O C A

Os abaixo relacionadas, aprovados no Concurso Público Municipal, homologado pelo Decreto Municipal nº 005/2015, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT, no horário de 7h30 às 11h30 ou 13h00 as 17h00, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando a seguinte documentação:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento ou casamento;

f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

g) Comprovante de Endereço;

h) Uma fotografia, tamanho 3x4 recente, colorida;

i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional / especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;

j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

l) Declaração de antecedentes criminais;

m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do

Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

n) Atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental;

o) Comprovante de Conta Corrente ou / Salário;

p) Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos (menores de 21 anos);

q) Cópia CPF do Pai e da Mãe;

r) Cópia CPF do Cônjuge (se Casado);

q) Demais documentos, se necessários, solicitados pelo Município.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado(a), reservando à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: PROFESSOR- PEDAGOGIA

Inscrição Nº 470 – DÉBORA DA SILVA PAVÃO – 9º

Gabinete do Prefeito 14 de Outubro de 2015.

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 164/2015

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

CNPJ 03.648.532/0001-28

PREFEITO MUNICIPAL ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Contrato n. 164/2015

Contratado: **WANDERSON FERNANDES DE OLIVEIRA**

Objeto: OPERADOR DE MÁQUINAS

Secretaria Sinfra

Valor: 2.000,00

Vigência: 01/10/2015 A 31/08/2016

Fiscal do contrato: GEDEONE B. MODESTO

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 023/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 023/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através da CPL, torna público o RESULTADO do Pregão Presencial 023/2015, cujo objeto é:**Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de peças e mão de obra de componentes e acessórios genuínos e/ou originais de peças elétricas para veículos leves, médios e pesados,** onde a empresa **AUTO ELETRICA CASTANHEL LTDA,** CNPJ: 01.967.846/0001-68 sagrou-se vencedora com o desconto de 6,1% sobre todos os doze itens.

Alto Paraguai - MT, 14 de Outubro de 2015.

SMPLAG/RH
PORTARIA 255/2015

PORTARIA 255/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **Retornar** de **Licença Para Tratamento de Saúde,** o Servidor **ABEL DE OLIVEIRA PINTO,** portador do **RG N°** 0693500-1 **SSP/MT** e do **CPF N°** 820.831.771-34 **Titular do Cargo Efetivo 131– TECNICO EN ENFERMAGEM,** conforme Artigos 107 a 116 da Lei Municipal 11 de 19/11/90, e conforme o atestado médico em anexos a esta portaria.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 08 de Setembro de 2015.

SMPLAG/RH
PORTARIA 256/2015

PORTARIA 256/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **Retornar** de gozo da **Licença Maternidade**, à Servidora **LUCIA PATRICIA SANTOS DE OLIVEIRA,** portadora do **RG N° 18904211 SSP/MT** e do **CPF N° 019.842.341-10 Titular do Cargo Efetivo de AGENTE ADM. - AGENTE ADMINISTRATIVO DA SAUDE,** conforme Artigos 127 da Lei Municipal 11 de 19/11/90.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 11 de Setembro de 2015.

SMPLAG/RH
PORTARIA 264/2015

PORTARIA 264/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar o Sr. **GILMAR OLIVEIRA DA COSTA PORTO**, portador do **RG Nº 1566420-1 SSP/MT, e CPF Nº 004.957.161-38,** do cargo em comissão, de **DIREÇÃO E ASSISTENCIA INTERMEDIARIA - Encarregado de Programas de Segurança Alimentar – DAÍ,** junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 13 de Outubro de 2015.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 045/2015

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso torna público o resultado da sessão que se realizou Na data de **06/10/2015**, licitação na modalidade Pregão Presencial **045/2015**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA SERRAGEM DE MADEIRAS COM MOTOSSERRA NOS LOCAIS DAS PONTES E BUEIROS DE MADEIRA.**

EMPRESA VENCEDORA – EDSON DOS SANTOS- 02876422166(MEI)

VALOR GLOBAL - R$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais).

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CREDOR: EDSON DOS SANTOS- 02876422166(MEI)

CONTRATO N° - 067/2015

OBJETO- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA SERRAGEM DE MADEIRAS COM MOTOSSERRA NOS LOCAIS DAS PONTES E BUEIROS DE MADEIRA

VALOR GLOBAL - R$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais).

PRAZO VIGENCIA –13/10/2015 a 31/12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELLHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 4/2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARAGUAIANA – CMDCA/MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 107/91 de 06.08.91, com base no Processo de Escolha em Data Unificada;

RESOLVE publicar a relação dos candidatos eleitos no Processo de Escolha de candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar em cumprimento a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e das Lei Municipal nº 107 de 06.08. 1991 que “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente” e Lei Municipal nº 458 de 03/03/2008 e de acordo com o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme anexo I.

Araguaiana – MT, 05 de outubro de 2015.

Zelita Simon Barbosa Silva

Presidente do Conselho Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescentes

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Anexo I

RELAÇAO DOS CANDIDATOS ELEITOS

Nome: Sonia Regina da Silva Galisteu

Nº da Inscrição: 07

Nº da Candidatura: 15

ELEITA EM 1º LUGAR COM 263 VOTOS

Nome: Artur Dutra de Oliveira Neto

Nº da Inscrição: 02

Nº da Candidatura: 12

ELEITO EM 2º LUGAR COM 147 VOTOS

Nome: Elizabete de Souza Oliveira

Nº da Inscrição: 08

Nº da Candidatura: 22

ELEITA EM TERCEIRO LUGAR COM 110 VOTOS

Nome: Rosemary Lopes da Silva

Nº da Inscrição: 03

Nº da Candidatura: 11

ELEITA EM QUARTO LUGAR COM 105 VOTOS

Nome: Gerayne Aquino Correia dos Santos

Nº da Inscrição: 01

Nº da Candidatura: 01

ELEITA EM QUINTO LUGAR COM 88 VOTOS

RELAÇAO DOS CANDIDATOS SUPLENTES

Nome: Leidiane Ana de Oliveira

Nº da Candidatura: 33

1º SUPLENTE COM 60 VOTOS

Nome: Lucilene Pires de Lima

Nº da Candidatura: 04

2º SUPLENTE COM 46 VOTOS

Nome: Luiz Braga

Nº da Candidatura: 02

3º SUPLENTE COM 31 VOTOS

Nome: Ana Paula do Nascimento

Nº da Candidatura: 84

4º SUPLENTE COM 19 VOTOS

Nome: Ercínia Laraine Moreira dos Santos Gouveia

Nº da Candidatura: 89

5º SUPLENTE COM 14 VOTOS

DESISTENTE

Nome: Welder Nardes de Oliveira

Nº da Candidatura: 55

Nome: Fernanda Alves dos Reis Parreira

Nº da Candidatura: 28

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

DECRETO Nº. 058 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 058 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CONTENÇÃO DE DESPESAS EM VIRTUDE DA QUEDA DE ARRECADAÇÃO PARA MANTER AS CONDIÇÕES DE EQUILÍBRIO ENTRE RECEITA E DESPESA NO ÂMBITO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS.”

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, Prefeita Municipal de Araguainha - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por dispositivos contidos na Lei Orgânica do Município, e,

- CONSIDERANDO os reflexos da atual crise econômica nacional que acomete este momento;

- CONSIDERANDO que a arrecadação de impostos continua estagnada quando comparada com o mesmo período do ano anterior;

- CONSIDERANDO o resultado negativo da crise econômica incidente sobre a receita do Município;

- CONSIDERANDO a queda de receita do Município, decorrente da redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, ICMS e outros repasses;

- CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de se aplicar com rigor medidas que venham a favorecer o controle de aplicação dos recursos financeiros do Município, adequando-se aos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E REDUÇÕES GLOBAIS

Art. 1º - A movimentação e o empenho de dotações orçamentárias do Poder Executivo Municipal, constantes da Lei Orçamentária Anual, ficam limitados aos percentuais respectivos de suas secretarias quando houver saldo de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo as dotações:

I - relativas aos grupos de despesa:

a) "Pessoal e Encargos Sociais";

b) "Juros e Encargos da Dívida"; e

c) "Amortização da Dívida";

II - destinadas às despesas constantes da programação orçamentária de caráter continuado e obrigatório, relativas à execução de serviços permanentes da Administração.

Art. 2º - Ficam vedados os empenhos e pagamentos que ultrapassarem o limite estabelecido no presente Decreto.

Art. 3º - Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art. 4º - O limite imposto pelo art. 1º deste Decreto, somente poderá ser ultrapassado por expressa determinação do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II

DAS REDUÇÕES GERAIS

Art. 5º - Todos os secretários municipais e os diretores de departamento, que promovam despesas para a administração municipal, ficam proibidos de fazê-las sem autorização expressa da Prefeita Municipal.

Art. 6º - Todas as despesas de custeio só podem ser promovidas existindo margem de fluxo de caixa e dotação orçamentária com autorização expressa da Prefeita Municipal.

Art. 7º - As despesas de caráter continuado, já estabelecidas e inclusas no fluxo de caixa financeiro, ficarão na dependência para sua liquidação de recursos para sua cobertura.

Art. 8º - As despesas com os serviços essenciais serão objetos de cortes até que nova avaliação seja promovida com relação à arrecadação do período.

Art. 9º - Os secretários municipais não poderão promover despesas sem uma ampla discussão com a Prefeita Municipal visando a real necessidade do gasto e a estrutura do fluxo financeiro na absorção do compromisso financeiro.

CAPÍTULO III

DAS REDUÇÕES ESPECÍFICAS

Art. 10º - Ficam ainda estabelecidas as seguintes medidas administrativas e de restrições orçamentárias para o efetivo controle da despesa pública:

I - Ficam suspensos em caráter temporário:

a) concessão de funções gratificadas e outras gratificações legais, salvo casos excepcionais (acumulo de funções), com autorização expressa da Prefeita Municipal;

b) concessão de licença para tratar de interesses particulares e licença prêmio, quando estas implicarem em nomeações ou contratações emergenciais para substituição do servidor afastado;

c) nomeação de servidores efetivos e em comissão, contratações ou renovações de contratos temporários, convocações para regime especial, ressalvadas as situações de realocação de pessoal e de necessidade excepcional prévia e devidamente justificada;

d) concessão de hora extra e de adiantamentos, salvo expressamente autorizadas pela Prefeita Municipal;

e) participação dos servidores públicos municipais em treinamentos, seminários e cursos de qualificação, bem como encontros regionais, estaduais e nacionais de quaisquer áreas, salvo casos excepcionais com autorização expressa da Prefeita Municipal;

f) concessão de novos auxílios ajuda de custo e qualquer outro tipo de subvenções sociais (Tratamento Fora do Domicílio-TFD);

II - contenção do consumo de energia elétrica em todas as unidades administrativas, utilizando somente a energia estritamente necessária para a realização das atividades de rotina, ficando estabelecido como meta uma redução de 30% do nível médio do último trimestre;

III - fica vedada a cessão, locação ou contratação de serviços de transporte para realização de viagens de qualquer natureza, em atividades da municipalidade ou de instituições não governamentais, ressalvados os casos determinados ou autorizados por Lei ou avençados em Convênio, ressalvados apenas nos casos expressamente autorizados pelo Chefe do Poder Executivo.

IV - suspensão de auxílio para realização de eventos promovidos por quaisquer instituições, salvo os já previstos em data anterior ao presente decreto;

V - controle e racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente e de informática;

VI - redução dos contratos de prestação de serviços, àqueles em que há possibilidade de supressão do objeto, exceto dos recursos vinculados de acordo com os contratados para redução temporária dos valores contratados;

VII - controle rigoroso do uso de linhas telefônicas, ficando vedada a realização de ligações particulares, exceto em casos urgentes, autorizados pelos Secretários Municipais ou diretores departamentais;

VIII - redução do fornecimento de gêneros alimentícios (café, chá, açúcar, etc.) e material de limpeza em todas as unidades administrativas;

IX - Impõe temporariamente a redução da jornada de trabalho para carga diária a ser cumprida das 07:00 a 13:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, suprimindo em 30% a verba indenizatória recebida pela Prefeita Municipal, bem como 20% da vice-prefeita e secretários;

X - O Centro de Referencia da Assistência Social - CRAS funcionará nesse período das 07:00 às 13:00 horas;

XI - Os serviços de guarda e vigilantes serão mantidos na sua forma regular, bem como a coleta de lixo;

Parágrafo Único: Não sofrerão modificações os seguintes órgãos:

a - mantido os horários atuais de funcionamento da Escola Municipal Paulo Lopes Teixeira em razão do calendário escolar a ser cumprido e ainda o Centro de Saúde;

b - Conselho Tutelar;

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º - Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando a seu cargo a adoção de medidas necessárias à sua implementação.

Art. 12º - As Secretarias Municipais de Administração e de Finanças ficarão responsáveis pelo acompanhamento e verificação quanto à observância e cumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto.

Art. 13º - Este Decreto entra em vigor a partir na data de sua publicação.

Art. 14º - Revogam-se as disposições em contrário.

Araguainha-MT, 01 de outubro de 2015.

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA

PORTARIA Nº 026/2015

DISPÕE SOBRE FUNÇÃO GRATIFICADA AO FUNCIONÁRIO EFETIVO SR.º GEAZI ALVES BORGES, NA FUNÇÃO DE PREGOEIRO, EM CONFORMIDADE COM A LEI 003/10 ARTIGO 23º, E NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº. 002/2014.

TONY FABRICIO LARRANHAGAS MAMEDES, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições RESOLVE:

ART. 1º - Atribuir ao Srº. Geazi Alves Borges, efetivo no cargo de Contador, a função de Pregoeiro, nos termos da Lei nº. 003/2010, artigo 23º, e nos termos da Resolução Nº 002/2014, ficando concedido gratificação de 15% (quinze por cento)sobre o salário base, em razão de exercer a função gratificada de pregoeiro.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 01 (um) dia do mês de Outubro (10) do ano de dois mil e quinze (2015).

TONY FABRICIO LARRANHAGAS MAMEDES

Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO Nº 022/2015- REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO Nº 022/2015- REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Pregoeiro, torna público, a que possa interessar, que o julgamento do certame supracitado realizado em 14/10/2015, para o Registro de preços para futura e eventual Prestação de Serviços Sonorização, Sonorização com Locução em Eventos, Sonorização com Carro de Som em Ruas. Resultou em: Empresa J. FERREIRA LEMOS PRODUÇÕES - ME, vencedora de diversos itens totalizando o valor Global de R$ 176.183,00. Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados. Araputanga MT, 14 de Outubro de 2015. REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.326/2015

CRIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL DO SERVIDOR ESTÁVEL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e com objetivo de cumprir às exigências contidas no Decreto Municipal nº. 1.389/2008, que regulamenta o processo de avaliação de desempenho individual. E com objetivo cumprir às exigências contidas no Parágrafo único, Art. 28, Seção VI, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Artigo 1°Criar a Comissão de Avaliação de Desempenho Individual de Servidor estável ocupante de cargo efetivo do Poder Executivo Municipal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme dispõe o Art. 11 do Decreto nº. 1.389/2008; E a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório de acordo com o que estabelece o Decreto nº. 1.119/2006.

Artigo 2° A Comissão acima citada será composta pelos seguintes membros, que exercerão suas atividades em paralelo às suas atribuições normais de seus cargos e sem direito a vantagens especiais, com objetivo de cumprir às exigências contidas no Decreto Municipal nº. 1.389/2008 e no Decreto nº. 1.119/2006.

Titular:

Nelso Bigaton- Mat. 107

Heiji da Silva Kawatake – Mat. 1602

Maria de Fátima Monteiro Pinto – Mat.2326

Suplente:

Valdir Francisco Pacito – Mat. 270

Genival Jose da Silva – Mat. 49

Antonio Bispo de Oliveira – Mat. 2965

Artigo 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando sem efeito a Portaria n° 7.903/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de outubro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 035/2015

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2015, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a candidata abaixo relacionada aprovada no Processo Seletivo Simplificado para Professores da Educação Básica nº 001/2015, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura –SEMEC, no dia 19/10/2015, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação a candidata deverá apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital de Seleção nº 001/2015 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 de outubro de 2015.

Registre-se e Publique-se

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

LOCALIDADE CONSELVAN – NÍVEL MÉDIO SEM FORMAÇÃO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
193/2015	LUCILENE RAIMUNDA DO COUTO	033.647.891-77	2193339-1 SSP/MT	NÍVEL MÉDIO S/F

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 096/2015

AO CONTRATO Nº 184/2015 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DE CONTRA - PISO PARA INSTALAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE, INCLUINDO OS MATERIAIS NECESSÁRIOS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, COM BASE NO ART. 24 INCISO I DA LEI Nº 8.666/1993 C/C NO ART. 1º. INCISO II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 101/2015, E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL*;* MILTON JOSE FERREIRA-ME; ADITIVO DE PRAZO; VIGÊNCIA 14/10/2015 A 13/11/2015.

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 097/2015

AO CONTRATO Nº 125/2015 REFERENTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; MANUELA GOMES OZELIERI - ME; ADITIVO DE PRAZO; VIGÊNCIA 14/10/2015 A 30/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.208/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.208/2015

Que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção social a Associação HAIPUKU da Comunidade Indígena Bakalana, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JÚLIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Barra do Bugres autorizado a conceder subvenção social a Associação abaixo relacionada:

ASSOCIAÇÃO

CNPJ

VALOR

ASSOCIAÇÃO HAIPUKU DA COMUNIDADE INDÍGENA BAKALANA

18.521.736/0001-70

23.328,00

Art. 2º - O valor do recurso financeiro a ser repassado, é de R$ 23.328,00 (vinte e três mil, trezentos e vinte e oito reais), que será dividido em 04 (quatro) parcelas mensais, diretamente à beneficiária, conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, e na forma de convênio a ser celebrado entre as partes.

Art. 3° - Os recursos financeiros que dispõe a presente Lei serão destinados para a realização dos serviços de transporte de alunos da Comunidade Indígena Bakalana, que estão matriculados na Escola Municipal e Estadual “Julá Paré”.

Art. 4º - Para atender as despesas de que trata a presente Lei serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária do exercício financeiro de 2015, conforme orçamento vigente.

Art.5º - A Associação favorecida por esta Lei deverá apresentar o Plano de Trabalho, onde se evidencie a aplicação dos recursos recebidos, até o recebimento da primeira parcela.

Art. 6º - Para celebração e prestação de contas de convênio a convenente deverá obedecer além do disposto nesta lei o que concerne a legislação Municipal, Estadual e Federal para o assunto em pauta, especialmente apresentar as certidões que comprovem a regularidade fiscal.

Art. 7º - A Associação favorecida por esta lei deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela.

§ 1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos, instruídas com os seguintes documentos:

I - Ofício encaminhando a Prestação de Contas;

II - Anexos previstos na lei municipal 1.970/2011;

III - Fotocópias dos documentos suportes de despesa;

IV - Devolução de saldo devedor se houver.

§ 2º - A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 8° - Aplica-se a esta Lei e aos subvencionados, no que couber, as regras da Lei 1.970/2011.

Art. 9º – O Auxílio financeiro de que trata esta lei terá vigência até o dia 31/12/2015.

Art.10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 01/09/2015.

Gabinete do Prefeito, em 09 de outubro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2015

Contratante: Câmara Municipal de Barra do Bugres Contratada: Auto Posto Bugrense Ltda.

Objeto: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes e filtros para os veículos oficiais da Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT para o exercício de 2015

Prazo: 10/2015 a 12/2015

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal

FONTE DE RECURSO: Próprios

01.031.1010 – Manutenção Legislativa

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

Valor R$ **55.803,60 (cinqüenta e cinco mil, oitocentos e três reais e sessenta centavos)**.

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.209/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.209/2015

Institui a Cobrança de Taxa de Serviços sobre atividades de Licenciamento e Fiscalização Ambiental no âmbito do Município de Barra do Bugres, e dá outras providências..

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JÚLIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º - Fica instituída a Taxa de Serviços sobre atividades de Licenciamento e Fiscalização Ambiental no município de Barra do Bugres, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo – SEMDEMATUR para a gestão, fiscalização e controle da utilização dos recursos ambientais, observados os parâmetros definidos nos Anexos I a VII desta lei.

Parágrafo Único - A arrecadação advinda dos serviços cobrados por esta lei constituirá Receita do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMA, que reverter-se-á em ações, programas, projetos, atividades e equipamentos necessários à execução da Política Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º - É sujeito passivo de recolhimento desta taxa todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo único da Resolução CONSEMA nº 85/2014 ou outra que sucedê-la.

Art. 3º - A Taxa é devida por atividade licenciável pelo município no ato de protocolo do devido processo administrativo de licenciamento ambiental municipal e os seus valores são os fixados nos Anexos II, III e V desta Lei, sendo que o anexo V é especifico para atividades Agrossilvipastoril.

Art. 4º - A cobrança das taxas para os empreendimentos e atividades enquadradas ou listadas nos Anexos IV, V e VI desta Lei, será efetuada de

acordo com os enquadramentos nas classes 1 e 2, sendo considerados de impacto ambiental não significativo e dispensados do processo de Licenciamento Ambiental no nível estadual, mas sujeitos obrigatoriamente à Autorização Ambiental (AA) conforme o Art. 19, § 3º da Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995, alterado pela Lei Complementar nº 232 de 21 de dezembro de 2005, e segundo critérios e requisitos a serem estabelecidos em Decreto.

Art. 5º - A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo - SEMDEMATUR, estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor e os seguintes limites:

I – Licença Prévia: mínimo de 2 (dois) anos;

II – Licença de Instalação: mínimo de 3 (três) anos;

III – Licença de Operação: mínimo de 2 (dois) anos;

IV – Licença de Operação Provisória: máximo de 2 (dois) anos;

V – Licença Especial: Apenas pela data do evento;

VI – Autorização Ambiental: Apenas para a solicitação.

Art. 6º - São isentas do pagamento da Taxa de serviços às entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais e as entidades filantrópicas.

Art. 7° - Fica assegurado o desconto de 30% (trinta por cento) sobre as taxas de renovação de licença de operação dos empreendimentos que atenda, a pelo menos, um dos itens abaixo:

I - utilizem resíduos para reciclagem;

II - utilizem resíduos para geração de energia;

III - reaproveitem a água utilizada;

IV - disponham de certificação por órgão credenciado em qualidade ambiental, nos termos do regulamento;

V - implementem plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

VI - sejam de responsabilidade direta de Prefeituras, órgãos do Governo Estadual, órgãos do Governo Federal, Organização não Governamental - ONG e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

§ 1º - Os descontos não serão cumulativos.

§ 2º - A comprovação da existência dos itens de que trata o caput será feita na ocasião das vistorias.

§ 3º - O empreendedor é responsável pela manutenção do item pelo qual recebeu o benefício no decorrer do funcionamento de sua atividade. A constatação do não funcionamento de qualquer dos itens pelo qual foi beneficiado ensejará emissão compulsória da cobrança com os valores referentes ao benefício sem prejuízo das sanções penais e administrativas pelo fornecimento de informações não comprováveis.

Art. 8º - Fica a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo - SEMDEMATUR autorizada a cobrar pelo ingresso, uso do espaço físico e utilização de imagens de unidades de conservação e jardins zoobotânicos, sendo a importância arrecadada revertida para a manutenção das respectivas áreas, nos seguintes termos:

I - ingresso: até 8% (oito por cento) de 1 (uma) UPF/M;

II - uso do espaço físico: de 8 a 120 UPF/M;

III - utilização de imagens: de 8 a 65 UPF/M.

Art. 9º - O recolhimento da Taxa de serviços será efetuado em conta bancária vinculada Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo – SEMDEMATUR, através do Fundo Municipal de Meio Ambiente por intermédio de documento próprio de arrecadação emitido pelo município.

Art. 10 - A Taxa de serviços não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas no artigo anterior será cobrada com os seguintes acréscimos:

I – juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de um por cento;

II – multa de mora de vinte por cento, reduzida a dez por cento se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subseqüente ao do vencimento;

III – encargo de vinte por cento, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, reduzido para dez por cento se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução. §1º - Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.

§2º - Os débitos relativos à taxa de serviços poderão ser parcelados de acordo com os critérios fixados na legislação tributária, conforme dispuser o regulamento desta Lei.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.101/2013 de 26 de novembro de 2013.

Gabinete do Prefeito, em 09 de outubro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.210/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.210/2015

(Dispõe sobre alteração da Lei Municipal n.º 2.102/2013, que dispõe sobre Plano Plurianual do Município para o período de 2014 a 2017, e dá outras providências).

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JÚLIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica incluído no anexo I da Lei Municipal nº 2.102/2013 – que dispõe sobre o PPA- Plano Plurianual do Município de Barra do Bugres - MT, para o período de 2014 a 2017 a seguintes ações conforme tabela abaixo:

PROGRAMAS/FUNÇÃO E SUVFUNÇÃO

PROJ/ATIV

UN. EXEC.

AÇÃO

ANO

VALOR R$ 1,00

3020 – Controle Financeiro

04 – Administração

123 – Administração Financeira

2.151 - Nota Fiscal Barrabugrense Premiada

Secretaria Mun. de Finanças

2015

2016

2017

10.000,00

240.000,00

240.000,00

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres, MT, aos 09 dias do mês de outubro de 2015.

JULIO CESÁR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.211/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.211/2015

“Que dispõe sobre Credito Especial à dotação do orçamento vigente”

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JÚLIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica criado na Lei Municipal nº 2.164/2014, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentária do Município para o exercício de 2015, e na Leii Muniiciipall nº..

2..165//2014,, que ttratta da Leii Orçamenttáriia Anuall do exercííciio de 2015,, um Crediitto Especiiall

no vallor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) destinados a fazer face às despesas da seguinte dotação orçamentária:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Programa: 06.004.0.0.04.123.3020. – Controle Financeiro

Projeto: 2.151 - Nota Fiscal Barrabugrense Premiada

Elemento: 3.3.90.31.99.00 – Outras Premiações..... .. R$ 10.000,00

Art. 2º - Para atender a despesa que trata o artigo 1º desta Lei, será utilizada como fonte de recurso, a redução parcial da seguinte dotação orçamentária:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Programa: 06.001.0.0.99.999.9999. – Reserva de Contingência

Projeto: 9.002 – Reserva de Contingência

Elemento: 9.9.99.99.99.00 – Reserva de Contingência ....R$ 4.464,00

Programa: 06.003.0.0.04.122.3020.– Controle Financeiro

Projeto: 2.011 – Manutenção do Depto de Contabilidade e Tesouraria

Elemento: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos E Material Permanente ....R$ 1.636,00

Programa: 06.003.0.0.04.122.3020.– Controle Financeiro

Projeto: 2.013 – Manutenção do Departamento de Arrecadação e Tributação

Elemento: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente ....R$ 3.900,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres, MT, aos 09 dias do mês de outubro de 2015.

JULIO CESÁR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.212/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.212/2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JÚLIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar Parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, oriundos de compensação de valores recolhidos aos cofres da união, relativos à contribuição aplicada a agentes políticos e posterior compensação pelo Município de Barra do Bugres, conforme Processos Nº 14098. 720023/2015-00 e Nº 14098.720024/2015-46.

Art.2º - O parcelamento autorizado pela presente lei será pago em 60 (sessenta), parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa Selic acumulada, mediante débito automático na conta do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Art.3º - As despesas oriundas com o parcelamento do débito correrão por conta de rubrica própria consignada no orçamento do Município:

06.001.00.04.122.9010-2017-4.6.90.71.00.00 – Principal da Dívida Contratual.

06.001.00.04.122.9010-2017-3.2.90.21.00.00 – Juros sobre a dívida por contrato.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de outubro de 2015.

JULIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.213/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.213/2015

(Dispõe sobre alteração da Lei Municipal n.º 2.102/2013, que dispõe sobre Plano Plurianual do Município para o período de 2014 a 2017, e dá outras providências).

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JÚLIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica incluído no anexo I da Lei Municipal nº 2.102/2013 – que dispõe sobre o PPA- Plano Plurianual do Município de Barra do Bugres - MT, para o período de 2014 a 2017 as seguintes ação conforme tabela abaixo:

PROGRAMAS

PROJ/ATIV

UN. EXEC.

AÇÃO

ANO

VALOR R$ 1,00

6080

Gestão do Sistema Único de Saúde - SUS

2.148 – Manutenção da Central de Regulação

Secretaria Municipal de Saúde

2016

2017

250.200,00

267.120,00

6030

Atenção de Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

2.149 – Manutenção do Lab. Regional de Prótese Dentária

Secretaria Municipal de Saúde

2016

2017

80.000,00

84.800,00

6030

Atenção de Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

2.150 – Manutenção das Ações da Media e Alta Complexidade

Secretaria Municipal de Saúde

2016

2017

157.000,00

180.000,00

6010

Atenção Básica de Saúde

1.124 – Construção da Academia da Saúde

Secretaria Municipal de Saúde

2016

2017

20.000,00

30.000,00

6010

Atenção Básica de Saúde

1.125 – Aquis. de Equipamento e Material Perm. para Atenção Básica

Secretaria Municipal de Saúde

2016

2017

50.000,00

90.000,00

6080

Gestão do Sistema Único de Saúde -

1.126 – Aquis. de Equipamento e Material Perm. para Gestão do SUS

Secretaria Municipal de Saúde

2016

2017

20.000,00

100.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

_____

_____

Praça Ângelo Masson, 1000 – Centro – Tel. (65) 3361-1921 / 3361-1922

SUS

6030

Atenção de Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

1.127 – Aquis. de Equipamento e Material Permanente para Média e Alta Complexidade

Secretaria Municipal de Saúde

2016

2017

10.000,00

100.000,00

6030

Atenção de Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

1.128 – Aquisição de Veiculo

Secretaria Municipal de Saúde

2016

2017

55.000,00

100.000,00

6060

Assistência Farmacêutica

1.129 – Aquis. de Equip. e Material Permanente para Assistência Farmacêutica

Secretaria Municipal de Saúde

2016

2017

11.000,00

15.000,00

6040

Vigilância em Saúde

1.130 – Aquis. de Equip. e Material Perm. para Vigilância em Saúde

Secretaria Municipal de Saúde

2016

2017

11.000,00

20.000,00

6010

Atenção Básica de Saúde

1.131 - Reforma de Unidades Básicas de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde

2016

2017

36.000,00

50.000,00

8030 Desenv. da Indústria Comercio e Serviços

2.147 - Manutenção Depto de Assistência Empresarial

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

2016

2017

8.800,00

10.000,00

Art. 2º - Fica alterado a ação 2.094 - Manutenção da Secretaria de Saúde da Unidade 001.0.0 – Gestão do SUS para Unidade 002.0.0 - Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres- MT, aos 09 dias do mês de outubro de 2015.

JULIO CESÁR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.214/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.214/2015

Dispõe sobre a Instituição de DÉCIMO TERCEIRO SUBSÍDIO E FÉRIAS ao Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Barra do Bugres - MT e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JULIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído trinta (30) dias de férias ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, anualmente, com pagamento de subsídio integral.

Art. 2º - Fica Instituído o Décimo Terceiro Subsídio ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, com pagamento de subsídio integral. Parágrafo Único: O pagamento do Décimo Terceiro Subsídio e a concessão de férias ao Vice-Prefeito somente ocorrerá, caso este, exerça, efetiva e permanentemente, uma função administrativa junto à Administração Municipal, em conformidade com o previsto na Resolução de Consulta nº 23/2012 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º - Para efeito do disposto nesta Lei, deverão o Prefeito e Vice-Prefeito comunicar à Câmara Municipal, a data em que irão entrar em gozo de férias, a qual autorizará através de Projeto de Decreto Legislativo aprovado pelo Plenário.

Art. 4º - O Período de gozo de férias, de que trata esta Lei, deverá ser utilizado durante a legislatura do respectivo mandato, e as férias não terão caráter acumulativo nem indenizatório.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de outubro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 065/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 065/2015

Dispõe sobre a alteração Lei Complementar Nº 058/2013, que trata sobre a nova estruturação e atribuições dos órgãos do Poder Executivo do Município de Barra do Bugres, bem como criação de cargos comissionados e suas remunerações, fixando princípios e diretrizes de gestão e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JULIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o inciso IV, da letra C do art. 10; o art. 36; o art. 37 e seus incisos, todos da Lei Complementar nº 058/2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 .....

[...]

C. .....

[...]

VI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo;

Art. 36 - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas, projetos e atividades do Município visando o seu desenvolvimento econômico, turístico e ambiental.

Art. 37 - Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo:

I. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as políticas, projetos e programas de atuação do Município nos setores de desenvolvimento econômico, indústria, comércio, serviços, turismo e meio ambiente;

II -desenvolver trabalhos visando o fornecimento das atividades destinadas ao desenvolvimento econômico sustentável do Município;

III - planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a elaboração de planos, programas e pesquisas relacionadas a funções da secretaria;

IV - projetos e atividades para implementação da política sócio/ambiental e econômica da municipalidade;

V- planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de planejamento, implantação e controle de equipamentos públicos de lazer, turísticos e ambientais no Município;

VI - planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;

VII - estabelecer, implantar, implementar e administrar a política ambiental do Município;

VIII - elaborar e administrar projetos de arborização, revitalização de praças e avenidas, urbanização de calçadas e vias quanto a beleza paisagística, criação de parques e áreas verdes, áreas de proteção ambiental, reservas ecológicas e de estações ecológicas, fazer a manutenção de áreas verdes, em consonância com o planejamento urbano municipal;

IX - elaborar e implantar campanhas educacionais e de treinamento destinadas a sensibilizar a população para os problemas de preservação do ambiente juntamente com as secretarias e os órgãos e entidades afins;

X - fiscalizar todas as formas de agressão ao ambiente, aplicar as penalidades cabíveis e orientar sua recuperação;

XI - assessorar a administração municipal no que concerne aos aspectos ambientais;

XII - emitir licenças ambientais para, corte, poda de árvores, desmatamento, construção, loteamento, construção de imóveis e empreendimentos, sua localização, instalação e operação, no município;

XIII - emitir licença, parecer e laudos técnicos ambientais quanto a empreendimentos e construções que visem ao parcelamento do solo, uso e ocupação do solo, consulta de viabilidade para qualquer tipo de impacto ambiental;

XIV - emitir pareceres e laudos técnicos ambientais quanto a utilização, doação ou qualquer construção ou empreendimento em áreas verdes e de preservação permanente tanto de área pública ou privada;

XV - fiscalizar e acompanhar projetos e serviços em parques e jardins no que tange aos aspectos ambientais;

XVI - manter viveiro de mudas para a produção de espécies nativas e ornamentais;

XVII - efetuar a normatização, o planejamento e confecção de normas técnicas para o plantio, poda, corte e extração de árvores no município;

XVIII - administrar os recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XIX - fiscalizar e atuar no monitoramento das alterações da fauna, flora, solo e subsolo, buscando o não acúmulo de poluentes e visando à proteção do meio ambiente e evitar os processos de deterioração ambiental;

XX - assessorar o Conselho Municipal de Meio Ambiente a implantar, implementar e executar suas deliberações e resoluções;

XXI - formular políticas e diretrizes de meio ambiente para o município;

XXII - formular normas técnicas e padrões de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

XXIII - exercer a função fiscalizadora de observância das normas contidas na legislação ambiental municipal, estadual e federal;

XXIV - exercer o poder de polícia nos casos de infração à lei ambiental e de inobservância de normas ou padrões estabelecidos;

Art- 2º - Acresce os incisos XXV ao XXX no art. 37.

Art. 37 - .....

[...]

XXV - opinar previamente à emissão de alvarás de localização e funcionamento ou quaisquer outras autorizações relacionadas a construção, reformas e ampliação, funcionamento onde tais atividades modificarão o meio ambiente;

XXVI - planejar, coordenar e executar o cadastramento de atividades degradadoras do meio ambiente;

XXVII -.estabelecer as áreas ambientais prioritárias em que a Prefeitura deve atuar para preservar ou recuperar a qualidade do meio ambiente;

XXVIII - propor a criação no município de áreas de interesse para a proteção ambiental;

XXIX - emitir pareceres técnicos e jurídicos, licenças sobre pedidos de instalação e funcionamento de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, consideradas de impacto local, em conformidade com a Lei Complementar N° 140/2011 e sobre processos de ampliação de penalidades.

XXX - efetuar outras atividades afins no âmbito de sua competência.

Art. 3º - A Seção VIII, do Capítulo IV do Título II da Lei 058/2013 passa a denominar-se “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo ”.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de outubro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 066/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 066/2015

Que altera a Lei Complementar nº 064/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município Barra do Bugres, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JULIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Ficam alterados os inciso VII do art. 7º; incisos V e VII do art. 8º; §1º do art. 19; o §2º do art. 20; art. 157 ; art. 189 e o Parágrafo Único do art. 211 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. .....

VII - o licenciamento ambiental de atividades de impactos locais, o controle e a adequação de atividades degradadoras ou poluidoras de baixo, médio e alto impacto;

Art. 8º.....

V- fiscalizar projetos, processos de licenças ambientais, atividades e empreendimentos de acordo com critérios técnicos, de instalação e operação de atividades de pequeno, médio e alto impacto no âmbito municipal delegadas pelo Estado.

[...]

VII - realizar o licenciamento ambiental, bem como a renovação das mesmas das atividades de pequeno, médio e alto impacto nos termos da Resolução 85/2014 do CONSEMA - MT, controlar sua instalação e funcionamento, exercer o controle e a fiscalização;

Art. 19 .....

§1º - Compete ao Município o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local de pequeno, médio e alto impacto conforme as atividades dispostas no Anexo Único desta Lei.

Art. 20 .....

§ 2º - As atividades e empreendimentos considerados de pequeno, médio e alto impacto assim definidos no anexo Único da Resolução CONSEMA-MT nº 85/2014 ou daquela que a suceder deste regulamento, e já em funcionamento na data de publicação desta Lei deverão requerer, mediante cadastro do empreendimento a ser instruído com o termo de responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável, a Licença de Operação (LO), no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 157 - A construção, instalação, ampliação ou funcionamento de qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da administração pública, consideradas de baixo, médio e alto impacto assim como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerá do prévio licenciamento do órgão ambiental municipal, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 189 - A Licença Especial de utilização sonora será emitida pelo órgão responsável pela política de meio ambiente, e terá prazo de validade de 06 (seis) meses podendo ser renovado se atendidos os requisitos legais.

Art. 211. .....

Parágrafo Único - Inicialmente, o município licenciará apenas as atividades consideradas de pequeno, médio e alto potencial poluidor nos termos do Anexo Único do Decreto Estadual n. 7007/2006 e Resolução CONSEMA n.

85 de 2014, assim que a SEMA for descentralizando outros empreendimentos entrarão na lista do município.

Art. 2º - Acresce o inciso VI no art. 20; o inciso VI no §1º do art. 20;

Art. 20 .....

VI - A autorização ambiental - (AA), aplicar-se-á a empreendimentos ou atividades de caráter temporário (despesca em atividade de piscicultura, transporte de produtos perigosos, pesquisa científica, festival de pesca, desmatamento,exploração florestal, resgate de fauna, uso do fogo controlado, etc.). Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, exceda o prazo estabelecido de modo a configurar situação permanente, serão exigidas as licenças ambientais correspondentes, em substituição à Autorização Ambiental expedida.

Art. 20 - .....

§1º - .....

VI - Autorização Ambiental: apenas para a solicitação.

Art. 3º - Fica revogado o §11 do art. 20.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor no ato de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de outubro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES
PORTARIA Nº021/2015

"Dispõe sobre a concessão do Benefício ***Pensão por Morte*** *em favor do Srª.* ***Cicera Melo dos Santos,*** *em decorrência do falecimento do servidor Sr.* ***Pedro dos Santos****"*

O Diretor Executivo do Município de Barra do Bugres - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando Art. 40, § 7º, I da CF/88 com redação da EC 41/2003 c/c art. 28, I da lei nº 1554, de 04 de Julho de 2005, da Lei Municipal n.º 1.554/2005 que rege a previdência do Município de Barra do Bugres/MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Pensão por morte**, em decorrência do falecimento do servidor inativo Sr. **Pedro dos Santos**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 941296 SSP/MT e CPF nº. 390.561.399-91 aposentado compulsória, lotado no Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Barra do Bugres/MT – BARRA-PREV, em favor da Srª. **Cicera Melo dos Santos**, brasileira, cônjuge do "*de cujos*", portadora do RG n.º 1967109-1 SSJ/MT e do CPF sob o n.º 376.978.544-49, equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo do BARRA-PREV, n.º 2015.07.00042P, a partir da data do seu falecimento, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos legais a data de 16/06/2015,** revogadas as disposições em contrário.

BARRA DO BUGRES/MT, 05 de outubro de 2015.

JOSÉ EPIFANIO BRAGA

Diretor Executivo do BARRA-PREVI

Homologo:

JULIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 067/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 067/2015

Que Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar Nº 037/2009, que Institui a Lei Geral Municipal das Microempresas, Empresa de Pequeno Porte e Micro Empresário Individual.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal JULIO CÉSAR FLORINDO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam alterados os incisos I, II e V do art. 22 da Lei Complementar nº 037/2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22 - .....

I - Isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) pelo prazo de até 01 (um) ano incidente sobre a construção ou acréscimo realizados no imóvel, inclusive quando se tratar de imóveis locados, desde que esteja previsto no contrato de locação que o recolhimento do referido imposto é ônus do locatário;

II - Isenção da Taxa de Licença para Estabelecimento, pelo período de 01 (um) ano;

V - Isenção da Taxa de Vigilância Sanitária por 01 (um) ano, para empresas que exerçam atividades sujeitas ao seu pagamento.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de outubro de 2015.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 034/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: MRE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE REFORMA DE PONTES INCLUINDO MADEIRA NA MT 456, MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO.

VIGÊNCIA: 22/06/2015 a 22/07/2015.

VALOR: R$ 23.655,00 (VINTE E TRÊS MIL SEISCENTOS E CINQÜENTA E CINCO REAIS).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 040/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: J. RODRIGUES & CIA LTDA - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DE BARÃO DE MELGAÇO, PARA IMPLANTAÇÃO DE VIGILÂNCIA MONITORADA ATRAVÉS DE CÂMERA DE SEGURANÇA, CEDIDA PELO GOVERNO DO ESTADO, CONFORME PROJETO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE MÃO DE OBRA, PARTE INTEGRANTE DESTE INSTRUMENTO CONTRATUAL.

VIGÊNCIA: 07/07/2015 a 07/09/2015.

VALOR: R$ 9.155,71 (NOVE MIL CENTO E CINQÜENTA E CINCO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 039/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: ROBSON EDUARDO DE AMORIM SILVA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS SCANNER, COPIADORA DIGITAL MONOCOLOR, PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO – MT.

VIGÊNCIA: 07/07/2015 a 07/07/2016.

VALOR: R$ 21.600,00 (VINTE E UM MIL E SEISCENTOS REAIS).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 042/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: TECNOESTE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS PESADAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA.

VIGÊNCIA: 18/08/2015 a 18/08/2016.

VALOR: R$ 42.382,97 (QUARENTA E DOIS MIL TREZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 043/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: MIMOPLAN CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA- ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MARCA KOMATSU 200 LC, SÉRIE B20162, SENDO QUE OPERADOR E MANUTENÇÃO, POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE.

VIGÊNCIA: 18/08/2015 a 01/09/2015.

VALOR: R$ 12.950,00 (doze mil, novecentos e cinqüenta reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 041/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: IMPPA SERVIÇOS INTELIGENTES LTDA - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE UM CAMINHÃO PIPA, COM CAPACIDADE PARA 15.000 (QUINZE MIL) LITROS, EQUIPADO COM MANGUEIRAS E DUCHA TRASEIRA, SENDO QUE COMBUSTÍVEL, MOTORISTA, MANUTENÇÃO E LUBRIFICAÇÃO POR CONTA DA CONTRATANTE.

VIGÊNCIA: 11/08/2015 a 11/09/2015.

VALOR: R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 038/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: R. P. & OLIVEIRA EDITORA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EXCLUSIVA PARA FORNECIMENTO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS.

VIGÊNCIA: 07/07/2015 a 07/08/2015.

VALOR: R$ 29.937,89 (VINTE E NOVE MIL NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 022/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: MTCASEMOD COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET, PLANO TURBONEX EMPRESA 1 MB.

VIGÊNCIA: 18/05/2015 a 18/11/2015

VALOR: R$ 1.431,50 (UM MIL QUATROCENTOS E TRINTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 044/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: IMPPA SERVIÇOS INTELIGENTES LTDA - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, COM OPERADOR, MOTORISTA E MANUTENÇÃO RESPECTIVAMENTE, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, VIAÇÃO E OBRAS NA RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E ESTRADAS VICINAIS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO – MT

VIGÊNCIA: 22/09/2015 a 22/09/2016.

VALOR: R$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 036/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: **M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA INSERÇÃO E VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADEQUAÇÃO DO PORTAL TRANSPARÊNCIA, PARA ATENDIMENTO DA DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, JUNTO A ESTA UNIDADE GESTORA DE JANEIRO A JUNHO DE 2015.

VIGÊNCIA: 22/06/2015 a 22/07/2015.

VALOR: R$ 13.200,00 (TREZE MIL E DUZENTOS REAIS).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 033/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: CONSULTORES CIVITAS LTDA – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS A DEFESA ADMINISTRATIVA DE CONTAS DE GESTÃO E DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO.

VIGÊNCIA: 21/06/2015 a 21/07/2015.

VALOR: R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 045/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: CENTROESTE RESÍDUOS LTDA - EPP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, GERENCIAMENTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE, ABRANGIDOS NA RESOLUÇÃO CONAMA 358/2005 E RDC 306/2004 DA ANVISA, OU QUAISQUER RESÍDUOS QUE POSSAM CAUSAR DANOS AMBIENTAIS OU DEGRADAÇÃO DA NATUREZA.

VIGÊNCIA: 01/10/2015 a 01/12/2015.

VALOR: R$ 3.000,00 (três mil reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 037/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: V. A. DE OLIVEIRA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EXCLUSIVA PARA FORNECIMENTO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS.

VIGÊNCIA: 07/07/2015 a 07/08/2015.

VALOR: R$ 23.700,00 (VINTE E TRÊS MIL E SETECENTOS REAIS).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 035/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: LUANA BRANDÃO DE OLIVEIRA

OBJETO: SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE MERENDEIRA COM O GRUPO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO) DA COMUNIDADE DE ESTIRÃO COMPRIDO.

VIGÊNCIA: 01/07/2015 a 01/12/2015.

VALOR: R$ 5.100,00 (CINCO MIL E CEM REAIS).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS
LEI Nº 1.033 DE 25 DE JUNHO DE 2013

LEI Nº 1.033 DE 25 DE JUNHO DE 2013

Autor: EDSON INÁCIO TOMÉ

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO.

O Prefeito do Município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam isentos da taxa de água e esgoto no âmbito do município de Campinápolis, salvo consumo que caracterize excesso:

I- Idosos, acima de 65 anos, com renda mensal de até um salário mínimo, devendo comprovar ainda, ser proprietário de somente um único imóvel;

II- Aposentados e pensionistas que percebam até um salário mínimo e sejam proprietários de um único imóvel;

III- Portadores de necessidades especiais;

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 60 dias, definindo o procedimento administrativo para comprovação dos requisitos e concessão do benefício.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDENCIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Campinápolis – MT, 25 de Junho de 2.013.

ANTÔNIO RODRIGUES

Presidente da Câmara Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.536 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.536 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

Retifica o § 3º, Art. 7º do Decreto nº 2.521/2015 e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica;

Considerando as impropriedades ortográficas constantes do § 3º, Art. 7º do Decreto nº 2.521/2015.

DECRETA

Art. 1º - O § 3º, Art. 7º do Decreto 2.521 de 01/09/2015 passa a viger com a seguinte redação:

§3° Quando o licitante ou contratado possuir sede no município de Campinápolis - MT sua notificação poderá ocorrer, a critério da Administração, pessoalmente através de servidor público especialmente designado para esta função - que certificará a ciência da notificação (colhendo a assinatura

do notificado ou seu representante legal) ou a recusa em recebê-la, oportunidade em que a notificação será tomada como consumada.

Art. 2º - Permanecem inalterados os demais Artigos doDecreto 2.521/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis-MT, 13 de outubro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2015 PREGÃO: N° 135/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: PNEUAR COMERCIO DE PNEU LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição pneus, câmaras de ar e protetores para atender os veículos da frota municipal;

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cod. item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	1123	100	UNID.	CAMARA DE AR 1000X20, 1ª LINHA E APROVADA PELO INMETRO	BARSTUBE	110,00	11.000,00
2	33745	10	UNID.	CAMARA DE AR 12X16.5, 1ª LINHA E APROVADA PELO INMETRO	BARSTUBE	89,00	890,00
3	8387	40	UNID.	CAMARA DE AR 1400X24, 1ª LINHA E APROVADA PELO INMETRO	BARSTUBE	178,00	7.120,00
6	30608	10	UNID.	CAMARA DE AR 23.1X30, 1ª LINHA E APROVADA PELO INMETRO	BARSTUBE	420,00	4.200,00
8	23703	10	UNID.	CAMARA DE AR 90/90-18 P/ MOTO, 1ª LINHA E APROVADA PELO INMETRO	KB-50	33,50	335,00
9	1128	20	UNID.	CAMARA DE AR ARO-14, 1ª LINHA E APROVADA PELO INMETRO	BARSTUBE	40,00	800,00
10	1122	20	UNID.	CAMARA DE AR ARO 13, 1ª LINHA E APROVADA PELO INMETRO	BARSTUBE	38,00	760,00
14	30816	100	UNID.	PNEU 1000X20 BORRACHUDO 16 LONAS 1ª LINHA, FABRICAÇÃO NACIONAL, APROVADO PELO INMETRO	GOODRIDE	1.176,00	117.600,00
16	8385	15	UNID.	PNEU 1100X22 16 LONAS 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	FATE	1.300,00	19.500,00
18	8384	30	UNID.	PNEU 14-00-24 12 LONAS 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	ODYKING	2.388,00	71.640,00
20	30606	10	UNID.	PNEU 14X9X26, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	FATE	1.919,00	19.190,00
22	4533	20	UNID.	PNEU 17,5X25 16 LONAS 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	ODYKING	3.579,00	71.580,00
26	4535	20	UNID.	PNEU 185/65 R14 GPS 3, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	GENERAL	280,00	5.600,00
28	8656	20	UNID.	PNEU 185/80 R14, P/ KOMBI, 6 LONAS, 1ª LINHA FABRICAÇAO NACIONAL, APROVADO PELO INMETRO	FATE	362,00	7.240,00
30	33744	10	UNID.	PNEU 19.5X24 FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	WESTLAKE	2.625,00	26.250,00
33	4538	50	UNID.	PNEU 215 X 75 X 17,5 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	SAILUM	698,00	34.900,00
39	20489	10	UNID.	PNEU 265/70 R15, COM 06 LONAS, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADA PELO INMETRO	GENERAL	680,00	6.800,00
42	33741	20	UNID.	PNEU BORRACHUDO 1000X20 FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	GOODRIDE	1.176,00	23.520,00
44	8393	30	UNID.	PNEU PARA MOTO 275X18, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	VIPAL	123,00	3.690,00
45	8394	30	UNID.	PNEU PARA MOTO 90X90/18, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	VIPAL	129,00	3.870,00
47	36721	6	UNID.	PNEUS 23.1.26, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADA PELO INMETRO	FATE	3.019,00	18.114,00
50	4772	140	UNID.	PROTETOR DE CAMARA 1000X20 1ª LINHA	RUZZI	40,00	5.600,00
51	8388	40	UNID.	PROTETOR DE CAMARA 1400X24 1ª LINHA	ABC	89,00	3.560,00
53	20792	20	UNID.	PROTETOR DE CAMARA ARO 25, 1ª LINHA	ABC	185,00	3.700,00

Totalizando o valor de R$ 467.459,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2015 PREGÃO: N° 148/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: PANIFICADORA DOCE PÃO LTDA – ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de lanches, salgadinhos assados e bolo confeitado para Coffee Break, para atender as Secretarias Municipais. Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cod. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total

1	10953	2.040	KG.	PÃES FRANCÊS: INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERMENTO BIOLÓGICO, AÇÚCAR, SAL REFINADO E ÁGUA. VALIDADE 1 DIA A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. FORNECIMENTO EM EMBALAGENS ADEQUADAS, PESANDO EM MÉDIA 50	8,41	17.156,40
2	27792	5.000	UNID.	LANCHE COM COMPOSIÇÃO MINIMA DE: 01 PÃO FRANCES DE 50 GRAMAS, COM 01 FATIA DE PRESUNTO, MUSSARELA, ALFACE E TOMATE	2,40	12.000,00
3	30234	1.100	UNID.	SALGADINHOS ASSADOS CENTO	61,67	67.837,00
4	36760	230	KG.	BOLO LIGTH RECHEADO KG: DE FRUTAS COM CREME; SABOR A ESCOLHER, COM COBERTURA DE GLACE E/OU BRIGADEIRO.	22,90	5.267,00
5	36759	400	KG.	BOLO RECHEADO KG: DE FRUTAS COM CREME; SABOR A ESCOLHER, COM COBERTURA DE GLACE E/OU BRIGADEIRO.	19,60	7.840,00
6	36764	3.000	KG.	BOLINHO 40G.PARA ATENDER A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E SEUS DEPARTAMENTOS.	0,92	2.748,00
7	36766	1.000	KG.	SALGADINHO ASSADOS CENTO. PARA ATENDER A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E SEUS DEPARTAMENTOS.	61,67	61.670,00
8	36761	150	KG.	BOLO RECHEADO KG: DE FRUTAS COM CREME; SABOR A ESCOLHER, COM COBERTURA DE GLACE E/OU BRIGADEIRO. PARA ATENDER A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E SEUS DEPARTAMENTOS.	19,60	2.940,00
9	36763	1.300	KG.	LANCHE COM COMPOSIÇÃO MINIMA DE: 01 PÃO FRANCES DE 50 GRAMAS, COM 01 FATIA DE PRESUNTO, MUSSARELA, ALFACE E TOMATE.PARA ATENDER A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E SEUS DEPARTAMENTOS.	2,40	3.120,00
10	36765	1.300	KG.	PAO FRANCES. PARA ATENDER A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E SEUS DEPARTAMENTOS.	8,41	10.933,00
11	36762	140	KG.	BOLO LIGTH RECHEADO KG: DE FRUTAS COM CREME; SABOR A ESCOLHER, COM COBERTURA DE GLACE E/OU BRIGADEIRO.PARA ATENDER A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E SEUS DEPARTAMENTOS.	22,90	3.206,00

Totalizando o valor de R$ 194.717,40 (cento e noventa e quatro mil setecentos e dezessete reais e quarenta centavos).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 0162/2015

ABERTURA: 04 de novembro de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 04 de novembro de 2015 às 08:00 horas.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de aquisição de peças, acessórios e/ou componentes de reposição Genuínas e/ou originais de 1º linha, não remanufaturados, não recondicionados, não recuperados, para atender a parte hidráulica dos veículos e maquinas pesadas para atender todas as Secretarias Municipais.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 14 de outubro de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 0161/2015

ABERTURA: 28 de outubro de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das 10:00h.

INÍCIO DA SESSÃO: 28 de outubro de 2015 às 10:00 horas.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva, a serem realizadas em aparelhos de ar condicionado, refrigerador, freezer e bebedouro, instalados nas Unidades Administrativas do município, com fornecimento e reposição de componentes e/ou peças originais.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 14 de outubro de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2015 PREGÃO: N° 135/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: CASA DOS PNEUS LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição pneus, câmaras de ar e protetores para atender os veículos da frota municipal;

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cod. item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
7	1127	60	UNID.	CAMARA DE AR 275/80 22,5, 1ª LINHA E APROVADA PELO INMETRO	QBOM	108,00	6.480,00
11	21152	20	UNID.	CAMARA DE AR ARO 25, 1ª LINHA E APROVADA PELO INMETRO	QBOM	228,00	4.560,00
21	12091	35	UNID.	PNEU 165/70 R13 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	BRIDGESTONE	188,00	6.580,00
23	4534	60	UNID.	PNEU 175/70 R 13 6 LONAS 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	BRIDGESTONE	204,00	12.240,00
24	21175	14	UNID.	PNEU 175/70 R 14 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	FIRESTONE	278,00	3.892,00
27	4537	100	UNID.	PNEU 185/70 R14 6 LONAS 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	FIRESTONE	258,00	25.800,00

29	8391	10	UNID.	PNEU 18X4X34 12 LONAS 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	FIRESTONE	3.085,00	30.850,00
32	24286	50	UNID.	PNEU 205/75 R16 PRIMEIRA LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	BRIDGESTONE	536,00	26.800,00
36	12665	20	UNID.	PNEU 235/70 ARO 16, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	FIRESTONE	530,00	10.600,00
38	19298	30	UNID.	PNEU 265/70 R:16, COM 06 LONAS, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADA PELO INMETRO	FIRESTONE	620,00	18.600,00
40	4540	100	UNID.	PNEU 275 X 80 X 22.5, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	FIRESTONE	1.279,00	127.900,00
43	33740	10	UNID.	PNEU BORRACHUDO 275X80X22,5 FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	FIRESTONE	1.290,00	12.900,00
48	8397	20	UNID.	PNEU 235X70/16 6 LONAS 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	FIRESTONE	530,00	10.600,00
52	8582	30	UNID.	PROTETOR DE CAMARA 275X80/22.5 PRIMEIRA LINHA	IRBO	44,50	1.335,00

Totalizando o valor de R$ 299.137,00 (duzentos e noventa e nove mil, cento e trinta e sete reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2015 PREGÃO: N° 135/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: PNEUS VIA NOBRE LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição pneus, câmaras de ar e protetores para atender os veículos da frota municipal;

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cod. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
4	30609	10	UNID.	CAMARA DE AR 14X9X26, 1ª LINHA E APROVADA PELO INMETRO	MAGNUN	209,00	2.090,00
5	33746	10	UNID.	CAMARA DE AR 19.5X24, 1ª LINHA E APROVADA PELO INMETRO	MAGNUN	226,00	2.260,00
13	11252	20	UNID.	PNEU 10.5X65X16, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	PIRELLI	690,00	13.800,00
15	4527	100	UNID.	PNEU 1000X20 LISO 16 LONAS 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	PIRELLI	1.095,00	109.500,00
17	33743	10	UNID.	PNEU 12X16.5 FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	PIRELLI	930,00	9.300,00
19	10815	30	UNID.	PNEU 1400X24, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	PIRELLI	2.369,00	71.070,00
25	30610	10	UNID.	PNEU 18.4X26, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	PIRELLI	2.600,00	26.000,00
31	4544	30	UNID.	PNEU 205/70 R 15 6 LONAS1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	PIRELLI	460,00	13.800,00
34	33835	10	UNID.	PNEU 225.70 ARO 16, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	PIRELLI	565,00	5.650,00
35	30607	10	UNID.	PNEU 23.1X30, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	PIRELLI	3.650,00	36.500,00
37	17179	20	UNID.	PNEU 245X70 ARO 16, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	PIRELLI	669,00	13.380,00
41	33742	10	UNID.	PNEU 750X16 FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADO PELO INMETRO	PIRELLI	490,00	4.900,00
46	36719	6	UNID.	PNEUS 18.4.30, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADA PELO INMETRO	PIRELLI	2.290,00	13.740,00
49	36720	6	UNID.	PNEUS 24.5.32, 1ª LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL APROVADA PELO INMETRO	PIRELLI	3.870,00	23.220,00

Totalizando o valor de R$ 345.210,00 (trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e dez reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 101/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT torna público o resultado do Pregão Nº 101/2015 – Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Procedimentos e Perfurocortantes, onde sagraram-se vencedoras as empresas: DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 08.835/0001-70, lotes 04,08,12,15,16,22 e 26 totalizando R$ 54.971,60; JM REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS E MAT. HOSPITALARES LTDA ME, CNPJ 05.198.234/0001-09, lotes 10,11,14,18 e 32 totalizando R$ 54.941,00; NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ 52.202.744/0001-92, lotes 09,17,21,27 e 31 totalizando R$ 44.586,20; NORGE PHARMA COM. DE MEDICAMENTOS E MAT. E SOLUÇÕES PARA SAÚDE LTDA, CNPJ 08.139.622/0001-07, lotes 05,06,07,25 e 28 totalizando R$ 112.986,60; RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME, CNPJ 06.696.359/0001-21, lotes 02,13,19 e 24 totalizando R$ 149.312,80; RINALDI E COGO LTDA, CNPJ 07.269.677/0001-79, lotes 01 e 29 totalizando R$ 202.232,00; STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ 00.995.371/0001-50, lotes 03,20 e 23 totalizando 13.352,00. O lote 30 resultou em fracassado. Campo Verde, 14 de outubro de 2015. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 103/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT torna público o resultado do Pregão Nº 103/2015 – Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Óleos Lubrificantes, Graxas, Fluídos e Químicos: VERDLUB – COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA ME, CNPJ 18.236.918/0001-08, foi vencedora do certame com o total de R$ 597.674,98 (quinhentos e noventa e sete mil seiscentos setenta e quatro reais e noventa e oito centavos). Campo Verde, 14 de outubro de 2015. Leila Gubert – Pregoeira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 615/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA O SERVIDOR VALMIR DE PAULA FARIA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 069/2015, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 627/2015

PORTARIA Nº627/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL ALCIDES JOSE VICENTE PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 628/2015

PORTARIA Nº628/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL SUELI FERREIRA DA SILVA PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 629/2015

PORTARIA Nº629/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA O SENHOR LUCAS ANDREI BUENO DO CARGO DE DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA Nº 630/2015

PORTARIA Nº630/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR LUCAS ANDREI BUENO PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: REPARO NOS SERVIÇOS CONTRATADOS

PREGÃO: 065/2013

CONTRATOS: 032/2014 e 058/2014

Prezado Senhor,

Vimos através da presente **NOTIFICAR** a Empresa: **CONTÍNUA IND. COM. E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO LTDA**, CNPJ: 01.967.727/0001-05, Várzea Grande-MT**,** para reparar/corrigir os serviços de sinalização viária prestados em ruas e avenidas do município, uma vez que os mesmos apresentaram defeito e desgaste prematuros, conforme estabelece a Clausula 7ª , itens i) e n) dos contratos.

Fica estipulado a partir desta data o prazo de **48 (quarenta e oito) horas** para que referida empresa repare os serviços contratados, sob pena de responder pelas penalidades constantes no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

Considerando que o fiscal do contrato, **Sr. Candido Loureiro de Lima**, depois de várias tentativas junto a empresa, e tendo seus esforços fracassados, comunicou da não reparação dos serviços, e que a empresa esta deixando de cumprir suas obrigações quanto à reparação dos serviços executados, informamos que o não cumprimento do prazo a empresa estará sujeita as penalidades e multas estabelecida no edital, ficando ainda sujeita a rescisão contratual/ata de registro de preços, com aplicação das penalidades cabíveis, inclusive impossibilidade de contratar com a administração publica pelo prazo de ate 2(dois) anos conforme as leis supracitadas. Informamos ainda, que caso a empresa não se manifeste, dentro do prazo estipulado, esta notificação será considerada como aviso de penalidade.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde, 14 de outubro de 2015.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 035/2015

Pregão nº. 017/2015

Processo nº. 358/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

CONTRATADO:PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, CNPJ: 34.274.233/0001-02

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores registrados dos lotes 01 e 04, conforme abaixo:

Lote	Descrição	Valor unitário atual (R$)	Valor unitário com o reequilíbrio econômico financeiro (R$)
01	EMULSÃO ASFÁLTICA RL-1C	1.366,00	1.517,76
04	ASFALTO DILUÍDO CM-30	2.450,00	2.722,19

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 14 de outubro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

JACKSON MARCIANO SILVA MOTTA

Petrobras Distribuidora S.A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 034/2015

Pregão nº. 017/2015

Processo nº. 358/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: **EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 04.420.916/0003-13.**

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores registrados dos lotes 02 e 03, conforme abaixo:

Lote	Descrição	Valor unitário atual (R$)	Valor unitário com o reequilíbrio econômico financeiro (R$)
02	EMULSÃO ASFÁLTICA RM-1C	1.434,00	1.548,72
03	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C	1.372,00	1.481,76

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 14 de outubro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

LEONARDO MACHADO DE AZEVEDO VILELA

EMAM – Emulsões e Transportes Ltda

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da Tomada de Preços nº 008/2015, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em em obras e serviços de engenharia para construção de ponte/bueiro sobre o Rio Formiga na estrada vicinal Ponte Velha, com data de abertura em 09/10/2015, às 08h00, sendo declarada vencedora do certame a licitante **MILANI & MACHADO LTDA - ME**, CNPJ/MF nº 18.204.777/0001-33, com valor de R$ 61.785,00 (sessenta e um mil e setecentos e oitenta e cinco reais) para o Lote 01; R$ 25.278,24 (vinte e cinco mil e duzentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos) para o Lote 02 e; R$ 67.365,38 (sessenta e sete mil e trezentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos) para o Lote 03.

Campos de Júlio - MT, 13 de outubro de 2015.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 165/2015, torna público **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de bens móveis com montagem, operação, desmontagem de estrutura e equipamentos para cobertura de eventos, para execução diária e parcelada de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **28/10/2015 às 10h00min** (**Horário Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 14 de Outubro de 2015.

ALESSANDRA SANTOS ABREU

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº532/2015

De 14 de outubro de 2015

Designa Servidor Público Municipal para a gestão do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 175/91;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Secretária Municipal de Saúde, Alessandra dos Santos Abreu, RG 2260512 SSP/MT e CPF 967.614.821-00 para a Gestão do Fundo Municipal de Saúde conforme o disposto na Lei Municipal 175/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 3º

- Revogam -se as disposições em contrário, em especial portaria nº 485/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 14 de outubro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através da Pregoeira Oficial, torna público que o edital de licitação para o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de passagens interestadual e intermunicipal (passagem terrestre) e prestação de serviços de malotes/fretes, para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Canarana-MT,** na modalidade **Pregão Presencial, anteriormente suspenso,** será realizadono dia **28/10/2015 às 15h30min** (**Horário de Cuiabá**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital readequado completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, **por telefone 66 – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail licitacoes.canarana@gmail.com ou no endereço eletrônico www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 14 de Outubro de 2015.

ALESSANDRA SANTOS ABREU

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 531/2015

De 14 de outubro de 2015.

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear ALESSANDRA SANTOS ABREU, para exercer o cargo de SECRETÁRIA DE SAÚDE, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002,e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 14 de outubro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 533/2015

De 14 de outubro de 2015.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a VILSON GILMAR GUGEL ocupante do cargo de VIGILANTE ESCOLAR CLASSE A NIVEL 02 matricula de 3524, lotado na Secretaria Municipal de Educação , três (03) meses de Licença Premio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 13 de outubro de 2015 á 10 de janeiro de 2016, relativo ao quinquênio de 2010 a 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 13 de outubro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 534/2015

De 14 de outubro de 2015.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a APARECIDO FERREIRA DA COSTA ocupante do cargo de VIGILANTE ESCOLAR CLASSE B NIVEL 05 matricula de 1064, lotado na Secretaria Municipal de Educação, três (03) meses de Licença Premio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 17 de outubro de 2015 á 14 de janeiro de 2016, relativo ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 14 de outubro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 027/2015

Evaldo Osvaldo Diehl,Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Teste Seletivo Simplificado homologado pelo decreto n° 2504/2014 de 19/12/2014.RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
HIRLLA CAROLINE B.R. DA GAMA	AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	Edital 002/2014

A candidata convocada terá 05 (cinco) dias uteis contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana,em 13 de outubro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº528/2015

De 13 de outubro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIVINA GALVÃO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora DIVINA GALVÃO DOS SANTOS por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 15/10/2015 a 13/11/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 21/02/2012 A 20/02/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 13 de outubro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 165/2015, torna público **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Recargas em Botijão de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP P13, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **28/10/2015 às 08h30min** (**Horário Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 14 de Outubro de 2015.

ALESSANDRA SANTOS ABREU

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 526/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇAO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADO** o Senhor **MARCELO MARTINS** no cargo **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇAO DE TRABALHO** lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 07 de outubro de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

A Prefeitura Municipal de Carlinda, CNPJ nº **01.617.905/0001-78,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a Abertura de Estradas Vicinais com extensão 7,95 km e implantação de 6 bueiros 3 duplo e 3 simples tubular de concreto no Assentamento São Paulo zona rural município de Carlinda/MT.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 534/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **EXONERADOS(as)** Senhores(as) lotados na Secretaria Municipal de Saúde, abaixo relacionados:

Servidores(as)	Cargos
IDAYANE MARIA SOARES DE SOUZA	ASSESSOR DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
LINDALVA TAVARES DE AGUIAR	ASSESSOR DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
VALDENICE DOS SANTOS LEMES	ASSESSOR DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
IARA MARTINS DE SOUZA	ASSESSOR DE SAÚDE
NÚBIA RAFAELA NUNES DE ALMEIDA	ASSESSOR DE SAÚDE
DARCI MARQUES DE BRITO	CORDENADOR DA CENTRAL DE REGULAÇÃO
CAROLINE DA SILVA IOCCA	DIRETOR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE
DANIELE CRISTIANE GIROLDO	DIRETOR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE
IRINEU OLÍVIO DOS SANTOS	DIRETOR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE
LEILSO NUNES DA SILVA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇAO DE TRABALHO
ROGÉRIO DE OLIVEIRA FERREIRA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇAO DE TRABALHO
SERGIO REINALDI CANARIN	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇAO DE TRABALHO

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor a partir do dia 31 de outubro de 2015.

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de outubro de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N° 538/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O FERIADO MUNICIPAL DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2015 EM VIRTUDE DO 21° ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DECRETADO** feriado Municipal no dia 16 de outubro de 2015, no Município de Carlinda, conforme Lei Municipal nº 011/98 em virtude do 21º Aniversário de Emancipação Política.

Artigo 2º - Devendo todos os estabelecimentos comerciais e industriais permanecerem fechados.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

Em, 13 de outubro de 2015

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE CANCELAMENTO

AVISO DE CANCELAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL 046/2015

O Município de Carlinda – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para conhecimento dos interessados que tendo em vista o não cumprimento do prazo previsto no item 9.1.1. do Edital, para comprovação de sua regularidade fiscal (certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", parágrafo único, do art. 11, da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991. decide CANCELAR o Pregão Presencial nº046/2015 tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, PARA CONSERTO DE PNEUS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**.Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3525-2000.

Carlinda – MT, 13 de Outubro de 2015.

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 505/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **LUCIENE CRISTINA RIBEIRO** do cargo de **ASSESSOR DA ESTAÇÃO DE TRABALHO** lotado na Secretaria de Assistência Social.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 01 de outubro de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº533/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **EXONERADOS(as)** Senhores(as) lotados na Secretaria Municipal de Obras, Aviação e Serviços Uranos abaixo relacionados:

Servidores(as)	Cargos
DUCILENE GERTRUDES DOS SANTOS	ASSESSOR DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
JOSÉ MARIANO DE SOUZA	ASSESSOR DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
JOÃO RIBEIRO DOS REIS	DIRETOR ADMINISTRATIVO
JOÃO BATISTA DE FARIAS	DIRETOR DA ESTAÇAO DE TRABALHO
ADRIANO DE OLIVEIRA ESCORSIN	DIRETOR DE ESTRADAS, MENUTENÇAO E OBRAS
EVERTON DA SILVA CANDIDO	DIRETOR ENGENHEIRO CIVIL

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor a partir do dia 31 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de outubro de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 532/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **EXONERADOS(as)** Senhores(as) lotados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente abaixo relacionados:

Servidores(as)	Cargos
DIONIZIO DE ALMEIDA GAMELEIRA	CHEFE DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
EIDI NEIA MARTINS	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor a partir do dia 31 de outubro de 2015.

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de outubro de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 531/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **EXONERADOS(as)** Senhores(as) lotados na Secretaria Municipal de Educação abaixo relacionados:

Servidores(as)	Cargos
AGNALDO DA SILVA	CHEFE DE GERENCIAMENTO
AMARILDO PEREIRA DOS SANTOS	CHEFE DE GERENCIAMENTO
JURACI TORQUATO	CHEFE DE GERENCIAMENTO
RENATO DE SOUZA SANTANA	CHEFE DE GERENCIAMENTO
ARISTIDES BACCARIN	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
ILDO APARECIDO SKURA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
NILSON CARDOSO	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
VALDIR DA SILVA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRABALHO

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor a partir do dia 31 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de outubro de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 530/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **EXONERADOS(as)** Senhores(as) lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social abaixo relacionados:

Servidores(as)	Cargos
REGINA CELIA DA ROCHA DOS SANTOS	ASSESSOR DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
ELIANA RUIZ MIGUEL BARBOSA	CHEFE DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
UILMARINA MARIA DA SILVA	CHEFE DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
DAIANA BELINE MARQUES	DIRETOR ADMINISTRATIVO
HELIO VIEIRA DO PRADO	DIRETOR ADMINISTRATIVO

JAIR MICIAS DA COSTA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇAO DE TRABALHO
PAULO ROBERTO BARREIRO FILHO	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇAO DE TRABALHO
SILVANA PEREIRA ARAÚJO	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇAO DE TRABALHO
VILMAR KUNTZ	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇAO DE TRABALHO

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor a partir do dia 31 de outubro de 2015.

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de outubro de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 529/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **EXONERADOS(as)** Senhores(as) lotados na Secretaria Municipal de Agricultura abaixo relacionados:

Servidores(as)	Cargos
SATURNINO LEONARDO	CHEFE DA ESTAÇÃO DE TRABALHO
VALDEMIR GOMES DE ARAUJO	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇAO DE TRABALHO

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor a partir do dia 31 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de outubro de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE PUBLICAÇÃO – EXTRATOS PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 023/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: CRISTIANO BENSONE CPF902.689.541-00

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR, PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS MUNÍCIPES DE CARLINDA - MT

VIGENCIA: 14/04/2015 à 31/12/2015

VALOR SUPRESSIVO: R$ 1.299,00 (Hum mil e duzentos e noventa e nove reais).

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 528/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **EXONERADOS(as)** Senhores(as) lotados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças abaixo relacionados:

Servidores(as)	Cargos
ISNAR DOS SANTOS DUTRA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇAO DE TRABALHO
WILSON BRAZ MOREIRA DA COSTA	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇAO DE TRABALHO
ELIANA DEODATO FARIAS ROSA	CHEFE DE GERENCIAMENTO
MARCELIO ANJO PEREIRA	CHEFE DE GERENCIAMENTO
PATRICIA APARECIDA ZAPELINE FRANCISCO	DIRETOR ADMINISTRATIVO

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor a partir do dia 31 de outubro de 201.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de outubro de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 527/2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **EXONERADOS** Senhores lotados no Gabinete do Prefeito abaixo relacionados:

Servidores	Cargos
Clay José Frantz	Assessor de Comunicação
Francis Dias Paiva	Assessor Jurídico
Adalmir José Piovesan	Diretor de Gabinete

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor a partir do dia 31 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de outubro de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 032/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, ESTADO DE MATO GROSSO, através da Pregoeira, torna público que realizará às **13:30 HORAS DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2015**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, situada à Rua Ti-

radentes, 166 – Centro, na cidade de Chapada dos Guimarães/MT, licitação na modalidade **PREGÃO 032/2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO E CORREÇÃO EM LUMINÁRIAS, REPOSIÇÃO DE LUMINÁRIAS, LÂMPADAS, RELÊS FOTOELÉTRICOS, BRAÇOS DAS LUMINÁRIAS E MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM PRÉDIOS PERTENCENTES A ESTE MUNICÍPIO, SEM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO.**

Informações detalhadas e o Edital completo poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães no endereço acima de segunda a sexta feira em horário normal de expediente das 12:00 às 18:00 horasnos dias úteis, com a **Comissão Permanente de Licitações**, fone (65) 3301-1570 ou e-mail licitachapada@gmail.com.

Chapada dos Guimarães (MT), 14 de Outubro de 2015.

MAILI DA SILVA MATOSO

Pregoeira

GABINETE
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAMOS aServidora Publica Municipal Efetiva a Srª. **MARIA GOMES DE LIMA,** no Cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para comparecer ao Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, para tratar de assunto relacionado a sua vida funcional junto a este órgão de acordo com o Artigo 143 parágrafo II da Lei Municipal 581/91.

Notificamos ainda, pois a servidora não comparece ao Serviço Público por mais de 60 (sessenta) dias, sem justificativas, ocorridas no período de Agosto/2015 até a presente data.

O prazo de comparecimento é de 03 (dias) dias a contar da data de publicação desta.

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de Outubro de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
2ª ERRATA AO CONTRATO 113/2014

O **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.530/0001-19, com sede administrativa sito á Rua Tiradentes 166, centro, Chapada dos Guimarães, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LISÚ KOBERSTAIN**, brasileiro, casado, pecuarista, portador do documento de Identidade n.º 017219 SSP/MT portador do CPF n.º 173.391.621-00, residente e domiciliado na Zona Rural, Município de Chapada dos Guimarães /MT, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar que realizou correções nos contratos de nº 113/2014 e 113/2014, sem, contudo, alterar substancialmente o objeto.

Onde se lê:

CONTRATO N.º 113-A/2014, VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO PRESENCIAL 009/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES E A EMPRESA ERLAN DE SOUZA-ME

Leia-se:

CONTRATO N.º 1131/2014, VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO PRESENCIAL 009/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES E A EMPRESA ERLAN DE SOUZA-ME

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 29/2015

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, sediada à Rua Tiradentes, 166, Centro, através da Senhora Maili da Silva Matoso, pregoeira, torna publico para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando a

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR O SERVIÇO DE RETIFICA DE DOIS MOTORES, SENDO UM MICRO ONIBUS IVECO QUATRO CILINDROS E UM ONIBUS WORKS 16210 MWM SEIS CILINDROS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do tipo Menor Preço Global, obteve o seguinte resultado:

RETIFICA SOMOTOR LTDA-EPP

Valor Vencedor: R$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais)

Chapada dos Guimarães/MT 14 de Outubro de 2015.

MAILI DA SILVA MATOSO

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2015

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa MARCELO VANTUIR DE FREITAS ME, sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, FRESA E SOLDA NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.** Cláudia/MT, 14 de Outubro de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 081/2015

NOMEIA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ADMISSÃO DE SERVIDORES NO QUADRO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSON JOSE DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

Decreta

ART. 1º. Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos à abertura do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos e vagas da Secretaria de Educação conforme definido em Edital.

ART. 2º. Ficam designados os seguintes servidores: **Vilma Barbosa De Oliveira**, como Presidente da Comissão, **Luiz Pedro Dos Santos** como-Secretário, e como membros:

Luciana Da Silva Santana, Luzia Bárbara da Silva, Edina Martins de Oliveira, para que em conformidade com a Legislação em vigor componham a Comissão de Fiscalização e Organização do Processo Seletivo Simplifi-

cado que irá, sob a presidência da primeira, coordenar e realização todo o certame mencionado neste Decreto.

ART. 3º. Ficará a cargo da Comissão, como suas principais atribuições:

a)a disponibilização de um servidor para ajudar com as inscrições no local;

b)a indicação do local para realização das provas práticas e objetivas;

c)a indicação dos fiscais para as salas das provas práticas;

d)a coordenação da aplicação das provas objetivas e práticas;

e)a divulgação dos editais e resultados;

f)a contribuição para preparação do relatório final junto ao departamento de recursos humanos a ser encaminhado ao Prefeito Municipal.

ART. 4º. Fica prevista para meados de Novembro de 2015, a realização do processo seletivo simplificado, a qual poderá ser alterada por decisão administrativa.

ART. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso em08 de outubro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 082/015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TITULOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORARIOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

NILSON JOSE DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Colíder,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a necessidade de regularização das contratações dos servidores sem concurso a serem lotados na Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que o excepcional interesse público na solução do problema da contratação de servidores para atender esta secretaria, justifica-se em face da necessidade de se garantir Educação de qualidade à população do município.

Considerando o Artigo 37 inciso IX da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Artigo 211 da Lei n° 2408/10, da Lei nº 2338/2010, Lei nº 2761/2014 a qual divulga e estabelece normas para contratação de Pessoal temporário para Secretaria de Educação dos Servidores Públicos do Município de Colíder - MT, através do Processo Seletivo Simplificado;

DECRETA:

Art. 1° - A seleção de candidatos para o serviço público para atender as necessidades de contratação na Secretaria Municipal de Educação de Colíder - MT esta previsto para ser realizado entre os meses de Novembro e Dezembro de 2015 e reger-se-á pelas normas contidas no presente Decreto.

Art. 2º – O prazo de validade desta seleção será de até 1 (um) ano, prorrogável por igual período a critério da Secretaria Municipal de Educação - Colíder/MT, se houver candidatos aprovados e ainda não nomeados;

Art. 3º - A convocação será feita após a homologação do certame; a data prevista estimada para homologação é a partir do dia 10 de Dezembro de 2015, através de edital afixado no local de costume na sede da Prefeitura Municipal de Colíder – MT.

Art. 4º - O edital deverá conter:

I) Os cargos a prover com as respectivas vagas;

II)Os vencimentos dos cargos;

III)Os prazos e as exigências para inscrição dos candidatos;

IV)Os documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição;

V)As matérias sobre as quais versaráa seleção;

VI)A data de realização da seleção, observando o Art. 5 do presente;

VII)Os pesos e as notas mínimas de aprovação em cada matéria e de aprovação no conjunto;

VIII)Contagem de pontos para títulos;

IX)Ser aprovado no teste psicológico/entrevista;

X)Outras disposições julgadas necessárias.

Art. 5º - Os prazos do edital poderão ser prorrogados a juízo da Comissão através de Publicação nos mesmos meios em que se divulgou o respectivo Edital.

Art. 6º - Poderão candidatar-se, todos os cidadãos que atendam aos seguintes requisitos:

I)Ser Brasileiro nato ou naturalizado artigo 12 da CF.

II)Ser maior de 18 (dezoito) anos até a data da inscrição;

III)Estar em gozo dos direitos públicos;

IV)Estar quites com as obrigações eleitorais,

V)Estar quites com as obrigações militares;

VI)Escolaridade mínima exigida;

VII)Satisfazer os requisitos especiais para o provimento do cargo conforme legislações.

Art. 7º - As inscrições dos candidatos serão efetuadas no local, horário e prazos fixados no Edital da Seleção.

Art. 8° – No ato da inscrição o candidato deverá emitir a respectiva ficha de inscrição, como comprovante efetivo da inscrição para realização da prova.

Art. 9° – A Comissão de Processo Seletivo prestará todas as informações necessárias e orientará os interessados na obtenção dos elementos indispensáveis a inscrição.

Art. 10 – A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como as apresentações de documentos falsos, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

Art. 11 – O pedido da inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste Decreto e do respectivo edital.

Art. 12 – O Prefeito Municipal designará a Comissão do Processo Seletivo Simplificado, composta por pelo menos 05 (cinco) integrantes, para acompanhar e coordenar a aplicação dos testes durante o ato da seleção:

Dentre os 05 (cinco) integrantes o Prefeito escolherá o Presidente da Comissão.

A escolha dos Membros a Comissão do Processo Seletivo Simplificado recairá em pessoas de reconhecida idoneidade moral.

Art. 13 – A Comissão do Processo Seletivo Simplificado será auxiliada por pessoas, na qualidade de fiscais e os mesmos receberão instruções um dia antes da realização dos testes, em reunião com a Coordenação.

Art. 14 – Os testes serão preparados com questões objetivas, e após aplicação dos mesmos, serão considerados todos os candidatos classificados na prova objetiva, os que obtiveram nota maior que 0 (zero) pontos.

Art. 15 – O candidato que se recusar a fazer os testesou que se retirar do recinto durante a realização de qualquer delas, sem autorização da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, ficará automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

Art. 16 – Expirando o prazo para solução das questões, os testes serão recolhidos pelos fiscais e Comissão do Processo Seletivo que terá prazo de até 30 (trinta) dias para a divulgação dos resultados.

Art. 17 – Será considerado aprovado para a próxima fase (títulos), o candidato que:

I)Não obtiver zero em nenhuma das provas;

II)Comprovar endereço de acordo com a respectiva área de abrangência a qual realizou a inscrição.

Art. 18 – A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente.

Art. 19 – A homologação do Processo Seletivo Simplificado será feita por ato do Prefeito, mediante relatório sobre todas as fases do mesmo, preparado pela Comissão de Seleção econstará dele:

I)Histórico dos preparativos da seleção;

II)Cópia do Edital;

III)Cópia dos atos designativos da Comissão examinadora e dos fiscais;

IV)Lista de aprovação por ordem decrescente da médiado conjunto das provas;

V)Ocorrência havida durante a realização da seleção;

VI)Parecer final da Comissão de Seleção.

Art. 20 – A administração poderá a seu critério, antes da homologação, suspender, alterar, anular ou cancelar, não assistindo ao candidato direito à reclamação.

Art. 21 – Os casos omissos no regulamento serão resolvidos pela comissão encarregada da seleção.

Art. 22 – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO EM 08 DE OUTUBRO DE 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 045/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

Portaria nº. 045/2015

O Vereador **ODAIR JOSÉ DE OLIVEIRA,** Presidente da Câmara municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Proceder a elevação na linha vertical (progressão por qualificação) de acordo com a Tabela Básica de Progressão Salarial, Anexo II da Lei 2. 141/2009 e elevação salarial conforme dispõe o art. 1º da Resolução 002/ 2012 do Servidor:

NOME	CARGO	CLASSE	NIVEL	REF.
LENOIR ALVES DE LIMA	Contador	SNS I	B	30

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Colíder-MT., 13 de outubro de 2015.

Vereador ODAIR JOSÉ DE OLIVEIRA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 046/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

Portaria nº. 046/2015

O Vereador **ODAIR JOSÉ DE OLIVEIRA,** Presidente da Câmara municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Proceder a elevação salarial conforme dispõe o art. 1º da Resolução 002/2012 do Servidor EDMILSON CORREA DE SOUZA.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Colíder-MT., 13 de outubro de 2015.

Vereador ODAIR JOSÉ DE OLIVEIRA

Presidente

PORTARIA Nº. 615/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora Municipal MARCIA APARECIDA RODRIGUES DE SOUZA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Cadastros de Atividades, DAI II, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 30 de setembro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 30 de setembro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 616/2015

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor Municipal, RONALDO ADRIANO DA SILVA, do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Engenharia Estudos e Projetos, DAI III, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 30 de setembro de 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 30 de setembro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - ESTADO DE MATO GROSSO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2015

O Prefeito Municipal de Colíder Estado de Mato Grosso por meio da Comissão Organizadora de Processo Seletivo, constituída nos termos da Portaria nº 579/2015, faz saber sobre o ENSALAMENTO e PROVA PRÁTICA, Processo Seletivo Simplifica nº.02/2015do para Contratação Temporária de excepcional interesse público destinado ao preenchimento de 03 (três) vagas mais 03(três) cadastro de reserva, para **Operador de Máquinas**, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.767/2014, de 10 de dezembro de 2014

DATA DA PROVA OBJETIVA: 18 DE OUTUBRO DE 2015

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL FÁBIO RIBEIRO DA CRUZ

ENDEREÇO:Travessas dos Bandeirantes nº. 25 - Setor Leste, Próximo a Prefeitura Municipal de Colider

HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÃO: 07H15 MIN

HORÁRIO DE FECHAMENTO DO PORTÃO:07:45MIN

INICIO DA PROVA: 8H

CARGOS: TODOS

DATA DA PROVA PRÁTICA:

18 DE OUTUBRO DE 2015

LOCAL: PÁTIO DA INFRAESTRUTURA – SECRETARIA DE OBRAS

ENDEREÇO: MT 320 – KM 34- próximo ao Corpo de Bombeiros

Horário: 14h

INICIO DA PROVA: 14H15min

CARGOS: TODOS

01 – WASHINGTON LUIZ DIAS CARVALHO

02 – ALDEMAR FRANCISCATO DA SILVA

03 – WILSON NEUCI RESKE

04 – GILDERLAN SOARES DA SILVA

05 – SIDINEI GONCALVES DA SILVA

06 – JOSÉ COSTA FILHO

07 – IVONILDO JOSÉ FRANCISCO ALVES

08 – ADENILSON DE SOUZA

Colíder – MT, 14 de Outubro de 2015

NILSON JOSÉ DOS SANTOS LUCIENE DE ALMEIDA TEODÓRIO

Prefeito Municipal Presidente da Comissão nº 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - ESTADO DE MATO GROSSO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 003/2015 - EDITAL RESUMIDO

O Presidente da Comissão Organizadora do **Processo Seletivo Simplificado N º 003/2015** faz saber aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado de Provas e Títulos para o no quadro temporário de funcionários da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, para os cargos constantes do presente Edital, em conformidade com o Artigo 37 inciso IX da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e das seguintes leis municipais **Lei n° 2408/10, da Lei nº 2338/2010, Lei nº 2761/2014**, de acordo com as disposições a seguir:

As inscrições serão online/presenciais realizadas no período de *03 de Novembro de 2015 a 11 de Novembro de 2015*, o link para as inscrições e o edital completo com maiores informações encontra se disponível nos seguintes sites, ou local e horário: **http://www.consultoriaatos.com/concursos/** e **http://www.colider.mt.gov.br.**

Local: Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Colíder - MT, Tel: (66) 3541-1102

Endereço:

Av. Dauri Riva, nº 111, Centro, Setor Leste, Colíder - MT - Centro CEP: 78. 500-000

Os cargos e vagas previstos estão relacionados abaixo:

Descrição do Cargo	Vagas	Carga de Horas Semanal	Vencimento Mensal R$	Taxa de Inscrição	Escolaridade Mínima
Professor; Técnico Administrativo Educacional; Técnico em Desenvolvimento Infantil; Apoio Administrativo Educacional – Manutenção da Infraestrutura e Apoio Administrativo Educacional - Nutrição Escolar.	194	30h	R$ 824,70 a R$ 2. 158,40	R$ 20,00 a R$40,00	Fundamental Completo Nível Médio, Magistério e Superior

O detalhamento dos cargos e vagas esta disponível junto edital completo o qual encontra-se fixado no mural da Secretaria de Educação e da Prefeitura Municipal de Colíder/MT ou através do site http://www.colider.mt.gov.br.

a) Aplicação prevista das Provas Objetivas.

Dia 29 de Novembro de 2015.

Horário das 08h00 às 11h00 (horário oficial do Mato Grosso).

b) Provas de Títulos. Será realizada convocação por edital complementar.

O Local de realização das provas será informado através de publicação do edital complementar no mural/site da Prefeitura Municipal de Colíder.

Colíder – MT, 14 de Outubro de 2015

NILSON JOSÉ DOS SANTOS VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal Presidente da Comissão do PSS nº 003/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER – MT PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 003/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO.

O Presidente da Comissão Organizadora do **Processo Seletivo Simplificado N º 003/2015** faz saber aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado de Provas e Títulos, em conformidade com o Artigo 37 inciso IX da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e das seguintes leis municipais **Lei n° 2408/10, da Lei nº 2338/2010, Lei nº 2761/2014**, divulga e estabelece normas específicas para a abertura das inscrições e para a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas da Estrutura Administrativa a qual destina-se ao recrutamento e seleção de candidatos aos cargos descritos, mediante as condições estabelecidas neste edital, por prazo determinado.

1 – DOS CARGOS, VAGAS, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO.

1.1 – Encontram-se abertos, para preenchimento de diversas vagas mediante Processo Seletivo Simplificado, o detalhamento completo esta disposto no **ANEXO I**:

CARGO	**CARGA** HORARIA	VAGAS	VENCIMENTO
Professor:	30 Horas	97	

a) Ensino Superior (licenciatura)			R$ 2.158,40
b) Magistério			R$ 1.438,93
c) Ensino Médio			R$ 1.030,87
Técnico Administrativo Educacional		03	
a) Nível Médio			R$ 1.037,87
Técnico em Desenvolvimento Infantil:		39	
a) Nível Médio			R$ 1.037,87
Apoio Administrativo Educacional - Manutenção da Infraestrutura		33	
a) Nível Médio			R$ 1.037,87
b) Ensino Fundamental			R$ 824,70
Apoio Administrativo Educacional - Nutrição Escolar		22	
a) Nível Médio			R$ 1.037,87
b) Ensino Fundamental			R$ 824,70

1.2 – Os candidatos deverão indicar no ato da inscrição, a localidade em que pretendem atuar uma vez que ás vagas especificas para atuar em algumas regiões como na área urbana e/ou rural.

1.3 - Para os cargos de professor a carga horária é de 30 (trinta), horas semanais. Havendo compatibilidade de horários será permitido o contrato de aulas adicionais com limite máximo de 20 horas semanais, exceto os Profissionais do Magistério que atuar na Escola Municipal São Mateus no ato da atribuição terão 05 aulas/classe adicionais.

1.4 – Serão destinadas aos portadores de necessidades especiais 10% das vagas, desde que a deficiência de que são portadores não seja incompatível com as atribuições do cargo a ser preenchido, nos termos, do Decreto nº 3.298/99.

1.5 – Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem de classificação.

1.6 – Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, quando da sua contratação, terão suas relações de trabalho regidas pelo Regime Jurídico Administrativo conforme Lei Municipal Complementar nº 2338/2010, e forma de Contribuição previdenciária será ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social), com jornada de trabalho e remuneração conforme descrito e detalhados no ANEXO I.

1.6.1 - O candidato aprovado e classificado poderá ser convocado, obedecendo aos critérios de necessidades específicas da municipalidade e o relevante interesse público.

1.6.2 - Os candidatos classificados e não convocados para as vagas ofertadas poderão ser chamados dentro do período de vigência do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com critérios de necessidades, conveniência e oportunidade.

1.7 – Os contratos poderão ser rescindidos nos seguintes casos: 1.7.1 – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; 1.7.2 – necessidade de redução do quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere do artigo 169 da Constituição Federal; 1.7.3 – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias; 1.7.4 – desativação/redução de equipe(s); 1.7.5 – renúncia ou cancelamento do convênio de adesão assinado por iniciativa do Município ou da União; 1.7.6 – cessação do repasse de recursos financeiros da União para o Município.

2. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 - Os classificados serão convocados, com antecedência de no mínimo 72 (setenta e duas) horas para participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e jornada de trabalho, referente ao ano letivo de 2016.

2.2 - Os contratos para os aprovados que forem chamados para assumir o cargo, terão validade a partir da data da assinatura do mesmo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

2.3 – Os candidatos aprovados e classificados na forma estabelecida neste edital e suas retificações serão convocados para admissão atendendo as necessidades da administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação final e a disponibilidade de vaga para o cargo.

2.4 – Os candidatos Aprovados serão convocados por edital publicado na imprensa oficial www.amm.org.br, no site www.colider.mt.gov.br e no mural da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para no prazo de 08 (oito) dias, a contar da publicação na Imprensa Oficial, apresentar os documentos comprobatórios dos requisitos necessários para o exercício da função, para contratação e para receberem a designação do respectivo local de trabalho.

2.5 – Para efetivação da Contratação/Convocação, o candidato deverá apresentar original e três fotocópias legíveis dos seguintes documentos:

2.5.1 - Certificado/Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação, para o cargo que se candidatou;

2.5.2 - Registro nos respectivos Conselhos Profissionais;

2.5.3 - Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

2.5.4 - Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

2.5.5 - Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

2.5.6 - Carteira de Identidade;

2.5.7 - Cadastro de Pessoa Física - CPF;

2.5.8 - Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

2.5.9 - Carteira de Trabalho;

2.5.10 - Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

2.5.11 - CNIS (retirado no INSS);

2.5.12 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.5.13 - Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração

2.5.14 - firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;

2.5.15 - Conta corrente (Banco do Brasil)

2.5.16 - Carteira Nacional de Habilitação;

2.5.17 - Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

2.5.18 - Originais:

a) - 02 fotos 3x4 atual e colorida;

a) - Carteira de Trabalho;

c) - Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

d) - Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

e) - Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

f) - Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

g) - Declaração de Bens;

2.5.19 – Os requisitos deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado para a contratação/nomeação;

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 – Inscrição via internet:

3.1.1 – Será admitida à inscrição via internet ou presencial EXCLUSIVAMENTE através do sistema online o link estará disponível nos sites da prefeitura, no endereço eletrônico http://www.colider.mt.gov.br, ou diretamente no site da empresa organizadora, http://www.consultoriaatos.com/concursos/, Caso o candidato não tenha acesso a internet ou tenha dificuldade de concluí-la o mesmo pode comparecer na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer junto a equipe de apoio e da comissão organizadora do processo seletivo para realizar sua inscrição das 08h00m as 11h00m horas do dia 03 de Novembro de 2015 até o dia 11 de Novembro de 2015 (horário oficial do Mato Grosso), na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer Esporte e Lazer, localizada à Avenida Dauri Riva, nº 111, Centro, Setor Leste, Colíder - MT - Centro CEP: 78.500-000.

3.1.2 – A Prefeitura e a Secretária Municipal de Educação de Colíder, não se responsabilizará por solicitação de inscrição por via Internet não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.1.3 – O candidato, após realizar sua inscrição via Internet, e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, deverá emitir o comprovante de inscrição após conclusão da mesma.

3.1.4 – O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no sistema de gerenciamento do certame, no endereço eletrônico http://www.consultoriaatos.com/concursos/, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

3.1.5 - Somente será admitida uma inscrição por candidato.

3.2 – O candidato poderá obter informações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos endereços eletrônico http://www.colider.mt.gov.br, ou na Prefeitura Municipal junto a Secretaria Municipal de Educação e a comissão organizadora ou via e-mail da empresa organizado do certame contato@consultoriaatos.com.

3.3 – Antes do ato de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo.

3.4 – Haverá isenção da taxa de inscrição, conforme descrição e detalhamento 4 deste edital.

3.5 – Os candidatos portadores de deficiência deverão obrigatoriamente, encaminhar via SEDEX ou protocolar pessoalmente o laudo de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 tendo como prazo máximo para a postagem o dia 10 de Novembro de 2015, devendo ser enviado para a Secretaria Municipal de Educação de Colíder junto a comissão de fiscalização do Processo Seletivo Simplificado 003/2015, para o respectivo endereço:

Av. Dauri Riva, nº 111, Centro, Setor Leste, Colíder - MT - Centro CEP: 78.500-000 Fone: (66) 3541-1102 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE COLÍDER / COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2015.

3.5.1 – A data de emissão do laudo não poderá ser superior a noventa (90) dias da data de publicação deste edital.

3.6 - O candidato ou o seu procurador são responsáveis pelas informações prestadas na ficha de inscrição, arcando o candidato com as conseqüências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões, bem como pela apresentação de documentos fora dos prazos e critérios estabelecidos por este edital.

3.7 – O pedido de inscrição será indeferido para os candidatos que não satisfizerem as exigências impostas por este edital.

3.8 – A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado divulgará a homologação das inscrições, no mural e site da Secretaria de Educação e da Prefeitura Municipal Colíder - MT, no órgão Oficial de Imprensa do Município e nos sites http://www.colider.mt.gov.br a partir do dia 18 de Novembro de 2015.

4. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO:

4.1 Poderão requerer a isenção da taxa de inscrição: 4.1.1. O(a) candidato(a) doador (a) de sangue, desde que tenha realizado comprovadamente ao menos três doações antes do lançamento deste edital entregará juntamente com o requerimento de isenção, cópia do documento comprobatório padronizado de sua condição de doador regular de sangue expedido por Banco de Sangue, público ou privado, conforme determinação da Lei Estadual nº 7. 713/2002;

4.1.2. O(a) candidato(a) de baixa renda que se enquadrarem nos art. 1º e 2º da Lei Estadual nº 7.713/2002 e art. 1º da Lei nº 6.156/1992, terá os benefícios conforme as Leis e suas alterações, desde que devidamente comprovado através de comprovantes de rendimentos (Folha de pagamento do último mês), se exercer atividade remunerada; 4.1.3. O(a) candidato(a) desempregado(a) comprovadamente carente deverá solicitar sua isenção como "Desempregado" e se enquadrar nas determinações do Decreto n.º 6.593, de 11 de outubro de 2008 e estar regularmente inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal–CadÚnico, e constar no requerimento sob pena de indeferimento o Número de Identificação Social – NIS do candidato, expedido pelo órgão gestor nacional do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico.

4.1.3.1. Comprovar o desemprego mediante cópia da CTPS (Carteira de Trabalho) com a baixa do último emprego ou cópia autenticada do seguro - desemprego ou cópia da publicação do ato de exoneração se ex - servidor estatutário do serviço público. 4.2 O candidato que desejar requerer a isenção devera realizar no ato da sua inscrição através do link disponível no endereço eletrônico http://www.colider.mt.gov.br/ ou http://www.consultoriaatos.com/concursos no período entre dia 03 de Novembro de 2015 ao dia 04 de Novembro de 2015.

4.3. As informações prestadas no requerimento eletrônico de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, respondendo civil e criminalmente pelo teor das afirmativas. 4.4. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que: a) deixar de solicitar o pedido de isenção pela internet no período informado no item 4.2. b) omitir informações e/ou torná-las inverídicas. 4.5 O candidato que solicitar a isenção no período entre os dias de 03 a 04 de Novembro deverá entregar os documentos discriminados nos itens 4.1, bem como o requerimento de isenção (disponível após realização inscrição), devidamente preenchido e assinado, à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Colíder, até o dia 05 de Novembro de 2015, no endereço:

Av. Dauri Riva, nº 111, Centro, Setor Leste, Colíder-MT - Centro CEP: 78.500-000 Fone: (66) 3541-1102. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2015, ou por meio dos correios, utilizando o serviço de SEDEX ou semelhante, para o mesmo endereço supracitado. 4.5.1. A comprovação da tempestividade da solicitação poderá ser feita pela data da postagem do documento, a qual deverá ser digitalizada e encaminhada para o e-mail contato@consultoriaatos.com, até o dia 05 de Novembro de 2015. 4.5.2. A documentação para solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição, postada por SEDEX, conforme disposto no item 4.6, deverá ser encaminhada individualmente por cada candidato. 4.6 A documentação comprobatória da condição de baixa renda ou desempregado, recebido e protocolada pela comissão do processo seletivo público e após analise a mesma será deferida/indeferida pela Atos Consultoria Pública e Empresarial, que decidirá sobre a isenção do pagamento da taxa de inscrição. 4.6.1. O candidato poderá, a critério da empresa Atos Consultoria Pública e Empresarial, ser convocado para apresentar documentação original, bem como outros documentos complementares. 4.7. O resultado das solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição será publicado no Diário Oficial de Mato Grosso, e disponibilizado no endereço eletrônico http://www.colider.mt.gov.br/ a partir do dia 05 de Novembro de 2015. 4.8. Os candidatos cujas solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição forem indeferidas deverão, para efetivar sua inscrição no processo seletivo público, acessar o endereço eletrônico http://www.colider.mt.gov.br/ e imprimir o respectivo boleto para efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo indicado no Item 2. 4.9. Os candidatos com pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferidos que não efetuarem o pagamento da taxa de inscrição, na forma do disposto no subitem 3.8, serão automaticamente excluídos do processo seletivo público. 4.10. O candidato cuja solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição for deferida estará automaticamente inscrito e homologado, e poderá emitir comprovante de inscrição atualizado.

5. DAS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 – Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº 3.298/99.

5.2 – São reservados 10% das vagas abertas por este edital, para os portadores de deficiência, de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº 3.298/99.

5.3 – O Direito de concorrer à reserva de vagas será definido pelo laudo apresentado no ato da inscrição, conforme item 3.5 deste edital, o qual será avaliado e homologado por médico do trabalho do município.

5.4 – Caso o candidato inscrito como portador de deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº 3. 298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para portadores de deficiência.

5.5 – No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de atendimento diferenciado, no dia da prova, deverá requerê-lo, por escrito, indicando as condições diferenciadas de que necessita para realização das provas.

5.6 – As pessoas portadoras de deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.7 – O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição, não declarar esta condição não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

6. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo compreenderá a seguintes etapas:

a) Primeira etapa: consistirá de Prova Objetiva, de múltipla escolha, com uma única alternativa correta, de caráter classificatório a ser aplicada para todos os candidatos.

b) Segunda etapa: Prova de títulos de caráter classificatório para todos os candidatos aprovados e classificados na prova escrita objetiva.

6.1 – DA PROVA OBJETIVA

6.1.1– A prova objetivo será realizada no dia 29 de Novembro de 2015 em local a ser definido e publicado junto ao edital complementar de homologação das inscrições.

6.1.2 – A prova será realizada no período MATUTINO (manhã). Os candidatos deverão comparecer ao local das provas às 07:30, do dia marcado, pois os portões permanecerão abertos somente até às 08:00, após esse horário e o efetivo inicio das provas não será permitido, em hipótese alguma, o acesso de candidatos a sala de provas.

6.1.3 – A prova escrita terá a duração improrrogável de 3 horas, avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e será considerado classificado o candidato que, não zerar em nenhuma matéria da prova objetiva;

6.1.4 – O candidato deverá comparecer ao local da prova munido da ficha de inscrição, caneta esferográfica azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação com fotografia para ingresso na sala de provas;

6.1.5 – Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, por ato da Comissão Organizadora, o candidato que cometer qualquer irregularidade constante do item 6.1.7, deste edital.

6.1.6 – Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do CARTÃO DE RESPOSTAS, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

6.1.6.1 – Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

6.1.6.2 – Cada candidato receberá seu Cartão de Respostas, o qual deverá ser conferido e assinado, que, em nenhuma hipótese será substituído.

6.1.6.3 – O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento do Cartão de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser devidamente assinado e entregue ao fiscal de provas.

6.1.6.4 - Solicitamos aos candidatos que não levem telefones celulares ou outros equipamentos eletrônicos, bem como, livros, anotações, boné e óculos escuros, pois a Prefeitura Municipal e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado não se responsabiliza pela perda ou furto destes e outros materiais.

6.1.7 – Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas de qualquer natureza, o uso de telefone celular, fones de ouvido ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares, bem como, tratar com descortesia os fiscais de provas ou membros da Comissão Organizadora.

6.1.8 – O candidato não poderá ausentar-se da sala durante a prova, a não ser momentaneamente, em casos especiais, e na companhia de um fiscal de provas.

6.1.9 – Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado nas dependências do local de aplicação da prova.

6.1.10 – Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, importando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

6.1.11 – Não haverá, igualmente, realização de prova fora do horário ou do local previamente marcado.

6.1.12 – A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para esta finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

6.1.13 – Os três últimos candidatos deverão permanecer juntos com o fiscal de sala, até o término das provas, ao encerar deverão verificar e assinar a Ata de ocorrências da Sala de Prova. Após isso a coordenação ira, verificar os documentos, bem como, lacrar o envelope contendo os cartões de respostas, a lista de presença e a folha da Ata de Sala, a qual será verificada e assinada, pela comissão fiscalizadora do Seletivo Simplificado.

6.1.14 - O gabarito preliminar será publicado no site http://www.colider.mt.gov.br e afixado no mural da Secretaria de Educação e da Prefeitura Municipal de Colíder - MT a partir do dia 30 de Novembro de 2015.

6.1.15 – O candidato que queira contestar alguma questão poderá fazê-lo, após publicação do gabarito provisório o qual será aberto prazo para os interessados protocolar o recurso.

6.1.16 – Se o candidato quiser interpor recursos contra alguma das questões, poderá protocolar recurso via sistema online após publicação do gabarito preliminar unicamente e exclusivamente no site da empresa organizadora o link também estará disponível no site Prefeitura municipal de Colíder via sistema eletrônico de gerenciamento de recursos o qual ficara disponível por um período de 48 horas.

6.1.17 – Não poderão participar do Processo Seletivo Simplificado, os membros de quaisquer das comissões deste certame e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas escritas objetivas, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até o segundo grau.

6.1.18 – A prova escrita objetiva será composta de questões cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo.

6.2 – DA COMPOSIÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

6.2.1 – Para todos os cargos as provas serão compostas de 20 questões, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

Professores - Nível Superior e Médio			
Provas	Nº de Questões	Peso da Questão	
Conhecimentos Gerais/Pedagógicos	10	4	40
Conhecimentos Específicos	10	6	60
Total			100
Demais Cargos Nível Médio e Fundamental			
Provas	Nº de Questões	Peso da Questão	

Conhecimentos Gerais	10	4	40
Conhecimentos Específicos	10	6	60
Total			100

6.3 – DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

5.3.1 – Os conteúdos programáticos estão descritos no Anexo III, deste Edital e serão disponibilizados aos candidatos junto com o edital o qual pode ser emitido através da internet no site da Prefeitura Municipal de Colíder ou na Secretaria Municipal de Educação junto da Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

6.4. DA PROVA DE TÍTULOS 6.4.1 – Os títulos deverão ser apresentados a convocação dos candidatos aprovados e classificado na primeira etapa do seletivo na Prefeitura Municipal de Colíder - MT. 6.4.2 - Os títulos deverão ser entregues da seguintes forma: Entregar em envelope tamanho A4, cópias dos títulos a serem avaliados, acompanhadas de 01 via do ANEXO V (preenchido somente com seus dados pessoais), anexo disponibilizado junto a esse edital disponível para download no site http://www.colider.mt.gov.br. 6.4.2.1 - A Comissão organizadora do Seletivo Simplificado fará o recebimento dos documentos. E a contagem dos títulos junto ao candidato no local. Cabe ao candidato a interpretação do Edital, bem como o entendimento do Quadro de Avaliação de Títulos – Anexo V. 6.4.3 - Não haverá reprodução de cópias no local de entrega dos títulos.

6.4.4 - Os documentos entregues como títulos não serão devolvidos aos candidatos. Por esse motivo, a entrega da cópia dos títulos deverá ser conforme descrito no item 6.4.2. 6.4.5 - A relação dos documentos apresentados deverá estar listada dentro do envelope. É de inteira responsabilidade do candidato a apresentação dos comprovantes listados no dia determinado. Os títulos serão avaliados conforme quadro Anexo V.

6.4.6 - Os títulos deverão ter relação direta com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição, e serão avaliados conforme previsto no Anexo V deste Edital. 6.4.7 – Os documentos representativos de títulos, que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão avaliados. 6.4.8 - Não serão recebidos títulos fora do prazo estabelecido, ou em desacordo com o Edital. 6.4.9 - Por ocasião de recursos relativamente aos títulos, somente serão aceitos documentos.

6.4.10 - Se o nome do candidato, nos documentos apresentados para a prova de títulos, for diverso do nome que constar no Requerimento de Inscrição, deverá ser anexado o comprovante da alteração do nome (Certidão de Casamento ou de Divórcio, ou de retificação do respectivo registro civil), sob pena de invalidação da pontuação ao candidato. 6.4.11 - O preenchimento correto do formulário de relação de títulos é de inteira responsabilidade do candidato. 6.4.12 – Comprovada, a qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação; e, comprovada a respectiva culpa, será excluído do Processo Seletivo Simplificado. 6.4.13 - Não serão aceitos como títulos, certificados ou diplomas com atividades diferentes da exercida pelo cargos.

6.4.14 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DOS TÍTULOS

6.4.14.1. Os Diplomas e ou certificados e demais critérios especificados nos ANEXO V deverão conter registros do órgão emissor ou informação suficiente para verificação dos órgãos competentes, não sendo aceitas declarações para substituí-los desde que as declarações, nestes casos, especifiquem que foram vencidas todas as etapas para obtenção do título. 6.4.14.2. Os documentos comprobatórios dos títulos, sob pena de não serem aceitos, não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas. 6.4.14.3 Não serão validados títulos que são pré-requisitos de participação no presente Processo Seletivo Simplificado. 6.4.14.4 Receberá nota 0,00 (zero) na avaliação de títulos os candidatos classificados na prova escrita que não apresentarem títulos.

7 – DO RESULTADO FINAL

7.1 – Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a soma das notas finais tanto da prova objetivo quanto da nota da avaliação de títulos.

7.2 – Serão considerados aprovados e classificados os candidatos que obterem nota de superior a 0 (zero) pontos na prova objetiva.

7.3 – Após publicação do resultado das provas objetivas, serão convocados os candidatos aprovados e classificados a apresentarem-se para a avaliação de títulos, a nota dessa avaliação será somada ao resultado final, em caráter classificatória.

7.4 – Na classificação final, dentre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência, na ordem de posicionamento:

a) idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27, da Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso);

b) Candidato que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Candidato mais idoso.

8. DOS PRAZOS PARA RECURSOS

8.1 – O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

8.1.1 – com relação ao edital no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital.

8.1.2 – Com relação à publicação das inscrições deferidas, indeferidas e homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital das inscrições.

8.1.3 – Com relação à prova escrita (questões objetivas), no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação dos gabaritos preliminares.

8.1.4 – Com relação às incorreções ou irregularidades constatadas na execução do Processo Seletivo Simplificado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da ocorrência das mesmas.

8.2 – O recurso deverá ser individual com a indicação da questão que o candidato se julga prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos compro-

vantes, devendo o mesmo realizado único e exclusivamente via sistema gerenciador de recurso via online, o qual ficara disponível por ate 02 (dois) dias úteis após realização das provas.

8.3 – Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como os que contenham erro formal e ou material, em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto nesse Edital.

8.4 – Se da análise de recursos resultar anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos. Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

8.5 – Os recursos indeferidos liminarmente não estão sujeitos à análise do mérito, mesmo que devidamente fundamentados.

8.6 – Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso ou recurso de recurso.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

9.1 – O Processo Seletivo Simplificado terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de

1º (primeiro) de janeiro de 2016, admitida uma única prorrogação por idêntico período.

9.2 – A aprovação no Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização deste ato condicionado à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade, sendo o número de vagas preenchido de acordo com as necessidades da Administração.

10. DA SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO GERAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

10.1 – A Supervisão do Processo Seletivo estará a cargo da comissão organizadora do processo Seletivo Simplificado nomeada pelo Decreto 81/2015, e a responsabilidade técnica, é da empresa contratada Atos Consultoria Publica e Empresarial através de seus departamentos competentes, a quem caberá os trabalhos de recebimento e homologação das inscrições e resultado, conferência de documentos, confecção de editais, elaboração das provas através de sua Banca Examinadora, aplicação, fiscalização, coordenação e demais atos pertinentes a aplicação das provas escritas e títulos, durante todo o processamento do Processo Seletivo Simplificado nos termos do Decreto 82/2015 que regulamenta a abertura deste certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – Se aprovado e convocado, o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital, bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

11.2 – Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame médico físico e psicológico e apresentação dos documentos legais que lhe forem exigidos.

11.3 – Os candidatos aprovados e convocados irão prestar serviços na jurisdição territorial do Município de Colíder, podendo ser na sede e/ou localidades do interior, zona rural de acordo com as necessidades das Secretaria Municipal de Educação.

11.4 – A convocação dar-se-á por Edital, publicado no jornal do Órgão Oficial do Município e afixado em mural na Prefeitura Municipal de Colíder - MT.

11.5 – É de responsabilidade do candidato manter seus dados cadastrais (endereços e telefone) atualizados junto ao Departamento Pessoal do Município.

11.6 –O candidato convocado que não assumir o cargo deverá requerer o deslocamento de seu nome para o último lugar da lista de seleção, no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data da convocação.

11.7 – É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos Editais e demais comunicados com a divulgação dos locais e datas das provas que serão publicados no jornal do Órgão Oficial do Município, e afixado em mural na Prefeitura Municipal de Colíder - MT no site http://www.colider.mt.gov.br/ e no site da empresa organizadora http://www.consultoriaatos.com/concursos.

11.8 – O ato de inscrição implica a aceitação destas e demais condições do presente Edital, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado, bem como do Regimento Interno da Prefeitura Municipal.

11.9 – Os cartões-resposta deste Processo Seletivo Simplificado, serão arquivados pela prefeitura municipal responsável serão mantidos pelo período mínimo de seis meses, findo o qual, serão incinerados.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1– Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, com auxílio da Assessoria Jurídica do Município.

12.2– Faz parte desse edital os seguintes anexos:

a) Anexo I – Cargos e Lotação.

b) Anexo II – Atribuições dos Cargos.

c) Anexo III – Conteúdos Programáticos.

d) Anexo IV – Cronograma do Processo Seletivo Simplificado.

e) Anexo V - Requerimento Provas de Titulo

Este Edital entra em vigor na data de 14 de Outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal Presidente da Comissão do PSS nº 003/2015

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS SALÁRIOS

CARGOS PROFESSORES NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO, MAGISTERIO E TÉCNICO.									
COD.	Cargo	Escolaridade / Requisitos Exigidos	Vagas Imediatas	Vagas Cadastro de Reserva	N.º de Vagas Portadores de Necessidades Especiais	Carga Horária Semanal	Vencimento Base R$	Valor da Taxa de Inscrição (R$)	Local de Trabalho
001	Professor Educação Infantil e Anos Iniciais	Licenciatura com Habilitação Específica Licenciatura Plena Magistério Ensino Médio	56	0	6	30h/s	2158,40 1438,93 1030,87	R$ 40,00	Zona Urbana Sede do Município
002	Professor de Geografia	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Zona Urbana Sede do Município
003	Professor de História	Licenciatura com Habilitação Específica	02	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Zona Urbana Sede do Município
004	Professor de Língua Portuguesa	Licenciatura com Habilitação Específica	04	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Zona Urbana Sede do Município
005	Professor de Língua Inglesa	Licenciatura Plena em Letras com Inglês Licenciatura Plena em Letras/ Curso de formação Ensino Médio/Curso de Formação	05	0	0	30h/s	2158,40 1030,87	R$ 40,00	Zona Urbana Sede do Município
006	Professor de Matemática	Licenciatura com Habilitação Específica	02	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Zona Urbana Sede do Município
007	Professor de Educação Física	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Zona Urbana Sede do Município
008	Professor de Artes	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Zona Urbana Sede do Município
009	Professor de Ciências	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Zona Urbana Sede do Município
010	Professor de Educação Física	Licenciatura com Habilitação Específica	08	0	1	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Professores Para Secretária Adjunta de Esporte
PROFESSORES DO CAMPO									
011	Professor Educação Infantil e Anos Iniciais	Licenciatura com Habilitação Específica Licenciatura Plena Magistério Ensino Médio	03	0	0	30h/s	2158,40 1438,93 1030,87	R$ 40,00	Escola São Mateus
012	Professor de História, Geografia e Educação Religiosa	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola São Mateus
013	Professor de Agroecologia e Economia Solidária	Licenciatura com Habilitação Específica (Licenciado em Ciências Biológicas/Biologia e/ ou Licenciado em Matemática)	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola São Mateus
014	Professor de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola São Mateus
015	Professor de Matemática e Ciências	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola São Mateus
016	Professor de Computação	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola São Mateus
Escola Coração Eucarístico									
017	Professor Educação Infantil e Anos Iniciais	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola Coração Eucarístico
Escola Fazenda Veraneio									
018	Professor Educação Infantil e Anos Iniciais	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola Fazenda Veraneio
Escola Santa Maria Do Ouro Verde									
019	Professor Educação Infantil e Anos Iniciais	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola Santa Maria Do Ouro Verde
020	Professor de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes e Educação Física	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola Santa Maria Do Ouro Verde
021	Professor de História, Geografia e Educação Religiosa	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola Santa Maria Do Ouro Verde
022	Professor de Matemática e Ciências	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola Santa Maria Do Ouro Verde
023	Professor de Computação	Licenciatura Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola Santa Maria Do Ouro Verde
Escola Sol Nascente									

024	Professor Educação Infantil e Anos Iniciais	Licenciatura com Habilitação Específica	01	0	0	30h/s	2158,40	R$ 40,00	Escola Sol Nascente
CATEGORIA FUNCIONAL NÍVEL ENSINO MÉDIO E ENSINO FUNDAMENTAL									
COD.	Cargo	Escolaridade / Requisitos Exigidos	Vagas Imediatas	Vagas Cadastro de Reserva	N.º de Vagas Portadores de Necessidades Especiais	Carga Horária Semanal	Vencimento Base R$	Valor da Taxa de Inscrição (R$)	Local de Trabalho
025	Apoio Administrativo Educacional Manutenção De Infraestrutura (Zeladora)	Ensino Médio/Completo Ensino Fundamental/Completo	23	0	2	30h/s	1030,87 824,70	R$ 20,00	Escolas Urbanas
026	Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar (Cozinheira)	Ensino Médio/Completo Ensino Fundamental/Completo	17	0	1	30h/s	1030,87 824,70	R$ 20,00	Escolas Urbanas
027	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ensino Médio/ Completo	36	0	3	30h/s	1030,87	R$ 20,00	Escolas Urbanas
028	Técnico Administrativo Educacional	Ensino Médio/Completo	03	0	0	30h/s	1030,87	R$ 20,00	Escolas Urbanas
029	Apoio Administrativo Educacional - Vigia	Ensino Médio/Completo Ensino Fundamental/Completo	01	0	0	30h/s	1030,87 824,70	R$ 20,00	Escolas Urbanas
030	Apoio Adm. Ed. Manutenção De Infraestrutura/ Secretaria	Ensino Médio/Completo Ensino Fundamental/Completo	04	0	0	30h/s	1030,87 824,70	R$ 20,00	Escolas Urbanas/Campo
Escolas do Campo									
031	Apoio Administrativo Educacional Manutenção De Infraestrutura (Zeladora)	Ensino Médio/Completo Ensino Fundamental/Completo	02	0	0	30h/s	1030,87 824,70	R$ 20,00	Escolas do Campo
032	Apoio Administrativo Educacional –Nutrição Escolar (Cozinheira)	Ensino Médio/Completo Ensino Fundamental/Completo	04	0	0	30h/s	1030,87 824,70	R$ 20,00	Escolas do Campo
033	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ensino Médio/ Completo	02	0	0	30h/s	1030,87	R$ 20,00	Escolas do Campo
034	Apoio Administrativo Educacional - Vigia	Ensino Médio/Completo Ensino Fundamental/Completo	01	0	0	30h/s	1030,87 824,70	R$ 20,00	Escolas do Campo
Escola São Mateus									
035	Apoio Administrativo Educacional –Manutenção da infraestrutura (Zeladora)	Ensino Médio/Completo Ensino Fundamental/Completo	02	0	0	30h/s	1030,87 824,70	R$ 20,00	Escola São Mateus
036	Apoio Administrativo Educacional –Nutrição Escolar (Cozinheira)	Ensino Médio/Completo Ensino Fundamental/Completo	01	0	0	30h/s	1030,87 824,70	R$ 20,00	Escola São Mateus
037	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ensino Médio/ completo	01	0	0	30h/s	1030,87	R$ 20,00	Escola São Mateus

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Todos os Cargos de Professor do Ensino Fundamental e Educação Infantil: Participar da elaboração do Plano Político Pedagógico; Dar execução ao Plano no que se refere participação na formulação de políticas educacionais da Rede Pública Municipal de Educação Básica; Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Controlar e avaliar o rendimento escolar; Participar de reunião de trabalho; Desenvolver pesquisa educacional; Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; Cumprir a hora-atividade no âmbito da Unidade Escolar; Participar de cursos de formação, encontros, seminários e outros eventos que contribuam para o desenvolvimento da função; Participar do processo de avaliação institucional da Unidade Escolar.

Apoio Administrativo Educacional (Nutrição Escolar):

Atividades relativas à preparação, conservação; Armazenamento e distribuição da alimentação escolar; Cuidar das instalações e equipamentos da cozinha e da preparação e distribuição da merenda escolar; Manter a cozinha e os vasilhames em ordem e com asseio; Fazer o levantamento da merenda escolar com antecedência e ajudar a elaborar o cardápio assegurando o mínimo dos nutrientes necessários a alimentação; Planejar, organizar e distribuir o cardápio escolar no horário estipulado pelo gestor; Desempenhar a função com competência, assiduidade, pontualidade, senso de responsabilidade, zelo discrição e honestidade; Participar de cursos de formação, encontros, seminários e outros eventos que contribuam para o aprimoramento de normas e métodos de trabalho no desenvolvimento da função; Auxiliar e participar da organização de promoções e eventos da escola; Zelar pelo sigilo de informações pessoais dos membros da comunidade Escolar; Atender o publico interno e externo com urbanismo; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e Plano de Trabalho.

Apoio Administrativo Educacional (Manutenção de Infraestrutura)

Cuidar da manutenção, conservação, instalação de equipamentos e materiais; Usar adequadamente os materiais e equipamentos destinados à limpeza, conservação e manutenção da Unidade Escolar; Realizar limpeza e higienização da Unidade Escolar, área interna e externa do prédio incluindo serviços de jardinagem; Auxiliar na organização de festividades escolares, quando solicitada pela Unidade Escolar;Desempenhar a função com competência, assiduidade, pontualidade, censo de responsabilidade, zelo, discrição e honestidade; Apresentar a Unidade Escolar sugestões que venha melhorar o seu trabalho; Executar pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários, alvenaria e outros serviços rotineiros da escola e secretaria municipal de educação; Atender o público interno e externo com urbanismo; Comunicar ao gestor as irregularidades detectadas no espaço físico e estrutural da escola; Participar de comissões e grupos de trabalho, quando designados; Participar de cursos de formação, encontros, seminários e outros eventos que contribuam para o aprimoramento de normas e métodos de trabalho no desenvolvimento da função; Auxiliar e participar na organização de promoções e eventos da escola; Zelar pelo sigilo de informações pessoais dos membros da comunidade Escolar; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e Plano de Trabalho.

Técnico Desenvolvimento Infantil:

Executar atividades diárias de recreação com aluno e trabalhos educacionais de artes diversas de acordo com o planejamento pedagógico; Acompanhar os alunos em passeios, visitas, festividades culturais; Orientar e auxiliar os alunos no que se refere á higienização pessoal; Auxiliar e assistir o aluno no momento da alimentação escolar servindo-o com cuidado e zelo; Proporcionar meios para que o aluno desenvolva a coordenação motora, expressão corporal e oralidade; Observar a saúde e o bem estar dos alunos, levando-os quando necessário, para atendimento médico e ambulatorial; Ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, cientificando o gestor a ocorrência;

Manter permanente contato com os pais dos alunos ou responsáveis informando e orientando-lhes sobre o desenvolvimento psicológico, fisiológico e social dos alunos; Zelar pelo bem estar e segurança dos alunos; Auxiliar na recepção e entrega dos alunos aos pais ou responsáveis e também aos que fazem uso do transporte escolar; Auxiliar o professor nos registros e avaliações do desempenho psico-sócio educacional do aluno; Ajudar na elaboração de técnicas e metodologias que permita trabalhar valores e normas sociais; Cuidar; acompanhar e vigiar os momentos de repouso dos alunos; Participar de comissões e grupos de trabalhos, quando designados; Participar de cursos de formação, encontros, seminários e outros eventos que contribuam para o aprimoramento de normas e métodos de trabalho no desenvolvimento da função; Auxiliar e participar da organização de promoções e eventos da escola; Zelar pelo sigilo de informações pessoais dos membros da Comunidade Escolar; Atender o público interno e externo com urbanidade; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e Plano de Trabalho".

Técnico Administrativo Educacional:

Organizar a escrituração escolar, o arquivo ativo e passivo e do almoxarifado; Expedir documentação determinados pelo gestor escolar; Redigir e expedir a correspondência oficial da escola; Executar e fiscalizar rigorosamente o preenchimento de toda a documentação exigida dos alunos; Efetuar as matrículas dos alunos conforme normas de escrituração e documentação exigida; Executar, fiscalizar e manter atualizado todo o serviço de escrituração de livros, fichas e documentos relativos à escola e pastas de arquivamento, promovendo medidas de preservação do patrimônio documental; Devolver devidamente preenchidos questionários enviados pelo órgão da administração pública; Participar de reuniões do corpo administrativo e docente, quando convocado pela gestão registrando-as em ata; Responsabilizar-se pela documentação, escrituração e correspondência da escola, dos docentes, dos funcionários e dos alunos; Expedir transferência do aluno no prazo determinado pela Legislação vigente; Manter atualizado e conhecer toda legislação referente ao ensino; Executar tarefas pertinentes a área de atuação, utilizando de equipamentos e programas de informática; Zelar pelos equipamentos de informática e outros materiais da Secretaria; Zelar pela expedição de documentos inequívocos e sem rasuras; Receber, conferir, armazenar, controlar e entregar produtos, materiais e equipamentos no almoxarifado da secretaria; Informar aos professores e funcionários as alterações de sua vida profissional; Atualizar diariamente as cópias de segurança (backup) do sistema e demais arquivos da escola; Proceder às operações micrográficas, seguindo normas técnicas e arquivar sistematicamente documentos e microfilmes;Informar e alimentar dados no sistema, no Projeto Presença e no Censo Escolar; Elaborar levantamentos de dados e informações preparando relatórios, planilhas e controle de Estatísticas; Executar outras atribuições compatíveis com a exigência no exercício do cargo; Realizar trabalhos administrativos da instituição, área de recursos humanos, finanças e administração; Atender o público interno e externo com urbanidade; Fazer e atender chamadas telefônicas obtendo e fornecendo informações; Participar de comissões e grupos de trabalhos, quando designados; Participar de cursos de formação, encontros, seminários e outros eventos que contribuam para o aprimoramento de normas e métodos de trabalho no desenvolvimento da função; Auxiliar e participar na organização de promoções e eventos da escola; Zelar pelo sigilo de informações pessoais dos membros da comunidade Escolar; Organizar o livro ponto dos profissionais da educação; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e Plano de trabalho.

ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conhecimentos Gerais/Pedagógicos

Para todos os Cargos de Professor:

Organização curricular. Organização e gestão do trabalho coletivo na escola. Planejamento das ações educativas. A organização do trabalho pedagógico na escola. Currículo e Diversidade. Educação Inclusiva. Práticas avaliativas na Educação básica. Conselho Tutelar, Escola e Família. PCN - Parâmetros curriculares nacionais. Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil. Relação Professor-aluno. A construção do conhecimento e o processo de ensino e aprendizagem. Processo didático pedagógico no ensino de Ciência: planejamento, organização e desenvolvimento. Avaliação educacional: concepções e práticas. Legislação e Normas da Educação Brasileira: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, lei nº 10.436 – de 24 de Abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Parecer nº 04/98 da CNE/CEB – Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental; Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 11.274/06. Lei 7.040 – Gestão democrática. Plano Nacional de Educação. Aprender e Ensinar na Educação Infantil; A complexidade da aprendizagem do Sistema de escrita Alfabética (SEA);Planejamento do ensino: princípios didáticos e modos de organização do trabalho pedagógico; O brincar e o jogar e os recursos disponíveis para um trabalho pedagógico; lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990; lei nº 10.639 de janeiro de 2003; Lei nº 9394/96; Resolução Normativa Nº 001/2013-CEE/MT; Resolução Normativa Nº 002/2009-CEE/MT22 de setembro de 2009; Resolução Normativa Nº 002/2013-CEE/MT 19 de fevereiro de 2013; Res. 261/02 – de 05/11/02;Diretrizes curriculares para a Educação do Campo.

Conhecimentos Gerais

Para os Demais Cargos:

Conhecimentos atuais, históricos e geográficos do município de Colíder, do Estado de Mato Grosso, Brasil e do Mundo. Organização social, política e econômica do Município do Estado do Mato Grosso e do Brasil. Ética no serviço público. Generalidades, ciências, geografia e ecologia.

Conhecimentos Específicos

Professor Educação Infantil e Anos Iniciais;

Língua Portuguesa: Língua oral -Língua escrita - Análise e reflexão sobre a língua e Alfabetização e letramento; Matemática: Números e operações - Espaço e forma - Grandezas e medidas e Tratamento da informação; História: História local e do cotidiano - História das organizações populacionais; Geografia: Paisagem Local - Paisagens Urbanas e Rurais - Paisagens brasileiras; Educação Física: Conhecimento sobre o Corpo - Esportes, Jogos, Lutas e Ginásticas - Atividades Rítmicas e Expressivas; Ciências: Terra e universo - Vida e ambiente - Corpo humano e saúde - Recursos tecnológicos; Arte: Artes visuais – Música - Dança e Teatro.

Para os cargos listados abaixo o conteúdo é especifico é referente ao cargo.

Professor de Matemática e Ciências; Professor de Agroecologia e Economia Solidária; Professor de História, Geografia e Educação Religiosas; Professor de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes; Professor de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes e Educação Física.

Educação Religiosas: Ensino e concepção religiosa; currículo: pressupostos; objetivos; interdisciplinaridade; concepção; correlação da disciplina na área de conhecimento da educação religiosa; metodologia e didática; avaliação. Ética. Respeito mútuo. Justiça. Solidariedade. Diálogo. Desenvolvimento moral. Caracterização histórica das tradições das grandes religiões (hinduísmo, budismo, judaísmo, cristianismo e islamismo) nos seguintes registros: crenças, livros sagrados, lugares sagrados e de oração, gestos e ritos, festas religiosas, fundadores, tradições religiosas, organização institucional, valores éticos, símbolos sagrados. Bíblia Sagrada.

Agroecologia e Economia Solidaria:

conceitos e princípios. Importância da biodiversidade na agricultura Agroecologia, desenvolvimento Rural, Políticas Públicas e Agricultura Familiar Economia ecológica Controle biológico e natural de pragas. Biodiversidade e manejo de pragas Manejo ecológico de plantas espontâneas. Manejo ecológico de doenças Processos ecológicos em agroecossistemas. Manejo ecológico dos solos Sistemas tradicionais e camponeses de produção agrícola Sistemas diversificados e alternativos de produção. Manejo e implantação de sistemas agroflorestais Bases ecológicas para a transição a estilos de agriculturas sustentáveis Indicadores de sustentabilidade Epistemologia da pesquisa em Agroecologia. Enfoques pedagógicos para intervenção no meio rural Segurança alimentar e nutricional sustentável

---

Professor de Geografia:

A evolução do pensamento geográfico e os novos paradigmas de ciência; As fontes e a evolução da concepção da natureza do homem e da economia na geografia: Os impactos da economia mundial sobre o meio ambiente e suas relações com a sociedade; Abordagem dos conceitos da geografia de paisagem, espaço, sociedade, região, território; Geopolítica da globalização: organismos internacionais, comércio internacional e desigualdades; Metodologia do ensino e aprendizagem da geografia: os novos recursos didáticos; As diferentes propostas curriculares e o livro didático na geografia; Ensino e pesquisa em geografia; Alfabetização e linguagem cartográfica; A cartografia nos diversos níveis de ensino; Orientação, localização e representação da terra; A divisão política, administrativa e o planejamento do território brasileiro; A divisão do espaço brasileiro segundo o IBGE; As regiões geoeconômicas brasileiras; Principais características econômicas e sociais das mesorregiões e microrregiões de Mato Grosso a diversidade sócio-cultural de MT; Conceitos demográficos fundamentais; Crescimento populacional; Teorias demográficas e desenvolvimento sócio-econômico; Distribuição geográfica da população; Estrutura da população; Migrações populacionais; O processo de industrialização e a urbanização brasileira e as consequências ambientais; Relação cidade e campo; A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro; Agricultura e meio ambiente; Brasil, território e nação: A produção do espaço geográfico brasileiro, o Brasil e a nova ordem mundial e o Brasil no contexto regional; Organizações e blocos econômicos; Conflitos, problemas e propostas do mundo atual; Quadro natural (relevo vegetação, clima, solos e hidrografia) numa perspectiva global, nacional e regional; clima e aquecimento global; Conservação, preservação e degradação ambiental no Brasil; Políticas públicas e gestão ambiental no Brasil. Representações e práticas sociais em educação ambiental; Espaço e turismo no ensino da geografia. Geografia de Mato Grosso.

Professor de Historia: Específico História: Escravidão e trabalho no Brasil; O trabalho na lavoura canavieira. O trabalho na lavoura cafeeira. O trabalho em cidades do Brasil Imperial: Rio de Janeiro, Salvador e Belém. Resistência à escravidão e o medo branco. O fim do tráfico e o debate sobre a abolição. O Império e os movimentos sociais no Brasil. As agitações político-sociais da Regência. A Cabanagem. O estabelecimento do II Reinado. A política externa no Prata: a guerra no Paraguai. Revolução Francesa. 8- Revolução Industrial e a nova sociedade do trabalho. A imigração e a questão da ética do trabalho assalariado no Brasil. A modernidade e as idéias em movimento. As idéias liberais. A Primeira Guerra Mundial.

A primeira República Brasileira. Messianismo: o caso de Canudos. Oligarquia e Coronelismo. A burguesia brasileira e suas relações com o estado e as oligarquias do café. O mundo do trabalho: a vida e o cotidiano dos operários na fábrica e fora dela. A organização operária e luta na primeira República : o anarco-sindicalismo e o socialismo. Os anos 30 no Brasil. O trabalho, o estado e a legislação social na chamada "Era Vargas". A cultura como instrumento disciplinarizador no Governo Vargas. Aliancismo e oposição ao projeto de Vargas. A II Guerra Mundial. O populismo na América Latina. O trabalho e o sindicalismo nos anos 50 e 60: Brasil. A experiência do estado autoritário no Brasil. O movimento de l964 e o Estado de Segurança Nacional. Vivências culturais dos anos 50 e 60: bossa nova , tropicalismo, jovem guarda, e cinema novo. A política dos governos militares na Amazônia. Enfrentamentos aos governos militares : o movimento estudantil, a Guerrilha do Araguaia, movimentos sociais e luta sindical. Da distenção "a abertura " política: anistia, terrorismo da direita, a campanha pelas Diretas, o fim do regime militar e o governo Sarney. O neo-liberalismo no Brasil. Eleições. O processo de implantação do neo-liberalismo no Brasil.

Professor de Inglesa:

Concepções de linguagem; A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Leitura e produção textual: o ensino das habilidades de ler, falar, ouvir e escrever; Metodologias e abordagens do ensino da Língua Inglesa no Brasil; Concepção de ensino e avaliação na perspectiva do letramento; As identidades que configuram o sujeito da Educação de Jovens e Adultos.

Professor de Língua Português:

Interpretação de textos de diferentes gêneros textuais. Paródia e paráfrase. Texto literário e não-literário. Relação entre sentido e contexto: polissemia/ conotação e denotação. Tipologias textuais: narração, dissertação e descrição. Linguagem e comunicação: linguagem verbal e não-verbal, língua/ escrita e língua oral/variação lingüística. Funções da Linguagem. Figuras de Linguagem. Ortografia - dificuldades da língua (a fim, afim/ a par, ao par/acerca, a cerca/ ao invés, em vez, dentre outras). Classes Gramaticais, Gêneros dos Substantivos, Plural dos Compostos, Significação das palavras: sinônimo, antônimo, conotação, denotação, homônimos, parônimos, polissemia, figuras de linguagem, vícios de linguagem; Fonologia; Fonemas e letras. Emprego dos sinais de pontuação no texto. Acentuação gráfica. Emprego da crase. Uso dos Porquês, Significação dos elementos mórficos das palavras (sufixo, prefixo e radical). Aspectos morfossintáticos (função do: substantivo, adjetivo, pronome, verbo/período simples: termos associados ao nome e ao verbo). Sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos (ênclise, mesóclise e próclise). O processo de coordenação e subordinação (emprego dos conectivos). Compreensão e interpretação das relações morfossintáticas, semânticas e discursivas. Sintaxe de concordância: nominal e verbal. Sintaxe de regência: nominal e verbal. Elementos da textualidade: coesão, coerência, clareza, precisão/armadilhas do texto (ambigüidade e redundância). Semântica e Estilística.

Professor de Matemática:

Específico Matemática: Conjuntos, Representação e relação; pertinência, inclusão e igualdade. Operações; União, Intercessão, diferença e complementos; Conjuntos numéricos; Naturais, Inteiros, Racionais, Reais. Funções; Definição, domínio, imagem, gráficos, crescimento e decrescimento. Funções; Afim, quadrática, modular, experencial, logarítmica. Função composta e inversa, Trigonometria, Arcos e Ângulos, Relação no circulo trigonométrico, Redução no primeiro quadrante, Operação c/ arcos, Relações métricas e trigonométrica no triângulo, retângulo. Equações Trigonométricas. Matrizes, Determinantes. Conceito, igualdade, tipos, operações e propriedades das matrizes. Definição, propriedades e cálculo dos determinantes. Definição, Classificação, Discussão e resolução de Sistemas lineares. Estatística e Matemática financeira; Conceito, universo estatístico e amostra, Freqüência e amplitude. Representação Gráfica e Medidas de dispersão, Matemática Financeira; Números proporcionais, Porcentagens, Juros simples e Juros compostos. Geometria Plana, Semelhança de Triângulos, Relações métricas no triângulo e retângulo. Polígonos regulares inscritos na circunferência, Área de superfícies planas. Posições relativas entre retas. Perpendicularismo. Posição eletivas de duas retas e determinação de um plano.

Professor Educação Física: DESPORTOS: Regras oficiais e organização de competições; aprendizagem dos esportes escolares; Judô: regras básicas; modalidades de competição; processo de ensino-aprendizagem dos fundamentos na escola; Caratê: regras básicas; modalidades de competição; processo de ensino-aprendizagem dos fundamentos na escola; Dança: fundamentos da dança; estilos de dança e suas principais características; aspectos sociais e culturais que envolvem a dança; função e objetivos da dança; Dança Criativa e seus fundamentos; Capoeira: histórico; questões culturais e sociais; instrumentos musicais utilizados; fundamentos da capoeira. FOLCLORE: significados; brincadeiras folclóricas, danças folclóricas; crendices, culinária, mitos por região. Coordenação motora fina e coordenação motora grossa (ampla). ATLETISMO: regras básicas; provas masculinas e femininas; processo de ensino-aprendizagem dos fundamentos na escola. Avaliação em educação física escolar; plano de ensino e plano de aula; currículos oficiais e não-oficiais; currículo em educação física; educação física e cultura. Metodologia dos grandes jogos. História da Educação Física. PCN (Ensino Fundamental/Ensino Médio). RCN Educação Infantil. Educação Física Especial: as diferentes deficiências e formas de trabalho nas escolas. Aprendizagem motora. Educação Física escolar para grupos especiais (gestantes, idosos, hipertensos, diabéticos, etc.). Anatomia básica: ossos, músculos e articulações; planos e eixos de movimentos; funções musculares e suas ações. Sedentarismo e Atividade Física;Atividades Corporais; Leitura da linguagem corporal e produção de esquemas gráficos sobre jogos; Estudo dos fundamentos da fisiologia humana; sequencia didática de Educação Física sobre cultura do movimento; Saúde e atividade física;

Qualidade de vida se aprende na escola; Educação Física vai além dos esportes.Ética profissional.

Professor de Artes:

Manifestações culturais na escola; Valorização da produção, fruição e reflexão da arte na escola e em diferentes contextos sociais; Reconhecimento da arte em um sentido multicultural; Desenvolvimento de capacidades/habilidades em Arte; Interdisciplinaridade e abordagens integradoras dos saberes disciplinares em Arte no ensino fundamental. História da arte universal e da arte brasileira. Arte e comunicação, arte e expressão. As artes visuais e suas linguagens. Teatro. Dança. Música. Cinema. Museus. Pluralidade cultural: códigos estético e artístico de diferentes culturas. As novas tecnologias de ensino da arte. Ensino da arte: interdisciplinaridade e interculturalidade. Arte Pré-Histórica; Teoria das Cores; Impressionismo; Mosaico; Renascimento; Semana de Arte Moderna; Barroco Brasileiro; Pontilhismo.

Professor Ciências:

A Terra no Universo. Hipóteses sobre a origem da Terra, localização no Sistema Solar. Condições específicas do planeta Terra que permitem a vida. Movimentos de translação e rotação, movimentos aparentes dos astros e diferenças nas durações dos dias e das noites dependendo do local e da época do ano. Ambiente e vida. Biosfera e relações de interdependência, biociclos. Características gerais comparativas entre os grupos animais e vegetais e sua adaptação ao meio ambiente; relações entre os seres vivos de um ecossistema: predação, cooperação, mutualismo. Fatores abióticos no ecossistema, cadeia alimentar e transferência de energia, interferência dos seres humanos nos ciclos vitais dos ecossistemas: desmatamento, uso de agrotóxicos, lançamento de resíduos, exploração inadequada do solo. Poluição, chuva ácida, efeito estufa e camada de ozônio. Doenças causadas por microrganismos e vermes parasitas: ciclo biológico, contágio, sintomas e prevenção.

Professor de Computação:

Conhecimento em Softwares aplicativos (editores de texto, planilhas eletrônicas, softwares de apresentação); Sistemas operacionais: Windows e Periféricos de entrada, de saída e de armazenamento; Noções básicas de construção de páginas em pelo menos uma das linguagens: HTML, ASP, PHP ou JAVA; Utilização de serviços FTP, e-mails e web; Banco de dados, projeto lógico modelo entidade-relacionamento e SQL; Sistemas de arquivos; Segurança em informática (vírus e outros códigos maliciosos, spam, spywares, firewall pessoal, backup e recuperação de dados); Conceitos básicos sobre redes de computadores (protocolos, cabeamento, tecnologias).

Apoio Administrativo Educacional (Manutenção da Infraestruturar "Zeladora")

Normas essenciais de limpeza. Limpeza de pisos. Manutenção e conservação predial. Limpeza e higienização dos ambientes internos das unidades escolares, comunicar a necessidade de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria, execução da limpeza das áreas externas, incluindo horta e jardinagem e; vigilância das áreas internas e externas das unidades escolares e órgão central, comunicar ao diretor da unidade escolar todas as situações de risco à integridade física das pessoas e do patrimônio público. _____

Apoio Administrativo Educacional (Nutrição Escolar "Cozinheira")

Preparação dos alimentos; O gás de cozinha; Utilização e manuseio dos eletrodomésticos; Elaboração dos pratos; Estocagem dos alimentos; Controle de estoque; Melhor aproveitamento de alimentos; Conservação e validade dos alimentos; Relacionamento interpessoal; Conservação de alimentos e manipulação de carnes; Conservação e higiene; Conceitos básicos de alimentação, nutrição, nutrientes e alimentos; Relação entre saúde e alimento; A classificação dos alimentos; Os nutrientes e sua atuação no organismo; Seleção, conservação e condições inadequadas ao consumo dos alimentos; Cuidados ao compor frutas e verduras, alimentos enlatados, grão e farinhas, massas, doces e tortas, carnes, pescado, laticínios. _____

Apoio Administrativo Educacional (Manutenção da Infraestruturar "Secretaria")

Noções de atendimento ao público. Noções de Redação Oficial: ofícios, comunicação interna, memorandos, cartas, requerimento. Relacionamento interpessoal. Controle de material. Ética e sigilo profissional. Noções de organização de arquivo. Correspondência comercial. Organização de documentos - arquivo, protocolo. Controle de entrada e saída de estoque e almoxarifado. Desenvolvimento de projetos. Noções de Informática: Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática; Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup). Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, compartilhamento de arquivos. Conceitos de Windows, Conhecimento no uso de funções e fórmulas em planilhas eletrônicas, formatação de planilhas e textos (Word, Excel, Power Point). Utilização de gráficos. Impressão. _____

Apoio Administrativo Educacional (Vigia) Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, especificamente sobre serviços de vigia e de vigilância (desarmada) de bens públicos móveis e imóveis, sejam patrimoniais ou de domínio público; conhecimentos acerca das formas de comunicação dos atos de depredação do patrimônio público, das formas de comunicação das tentativas de arrombamento de portas, janelas, guaritas, outros e outros acessos aos prédios públicos municipais; conhecimento elementar pertinentes às responsabilidades e deveres do servidor público municipal; conhecimentos sobre regras e relacionamento interpessoal e social no ambiente de trabalho; conhecimentos sobre o relacionamento dos servidores públicos, entre eles, com as autoridades e com a comunidade;. Prevenção de acidentes e roubos. Manejo de sinalização e alarme, uso de equipamentos contra incêndio. Noções de segurança em eventos.

Técnico em Desenvolvimento Infantil

As Políticas Nacionais para a Educação Infantil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil parecer nº 022/98 do Conselho Nacional de Educação (CNE). A Criança Portadora de Direitos - Estatuto da criança e do adolescente (lei 8.069 de 1990). Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) - A Educação Infantil na perspectiva histórica, Creche, pré-escola, Educação Infantil seus conceitos, semelhanças e diferenças. Desenvolvimento da criança de zero a seis anos, características, necessidades: afetivas, sociais, biológicas e cognitivas. Fundamentação filosófica e pedagógica (diretrizes, princípios e concepção do cuidar e educar) na Educação Infantil, a criança com necessidades Especiais. Lei federal nº 9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A função do Técnico em Desenvolvimento infantil.

ANEXO IV

CRONOGRAMA PREVISTO

EVENTOS	DATAS PREVISTAS*
Publicação do edital	14/10/2015
Período de Solicitação de Isenção de Pagamento Inscrição.	03/11/2015 a 04/11/2015
Publicação das inscrições Isentas - Deferidas/Indeferidas.	A partir do dia 05/11/2015
Período de inscrição - Geral	03/11/2015 a 11/11/2015
Publicação do Edital das Inscrições Deferidas e Indeferidas	A Partir do dia 13/11/2015
Prazo para interposição dos Recursos referente as Inscrições Geral	Do 1º dia útil ao 2º dia útil após publicação da relação de inscrições deferidas e Indeferidas. 16/11 e 17/11
Publicação do Edital de Homologação das Inscrições Deferidas/Indeferidas e Locais de Provas	A partir do dia 18/11/2015
Aplicação da Prova Objetiva - das 08h00 às 11h00	29/11/2015
Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva	A Partir do dia 30/11/2015
Prazo para interposição dos Recursos referentes aos Gabaritos Preliminares	Do 1º dia útil ao 2º dia útil após publicação dos gabaritos preliminares. 01/12 a 02/12
Divulgação da resposta aos Recursos referentes aos Gabaritos Preliminares/ Divulgação do Gabarito Definitivo, e Resultado Preliminar do Processo Seletivo.	Até 15 dias após a aplicação das provas

Prazo para interposição dos Recursos referentes ao Resultado Preliminar do Processo Seletivo + Apresentação dos Títulos	Do 1º dia útil ao 2º dia útil após publicação dos gabaritos definitivo e Resultado Preliminar do Processo Seletivo Público.
Publicação do Resultado Final + Soma da Prova de Títulos	A partir 2º dia útil Após enceramento do prazo de recurso do Resultado preliminar
Edital de Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo.	A partir do 2º dia útil após publicação do resultado dos recursos do Resultado Preliminar.
Os Candidatos aprovados no processo Seletivo simplificado deverão providenciar toda a documentação do item 2.5	26/01/16 a 29/01/16
Do período de contrato	01/02/16 a 20/12/16
Os Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado deverão participar da atribuição de classe e ou aulas.	26/01/16 e 27/01/16

* As datas informadas são prováveis e passíveis de serem alteradas através de editais complementares.

ANEXO V FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DOS PROFESSORES

DADOS DO REQUERENTE.

Nome: _____

N.º RG:_____ CPF:_____ _____

N° da inscrição: _____ Cargo:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Edital n.º 003/2015, para fins de classificação no Processo Seletivo Simplificado 003/2015 da Prefeitura de Colíder/MT.

Nestes termos peço deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

_____ Assinatura do Requerente

QUADRO DOS TITULOS

TÍTULO	PONTUAÇÃO
a) Certificado ou declaração de conclusão do curso de pós-graduação em nível de Especialização	2,0
b) Certificado ou declaração de conclusão de curso de graduação	1,0
c) Certificado ou declaração de conclusão de Ensino Médio/Magistério	0,5
d) Certificado/declaração em estar cursando com 100% de assiduidade o PNAIC 2015	0,5
e) Assiduidade de 100% na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador, certificado/declaração pela SMEEL EM 2015	0,5
f) Assiduidade em 100% na jornada de trabalho	0,5
g) Por participação em 100% nas reuniões pedagógicas, atividades de eventos devidamente registrado em atas e registro de frequência	0,5
h) Por ter mantido os prazos estabelecidos pela secretaria da escola quanto ao preenchimento dos diários de classe (eletrônico) referente a relatórios, notas, frequência e conteúdos durante o ano de 2015 - extensivo a Diretor, Coordenador Pedagógico	0,5
PONTUAÇÃO MÁXIMA	

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao Edital n.º 003/2015 Do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura de Colíder/MT.

( ) Deferimos o requerimento;

( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

( ) Indeferimos o requerimento.

_____ _____ _____

Membro Comissão Presidente da Comissão Membro da Comissão

ANEXO V

FICHA DE PONTOS PARA JORNADA DE TRABALHO DO

TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

DADOS DO REQUERENTE.

Nome: _____

N.º RG:_____ CPF:_____ _____

N° da inscrição: _____ Cargo:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Edital n.º 003/2015, para fins de classificação no Processo Seletivo Simplificado 003/2015 da Prefeitura de Colíder/MT.

Nestes termos peço deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

_____ Assinatura do Requerente

QUADRO DOS TITULOS

TÍTULO	PONTUAÇÃO
a) Certificado ou declaração de conclusão de Ensino Médio	1,0
b) Por participação em 100% de formação de TDI (curso ministrados de 13/07/15 a 17/07/15) certificado/declaração pela SMEEL em 2015	0,5
c) Assiduidade de 100% na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador, certificado/declaração pela SMEEL EM 2015	0,5
d) Assiduidade em 100% na jornada de trabalho	0,5
e) Por participação em 100% nas reuniões pedagógicas, atividades de eventos devidamente registrado em atas e registro de frequência	0,5
PONTUAÇÃO MÁXIMA	

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao Edital n.º 003/2015 Do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura de Colíder/MT.

( ) Deferimos o requerimento;

( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

( ) Indeferimos o requerimento.

_____ _____ _____

Membro Comissão Presidente da Comissão Membro da Comissão

ANEXO V

FICHA DE PONTOS PARA JORNADA DE TRABALHO DO

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

DADOS DO REQUERENTE.

Nome: _____

N.º RG:_____ CPF:_____ _____

N° da inscrição: _____ Cargo:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Edital n.º 003/2015, para fins de classificação no Processo Seletivo Simplificado 003/2015 da Prefeitura de Colíder/MT.

Nestes termos peço deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

_____ Assinatura do Requerente

QUADRO DOS TITULOS

TÍTULO	PONTUAÇÃO
a) Certificado ou declaração de conclusão de Ensino Médio	1,0
b) Assiduidade de 100% na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador, certificado/declaração pela SMEEL EM 2015	0,5
c) Assiduidade de 100% cursando o Profuncionário em 2015	0,5
d)Assiduidade em 100% na jornada de trabalho	0,5
e) Por participação em 100% nas reuniões pedagógicas, atividades de eventos devidamente registrado em atas e registro de frequência	0,5
PONTUAÇÃO MÁXIMA	

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao Edital n.º 003/2015 Do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura de Colíder/MT.

( ) Deferimos o requerimento;

( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

( ) Indeferimos o requerimento.

_____ _____ _____

Membro Comissão Presidente da Comissão Membro da Comissão

ANEXO V

FICHA DE PONTOS PARA JORNADA DE TRABALHO DO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

DADOS DO REQUERENTE.

Nome: _____

N.º RG:_____ CPF:_____ _____

N° da inscrição: _____ Cargo:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Edital n.º 003/2015, para fins de classificação no Processo Seletivo Simplificado 003/2015 da Prefeitura de Colíder/MT.

Nestes termos peço deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

_____ Assinatura do Requerente

QUADRO DOS TITULOS

TÍTULO	PONTUAÇÃO
a) Certificado ou declaração de conclusão de Ensino Médio	1,0
b) Certificado ou declaração de conclusão de Ensino Fundamental – Completo	0,5
c) 100% de Capacitação. (curso ministrados de 14 e 15/07/15 Nutrição Escolar e 16 e 17/07/15 Manutenção da Infraestrutura) certificado/declaração pela SMEEL em 2015	0,5
d) Assiduidade de 100% na formação continuada, em grupos de estudo, via Projeto Sala do Educador, certificado/declaração pela SMEEL EM 2015	0,5
e) Assiduidade de 100% cursando o Profuncionário em 2015	0,5
f) Assiduidade em 100% na jornada de trabalho	
g) Por participação em 100% nas reuniões pedagógicas, atividades de eventos devidamente registrado em atas e registro de frequência	0,5
PONTUAÇÃO MÁXIMA	

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao Edital n.º 003/2015 Do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura de Colíder/MT.

( ) Deferimos o requerimento;

( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

( ) Indeferimos o requerimento.

_____ _____ _____

Membro Comissão Presidente da Comissão Membro da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 27/2014

Ref: Prorrogação do Prazo de **EXECUÇÃO** da obra por mais 240 dias; Vigência: 11/10/2015 a 06/06/2016; Contratada: Mar Serviços e Construções Ltda..; Data: 09/10/2015.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 014- DIVULGA ALTERAÇÃO NO CRONOGRAMA EXECUÇÃO DO CONCURSO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 014

DIVULGA ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO, RETIFICA O GABARITO OFICIAL DOS CARGOS DE PNSS – NUTRICIONISTA E CONTROLADOR INTERNO

O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Confresa – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.9 e 9.10.1 do Edital de Abertura nº 001/2015, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,

RESOLVE:

I - Retificar a data de Divulgação da Classificação Geral da Prova Objetiva e Período de Recursos contra a Classificação Geral do referido certame, conforme abaixo:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
20/10/2015	Divulgação da classificação geral da prova objetiva
21/10/2015 e 22/10/2015	Período de recursos contra a classificação geral
30/10/2015	Divulgação do Julgamento dos recursos contra a classificação geral
30/10/2015	Divulgação do local da realização da prova prática
08/11/2015	Aplicação da prova prática
16/11/2015	Divulgação da classificação da prova prática
17/11/2015 e 18/11/2015	Período de recursos contra a classificação da prova prática
27/11/2015	Divulgação do Julgamento dos recursos contra a classificação da prova prática
27/11/2015	Divulgação do resultado geral para homologação
27/11/2015	Emissão de relatório de conclusão das atividades do concurso público nº 001/2015

II – Retificar o gabarito oficial do Cargo: 032 - PNSS Nutricionista, conforme segue:

Onde se lê na página 07 do Edital Complementar Nº 013:

CARGO: 032 – PNSS NUTRICIONISTA	
LÍNGUA PORTUGUESA	*CONHECIMENTOS GERAIS*

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
NULA	D	A	C	NULA	D	A	D	D	C	NULA	D	C	B	A	C	A	B	C	A
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										*CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS*									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	NULA	C	A	D	C	B	A	C	C	D	A	D	D	C	B	A	C	D

Leia-se:

CARGO: 032 – PNSS NUTRICIONISTA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										*CONHECIMENTOS GERAIS*									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
NULA	D	A	C	NULA	D	A	D	A	C	NULA	D	C	B	A	C	A	B	C	A
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS										*CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS*									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	NULA	C	A	D	C	B	A	C	C	D	A	D	D	C	B	A	C	D

II – Retificar a resposta ao recurso do candidato Etevaldo Vasco Soares inscrito no cargo de Controle Interno e retifica o gabarito da referida questão, conforme segue:

Onde se lê na página 69 do Edital Complementar Nº 012:

Candidato / Inscrição	Cargo	Nº da Questão	Fundamentação do Recurso	Julgamento do Recurso
Etevaldo Vasco Soares – 02763	Controle Interno	30	O enunciado da questão pede que acerca do assunto, julgue como verdadeiras ou falsas as afirmativas que se seguem: "As despesas inscritas em restos a pagar prescrevem após cinco anos, desde a liquidação da respectiva despesa". Esta alternativa é falsa, pois a inscrição de despesas em restos a pagar ocorre no final de cada exercício financeiro, desta forma, a contagem de prazo para prescrição ocorre após a inscrição da despesa em restos a pagar e não no momento de suá liquidação como afirma a alternativa. vejamos o que disciplina o artigo 36 da Lei 4.320/64 " Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas." Portanto, a reposta correta é a letra D e não B. Isto posto, solicito a correção do gabarito preliminar	Recurso sem provimento. Primeiramente cumpre-nos ressaltar que a questão ora em apreço (questão n°30) solicitou a marcação da alternativa com a sequencia CORRETA. *QUESTÃO 30* O art. 36 da Lei 4.320/64 define Restos a pagar como despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro. Acerca do assunto, julgue como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) as afirmativas que se seguem: (__) Os Restos a Pagar Processados decorrem das despesas legalmente empenhadas, cujo objeto do empenho já foi recebido, ou seja, já ocorreu a liquidação; entretanto, não ocorreu o pagamento. (__) A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu Art. 42, veda ao titular de Poder ou órgão público contrair obrigações de despesa, nos últimos 4 meses de seu mandato, que não possa ser integralmente liquidada até o final de sua gestão, ou que implique em parcela, ou parcelas, a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja disponibilidade de caixa suficiente para tal. (__) As despesas inscritas em restos a pagar prescrevem após cinco anos, desde a liquidação da respectiva despesa. Marque a sequência CORRETA: F, F e V. V, F e V. V, V e F. V, F e F. O artigo 36 da Lei 4.320/64 dá o conceito de Restos a Pagar. Sobre a prescrição afirma BEZERRA (2012:197) “As despesas inscritas em restos a pagar prescrevem após cinco anos a partir da liquidação da respectiva despesa”. Afirma ainda que os restos a pagar não processados têm prazo de prescrição iniciado a partir da liquidação da despesa. Deste modo, resta claro e comprovado que a alternativa "B" está correta, demonstrando a falta de atenção do candidato no apreço da questão. Portanto, gabarito mantido.

Leia-se:

Candidato / Inscrição	Cargo	Nº da Questão	Fundamentação do Recurso	Julgamento do Recurso
Etevaldo Vasco Soares – 02763	Controle Interno	30	O enunciado da questão pede que acerca do assunto, julgue como verdadeiras ou falsas as afirmativas que se seguem: "As despesas inscritas em restos a pagar prescrevem após cinco anos, desde a liquidação da respectiva despesa". Esta alternativa é falsa, pois a inscrição de despesas em restos a pagar ocorre no final de cada exercício financeiro, desta forma, a contagem de prazo para prescrição ocorre após a inscrição da despesa em restos a pagar e não no momento de suá liquidação como afirma a alternativa. vejamos o que disciplina o artigo 36 da Lei 4.320/64 " Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas."	Recurso com provimento. Primeiramente cumpre-nos ressaltar que a questão ora em apreço (questão n°30) solicitou a marcação da alternativa com a sequencia CORRETA. *QUESTÃO 30* O art. 36 da Lei 4.320/64 define Restos a pagar como despesas em-

			Portanto, a reposta correta é a letra D e não B. Isto posto, solicito a correção do gabarito preliminar	penhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro. Acerca do assunto, julgue como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) as afirmativas que se seguem: (__) Os Restos a Pagar Processados decorrem das despesas legalmente empenhadas, cujo objeto do empenho já foi recebido, ou seja, já ocorreu a liquidação; entretanto, não ocorreu o pagamento. (__) A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu Art. 42, veda ao titular de Poder ou órgão público contrair obrigações de despesa, nos últimos 4 meses de seu mandato, que não possa ser integralmente liquidada até o final de sua gestão, ou que implique em parcela, ou parcelas, a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja disponibilidade de caixa suficiente para tal. (__) As despesas inscritas em restos a pagar prescrevem após cinco anos, desde a liquidação da respectiva despesa. Marque a sequência CORRETA: F, F e V. V, F e V. V, V e F. V, F e F. O artigo 36 da Lei 4.320/64 dá o conceito de Restos a Pagar. Em que pese sobre a prescrição afirmar BEZERRA (2012:197) “ As despesas inscritas em restos a pagar prescrevem após cinco anos a partir da liquidação da respectiva despesa” . Defendendo, ainda, que os restos a pagar não processados têm prazo de prescrição iniciado a partir da liquidação da despesa. Mesmo assim, diante da argumentação do candidato e considerando o Princípio da razoabilidade, somos favoráveis a alteração do gabarito para a letra “D”. Portanto, gabarito alterado para a letra “D”.

Onde se lê na página 09 do Edital Complementar Nº 013:

CARGO: 139 – CONTROLE INTERNO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										*CONHECIMENTOS GERAIS*									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
NULA	B	A	C	NULA	D	A	D	A	D	NULA	D	C	A	D	B	A	D	C	A
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	C	A	A	B	D	B	B	C	A	D	B	C	A	B	C	D	C

Leia-se:

CARGO: 139 – CONTROLE INTERNO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										*CONHECIMENTOS GERAIS*									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
NULA	B	A	C	NULA	D	A	D	A	D	NULA	D	C	A	D	B	A	D	C	A
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	C	A	A	B	D	B	D	C	A	D	B	C	A	B	C	D	C

Confresa – MT, 08 de outubro de 2015.

Reginaldo da Silva Faria

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público N.º 001/2015

EXTRATO DO DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 51/2011

Ref: Prorrogação do Prazo de **EXECUÇÃO** da Obra por mais 126 dias; Vigência: 16/10/2015 a 19/02/2016; Contratada: Arco Iris Empreendimentos Imobiliários e Construtora Ltda.. - EPP.; Data: 13/10/2015.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 190/2015 - DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

Portaria nº 190/2015 de 13 de Outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 020/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Exonerar do cargo efetivo de PROFESSORA LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA a Sra. KATIA LAURA COELHO LEANDRO ma-

tricula 010402 lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 13 de Outubro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 29/2014

Ref: Prorrogação do Prazo de **EXECUÇÃO** da obra por mais 240 dias; Vigência: 19/10/2015 a 15/06/2016; Contratada: Monte Sião Construtora Ltda. - EPP.; Data: 13/10/2015.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 26/2014

Ref: Prorrogação do Prazo de **VIGÊNCIA** do Contrato Original por mais 270 dias; Vigência: 13/10/2015 a 09/07/2016; Contratada: Monte Sião Construtora Ltda. - EPP.; Data: 09/10/2015.

EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 51/2011

Ref: Prorrogação do Prazo de **VIGÊNCIA** do Contrato Original por mais 227 dias; Vigência: 16/10/2015 a 30/05/2016; Contratada: Arco Iris Empreendimentos Imobiliários e Construtora Ltda.. - EPP.; Data: 13/10/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA ELEIÇÃO UNIFICADA CONSELHO TUTELAR

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, foi realizada no CRAS- Centro de Referencia de Assistência Social do município de Conquista D'Oeste Mato Grosso, as eleições unificadas do conselho tutelar, deste município. Demos inicio as votações exatamente às oito horas da manhã, aproveitamos os eleitores e os candidatos presentes, explicamos como será o processo, mostramos as urnas para que todos tomassem ciência que estão vazias, explicamos que queremos dar transparência a todo o processo, de posse da lista de eleitores aptos para votação, enviada pelo TRE, Tribunal Regional Eleitoral, as pessoas chegarão de posse de um documento de identificação assinarão a lista de eleitores, pegaram a cédula eleitoral (onde consta o nome das oito candidatas Com numero e espaço para marcar um X na frente) e irão até a sala ao lado onde tem duas urnas, uma em cada canto da sala. A coordenação da eleição, sob a responsabilidade da COMISSÃO ELEITORAL, esteve constituída em sua abertura por: Ângela dos Santos – presidente do CMDCA, Monica Vieira – secretaria do CMDCA, Vania Dantas – recepcionista do CRAS, Maria Lucia de O. Porto – gestora de assistência social, Elenir Lucia de Souza - diretora de projetos do CRAS e Jane da Silva Martins - psicóloga do CRAS. Às oito horas e cinco minutos demos início à votação, sendo que as candidatas a conselheiras serão: 01 – Werica Cristina Orlando Costa, 02 – Lucimar Oliveira Santos, 03- Keila Silva dos Santos, 04 - Vivian da Conceição Rocha, 05 –Luciene Martins F. P. Barboza, 06 – Marlene da Gama Souza, 07 – Adima Cristina Batista E 08- Janice Lemes Gorgonha. Lembrando que estas candidatas passaram por teste eliminatório anteriormente. As oito horas e cinco minutos teve inicio as eleições, que transcorreram o dia todo na normalidade, apenas oito pessoas estavam de posse do título de eleitor e o nome não constava na lista por ter sido transferido recentemente, mas o nome foi adicionado na lista e assinado pelo eleitor que puderam votar normalmente, Após encerrada a votação, tendo sido registrada a presença de quinhentos e cinquenta e cinco(552) eleitores, conforme a lista de assinaturas anexo, passou-se à conferência dos votos, cuja conferência foi feita observando-se as formalidades legais, manualmente, abriu-se a primeira urna os membros da comissão se posicionaram , um retirava o voto, anunciavam e marcava em um quadro mural as vistas de todos presentes, em seguida a segunda urna, estavam presentes na sala de apuração: candidatas a conselheira tutelares, comissão eleitoral, alguns eleitores e o Policial militar Roberto Moraes, conforme orientação do promotor. Procedeu-se então à apuração, obtendo-se o seguinte resultado: Werica Cristina Orlando Costa – 95 votos (noventa e cinco); Lucimar Oliveira Santos – 77 votos (setenta e sete); Keila Silva dos Santos- 76 votos (setenta e seis); Vivian da Conceição Rocha- 56 votos (cinquenta e seis); Luciene Martins F. Pozo Barboza 107votos (cento e sete); Marlene da Gama Souza 12 votos(doze); Adima Cristina Batista 114 votos(cento e quatorze); Janice Lemes Gorgonha 13 votos(treze) e Nulos(02) votos. Assim, atendendo às determinações legais, o Presidente da Comissão Eleitoral, em face do resultado geral da apuração, proclamou eleitas como titulares: Adima Cristina Batista, Luciene Martins Fernandes Pozo Barboza, Werica Cristina Orlando Costa, Lucimar Oliveira Santos e Keila Silva dos Santos e como conselheiras suplentes: 1ª suplente Vivian da Conceição Rocha, 2ª suplente Janice Lemes Gorgonha e 3ª suplente Marlene da Gama Souza. Nada mais havendo a tratar foi encerrado este processo eleitoral, a presidente do CMDCA, disse que aguarda orientações do Conselho Estadual para próxima etapa, a capacitação das conselheiras, e assim que tiver conhecimento entra em contato com as candidatas eleitas, enfatizou para irem organizando as documentações necessárias, para quando for solicitado. Esta ata vai assinada por todos os presentes, durante o processo de conferencia do resultado das eleições unificadas para conselheiro tutelar de Conquista D'Oeste- MT:

Ângela dos Santos_____

Maria Lúcia de Oliveira Porto_____

Elenir Lucia de Souza_____

Jane da Silva Martins T Couto _____

Monica Vieira da Silva_____

Vania Pereira de Almeida D. Fernandes_____

Cabo PM Roberto da Silva Moraes _____

Werica Cristina Orlando Costa_____

Keila Silva dos Santos_____

Vivian da Conceição Rocha _____

Luciene Martins F. Pozo Barboza_____

Marlene da Gama Souza _____

Adima Cristina Batista _____

Maria Terezinha de Carvalho _____

Vera Lucia de Oliveira Porto _____

Francielyn Suelyn Santos Lopes _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 208/2015

Ementa: Exonera Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a partir de 09/10/2015, o Sr. **ÍTALO JOSÉ SCOLARI CARARO,** portador do CPF: 040.669.501.67, da função de **Vistoriador**, junto à Agência Municipal Trânsito, designado pela Portaria nº163/2014.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 09 de Outubro de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 209/2015

Ementa: Designa Servidor.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar a Sra. **MARYLOURDES DA ROCHA RODRIGUES**, portadora do CPF: 896.205.181-87, para atuar como Vistoriadora, junto à da Agência Municipal de Trânsito.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 09 de Outubro de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA *Nº.* **022/2015**

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG82.090/2015)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Obras Públicas - SMOP

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aplicação de lama asfáltica em diversas ruas dos bairros CPA I, CPAII, CPA III, Boa Esperança e Tijucal, visando a melhoria e manutenção do sistema viário no município de Cuiabá, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras Públicas, em conformidade com o Termo de Referência, condições e especificações contidas no Edita e anexos.

Data/Horário: 16/11/2015 às 09:00 (nove horas) – Fuso Horário da Capital.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2015

Magda Rossi

Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto de Gestão

Cuiabá/MT, 14 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 198/2015

DISPÕE SOBRE ***DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS RECURSOS DO CURVELÂNDIA-PREV – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CURVELÂNDIA,*** *E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais e nos termos do art. 2°, § 4° da Portaria n. 519, de 24 de agosto de 2011,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar a servidora efetiva no cargo de Agente Administrativo **SIMONE GAIO DOS SANTOS**,matricula funcional 1544**,** portadora da cédula de Identidade nº 26.410.902-8 SSP/SP, e inscrita no CPF 149.683. 218-30, como responsável pela gestão de recursos do Curvelândia – PREV – Fundo Municipal de Previdência Social de Curvelândia, atendendo o disposto na Portaria MPS n. 519/2011.

Art. 2º - Pelo exercício da função descrita no artigo anterior, não decorrerá ao nomeado direito de acréscimo aos seus vencimentos.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 14 de outubro de 2015.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 197/2015

DISPÕE SOBRE ***NOMEAÇÃO DO ADMINISTRADOR/ORDENADOR DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE,*** *E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear a Senhora **EDERLY DEGE ROMÃO**,matricula funcional 2071**,** portadora da cédula de Identidade, RG 2835020-0 SSP/MT, CPF 821.623.951-34, ocupante do cargo de Secretária de Assistência Social, como Administradora/Ordenadora das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

Art. 2º - Regulamenta a nomeação do Presidente e Secretário do FMDCA, sendo respectivamente Elizangela Paula de Barros Tomé CPF 950.321. 181-68 e Mateus Monezi CPF 052.324.941-12

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 09 de outubro de 2015.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2015

A Prefeitura Municipal de Curvelândia-MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 28/10/2015 às 08h30min, a Licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo “Menor Preço por Item", cujo objeto é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza, e Utensílios de Copa e Cozinha, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. O edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia-MT, e gratuitamente no site: www.curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia-MT, 14 de outubro de 2015.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR EMPREITADA

A prefeitura Municipal de Curvelândia-MT, através do Presidente da Comissão da Licitação, nomeado pela portaria nº 074/2015, torna público para os interessados o resultado da Tomada de Preços 006/2015, cujo objeto é contratação de empresa para Construção de Bueiros Duplos de Concreto Armado nos córregos das Estradas Municipais não Pavimentadas, nas Comunidades de Plaquelandia e Carretão, zona rural, no Município de Curvelândia-MT, cujo certame teve como vencedora a empresa: N.S. CONSTRUTORA LTDA-ME, inscrita no CNPJ:14.039.081/0001-48, para o item único, perfazendo o valor de R$ 76.575,82 (Setenta e Seis Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Oitenta e Dois Centavos).

Curvelândia-MT, 14 de Outubro de 2015.

CLÁUDIO NASCIMENTO LOPES

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 368/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **SANDRA GOMES DE ARRUDA NAVIS,** brasileira, residente e domiciliada na Rua das Piçarras Q:13,Lote 07, Bairro:Betel, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1354679-1- SSP/MT e CPF n. º 904365041-20, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **SANDRA GOMES DE ARRUDA NAVIS,** no cargo de Professora Licenciado em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 153, de 06 de abril de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Irene, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, (em para atender Licença Prêmio de: Ana Gonçalina Pereira Leite, Marcele Conceição C. Cebalho, Kátia Lima do Brasil Miranda Claudia Pereira que está na Coordenação Pedagógica).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **16 de março de 2015 e término em 10 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de abril de 2015.

_____

SANDRA GOMES DE ARRUDA NAVIS

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 060/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **SIMONI RIBEIRO DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 231, Bairro Santa Isabel, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1683836-0 SSP/MT e CPF n.º 008.779.841-74, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **SIMONI RIBEIRO DA SILVA**, no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Vital Monteiro Leite, localizado em Zona Rural do Município de Cáceres, (Em VAGA LIVRE), com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, devendo cumprir 200(duzentos) dias letivos

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **19 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de março de 2015.

_____

SIMONI RIBEIRO DA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 535/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, a senhora **SANDRA MARIA DA SILVA**, brasileia, casada, residente e domiciliada na Rua: Avenida Santa Fé, Nº S/N, Bairro: Vila Irene, no Município de Cáceres-MT, portadora do RG n.º 86735-4 SSP/MT e CPF n.º 568.337.251-87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **SANDRA MARIA DA SILVA,** no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 358, de 14 de julho de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Irene, no Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em substituição a Carmelita Estevão da Silva que está em readaptação de função por 180(cento e oitenta dias), A partir de 16/06/15).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **25 de junho de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	70.70.30
Proj/Ativ	2070
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 14 de julho de 2015.

_____

SANDRA MARIA DA SILVA

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2015-PREGÃO ELETRONICO N° 52/2015 – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Órgão Gerenciador: Secretarias Municipal de Industria e Comercio, Meio Ambiente e Turismo.

Objeto: Registro de preço para futura e eventual **Aquisição de Climatizadores de Ar** para uso da Secretaria de Industria e Comercio, Meio Ambiente e Turismo, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais condições contidas neste edital e seus anexos.

Realização:30 de setembro de 2015 às 10h00min horário de Brasília

Empresa Vencedora: **L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTACOES LTDA - ME**, CNPJ nº 22.328.534-0001.84, com endereço RUA DUZENTOS, JARDIM IMPERIAL, 94, compl.QUADRA: 03; LOTE: 01; , representada por JOSE LUIZ BATISTA DA SILVA DAMASCENO, carteira de identidade nº 104.661-26, e inscrito no CPF nº688.596.351-87. Vencedora dos itens abaixo:

ITEM	**Descrição do objeto**	UN	QTD	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
02	CLIMATIZADOR PORTÁTIL 7 LITROS PARA ATÉ 30M²- ÁREA INDICADA 30M², ALCANCE FRONTAL 7M, NÍVEL DE RUÍDO 65DB, CONSUMO 128W, TENSÃO 110 OU 220 VOLTS, FORNECIMENTO DE ÀGUA, RESERVATÓRIO 7 LITROS, DIMENSÕES 52X45X25CM, PESO 8,4KG, FLUXO DE AR 1.700M³/H.	un	08	JOAPE JOB SUPER PORTATIL	R$2,072,00	R$ 16.576,00

VALOR TOTAL DE R$16,576,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS E SETENTA E SEIS REAIS)

Prefeitura de Cáceres - MT, 14 de Outubro de 2015.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 530 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 35473, de 30 de setembro de 2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar o Decreto por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, da senhora abaixo relacionada, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

N°	NOME	CARGO	LOCAL	PERÍODO
302-19-06-15	Lucimira de Arruda Silva	Auxiliar de Serviço Gerais	Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo	28.09.15 à 18.12.15

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de outubro de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 09.10.15

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAUDE
EDITAL 003/2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2014 EDITAL DE PRORROGAÇÃO SELETIVO 003/2014, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Edital 003/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2014

EDITAL DE PRORROGAÇÃO SELETIVO 003/2014, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA DE CÁCERES e Comissão do Processo Seletivo Simplificado 003/2014 da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Prorrogar o Edital do Seletivo 003/2014, para atender a necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público, conforme critério estabelecido no Edital 003/2014, 13.0 **Das Disposições Finais E Transitórias**; clausula 13.3- O processo Seletivo terá validade de 12(Doze) meses, podendo ser prorrogado a Critério da Administração, por igual período. **A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS** do **Edital 003/2014**, **Publicado data 02/06/2014.**

EM TEMPO Lê-se Edital 003/2014: PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS CONFECCIONADOS em 2015 até Data de 22/05/2016 CONFORME HOMOLOGAÇÃO.

Cáceres-MT, 07 de Outubro de 2015

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PERREIRA

Secretário Municipal De Saúde

CÁCERES-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 565/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **NELCI ELIETE LONGHI**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **SEBASTIANA APARECIDA DE SOUZA NUNES** brasileira, residente e domiciliada na Rua Joaquim Mortinho nº 630, Bairro: Cavalhada II no Município de Cáceres-MT, portadora do RG n.º 1584969-4' SSP/MT e CPF n.º 011.724.281-07, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **SEBASTIANA APARECIDA DE SOUZA NUNES** no cargo de Professora Licenciada em Letras, a que refere o Decreto nº 448, de 26 de agosto de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, (Coordenar o Programa mais Educação).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **06 de agosto de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município

a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	70.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recursos	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 28 de agosto de 2015.

_____

SEBASTIANA APARECIDA DE SOUZA NUNES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 531 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 35499, de 30 de setembro de 2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Reduzir a carga horária do contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, da senhora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Nº	NOME	CARGO	HS	A PARTIR DE	LOCAL
088	Maria de Albuquerque Santos	Professora Licenciada em Pedagogia	10	24.09.2015	Escola Municipal Sadia

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de outubro de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 09.10.15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 531/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **SIMONE CRISTINA DA SILVA MOURA** brasileira, residente e domiciliada na Rua da Conquista , s/n, Bairro Santo Antônio, no Município de Cáceres-MT, portadora do RG n.º 15803058 SSP/MT e CPF n.º 006547771-52, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **SIMONE CRISTINA DA SILVA MOURA** no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 358, de 14 de julho de 2015, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (para coordenar o programa mais educação)**.**

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **23 de junho de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	70.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recursos	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 14 de julho de 2015.

_____

SIMONE CRISTINA DA SILVA MOURA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO

A Prefeitura Municipal de Cáceres através do setor de licitações/SMA vem a público informar que TORNA SE SEM EFEITOS a publicação AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DATA PREGÃO ELETRÔNICO N.º 61/2015/SMA, feita no dia 13 de outubro de 2015 Ano X Nº 2.330– Página 47 e 48.

Cáceres-MT, 14 de outubro de 2015.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 532 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 35428 e 35500, de 30 de setembro de 2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária dos contratos por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, das senhoras abaixo relacionadas lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

Nº	NOME	CARGO	HS	PERÍODO	LOCAL
106/15	Jane Leobaldina dos Santos	Professora Licenciada em Pedagogia	20	30.09.15 à 23.10.15	Escola Municipal Buscando Saber
112/15	Glauciele Monteiro de Souza	Professora Licenciada em Pedagogia	13	24.09.15 à 06.10.15	Escola Municipal Jardim Paraiso

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de outubro de 2015

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 09.10.15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 528/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **NOEMI CEBALHO PASCOAL DOS ANJOS**,brasileira, domiciliada na Rua Radial I, nº 868, Bairro Rodeio, no Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1184408-6 SSP/MT e CPF nº 001.959.091-19, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **NOEMI CEBALHO PASCOAL DOS ANJOS** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, a que refere o Decreto nº 324, de 30 de junho de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Eduardo Benevides Lindote, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **01 de junho de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 808,95 (oitocentos e oito reais e noventa e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	70.70.30
Proj/Ativ	2071
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 01 de julho de 2015.

_____

NOEMI CEBALHO PASCOAL DOS ANJOS

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 534 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 35302, de 28 de setembro de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Rescindir o Contrato Administrativo nº 553/2015-SA, do cargo de Motorista, do senhor **ADIVANIO GENESIO DA SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a partir de 28 de setembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de outubro de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 09.10.15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 057/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a **ANEDINA FRANCISCA ALVES,** brasileira, residente e domiciliada na Rua das Ametistas, nº 57, Bairro Cohab Velha, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 0084632-5 SSP/MT e CPF n.º 241.592.981-68, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ANEDINA FRANCISCA ALVES,** no cargo de Professor Licenciado em Letras, a que refere o Decreto nº 106, de 06 de março de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, no Município de Cáceres, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais (Em substituição a Professora Noeli Conceição Vieira Sonaque) devendo cumprir 200 (duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **19 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensal.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum

outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2068
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de março de 2015.

_____

ANEDINA FRANCISCA ALVES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO

A Prefeitura Municipal de Cáceres através do setor de licitações/SMA vem a público informar que TORNA SE SEM EFEITOS a publicação AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DATA PREGÃO ELETRONICO N.º 61/2015/SMA, feita no dia 14 de outubro de 2015 Ano X Nº 2.331– Página 96

Cáceres-MT, 14 de outubro de 2015.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 445/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **JUSCILEI RUFINO DA SILVA**,brasileira, residente e domiciliada na Rua São Benedito, nº 570, Quadra 01, Lote 14, Bairro Jardim Paraíso, no Município de Cáceres-MT, portadora do RG 743282 SSP/RO e CPF n.º 687.542.562-91, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **JUSCILEI RUFINO DA SILVA**, no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, a que refere o Decreto nº 218, de 07 de maio de 2015, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real e Escola Municipal Dom Máximo Biennés, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais (em vaga livre).

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **07 de abril de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 808,95 (oitocentos e oito reais e noventa e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2071

Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	119

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 08 de maio de 2015.

_____

JUSCILEI RUFINO DA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 156/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **ROSENI INACIO PEREIRA FRANCISCO,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Jose Pinto de Arruda lote 5 A – Bairro: Junco, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 18623590 SSP/MT e CPF n.º 991.500.851-15, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constit21-uição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **ROSENI INÁCIO PEREIRA FRANCISCO**, no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 115, de 17 de março de 2015, para exercer suas funções no Centro Municipal de Educação Infantil, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200(duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **13 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015,** com cumprimento de 200(duzentos) dias letivos.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ R$ 1. 438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de março de 2015.

_____

ROSENI INACIO PEREIRA FRANCISCO

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 221/2015 – SA POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **MARLEI SANTOS DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua Comendador Henrique, n/s – Bairro: Jardim Paraiso, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1114170-0 SSP/MT e CPF n. º 828.930.471-49, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constit21-uição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de co-

mum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **MARLEI SANTOS DA SILVA,** no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, a que refere o Decreto nº 115, de 17 de março de 2015, para exercer suas funções no centro Municipal de Educação Infantil, com carga horária de trabalho de 20(vinte) horas semanais em (VAGA LIVRE), devendo cumprir 200(duzentos) dias letivos.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **09 de fevereiro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ R$ 1. 438,35 (um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na Cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato por Prazo Determinado vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Ficha	07.70.30
Proj/Ativ	2069
Elemento de Despesa	3.1.90.04.00.00
Fonte de Recurso	118

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de março de 2015.

_____

MARLEI SANTOS DA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO CONTRATO ADM. Nº 375/2015–PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres-MT, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

CONTRATADA: FACHINELLO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP

MODALIDADE: Pregão Eletrônico n° 40/2015

OBJETO: Constitui o objeto do presente Contrato o Registro de Preços para eventuais aquisições de materiais para iluminação pública visando à reposição do estoque no Almoxarifado da **Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos – SMOSU**, setor de Iluminação Pública. As aquisições dos equipamentos deverão ser realizadas em conformidade ao Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.2. DESCRIÇÃO DOS OBJETOS

QTD	UN	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
600	PÇ	LÂMPADA A VAPOR DE SÓDIO 250W/220V, ALTA PRESSÃO, OVOIDE, PRESSÃO, BASE E40, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 30.000 LÚMENS, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 30.000HS	18,19	10. 914,00
500	PÇ	REATOR EXTERNO PARA LÂMPADA A VAPOR DE SÓDIO 250W/220, USO EXTERNO, ALTO FATOR DE POTÊNCIA	42,90	21. 450,00
200	RL	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X 300MM, COM PORCA.	5,47	1. 094,00
340	PÇ	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X 350MM, COM PORCA.	5,74	1. 951,60
04	PÇ	CHAVE CONTADORA TRIFASICA 65A/ 220-1ª	179,99	719,96

VALOR: A contratante pagará à contratada pelo fornecimento do objeto contratado o Valor Total de R$ 36.129,56 (Trinta e seis mil e cento e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos), conforme Empenho Automático nº 0752300, Requisição de Compras e Serviços nº 02612 de 21/09/2015.

VIGÊNCIA: Este instrumento vigorará pelo período de **12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura** no contrato, com possíveis aditamentos conforme previsão legal na Lei n°8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das obrigações assumidas em decorrência deste contrato correrão pela rubrica através das Dotações Orçamentarias conforme discriminadas abaixo:

Órgão/Unidade:

08.080.1.0

Funcional-Programática:

15.452.1023.2.080

Natureza Da Despesa:

3.3.90.30

Fonte De Recursos:

(117)- Material de Consumo(Recursos do CIP)

LOCAL E DATA: Prefeitura de Cáceres – MT, 21 de setembro de 2015.

VALTER DE ANDRADE ZACARKIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CONTRATANTE

ALMOR PORTELLA FACHINELLO

FACHINELLO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRONICO N°52/2015 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada Secretarias Municipal de Industria e Comercio, Meio Ambiente e Turismo.

Objeto: Registro de preço para futura e eventual **Aquisição de Climatizadores de Ar** para uso da Secretaria de Industria e Comercio, Meio Ambiente e Turismo, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais condições contidas neste edital e seus anexos.

Resultado: Empresa vencedora do item 02foi LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME CNPJ: 22,328,534/0001-84, perfazendo o valor total de R$ 16.576,00 (DEZESSEIS MIL QUINHENTOS E SETENTA E SEIS REAIS).

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT13 de Outubro de 2015.

CRISTIANE OLIVEIRA CEBALHO

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 014/2015

DECRETO N.º 014/2015.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SIMPLIFIUCADO DE ESCOLHA N.º 001/2015 PARA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE – MT.

O Prefeito Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, Senhor Pedro Tercy Barbosa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

Considerando a realização da Eleição do Processo Simplificado de Escolha n.º 001/2015 para CMDCA, desta Prefeitura Municipal, no dia 04 de outubro de 2015;

Considerando que todas as exigências do Regulamento e do Edital do Processo Simplificado de Escolha foram cumpridas;

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o Resultado do Processo Simplificado de Escolha n.º 001/2015 da Prefeitura Municipal de Denise – MT.

Art.2º - O Processo Simplificado de Escolha n.º 001/2015 terá validade pelo prazo de 4 (quatro) anos.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de outubro de 2015.

PEDRO TERCY BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 012

PROCESSO SIMPLIFICADO DE ESCOLHA Nº 001/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 012

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO GERAL PARA HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Simplificado de Escolha para membros Conselho Tutelar de Denise, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade;

Considerando que todas as etapas do processo simplificado de escolha foram cumpridas regularmente e que não houver interposição de recurso referente à divulgação do resultado.

Considerando à necessidade da homologação do Processo Simplificado de Escolha n° 001/2015 para as demais providencias,

RESOLVE:

I – Divulgar a classificação Geral do Processo Simplificado de Escolha n° 001/2015 para fins de homologação;

Ordem Aprovação	Nome do Candidato	Descrição
1	MARIA DIVANILDA COSTA SOUZA	Titular
2	SIMONE MARTINS DE OLIVEIRA	Titular
3	KEYTH BECKER RODRIGUES	Titular
4	LUCIMAR BORBA DOS SANTOS GARCIA GUEBARRA	Titular
5	TIAGO FAVALESSA TEIXEIRA	Titular
6	ANDREIA DOS SANTOS PRATES	1° Suplente
7	GREICIANE SILVA OLIVEIRA	2° Suplente
8	HERICA TAMARA DE SOUZA RODRIGUES	3° Suplente
9	DIOMARA BERNARDES DA SILVA	4° Suplente
10	MARIA DE FATIMA SILVA REGO	5° Suplente
11	CLEONICE PEREIRA SANDER	6° Suplente
12	MARIA APARECIDA ATANAZIO DE ALMEIDA	7° Suplente

Denise – MT, 09 de outubro de 2015.

Edinoan Rios do Carmo Matos

Presidente – CMDCA

Denise – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº 045/2015

Publicada em 09/10/2015 Edição 2.329

PORTARIA Nº. 045/2015

INSTITUI PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR MERITO PROFISSIONAL, DO NÍVEL DE ENQUADRAMENTO E DO INCENTIVO A TITULAÇÃO PARA OS SERVIDORES DO QUADRO EFETIVOS E EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Onde se Lê: Servidor: **Fabio Tomekiti Fukushima -** Cargo: Auditor Público Interno

Leia-se:**Primeira Avaliação: Triênio 2015/2017 -** Servidor: **Fabio Tomekiti Fukushima -** Cargo: Auditor Público Interno

Diamantino 09 de outubro de 2015

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

SETOR JURÍDICO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 353/2015

Termo aditivo ao Contrato nº 353/2015, que tem por objetivo a alteração da cláusula primeira no que diz respeito ao objeto, que entre si fazem o Município de Diamantino/MT e a SEBRAE/MT, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 03.648. 540/0001-74, com sede administrativa nesta cidade de Diamantino sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **JUVIANO LINCOLN**, brasileiro, divorciado, Engenheiro Florestal, portador da cédula de identidade civil nº 378.465, SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 304.779-991-15, residente na Chácara Ribanceira, bairro Jardim Guaraná, nesta cidade, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e o **SEBRAE/ MT** – Serviço de Apoio de Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso, com sede ao foro em Cuiabá/MT, sito na Av. Rubens de Mendonça, 3. 999, inscrito no CNPJ sob o nº 03.534.450/0001-52, neste ato, representado pelo seu Diretor Superintendente, Sr**.** José Guilherme Barbosa Ribeiro**,** portador da Carteira de Identidade nº 2.342.563 SSP/ RJ e do CPF/ MF nº 056.933.227-34, denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado entre si o presente aditivo mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Alteração da Cláusula Primeira – Objeto

1.1 – O **CONTRATADO** se compromete a executar para o **CONTRATANTE**, sem o menor vínculo empregatício, serviço especializado de **"REALIZAR TREINAMENTOS / CONSULTORIA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO",** conforme: Projeto Balde Cheio – ano III; Gestão e Manejo de Psicultura; Encontro da Cadeia Produtiva do Leite; Espetáculo – Empresarial "a loja – Show de Atendimento" (**Todo detalhamento dos serviços a serem executados estão contemplados na proposta anexa, que faz parte integrante e inseparável deste Contrato e deve ser seguida rigorosamente)**, no período de 15/06/2015 à 15/12/2015.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Diamantino-MT, 01º de outubro de 2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

CONTRATADA: SEBRAE/MT

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO

Diretor Superintendente

TESTEMUNHAS:

DINÁ BENEDITA C. DE ARAÚJO

RG: 0129508-0 SJ/MT

CPF: 172.762.331-20

EDEMAR ROSAS DOS SANTOS JÚNIOR

RG: 4532479 SSP/PA

CPF: 860.387.292-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO Nº 069/2015

DECRETO Nº 069/2015 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS APROVADOS E/ OU CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM AQUINO-MT JOSAIR JEREMIAS LOPES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei: 1.340/ 2013 de 08 de agosto de 2013 em conformidade com o Edital nº 001/2013, publicado no Jornal da AMM-MT em 05/09/2013, e o resultado homologado através do decreto nº 003/2014 de 07 de janeiro de 2014, observando as necessidades dos serviços, o número de vagas existentes e a estrita ordem de classificação.

D E C R E T A:

artigo 1º - Fica nomeada a candidata abaixo relacionada aprovada e/ ou classificada no Concurso Público 001/2013, para o preenchimento da vaga em cargo efetivo da Administração Municipal.

CANDIDATO	CLASSIF.	CARGO	SECRETARIA
Eliane da Silva Neves	5º	Agente Administração Pública - Limpeza	Secretaria de Assistência Social

ARTIGO 2º - O candidato que recusar a nomeação ou, nomeado, deixar de tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, perderá o direito a vaga.

ARTIGO 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 13 de outubro de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DECRETO N.º 031/2015.

DECRETO N.º 031/2015 DE 15 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO Nº 018/2015

Órgãos: Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo.

Identificação: Pregão Presencial nº 018/2015

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada, para a realização de manutenção de motores de caminhões e tratores**, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.**

Data: 27/10/2015

Horário: credenciamento às 08h30min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso)

Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av. Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00).

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/ 1202, fax (0xx66) 3451-1236 ou ainda pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com

Dom Aquino-MT, 14 de outubro de 2015.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira Oficial

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EDITAL Nº 005/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E/ OU CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO-MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM AQUINO-MT JOSAIR JEREMIAS LOPES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei: 1.340/ 2013 de 08 de agosto de 2013 em conformidade com o Edital nº 001/2013, publicado no Jornal da AMM-MT em 05/09/2013, e o resultado homologado através do decreto nº 003/2014 de 07 de janeiro de 2014, observando as necessidades dos serviços, o número de vagas existentes e a estrita ordem de classificação,

RESOLVE:

CONVOCAR a candidata abaixo relacionada, aprovada e/ ou classificada no concurso público 001/2013, para comparecer junto ao Departamento Pessoal desta Prefeitura Municipal, sito a Avenida Cuiabá nº 143 – Bairro Centro – Dom Aquino – MT no horário das 07:30 às 13:00 horas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, munidos da documentação exigida relacionados ao anexo único deste Edital, para fins de nomeação e posse, o que não ocorrendo implicará em desistência da vaga ao cargo em que foi aprovado e/ ou classificado.

CANDIDATO	CLASSIF.	CARGO	SECRETARIA
Eliane da Silva Neves	5º	Agente Administração Pública - Limpeza	Secretaria de Assistência Social

O candidato que recusar a nomeação ou, nomeado, deixar de tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, perderá o direito a vaga.

O anexo a este Edital encontra-se disponível no Jornal da AMM-MT, no Departamento Pessoal e afixado no mural desta Prefeitura e se tornam parte integrante do presente Edital.

Prefeitura Municipal de Dom Aquino-MT, em 13 de outubro de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2015

RELAÇAO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA POSSE DO CONCURSO PÚBLICO

Nº 001/2013 CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA - SRH N.003/2013

6.13) Da convocação de posse a nomeação em caráter efetivo observará o numero de vagas existentes e a ordem de classificação, e dá-se por meio de decreto emitido pelo Prefeito Municipal e/ou se for o caso Presidente da Câmara municipal;

6.14) Publicado o Ato de nomeação , em Diário Oficial da AMM , os candidatos classificados, primeiros colocados no concurso serão convocados para tomar posse e deverão apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove:

Cédula de identidade; ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (art. 12 e 37, I da CF/88); Certidão de Casamento ou Nascimento; Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos (se for o caso); Carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos; Cartão de identificação do contribuinte (CPF); Cartão do PIS/PASEP; Comprovante de votação das duas ultimas eleições que antecedem a posse; Titulo eleitoral; Certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do município dos últimos cinco (05) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado); Certidão negativa de débitos para com o município de Dom Aquino; Atestado médico admissional expedido pelo profissional credenciado no Ministério do Trabalho de acordo com as exigências da administração municipal, registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade; Certidão de reservista (quando do sexo masculino); Comprovante de escolaridade (diploma registrado); Declaração contendo endereço residencial; Declaração negativa de acumulo de cargo público(sendo que esta declaração deverá ser expedida pelos órgãos das esferas: Federal, Estadual e Municipal) ; não ter infringido as leis que fundamentam o edital; Declaração de bens; Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - **(Para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas);**

6.14.1) Deverá constar obrigatoriamente nos atestados, nos exames médicos e documentos complementares: o nome completo e o numero ou do RG do CPF do nomeado; não serão aceitos exames, laudos, atestados médicos e outros documentos rasurados, ilegíveis, que não contenham identificação do médico declarante-carimbo e assinatura, e com mais de 60 (sessenta) dias contados da data da expedição do documento.

6.14.2) O Candidato nomeado como portador de necessidades Especiais-PNE deverá apresentar laudo médico, discriminando a espécie, o grau ou nível de deficiência , com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID) vigente, e a provável causa da deficiência;

6.14.3) Os exames e os demais procedimentos médicos previstos nesta Instrução Normativa que foram solicitados ao nomeado poderão ser provenientes do serviços da rede saúde pública ou privada; O ônus decorrente da realização dos exames e dos demais procedimentos médicos ou documental é de inteira responsabilidade do nomeado.

6.15)O candidato para o cargo efetivo deverá obrigatoriamente apresentar ao setor de recursos humanos declaração emitidas pelos órgãos das esferas: Federal, Estadual e Municipal de acumulação de cargos empregos e ou funções nesta esferas.

6.16) Deverá ser verificado se o candidato recebe proventos de aposentadoria se aposentado verificar a natureza do cargo em que inativou-se (operacional, técnico ou cientifico) e respectiva carga horária; havendo acumulação verificar a natureza dos cargos e se esta previsto na execução dos incisos XVI e XVII e & 10 do artigo 37 da Constituição Federal;

6.17) Em qualquer situação existindo a hipótese de acumulação ilícita de cargos empregos ou funções publicas o setor de recursos humanos deverá elidir a situação irregular antes de o candidato tomar posse do novo cargo;

6.18) Aprovada a documentação Será editado o decreto de nomeação, publicação e assinatura do termo de posse e exercício em livro próprio;

6.19)A investidura em cargo publico ocorrera com a posse; a posse deverá ocorrer no prazo improrrogável de até 30 dias, contados da publicação do ato de provimento;

6.20)O prazo de validade do concurso publico será de até dois (02) anos, sendo que poderá ser prorrogável em vez, por igual período;

6.21)O prefeito e/ou presidente da câmara deverá verificar sob pena de responsabilidade se forem satisfeitas as condições estabelecidas em lei ou regulamento para a investidura do cargo; toda documentação deverá ser conferida antes da posse;

Prefeitura Municipal de Dom Aquino-MT em 13 de outubro de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 037/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 037/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 037/2015

DATA ASSINATURA: 08 DE OUTUBRO DE 2015

CREDOR: GDA CONSTRUTORA LTDA – EPP

VIGENCIA: 12 DE ABRIL DE 2016

VALOR: R$ 395.001,81 (TREZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, UM REAL E OITENTA E UM CENTAVOS)

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº 008/2015

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E REESTRUTURAÇÃO DO SALÃO DE EVENTOS MUNICIPAL TIO TECO, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT, CONFORME DESENHOS TÉCNICOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS, DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º265/2015.

DATA: 08 DE OUTUBRO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica do Município, visando atender as exigências estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica firmado com Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN-MT.

RESOLVE

Artigo 1.º Designar o Sr.º **MICHEL CRISTIANO GALANTE,** portador do RG nº 78566400 SSP/MT e do CPF n.º 009.005.761-97, servidor efetivo sob matricula nº 1093, para exercer a função de vistoriador da Agência Municipal de Trânsito no Município de Feliz Natal-MT.

Parágrafo único: Em razão da nomeação o Servidor nomeado fará jus a receber FG 08-(Função Gratificada).

Artigo 2.º

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO AOS OITO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISORA DE RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043

CONCURSO PÚBLICO 001/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043

De 14 de Outubro 2015.

"Dispõe sobre a Convocação de Candidato Aprovado no Concurso Público nº 001/2012 da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D´Oeste-MT"

O prefeito do Município de Figueirópolis D´Oeste-MT, Estado de Mato Grosso, Sr**. LINO CUPERTINO TEIXEIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Concurso Público 001/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado para admissão no cargo público o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2012, conforme relação abaixo:

9. CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO	CANDIDATA	PONTUAÇÃO	APROVADO
00577	WILLIAN DAVID DA HORA	7,05	10º

Art. 2º O candidato aprovado e ora convocado neste Edital deverá comparecer à sede da prefeitura Municipal – Supervisão de Recursos Humanos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste, para que sejam empossados nos cargos a que foram aprovados.

Art. 3º Para a tomada de posse no cargo público, o aprovado deverá apresentar a seguinte documentação:

Originais e/ou fotocópias:

a. Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo o qual foi aprovado; b. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo o comprovante de quitação de anuidade; c. Carteira nacional de Habilitação (cargo de motorista) d. Ter idade mínima exigida para o cargo; e. Certidão negativa de antecedentes criminais dos últimos cincos anos f. Certidão negativa de débitos com o município (Gerência de Tributação); g. Comprovante de sanidade física e mental, medicante apresentação dos exames complementares constates **no item 7.6 do Edital** de Concurso Público 001/2012; h. Titulo de eleitor e os 02 (dois) últimos comprovante de votação ou certidão expedida pelo TER; i. Comprovante de Serviços Militar (sexo masculino) j. 01 (uma) foto 3x4 colorida e recente; k. Cédula de Identidade – RG; l. Cadastro de Pessoa Física – CPF; m. Certidão de nascimento/casamento ou declaração de união estável; n. Certidão de nascimento dos filhos e dependentes; o. Carteira de vacinal dos filhos menores de 05 (cinco) anos p. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se possuir); q. Declaração de não acúmulo de cargo público; r. Declaração de disponibilidade de tempo para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; s. Declaração de bens; t. Comprovação de residência. u. Copia do CPF do pai e mãe.

Art. 4º A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital nº 001/2012.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo estabelecido será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Figueirópolis D´Oeste-MT, em 14 de Outubro de 2015.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIRATINGA
EDITAL Nº 016/2015

EDITAL Nº 016/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE 01/2015

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUIRATINGA**, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei N.º 8.666/93 e suas alterações, torna público que realizará a LICITAÇÃO a seguir caracterizada:

CARTA CONVITE N.º 01/2015 .

OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM INFORMÁTICA OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO EM COMPUTADORES E SERVIDORES DE DADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 29/10/2015

HORÁRIO: 09:00 Horas.

LOCAL: Sala de Licitações da Câmara Municipal.

ENDEREÇO: Praça Augusto Alves, 01, Centro.

Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço acima mencionado, em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas, ou no site www.camaraguiratinga.mt.gov.br

Guiratinga - MT, 14 de outubro de 2015.

_____

Edenilson Antonio Zequini

Presidente da CPL

Afixe-se

Registre-se

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 017/2014.

Pelo presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO POR MÚTUO TERMINO DE CONTRATO, o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE, ESTADO DO MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n° 07.209.245/0001-72, com domicílio na Rua dos Girassóis, 387, Centro, Ipiranga do Norte, Mato Grosso, fone (66) 3588-1566/1538, CEP 78578-000, representada neste ato por seu Prefeito Municipal **Sr. PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipirangado Norte/MT, de ora em diante simplesmentedenominado de**CONTRATANTE,** e, de outro lado, a Srª. **DILVA MARIA ZINI,** brasileira, solteira, maior, agente de fiscalização sanitária, Carteira de Identidade Civil RG. 1403430-1 SSP/MT, e CPF Nº. 012.187.421-43, residente e domiciliada na Rua das Hortências, N°845, centro, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aqui denominada **CONTRATADA,** resolvem rescindir, a partir desta data, mutuo consentimento o CONTRATO Nº. 017/2014 (contratação temporária por excepcional interesse público, firmado nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição e da Lei nº. 234/2009), para exercer a função de Agente de Fiscalização Sanitária, passando esta rescisão a fazer parte integrante do contrato inicial supracitado com todas as verbas previstas na Lei Municipal nº. 008/2005 – Estatuto dos funcionários públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT, exceto os direitos que são exclusivos dos servidores efetivos.

A partir de 08 de Outubro de 2015, ambas as partes ficam liberadas de quaisquer compromissos firmados entre si;

E por estarem às partes ajustadas e de comum acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito.

Ipiranga do Norte/MT, 08 de Outubro de 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal – Contratante

_____

DILVA MARIA ZINI

Contratada

T E S T E M U N H A S:

1ª) _____ 2ª) _____

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

A Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, CNPJ nº 07.209.245/0001-72, torna público que requereu junto a SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI), referente a drenagem profunda de águas pluvias em vias urbanismo Município de Ipiranga do Norte/MT.

Ipiranga do Norte, 13 de outubro de 2015.

Pedro Ferronatto

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

LICITAÇÃO E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2015

A Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT comunica que, em despacho proferido, o Sr. João Antonio Vieira, Prefeito Municipal, reconheceu ser dispensa licitação para contratação da empresa **MRE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME - CNPJ**: 20.170.021/0001-62", para contratação de empresa para execução de serviços de reconstrução de ponte de madeira, na rodovia vicinal de Itanhangá, trecho: travessão da Santa Emília, sobre o Córrego Cascavel, com extensão de 8,0m, no município de Itanhangá-mt. Valor total da contratação R$ 49.514,10 (Quarenta e nove mil quinhentos e quatorze reais e dez centavos) pelo período de 14 de Agosto de 2015 à 14 de dezembro de 2015.

Fundamento: Lei n° 8.666/93, art. 24 inciso I.

Município de Itanhangá – MT. 14 de Outubro de 2015.

CAMILA SANTOS BALIEIRO

Presidente Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 77, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

1ª ETAPA DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE OURO BRANCO DO SUL.

A Prefeitura Municipal de Itiquira, Estado do Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada à Avenida Lúcio Mendonça Primo nº 621, Conj. Habitacional Arco Íris II, Itiquira-MT, através do PREFEITO HUMBERTO BORTOLINI, em cumprimento ao art. 37, da Constituição Federal (CRFB/1988 e alterações), a Lei Municipal nº 850/2014 , torna público que estão abertas no período de **15 de outubro de 2015 a 15 de novembro de 2015,** o cadastramento para interessados em participar **da 1ª ETAPA DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE OURO BRANCO DO SUL.**

1 - DAS INCRIÇÕES

1.1 - Os interessados deverão protocolizar sua inscrição/requerimento através de pedido formal, na Sub Prefeitura, situada na Rua Zenaide Avena de Oliveira s/n, em Ouro Branco do Sul - Município de Itiquira, devidamente acompanhado do respectivo projeto do empreendimento negocial.

1.1.1- O referido projeto deverá conter:

I- identificação da empresa;

II - geração de emprego;

III - cópia do projeto de construção e cronograma da execução das obras;

IV- margem de investimentos;

V - documentos de constituição, funcionamento e certidões negativas de regularidade tributária e seguridade social;

2 - DA CLASSIFICAÇÃO

2.2 - Para efeito de avaliação das solicitações enquadráveis, serão considerados pela CMDE, prioritariamente, projetos em função de:

I – aumento do PIB;

II – geração de movimento econômico;

III – número de novos empregos diretos e indiretos;

IV – utilização de matéria-prima local;

V – geração de tributos;

VI – indústria pioneira;

VII- aplicação e transferência de tecnologia;

VIII – agregação de valor a matéria-prima.

2.2 - Poderão ser beneficiados projetos de expansão de empresas já instaladas no Município.

3 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – Todas as publicações pertinentes a esta seleção, enquanto em andamento e até a divulgação do resultado, serão feitas no endereço eletrônico www.itiquira.mt.gov.br, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, bem como no Jornal Oficial do Município, sendo este o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).

3.2 – Para a finalidade específica do subitem acima, considera-se órgão de Imprensa Oficial do Município o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (https://diariomunicipal.org/mt/amm/)

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de outubro de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 032/2015

A Prefeitura Municipal de Itiquira, sediada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA, HOSPITAL MUNICIPAL E PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT,** do tipo menor preço por lote, obteve o seguinte resultado: **LICITAÇÃO DESERTA.**

Itiquira/MT, 14 de outubro de 2015.

Juliane Presotto

Pregoeira

DECRETO N.º 083/2015 DE: 09.10.2015

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 919/2015, de 09/10/2015.

DECRETA

Art. 1º. - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 850. 000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, conforme abaixo:

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

Unidade: 03 – Coordenadoria de Transportes e Serviços Urbanos

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0088 **–** Transporte Rodoviário

Projeto/Atividade: 1.023 – Aquisição de Veículos, Caminhões e Máquinas Rodoviárias

4.4.90.52.00.1024 – Equipamentos e Material Permanente **R$ 850.000,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, § 1.º, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial da dotação orçamentária abaixo:

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

Unidade: 03 – Coordenadoria de Transportes e Serviços Urbanos

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0088 **–** Transporte Rodoviário

Projeto/Atividade: 1.015 – Abertura, Recuperação e Manutenção de Estradas Vicinais

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.1024 – Material de Consumo

Valor:R$ 500.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

Unidade: 03 – Coordenadoria de Transportes e Serviços Urbanos

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0088 **–** Transporte Rodoviário

Projeto/Atividade: 1.015 – Abertura, Recuperação e Manutenção de Estradas Vicinais

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.1024 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor:R$ 350.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de outubro de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 087/2015 DE: 14.10.2015

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), em favor da Câmara Municipal, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 863/2014 de 17/12/2014.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
1.002	0002	4.4.90.51.00.00.00.00	33.000,00
2.001	0006	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
TOTAL			**43.000,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.001	0004	3.1.90.11.00.00.00.00	30.000,00
2.002	0012	3.1.90.04.00.00.00.00	1.500,00
2.002	0013	3.1.90.09.00.00.00.00	500,00
2.008	0020	4.6.90.71.00.00.00.00	10.000,00
2.140	0023	3.3.90.36.00.00.00.00	1.000,00
TOTAL			**43.000,00**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de outubro de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 086/2015 DE: 09.10.2015

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 3.521.062,50 (três milhões, quinhentos e vinte e um mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 922/2015, de 09/10/2015.

DECRETA

Art. 1º. - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 3.521. 062,50 (três milhões, quinhentos e vinte e um mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme abaixo:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 16 – Habitação

Sub-Função: 482 – Habitação Urbana

Programa: 0100 **–** Recursos de Itiquira Construindo Lares

Projeto/Atividade: 1.298 – Construção de Unidades Habitacionais na sede do Município de Itiquira/MT

4.4.90.51.00.0999 – Obras e Instalações **R$ 2.112.637,50**

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 16 – Habitação

Sub-Função: 482 – Habitação Urbana

Programa: 0100 **–** Recursos de Itiquira Construindo Lares

Projeto/Atividade: 1.299 – Construção de Unidades Habitacionais em Ouro Branco do Sul - Itiquira/MT

4.4.90.51.00.0999 – Obras e Instalações **R$ 1.408.425,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, § 1.º, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial da dotação orçamentária abaixo:

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

Unidade: 04 – Coordenadoria de Obras e Manutenção

Função: 16 – Habitação

Sub-Função: 482 – Habitação Urbana

Programa: 0057 **–** Habitação

Projeto/Atividade: 1.041 – Construção de Casas Populares na sede do Município de Itiquira

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.0999 – Obras e Instalações

Valor:R$ 2.112.637,50

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

Unidade: 04 – Coordenadoria de Obras e Manutenção

Função: 16 – Habitação

Sub-Função: 481 – Habitação Rural

Programa: 0057 **–** Habitação

Projeto/Atividade: 1.051 – Construção de Casas Populares em Ouro Branco do Sul

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.0999 – Obras e Instalações

Valor:R$ 1.408.425,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de outubro de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 084/2015 DE: 09.10.2015

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 250.600,00 (duzentos e cinquenta mil e seiscentos reais), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 920/2015, de 09/10/2015.

DECRETA

Art. 1º. - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 250. 600,00 (duzentos e cinquenta mil e seiscentos reais), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, conforme abaixo:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0075 **–** Saúde

Projeto/Atividade: 1.297 – Aquisição de Veículos para Transporte de Pacientes

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Valor: R$ 250.600,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, § 1.º, inciso I, da Lei 4.320/64, os resultantes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2014,

resultante da diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de outubro de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
RESUMO DA ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2015 REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e quinze, as quatorze horas e oito minutos no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores estiveram presentes na audiência pública representantes do poder executivo, legislativo e membros da sociedade. O Sr. Ivan Almeida Silva, gestor governamental iniciou a audiência apresentando a evolução da receita consolidada, informando que para o exercício de 2016 foram feitas adequações em alguns programas apresentados no anexo IV programas, metas e ações e também na previsão da receita no anexo I.

Na seqüência o Sr. Ivan fez uma demonstração do objetivo, justificativa e público alvo de cada programa, explicando também suas metas e ações. Em seguida apresentou uma planilha com os valores previstos para 2016 de cada programa, detalhando os projetos/ atividades dos programas.

Informou que de acordo com o art. 6º da Lei nº 1.561 de 19 de novembro de 2013 as alterações no Plano Plurianual poderão ser feitas somente com a aprovação de Lei específica pela Câmara Municipal e após sanar todos os questionamentos a audiência foi encerrada as dezesseis horas e oito minutos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

OF/GAB/PM/JANGADA/N.061 /2015

Senhora Gerente,

Solicitamos abertura da conta corrente nº 19.660-6 desta agencia para recebimento de recursos oriundos do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Estão autorizados a movimentar a conta os Srºs. Elizangela Dias Kemer, Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social inscrito no CPF nº 570. 514.291-91 e Jose Candido da Rocha Neto Neto, Secretario de Finanças inscrito no CPF nº 384.331.091-20, podendo assinar em conjunto a emissão de cheques, criação e alteração de senhas de acesso, envio de ordens de pagamentos, saques em espécie, transferências por meio eletrônico e pagamento por meio eletrônico. E o senhor Paulo Neris de Assunção, inscrito no CPF nº 532.110.491-34 esta autorizado acessar a referida conta para fazer somente consulta.

Nesta oportunidade apresento meus protesto de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Jangada - MT.,07 de julho de 2015

_____

Valdecir Kemer

Prefeito Municipal

Ao

Banco do Brasil

Anésia Figueiredo Rocha Mouro

Gerente de Agencia

Rosário Oeste/MT

PRORROGAÇÃO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA - MT, C.N.P.J. nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Centro, Jangada - MT., CEP 78.490-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar, a **PRORROGAÇÃO DE ABERTURA** da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com Registro de Preços, do tipo “Menor Preço por Item”, tendo como objetivo: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MESAS, CADEIRAS, PROPAGANDA VOLANTE E FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL, GELO E REFRIGERANTES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE JANGADA/MT,** pelo motivo do prazo para a abertura da licitação ser inferior ao fixado em Lei que é de 08 (oito) dias úteis, considera-se prorrogado a abertura desta licitação para o dia 20/10/2015. Às 10:00 horas, Informações mais detalhadas e o edital completo poderão ser solicitados no endereço supra mencionado, de segunda a sexta – feira, das 07:00 as 13:00, com a CPL e pelo e-mail: licitacaojangada@hotmail.com . Jangada/MT, 14 de Outubro de 2015. JOSE CANDIDO DA ROCHA NETO NETO – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITACAO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 67/2015 - PREGÃO 106/2015

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 67/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 106/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

ASSINATURA: 01/10/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-0O**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, residente e domiciliado na Avenida Rio Arinos, S/N, Centro, na cidade de Juara-MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **ANDRADE E PEREIRA LTDA,** inscrita com o CNPJ sob o n. 11.087.959/0001-22, localizada à Praça dos Colonizadores n. 182-S, Centro, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, CEP: 78.575-000, Telefone (66) 3556-1014, E-mail: sdsa-ojose@yahoo.com.br representada por seu sócio proprietário o **Srº. Edgelson Dias de Andrade**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 856222 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n. 630.123.831-15, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada

por **ITEM**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALIMENTOS E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA AOS PARTICIPANTES DO 34º JOGOS REGIONAIS DE SELEÇÕES ESTUDANTIS MATO-GROSSENSE, PERÍODO DE 02 A 07/10/2015 EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ESPORTES, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão Presencial n. 106/2015**, valores, marcas, quantidades, proposta vencedora e demais condições e especificações do Edital e estabelecidas nesta** Ata de Registro de Preço.

DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ALIMENTOS ORAL E ENTERAL E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
01	**88744**	Achocolatado em pó, instantâneo, tradicional, a base de açúcar, cacau em pó e maltodextrina, embalagem em lata ou pote plástico contendo 400g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	Und.	100	4,59	459,00	MAGICO
02	**88745**	Açúcar cristalizado, sacarose de cana-de-açúcar, na cor branca. Embalagem em polietileno, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - cnnpa. Fardo com 15 pacotes de 2 kg.	Fardo	10	29,30	293,00	BARRALCOOL
03	**88746**	Adoçante dietético líquido, edulcorante artificial aspartame, com sacarina, sem ciclamato, contém fenilalanina. O produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 e a resolucao 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - cnnpa. Embalagem: frasco com 100ml. Unidade.	Und.	50	3,15	157,50	ZERO CAL
04	**88749**	Alface crespa, de primeira qualidade, pé, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor proprias, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Unidade.	Und.	500	2,55	1.275,00	FLV
05	**88750**	Alho in natura, de primeira, sem restia, bulbo inteiriço, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, parasitas e larvas, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Kg.	Kg	50	16,79	839,50	ADORI
06	**88761**	Apresuntado, fatiado, resfriado, a base de carne suína, embalada em material adequado que lhe confira uma proteção apropriada (plásticas transparentes), em embalagem de 1kg, com identificação do produto, prazo de validade e peso líquido, o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Quilo.	Kg	100	10,45	1.045,00	NUTRIBRAS
07	**88762**	Arroz branco, subgrupo polido, classe longo fino, tipo 1, pacote contendo 5kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O prazo deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	Pct	100	10,45	1.045,00	KUMBUCA
08	**88765**	Bacon fatiado embalado a vácuo, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério saúde. Kg.	Kg	50	18,79	939,50	MANTA
09	**88766**	Banana da terra, de primeira, in natura, kg, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Kg	100	3,75	375,00	FLV
10	**88767**	Banana maça, de primeira, in natura, kg, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. Quilograma.	Kg	100	3,69	369,00	FLV
11	**88768**	Banana nanica, de primeira, in natura, kg, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. Quilograma.	Kg	100	1,99	199,00	FLV
12	**88770**	Batata inglesa, de primeira, kg, apresentando grau de maturação que permite suportar manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a res. nº 12/78 da cnnpa.	Kg	100	4,99	499,00	FLV
13	**88784**	Café torrado e moído, embalagem a vácuo, de primeira qualidade, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café - abci. O produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões pra alimentos - cnnpa. Pacote de 500g. Pacote.	Pct	84	9,00	756,00	CABLOCO
14	**88791**	Carne bovina- coxão duro de segunda sem osso, com baixo teor de gordura, embalagem em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, atóxico, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais de acordo com as portarias do ministério da agricultura, dipoa nº304 de 22/04/96 e nº 145 de 22/04/98, resolução nº 105 de 19/05/99 e da lei municipal/vigilância sanitária. Quilo.	Kg	100	17,79	1.779,00	JBS
15	**88792**	Carne bovina, moida resfriada. Embalagem em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, dipoa n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da resolução da anvisa n.105 de 19/05/99	Kg	100	10,59	1.059,00	JBS
16	**88793**	Carne bovina, músculo em pedaço, congelada (entre -10ºc e -25ºc) e no máximo 10% de sebo e gordura com aspecto, cor cheiro e odor próprios, embalada em saco plástico transparente, atóxico em caixa de papelão, rotulada, pesando 30kg por caixa, contendo 6 sacos de 5 kg cada e suas condições deverão estar de acordo com a nta-3 (decreto 12486 de 20/10/78) e (ma 224/97). Quilograma.	Kg	100	10,59	1.059,00	JBS
17	**88794**	Carne bovina, patinho, de primeira, sem osso, embalagem em pvc transparente o saco plástico transparente, contendo identificacão do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marca e carimbo oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, dipoa n304 de 22/04/96.	Kg	100	17,60	1.760,00	JBS
18	**88795**	Carne bovina, peixinho (centro da paleta), sem gordura, resfriada, embalagem em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, dipoa n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da resolução da anvisa n. 105 de 19/05/99. Quilo.	Kg	100	14,79	1,479,00	JBS
19	**88796**	Carne bovina, tipo contra filé, de 1ª sem osso, kg, embalagem em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura,	Kg	100	22,70	2.270,00	JBS

		dipoa nº304 de 22/04/96 e nº145 de 22/04/98 da resolução da anvisa nº105 de 19/05/99. Unidade de fornecimento: kg (quilograma).					
20	**88797**	Carne suína, bisteca, de primeira, sem gordura. Embalagem em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, dipoa n. 304 de 22/04/96 e n. 145 de 22/04/98, da resolução da anvisa n. 105 de 19/05/99 e da lei municipal / vigilância sanitária nº 5.504/99.	Kg	100	8,79	879,00	NUTRIBRAS
21	**88799**	Carne suina, tipo pernil, fresca, sem osso, acondicionada em saco plástico transparente atóxico, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do min. da agricultura, dipoa nº 304 de 22/04/96 e 145 de 22/04/98 da resolução da anvisa nº 105 de 19/05/99.	Kg	100	7,99	779,00	NUTRIBRAS
22	**88800**	Carne, bovina, charqueada, ponta de agulha. Embalagem em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, dipoa n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da resolução da anvisa n.105 de 19/05/99 e da lei municipal / vigilância sanitária n.5504/99. Unidade de fornecimento: kg (quilograma).	Kg	100	15,79	1.579,00	SADIA
23	**88802**	Cebola branca, de primeira, com casca protetora, kg, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução nº 12/78 da cnnpa.	Kg	50	6,79	339,50	FLV
24	**88803**	Cenoura, de primeira, kg, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução nº 12/78 da cnnpa.	Kg	50	2,79	139,50	FLV
25	**88804**	Chá mate, caixa com 200g, o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e ou ministério da saúde, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. Caixa.	Caixa	50	6,79	339,50	MATTE LEAO
26	**88811**	Colorau (colorífico), pacote com no mínimo 30g , identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Pacote.	Pct	20	3,79	75,80	CAMPILAR
27	**88812**	Costela bovina mindinha, magra, resfriada, embalagem em filme pvc ou em saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, dipoa nº 304 de 22/04/96 e nº145 de 22/04/98, resolução da anvisa nº105 de 19/05/99 e da lei municipal/vigilância sanitária.	Kg	100	10,20	1.020,00	JBS
28	**88813**	Costela de porco com osso, em embalagem transparente, contendo marca do produto e prazo de validade, marcas e carimbos oficiais de acordo com as portarias do ministério da agricultura. dipoa nº3804 de 22/04/96 e nº 145 de 22/04/98, resolução nº105 de 19/05/99 e da lei municipal/vigilância sanitária. Quilograma.	Kg	100	11,79	1.179,00	NUTRIBRAS
29	**88816**	Coxa e sobre coxa de frango, congelado, acondicionado em embalagem filme pvc transparente ou plástico transparente, contendo identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade. kg.	Kg	100	6,79	679,00	MAROMBI
30	**88830**	Extrato de tomate, concentrado, embalagem de no mínimo 350g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Unidade.	Und	50	1,79	89,50	OLE
31	**88832**	Farinha de mandioca, grupo seca, subgrupo fina, tipo 1, pacote com 500 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Unidade.	Pct	50	3,79	189,50	MIKA
32	**88837**	Feijão carioquinha tipo 1. Pacote contendo 01 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - cnnpa. Pacote.	Pct	150	3,79	568,50	KOBLENZ
33	**88841**	Fígado bovino, em bife, resfriado, embalagem em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, dipoa n. 304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da resolução da anvisa n.105 de 19/05/99, da lei municipal / vigilância sanitária n.5504/99 e resolução rdc n. 13 de 02/01/2001.	Kg	20	8,79	175,80	JBS
34	**88862**	Laranja de primeira, in natura, tipo pêra, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa.	Kg	300	2,05	615,00	FLV
35	**88865**	Leite de vaca integral, pasteurizado, longa vida e processado pelo sistema uht (ultra high temperature). Embalagem tetra pak individual contendo 01 litro, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Caixa contendo 12 unidades de 1 litro. Caixa.	Caixa	500	2,25	1.125,00	JUARA
36	**88873**	Lingüiça suína toscana. Embalagem em filme pvc transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ma, dipoa n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98. da resolução da anvisa nº 105 de 19/05/99 e da lei municipal / vigilância sanitária nº 5.504/99.	Kg	20	8,79	175,80	NUTRIBRAS
37	**88874**	Lingüiça, suína calabresa. Embalagem a vácuo, em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura,dipoa n. 304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da resolução da anvisa n.105 de 19/05/99 e da lei municipal / vigilância sanitária n.5504/99.	Kg	20	9,79	195,80	NUTRIBRAS
38	**88876**	Macarrão espaguete integral, a base de farinha, com ovos, pacote contendo 1kg, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade . o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Quilograma.	Pct	100	4,79	479,00	GALO
39	**88883**	Maionese, tradicional. Embalagem, vidro com no mínimo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - cnnpa. Unidade.	Und	50	5,79	289,50	HELLMANNS
40	**88907**	Óleo comestível, vegetal de soja, puro, refinado, sem colesterol, rico em vitamina e acondicionado em embalagem plástica tipo pet, contendo no mínimo 900 ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com resolução 482/99 - anvisa.	Und	100	3,05	305,00	SOYA
41	**88913**	Pão tipo francês, com 50g, fabricado com matéria prima de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. Quilograma.	Kg	1.500	0,40	600,00	SÃO JOSE
42	**88941**	Queijo tipo mussarela fatiado. Embalagem em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, dipoa n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da resolução da anvisa n.105 de 19/05/99. Quilo.	Kg	100	19,79	1.979,00	JUARA
43	**88949**	Repolho verde, de primeira, sem casca protetora, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o	Kg	50	2,05	102,50	FLV

		consumo, com ausência de sujidade, parasitas e larvas, de acordo com a resolução nº 12/78 da cnnpa.					
44	**88967**	tempero completo, sem pimenta, pacote contendo 300 g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. pote 1 kg.	Und	20	2,05	41,00	CASTELO
45	**88968**	Tomate salada, de primeira, apresentando grau de maturação que permita a suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução nº 12/78 da cnnpa.	Kg	50	4,40	220,00	FLV
46	**88972**	Vinagre de vinho, embalagem contendo 750ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Unidade.	Und	30	3,65	109,50	CASTELO
47	**89057**	Pano de chão alvejado, branco, tipo saco duplo costurado e fechado, tecido 100% algodão 1ª linha, pré encolhido, costura dupla para não desfiar as bordas. Tamanho 46 x 90 cm.	Und	20	5,79	115,80	LIMPEX
48	**89068**	Sabão em barra glicerinado, neutro, embalagem - pacote com 05 unidades de 200 gramas cada	Fardo	10	5,40	54,00	YPE
49	**89069**	Sabão em pó concentrado, fabricado com material de primeira qualidade, composto de branqueadores e enzimas para limpeza geral, óptico, corante e perfume, embalagem com 1 kg	Und	28	5,59	156,52	BRILHANTE
50	**89059**	Papel higiênico absorvente, em rolo com multipicotes na cor branca, alta absorção, alta qualidade, folha dupla, neutro ou perfumado, macio 100% celulose virgem, não reciclado. Rolo com 30 metros.	Fardo	20	43,80	876,00	MILI
51	**89034**	Esponja de fibra sintética dupla face, com ação antibactérias que combate o desenvolvimento e proliferação de germes e bactérias na esponja	Pct	10	2,69	26,90	TININDO
52	**89026**	Detergente liquido, PH neutro, 5 litros, Composição: Dodecil Benzeno, Sulfonato de Sódio e glicerina.Ideal para limpeza e remoção de gorduras de louças e talheres.	Und	95	15,20	1.444,00	YPE
53	**89006**	Água sanitária contendo a base de hipoclorito de sódio com teor ativo de 2,5%, embalado em garrafas plásticas resistentes de 1.000 ml cada com tampa para fácil vedação.	Und	36	2,85	102,60	QBOA
54	**89076**	Saco plástico para lixo resistente, capacidade para 50 litros, mínimo 0,07 micras, com 15 unidades.	Pct	60	3,09	185,40	VENCEDORA
55	**89033**	Esponja de aço limpeza pesada embalagem 10 gr aproximado	Pct	10	2,05	20,50	BOMBRIL

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

ANDRADE E PEREIRA LTDA

CNPJ: 11.087.959/0001-22

Srº. Edgelson Dias de Andrade

RG: 856222 SSP/MT

CPF/MF sob o n. 630.123.831-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PORTARIA N.º 013/2015

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a servidora **Srª. Maria Fátima Bartocz."***

O **Prefeito Municipal do Município de Juruena - Estado de Mato Grosso,** no uso de suas atribuições legais e;

Com fundamento no Art. 6º-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela EC. Nº 70/2012, bem como, de acordo com o Art. 12, inciso I e art. 14 da Lei n° 906 de 16/11/2011, que rege a Previdência Municipal de Juruena, Anexo IV da Lei n° 677 de 23/11/2006, que dispõe sobre do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos, e Lei Complementar n.º 928 de 10/04/2012, que dispõe Sobre a alteração do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Juruena;

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria por Invalidez,** a **Srª. Maria Fátima Bratocz**, brasileira, portadora do RG n.º 448838 - SESP/RO e do CPF n.º 931.865.841-91, servidora Efetiva, no cargo de Auxiliar de Serviços Internos, Classe "C", Padrão "I", matriculada sob nº 048, contando com 13 anos, 07 meses e 28 dias de tempo de contribuição, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREVI-JURUENA**, n.º **2015.03.00008P**, a partir de **01/10/2015,** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de **01 de outubro de 2015**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Juruena - MT, 14 de outubro de 2015.

RAIMUNDO MANSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 236/2015.

*"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor do **Sr. Adão Pereira da Cruz**, servidor público deste município."*

O Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar nesta Prefeitura para fins de aposentadoria o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pelo servidor **Sr. Adão Pereira da Cruz**, conforme certidão de tempo de contribuição do INSS, perfazendo um total de **14 anos, 07 meses e 24 dias.**

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se

Juruena/MT, 13 de outubro de 2015.

RAIMUNDO MANSKE

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 059/2015

A Prefeitura Municipal de Juruena - MT, através da Pregoeira Oficial, designada pela portaria n° 168/2015, torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL SRP 043/2015,** menor preço por item, cujo objeto é a Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Elaboração e Implantação de Ações Especificas de Regularização Fundiária em Assentamentos Subnormais Situados no Município de

Juruena/MT, Auxiliado Através de Solução de Geoprocessamento, Exclusivamente através da Internet, na Forma de Software como Serviço (SaaS - Software as a Service), que Permita Visibilidade aos Interessados sobre o Andamento dos Serviços, Visando Atender o Orgão Gerenciador da Ata a Prefeitura Municipal de Juruena. Onde sagrou-se vencedora a empresa **QUALI GEO SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA - EPP, CNPJ: 20.124.375/0001-70**.

Juruena – MT, 14 de Outubro de 2015

_____

Thais Pires Moraes

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVISO PREGÃO 011/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juscimeira, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira/MT através de seu Pregoeiro Oficial, TORNA PÚBLICO que realizará às **08:00 HORAS DO DIA 27 DE OUTUBRO 2015** na Sala de reuniões (Anfiteatro) Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO ELETRICA EM POÇOS ARTESIANOS NO MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA / MT",** conforme Termo de Referência anexo I do Edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08:00 HORAS DO DIA 27 DE OUTUBRO 2015.** Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 08:00 às 12:00 horas, nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1381.

Juscimeira/MT, 15 de Outubro 2015.

Diva Maria Santos Gardin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PORTARIA N.º 082/2015 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de educação no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da gestão Democrática emanados da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal nº 9.394/1996- LDB, da lei Complementar nº 49/1998, da lei Complementar nº 50/1998, da Lei Municipal nº 016/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a abertura do processo eleitoral para a escolha de diretor das Unidades escolares da rede municipal, para o biênio 2016-2017, conforme cronograma anexo a esta portaria.

Art. 2º O processo de escolha do profissional da educação a ser designado para a função gratificada de diretor constara da seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação na própria unidade escolar.

Art. 3º para candidatar-se á função de diretor escolar o candidato deverá ser integrante do quadro dos Profissionais da Educação Básica:

I- Ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro de Profissionais da Educação Básica.

§ 1º A prioridade para concorrer o cargo seguirá a seguinte ordem:

A) Professores.

B) Técnico Educacional.

C) Apoios Administrativos.

II- Ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos na rede de Educação Municipal, imediatamente anterior a data de inscrição.

III- Ser habilitado em licenciatura plena;

IV- Assinar termo de compromisso de Dedicação Exclusiva (DE) no ato da inscrição;

V- Concorrer a direção de apenas uma escola.

Artigo 4º- Não havendo candidato de cargo efetivo ou estável, com 02 (dois) anos de serviços na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional efetivo que tenha 01 (um) ano de exercício na mesma, se permanecer sem candidato poderá se escrever o candidato efetivo ou estável.

Art. 5º A Unidade Escolar que não apresentar candidato de cargo efetivo com habilitação em nível superior poderá inscrever-se o profissional habilitado em nível médio magistério ou com profissionalização especifica (ProFuncionario).

Art. 6º Os atuais diretores, eleitos e- ou designados, detentores de 02 (dois) mandatos consecutivos, ainda que por períodos incompletos, não poderão se candidatar para o processo de escolha de diretor referente ao biênio de 2016-2017.

Art. 7º O servidor que possuir dois cargos legalmente acumuláveis, caso seja escolhido para a função de diretor, receberá, obrigatoriamente, a gratificação de dedicação exclusiva e requererá a desativação de um dos cargos.

Art. 8º O diretor escolhido atendera em todos os turnos de funcionamento da escola, devendo estabelecer cronograma de horários e períodos, que será fixado em local de fácil consulta e visibilidade.

Art. 9º na escola onde não houver candidato, caberá ao Secretario Municipal de Educação designar um profissional da Educação para exercer á função de diretor escolar.

Art. 10 Haverá em cada escola uma Comissão Eleitoral Escolar para conduzir o processo de seleção de candidato á direção.

§ 1º Devem compor a comissão um membro titular a seu respectivo suplente, dentre os seguintes segmentos:

I- Representante dos Profissionais da educação Básica;

§ 2º A comissão Eleitoral Escolar, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§ 3º. O membro da comissão Eleitoral Escolar que praticar qualquer ato lesivo ás normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11 A comissão Eleitoral Escolar terá, dentre outras, as atribuições de:

I- Planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato da comunidade escolar;

II- Divulgar amplamente as normas e os critérios, os calendários gerais e específicos da unidade escolar, relativos ao processo seletivo;

III- Analisar juntamente com a Secretaria de Educação do Município as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;

IV- Providenciar material de votação, lista de votantes por segmento e urnas;

V- Credenciar ate dois fiscais indicados pelos candidatos identificando-os através de crachás.

VI- Lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VII- Receber os pedidos de impugnação por escrito, relativos ao candidatou ao processo para analise junto a Secretaria Municipal de educação, e emitir parecer no máximo em 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do pedido;

VIII- Designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

IX- Acondicionar as cédulas e fichas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelope lacrado e rubricado por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 30 (trinta) dias após esse prazo, proceder a incineração.

X- Divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a ata á Secretaria Municipal de Educação- SME, em até 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 12. É vedado ao candidato e á comunidade:

I- Exposição de faixas e cartazes dentro e fora da Unidade Escolar;

II- Distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes;

Art. 13. Estará afastado do processo, á vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida á comissão eleitoral escolar, o candidato que praticar qualquer dos atos do artigo 12 dessa portaria, ou permitir a outrem pratica-los em seu favor.

Art. 14. Podem votar:

I. Profissionais da educação em exercício na unidade escolar;

II. Pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família)

III. Os estudantes devidamente matriculados e frequentes a partir de 14 (quatorze) anos de idade.

§ 1º O Profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento.

§ 2º. O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará somente uma vez.

§ 3º. Poderá votar em caso de substituição temporária de ate 120 (cento e vinte) dias o titular do cargo e, em caso de sua desistência, protocolada junto a Comissão Eleitoral Escolar, até 24 (vinte e quatro) horas antes do pleito, votará seu substituto.

Art. 15. No ato de votação, o votante deverá apresentar á mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade (documento de identidade ou outro documento oficial com foto).

Paragrafo Único: Não é permitido o voto por procuração.

Art. 16. O processo de votação será conduzido por mesas receptora e pela comissão Eleitoral Escolar.

Art. 17. Poderão permanecer no recinto destinado á mesa receptora apenas os seus membros e fiscais.

Art. 18. Cada mesa será composta por, no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros e 02 (dois) suplentes escolhidos pela Comissão Eleitoral Escolar entre os votantes.

Paragrafo Único: Não podem integrar a mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até segundo grau.

Art. 19. O secretário da mesa deverá lavrar ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários.

Art. 20. As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente á contagem dos votos, no mesmo local de votação.

Art.21. Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum candidato e nem mesmo entram no cômputo dos votos validos.

Art. 22. Havendo empate entre os candidatos, o desempate se dará levando-se em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:

I. Maior tempo de serviço na rede de Educação Básica Municipal.

II. Maior tempo no serviço publico.

III. Maior Idade.

Art. 23.o candidato único só será considerado escolhido quando obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos.

Paragrafo Único: Caso o candidato não obtenha o percentual mínimo dos votos validos, caberá a secretaria Municipal de Educação organizar novo processo de escolha, nos termos desta portaria.

Art. 24. Serão nulos os votos quando a utilização das urnas convencionais:

I. Registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;

II. Que indiquem mais de um candidato;

III. Que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto;

Art. 25. Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao presidente da Comissão Eleitoral Escolar que se reunirá com os demais membros para:

I. Verificar toda documentação;

II. Decidir sobre eventuais irregularidades;

III. Divulgar o resultado final da votação;

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Municipal, em única instancia, que atenderá na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 27. Esta portaria Entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as deposições em contrario.

Luciara-MT 14 de Outubro de 2015.

_____

FAUSTO DE AQUINO AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

SANDRA GAMA CARVALHO

Secretaria Municipal de Educação

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LUCIARA-MT/ BIÊNIO 2016/2017.

Ø Inscrições na Própria Unidade: 20/10/2015 a 28/10/2015.

Ø os estudos da portaria que rege esse processo de eleição deverá ser realizado pelos candidatos junto á comissão da unidade, no respectivo dia de cada apresentação de proposta.

DATA	AÇÕES	LOCAL
15/10/2015	Publicação do Edital e Portaria que regulamenta a Abertura do Processo eleitoral de Diretores Escolares	Mural da Prefeitura, Murais das Escolas Municipais, Jornal Oficial dos Municípios-AMM.
19/10/2015	Assembléia geral para Formação nas Escolas para comissão Eleitoral para Diretores.	Escolas Municipais
20 a 28/10/ 2015	Inscrição dos candidatos à direção da escola	Secretaria Municipal de Educação
30/10/2015	Divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas dos Candidatos inscritos	Secretaria Municipal De Educação
04 à 06/11/ 2015	Ciclo de estudo dos candidatos com inscrição Deferidas	Escola Municipal Raimundo de Pano
04 à 06/11/ 2015	Entrega da documentação exigida	SME
09 e 10/11/ 2015	Confirmação da inscrição deferida e candidatos e capacitados, junto a comunidade escolar	Escola
12 a 13/11/ 2015	Apresentação da proposta de trabalho do candidato a Direção da escola à comunidade escolar	Escola
16/11/2015	Eleição nas escolas para escolha do Diretor e resultado do certame	Escola
17/11/2015	Interposição de recurso à comissão Eleitoral da Escola	(24h) Escola
18/11/2015	Análise e deliberação dos recursos à Comissão Eleitoral	(24h) Escola (72h) sme
19 à 24/11/ 2015	Interposição de recursos à comissão Eleitoral Municipal	escolas
04/01/2016	Posse dos Diretores Eleitos	escolas

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 072/2015 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 07 de Outubro de 2015 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONFECÇÃO E MONTAGEM DE ARTIGOS PARA DECORAÇÃO NATALINA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE CULTURA E LAZER", aonde sagrou-se vencedor o Licitante LIDIA JABLONSKI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.622.459/0001-43 com valor total R$ 48.000,00. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 14 de Outubro de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 070/2015 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 24 de Setembro de 2015 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE PINTURA EM PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedor o Licitante P TARCIO DA SILVA

- ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 22.698.548/0001-90 COM VALOR TOTAL R$ 27.575,34. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 14 de Outubro de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 071/2015 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 07 de Outubro de 2015 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA DECORAÇÃO NATALINA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA CULTURA E LAZER", aonde sagrou-se vencedor o Licitante PETINE E PETINE LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.386.288/0001-23 com valor total R$ 87.502,15. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 14 de Outubro de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 150/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***LUIZA DE OLIVEIRA*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 008/1998, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1266 de 11 de novembro de 2014.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ELIAS LEAL MENDES FILHO**, portador do RG 04979486 SEJSP/MT e CPF 354.096.061.91, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**.** ***LUIZA DE OLIVEIRA*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Curvelândia - MT, portadora do RG 735.226 SSP/MT e CPF 535.315.311-15, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 150/2015, contratada para o cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM*****,*** considerando que o servidor ***Edson Pereira*** está afastado para tratamento de saúde, conforme atestado médico e marcação de exame médico periciale condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 26 de agosto de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***17/11/2015*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 150/2015

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas. Mirassol D'Oeste, 07 de outubro de 2015

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

SANDRA DENIZ HORN DA CRUZ

Sec. de Saúde

LUIZA DE OLIVEIRA

Contratada

Testemunhas:

Alcilena C. Queiroz Botelho

RG: 375911 SSP/MT

CPF 303.820.681-49

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 536/2015

Concede licença maternidade devida à servidora/contratada Samara Machado Lima e dá outras providências.

O Senhor **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença maternidade de direito à servidora/contratada Samara Machado Lima, Apoio Administrativo Educacional (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer do Município de Nortelândia – MT, em razão do atestado médico apresentado que deverá ficar arquivado na pasta individual da servidora, acostado a esta portaria, a partir de 06/10/2015 (seis de outubro de dois mil e quinze) a 03.02.2016 (três de fevereiro de dois mil e dezesseis).

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o título IV – "Dos Direitos, Das Vantagens, e das Concessões", capitulo II – "Dos Direitos", secção VII – "Das Licenças", subseção IX – "Da Licença à Gestante, Puérpera, à Adotante e Paternidade", artigo 133, da Lei Complementar n° 155/2010 de 12/02/10 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT),

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos para o dia de 06 de outubro de 2015.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 13º dia do mês de outubro de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 13.10.2015

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal.

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Secretário de Administração, Planej.e Gestão

MARLENE JULIA OLIVEIRA SCARPAT

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Lazer.

PREVINORTE
PORTARIA 091/2015/PREVINORTE

PORTARIA N.º 091/2015/PREVINORTE

"Dispõe sobre a concessão de pensão por morte em favor do Sr. Benedito Rodrigues da Silva".

O Diretor Executivo do PREVI-NORTE, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso "I", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 127, da Lei Complementar nº 021/2005, de 11 de Outubro de 2000 e Art. 28, Inciso "I", da Lei Municipal 256/2012, de 27 de Novembro de 2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte em favor do Sr. Benedito Rodrigues da Silva, portador do RG nº. 037.8021-0 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 241.423.011-87, e da Cédula Eleitoral de n.º 00431521805, Zona "007", Seção "0126", esposo da inativa aposentada por invalidez Sra. Neiva Donato da Silva, sob Acórdão nº 512/2013, com proventos integrais, conforme o processo do PREVI-NORTE n.º 002/2015/PREVINORTE, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Setembro de 2015, data do óbito da servidora.*

Registre, publique e cumpra-se.

Nortelândia/MT, 13 de Outubro de 2015.

JULIO CEZAR GOMES Diretor

Executivo

***HOMOLOGO*:NEURILAN FRAGA Prefeito Municipal**

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
LEI Nº 359/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar na Lei Orçamentária vigente; e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nortelândia – Estado de Mato Grosso, Sr. **Neurilan Fraga**, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1° Fica autorizado o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar na Lei Orçamentária vigente nas seguintes dotações:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO. Unidade Orçamentária 006 – DEPARTAMENTO DE FROTAS, TRANSPORTES E VIAS URBANAS. Função 26 – Transporte.

Sub-função 782 – Transporte Rodoviário.

Programa 0028 – Melhoria do Transporte Rodoviário.

Projeto Atividade 1020 – Abertura, Melhoramento de Estradas, Construção e Restauração de Pontes e Bueiros.

44.00.00 – Despesas de Capital

44.90.00 – Investimentos

44.90.51 – Obras e Instalações R$: 321.750,00

Art. 2° Para cobertura do presente Crédito Suplementar objeto do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de Convenio com o Ministério da Integração Nacional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/Departamento de Reabilitação e Reconstrução.

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia – MT, ao 14º dia do mês de Outubro de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 14/10/2015

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
RESOLUÇÃO N° 006/2015/CMAS

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social e Programa Bolsa Família, no uso de suas atribuições e com base no colegiado em reunião ordinária no dia quatorze de outubro do ano de dois mil e quinze decide:

No uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei n° 224/2011 de 07 de Junho de 2011.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Plano Plurianual de Assistência Social

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

NORTELÂNDIA – MT, 14 DE OUTUBRO DE 2015

_____

Eva Benedita da Costa

Presidente do C.M.A.S

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
EDITAL Nº 014/2015/CMDCA

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 293, de 20 de setembro de 2013, e de acordo com a Resolução nº 001/2015/CMDCA, nos moldes da Resolução nº 152/2012, de 9 de agosto de 2012, editada pelo CONANDA, e de acordo com o item 17.2 do **EDITAL Nº 001/2015/CMDCA, na ausência de recursos** contra a Relação do resultado Preliminar publicado através do **EDITAL Nº 13/2015/CMDCA, de 07/10/2015, e cumprido o disposto no art. 53 da Lei Municipal nº 293/2013, torna público o RESULTADO DEFINITIVO DA ELEIÇÃO DO PRIMEIRO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, para o quadriênio 2016/2019.

1. DO OBJETO – PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA ELEIÇÃO DO PRIMEIRO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE NORTELÂNDIA/MT.

1.1. Este edital tem por objeto a Publicação do Resultado Definitivo da Eleição do Primeiro Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, para o quadriênio 2016/2019.

1.2. A lista constante do Anexo Único deste Edital obedece a ordem de votação, conforme a quantidade de votos obtidos, sendo que os 05 (cinco) primeiros colocados serão titulares e o sexto colocado, será automaticamente tido como suplente nos termos da Lei 293/2013.

2. DO PRAZO RECURSAL

2.1. Ficam ratificados os prazos constantes do **EDITAL Nº 004/2015/CMDCA,** abaixo reproduzidos:

Último prazo para entrega dos documentos que comprovam o cumprimento dos requisitos legais para a posse no cargo.	05/11/2015
Curso obrigatório de formação para os Conselheiros Tutelares eleitos e seus suplentes	24/11 à 27/11/2015
Diplomação dos Conselheiros Tutelares e seus suplentes eleitos pelos cidadãos do Município de Nortelândia/MT	18/12/2015
Posse dos Conselheiros Eleitos	10/01/2016

ANEXO ÚNICO

RESULTADO DEFINITIVO DA ELEIÇÃO DO PRIMEIRO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – MT.

NOS	NOMES	VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
12	MARIA DO SOCORRO DE FREITAS (BAIXINHA)	173	1º
17	LIZAURA COELHO PORTELA	123	2º
16	MARINALVA ASSIS DA SILVA	123	3º
18	TELMA DA SILVA NASCIMENTO	101	4º
15	VALDINA ASCARI	83	5º
14	APARECIDA CUSTÓDIA DO NASCIMENTO	17	6º (1º SUPLENTE)

Nortelândia, Estado de Mato Grosso, 13 de Outubro de 2015.

Gláucia Pereira do Nascimento

Presidente do CMDCA

Elena Regina Campanholi

Vice-Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

D E C R E T O N° 85 /2015

D E C R E T O N° 85 /2015

Prorroga data com desconto do IPTU para pagamento em cota única e dá outras providências.

Carlos Roberto da Costa,Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e,

Considerando o que estabelece o § 1° do Artigo 17 do Código Tributário Municipal, onde fica autorizado ao Poder Executivo instituir desconto para pagamento de imposto realizado em cota única, com pagamento à vista e **quitação total relativa ao Exercício Financeiro, com supedâneo na mencionada Lei, visando o interesse público e com o intuito de incentivar os contribuintes a adimplirem suas obrigações perante esta municipalidade,**

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica prorrogado para 14.11.2015 o prazo para pagamento à vista em cota única, conforme artigo 1º do decreto nº 59/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, 14 de outubro de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

TERMO DE DISTRATO CONTRATO 069/2013

TERMO DE DISTRATO CONTRATO 069/2013

Distrato do Contrato nº069/2013 de prestação de serviço que, entre si, celebram o Município de Nossa Senhora do Livramento e a EMPRESA SILVEIRA LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI-ME

Pelo Presente Termo de Distrato unilateral do Contrato de Prestação de serviço, que as partes adiante mencionadas, qualificadas e firmatárias celebram entre si, mediante o presente instrumento, distratando o Contrato n°. 069/2013,

I – PARTES DISTRATANTES.

a) **O MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**, Estado de Mato Grosso, Pessoa jurídica de direito público interno, com sede á Avenida Coronel Botelho. N° 458, com CNPJ n°. 03.507.514/0001-26, representado pelo seu Prefeito Municipal, excelentíssimo Senhor CARLOS ROBERTO DA COSTA, brasileiro, casado, servidor público aposentado, portador do RG n 75420-0 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n. 072.295.691-68, residente e domiciliado no município de Nossa Senhora do Livramento e do outro lado. **b)** Empresa SILVEIRA LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à Av. Dom Aquino, n° 235, cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.030.738/0001-02, neste ato representado por seu sócio proprietário o senhor Vinicius Octavio A.B. Silveira. **c)**

I.a FUNDAMENTO: Esse distrato ao contrato de prestação de serviço de locação de Veiculo n°. 069/2013 conforme alteração do objeto no segundo termo aditivo decorre de comum acordo entre as partes, do artigo 79, inciso II, § 1° da Lei n°. 8.666/93.

II – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

II.1 – Fica rescindido, a partir de 02 de Outubro do corrente ano, contrato de prestação de serviço de locação de Veiculo n°. 069/2013 conforme alteração do objeto no segundo termo aditivo, celebrado entre o Município de Nossa Senhora do Livramento e a **EMPRESA SILVEIRA LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI-ME**

.

II.2 – Com a assinatura deste Termo de Distrato, as partes dão-se por mutuamente desobrigadas, satisfeitas e quitadas, declarando sem qualquer efeito o contrato de prestação de serviço de locação de Veiculo n°. 069/2013.

III – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

III.1 – Este Distrato entrará em vigor após devidamente certificado pela controladoria interna do Município e sua publicação.

E por assim estarem, justas e acordadas, assinam o presente distrato em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo nominadas e qualificadas que também conhecem o seu teor e assinam-no.

Nossa Senhora do Livramento, 14 de Outubro de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

SILVEIRA LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI - ME.

CONTRATADA/

Vinicius Octavio A.B. Silveira

Testemunhas:

1ª (assinatura)

2° (assinatura)

5º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 072/2014

5º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 072/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MANANCIAL CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E PROJETO LTDA EPP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 981/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pela empresa a Administração Pública Municipal no processo Administrativo nº. 1998/2015 as partes decidem celebrar este termo aditivo de prazo ao contrato nº 072/2014

DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 45 (quarenta e cinco dias) a partir de sua assinatura

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo na Lei 8.666/93 e Parecer Jurídico nº 313/2015.

MULTA CONTRATURAL

Em face da demora na conclusão da obra e da realização do segundo aditamento de prazo a Administração fixar uma multa no importe de 10% do saldo remanescente do empenho apurado na data da assinatura deste termo, valor este que será devido no caso de não cumprimento do prazo estabelecido.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 072/2014, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 01 de Outubro de 2015.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

MANANCIAL CONST. PLANEJMENTO E PROJETOS LTDA EPP

CNPJ:14.174.848/0001-41

Representada pelo Senhor Dalbert Luis Fernandes da Silva Gomes

Portador da cédula de identidade nº 2058838-0 SSP/MT,

CPF nº 030.253.981-67

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2015

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº. 047/2015

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a licitação abaixo especificada:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 064/2015

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº. 047/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA EM LINHA LEVE E PESADA, TENDO CONTROLE DE ALMOXARIFADO (ENTRADA E SAÍDA DE PEÇAS), E DEMAIS SERVIÇOS DESIGNADOS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, COM PROFISSIONAL CAPACITADO, FICANDO A DISPOSIÇÃO DA PREFEITURA, DEVENDO ATUAR NO PÁTIO DA SECRETARIA COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, DEVENDO AINDA ATENDER OS CHAMADOS DE EMERGÊNCIA, NOS FERIADOS E FINAIS DE SEMANA, TUDO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO.***

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 28 de Outubro de 2015 às 9:00 horas.

LOCAL: Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62–Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1951/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

Nova Bandeirantes/MT, 14 de Outubro de 2015.

_____

Andressa Cristine Ferreira Moreira

Pregoeiro Oficial (Decreto 103/2013)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº. 001/2015

Aviso de Licitação – Concorrência nº. 001/2015

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão, de Licitação torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

PROCESSO Nº.: Nº. 065/2015

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº. 001/2015

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO:*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM DIVERSOS LOGRADOUROS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, EM CONFORMIDADE COM O DETALHADO NO TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO CELEBRADO COM O MS/FUNASA - TC/PAC 0417/2014 E CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO, ANEXO AO EDITAL.*

DATA DE ABERTURA/HORA: 30 de Novembro de 2015 às 08:00 horas.

LOCAL: Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de Licitações **-** das 07:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT, Tel.: (66)-3572-1950/1968, que devera ser retirado mediante pagamento de boleto emitido pelo Departamento de Tributação e Cadastro.

Nova Bandeirantes/MT, 14 de Outubro de 2015.

_____

Andressa Cristine Ferreira Moreira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº. 119/2015

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO Nº. 046/2015 PROCESSO LICITATORIO Nº. 063/2015

O Município de Nova Bandeirantes-MT, através de seu sua Pregoeira Oficial Andressa Cristine Ferreira Moreira, nomeada pelo Decreto 103/2013, torna público adesão as Atas de Registro de Preços nº. 010/2015 e 011/2015, com validade de 12 (doze) meses a partir de 09/07/2015 até 09/07/2016, advinda do Pregão Presencial nº. 019/2015, menor preço por Item, realizada pela Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, cujo objeto e o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALARES, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** A adesão dar-se-a para aquisição dos matérias odontológico, laboratorial e hospitalares, fornecidos pelas empresas **DENTAL DIAGNOSIS LTDA-ME**, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 04.728.728.0001-95 e a empresa *HIPERDENTAL COM. DE PROD. ODONTOLÓGICO E MÉDICO HOSPITALAR LTDA – EPP,* devidamente inscrito no CNPJ sob nº 13.994.852/0001-93.

Nova Bandeirantes-MT, 14 de Outubro de 2015.

_____

ANDRESSA CRISTINA FERREIRA MOREIRA

PEGOEIRA (Decreto 103/2013)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, de 05 de Outubro de 2015.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

JOAQUIM REIS NACAO (ESPÓLIO DE) 048.341.511-15

JOSÉ FAUSTINO LOBO

Secretário Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO PORTARIA 085/SCL/2015

Na edição do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, de 05/10/2015, página 110, **onde se lê:** VIGÊNCIA 31 De Dezembro de 2015.

Leia-se: VIGÊNCIA 31 De Dezembro de 2016

.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 234/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Silvania Bento Carniel**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Departamento de Fundeb 40% - Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com a Lei nº. 023/95 e Lei nº. 108/2004, referente ao qüinqüênio do período de 08/02/2009 à 08/02/2014.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 241/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Encaminhar o(a) servidor (a) público (a) municipal Sr(ª). Valtemir Pacheco, ocupante do Cargo de Motorista I (veículo grande) para perícia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 15/09/2015, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADE
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 026/10/SMA/PMNG

DiSTRATANTE: Município de Nova Guarita/MT.

(CNPJ/MF n.° 04.568.575/0001-66)

DISTRATADA: Base Dupla Serviços e Construção Civil Ltda.

(CNPJ/MF n.° 04.568.575/0001-66)

MOTIVAÇÃO: Cláusula 13.1 e 13.2 Contrato de Prestação de Serviços n.° 026/10/SMA/PMNG

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 78, I, II, III e V c/c art. 79, I da Lei Federal n.° 8.666/93.

PENALIDADE: Suspensão pelo período de 02 anos, quanto ao direito de licitar no município de Nova Guarita-MT nos termos do artigo 87, inciso III da Lei Federal n.° 8.666/93.

Nova Guarita/MT, 13 de outubro de 2015.

Francisco Endler

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 022/12/SMA/PMNG

DiSTRATANTE: Município de Nova Guarita/MT.

(CNPJ/MF n.° 04.568.575/0001-66)

DISTRATADA: Base Dupla Serviços e Construção Civil Ltda.

(CNPJ/MF n.° 04.568.575/0001-66)

MOTIVAÇÃO: Cláusula 13.1 e 13.2 Contrato de Prestação de Serviços n.° 022/10/SMA/PMNG

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 78, I, II, III e V c/c art. 79, I da Lei Federal n.° 8.666/93.

PENALIDADE: Suspensão pelo período de 02 anos, quanto ao direito de licitar no município de Nova Guarita-MT nos termos do artigo 87, inciso III da Lei Federal n.° 8.666/93.

Nova Guarita/MT, 13 de outubro de 2015.

Francisco Endler

Prefeito Municip

ATA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2° QUADRIMESTRE DE 2015

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2015.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2° QUADRIMESTRE DE 2015, PERÍODO DE MAIO À AGOSTO/2015, CONFORME DETERMINA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês 09 (setembro) do ano de 2015 (dois mil e quinze), convocados pelo Edital n° 006/2015 de 09/09/2015, reuniram-se nas dependências do Prédio do Legislativo Municipal de Nova Guarita-MT, populares e servidores públicos para participarem da Audiência Pública com a finalidade de apresentar em conformidade com que determina o parágrafo único do Art. 48 da Lei Complementar n° 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas e Gestão Fiscal do 2° quadrimestre do ano de 2015. A audiência iniciou-se no horário das 09h00min, com o Contador da Prefeitura Municipal Sr. Cleomar Dalmolin, apresentado os quadros de receitas e despesas do Executivo Municipal, como também os projetos realizados pelo município no período, em seguida passou a apresentação pela Senhora Maria Franciedna de Oliveira, que apresentou a Prestação de Contas do 2° quadrimestre do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Nova Guarita-MT. O Poder Legislativo no ato representado pelo Senhor Marcos Antonio Pereira, Secretario Administrativo e a senhora Ana Carla Dill Paiano, Contadora, apresentaram a Prestação de Contas do Legislativo Municipal demonstrando os duodécimos recebidos no período, às receitas de recebimentos extra orçamentárias, quadro que apresenta as despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tipo de despesa, quadro que demonstra os gastos com pessoal no período que atingiu o percentual de 62,13% já incluídos os gastos com encargos sociais, que atende o limite constitucional que é 70% com gastos de pessoal. O quadro que apresenta o saldo financeiro existente em 31/08/2015 é no valor de R$ 46.051,62 (quarenta e seis mil, cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos). Nada mais havendo a ser tratada a audiência pública foi encerrada, e solicitada a mim Ana Carla Dill Paiano, Contadora do Poder Legislativo de Nova Guarita, que lavrasse a presente ata, que serve de arquivo dos relatos acontecidos na presente audiência pública, juntamente com a lista de presentes.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 231/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder férias a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal **Flavio Alves da Silva** ocupante do cargo de provimento Efetivo de Operador de Máquinas, lotado(a) no Departamento de Obras e Engenharia, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – Estado de Mato Grosso.

ART. 2° - O(a) servidor(a) entrará em gozo de férias a partir do dia 01 de setembro do ano de 2015, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 01 de outubro do ano de 2015.

ART. 3° - As férias de que trata a presente portaria é referente ao período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2014 a 15 de fevereiro de 2015.

ART. 4º - Converter em abono Pecuniário, 1/3 (um terço) das férias em questão, conforme faculta o artigo 77, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 023/95, de 09 de novembro de 1995.

ART. 5° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 211/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1º - Conceder férias a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal **Marcio Falcade de Oliveira** ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Endemias, lotado(a) no Departamento de Controle e Prevenção de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – Estado de Mato Grosso.

ART. 2° - O(a) servidor(a) entrará em gozo de férias a partir do dia 03 de agosto do ano de 2015, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 02 de setembro do ano de 2015.

ART. 3° - As férias de que trata a presente portaria é referente ao período aquisitivo de 10 de março de 2014 a 10 de março de 2015.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 212/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART 1º - Conceder férias a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal **Elaine dos Santos Fonseca** ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) no Gabinete do Secretario, da Secretaria Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – Estado de Mato Grosso.

ART. 2° - O(a) servidor(a) entrará em gozo de férias a partir do dia 03 de agosto do ano de 2015, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 02 de setembro do ano de 2015.

ART. 3° - As férias de que trata a presente portaria é referente ao período aquisitivo de 05 de abril de 2013 a 05 de abril de 2014.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 213/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1º - Conceder férias a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal **Everaldo Martins** ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, lotado(a) no Gabinete do Secretario, da Secretaria Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – Estado de Mato Grosso.

ART. 2° - O(a) servidor(a) entrará em gozo de férias a partir do dia 03 de agosto do ano de 2015, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 02 de setembro do ano de 2015.

ART. 3° - As férias de que trata a presente portaria é referente ao período aquisitivo de 04 de fevereiro de 2014 a 04 de fevereiro de 2015.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 216/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Encaminhar o(a) servidor (a) público (a) municipal Srª. Marta Teresinha Pit, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem para perícia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 217/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa), a(o) servidor(a) público(a) municipal **Euziléia Barbosa de Souza**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotada no Departamento de Fundeb 60% - Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com a Lei nº. 023/95 e Lei nº. 108/2004, referente ao qüinqüênio do período de 08/02/2009 à 08/02/2014.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 219/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa), a(o) servidor(a) público(a) municipal **Claudete Maria Lewandowiski**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotada no Departamento de Fundeb 60% - Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com a Lei nº. 023/95 e Lei nº. 108/2004, referente ao qüinqüênio do período de 08/02/2004 à 08/02/2009.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 220/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - EXONERAR, a partir de 10 de agosto de 2015, o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal **Sr Izaque Antônio Rodrigues da Silva,** Matrícula nº **1563,** do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Agência Municipal de Transito,** lotado no Departamento de Frotas, da Secretaria Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, conforme nomeação efetuada através da Portaria n°. 215/2014/GP/PMNG, de 10/03/2014 aonde vinha desempenhando as atribuições do cargo.

ART. 2° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês agosto de do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 251/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. FRANCISCO ENDLER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, e em conformidade com o artigo 14, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, alterado pela Lei nº 108/2004 de 22 de abril de 2004.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento da candidata no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 9.2 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 e demais documentos conforme relação em anexo.

ART. 2º - Os (A) convocados (a) deveram solicitar dentro do prazo previsto no artigo anterior a prorrogação por mais 15 dias sob pena de decair o direito a posse.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Fabiane Helena Patel Zamoner	108	Auxiliar de Serviços Gerais

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos catorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 251/2015/GP/PMNG

1ª fase :

Apresentação de documentos

1ª Fase - Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:

a) Cópia e Original para autenticação:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovante);

05. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

06. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

07. Título de eleitor;

08. Certidão de Quitação Eleitoral ou comprovante de votação da última eleição;

09. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

10. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

11. CTPS (Carteira de Trabalho);

12. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

13. CPF dos dependentes;

14. Comprovante de residência;

15. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.

16. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

17. Comprovante de abertura de conta salário no Sicredi com Titularidade em nome do Servidor

b) Original:

18. Foto 3X4 (atual, colorida);

19. Certidão de Antecedentes Criminais www.tjmt.jus.br (na aba serviços);

20. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

21. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

22. Declaração para IRFF e salário família;

23. Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso.

2ª Fase - Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase.

.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 221/15/GP/PMNG.

DISPÕE SOBRE A VACANCIA DE 01 (UMA) DE PROFESSOR II DO QUADRO EFETIVO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

ART. 1° - Fica declarada a disponibilidade de 01 (uma) vaga do cargo efetivo de **Professor II** ocupada até então pela servidora pública municipal **MARIA APARECIDA DA SILVA FERNANDES,** Matrícula nº 241 em decorrência de Aposentadoria nos Termos do Artigo 32. Inciso V da Lei Municipal 023/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

ART. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 223/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Interromper a pedidoa partir de 17 de agosto de 2015a Licença para Tratar de Interesses Particulares concedida ao Servidor Público Municipal Sr Fabiano Balestrin concedida através da Portaria nº 317/2014/GP/PMNG, de 05 de junho de 2014.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezessete dia do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 224/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, o Sr. **Fabiano Balestrin**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Chefe da Agência Municipal de Trânsito**, a partir da data da presente portaria, símbolo CC.

ART. 2° - O nomeado será lotado no Departamento de Frotas, da Secretaria Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; |Funcional Programática 04.122.0001.2014 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Frotas, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

Francisco Endler

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 246/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, o(a) Sr(ª). **Reinaldo Brattficher de Souza**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Gerente de Educação**, a partir da data da presente portaria, símbolo CC.

ART. 2° - O(A) nomeado(a) será lotado(a) no Departamento de Educação, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; Funcional Programática 12.361.0013.2026 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Educação, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

Francisco Endler

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 236/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - EXONERAR, a pedido ea partir de 18 de setembro de 2015, o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal **Sr(ª) Jakeline Linhares,** Matrícula nº **1610,** do cargo de provimento em comissão de **Coordenadora de Eventos e Cultura,** lotado no Departamento de Eventos e Cultura, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, conforme nomeação efetuada através da Portaria n°. 159/2015/GP/PMNG, de 11/05/2015 aonde vinha desempenhando as atribuições do cargo.

ART. 2° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezoito dias do mês setembro de do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 219/15/GP/PMN36

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria José da Silva**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotada no Departamento de Fundeb 60% - Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com a Lei nº. 023/95 e Lei nº. 108/2004, referente ao qüinqüênio do período de 08/09/2004 à 08/09/2009.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 237/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Bernadete Kremer**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, lotada no Departamento de Fundeb 40% - Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com a Lei nº. 023/95 e Lei nº. 108/2004, referente ao qüinqüênio do período de 01/03/2010 à 01/03/2015.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 238/15/GP/PMNG.

Dispõe sobre a nomeação o Conselho Municipal de Habitação do município de Nova Guarita – MT.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, **Sr. Francisco Endler**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1º Nomear conforme determina a Lei Municipal nº 385/2011e alterações constantes na Lei Municipal nº 390/2011 e por força da presente Portaria, o Conselho Municipal de Habitação do Município de Nova Guarita - MT.

Art. 2º O conselho constituído pela presente Portaria será composto pelos seguintes membros:

Representante Governamental

Secretaria Municipal de assistência social

Titular: Ivete de Oliveira Endler

Suplente: Claudia Viviane P. Bezerra

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Titular: Kátia Nervis

Suplente: Erica Patrícia da Silva

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Dian Carla Battisti

Suplente: Elisiane Schuster

Secretaria Municipal de Administração

Titular: Idianês Terezinha Machado

Suplente: Adilson José Trombetta

Representante Não Governamental

Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Nova Guarita

Titular: Dorvalino Rosa

Suplente: Inorema Rosa

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Titular: Luana Belato dos Santos

Suplente: Davi Gerri Andriane Dill de Moraes

Representante da Classe de Engenheiros Civis

Titular: Jonatan Geder Assis

Suplente: Ayrton dos Santos

Representante dos Beneficiários do Programa Habitacional

Titular: Angélica Nogueira Arruda

Suplente: Marli Aparecida de Jesus

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação no local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze.

Francisco Endler

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 239/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, o(a) Sr(ª). **Michele Cristina Prezniska**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Coordenador de Eventos e Cultura**, a partir da data da presente portaria, símbolo CC.

ART. 2° - O nomeado será lotado no Departamento de Cultura, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; Funcional Programática 13.392.0007.2011 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Cultura, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

Francisco Endler

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 250/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Encaminhar o(a) servidor (a) público (a) municipal Sr(ª). Joana Antunes Pessoa, ocupante do Cargo de Professor III para perícia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costuma, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 249/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Encaminhar o(a) servidor (a) público (a) municipal Sr(ª). Antônio de Paula Leite, ocupante do Cargo de Motorista II (veículo pequeno) para perícia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 248/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Gilberto Gadenz**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista I (veículo grande), lotado(a) no Departamento de Obras e Engenharia, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com a Lei nº. 023/95 e Lei nº. 108/2004, referente ao qüinqüênio do período de 02/08/2004 à 02/08/2009.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 240/15/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **FRANCISCO ENDLER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a (o) servidor (a) público (a) municipal, Sr (ª) Lúcia Julião Lopes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, lotado no Departamento do Fundeb 60% - Ensino Fundamental, da Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com o Art.82 da Lei nº 023/95 pelo período de 90 (noventa) dias.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 08/09/2015, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO MODALIDADE CARTA CONVITE 002/2015 PROCESSO 066/2015

OBJETO; Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para Execução de Serviços de Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia, para Pavimentação Asfáltica, Drenagem de Águas Pluviais, Urbanização, Acessibilidade, Paisagismo e Sinalização da Rodovia 473, Trecho entre a BR-174/MT Travessia Urbana (Avenida Antonio Carlos Amaral) e á MT/473 Extensão de 1.650 metros).

EMPRESA VENCEDORA **PLANEJE PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME R$ 41.000,00 (QUARENTA UM MIL REAIS).**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 025/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEICULO NOVO 0KM, TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, MOTOR DIESEL PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Nova Maringá - MT, 14 de outubro de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2015 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT**, através da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento, nomeada pela Portaria nº 151/2015, torna público que estarão abertas a inscrição para o Concurso Público de Provas e Títulos para preenchimento de vagas e formação de Cadastro Reserva (CR) para os cargos abaixo especificados, do seu quadro de pessoal, em conformidade com as Leis Municipais que trata de pessoal, a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, bem como as instruções especiais constantes do presente Edital, RESOLVE:

I. Divulgar que as **PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA,** serão realizadas às **08H00MIN - Horario Brasileiro de verão de 2015,** do dia **18/10/2015 (domingo),** na **ESCOLA MUNICIPAL WILSON RIBEIRO – UNIDADE II, localizada na RUA LUCAS ABRÃO, 306W – BAIRRO JARDIM AMAZÔNIA – NOVA MARINGÁ – MATO GROSSO.** O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa, de comprovante de inscrição e de documento de identidade original, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição. O candidato que chegar após o horário especificado, não poderá realizar a prova.

II. Convocar os candidatos inscritos nos cargos de **Apoio Administrativo Educacional - Administração Escolar, Assistente Administrativo (Câmara Municipal), Auxiliar Administrativo, Fiscal de Tributos** e **Secretário Administrativo,** para a **Prova Prática de Digitação**, serão realizadas às **13H00MIN - Horario Brasileiro de verão de 2015,** do dia **18/10/2015 (domingo),** na **BIBLIOTECA MUNICIPAL SOLANGE FÉLIX DA SILVA, localizada na RUA EUGÊNIO BRAGA, S/N – BAIRRO JARDIM EUROPA – NOVA MARINGÁ – MATO GROSSO.** O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade original, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição.

III. Convocar os candidatos inscritos nos cargos de **Apoio Administrativo Educacional – Motorista de Transporte Escolar - CNH categoria "D, Motorista - CNH Categoria "D" ou "E" e Motorista de Ambulância - CNH Categoria "D"**, para a **Prova Prática de Direção**, serão realizadas às **13H00MIN - Horario Brasileiro de verão de 2015,** do dia **18/10/2015 (domingo),** na **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, localizada na AVENIDA AMOS BERNARDINO ZANCHET, S/N – BAIRRO JARDIM TROPICAL – NOVA MARINGÁ – MATO GROSSO.** O Candidato ***DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE SERÁ AUTORIZADO A SE SUBMETER À PROVA PRÁTICA*** se portar a carteira de habilitação original na categoria exigida, com validade na data da realização das mesmas, de conformidade com CTB - Código de Trânsito Brasileiro, pois nenhum condutor poderá dirigir na via pública sem portar seu respectivo documento de habilitação na via original e da classe correspondente ao veículo dirigido.

IV. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital nº 001/2015, contado da data

da publicação deste Edital através do no endereço eletrônico: exata@exataplanejamento.com.br.

V. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br e afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/ MT, 13 de Outubro de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

Edi Carlos Rodrigues Júlio

Presidente Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público

VERA MARIA PADILHA DA SILVA

Secretária

Pedro Genior Gonçalves Farias

Membro

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2015

A **Prefeitura Municipal de NOVA MARINGÁ/MT**, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 001/2015, RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização em conformidade com as Leis Municipais e Lei Federal n° 11.350/2006, a Constituição Federal de 88, em especial ao art. 37, IX, e suas alterações, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 001/2015, nomeada pela Portaria nº 151/2015, RESOLVE:

I. Divulgar que as **PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA,** serão realizadas às **14H00MIN - Horario Brasileiro de verão de 2015,** do dia **18/10/2015 (domingo),** na **ESCOLA MUNICIPAL WILSON RIBEIRO – UNIDADE II, localizada na RUA LUCAS ABRÃO, 306W – BAIRRO JARDIM AMAZÔNIA – NOVA MARINGÁ – MATO GROSSO.** O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa, de comprovante de inscrição e de documento de identidade original, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição. O candidato que chegar após o horário especificado, não poderá realizar a prova.

II. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital nº 001/2015, contado da data da publicação deste Edital através do no endereço eletrônico: exata@exataplanejamento.com.br.

III. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br e afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/ MT, 13 de Outubro de 2015.

JOÃO BRAGA NETO - Prefeito Municipal

Edi Carlos Rodrigues Júlio - Presidente Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo

VERA MARIA PADILHA DA SILVA - Secretária

Pedro Genior Gonçalves Farias - Membro

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 025/2015. REGISTRO DE PREÇOS.

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 090/2015/GAPRE de 01 de junho de 2015, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 025/2015 Registro de Preço, menor preço Por item, o Objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEICULO NOVO 0KM, TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, MOTOR DIESEL PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ-MT, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDOR(A): EMPRESA BELCAR VEICULOS LTDA, inscrito no **CNPJ.: 02.918.639/0001-86.**

Valor Total R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais) para o veiculo caminhonete AMAROK S. CABINE SIMPLES 2.0 4X4 – 2015/2015 – WOLKSWAGEN, 2 portas.

Nova Maringá - MT, 14 de Outubro de 2015.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 014/2015 PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24** neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da **EMPRESA BELCAR VEICULOS LTDA,** inscrito no **CNPJ 02.918.639/0001-86**, neste ato representado pelo Sr. Srº. **WALDIR ANTONIO ELIAS**, como procurador inscrito no RG 189939 SSP/GO, inscrito no CPF 061.157.721-68 nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEICULO NOVO 0KM, TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, MOTOR DIESEL PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ-MT,** conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento

não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

3.2. A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3. As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Quant.	Marca Volkswagen Modelo Amarok "S"	Objeto Caminhonete Cabine Simples	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	01			106.000,00	106.000,00
DESCRIÇÃO DO OBJETO – CAMINHONETE 0KM - CABINE SIMPLES – ANO2015/2015 - Cor Branca - transmissões:Motor Diesel turbo , 4 cilindros, 16 válvulas cammon rail de 1.968 CCs com injeção eletrônica, 140cv de potência e torque de 34,7 kgfm a 1750 RPM - Transmissão manual de 6 velocidades - Tração 4x4 selecionável - Volante com ajuste de altura e profundidade - Alças de segurança no teto - Alças de apoio nas colunas dianteiras - TCS - Sistema de Controle de Tração - Tapete do assoalho em borracha - Ar-condicionado Climática - Direção hidráulica - Protetor do cárter - EBC - Controle Eletrônico de Frenagem - controle eletrônico de estabilidade, controle automático de descida e assistente para partida em subida, filtro de combustível com separador de água - Ganchos para amarração de carga na caçamba 6 - Para barro - Limpador do para-brisa com temporizador variável - Luzes de frenagem de emergência - Distribuidor Eletrônico da Força de Frenagem ABS off Road + EBD/BAS/EDL/TCS, AIR BAG duplo - Desembaçador do vidro traseiro - Para- choque dianteiro na cor do veiculo - Bloqueio Eletrônico do Diferencial – Brake light com iluminação para a caçamba - BAS - Sistema de Assistência à Frenagem - Bancos do motorista e do passageiro com ajuste de altura - ABS - Sistema Antitravamento das Rodas - Airbag para motorista e passageiro - Tampa traseira com sistema de amortecimento e chave - Rodas de aço com pneus 250/70 R16.				

5. DA ENTREGA

5.1. Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referencia do edital e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para entrega será de **05 (cinco)** dias após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições

aqui estabelecidas;

6.5. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de

fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às

exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.10. O atraso na ENTREGA caberá penalidades e sanções previstas no Item 12 da Presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

7.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que

venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a

reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.7. Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado a vista contra entrega, mediante apresentação da Recibo de Compra e Venda devidamente atestada pela Secretaria responsável.

8.2. O Contratado/fornecedor deverá indicar no Recibo de Compra e Venda, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

10.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7. A Ata de Registro de Preços será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

Destinação	Dotação Orçamentária
Secretaria de Obras e Viação	06.001.26.782.0063.1045.449052.000000-219

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 025/2015**e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

16. DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 14 de Outubro de 2015.

_____

Município de Nova Maringá

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

_____

BELCAR VEICULOS LTDA

CNPJ 02.918.639/0001-86

Contratado

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2015. PREGÃO PRESENCIAL 009/2015.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da **EMPRESA KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA,** inscrito no **CNPJ 00.445.400/0001-00** inscrito no **CNPJ 09.675.468/0001-50**, representado pelo Sr. **WAGNER RITTER** portador do CPF 034.650.941-66e da **EMPRESA KIRST TRR LTDA** inscrito no **CNPJ 05.198812/0001-07** representado pelo Sr. **CLOVIS ROBERTO PALMIERI** portador do CPF 571.707.541-34 nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da Ata de Registro de Preços 004/2015, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

O presente Reequilíbrio Econômico de Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ÓLEO DIESEL PARA O DISTRITO DE BRIANORTE E MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,**conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste termo de aditivo, encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

Lote 02 – Óleo Diesel S-10 TRR - Nova Maringá-MT – O produto deverá ser entregue na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS"** do Município de Nova Maringá-MT.

EMPRESA KRIST TRR LTDA, inscrita no **CNPJ 05.198.812/0001-07.**

VALOR ANTERIOR.

ITEM	QUT.	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	150.000	Óleo Diesel S-10 BRR	Litro	BR	3,2379	485.685,00

LOTE 02

VALOR ATUAL.

ITEM	QUT.	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	150.000	Óleo Diesel S-10 BRR	Litro	BR	3,3866	507.990,00

Lote 08 - Combustível Lucas do Rio Verde – Para abastecimento em **"BOMBA"** no perímetro Urbano do **Município de Lucas do Rio Verde - MT**.

EMPRESA KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA, inscrita no **CNPJ 00.445.400/0001-00.**

VALOR ANTERIOR.

ITEM	QUT.	DESCRIÇÃO	Unid.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	5.000	Gasolina Aditivada Bomba	Litro	BR	3,63	18.150,00

LOTE 08

VALOR ATUAL.

ITEM	QUT.	DESCRIÇÃO	Unid.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	5.000	Gasolina Aditivada Bomba	Litro	BR	3,7420	18.710,00

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O reequilíbrio é justificável, pois no dia 29 de Setembro de 2015 a Petrobras oficializou a alteração do preço da gasolina e Óleo Diesel passando a vigorar em 30 de Setembro de 2015. passando a alíquota do Diesel a ser praticada no Estado de Mato Grosso de 4% para o diesel e 6% para gasolina.

3.2. O referido aumento foi anunciado pelo (Sincopetro) sindicato dos donos de postos de São Paulo publicado no Diário Oficial da União, portanto fica justificado o pedido de reequilíbrio.

Reajuste do valor para o licitante:

- Reajuste - 0,1120 (onze e vinte centavos) por litro de Gasolina Aditivada Grid.

- Reajuste - 0,1487 (quatorze oito sete centavos) por litro de **Óleo Diesel BS-10 BRR**.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2015, PREGÃO PRESENCIAL 009/2015 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 13 de Outubro de 2015.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA

CNPJ 00.445.400/0001-00

Contratado

KIRST TRR LTDA

CNPJ 05.198.812/0001-07

Contratado

LICITAÇÃO
ATA DA SEGUNDA SESSÃO DE LICITAÇÃO JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 025/2015. TIPO: REGISTRO DE PREÇOS

Aos Quatorzes dias do mês de outubro de 2015, às 08:00 horas estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, o pregoeiro **Claudio Maciel da Silva,** juntamente com equipe de apoio: **ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA, WELDER SOUZA CUNHA, LUZ MARINA OVELAR MARTINES** e **VERA MARIA PADILHA** todos Instituídos pela Portaria nº 090/2015 de 01 de Junho de 2015, abre a sessão de Pregão para apreciarem e julgarem proposta e Documentação de Habilitação das empresas para a licitação na modalidade Pregão presencial 025/2015, do tipo menor preço por item, para selecionar as propostas mais vantajosas objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEICULO NOVO 0KM, TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, MOTOR DIESEL PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ-MT.** Conforme edital do certame. O Pregoeiro fez a abertura da sessão primeiramente cumprimentando o equipe de apoio. O Pregoeiro Após analisar a documentação da empresa Ratifica por unanimidade como vencedora da licitação a **EMPRESA BELCAR VEICULOS LTDA,** inscrito no **CNPJ 02.918.639/0001-86**, visto que a mesma apresentou menor proposta no item disponível no valor de **R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais)** para caminhonete **AMAROK S. CABINE SIMPLES 2.0 4X4 – 2015/2015 – VOLKSWAGEN,** 02 portas. Sagrou-se vencedora a empresa citada, Então o pregoeiro declara precluso o prazo recursal sem interposição de interessado ao julgamento do mesmo. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a sessão. Eu _____Pregoeiro encerro a sessão e lavrei a presente ata, que lida e conforme vai assinada pelo Pregoeiro e membros da Equipe de apoio.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

WELDER SOUZA CUNHA

Membro da Equipe de Apoio

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Membro da Equipe de Apoio

LUZ MARINA OVELAR MARTINES

Membro da Equipe de Apoio

VERA MARIA PADILHA

Membro da Equipe de Apoio

LICITAÇÃO
ATA DE SESSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO, JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO, MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 025/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Aos oito dias do mês de outubro de 2015, às 08:00 horas estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, o pregoeiro **Claudio Maciel da Silva,** juntamente com equipe de apoio: **ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA, WELDER SOUZA CUNHA E LUZ MARINA OVELAR MARTINES**, dispensado o membro **VERA MARIA PADILHA** todos Instituídos pela Portaria nº 090/2015 de 01 de Junho de 2015, abre a sessão de Pregão para apreciarem e julgarem proposta e Documentação de Habilitação das empresas para a licitação na modalidade Pregão presencial 025/2015, do tipo menor preço por item, para selecionar as propostas mais vantajosas objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEICULO NOVO 0KM, TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, MOTOR DIESEL PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ-MT.** Conforme edital do certame. O Pregoeiro fez a abertura da sessão primeiramente cumprimentando os presentes e apresentando a equipe de apoio. A **EMPRESA BELCAR VEICULOS LTDA, inscrito no CNPJ 02.918.639/0001-86**, credenciando seu representante legal Srº. WALDIR ANTONIO ELIAS, como procurador inscrito no RG 189939 SSP/GO, inscrito no CPF 061.157.721-68, enviou seu credenciamento e envelopes por terceiros, Após o credenciamento da única participante solicitou os envelopes de proposta e habilitação da empresa, Em Seguida o Pregoeiro passou o visto nos envelopes verificando seus fechos, sua conformidade e sigilo. Assim, também procederam todos os membros da Comissão. Feito isso, o Pregoeiro determinou a abertura do envelope nº 01, que dizia conter a proposta como especificado no Edital, apresentada no Valor de **R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais)** para caminhonete **AMAROK S. CABINE SIMPLES 2.0 4X4 – 2015/2015 – VOLKSWAGEN,** 02 portas. O Pregoeiro e equipe de apoio rubricaram a proposta. Após a analise abre negociação via telefone com **EMPRESA BELCAR VEICULOS LTDA, inscrito no CNPJ 02.918.639/0001-86,** a mesma não apresentou nova proposta tendo em tela que o valor apresentado tem compatibilidade com o de mercado na categoria. Isto feito solicitou a abertura do envelope 02 de Habilitação e passou a verificar os documentos. Após analisar a documentação da empresa o Pregoeiro e a Equipe de apoio decidem por unanimidade classificar a **EMPRESA BELCAR VEICULOS LTDA,** inscrito no **CNPJ 02.918.639/0001-86**, visto que a mesma cumpriu com os requisitos de habilitação exigidos pelo edital de convocação. O Pregoeiro comunica que abrirá prazo de 3 (três) dias para recurso, caso haja terceiros interessados em relação ao julgamento do certame, caso haja interposição fica determinado o prazo de 3 (três) dias para as contrarrazões. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a sessão. Eu _____Pregoeiro encerro a sessão e lavrei a presente ata, que lida e conforme vai assinada pelo Pregoeiro e membros da Equipe de apoio.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

WELDER SOUZA CUNHA

Membro da Equipe de Apoio

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Membro da Equipe de Apoio

LUZ MARINA OVELAR MARTINES

Membro da Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO N.º 040/2015

REF: A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12020/2015

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA LM COMERCIO DE ALIMENTOS**,** INSCRITA NO CNPJ: 16.679.206/0001-20,

MOTIVO: ALTERAR A **CLÁUSULA SEGUNDA-** CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO.

OBJETO: AQUISIÇAO DE GENEROS ALIMENTICIOS NÃO PERECIVEIS DESTINADOS A CONFECÇAO DA MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE NOVA OLIMPIA-MT.

VIGÊNCIA: 14/10/2015 ATE 28/07/2016.

NOVA OLIMPIA-MT, 14 DE OUTUBRO DE 2015

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N.º 006/2015

O município de nova Olímpia-MT faz saber, a todos os interessados do ramo, que realizarálicitação na modalidade supracitada, no dia **30 de outubro de 2015, às 08h00min horas**, tipo menor preço global **menor preço global** cujo objeto é a **Execução de rede de distribuição elétrica com fornecimento de materiais e equipamentos, na rua rosa priotto masson do loteamento jardim comercial de Nova Olímpia, MT, conforme projeto elétrico parte integrante do edital.** Os interessados poderão adquirir o edital e informações no horário de expediente, em sua sede à avenida mato grosso, 175, município de nova Olímpia, na sala de licitações. Ou através do endereço eletrônico licitação@novaolimpia.mt.gov.br

Nova Olímpia-mt, 14 agosto outubro DE 2015

Anselmo Cristiano manica

Presidente da comissão permanente de licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO AVISO ABERTURA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 040/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de sua pregoeira, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", onde a data prevista para o Credenciamento dos participantes será realizado das 08h30min às 09h00min do dia 27 de outubro de 2015, e os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser entregues a pregoeira no ato do Credenciamento, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, onde o Edital completo poderá ser obtido gratuitamente pelos interessados no horário comercial ou através do site municipal: www.novasantahelana.mt.gov.br no ícone Portal da Transparência – Agili Cidade Digital, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA INSTALAÇÃO DA REDE E CABEAMENTO ESTRUTURADO DE INTERNET PARA SEREM UTILIZADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL. Nova Santa Helena,**14** de outubro de 2015. FRANCIANE PAULATTI – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PREVIDENCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 068/2015

"Retifica o artigo 1º da Portaria nº 082/2014 de 18 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial em favor da Sra. IDA HEYDT MENDES".

A Diretora Executiva do UBIRATÃ - PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I","II","III" e "IV", da Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de Dezembro de 2003; Art. 94 e Anexo III da Lei Municipal nº 018/2008, dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério público municipal e a reforma do estatuto do magistério do município de Nova Ubiratã - MT, alterada pela Lei 044/2011 de 28 de março de 2.011,atualizado o piso salarial dos Profissionais da Educação Básica através do Decreto 001/2014 e ainda combinado com o Art. 92, incisos "I","II", "III" e "IV" da Lei Municipal n.º 060 de 27 de maio de 2013, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de NOVA UBIRATÃ- MT.

Resolve,

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial,** em favor da Sra.IDA HEYDT MENDES, portadora do RG. nº.**462.036-SSP/SC** e CPF nº. 220.347.069-00, cadastrado sob a matrícula nº 048, efetiva no cargo de **Professor III, Classe Atuarial B, Grau de Coeficiente X**, *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a referida Servidora conta com 9.163 dias trabalhados, ou seja, 25 anos, 01 mês e 07 dias, com* ***Proventos Integrais****, conforme o processo do UBIRATÃ - PREVI n.º 2014.09.00000003.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre, publique e cumpra-se.

Nova Ubiratã/MT, 13 de outubro de 2015.

_____

Francine Oliveira Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 058/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, no uso de suas atribuições que Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Decretado ponto facultativo no dia 15 de outubro de 2015 e Luto Oficial de 03 (Três) dias, nos órgãos da Administração Pública Municipal, em virtude do Falecimento do Sr: **Pedro Uliana**, Pioneiro do Município de Novo Horizonte do Norte – MT, e genitor do Vereador **Gildo Uliana**.

Artigo 2º Os dispositivos no Artigo 1º não se aplicam aos plantões necessários ás atividades de caráter essencial.

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de outubro de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2015 PROCESSO N.º 025/2015

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT**, através de seu pregoeiro, torna público aos interessados que o processo licitatório Pregão Presencial n.º 020/2015, cujo objeto é a **Contratação de empresa para fornecer mão de obra para prestar serviços de reparos, reforma e construção nas instalações da Chácara Municipal**, conforme especificado no anexo I – Termo de referencia do edital, onde se sagrou vencedora a empresa **Vander de Oliveira Gomes - MEI**, inscrita no **CNPJ: 17. 701.318/0001-00,** com proposta no valor global de **R$ 25.986,65 (vinte e cinco mil novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)** para os **Itens** de **01** a **12**. Maiores informações poderão ser obtidas

na Prefeitura Municipal localizada a Rua Augusto de Souza, 171 centro - Novo Horizonte do Norte - MT.

Novo Horizonte do Norte-MT, 14 de Outubro de 2015.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 043/2015.

DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

"Estabelece luto oficial nas repartições públicas de Novo Mundo/MT, em virtude de falecimento da Senhora VERA LÚCIAGARCIA MORENO".

O Senhor **JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo e considerando as disposições legais contidas na Lei Orgânica do Município e,

Considerando, o passamento da Senhora **VERA LÚCIA GARCIA MORENO** na data de 13/10/2015.

D E C R E T A:

Art. 1º. **Luto Oficial** na data de 14/10/2015, devendo a bandeira do Município ser hasteada a meia verga, na sede do Paço Municipal e nas repartições municipais.

Art. 2º. Durante o período de luto oficial as Secretarias Municipais não funcionarão, ressalvados os serviços essenciais à população.

Parágrafo Único - O expediente será normal, entretanto, sob a responsabilidade dos respectivos chefes, nas repartições cujas atividades não possam ser suspensas, em virtude de exigências técnicas ou por motivo de interesse público.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 14 dias de Outubro de 2015.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE EDITAL E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

TOMADA DE PREÇO Nº. 5/2015 - (PROCESSO Nº 61/2015)

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, no Exercício das Atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº. 001/2015 de 02 de Janeiro de 2.015, e em consonância pela Lei nº. 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, Torna-se Público para conhecimento dos Interessados, que foi Ratificado o Edital e Prorrogado prazo para realização da referida licitação para o dia **06 de Novembro de 2.015, às 09h00 horas (horário de Brasília)** no Endereço, Rua Cachoeira da Fumaça, nº 77 – Jardim das Palmeiras - Novo São Joaquim – MT - Sede da Prefeitura Municipal, reunião de Recebimento e Abertura das Documentações e Propostas, conforme especificado no **Edital de Licitação nº. 5/2015 – TP na Modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.** Informamos que a Entrega do Edital encontra-se disponível no endereço supracitadoe no site oficial da prefeitura: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br . **OBJETO LICITAÇÃO: SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CÍVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.** A comissão permanente de licitação estará à disposição dos interessados para a prestação de informações no horário de expediente da prefeitura municipal de Novo São Joaquim, pelo telefone (66) 3479-1158, e-mail licitacao@prefeituranovosaojoaquim.com.br .Novo São Joaquim – MT, 14 de Outubro de 2.015.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Presidente Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 74/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria 176 de 25 de Agosto de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, **PREGÃO Nº. 74/2015** na modalidade Presencial, cujo objeto: Registro de Preços para **Prestação de Serviços de Recargas de Oxigênio Medicinal**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. A empresa: **JUNG & JUNG LTDA - EPP,** foi vencedora do com o valor Global de **R$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais).**

Paranatinga-MT, 14 de Outubro de 2015.

Devenilson da Silva

Pregoeiro

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 81/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 198 de 07 de Outubro de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar **PREGÃO Nº 81/2015** namodalidade **ELETRONICO**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n° 1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Pronto Atendimento e Alta Complexidade, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital.** Data de abertura:**27/10/2015**, terça–feira às 09hrs (horário de Brasília). O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da BLL (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil) **www.bll.org.br** ou pelo site **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com – Licitacoesptga@bol.com.br - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h**.**

Paranatinga-MT, 14 de Outubro de 2015.

Lucia Aparecida de França Correa

Pregoeira

Devenilson da Silva

Pregoeiro

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N 201/2015

PORTARIA N° 201 DE 14 DE OUTUBRO DE 2.015.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT; **Srº. VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Conceder, nos termos do art 113 e § 4º da Lei Municipal nº 024/1997, Licença para Tratar de Interesse Particular, a servidora Srª. EDILENE MATOS TONDORF, inscrita no CPF/MF sob o nº 632.209.031-34 e portadora do RG sob o nº 0981707-7SSP/MT, pelo período de 02(dois) dois anos, a contar da data do dia 14/10/2015.

II – O afastamento concedido é sem ônus para o Município.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IV – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 14 de Outubro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N 200/2015

PORTARIA N° 200 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

"SUBSTITUI OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I- Substituir os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Fiscal, composta dos seguintes membros:

1.-Presidente: Eric Ritter - CPF/MF 502.105.649-20

2.- Secretário: Laryssa Galvão de Sena - CPF/MF 022.741.071-81

3.- Membro: Antônio de Arruda Maia - CPF/MF 442.036.401-72

Parágrafo Único: A Comissão Permanente de Processo Administrativo Fiscal terá a responsabilidade de cumprir as determinações das Leis Municipais nº 003/2002 – Código Sanitário do Município e suas alterações - Lei de nº 1068/2013 e a Lei de 1069/2014 e o Código Tributário do Município - Lei de nº 098/2004 e Código de Posturas do Município de Lei de nº 1063/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial a **Portaria de nº 244 de 21 de agosto de 2014.**

III- Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 14 de Outubro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 73/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria 176 de 25 de Agosto de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, **PREGÃO Nº. 73/2015** na modalidade Presencial, cujo objeto: Registro de Preços para a **Aquisição de Material de Consumo (Materiais de Higiene)**, para o Lar dos Idosos e Casa Transitória, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. A empresa: **COMERCIAL H F PRODUTOS DESCARTAVEIS E LIMPEZA LTDA,** foi vencedora com o valor Global de **R$ 19. 656,30 (dezenove mil seiscentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos).**

Paranatinga-MT, 14 de Outubro de 2015.

Devenilson da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA Nº 0187/2015

PORTARIA Nº 0187/2015

DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DO

SERVIDOR ETEVALDO PEREIRA DE MELO

E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e considerando o Artigo 112, e Inciso III, , da Lei 398/2012,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 90 (Noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO a pedido do servidor, ETEVALDO PEREIRA DE MELO Servidor Publico Municipal,no cargo de VIGIA, lotado na secretaria de Saúde, no período de 10/10/2015 a 07/01/2016, referente ao periodo 2009 a 2014, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 08/01/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 10 de Outubro de 2015.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 071/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATO Nº 071/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: MARCELO CUSTÓDIO DOS SANTOS

CPF: 698.880.861-20

OBJETO:SERVIÇO DE EMERGÊNCIA NA PONTE DE MADEIRA SOBRE O CÓRREGO BARRETO ESTRADA PLANALTO DA SERRA A PARANATINGA COM 36,00 M2, MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT

VALOR GLOBAL: R$14.205,96

VIGÊNCIA: 30 DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0182/2015

Tendo em vista que a portaria abaixo foi publicada com numeração duplicada, reproduz por ter constado ordem incorreta, conforme segue:

PORTARIA Nº 0182/2015

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR

JOSE GONÇALO PEREIRA DE MELO PARA A

AREA DA SAÚDE E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica Designado o servidor Jose Gonçalo Pereira de Melo, servidor publico municipal no cargo de VIGIA para a area da Saúde, a partir do dia 07 de Outubro de 2015 por tempo inderteminado.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 07 de Outubro de 2015.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 066/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: CENTROESTE RESÍDUOS

CNPJ. Nº 09.255.903/0001-98

OBJETO: COLETA TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR)

VALOR: R$799,00 (SETECENTOS NOVENTA NOVE REAIS)

VIGÊNCIA: 12 MESES

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 070/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATO Nº 070/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: IVECO

CNP: 01.844.555/0005-06

OBJETO:*ONIBUS ESCOLAR COM PLATAFORMA*

VALOR GLOBAL: R$157.740,00

VIGÊNCIA: 12 MESES

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 069/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATO Nº 069/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTXRATADA: FERNANDO PEREIRA DA ROCHA EPP

CNP:08.314.292/0001-49

OBJETO:*PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS RUAS PONTA PORÃ E BANDEIRANTES, NUM TOTAL DE 8.746,00M2*

VALOR GLOBAL: R$187.490,00

VIGÊNCIA: 12 MESES

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0181/2015

Tendo em vista que a portaria abaixo foi publicada com numeração duplicada, reproduz por ter constado ordem incorreta, conforme segue:

PORTARIA Nº 0181/2015

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DO SERVIDOR

MATEUS RIBEIRO NOVAIS E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (Trinta) dias de férias para o servidor, Mateus Ribeiro Novais Servidor Publico Municipal, lotado no cargo de MOTORISTA no período de 01/10/2015 a 30/10/2015, referente ao exercício de 2012,devendo apresentar- se para o retorno de suas atividades normais no dia 31/10/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 01 de Outubro de 2015.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 068/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATO Nº 068/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: EDSON L. DE SOUZA – ME

CNPJ Nº 21.104.565/0001-99

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE MÉDICO CLINICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DE PESSOAS CARENTES DE NOSSO MUNICIPIO

VALOR: R$1.000,00 POR PLANTÕES 12:00

VALOR: R$2.000,00 POR PLANTÕES 24:00

VIGÊNCIA: 90 DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 067/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATO Nº 067/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: HEBER MORAES MONTELO

CNPJ Nº: 22.796.641/0001-37

OBJETO: LOCAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE.

VALOR GLOBAL: R$5.000,00

VIGÊNCIA: 30 DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0189/2015

PORTARIA Nº 0189/2015

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA

MARILZA MORAES MONTELO E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (Trinta) dias de férias para a servidora, MARILZA MORAES MONTELO Servidora Publica Municipal, lotado no cargo de Agente de Consumo no período de 11/10/2015 a 09/11/2015, referente ao exercício de 2014,devendo apresentar- se para o retorno de suas atividades normais no dia 10/11/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 11 de outubro de 2015.

Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 13 de Outubro de 2015.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0190/2015

PORTARIA N0 0190/2015

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DA SERVIDORA MAGDA GENAINA ALVES BERTO.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença, sem ônus, para tratar de assuntos particulares do servidor, MAGDA GENAINA ALVES BERTO, brasileira, Mensageiro Arquivista, portador do RG- 15090779 SSP/MT e CPF – 000.973.522-60, no período de 14/10/2015 a 31/12/2016, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 01 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 14 de Outubro de 2015.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0183/2015

PORTARIA Nº 0183/2015

DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DO

SERVIDOR VALDIVINO RODRIGUES DA

SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e considerando o Artigo 112, e Inciso III, , da Lei 398/2012,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 90 (Noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO a pedido do servidor, VALDIVINO RODRIGUES DA SILVA Servidor Publico Municipal,no cargo de VIGIA, lotado na secretaria de Obras, no período de 01/10/2015 a 29/12/2015, referente ao período 2009 a 2014, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 30/12/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 01 de Outubro de 2015.

Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 07 de Outubro de 2015.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0186/2015

PORTARIA Nº 0186/2015

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA

SANDRA BUENO MORAIS E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (Trinta) dias de férias para a servidora, SANDRA BUENO MORAIS Servidora Publica Municipal, lotado no cargo de RECEPCIONISTA no período de 08/10/2015 a 06/11/2015, referente ao exercício de 2014,devendo apresentar- se para o retorno de suas atividades normais no dia 07/11/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 08 de Outubro de 2015.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0185/2015

PORTARIA Nº 0185/2015

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA

ELIANE SIQUEIRA MAGALHÃES E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (Trinta) dias de férias para a servidora, ELIANE SIQUEIRA MAGALHÃES Servidora Publica Municipal, lotado no cargo de Conselheira Tutelar no período de 07/10/2015 a 05/11/2015, referente ao exercício de 2014,devendo apresentar- se para o retorno de suas atividades normais no dia 06/11/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 07 de Outubro de 2015.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0184/2015

PORTARIA Nº 0184/2015

DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DO

SERVIDOR ADEGMAR MOREIRA CAMPOS

E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e considerando o Artigo 112, e Inciso III, , da Lei 398/2012,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 90 (Noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO a pedido do servidor, ADEGMAR MOREIRA CAMPOS Servidor Publico Municipal,no cargo de VIGIA, lotado na secretaria de Administração, no período de 06/10/2015 a 03/01/2016, referente ao periodo 2010 a 2015, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 04/01/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 06 de Outubro de 2015.

Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 07 de Outubro de 2015.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 071/2015.

TRANSFERE PARA O DIA 30 DO CORRENTE MÊS A COMEMORAÇÃO AO DIA 28 DE OUTUBRO, DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, NA CIDADE DE POCONÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Acompanhando o Decreto Nº 282 de 05/10/2015, do Governo do Estado, fica transferido para o dia 30 de outubro (Sexta Feira), com isenção do respectivo ponto, aos servidores públicos municipais da cidade de Poconé-MT, em razão do “Dia do Servidor Público” do dia 28 de Outubro (Terça Feira), exceto os serviços essenciais.

ARTIGO 2º - O expediente municipal retornará ao normal a partir das 07:00 horas do dia 03 de novembro de 2015 (terça feira).

ARTIGO 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 14 de outubro de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

GESTÃO DE COTRATOS
EXTRATO TERMO ADITIVO 025/2014

Extrato de Termo Aditivo

3º TERMO ADITIVO CONTRATO DE SERVIÇO Nº. 025/2014, DE 11 DE JULHO DE 2014.

Processo Administrativo Licitatório n.º 23/2014, modalidade Convite n.º 12/2014.

OBJETO: a necessidade de aditamento de prazo constante na CLÁUSULA 3ª do Contrato original, que tem como objeto a aquisição de Papel Sulfite A4, Cartucho, Toner e Remanufaturamento de Cartucho e Toner para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Pontal Do Araguaia/MT **,** de acordo com solicitação e justificativa do município, que faz parte integrante do presente termo com fundamentona Lei nº.8.666/93, fica o prazo passando a vigorar de **22/06/2015 a 31/12/2015**.

CONTRATANTE: Município de Pontal do Araguaia/MT - CNPJ: 33.000.670/0001-67.

CONTRATADA:**L. F. E SOUZA EMPREENDIMENTOS EM INFORMÁTICA-ME**, inscrita no CNPJ n.º 11.815.721/0001-76

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO OUTUBRO/ 2015

Contrato n.º 134/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada:Empresa A TAFAREL – GAS - ME

Objeto: A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE**, gás liquefeito de petróleo, vasilhame de gás, água mineral, vasilhame de água e mangueiras para botijão de gás para as unidades administrativas do Município, conforme especificações e quantitativos contido nas planilhas que compõem os itens **01 a 06** do Editaldo processo de licitação, na modalidade Pregão/Registro de Preços nº. 037/2015, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata, que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Pregão nº. 037/2015

Valor: R$ 309,40

Data: 07/10/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO OUTUBRO/ 2015

Contrato n.º 133/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada:Empresa A TAFAREL – GAS - ME

Objeto: A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE**, gás liquefeito de petróleo, vasilhame de gás, água mineral, vasilhame de água e mangueiras para botijão de gás para as unidades administrativas do Município, conforme especificações e quantitativos contido nas planilhas que compõem os itens **01 a 06** do Editaldo processo de licitação, na modalidade Pregão/Registro de Preços nº. 037/2015, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata, que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Pregão nº. 037/2015

Valor: R$ 2.104,20

Data: 07/10/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO OUTUBRO/ 2015

Contrato n.º 132/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada:Empresa A TAFAREL – GAS - ME

Objeto: A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE**, gás liquefeito de petróleo, vasilhame de gás, água mineral, vasilhame de água e mangueiras para botijão de gás para as unidades administrativas do Município, conforme especificações e quantitativos contido nas planilhas que compõem os itens **01 a 06** do Editaldo processo de licitação, na modalidade Pregão/Registro de Preços nº. 037/2015, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata, que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Pregão nº. 037/2015

Valor: R$ 350,00

Data: 07/10/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO OUTUBRO/ 2015

Contrato n.º 131/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada:Empresa A TAFAREL – GAS - ME

Objeto: A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE**, gás liquefeito de petróleo, vasilhame de gás, água mineral, vasilhame de água e mangueiras para botijão de gás para as unidades administrativas do Município, conforme especificações e quantitativos contido nas planilhas que compõem os itens **01 a 06** do Edital do processo de licitação, na modalidade Pregão/Registro de Preços nº. 037/2015, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata, que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Pregão nº. 037/2015

Valor: R$ 10.261,50

Data: 07/10/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO OUTUBRO/ 2015

Contrato n.º 130/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada:Empresa A TAFAREL – GAS - ME

Objeto: A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE**, gás liquefeito de petróleo, vasilhame de gás, água mineral, vasilhame de água e mangueiras para botijão de gás para as unidades administrativas do Município, conforme especificações e quantitativos contido nas planilhas que compõem os itens **01 a 06** do Editaldo processo de licitação, na modalidade Pregão/Registro de Preços nº. 037/2015, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata, que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Pregão nº. 037/2015

Valor: R$ 2.144,80

Data: 07/10/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 106/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA AGRIAÇO METALÚRGICA LTDA-EPP

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 106/2015, FACE A EMPRESA AGRIAÇO METALÚRGICA LTDA-EPP, QUE TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS REDONDAS METÁLICAS COM DOIS CESTOS PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA PRAÇA MIGUEL GAJARDONI, ONDE IRÁ SEPARAR LIXOS ORGÂNICOS DE LIXOS RECICLÁVEIS, CUJAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTÃO ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº. 12/273/2015 E DEMAIS DOCUMENTOS PERTINENTES AO PROCESSO DE DISPENSA Nº. 145/2015.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 145/2015

DATA: 07/10/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO OUTUBRO/ 2015

Contrato n.º 137/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada:Empresa A TAFAREL – GAS - ME

Objeto: A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE**, gás liquefeito de petróleo, vasilhame de gás, água mineral, vasilhame de água e mangueiras para botijão de gás para as unidades administrativas do Município, conforme especificações e quantitativos contido nas planilhas que compõem os itens **01 a 06** do Editaldo processo de licitação, na modalidade Pregão/Registro de Preços nº. 037/2015, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata, que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição

Disp. Gerais: Pregão nº. 037/2015

Valor: R$ 156,00

Data: 07/10/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO OUTUBRO/ 2015

Contrato n.º 138/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada:Empresa A TAFAREL – GAS - ME

Objeto: A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE**, gás liquefeito de petróleo, vasilhame de gás, água mineral, vasilhame de água e mangueiras para botijão de gás para as unidades administrativas do Município, conforme especificações e quantitativos contido nas planilhas que compõem os itens **01 a 06** do Editaldo processo de licitação, na modalidade Pregão/Registro de Preços nº. 037/2015, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata, que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição

Disp. Gerais: Pregão nº. 037/2015

Valor: R$ 2.135,30

Data: 07/10/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO OUTUBRO/ 2015

Contrato n.º 139/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: Empresa **CENTRO VELATÓRIO E FUNERÁRIA SHEKINAH LTDA-ME**

Objeto: A **CONTRATADA** executará **para o CONTRATANTE, serviços funerários para atendimento emergencial,**para atender a Secretaria de Assistência Social e Trabalho, conforme especificações e quantitativos contidos nas planilhas que compõem os itens de números 04 e 05, do processo de licitação, na modalidade Pregão nº. 114/2014, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata, que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição

Disp. Gerais: Pregão no Sistema Registro de Preços nº. 114/2014

Valor: R$ 48.379,40

Data: 09/10/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO OUTUBRO/ 2015

Contrato n.º 136/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada:Empresa A TAFAREL – GAS - ME

Objeto: A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE**, gás liquefeito de petróleo, vasilhame de gás, água mineral, vasilhame de água e mangueiras para botijão de gás para as unidades administrativas do Município, conforme especificações e quantitativos contido nas planilhas que compõem os itens **01 a 06** do Editaldo processo de licitação, na modalidade Pregão/Registro de Preços nº. 037/2015, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata, que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição

Disp. Gerais: Pregão nº. 037/2015

Valor: R$ 685,00

Data: 07/10/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO OUTUBRO/ 2015

Contrato n.º 135/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada:Empresa A TAFAREL – GAS - ME

Objeto: A **CONTRATADA** fornecerá ao **CONTRATANTE**, gás liquefeito de petróleo, vasilhame de gás, água mineral, vasilhame de água e mangueiras para botijão de gás para as unidades administrativas do Município, conforme especificações e quantitativos contido nas planilhas que compõem os itens **01 a 06** do Editaldo processo de licitação, na modalidade Pregão/Registro de Preços nº. 037/2015, vinculando-se a proposta apresentada e devidamente registrada na respectiva ata, que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Pregão nº. 037/2015

Valor: R$ 2.671,80

Data: 07/10/2015

Vigência: 31/12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015 - AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público, que o processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 016/2015 - do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de refeições do tipo Marmitex para atender as necessidades de todas as secretarias da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, marcada para o dia 13/10/2015 as 08h, fica adiada devido à falta de interessados; Sendo assim, para o dia 21/10/2015 as 08h, no mesmo local anteriormente designado, mais informação poderá ser adquirida no site www.portoestrela.mt.gov.br ou telefone (65) 3384-1244.

Porto Estrela – MT, 14 de Outubro de 2015.

Roosevelt da guia Ortega

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2015

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela portaria nº 010/2015, regida pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores torna público para conhecimento dos interessados, que o Procedimento Licitatório na Modalidade Pregão Presencial nº 017/2015, cujo objeto é o Pregão Presencial para Registro de Preços, do tipo menor preço por Item**,** para futura e eventual contratação de empresa do ramo para o fornecimento de materiais necessários e prestação de serviços de borracharia para manutenção da Frota da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT. Foi declarado VENCEDORA, dos itens: 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 062, 063, 064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 091, 092, 093, 094, 095, 096, 097, 098, 099, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130 e 131, a Empresa **João Bosco Ferreira Ramos 61653446153**, portadora do CNPJ nº **18.196.125/0001-02**, com o valor estimado em R$ 110.591,80 (Cento e Dez Mil, Quinhentos e Noventa e Um Reais e Oitenta Centavos), mais informações poderá ser adquirida na Sede da Prefeitura.

Porto Estrela/MT, 14 de Outubro de 2015.

Roosevelt da Guia Ortega

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA Nº. 395/2015

De: 15 de Outubro de 2015

*"Nomeia **Maria de Fatima da Silva Morais** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Maria de Fatima da Silva Morais** a partir de 15 de Outubro de 2015 no Cargo de **Chefe de Setor de Triagem e Encaminhamentos**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 15 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 394/2015

De: 14 de Outubro de 2015

*"Exonera **Maria de Fatima da Silva Morais** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **Maria de Fatima da Silva Morais** a partir de 14 de Outubro de 2015 do Cargo de **Chefe de Seção de Apoio Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 14 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 030/2015

PARANOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2013

A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT CONVOCA o candidato Classificado no Concurso Público Municipal nº 001/2013 realizado em 08/12/2013, para comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I deste edital, bem como realizar exame médico admissional nos termos dos Anexos II e III deste edital, para ser nomeado no prazo acima estabelecido e tomar posse no prazo de 30 dias a partir da nomeação prorrogável por igual período de acordo com o interesse da Administração Pública Municipal:

1. Para a realização do exame médico admissional os candidatos, domiciliados neste município deverão se apresentar no PSF - Urbano desta urbe. Os candidatos domiciliados em outra unidade da federação deverão realizar o exame médico admissional perante qualquer médico devidamente registrado no CRM (Conselho Regional de Medicina).

2. Todos os candidatos convocados deverão se submeter aos exames enumerados no ANEXO II e apresentar atestado médico conforme o ANEXO III.

3. Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato convocado que não se apresentar no prazo fixado por este edital; não tomar posse no prazo estabelecido; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação solicitada e considerado inapto o candidato que não for aprovado no exame admissional, podendo a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

CANDIDATO CONVOCADO

Cargo: 030 - Motorista (CNH "C") - PCCS - GERAL											
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**M**	**G**	**PP**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000375	JONATHAN JUNIOR CELESTINO	27/01/1989	4	0,0	6,0	12,0	14,0	38,0	0,0	70,0	CL

Porto dos Gaúchos/MT, em 14 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT

ANEXO I

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

APRESENTAR (FOTOCÓPIAS) EM FOLHA A4 LEGÍVEL.

CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG).

CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF).

TÍTULO DE ELEITOR

COMPROVANTE DA JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO (se casado, cópia CPF do cônjuge)

CARTEIRA DE TRABALHO

PIS OU PASEP

NUMERO DE TELEFONE PARA CONTATO

COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE (HISTÓRICO/ATESTADO e ou CERTIFICADO)

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS DEPENDENTES

OBRIGATÓRIO PARA O SEXO MASCULINO

RESERVISTA.

OBRIGATÓRIO PARA O CARGO DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS.

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO.

OBRIGATÓRIO PARA PROFISSIONAL LIBERAL.

CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE CLASSE.

(ORIGINAIS)

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

DECLARAÇÃO DE BENS

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT

ANEXO II

EXAMES CLINICOS ADMISSIONAIS PARA TODOS OS CARGOS

· ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Para efeito de posse, o candidato aprovado, classificado e convocado, ***Ficará Sujeito a Aprovação em Exame Médico Pericial***, devendo apresentar atestado de aptidão física e mental e o resultado, para todos os cargos, dos seguintes exames:

a) Exame clinico (Admissional);

b) Avaliação Psicológica:

c) Acuidade Visual;

d) Hemograma;

e) Glicose;

f) Colesterol Total;

g) Ureia;

h) Creatinina;

i) TGO;

j) TGP;

k) Hepatite B e C;

l) HIV I e II

m) VDRL;

n) Urina Tipo (1);

o) Raio X Total de Coluna.

· Poderá não tomar posse o candidato portador de deficiência física aprovado, classificado e convocado, que for aprovado via perícia médica a incompatibilidade entre a deficiência física e o exercício do cargo.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33

Nome do servidor: _____

Identidade nº _____ Data de nascimento_____

Função que irá exercer: _____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:

( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO

( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional

( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Observações: _____

_____

_____

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:

( ) Apto

( ) Inapto

Riscos Ocupacionais

( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos

( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:

( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

Declaro ter recebido em ___/___/___ Porto dos Gaúchos MT

A segunda via deste atestado. Em:___/____/_____

Nome: _____

_____ _____

Assinatura do Servidor Carimbo e Assinatura Médico/CRM

Página 01/02 do Anexo III

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33

Nome do Servidor: _____

Identidade nº: _____ Idade: _____ Estado Civil: _____

Função que irá exercer: _____ Naturalidade: _____

Antecedentes: Já teve ou tem?

( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos ( ) Hepatite ( )Asma

( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes

Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( ) _____

Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( ) _____

Mulheres: Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente

Gestação: ( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL

Empregos Anteriores – Empresa: _____

Função: _____ Tempo na empresa: _____Turno: _____

Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )

Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )

Metais Pesados: Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )

Urinário ( ) Outros ( )

Exerce outra atividade além do emprego? Não ( ) Sim ( )

Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )

Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )

Bebe? Não ( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )

Pratica algum esporte? Não ( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO

Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras: _____

Altura: _____ Peso: _____ Temperatura: _____ Pulso: _____

P.A: _____ mmHg

Cabeça – Face _____Dentes:_____

Tórax Tipo: _____ F.R. _____Asculta:_____

Ap. Circ. Asculta: _____

Abdomem Tipo: _____Palpação: _____

Ap. Genito Urinário: _____

Coluna Vertebral: _____

Membros: _____

Sistema Nervoso: _____

Exames Complementares:_____

_____

Uso de lentes corretoras: Não: ( ) Sim: ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO

Página 02/02 do Anexo III

DECRETO Nº 058/2015.

DE: 14 de Outubro de 2015.

"Concede Ponto Facultativo no dia 30 de Outubro de 2015, em virtude do dia dos Funcionários Públicos".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º Decreta como ponto facultativo, o dia 30 de Outubro de 2015, em virtude do dia dos Funcionários Públicos, comemorado em 28 de outubro de cada ano, na Administração Direta e Indireta.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 14 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.517/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS

APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014

PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso n° 001/2014, e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso n° 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n° 001/2014;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, através do Decreto n° 1.389/2015 e 1.394/2015;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Decreto de Convocação de Candidatos n° 1.489/2015;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência;

DECRETA.

Artigo 1° - Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos abaixo relacionados para exercerem os respectivos cargos.

Parágrafo Único – O(s) candidato(s) nomeado(s) é (são) o(s) seguinte(s):

001. Vigia - Sede

ROMULO DAMIÃO DE MELO OLIVEIRA

Artigo 2° - A validade das nomeações deste Decreto fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal de 1988.

Artigo 3° - Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou afixação do presente Decreto, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.

Artigo. 4°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 09 de Outubro de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 163/2015 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE IRÃO COMPOR O COMITÊ DE SANEAMENTO BÁSICO PARA A FORMAÇÃO DE UM CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT .

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal\MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Ficam nomeados os membros que irão compor o Comitê de Saneamento básico para a formação de um conselho Municipal de saneamento básico do Município de Reserva do Cabaçal – MT, com a seguinte composição:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:

TITULAR- EDSON BUASKI – CPF: 817.891.229-53 RG: 4.295.497-7

SUPLENTE- DENAIR ANDRADE – CPF: 429.848.661-34 RG: 402367

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

TITULAR – JOÃO TEIXEIRA DE SOUZA CPF: 987435111-04 RG : 15837394

SUPLENTE – GILBERTO ANNUNCIATTO CPF:432599871-34 RG: 37536733

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TITULAR – ROSEMBERG PROCOPE VIEIRA DE SOUZA CPF: 43259987134

RG: 19338945

SUPLENTE – ELCI NILZA COSTA DE PAULA CPF : 959377351-20 RG: 14041332

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CIDADE DAS AGUAS

CNPJ: 01.367.788/0001-31

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO E/OU ASSOCIAÇÕES

TITULAR - ILSON LEOPOLDINO NEGRES CPF 111.573.801-15 RG 0447842-8 SSP MT

SUPLENTE – ADILSON FERREIRA DA SILVA CPF 718.847.202-00 RG 4325420655

REPRESENTANTE DA UAPAC (UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RESERVA DO CABAÇAL)

TITULAR - MANOEL GOMES NETO – CPF: 603.975.191-68 RG: 378470 SSP\MT.

SUPLENTE – ALTAMIRO NUNES COELHO – CPF: 870.731.101-04 RG:761725

REPRESENTANTE DO COMECIO LOCAL:

TITULAR – CARLOS EDUARDO DA ROCHA CPF: 045.181.611-06 RG: 03787402

SUPLENTE – MARCELO TONDATTO CPF:942.172.621-91 RG: 390564

REPRESENTANTE DA SSOCIAÇÃO RECICLAR PARA VIVER MELHOR

TITULAR – CLAUDEMIR VANZELLA CPF:135.728.768-26 RG: 2356433324

SUPLENTE – JANE FARIA VANZELLA CPF: 984.419.901-82

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de Outubro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

TARCÍSIO FERRARI.

PREFEITO MUNICIPAL.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº. 044/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO

O Município de reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso inscrito no C. N.P.J. sob nº. 01.367.788/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, sito à Av. Mato Grosso, nº. 221, neste ato representada por seu Prefeito, o Excelentíssimo Sr. **Tarcisio Ferrari** residente a Chácara do Sete, portador da Cédula de Identidade RG nº. 348.139 SSP/MT, CPF nº. 567.672.001-82, doravante denominada de "CONTRATANTE"; e de outro lado a empresa: **Líder Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda**, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 11.499.448/0001-18 estabelecida à Rua Arthur Francisco Xavier, n° 555, Bairro Centro, CEP 78.260-000, na cidade de Araputanga – MT, representada neste ato pela senhora, Daiane Ribeiro da Silva, representante legal, doravante denominada "CONTRATADA", resolvem aditar o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem

1. Cláusula Primeira – Do prazo de vigência do contrato

1.1 – O prazo de vigência do contrato nº. 044/2014, previsto em sua cláusula sexta, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a contar de 15 de outubro de 2015.

2. Cláusula segunda – Do Objeto do Contrato

2.1 – O objeto do contrato permanece inalterado.

3. Cláusula Terceira – Do Valor do Contrato

3.1 – O valor total do contrato permanece inalterado.

4.0 – Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária

4.1 – As despesas oriundas deste aditamento contratual serão empenhadas nas dotações a seguir:

02 GABINETE DO PREFEITO

02.001 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2003 Manutenção e Encargos com o Gabinete do Prefeito

33.90.39 – (027) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

5.0 – Cláusula Quinta – Das disposições Gerais

5.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Paço Municipal da Prefeitura de Reserva do Cabaçal, em Reserva do Cabaçal-MT, 15 de outubro de 2015.

Drº Delair Teixeira de Alcântara .

Assessor Jurídico

OAB/MT Nº.

CONTRATANTE CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL TARCISIO FERRARI Prefeito Municipal	**LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA** DAIANE RIBEIRO DA SILVA Rep. Legal

TESTEMUNHAS:

REGIANE LUCASDOS REIS UANDERSON HENRIQUE DE SOUZA

CPF N° 571.178.531-15 CPF N° 523.323.061-53

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E SELEÇÃO PARA A 5ª ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR -01/2015

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Reserva do Cabaçal/MT, em cumprimento a decisão judicial ine-

rente ao processo de nº 1968-46.2015.811.0038 - Código de nº 64304 que anulou o edital (nº. 01/2015) para o primeiro processo de escolha em data Unificada dos membros do Conselho Tutelar e estabeleceu expedição de novo Edital, faz publicar novo edital regulamentando a escolha dos membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA

O presente edital, em consonância com a determinação judicial de escolha dos membros do Conselho Tutelar em data diversa da unificada, disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (ECA), pela resolução nº 139/2010 alterada pela resolução nº 170/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente- CONANDA e pela Lei Municipal nº 539/2014, realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público que atua perante o juízo da Infância e Juventude da comarca, torna público o novo Processo de Escolha a ser realizado na data de **20 de dezembro de 2015,** para o quadriênio 2016/2019, mediante condições neste edital estabelecidas.

2. DO CONSELHO TUTELAR

Conselho tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Em cada município e em cada região administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes.

O processo de escolha dos membros do conselho tutelar deverá, preferencialmente observar as seguintes diretrizes: o processo de escolha para a função de conselheiro tutelar será para o preenchimento de cinco membros titulares e cinco suplentes, por conselho.

De acordo com o inciso II do Art. 5º da Resolução 139/2010, publicada pelo CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá instituir uma comissão especial de composição paritária entre conselheiros representantes do governo municipal e da sociedade civil, para a realização do processo de escolha dos conselheiros tutelares.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições publicará editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente e, na, impossibilidade, destes, publicará nos murais da Prefeitura e da Câmara Municipal cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares, dispondo sobre:

I – a documentação exigida dos candidatos;

II – as regras do Processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III – as sanções previstas para o descumprimento das regras do processo de escolha;

IV – impugnações, recurso e outras fases do Processo de Escolha,

e

V – das vedações/impedimentos.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS PRETENDENTES A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

3.1 - reconhecida idoneidade moral (comprovada pelas certidões negativas criminais, da Justiça Federal, Eleitoral e Estadual);

3.2 idade superior a vinte e um anos, comprovada por documento oficial que o identifique e que contenha fotografia;

3.3 residir no município, comprovadamente por documentos.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1 Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais, sem prejuízo na organização de plantões.

4.2 O valor do vencimento é de 01 (um) salário mínimo, conforme previsto em Lei Municipal.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1 As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas na Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1 A Comissão especial do Processo de escolha é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2 É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

6.3 Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentações de defesa.

6.4 Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

6.5 Das decisões da Comissão especial do Processo de escolha caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

6.6 Esgotada a fase recursal, a comissão especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

6.7 Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

6.8 Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituem violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

6.9 Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

6.10 Organizar o processo de escolha que ocorrerá no dia 20 de dezembro de 2015;

6.11 Escolher e divulgar os locais de votação;

6.12 Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1 são impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art. 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

7.2 são impedidos de servir no mesmo conselho tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 139/2010, publicada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

8.1 Inscrições e entrega de documentos;

8.2 Processo de Escolha em data prevista neste Edital;

8.3 Diplomação; e

8.4 Posse.

9. PRIMEIRA ETAPA – DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1 A participação no presente processo de escolha iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento presencial e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital

9.2 A inscrição será efetuada pessoalmente (em local a ser definido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), logo após a publicação do Edital do processo de escolha dos pretendentes a função de conselheiro tutelar conforme previsto na Resolução 170 de Janeiro de 2015 do CONANDA – que alterou e acrescentou disposição à Resolução 139/2010.

9.3 As inscrições serão realizadas no período de 26 de outubro de 2015 a 06 de novembro de 2015, consoante o prazo estabelecido na decisão judicial, inerente ao processo de nº 1968-46.2015.811.0038 - Código de nº64304, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.

9.4 As informações prestadas na inscrição são de total responsabilidade do candidato;

9.5 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos em duas vias para fé e contrafé;

9.6 A análise dos documentos será realizada no prazo de 05 (cinco) dias após o encerramento do recebimento da documentação;

9.7 Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada o postulante será excluído sumariamente do processo de escolha, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal;

9.8 O candidato impugnado terá 05 (cinco) dias após a data de publicação da lista dos habilitados e não habilitados para apresentar defesa;

9.9 Após análise de documentação pela Comissão especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem do processo de escolha;

9.10 No dia 09 de novembro de 2015, será publicada a lista de candidatos habilitados e não habilitados para o certame;

9.11 O candidato não habilitado terá o prazo de 05 (cinco) dias após a data da publicação para apresentar recurso à Comissão Especial do Processo de Escolha.

10. DA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA DETERMINADA PELA JUSTIÇA.

10.1 Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e os suplentes.

10.2 O Processo de Escolha realizar-se-á no dia 20 de dezembro de 2015, das 08h às 17h, horário local, conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

10.2 Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente é vedado ao candidato doar, oferecer ou entregar ao eleitor sem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

10.3 Concluída a escolha, em caso de empate terá preferência na classificação sucessivamente, o candidato que possuir idade mais elevada.

11. DOS RECURSOS

11.1 Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada os recursos, deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente respeitando os prazos estabelecidos neste Edital;

11.2 Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo presidente da comissão especial do processo de escolha em data unificada;

11.3 O candidato poderá ter acesso às decisões da comissão especial para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada;

11.4 Das decisões da comissão especial do processo de escolha caberá recurso à plenária do conselho municipal que se reunirá, em caráter extraordinário para decisão com o máximo de celeridade;

11.5 A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha é irrecorrível na esfera administrativa;

11.6 Esgotada a fase recursal, a comissão fará publicar a relação dos candidatos escolhidos no pleito, com cópia ao Ministério Público.

12. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1 Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial divulgará no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares por conselho escolhidos e suplentes em ordem decrescente de votação, e informará ao Ministério Público o resultado oficial das eleições.

13. DA DIPLOMAÇÃO E DA POSSE

13.1 A diplomação e a posse dos conselheiros tutelares dar-se-ão pelo Senhor prefeito municipal ou pessoal por ele designado no dia 10 de Janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Os casos omissos serão resolvidos pela comissão especial, observadas as norma legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 1.727/2011

14.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha dos conselheiros tutelares.

14.3 O descumprimento, pelo candidato, de qualquer dos dispositivos legais previstos neste edital implicará em sua exclusão sumária do processo de escolha.

RESERVA DO CABÇAL/MT, 12 DE NOVEMBRO 2015.

Elizangela de Souza Lima

Presidente do C M D C A

Reserva do Cabaçal/MT.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº. 042/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

O Município de reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso inscrito no C. N.P.J. sob nº. 01.367.788/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, sito à Av. Mato Grosso, nº. 221, neste ato representada por seu Prefeito, o Excelentíssimo Sr. **Tarcisio Ferrari** residente a Chácara do Sete, portador da Cédula de Identidade RG nº. 348.139 SSP/MT, CPF nº. 567.672.001-82, doravante denominada de "CONTRATANTE"; e de outro lado a empresa: **Criativa Consultoria e Sistemas de Informática Ltda - ME**, inscrita no C. N.P.J. sob o nº. 19.277.965/0001-54 estabelecida à Av. Santos Dumont, n° 1.346, Bairro Boa Esperança, CEP 78.255-000, na cidade de Jauru – MT, representada neste ato pelo seu Proprietário, Sr. **Lear Teixeira** doravante denominada "CONTRATADA", resolvem aditar o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem

1. Cláusula Primeira – Do prazo de vigência do contrato

1.1 – O prazo de vigência do contrato nº. 042/2014, previsto em sua cláusula sexta, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a contar de 15 de outubro de 2015.

2. Cláusula segunda – Do Objeto do Contrato

2.1 – O objeto do contrato permanece inalterado.

3. Cláusula Terceira – Do Valor do Contrato

3.1 – O valor total do contrato permanece inalterado.

4.0 – Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária

4.1 – As despesas oriundas deste aditamento contratual serão empenhadas nas dotações a seguir:

03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

03.001 GABINETE DO SECRETARIO E UNIDADES

04.122.0002.2013 Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração

33.90.39 – (078) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

5.0 – Cláusula Quinta – Das disposições Gerais

5.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Paço Municipal da Prefeitura de Reserva do Cabaçal, em Reserva do Cabaçal-MT, 15 de outubro de 2015.

Drº Delair Teixeira de Alcântara .

Assessor Jurídico

OAB/MT Nº.

CONTRATANTE CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL TARCISIO FERRARI Prefeito Municipal	**CRIATIVA CONSULTORIA E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA – ME** LEAR TEIXEIRA SÓCIO PROPRIETARIO

TESTEMUNHAS:

REGIANE LUCASDOS REIS UANDERSON HENRIQUE DE SOUZA

CPF N° 571.178.531-15 CPF N° 523.323.061-53

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 154/2015 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO DO FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Ficam nomeados os membros que irão compor o Conselho do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Município de Reserva do Cabaçal – MT, com a seguinte composição:

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

TITULAR: PROF. REGINA MARIA DE ANDRADE – RG Nº 1393112-1 SSP/MT E CPF Nº 936.436.831-20.

SUPLENTE: PROF. ELIANE DA SILVA FRANÇA- RG Nº 1579653-1 SSP/MT E CPF Nº 002.730.911-82.

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

TITULAR: MARIA APARECIDA ALVES MOTTA RG Nº 15667057 SSP/MT E CPF Nº 020.072.111-90.

SUPLENTE: LETICIA VENÂNCIO FERREIRA LIMA RG Nº 2138688-9 SSP/MT E CPF Nº 034.142.741-16.

REPRESENTANTES DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

TITULAR: CREUZA APARECIDA DE MENDONÇA. RG Nº 1239228-6 SSP/MT E CPF Nº 904.557.971-53.

SUPLENTE: MARIA RIBEIRO BATISTA RG N° 1456194-8 CPF 933.334.041-68

REPRESENTANTES DOS DIRETORES E COORDENADORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

TITULAR: PROF. MARIA MARGARETH TONIOLO RG Nº 0871477-0 SSP/MT E CPF Nº 781.770.301-91

SUPLENTE: PROF.LINDINALVA DIAS BONFIM RG Nº 343394 E CPF Nº 785 795 111-00

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

TITULAR: MARIA SONIA DOS REIS FARIAS, RG Nº 10603948 SSP/MT E CPF Nº 858835811-53.

SUPLENTE: EDMAR VENÂNCIO FERREIRA, RG Nº 14393549 SSP/MT E CPF Nº 012.109.141-40

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULAR: PROF. SUELY APARECIDA PEREIRA TOBIAS RG Nº 1031411-3 E CPF Nº 000.866.761-64

.

SUPLENTE: LUCIA DE FÁTIMA ARAÚJO RG Nº 0692761-6 SSP/MT E CPF Nº 486.909.021-04.

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

TITULAR: MARIA ARLETE DE ARAUJO RG Nº 14100657 SSP/MT E CPF Nº 954.356.461-20

.

SUPLENTE: PAULO CEZAR MIRANDA MACIEL RG Nº 1381741-8 E CPF Nº 984.726.661-15

TITULAR: MARLENE RIBEIRO LUBE BASILIO RG Nº 11700279 SSP/MT E CPF Nº 984.726.661-15.

SUPLENTE: JOB XAVIER RG Nº 444183 SSP/MT E CPF Nº 354.132.201-20

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

TITULAR: ALEX JUNIOR GARCIA SANTANA RG Nº 2586459-9 E CPF Nº 071 989.951-60

SUPLENTE: POLIANA FERNANDES MORAES. RG. N° 2954157-3 CPF Nº 062.44.321-41

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 23 de Setembro 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI.

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO Nº. 043/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

O Município de reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso inscrito no C. N.P.J. sob nº. 01.367.788/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, sito à Av. Mato Grosso, nº. 221, neste ato representada por seu Prefeito, o Excelentíssimo Sr. **Tarcisio Ferrari** residente a Chácara do Sete, portador da Cédula de Identidade RG nº. 348.139 SSP/MT, CPF nº. 567.672.001-82, doravante denominada de "CONTRATANTE"; e de outro lado a empresa: **Jussemar Rebuli Pinto - ME**, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 05.409.467/0001-03 estabelecida à Rua Artur Francisco Xavier, n° 555, Bairro Centro, CEP 78.260-000, na cidade de Araputanga – MT, representada neste ato pelo seu Proprietário, Sr. **Jussemar Rebuli Pinto** doravante denominada "CONTRATADA", resolvem aditar o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem

1. Cláusula Primeira – Do prazo de vigência do contrato

1.1 – O prazo de vigência do contrato nº. 043/2014, previsto em sua cláusula sexta, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a contar de 15 de outubro de 2015.

2. Cláusula segunda – Do Objeto do Contrato

2.1 – O objeto do contrato permanece inalterado.

3. Cláusula Terceira – Do Valor do Contrato

3.1 – O valor total do contrato permanece inalterado.

4.0 – Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária

4.1 – As despesas oriundas deste aditamento contratual serão empenhadas nas dotações a seguir:

03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

03.001 GABINETE DO SECRETARIO E UNIDADES

04.122.0002.2013 Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração

33.90.39 – (078) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

5.0 – Cláusula Quinta – Das disposições Gerais

5.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Paço Municipal da Prefeitura de Reserva do Cabaçal, em Reserva do Cabaçal-MT, 15 de outubro de 2015.

Drº Delair Teixeira de Alcântara .

Assessor Jurídico

OAB/MT Nº.

CONTRATANTE CONTRATADA PREF. MUNICIPAL RESERVA DO CABAÇAL JUSSEMAR REBULI PINTO - ME

TARCISIO FERRARI CONTRATADA

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

REGIANE LUCASDOS REIS UANDERSON HENRIQUE DE SOUZA

CPF N° 571.178.531-15 CPF N° 523.323.061-53

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 162 /2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÔE QUE OS MEMBROS DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FIQUEM RESPONSAVEIS PELAS ELEIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR NO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

ELIZÂNGELA DE SOUZA LIMA, Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente do Município de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Tornar os membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, responsáveis pelas eleições municipais do Conselho Tutelar, na sua total plenitude: A - Rosenberg Procópio Vieira De S-Presidente, B- Fabio Junior Negris -Secretario, C – Elizangela De Souza Lima – Membros, D- Alzira Moreira De Souza Sodré – Membro, E- Leticia Venâncio Ferreira Lima - MEMBRO

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente Reserva do Cabaçal-MT, 13 de outubro de 2015

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

ELIZÂNGELA DE SOUZA LIMA

Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente do

Município de reserva do Cabaçal - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (ART.79, I, DA LEI 8.666/93)

REF.: CONTRATO Nº **054/2015CONTRATO EMERGENCIAL** DE LICENCIAMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS CORRELATOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT E A EMPRESA STAF SISTEMAS LTDA - EPP.

.

Aos trinta mês de setembro do ano de dois mil e quinze,o MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Av. Padre João Bosco, n.2067, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 24.772.113/0001-73, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. REYNALDO FONSECA DINIZ, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3290232 SPI/GO, inscrito no CPF 593686831-15, com fulcro no art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, há por bem rescindir unilateralmente o Contrato Administrativo Nº 37/2014, que tinha por objeto o fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão publica com acesso simultâneo de usuários, incluindo conversão de dado, implantação e treinamento, operando-se tal rescisão pelos fundamentos seguintes e gerando os efeitos a seguir fixados:

CONSIDERANDO razões de interesse público, de alta relevância, opera-se a presente rescisão com supedâneo no art. da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO a necessidade de formalização da rescisão do contrato, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93.

CONSIDERANDO

Fica rescindido de pleno direito o Contrato nº 54/2015.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo Prefeito Municipal deRibeirão Cascalheira, em duas vias de igual teor e forma.

Ribeirão Cascalheira, 30 de Setembrode 2015.

REYNALDO FONSECA DINIZ

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Rio Branco.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 606/2013, **RESOLVE**:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II - Tornar público o resultado final do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Rio Branco.

III - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Rio Branco para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I - Total de eleitores: 1170

II - Total de votos válidos:1160

III - Total de votos em branco: 03

IV - Total de votos nulos: 08

Art. 2º: Total de votos por candidata:

Nome da Candidata	Nº. de Votos	Classificação
Maria Aparecida Lemos	232	1º
Ângela Aparecida Rodrigues	195	2º
Marlene Lourenço da Silva	154	3º
Maridalva Ferreira de Laet	118	4º
Márcia Cristina de Souza Pereira	101	5º
Rafaela Pereira da Silva	89	6º
Devanilda Cardoso de Sá	84	7º
Sandra Alves da Costa	83	8º
Ariadne França da Cruz	48	9º
Valdeni Maria Santo de Souza	28	10º
Poliana da Silva Marinho	28	11º

Art. 3º: Ficam as seguintes candidatas eleitas como titulares, por ordem de votação:
I - Maria Aparecida Lemos
II - Ângela Aparecida Rodrigues
III - Marlene Lourenço da Silva
IV - Maridalva Ferreira de Laet
V - Márcia Cristina de Souza Pereira
Art. 4º: Ficam as demais candidatas como suplentes, por ordem de votação:
I - Rafaela Pereira da Silva
II - Devanilda Cardoso de Sá
III - Sandra Alves da Costa
IV - Ariadne França da Cruz
V - Valdeni Maria Santo de Souza
VI - Poliana da Silva Marinho
Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2015, às 08h00 horas, na sede do Conselho Tutelar, situado à Av. Cerejeiras S/N Bairro Fidelândia. Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-MT,14 de outubro de 2015.

Marileusa Alves de Serqueira Oliveira
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°123/2015.

PREGÃO PRESENCIAL N° 067/2015 – SRP

O Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pela Prefeita Municipal em exercício, a Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, inscrita no CPF sob nº 618.516.202-49, **RESOLVE REGISTRAR** os preços das empresas Covan Comércio Varejista e Atacadista do Norte LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 02.475.985/0001-37, instalada e localizada na Av. Dom Pedro I, nº 2678, Bairro Setor 05, na cidade de Jaru/RO, representada neste ato pelo seu sócio proprietário Srº Paulo Pedro Stocco, portador do CPF nº 043.306.728-47 e do RG nº 11954605 SSP/SP e a empresa Biocal Comércio e Representações LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 02.176.223/0004-82, instalada e localizada na Av. Castelo Branco, nº 18.981, Bairro Liberdade, na cidade de Cacoal-RO, representada neste ato pelo seu procurador Srº José Jairo Souza, portador do CPF nº 626.123.015-34 e do RG nº 884.258 SSP/SE, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 067/2015 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/ 09/ 2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Contratação da empresa mediante Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual Aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica, Uso Hospitalar e Material Penso de Uso Hospitalar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, cujas especificações e quantidades encontram-se detalhadas no ANEXO 0I – Termo de Referência n° 067/2015 do Edital de Pregão Presencial n° 067/2015, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelos licitantes classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 123/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

2.0. Detentoras da ARP:

Nome: Covan Comercio Varejista e Atacadista do Norte LTDA	
CNPJ n°: 02.475.985/0001-37	
Endereço: Avenida Dom Pedro I, 2678, Bairro Setor 05	
Cidade/Estado: Jaru/RO	CEP: 78.940-000
Telefone: (69) 3521-51-81	E-mail: covan-@hotmail.com
Representante Legal: Paulo Pedro Stocco	
CPF n° 043.306.728-47	

Nome: Biocal Comércio e Representações LTDA	
CNPJ n°: 02.176.223/0004-82	
Endereço: Av. Castelo Branco, 18.981, Bairro Liberdade	
Cidade/Estado: Cacoal/RO	CEP: 76.967-489
Telefone: (69) 3443-1156	E-mail: licitar-ortomed@hotmail.com
Representante Legal: José Jairo Souza - Procurador	
CPF n° 626.123.015-34	

2.1. Os lotes, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA: Covan Comércio Varejista e Atacadista do Norte LTDA – EPP, CNPJ: 02.475.985/0001-37						
ITEM	**UND**	**QUANT**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
17	FRASCO	2.000	AMBROXOL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO 6/ XAROPE ADULTO	PRATI	3,48	6.960,00
18	FRASCO	4.000	AMBROXOL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO 3/ XAROPE INFANTIL	PRATI	3,32	13.280,00
20	UNIDADE	500	AMICACINA SULFATO DOSAGEM 50, AMPOLA 0,1 ML SOLUÇÃO INJETAVEL	TEUTO	1,36	680,00
35	FRASCO	500	BENZILPENCILINA BENZATINA PÓ SUSPENSÃO INJETAVEL 600.00UI FRASCO	TEUTO	3,06	1.530,00
41	COMPRIMIDO	10.000	BUTILBROMETO DE ESCOLPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 10MG (BUSCOPAN)	PHARLAB	0,48	4.800,00
59	COMPRIMIDO	10.000	CIPROFLOXACINA 250 MG COMP	PRATI	0,33	3.300,00
69	TUBO	2.000	COLAGENASE POMADA, CONCENTRAÇÃO 0,6 UI/G BISNAGA 30 G	CRISTALIA	16,20	32.400,00
80	COMPRIMIDO	5.000	DIGOXINA 0,25 MG	TEUTO	0,18	900,00
84	FRASCO	10.000	DIPIRONA GOTAS 500MG/ML	SOBRAL	0,79	7.900,00
92	COMPRIMIDO	4.000	FLUCONAZOL 150 MG	PRATI	0,33	1.320,00
109	COMPRIMIDO	4.000	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO/COMPRIMIDO 10 MG	HIPOLABOR	0,24	960,00
112	TUBO	2.000	MICONAZOL NITRATO/ CREME DERMATOLÓGICO 20 MG/G (2%) BISNAGA 28 G	PRATI	1,83	3.660,00
114	TUBO	1.000	NEOMICINA + BACITRACINA - POMADA 5 MG/G +250UI/G	PRATI	1,90	1.900,00
117	COMPRIMIDO	20.000	NIMESULIDA 100MG	GEOLAB	0,14	2.800,00
129	AMPOLA	4.000	AGUA P/ INJECAO 10 ML	SAMTEC	0,19	760,00
143	AMPOLA	400	CLORETO DE POTÁSSIO15%	SAMTEC	0,40	160,00
144	AMPOLA	400	CLORETO DE SODIO 10%	SAMTEC	0,35	140,00
145	AMPOLA	1.500	CLORIDRATO DE LIDOCAINA SEM VASO CONSTRITOR 2%	HIPOLABOR	2,90	4.350,00
147	AMPOLA	2.000	CLORIDRATO DE RANITIDINA 25 MG/1ML	TEUTO	0,93	1.860,00
150	AMPOLA	7.000	COMPLEXO B (INJETAVEL)	HYPOFARMA	0,94	6.580,00
152	AMPOLA	1.000	DEXAMETASONA 4 MG/ML	TEUTO	1,07	1.070,00
154	AMPOLA	3.000	DICLOFENACO DE POTASSIO 75MG AMP 3 ML (25 MG/ML)	TEUTO	1,33	3.990,00
158	AMPOLA	7.000	DIPIRONA 2 ML (500 MG/ML)	SANTISA	0,74	5.180,00
181	AMPOLA	500	PROMETAZINA 25 MG/ML	HIPOLABOR	2,66	1.330,00
186	AMPOLA	200	TOXICAM 40 MG/2ML	UNIAO QUI-MICA	7,19	1.438,00
190	UNIDADE	3.000	ABAIXADOR DE LINGUA PCT C/ 100 UNID.	ESTILO	0,07	210,00
194	UNIDADE	2.000	AGULHA P/ INJECAO 25X7	SOLIDOR	0,10	200,00
195	UNIDADE	2.000	AGULHA P/ INJECAO 25X8	SOLIDOR	0,10	200,00
196	UNIDADE	100	AGULHAS DESCARTÁVEIS 13 x 4,5	SOLIDOR	0,10	10,00
197	UNIDADE	400	AGULHAS DESCARTÁVEIS 40 x 12	SOLIDOR	0,13	52,00
201	UNIDADE	15	ALMOTOLIA PLÁSTICA	J.PROLAB	1,85	27,75
202	UNIDADE	800	ATADURA 13 FIOS 10CM X 1,80M	MB TEXTIL	0,80	640,00
203	UNIDADE	1.000	ATADURA 13 FIOS 20 CM X 1,80M	MB TEXTIL	1,40	1.400,00
204	UNIDADE	2	AZUL DE METILENO 1L	RENYLAB	22,35	44,70
205	UNIDADE	2	BACIAS INOX 30 CM	FAVA	131,00	262,00
211	UNIDADE	10	BOBINA PARA APARELHO ECG	N/C	5,10	51,00
212	UNIDADE	200	BOLSA COLETORA ESTÉRIL DE URINA 1000m	LABOR IM-PORT	3,65	730,00
213	UNIDADE	25	CATETER NASAL ADULTO	BIOSANI	0,95	23,75
215	UNIDADE	200	CATETER VESICAL DE DEMORA Nº 14	LAMEDID	4,25	850,00
216	UNIDADE	200	CATETER VESICAL DE DEMORA Nº 16	LAMEDID	4,25	850,00
217	UNIDADE	100	CATETER VESICAL DE DEMORA Nº 8	LAMEDID	4,25	425,00
218	UNIDADE	200	CATETER VESICAL DE DEMORA Nº12	LAMEDID	4,25	850,00
219	UNIDADE	100	CATETER VESICAL DE DEMORA Nº6	LAMEDID	4,25	425,00
221	UNIDADE	120	CATGUT CROMADO 4.0	TECHHOFIO	4,35	522,00
225	TUBO	10	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA XYLESTESIN GELEIA 2%	HIPOLABOR	4,35	43,50
226	UNIDADE	150	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTES	DESCARBOX	5,40	810,00
227	UNIDADE	2	COLORAÇÃO GIENSA 500 ml	RENYLAB	34,00	68,00
231	UNIDADE	3.000	EQUIPO 2 VIAS MACROGOTAS	SOLIDOR	1.20	3.600,00
234	UNIDADE	10	ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE PREMIUM COR AZUL	PREMIUM	87,35	873,50
235	ROLO	360	ESPARADRAPO GRANDE 10CM X 4,5M	MISSNER	6,05	2.178,00
236	ROLO	85	ESPARADRAPO MICROPORE 12,5MM X 10M	MISSNER	11,70	994,50
240	UNIDADE	600	FIO DE NYLON 3.0	PROCARE	1,45	870,00
242	UNIDADE	240	FIO DE NYLON 5.0	PROCARE	1,45	348,00
249	GALAO	12	GEL P/ ULTRASSON GALÃO C/5 LTS	MULTIGEL	19,40	232,80
255	KIT	2	KIT ESTESIÔMETRO - MONOFILAMENTOS - TESTE DE SENSIBILIDADE	SORRI	198,00	396,00
256	UNIDADE	5	KIT GLICOSIMETRO ACCU CHEK ACTIVE	ROCHE	88,00	440,00
257	KIT	300	KIT PAPANICOLAU G	ADLIN	2,80	840,00
259	KIT	50	KIT PAPANICOLAU P	ADLIN	2,14	107,00
261	UNIDADE	1.000	LAMINA DE BISTURI Nº 14	MAXICOR	0,32	320,00
264	ROLO	20	Lençol Descartável De Papel Em Rolo - 100% Fibras Naturais - 50X0,70M	IMPACTA	17,05	341,00

268	UNIDADE	400	LUVA ESTERIL 7.0	SUPERMAX	1,98	792,00
269	UNIDADE	400	LUVA ESTERIL 7.5	SUPERMAX	1,98	792,00
270	UNIDADE	500	LUVA ESTERIL 8.0	SUPERMAX	1,98	990,00
272	UNIDADE	500	MASCARA C/ ELASTICO CX. COM 100	LABOR IM-PORT	8,00	4.000,00
275	UNIDADE	4	ÓCULOS DE PROTEÇÃO (EPI)	SUPERMEDY	7,70	30,80
279	LITRO	20	POVIDINE DERGEMENTE – SANEATIVO 1000 ML	VICPHARMA	23,00	460,00
280	LITRO	25	POVIDINE TOPICO – SANEATIVO 1000 ML	VICPHARMA	21,00	525,00
281	UNIDADE	15	PRENDEDOR UMBILICAL ESTÉRIL- CIENTIFIC	SR	0,77	11,55
287	UNIDADE	1	SELADOR GRAU CURURGICO COM SUPORTE P/EMBALAGENS TUBULARES E AREA DE SELAGEM DE 25 CM - 127 OU 220V	FAVA	275,00	275,00
293	UNIDADE	20	SONDA DE ALIVIO 10	BIOSANI	1,25	25,00
294	UNIDADE	20	SONDA DE ALIVIO 12	BIOSANI	0,90	18,00
295	UNIDADE	20	SONDA DE ALIVIO 14	BIOSANI	1,00	20,00
296	UNIDADE	150	SONDA DE ALIVIO 16	BIOSANI	1,00	150,00
297	UNIDADE	20	SONDA DE ASPIRAÇÃO NR. 10	MARK MED	0,79	15,80
298	UNIDADE	20	SONDA DE ASPIRAÇÃO NR. 6	BIOSANI	0,79	15,80
299	UNIDADE	20	SONDA DE ASPIRAÇÃO NR. 8	MARK MED	0,69	13,80
300	UNIDADE	10	SONDA NASOGASTRICA	BIOSANI	1,07	10,70
301	UNIDADE	20	SONDA URETAL DE DEMORA 2 VIAS TAMANHO 12	SOLIDOR	4,23	84,60
302	UNIDADE	20	SONDA URETAL DE DEMORA 2 VIAS TAMANHO 20	SOLIDOR	4,23	84,60
303	UNIDADE	20	SONDA URETAL DE DEMORA 2 VIAS TAMANHO 14	SOLIDOR	4,23	84,60
304	UNIDADE	150	SONDA URETAL DE DEMORA 2 VIAS TAMANHO 16	SOLIDOR	3,00	450,00
305	UNIDADE	20	SONDA URETAL DE DEMORA 2 VIAS TAMANHO 18	SOLIDOR	4,23	84,60
306	UNIDADE	15	SONDA URETAL DE DEMORA 3 VIAS TAMANHO 18	SOLIDOR	4,23	63,45
309	UNIDADE	200	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 16	BIOSANI	0,86	172,00
316	UNIDADE	70	TERMOMETRO SIMPLES MERCURIO	PREMIUM	5,50	385,00
317	UNIDADE	20.000	TIRAS DE TESTE DE GLICOSE NO SANGUE	INJEX	0,70	14. 000,00
318	UNIDADE	3.000	TOUCA DESCARTÁVEL COM ELASTICO C/100	ANADONA	0,10	300,00
319	UNIDADE	200	TUBOS DE ENSAIO DE ACRILICO OU PLASTICO	CRAL	0,09	18,00
326	UNIDADE	2.000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL 3,5G +1,5G/2,9G + 20G SACHÈ 27,9 G	PRATI	0,69	1.380,00
330	TUBO	1.000	SULFADIAZINA DE PRATA 1 % INDICAÇÃO CREME / BISNAGA 50G	PRATI	5,68	5.680,00

a) **Empresa: Covan Comércio Varejista e Atacadista do Norte LTDA – EPP, CNPJ: 02.475.985/0001-37,** no valor de R$ 160.415,80 (Cento e sessenta mil quatrocentos e quinze reais e oitenta centavos);

EMPRESA: Biocal Comércio e Representações LTDA, CNPJ: 02.176.223/0004-82						
ITEM	**UND**	**QUANT**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
4	COMPRIMIDO	500	ACICLOVIR COMPRIMIDO 200 MG	PRATI	0,14	70,00
5	FRASCO	4.000	ÁCIDO ASCÓRBICO 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	NATULAB	3,22	12. 280,00
7	UNIDADE	1.000	ÁCIDO ASCÓRBICO100 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	TEUTO	0,75	750,00
9	FRASCO	1.000	ÁCIDO VALPRÓICO SUSPENSÃO ORAL 50 MG/ML FRASCO 100 ML	TEUTO	3,90	3. 900,00
13	FRASCO	2.000	ACEBROFILINA XAROPE INFANTIL 25 MG/5ML FRASCO 120 ML	PRATI	3,31	6. 620,00
14	FRASCO	2.000	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 50MG/5ML FRASCO 120ML	NEOQUIMICA	4,22	8. 440,00
16	COMPRIMIDO	360	ALPRAZOLAN 1 MG 30 COMP	NEOQUIMICA	0,21	75,60
21	UNIDADE	500	AMINOFILINA SOLUÇÃO INJETAVEL/DOSAGEM 24 AMPOLA 10 ML	TEUTO	0,98	490,00
22	UNIDADE	500	AMINOFILINA COMPRIMIDO 100 MG	HIPOLABOR	0,07	35,00
25	COMPRIMIDO	2.000	AMOXICILINA+CLA VULANATO DE POTÁSSIO COMPRIMIDO 500MG +12,5 MG	SEM	1,53	3. 060,00
27	FRASCO	3.000	AMOXICILINA SUSPENSAO 250ML/60ML	PRATI	2,53	7. 590,00
29	COMPRIMIDO	6.000	ANLODIPINO 5 MG	GEOLAB	0,03	180,00
31	COMPRIMIDO	20.000	ATENOLOL 25MG	PRATI	0,04	800,00
32	COMPRIMIDO	10.000	AZITROMICINA 250MG	PRATI	0,48	4. 800,00
33	FRASCO	2.500	AZITROMICINA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 15 ML	PRATI	3,91	9. 775,00
36	COMPRIMIDO	600	BIPERIDENO CLORIDRATO –COMPRIMIDO 2 MG	CRISTALIA	0,25	150,00
37	COMPRIMIDO	1.000	BROMAZEPAM 3MG	UNIAO	0,09	90,00
38	FRASCO	200	BROMETO DE FENOTEROL SOLUÇÃO 5MG/ML INALANTE	HIPOLABOR	2,45	490,00
39	FRASCO	400	BROMETO DE IPRATRÓPIO SOLUÇÃO INALANTE 0,25MG/ML (EQUIVALENTE A 0,250 MG/ML DE IPRATROPIO)	HIPOLABOR	1,00	400,00
42	COMPRIMIDO	1.000	BUTILBROMETO DE ESCOLPOLAMINA + PARACETAMOL 500MG/10MG (BUSCO-PAN)	GEOLAB	0,44	440,00
46	COMPRIMIDO	12.000	CARBAMAZEPINA 200MG	NEOQUIMICA	0,09	1. 080,00
49	COMPRIMIDO	500	CARBONATO DE LITIO COMPRIMIDO 300 MG	HIPOLABOR	0,17	85,00
51	COMPRIMIDO	500	CARBIDOL 25MG	BALDACCI	0,22	110,00
53	FRASCO	3.000	CEFALEXINA 250MG/5ML FRASCO 60 ML	TEUTO	5,26	15. 780,00
56	COMPRIMIDO	7.000	CETOCONAZOL 200MG	GEOLAB	0,10	700,00
57	TUBO	3.500	CETOCONAZOL CREME TÓPICO BISNAGA 20MG/G 30 G	SOBRAL	1,60	5. 600,00
58	COMPRIMIDO	8.000	CIMETIDINA 200MG	PRATI	0,07	560,00

60	FRASCO	500	CLONAZEPAN 2,5MG/ml	HIPOLABOR	1,84	920,00
61	COMPRIMIDO	2.500	CLONAZEPAN 2MG	CRISTALIA	0,25	625,00
62	COMPRIMIDO	500	CLONAZEPAN 0,5MG	CRISTALIA	0,19	95,00
63	GEL	120	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM 2%, APRESENTAÇÃO GELÉIA 2%	PHARLAB	1,99	238,80
64	COMPRIMIDO	10.000	CLORIDRATO DE SERTRALINA DOSAGEM 50MG FRASCO 60ML 50MG	NEOQUIMICA	0,49	4.900,00
65	CAPSULA	3.000	CLORIDRATO DE TETRACICLINA 250MG	PRATI	0,23	690,00
67	COMPRIMIDO	2.000	CLORPROMAZINA 25 MG COMP	CRISTALIA	0,25	500,00
72	COMPRIMIDO	1.000	CONSTANTE ALPRAZOLAN 1MG	NEOQUIMICA	0,21	210,00
75	COMPRIMIDO	10.000	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO DE 2MG	GEOLAB	0,10	1.000,00
76	FRASCO	4.000	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO XAROPE 2MG/5ML FRASCO 100 ML	TEUTO	1,20	4.800,00
77	COMPRIMIDO	6.000	DIAZEPAN 5MG	CRISTALIA	0,07	420,00
81	FRASCO	3.500	SIMETICONA GOTAS CONCENTRAÇÃO 40MG/ML FRASCO 10ML	HIPOLABOR	0,77	2.695,00
88	COMPRIMIDO	5.000	ESPIRONOLACTONA 25 MG	ASPEN	0,14	700,00
89	COMPRIMIDO	8.000	FENITOINA SÓDICA 100MG	TEUTO	0,15	1.200,00
90	COMPRIMIDO	10.000	FENOBARBITAL 50MG	CRISTALIA	0,11	1.100,00
94	COMPRIMIDO	35.000	GLIBENCLAMIDA 5MG	GEOLAB	0,04	1.400,00
97	FRASCO	2.000	HIDROXIDO DE ALUMINIO ASSOCIADO COM HIDROXIDO DE MAGNÉSIO E OXETA-CAINA, DOSAGEM 60 MG/ML+20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	SOBRAL	2,21	4.420,00
98	COMPRIMIDO	6.000	IVERMECTINA 6MG	VITAPAN	0,34	2.040,00
101	COMPRIMIDO	10.000	LORATADINA 10MG	GEOLAB	0,07	700,00
108	FRASCO	2.000	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO/ SOLUÇÃO ORAL 4 MG/ML FRASCO 10 ML	HIPOLABOR	0,57	1.140,00
113	TUBO	1.500	MICONAZOL NITRATO/ CREME VAGINAL 20MG/G (2%) BISNAGA 60 G	PRATI	6,20	9.300,00
118	FRASCO	5.000	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	VITAPAN	1,08	5.400,00
120	COMPRIMIDO	500	NORFLOXACINO 400MG	UNIAO	0,69	345,00
121	COMPRIMIDO	25.000	OMEPRAZOL 10MG	PRATI	0,08	2.000,00
124	COMPRIMIDO	4.000	PREDNISONA 5MG	PRATI	0,10	400,00
125	COMPRIMIDO	4.000	PREDNISONA 20MG	PRATI	0,16	640,00
136	AMPOLA	4.000	BROMETOBUTIL ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 5ML	HIPOLABOR	2,15	8.600,00
137	AMPOLA	1.000	BROMETOBUTIL ESCOPOLAMINA 1ML	HIPOLABOR	1,69	1.690,00
138	AMPOLA	1.000	CEFALOTINA SOLUÇÃO INJETAVEL 1G	ABL	5,05	5.050,00
139	AMPOLA	3.000	CEFTRIAXONA SOLUÇÃO INJETAVEL 1G	ARGILA	5,36	16.080,00
140	AMPOLA	3.000	CIMETIDINA 300MG /2 ML	TEUTO	0,77	2.310,00
142	AMPOLA	100	CLORANFENICOL 1G	BLAUSIGEL	2,15	215,00
146	AMPOLA	2.500	CLORIDRATO DE PROMETAZINA	SANVAL	0,92	2.300,00
148	AMPOLA	400	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100 MG/2 ML	CRISTALIA	1,76	704,00
151	AMPOLA	1.000	COMPLEXO COLOIDAL DE SACARATO DE HIDROXIDO DE FERRO III 2.50	MEIZLER	6,23	6.230,00
153	AMPOLA	700	DIAZEPAN 5MG/ML	SANTISA	0,92	644,00
157	AMPOLA	400	DINITRATO (DRAMIM B6)	ALTANA	2,84	1.136,00
160	AMPOLA	500	DOPAMINA 50MG/ML	TEUTO	1,53	765,00
161	AMPOLA	400	DRAMIN B6 DL AP 10 ML	ALTANA	2,84	1.136,00
166	AMPOLA	1.000	FUROSEMIDA SOLUÇÃO INJETAVEL 20MG 2 ML (10MG/ML)	HYPOFARMA	0,54	540,00
168	AMPOLA	2.500	GLICOSE 50%/20ML	ISOFARMA	0,31	775,00
170	AMPOLA	400	HALOPERIDOL 5 MG / 1 ML	TEUTO	1,26	504,00
171	AMPOLA	100	HIDRALAZINA 20MG / 1 ML	CRISTALIA	5,13	513,00
172	AMPOLA	1.000	HIDROCORTISONA 500MG	UNIAO	8,75	8.750,00
173	AMPOLA	10	MATERGAM IMONOGLOBULINA ANTI-RH(D)	CSL	209,61	2.096,10
174	AMPOLA	1.500	METOCLOPRAMIDA 2 ML (5MG/ML)	ISOFARMA	0,33	495,00
175	AMPOLA	40	METRONIDAZOL 5 MG-ML FR- 100 ML	ISOFARMA	2,45	98,00
179	AMPOLA	300	PETIDINA(CLORIDRATO) 50 MG/ML	UNIAO	2,15	645,00
182	AMPOLA	100	RISPERIDONA 2 MG	UNIAO	0,46	46,00
183	AMPOLA	100	SULFATO DE ATROPINA 0,5 MG/ML	SANTISA	0,66	66,00
184	AMPOLA	200	SULFATO DE MAGNÉSIO 10%	ISOFARMA	0,31	62,00
185	AMPOLA	400	SULFATO DE MORFINA 1MG/ML	CRISTALIA	2,45	980,00
188	AMPOLA	7.000	VITAMINA C 100MG/ML	TEUTO	0,79	5.530,00
189	AMPOLA	100	VITAMINA K 10 MG/1 ML	HIPOLABOR	0,92	92,00
191	GALAO	60	AGUA DESTILADA 5 LT	ASFER	6,92	415,20
192	UNIDADE	10	ÁGUA OXIGENADA V10 100ML	RIOQUIMICA	1,77	17,70
198	LITRO	130	ALCOOL 70% 1L	SANTA CRUZ	3,76	488,80
200	ROLO	20	ALGODAO ROLO 500G	MELHOR MED	11,65	233,00

206	UNIDADE	15	BALANÇA DIGITAL PORTATIL	INCOTERM	81,31	1.219,65
209	UNIDADE	5	BANDEJA INOX 30X20X4 CM	FAVA	65,40	327,00
214	UNIDADE	50	CATETER OXIGENIO TIPO OCULOS	MEDSONDA	0,90	45,00
220	UNIDADE	120	CATGUT CROMADO 3.0	TECNIFIO	3,60	432,00
222	UNIDADE	120	CATGUT CROMADO 5.0	TECNIFIO	3,60	432,00
223	UNIDADE	48	CATGUT SIMPLES 3.0	TECNIFIO	3,60	172,80
224	UNIDADE	48	CATGUT SIMPLES 4.0	TECNIFIO	3,60	172,80
228	UNIDADE	1.200	COMPRESSOS GASES ESTERIL	MEDIPLUS	8,65	10.380,00
233	UNIDADE	600	EQUIPO SIMPLES MICROGOTAS	COMPOJET	0,92	552,00
238	UNIDADE	96	FIO DE NYLON 0	PROCARE	0,99	95,04
239	UNIDADE	480	FIO DE NYLON 2.0	PROCARE	1,25	600,00
241	UNIDADE	600	FIO DE NYLON 4.0	PROCARE	1,13	678,00
243	UNIDADE	2	FITA MÉTRICA	INCOTERM	6,32	12,64
244	UNIDADE	300	FITA PARA AUTOCLAVE- MISSNER	CIEX	3,21	963,00
246	METRO	50	GARROTE – LÁTEX	BIOSANI	4,23	211,50
248	ROLO	350	GAZE TIPO QUEIJO 91 X 91- 11 FIOS	MEDIPLUS	31,45	11.007,50
250	LITRO	10	IODO 0,2%	VICPHARMA	22,29	222,90
251	UNIDADE	1.250	JELCO (CX C/ 50 UNID) 22G	SOLIDOR	0,75	937,50
252	UNIDADE	1.500	JELCO (CX C/ 50 UNID) 24G	SOLIDOR	0,75	1.125,00
253	UNIDADE	750	JELCO (CX C/50 UNID) 14 G	SOLIDOR	0,70	525,00
254	UNIDADE	1.200	JELCO (CX C/50 UNID) 18 G	SOLIDOR	0,73	876,00
258	KIT	600	KIT PAPANICOLAU M	ADLIN	2,36	1.416,00
260	UNIDADE	1.000	LAMINA DE BISTURI Nº 11	LABORIMPORT	0,20	200,00
262	UNIDADE	2.000	LAMINA DE BISTURI Nº 24	LABORIMPORT	0,20	400,00
263	UNIDADE	1.200	LAMINULAS P/ MICROSCOPIA 24X24 MM	VISION	0,03	36,00
265	UNIDADE	35.000	LUVA DE PROCEDIMENTO C/100 TAM. “M”	MEDIX	0,20	7.000,00
266	UNIDADE	30.000	LUVA DE PROCEDIMENTO C/100 TAM. “P”	MEDIX	0,20	6.000,00
267	UNIDADE	6.000	LUVA DE PROCEDIMENTO C/100 TAM. “XP”	MEDIX	0,20	1.200,00
273	UNIDADE	50	MASCARA DE INALACAO DE SILICONE VENTURI	PROTEC	28,88	1.444,00
274	UNIDADE	50	MASCARA DE OXIGENIO DE SILICONE VENTURI 40-50%	PROTEC	28,88	1.444,00
276	ROLO	2	PAPEL KRAFT (ROLO)	SAFRA	67,47	134,94
277	UNIDADE	20	PERA ECG CORDIAL PEQUENA	MEDIX	2,60	52,00
278	UNIDADE	500	PIPETA DE PASTEUR TIPO CONTA-GOTAS	CRAL	0,07	35,00
282	UNIDADE	60	PROTETOR SOLAR SUN FRESH FPS 60 120ML	NUTRIEX	19,66	1.179,60
283	UNIDADE	3.000	SCALPE C/ 100 UNID 21 G	LAMEDID	0,18	540,00
284	UNIDADE	8.000	SCALPE C/ 100 UNID 23 G	LAMEDID	0,21	1.680,00
285	UNIDADE	2.000	SCALPE C/ 100 UNID 25 G	LAMEDID	0,21	420,00
286	UNIDADE	1.500	SCALPE C/100 UNID 19 G	LAMEDID	0,21	315,00
307	UNIDADE	200	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 12	MEDSONDA	0,56	112,00
308	UNIDADE	200	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 14	MEDSONDA	0,65	130,00
310	UNIDADE	200	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 18	MEDSONDA	0,82	164,00
321	UNIDADE	7	VASELINA 1000 ML	CINORD	17,30	121,10
328	COMPRIMIDO	300	SECNIDAZOL COMPRIMIDO 1.000 MG	VITAPAN	0,54	162,00

b) **Empresa: Biocal Comércio e Representações LTDA, CNPJ: 02.176.223/0004-82,** no valor de R$ 257.209,17 (Duzentos e cinqüenta mil duzentos e nove mil e dezessete centavos);

Obs:. E os itens abaixo relacionados não foram cotados ou foram desclassificados.

ITEM	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	EMPRESA
				COVAN	BIOCAL
1	COMPRIMIDO	250	ABLOK-PLUS 100/25	NÃO COTOU	NÃO COTOU
2	COMPRIMIDO	24.000	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO COMPRIMIDO 100MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
3	COMPRIMIDO	25.000	ACIDO FÓLICO 5 MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
6	COMPRIMIDO	5.000	ÁCIDO ASCÓRBICO COMPRIMIDO 500 MG	DESCLASSIFICADO	NÃO COTOU
8	COMPRIMIDO	8.000	ÁCIDO VALPRÓICO COMPRIMIDO 250 MG	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO
10	COMPRIMIDO	5.000	ALBENDAZOL 400MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
11	FRASCO	3.000	ALBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML FRASCO 10 ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
12	UNIDADE	600	ALENIA 12 + 400 MCG	NÃO COTOU	NÃO COTOU
15	COMPRIMIDO	360	ALGINAC 1MG	NÃO COTOU	NÃO COTOU
19	COMPRIMIDO	4.000	AMITRIPTILINA 25 MG	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO
23	COMPRIMIDO	500	AMIODARONA CLORIDRATO/COMPRIMIDO 100 MG	NÃO COTOU	NÃO COTOU
24	COMPRIMIDO	10.000	AMOXICILINA 500MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
26	FRASCO	2.000	AMOXICILINA+CLA VULANATO DE POTÁSSIO SUSPENSÃO ORAL 50MG/ML+12,5MG/ML FRASCO DE 100 ML	NÃO COTOU	NÃO COTOU
28	COMPRIMIDO	500	AMPARAX 40MG	DESCLASSIFICADO	NÃO COTOU
30	COMPRIMIDO	2.000	ATENOLOL ASSOCIADO A CLORTALIDONA COMPRIMIDO 100 MG + 25 MG	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO

34	FRASCO	500	BENZILPENCILINA BENZATINA PÓ SUSPENSÃO INJETAVEL 1.200.000 UI FRASCO	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO
40	FRASCO	5.000	BUTILBROMETO DE ESCOLPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 6,67MG/ ML+333,4ML/MG GOTAS	NÃO COTOU	NÃO COTOU
43	FRASCO	500	BUTILBROMETO DE ESCOLPOLAMINA + PARACETAMOL 10MG/ML GO-TAS	NÃO COTOU	NÃO COTOU
44	COMPRIMIDO	20.000	CAPTOPRIL 50MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
45	COMPRIMIDO	30.000	CAPTOPRIL 25MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
47	UNIDADE	600	CARBAMAZEPINA 20MG/ML FRASCO 100ML	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO
48	COMPRIMIDO	5.000	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL (VIT. D3) COMPRIMIDO 500MG + 400 UI	DESCLASSIFICADO	NÃO COTOU
50	COMPRIMIDO	1.000	CARVEDILOL COMPRIMIDO 3, 125 MG	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO
52	COMPRIMIDO	30.000	CEFALEXINA 500MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
54	UNIDADE	100	CEFALOTINA SÓDICA 1,0 G SOLUÇÃO INJETAVEL	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
55	UNIDADE	500	CEFACLOR MONOIDRATO 50 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	NÃO COTOU	NÃO COTOU
66	TUBO	500	CLORIDRATO DE TETRACICLINA POMADA OFTÁLMICA 0,5 % BISNAGA 5 G	NÃO COTOU	NÃO COTOU
68	COMPRIMIDO	1.000	CLOPIDOGREL 75 MG	NÃO COTOU	NÃO COTOU
70	FRASCO	4.000	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA VITAMINAS: B1, B2, B6,B12 E PP, USO SOLUÇÃO ORAL - 20ML GOTAS	NÃO COTOU	NÃO COTOU
71	FRASCO	6.000	HIDROXIDO DE FERRO III APRESENTAÇÃO XAROPE, PRINCÍPIO ATIVO EQUIVALENTE A 10MG/ML DE FERRO III, CARACTERÍSTICA ADICIONAL NA FORMA COMPLEXO POLIMALTOSADO FRASCO 60 ML	NÃO COTOU	NÃO COTOU
73	TUBO	3.000	DEXAMETASONA CREME DERMATOLÓGICO 1MG/G (0,01%) BISNAGA 10 G	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
74	FRASCO	5.000	DEXAMETASONA XAROPE 1MG/ML FRASCO 100 ML	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO
78	COMPRIMIDO	25.000	DICLOFENACO SAL POTASSICO COMPRIMIDO 50 MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
79	FRASCO	2.000	DICLOFENACO SAL RESINATO, 15 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO
82	COMPRIMIDO/ SUBLINGUAL	600	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG	NÃO COTOU	NÃO COTOU
83	COMPRIMIDO	20.000	DIPIRONA 500MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
85	COMPRIMIDO	3.000	DOXICICLINA 100MG	NÃO COTOU	NÃO COTOU
86	COMPRIMIDO	23.000	ENALAPRIL, MALEATO DE 10MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
87	COMPRIMIDO	13.000	ENALAPRIL, MALEATO DE 20MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
91	COMPRIMIDO	10.000	FENOFIBRATO COMPRIMIDO 200 MG	NÃO COTOU	NÃO COTOU
93	COMPRIMIDO	15.000	FUROSEMIDA 40MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
95	COMPRIMIDO	1.500	GLIMEPIRIDA 1 MG-COMP	NÃO COTOU	NÃO COTOU
96	COMPRIMIDO	70.000	HIDROCLOROTIAZIDA SULCADO 25 MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
99	UNIDADE	5.000	IBUPROFENO SUSPENSÃO ORAL 50MG/ML FRASCO 30ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
100	COMPRIMIDO	5.000	IBUPROFENO COMPRIMIDO 400 MG	CANCELADO	NÃO COTOU
102	FRASCO	2.000	LORATADINA 1MG/ML FRASCO 100ML	CANCELADO	CANCELADO
103	COMPRIMIDO	80.000	LOSARTANA 50MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
104	COMPRIMIDO	14.000	LOSARTANA 100MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
105	COMPRIMIDO	20.000	METFORMINA 850 MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
106	COMPRIMIDO	10.000	METFORMINA CLORIDRATO COMPRIMIDO REVESTIDO 500 MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
107	COMPRIMIDO	8.000	METILDOPA 250 MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
110	COMPRIMIDO	10.000	METRONIDAZOL 250MG	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO
111	TUBO	400	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 100 MG/G (10%) BISNAGA 50 G	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
115	CAPSULA	7.000	NIFEDIPINO 10MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
116	CAPSULA	1.000	NIFEDIPINO 20MG	DESCLASSIFICADO	NÃO COTOU
119	UNIDADE	500	NICOTINA ADESIVO TRANSDERMICO 14 MG CAIXA COM 7 UNIDADES	NÃO COTOU	NÃO COTOU
122	COMPRIMIDO	6.500	PARACETAMOL 500MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
123	FRASCO	500	PARACETAMOL GOTAS 200MG/ML FRASCO 10ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
126	COMPRIMIDO	40.000	PROPANOLOL, CLORIDRATO DE 40 MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
127	COMPRIMIDO	25.000	SINVASTATINA COMPRIMIDO 20 MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
128	AMPOLA	160	ADRENALINA 1 MG / 1 ML	NÃO COTOU	NÃO COTOU
130	AMPOLA	100	AMINOFILINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML:24 MG/ML	DESCLASSIFICADO	NÃO COTOU
131	AMPOLA	250	AMIODARONA 5 MG	DESCLASSIFICADO	NÃO COTOU
132	AMPOLA	800	AMPICILINA 1000 MG INJETAVEL	NÃO COTOU	NÃO COTOU
133	AMPOLA	40	ATROPINA 1ML	CANCELADO	NÃO COTOU
134	AMPOLA	1.000	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO
135	AMPOLA	100	BICARBONATO DE SODIO 10 ML A 10%	CANCELADO	NÃO COTOU
141	AMPOLA	100	CLOPEDOGREL INJ.	NÃO COTOU	NÃO COTOU
149	AMPOLA	1.000	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG/ML	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO
155	AMPOLA	1.000	DIGOXINA 0,25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	NÃO COTOU	NÃO COTOU
156	AMPOLA	150	DILTIAZEM CLORIDRATO 25MG INJETÁVEL	NÃO COTOU	NÃO COTOU
159	AMPOLA	40	DOBUTAMINA 12,5 MG/ML	NÃO COTOU	NÃO COTOU
162	AMPOLA	40	EFEDRINA 50 MG /1 ML	NÃO COTOU	NÃO COTOU
163	AMPOLA	50	FENITOINA 100 MG	NÃO COTOU	NÃO COTOU
164	AMPOLA	300	FENITOINA 50MG/1ML	NÃO COTOU	NÃO COTOU
165	AMPOLA	40	FENOBARBITAL EV AMPOLA 1ML	NÃO COTOU	DESCLASSIFICADO
167	AMPOLA	1.000	GENTAMICINA 160 MG	NÃO COTOU	NÃO COTOU
169	AMPOLA	40	GLUCONATO DE CALCIO 10%	INABILITADO	NÃO COTOU
176	AMPOLA	20	MIDOZOLAM 15MG / 3 ML	NÃO COTOU	NÃO COTOU
177	AMPOLA	500	OMEPRAZOL 40MG/AMP.	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
178	AMPOLA	100	PALMITATO DE PIPOTIAZINA 25 MG/ML	NÃO COTOU	NÃO COTOU
180	AMPOLA	50	PIRACITAN 200mg/ml	NÃO COTOU	NÃO COTOU
187	AMPOLA	100	VASOPRESSINA 20 UI/ML INJETÁVEL	NÃO COTOU	NÃO COTOU

193	UNIDADE	4	ÁGUA PEPTONA TAMPONADA 500G	NÃO COTOU	NÃO COTOU
199	UNIDADE	200	ALGODAO ORTOPEDICO 420G	DESCLASSIFICADO	NÃO COTOU
207	UNIDADE	2	BALANÇA MECÂNICA INFANTIL 16 KG	INABILITADO	CANCELADO
208	UNIDADE	5	BANDEJA INOX 22X17X1,5 CM	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
210	FRASCO	3	BIOCLEAN PLUS (SOLUÇÃO DE LIMPEZA P/ CUBETA DE FIUXO)	NÃO COTOU	NÃO COTOU
229	UNIDADE	1	DETECTOR FETAL DE MESA - MEDPEJ - DF-4000-D - SONAR DIGITAL	DESCLASSIFICADO	CANCELADO
230	UNIDADE	10	DIU OPTIMA TCU	DESCLASSIFICADO	NÃO COTOU
232	UNIDADE	3.300	EQUIPO SIMPLES MACROGOTAS	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
237	UNIDADE	100	ETIQUETAS PARA TUBETES	NÃO COTOU	NÃO COTOU
245	LITRO	5	FORMOL TAMPONADO LTS 10%	NÃO COTOU	NÃO COTOU
247	ROLO	20	GAZE ROLO	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
271	UNIDADE	15	MANOMETRO PARA OXIGENIO	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
288	UNIDADE	3.500	SERINGA 20 ML C/ AGULHA	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
289	UNIDADE	2.000	SERINGA C/ AGULHA COM 10ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
290	UNIDADE	4.800	SERINGA C/ AGULHA COM 5 ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
291	UNIDADE	3.400	SERINGA COM AGULHA COM 03 ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
292	UNIDADE	15.000	SERINGA INSULINA 100 U.L (1ML)	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
311	UNIDADE	2.500	SORO FISIOLOGICO 0,9% 100 ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
312	UNIDADE	3.000	SORO FISIOLOGICO 0,9% 250 ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
313	UNIDADE	3.500	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500 ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
314	UNIDADE	800	SORO GLICOSADO 5% 500 ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
315	UNIDADE	500	SORO RINGER LACTATO 500 ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
320	UNIDADE	30	UMIDIFICADOR 250 ML PARA OXIGENIO	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
322	TUBO	1.000	NISTATINA 25.000 UI/G CREME VAGINAL BISNAGA 40 G	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
323	FRASCO	1.000	NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 100.000 UI/ ML FRASCO 50 ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
324	COMPRIMIDO	1.000	PROMETAZINA CLORIDRATO/COMPRIMIDO 25 MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
325	COMPRIMIDO	3.000	RANITIDINA CLORIDRATO/COMPRIMIDO 150 MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
327	FRASCO	1.000	SECNIDAZOL 30 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30 ML	NÃO COTOU	NÃO COTOU
329	COMPRIMIDO	5.000	SULFADIAZINA COMPRIMIDO 500 MG	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
331	COMPRIMIDO	15.000	SULFATO FERROSO COMPRIMIDO 40 MG FE	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO
332	FRASCO	700	SULFATO FERROSO SOLUÇÃO ORAL 25MG/ML FE FRASCO 30 ML	DESCLASSIFICADO	DESCLASSIFICADO

2.2. Detentora Reserva da Ata:

Nome:	
CNPJ n°	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone: ( )	E-mail:
Representante Legal:	
CPF n°	

2.3. A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira Detentora.

2.4. O valor total registrado na presente ATA é de R$ 417.624,97 (Quatrocentos e dezessete mil seiscentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos).

2.5. Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

2.5.1. O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado trimestralmente no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

2.5.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

2.6. O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Nona.

2.7. Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

3.1. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

3.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência nº 067/2015;

3.3. Substituir os materiais no prazo máximo de 10 (dez) dias, caso haja comprovação de defeito de fábrica,

3.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

3.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

3.6. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

3.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

3.8. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

3.9. Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

3.9.1. Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informado.

3.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

3.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Município de Rondolândia toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

3.13. Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos.

3.14. Manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

4.2. Emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.

4.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;

4.4. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

4.5. Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

4.6. Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

4.7. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência n°067/2015.

4.8. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.0. A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência adstrita ao período máximo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação para além deste prazo.

5.1. O fornecimento dos produtos/objetos desta licitação deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias, de acordo com a necessidade da Secretaria requisitante e conforme as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência n° 067/2015.

5.2. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preço as situações referidas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO (GERÊNCIA) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.0. O gerenciamento desta ATA caberá ao Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser feito, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado.

7.2. A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos produtos entregues a este Município de Rondolândia, bem como a quantidade, além de indicar o número do Pregão Presencial a que se refere e número do contrato, quando houver.

7.2.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

7.3. O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

7.5. A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

7.5.1. Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social –INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS, ambas emitidas em no máximo,03 (três) dias da data de emissão da Nota Fiscal/Fatura.

7.6.A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízossuportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

8.0. É vedado reajustes de preços no período de vigência deste Instrumento

8.0.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta ARP, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Município de Rondolândia, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao preço usual do mercado.

8.4. Será considerado compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Licitação, na pesquiasa de estimativa de preços.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.0. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes nesta Ata;

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.1. Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

9.1.1 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

9.1.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do TCE-MT, por 02 (duas) vezez, num intervalo de 10 (dez) dias, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.2. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

9.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.4. Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.0. A Detentora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

10.1. Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento)sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

10.1.1. O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita aà suspenção temporária a que se refere a alínea “c” do item 10.0 acima.

10.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente. **10.3.** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

10.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

10.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, as sanções administrativas previstas no item 10.0 acima, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

10.6.1. Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.0. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias da Secretaria Municipal Participante:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2.145 – Manutenção Programa Farmácia Básica

Elemento de despesa – 3.3.90.30.0000 – Material de Consumo (127).

Elemento de despesa – 3.3.90.30.0014 – Material de Consumo (128).

Elemento de despesa – 3.3.90.30.0042 – Material de Consumo (329).

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2.143– Manutenção e Encargos – Programa Atenção Básica (PABA Fixo e PAB variável)

Elemento de despesa – 33.90.0.00014 – Material de Consumo (120).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.0. Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 067/2015 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I-Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços ou por apostilamento á presente Ata de Registro de Preço.

II - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

III - Vinculam-se a esta ARP, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior, o Edital de Pregão Presencial nº 067/2015, seus anexos e a proposta da Detentora.

IV - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do TCE-MT.

12.2. Em nenhuma hipótese poderá haver o aumento do quantitativo registrado nesta ARP, sendo porém, possível, o aumento do quantitativo estipulado nos contratos decorrentes desta ARP, na forma do art.65 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.0. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.0 As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 16 de Setembro de 2015.

Município de Rondolândia-MT **Bett Sabah M.da Silva** **Prefeita Municipal**	**Covan Comércio Varejista e Atacadista do Norte LTDA** **CNPJ: 02.475.985/0001-37** **Pedro Paulo Stocco - Representante Legal** **CPF: 043.306.728-47**
Biocal Comércio e Representações LTDA **CNPJ: 02.176.223/0004-82** **José Jairo Souza - Representante Legal**	

CPF: 626.123.015-34	

Participantes desta ARP:
Secretaria Municipal de Saúde
Secretário N° Decreto (carimbo)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELEBORAÇÃO DE PROJETO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL, COM SONDAGEM, ESTUDO HIDRO-GEOLÓGICO NA ÁREA DA ARENA PARA ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE, BEM COMO RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

J.M NASCIMENTO & CIA LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 18 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DE DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	32.418.687,44	32.418.687,44	4.843.182,22	14,93	4.843.182,22	14,93	27.575.505,22
RECEITAS CORRENTES	31.305.897,45	31.305.897,45	4.794.407,22	15,31	4.794.407,22	15,31	26.511.490,23
RECEITA TRIBUTARIA	2.260.639,59	2.260.639,59	332.394,32	14,70	332.394,32	14,70	1.928.245,27
Impostos	1.935.441,86	1.935.441,86	308.938,79	15,96	308.938,79	15,96	1.626.503,07
Taxas	325.197,73	325.197,73	23.455,53	7,21	23.455,53	7,21	301.742,20
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.424.220,23	1.424.220,23	19.473,62	1,36	19.473,62	1,36	1.404.746,61
Contribuições Sociais	1.130.172,40	1.130.172,40					1.130.172,40
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	294.047,83	294.047,83	19.473,62	6,62	19.473,62	6,62	274.574,21
RECEITA PATRIMONIAL	834.185,81	834.185,81	26.517,21	3,17	26.517,21	3,17	807.668,60
Receitas Imobiliárias	2.352,38	2.352,38					2.352,38
Receitas de Valores Mobiliários	831.833,43	831.833,43	26.517,21	3,18	26.517,21	3,18	805.316,22
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	376.381,23	376.381,23	77.868,50	20,68	77.868,50	20,68	298.512,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.122.650,56	26.122.650,56	4.314.099,42	16,51	4.314.099,42	16,51	21.808.551,14
Transferências Intergovernamentais	25.747.395,27	25.747.395,27	4.175.299,24	16,21	4.175.299,24	16,21	21.572.096,03
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	375.255,29	375.255,29	138.800,18	36,98	138.800,18	36,98	236.455,11
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	287.820,03	287.820,03	24.054,15	8,35	24.054,15	8,35	263.765,88
Multa de Juros de Mora	57.249,06	57.249,06	5.268,16	9,20	5.268,16	9,20	51.980,90
Indenizações e Restituições	7.304,77	7.304,77					7.304,77
Receita da Dívida Ativa	218.361,43	218.361,43	10.705,47	4,90	10.705,47	4,90	207.655,96
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti	200,00	200,00					200,00
Receitas Correntes Diversas	4.704,77	4.704,77	8.080,52	171,75	8.080,52	171,75	-3.375,75
RECEITAS DE CAPITAL	1.112.789,99	1.112.789,99	48.775,00	4,38	48.775,00	4,38	1.064.014,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	4.704,76	4.704,76					4.704,76
Alienação de Bens Móveis	2.352,38	2.352,38					2.352,38
Alienação de Bens Imóveis	2.352,38	2.352,38					2.352,38
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.108.085,23	1.108.085,23	48.775,00	4,40	48.775,00	4,40	1.059.310,23
Transferências Intergovernamentais	141.142,67	141.142,67					141.142,67
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	966.942,56	966.942,56	48.775,00	5,04	48.775,00	5,04	918.167,56
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	1.799.092,53	1.799.092,53					1.799.092,53
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	34.217.779,97	34.217.779,97	4.843.182,22	14,15	4.843.182,22	14,15	29.374.597,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.217.779,97	34.217.779,97	4.843.182,22	14,15	4.843.182,22	14,15	29.374.597,75
DÉFICIT (VI)							
TOTAL(VII) = (V + VI)	34.217.779,97	34.217.779,97	4.843.182,22	14,15	4.843.182,22	14,15	29.374.597,75

Emissão: 02/10/2015 11:34:02 Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A		2.372.661,89					
Superávit Financeiro		2.372.661,89					
Reabertura de Créditos Adicionais							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.799.092,53	1.799.092,53					1.799.092,53
RECEITAS CORRENTES	1.799.092,53	1.799.092,53					1.799.092,53
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.790.000,00	1.790.000,00					1.790.000,00
Contribuições Sociais	1.790.000,00	1.790.000,00					1.790.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.092,53	9.092,53					9.092,53
Multa de Juros de Mora	9.092,53	9.092,53					9.092,53
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:34:02

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - JANEIRO a FEVEREIRO de 2015

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.958.233,66	28.273.531,16	10.978.100,73	10.978.100,73	97,43	17.295.430,43	4.551.006,73	4.551.006,73	94,02	23.722.524,43	
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO											
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.464.030,00	1.464.030,00	460.053,40	460.053,40	4,08	1.003.976,60	207.245,85	207.245,85	4,28	1.256.784,15	
ADMINISTRACAO GERAL	4.761.347,00	4.748.208,00	1.719.382,65	1.719.382,65	15,26	3.028.825,35	701.161,44	701.161,44	14,48	4.047.046,56	
DIFUSAO CULTURAL	69.225,00	66.225,00	4.311,60	4.311,60	0,03	61.913,40				66.225,00	
PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	42.600,00	42.600,00				42.600,00				42.600,00	
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	194.330,00	269.030,00	189.499,00	189.499,00	1,68	79.531,00	33.690,46	33.690,46	0,69	235.339,54	
ASSISTENCIA AO IDOSO	220.000,00	220.000,00	14.226,00	14.226,00	0,12	205.774,00	7.829,71	7.829,71	0,16	212.170,29	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.339.440,00	1.335.940,00	242.448,06	242.448,06	2,15	1.093.491,94	139.755,92	139.755,92	2,88	1.196.184,08	
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE											
ADMINISTRACAO GERAL	1.326.947,50	1.526.447,50	783.369,94	783.369,94	6,95	743.077,56	418.145,53	418.145,53	8,63	1.108.301,97	
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.352.337,07	2.560.037,07	1.080.808,49	1.080.808,49	9,59	1.479.228,58	416.450,87	416.450,87	8,60	2.143.586,20	
ATENCAO BASICA	3.396.816,41	3.178.061,41	1.335.767,56	1.335.767,56	11,85	1.842.293,85	460.111,71	460.111,71	9,50	2.717.949,70	
REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	15.000,00	62.040,00	62.027,76	62.027,76	0,55	12,24	8.860,68	8.860,68	0,18	53.179,32	
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	84.500,00	81.500,00	9.992,16	9.992,16	0,08	71.507,84	9.992,16	9.992,16	0,20	71.507,84	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	123.717,50	114.862,50	54.773,16	54.773,16	0,48	60.089,34	42.422,39	42.422,39	0,87	72.440,11	
VIGILANCIA SANITARIA	77.115,00	72.115,00	27.998,52	27.998,52	0,24	44.116,48	13.981,05	13.981,05	0,28	58.133,95	
TRABALHO											
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	338.357,00	338.357,00	200.000,00	200.000,00	1,77	138.357,00	38.625,81	38.625,81	0,79	299.731,19	
EDUCAÇÃO											
ALIMENTACAO E NUTRICAO	427.804,59	467.850,93	24.813,08	24.813,08	0,22	443.037,85	24.777,08	24.777,08	0,51	443.073,85	
EDUCACAO INFANTIL	1.362.526,63	1.364.245,30	517.559,72	517.559,72	4,59	846.685,58	508.059,72	508.059,72	10,49	856.185,58	
ENSINO FUNDAMENTAL	6.255.999,30	6.349.618,49	2.903.355,94	2.903.355,94	25,76	3.446.262,55	1.180.479,68	1.180.479,68	24,39	5.169.138,81	
REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	32.000,00	110.760,80	103.374,84	103.374,84	0,91	7.385,96				110.760,80	
CULTURA											
ADMINISTRACAO GERAL	75.017,00	77.617,00	35.047,18	35.047,18	0,31	42.569,82	7.147,18	7.147,18	0,14	70.469,82	
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO											
INFRA-ESTRUTURA URBANA	233.766,00	239.766,00	16.588,86	16.588,86	0,14	223.177,14	8.559,71	8.559,71	0,17	231.206,29	
HABITAÇÃO											
ADMINISTRACAO GERAL	13.000,00	1.300,00				1.300,00				1.300,00	
HABITACAO RURAL	50.000,00	49.500,00				49.500,00				49.500,00	
HABITACAO URBANA	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	

Emissão: 02/10/2015 11:35:26 Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - JANEIRO a FEVEREIRO de 2015

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
SANEAMENTO											
ADMINISTRACAO GERAL	548.480,00	530.551,00	282.082,03	282.082,03	2,50	248.468,97	181.552,22	181.552,22	3,75	348.998,78	
SANEAMENTO BASICO URBANO	209.805,00	162.501,00				162.501,00				162.501,00	
GESTÃO AMBIENTAL											
ADMINISTRACAO GERAL	82.544,50										
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA											
ABASTECIMENTO	23.430,00	18.430,00				18.430,00				18.430,00	
ADMINISTRACAO GERAL	137.455,00	160.455,00	83.012,35	83.012,35	0,73	77.442,65	49.430,44	49.430,44	1,02	111.024,56	
EXTENSAO RURAL	51.950,00	51.950,00				51.950,00				51.950,00	
PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	23.430,00	13.430,00				13.430,00				13.430,00	
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	21.300,00	16.300,00				16.300,00				16.300,00	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
PROMOCAO INDUSTRIAL	31.950,00	28.950,00				28.950,00				28.950,00	
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
TURISMO	34.430,00										
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
ENERGIA ELETRICA	340.907,83	311.707,83				311.707,83				311.707,83	
TRANSPORTE											
ADMINISTRACAO GERAL	23.430,00	23.430,00				23.430,00				23.430,00	
TRANSPORTE RODOVIARIO	759.215,00	723.215,00	2.655,02	2.655,02	0,02	720.559,98	1.975,02	1.975,02	0,04	721.239,98	
DESPORTO E LAZER											
ADMINISTRACAO GERAL	71.650,00	71.250,00	27.649,76	27.649,76	0,24	43.600,24	17.689,76	17.689,76	0,36	53.560,24	
DESPORTO COMUNITARIO	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	
LAZER	42.600,00	42.600,00				42.600,00				42.600,00	
ENCARGOS ESPECIAIS											
REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	892.000,00	970.869,00	797.303,65	797.303,65	7,07	173.565,35	73.062,34	73.062,34	1,50	897.806,66	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	307.780,33	307.780,33				307.780,33				307.780,33	
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.217.155,00	1.207.002,50	288.956,18	288.956,18	2,56	918.046,32	288.956,18	288.956,18	5,97	918.046,32	
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 29.175.388,66	R$ 29.480.533,66	R$ 11.267.056,91	R$ 11.267.056,91	R$ 100,00	R$ 18.213.476,75	R$ 4.839.962,91	R$ 4.839.962,91	100,00	24.640.570,75	

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.217.155,00	1.207.002,50	288.956,18	288.956,18	2,56	918.046,32	288.956,18	288.956,18	5,97	918.046,32	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	58.375,00	58.375,00	11.364,50	11.364,50	0,10	47.010,50	11.364,50	11.364,50	0,23	47.010,50	
ADMINISTRACAO GERAL	189.750,00	189.750,00	32.720,52	32.720,52	0,29	157.029,48	32.720,52	32.720,52	0,67	157.029,48	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	6.300,00	7.300,00	6.490,13	6.490,13	0,05	809,87	6.490,13	6.490,13	0,13	809,87	
ADMINISTRACAO GERAL	55.052,50	55.052,50	12.451,42	12.451,42	0,11	42.601,08	12.451,42	12.451,42	0,25	42.601,08	

Emissão: 02/10/2015 11:35:26

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - JANEIRO a FEVEREIRO de 2015

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	70.150,00	70.150,00	11.091,25	11.091,25	0,09	59.058,75	11.091,25	11.091,25	0,22	59.058,75	
ATENCAO BASICA	300.770,00	200.770,00	25.994,51	25.994,51	0,23	174.775,49	25.994,51	25.994,51	0,53	174.775,49	
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	10.500,00	10.500,00	1.739,62	1.739,62	0,01	8.760,38	1.739,62	1.739,62	0,03	8.760,38	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	10.660,00	10.660,00	3.515,26	3.515,26	0,03	7.144,74	3.515,26	3.515,26	0,07	7.144,74	
VIGILANCIA SANITARIA	9.150,00	7.150,00	1.236,85	1.236,85	0,01	5.913,15	1.236,85	1.236,85	0,02	5.913,15	
EDUCACAO INFANTIL	80.050,00	146.050,00	59.504,05	59.504,05	0,52	86.545,95	59.504,05	59.504,05	1,22	86.545,95	
ENSINO FUNDAMENTAL	391.525,00	416.525,00	118.833,08	118.833,08	1,05	297.691,92	118.833,08	118.833,08	2,45	297.691,92	
ADMINISTRACAO GERAL	1.000,00	1.000,00	498,84	498,84		501,16	498,84	498,84	0,01	501,16	
ADMINISTRACAO GERAL	22.875,00	22.875,00	1.529,73	1.529,73	0,01	21.345,27	1.529,73	1.529,73	0,03	21.345,27	
ADMINISTRACAO GERAL	152,50										
ADMINISTRACAO GERAL	8.845,00	8.845,00	1.400,36	1.400,36	0,01	7.444,64	1.400,36	1.400,36	0,02	7.444,64	
ADMINISTRACAO GERAL	2.000,00	2.000,00	586,06	586,06		1.413,94	586,06	586,06	0,01	1.413,94	

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:35:26 Page 3 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	32.999.624,96	33.314.922,46	10.978.100,73	10.978.100,73	22.336.821,73	4.551.006,73	4.551.006,73	28.763.915,73	3.851.370,48	
DESPESAS CORRENTES	26.989.052,10	27.847.695,60	9.405.408,67	9.405.408,67	18.442.286,93	4.356.171,20	4.356.171,20	23.491.524,40	3.779.401,88	
Pessoal e Encargos Sociais	13.272.817,00	13.363.117,00	2.694.501,87	2.694.501,87	10.668.615,13	2.694.501,87	2.694.501,87	10.668.615,13	2.569.394,29	
Juros e Encargos da Dívida	154.000,00	305.639,00	286.512,55	286.512,55	19.126,45	22.468,42	22.468,42	283.170,58	22.468,42	
Outras Despesas Correntes	13.562.235,10	14.178.939,60	6.424.394,25	6.424.394,25	7.754.545,35	1.639.200,91	1.639.200,91	12.539.738,69	1.187.539,17	
DESPESAS DE CAPITAL	4.606.600,00	4.063.254,00	1.572.692,06	1.572.692,06	2.490.561,94	194.835,53	194.835,53	3.868.418,47	71.968,60	
Investimentos	3.796.600,00	3.200.223,20	896.498,36	896.498,36	2.303.724,84	135.380,93	135.380,93	3.064.842,27	12.514,00	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	810.000,00	863.030,80	676.193,70	676.193,70	186.837,10	59.454,60	59.454,60	803.576,20	59.454,60	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.403.972,86	1.403.972,86			1.403.972,86			1.403.972,86		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)	1.238.155,00	1.228.002,50	288.956,18	288.956,18	939.046,32	288.956,18	288.956,18	939.046,32		
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	34.237.779,96	34.542.924,96	11.267.056,91	11.267.056,91	23.275.868,05	4.839.962,91	4.839.962,91	29.702.962,05	3.851.370,48	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	34.237.779,96	34.542.924,96	11.267.056,91	11.267.056,91	23.275.868,05	4.839.962,91	4.839.962,91	29.702.962,05	3.851.370,48	
SUPERÁVIT (XIII)							3.219,31		991.811,74	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.237.779,96	34.542.924,96	11.267.056,91	11.267.056,91	23.275.868,05	4.839.962,91	4.843.182,22	29.699.742,74	4.843.182,22	

Emissão: 02/10/2015 11:34:02

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.238.155,00									
DESPESAS CORRENTES	1.238.155,00									
Pessoal e Encargos Sociais	1.238.155,00									
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:34:02

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14	JAN/15	FEV/15		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.888.898,45	2.535.888,38	2.239.406,53	2.305.003,14	2.138.301,01	2.349.134,08	2.332.916,08	2.415.537,24	2.811.075,45	3.039.061,97	2.966.612,49	2.479.941,59	29.501.776,41	35.221.673,61
Receita Tributária	201.461,44	316.626,36	159.626,59	263.537,58	155.439,54	214.273,99	419.543,83	288.102,17	160.273,02	360.510,41	158.113,61	173.993,70	2.871.502,24	2.260.639,59
IPTU	645,14	468,79	27.225,79	107.449,20	21.103,95	16.068,80	4.057,96	3.240,94	5.589,63	2.778,84	938,15	77,26	189.644,45	135.942,21
ISS	143.153,87	170.237,12	48.973,30	69.426,51	58.654,85	84.912,27	387.891,73	149.144,30	45.574,66	115.687,75	100.687,97	66.427,42	1.440.771,75	922.927,10
ITBI	4.213,25	58.048,32	32.009,48	29.279,27	10.115,89	54.588,84	8.085,33	40.975,92	53.034,08	180.421,11	12.296,18	39.619,61	522.687,28	180.979,99
IRRF	3.591,89	71.365,25	35.075,08	37.811,98	40.606,49	43.430,97	2.500,18	86.115,59	46.174,58	53.920,21	41.913,68	46.691,51	509.197,41	695.592,56
Outras Rec. Tributarias	49.857,29	16.506,88	16.342,94	19.570,62	24.958,36	15.273,11	17.008,63	8.625,42	9.900,07	7.702,50	2.277,63	21.177,90	209.201,35	325.197,73
Receita Contribuições	11.885,11	33.828,69	32.559,03	14.532,71	12.800,57	12.265,94	34.239,98	16.049,85	17.864,74	7.012,34	13.541,18	5.932,44	212.512,58	1.424.220,23
Receita Patrimonial	10.557,52	13.268,94	6.041,29	14.380,21	11.151,62	10.159,70	9.870,65	9.947,38	10.826,16	12.484,73	14.253,07	12.264,14	135.205,41	834.185,81
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	30.293,54	38.537,68	20.852,88	5.455,56	76.980,09	108.999,69	53.734,64	65.383,99	56.833,12	50.050,40	42.499,35	35.369,15	584.990,09	376.381,23
Transferências Correntes	1.610.859,67	2.112.462,95	1.997.706,23	1.989.883,47	1.864.546,72	1.984.365,09	1.775.177,91	2.024.018,39	2.547.619,43	2.596.224,22	2.723.750,65	2.244.946,24	25.471.560,97	30.038.426,72
Cota Parte do FPM	574.251,69	655.411,61	873.416,57	655.006,03	562.567,32	683.423,57	599.077,91	566.190,32	749.425,27	1.300.927,97	1.142.803,24	1.166.580,71	9.529.082,21	12.702.866,31
Cota Parte do ICMS	319.472,22	405.900,16	336.107,65	308.583,85	477.846,67	382.434,60	398.457,53	394.355,34	379.433,80	399.184,88	429.306,19	348.465,87	4.579.548,76	6.116.194,89
Cota Parte do IPVA	39.835,07	40.985,47	42.123,01	34.574,49	39.405,32	24.577,25	13.720,52	12.959,50	19.714,31	6.277,95	9.260,59	97.222,51	380.655,99	588.095,66
Cota Parte do ITR	1.973,55	2.612,08	11.664,98	2.380,48	-23.581,21	17.711,70	10.767,42	191.626,49	48.782,49	58.613,59	65.246,82	1.849,14	389.647,53	131.733,43
Transf. LC 87/1966		2.025,68	2.025,68	2.025,68	2.025,68	2.025,68	2.025,68	2.025,68	2.025,68	4.051,36			20.256,80	39.990,51
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	327.458,66	403.878,34	387.488,97	331.912,92	340.587,27	443.529,95	363.210,57	415.837,01	381.556,80	407.747,07	359.562,00	350.643,20	4.513.412,76	4.833.624,73
Outras Transf. Correntes	347.868,48	601.649,61	344.879,37	655.400,02	465.695,67	430.662,34	387.918,28	441.024,05	966.681,08	419.421,40	717.571,81	280.184,81	6.058.956,92	5.625.921,19
Outras Receitas Correntes	23.841,17	21.163,76	22.620,51	17.213,61	17.382,47	19.069,67	40.349,07	12.035,46	17.658,98	12.779,87	14.454,63	7.435,92	226.005,12	287.820,03
DEDUÇÕES (I)											329.323,30	322.823,56	-652.146,86	5.042.419,99
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														1.126.643,83
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB											329.323,30	322.823,56	-652.146,86	3.915.776,16
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(II) = (I - II)	1.888.898,45	2.535.888,38	2.239.406,53	2.305.003,14	2.138.301,01	2.349.134,08	2.332.916,08	2.415.537,24	2.811.075,45	3.039.061,97	2.637.289,19	2.157.118,03	28.849.629,55	30.179.253,62

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:36:18 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.063.254,00	1.572.692,06	194.835,53		2.490.561,94
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.063.254,00	1.572.692,06	194.835,53		2.490.561,94
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.063.254,00	-1.572.692,06			-2.490.561,94

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE MT

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:38:59 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	30.474.064,02	4.767.890,01	5.090.828,79
Receitas Tributárias	2.260.639,59	332.394,32	328.187,67
IPTU	135.942,21	1.079,35	4.422,91
ISS	922.927,10	167.338,46	167.118,64
ITBI	180.979,99	51.915,79	12.016,36
IRRF	695.592,56	88.605,19	89.048,15
Outras Receitas Tributárias	325.197,73	23.455,53	55.581,61
Receitas de Contribuições	1.424.220,23	19.473,62	44.675,68
Receitas Previdenciárias	1.126.643,83		
Outras Receitas de Contribuições	297.576,40	19.473,62	44.675,68
Receita Patrimonial Líquida	2.352,38		
Receita Patrimonial	834.185,81	26.517,21	20.805,14
(-) Aplicações Financeiras	831.833,43	26.517,21	20.805,14
Transferências Correntes	26.122.650,56	4.314.099,42	4.581.357,25
FPM	12.702.866,31	2.309.383,95	2.343.272,47
ICMS	6.116.194,89	777.772,06	888.372,43
Convênios	375.255,29	138.800,18	60.441,40
Outras Transferências Correntes	6.928.334,07	1.088.143,23	1.289.270,95
Demais Receitas Correntes	664.201,26	101.922,65	136.608,19
Dívida Ativa	218.361,43	10.705,47	34.236,47
Diversas Receitas Correntes	445.839,83	91.217,18	102.371,72
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.112.789,99	48.775,00	46,27
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	4.704,76		
Transferências de Capital	1.108.085,23	48.775,00	46,27
Convênios	966.942,56	48.775,00	46,27
Outras Transferências de Capital	141.142,67		
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.108.085,23	48.775,00	46,27
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**31.582.149,25**	**4.816.665,01**	**5.090.875,06**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	29.075.698,10	9.694.364,85	6.537.038,80	4.645.127,38	3.652.461,01		
Pessoal e Encargos Sociais	14.591.119,50	2.983.458,05	2.785.877,74	2.983.458,05	2.785.877,74		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	305.639,00	286.512,55	229.122,36	22.468,42	34.522,84		
Outras Despesas Correntes	14.178.939,60	6.424.394,25	3.522.038,70	1.639.200,91	832.060,43		
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	28.770.059,10	9.407.852,30	6.307.916,44	4.622.658,96	3.617.938,17		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.063.254,00	1.572.692,06	973.283,73	194.835,53	342.409,44		
Investimentos	3.200.223,20	896.498,36	319.972,13	135.380,93	224.752,00		
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	863.030,80	676.193,70	653.311,60	59.454,60	117.657,44		
DESP. PRIM. DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.200.223,20	896.498,36	319.972,13	135.380,93	224.752,00		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	1.403.972,86						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**33.374.255,16**	**10.304.350,66**	**6.627.888,57**	**4.758.039,89**	**3.842.690,17**		

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-1.792.105,91**	**-5.487.685,65**	**-1.537.013,51**	**58.625,12**	**1.248.184,89**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							**2.372.661,89**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE MT
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	102.928,95	317.859,56	236.347,75		184.440,76	4.695.529,60	71.154,83	124.015,08	110.873,69		4.655.810,74	4.840.251,50
Executivo	102.928,95	317.859,56	236.347,75		184.440,76	4.695.529,60	71.154,83	124.015,08	110.873,69		4.655.810,74	4.840.251,50
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Executivo	93.202,44	523.501,47	126.137,59		490.566,32							490.566,32

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT Emissão: 02/10/2015 às 11:37 Page 1 de 1

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO / 2015

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	4.704,76		4.704,76
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis	2.352,38		2.352,38
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis	2.352,38		2.352,38
Rendimentos de Aplicação Financeira			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (e)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (f)	Saldo a Pagar (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Geral de Previdência Social							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2014 (h)	2015 (i) = (Ib - (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)			

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:40:01

Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.196.738,04	2.196.738,04	324.912,42	14,79%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	135.942,21	135.942,21	1.079,35	0,79%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	180.979,99	180.979,99	51.915,79	28,69%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	922.927,10	922.927,10	167.338,46	18,13%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	695.592,56	695.592,56	88.605,19	12,74%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.876,72	9.876,72	991,24	10,04%
Dívida Ativa dos Impostos	208.951,89	208.951,89	10.705,47	5,12%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	42.467,57	42.467,57	4.276,92	10,07%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	19.885.783,89	19.885.783,89	3.268.710,70	16,44%
Cota-Parte FPM	12.702.866,31	12.702.866,31	2.309.383,95	18,18%
Cota-Parte ITR	131.733,43	131.733,43	67.095,96	50,93%
Cota-Parte IPVA	588.095,66	588.095,66	106.483,10	18,11%
Cota-Parte ICMS	6.116.194,89	6.116.194,89	777.772,06	12,72%
Cota-Parte IPI-Exportação	38.908,41	38.908,41	7.975,63	20,50%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	307.985,19	307.985,19		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	39.990,51	39.990,51		
Outras	267.994,68	267.994,68		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**22.082.521,93**	**22.082.521,93**	**3.593.623,12**	**16,27%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.226.645,66	3.226.645,66	589.142,29	18,26%
Provenientes da União	3.034.573,63	3.034.573,63	492.632,97	16,23%
Provenientes dos Estados	192.072,03	192.072,03	96.509,32	50,25%
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	375.255,29	375.255,29	138.800,18	36,99%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**3.601.900,95**	**3.601.900,95**	**727.942,47**	**20,21%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	2.946.051,63	3.365.651,63	1.339.388,29	39,80%	709.083,34	21,07%	
Pessoal e Encargos Sociais	1.842.820,00	1.899.520,00	509.318,19	26,81%	509.318,19	26,81%	
Juros e Encargos da Dívida	4.000,00	25.440,00	25.430,22	99,96%	3.632,46	14,28%	
Outras Despesas Correntes	1.099.231,63	1.440.691,63	804.639,88	55,85%	196.132,69	13,61%	
DESPESAS DE CAPITAL	256.440,00	486.820,00	40.098,54	8,24%	7.232,22	1,49%	
Investimentos	245.440,00	450.220,00	3.501,00	0,78%	2.004,00	0,45%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida	11.000,00	36.600,00	36.597,54	99,99%	5.228,22	14,28%	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**3.202.491,63**	**3.852.471,63**	**1.379.486,83**	**35,81%**	**716.315,56**	**18,59%**	

Emissão: 02/10/2015 11:41:29

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LÍQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS							
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS							
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos							
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)							
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**3.202.491,63**	**3.852.471,63**	**1.379.486,83**		**716.315,56**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% [4 e 5]	**38,39%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100] [6]	**840.443,36**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência	694.115,47		100.876,39	593.239,08	
Total	**694.115,47**		**100.876,39**	**593.239,08**	

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência			
Total(VIII)			

Emissão: 02/10/2015 11:41:29 Page 2 de 3
Homolog

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em 2011			
Diferença de limite não cumprido em 2010			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	1.117.417,50	1.308.572,50	226.724,91	16,44%	166.157,91	23,20%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	684.752,88	789.182,88	234.818,42	17,02%	98.026,42	13,68%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	49.132,50	49.132,50	18.080,37	1,31%	12.862,90	1,80%	
Vigilância Epidemiológica	7.188,75	9.043,75					
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	1.344.000,00	1.696.540,00	899.863,13	65,23%	439.268,33	61,32%	
TOTAL	**3.202.491,63**	**3.852.471,63**	**1.379.486,83**	**100,00%**	**716.315,56**	**100,00%**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:41:29

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.196.738,04	2.196.738,04	324.912,42	14,79%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	135.942,21	135.942,21	1.079,35	0,79%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	180.979,99	180.979,99	51.915,79	28,69%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	922.927,10	922.927,10	167.338,46	18,13%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	695.592,56	695.592,56	88.605,19	12,74%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.876,72	9.876,72	991,24	10,04%
Dívida Ativa dos Impostos	208.951,89	208.951,89	10.705,47	5,12%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	42.467,57	42.467,57	4.276,92	10,07%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	19.885.783,89	19.885.783,89	3.268.710,70	16,44%
Cota-Parte FPM	12.702.866,31	12.702.866,31	2.309.383,95	18,18%
Cota-Parte ITR	131.733,43	131.733,43	67.095,96	50,93%
Cota-Parte IPVA	588.095,66	588.095,66	106.483,10	18,11%
Cota-Parte ICMS	6.116.194,89	6.116.194,89	777.772,06	12,72%
Cota-Parte IPI-Exportação	38.908,41	38.908,41	7.975,63	20,50%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	307.985,19	307.985,19		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	39.990,51	39.990,51		
Outras	267.994,68	267.994,68		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**22.082.521,93**	**22.082.521,93**	**3.593.623,12**	**16,27%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.226.645,66	3.226.645,66	589.142,29	18,26%
Provenientes da União	3.034.573,63	3.034.573,63	492.632,97	16,23%
Provenientes dos Estados	192.072,03	192.072,03	96.509,32	50,25%
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	375.255,29	375.255,29	138.800,18	36,99%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**3.601.900,95**	**3.601.900,95**	**727.942,47**	**20,21%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	2.946.051,63	3.365.651,63	1.339.388,29	39,80%	709.083,34	21,07%	
Pessoal e Encargos Sociais	1.842.820,00	1.899.520,00	509.318,19	26,81%	509.318,19	26,81%	
Juros e Encargos da Dívida	4.000,00	25.440,00	25.430,22	99,96%	3.632,46	14,28%	
Outras Despesas Correntes	1.099.231,63	1.440.691,63	804.639,88	55,85%	196.132,69	13,61%	
DESPESAS DE CAPITAL	256.440,00	486.820,00	40.098,54	8,24%	7.232,22	1,49%	
Investimentos	245.440,00	450.220,00	3.501,00	0,78%	2.004,00	0,45%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida	11.000,00	36.600,00	36.597,54	99,99%	5.228,22	14,28%	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**3.202.491,63**	**3.852.471,63**	**1.379.486,83**	**35,81%**	**716.315,56**	**18,59%**	

Emissão: 02/10/2015 11:41:29

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LÍQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS							
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS							
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos							
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)							
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**3.202.491,63**	**3.852.471,63**	**1.379.486,83**		**716.315,56**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% [4 e 5]	**38,39%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100] [6]	**840.443,36**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência	694.115,47		100.876,39	593.239,08	
Total	**694.115,47**		**100.876,39**	**593.239,08**	

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência			
Total(VIII)			

Emissão: 02/10/2015 11:41:29

Page 2 de 3
Homolog

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em 2011			
Diferença de limite não cumprido em 2010			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	1.117.417,50	1.308.572,50	226.724,91	16,44%	166.157,91	23,20%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	684.752,88	789.182,88	234.818,42	17,02%	98.026,42	13,68%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	49.132,50	49.132,50	18.080,37	1,31%	12.862,90	1,80%	
Vigilância Epidemiológica	7.188,75	9.043,75					
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	1.344.000,00	1.696.540,00	899.863,13	65,23%	439.268,33	61,32%	
TOTAL	**3.202.491,63**	**3.852.471,63**	**1.379.486,83**	**100,00%**	**716.315,56**	**100,00%**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:41:29

Page 3 de 3
Homolog

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.468.644,48	1.468.644,48	233.168,58	15,88%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	344.659,57	344.659,57	11.010,96	3,19%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	135.942,21	135.942,21	1.079,35	0,79%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.699,36	1.699,36	100,58	5,92%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	169.144,64	169.144,64	6.181,52	3,65%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	37.873,36	37.873,36	3.713,45	9,80%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	(63,94)	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	180.979,99	180.979,99	51.915,79	28,69%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	180.979,99	180.979,99	51.915,79	28,69%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	940.652,54	940.652,54	170.241,83	18,10%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	922.927,10	922.927,10	167.338,46	18,13%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	235,24	235,24	829,77	352,73%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	16.314,01	16.314,01	1.944,95	11,92%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.176,19	1.176,19	351,72	29,90%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	(223,07)	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	2.352,38	2.352,38	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	2.352,38	2.352,38	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.641.313,04	19.641.313,04	3.269.354,52	16,65%
2.1- Cota-Parte FPM	12.702.866,31	12.702.866,31	2.309.383,95	18,18%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.702.866,31	12.702.866,31	2.309.383,95	18,18%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	6.116.194,89	6.116.194,89	777.772,06	12,72%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	39.990,51	39.990,51	0,00	
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	38.908,41	38.908,41	7.975,63	20,50%
2.5- Cota-Parte ITR	131.733,43	131.733,43	67.095,96	50,93%
2.6- Cota-Parte IPVA	588.095,66	588.095,66	106.483,10	18,11%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	23.523,83	23.523,83	643,82	2,74%
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	21.109.957,52	21.109.957,52	3.502.523,10	16,59%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	839.962,84	839.962,84	137.475,32	16,37%
5.1- Transferências do Salário-Educação	282.285,92	282.285,92	89.858,60	31,83%
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.208,81	2.208,81	180,00	8,15%

Emissão: 02/10/2015 11:30:36 Page 1 de 4

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

5.3- Transferências Diretas - PNAE	220.183,02	220.183,02		
5.4- Transferências Diretas - PNATE	299.999,35	299.999,35	47.436,72	15,81%
5.5- Outras Transferências do FNDE				
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	35.285,74	35.285,74		
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	279.326,67	279.326,67	138.800,18	49,69%
6.1- Transferência de Convênios	279.326,67	279.326,67	138.800,18	49,69%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	268.819,39	268.819,39	35.752,79	13,30%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	1.388.108,90	1.388.108,90	312.028,29	22,48%

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.915.776,16	3.915.776,16	652.146,86	16,65%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.540.573,26	2.540.573,26	461.876,74	18,18%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.223.238,98	1.223.238,98	155.554,38	12,72%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	7.998,10	7.998,10		
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	26.346,69	26.346,69	13.419,17	50,93%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	117.619,13	117.619,13	21.296,57	18,11%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.866.558,09	4.866.558,09	710.205,20	14,59%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.833.624,73	4.833.624,73	710.205,20	14,69%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB				
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	32.933,36	32.933,36		
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	917.848,57	917.848,57	58.058,34	6,33%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Emissão: 02/10/2015 11:30:36 Page 2 de 4
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							
13.1- Com Educação Infantil							
13.2- Com Ensino Fundamental							
14- OUTRAS DESPESAS							
14.1- Com Educação Infantil							
14.2- Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00			0,00		0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	100,00%

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2015[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

Receita com Ações Típicas de MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	5.277.489,38	5.277.489,38	875.630,78	16,59%

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.442.576,63	2.356.857,96	577.063,77	24,48%	567.563,77	24,08%	
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.442.576,63	2.356.857,96	577.063,77	24,48%	567.563,77	24,08%	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.647.524,30	9.644.945,11	2.947.601,02	30,56%	1.299.312,76	13,47%	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.647.524,30	9.644.945,11	2.947.601,02	30,56%	1.299.312,76	13,47%	
25- ENSINO MÉDIO				0,00%			
26- ENSINO SUPERIOR				0,00%			

Emissão: 02/10/2015 11:30:36

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
28- OUTRAS	459.804,59	578.611,73	128.187,92	22,15%	24.777,08	4,28%	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	8.549.905,52	12.580.414,80	3.652.852,71	29,04%	1.891.653,61	15,04%	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	58.058,34
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-58.058,34
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	3.466.606,45
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	98,97

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				0,00%		0,00%	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)				0,00%		0,00%	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.549.905,52	12.580.414,80	3.652.852,71	29,04%	1.891.653,61	15,04%	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	710.205,20
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.866.876,53
49.1- Orçamento do Exercício	1.866.876,53
49.2- Restos a Pagar	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-1.156.671,33

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

Emissão: 02/10/2015 11:30:36 Page 4 de 4
Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 133/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA ATENDER A PREFEITURA DE ROSARIO OESTE/ MT

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 5.586,00 (CINCO MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS)

NOETZOLD & CIA LTDA - ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 18 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE CUIDADORA PARA ATENDER A CASA TRANSITÓRIA, OS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS SERÃO DE ACOMPANHAMENTO E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS DESTE MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 3.651,00 (três mil, seiscentos e cinquenta e um reais)

FABIANA PACHECO DA GUIA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 12 DE AGOSTO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE SAÚDE PARA REALIZAÇÃO/CONFECÇAO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS)

RODRIGO NOGUEIRA DIAS-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 12 DE AGOSTO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, ENGLOBANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE - MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

AUTO ELETRICA AJAX PECAS & ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 19 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2015

OBJETO: FORNECIMENTO BOLOS E SALGADOS PARA ATENDER AS SECRETRIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 12.630.00 (DOZE MIL, SEISCENTOS E TRINTA REAIS)

RANIELLE BRUNA ALVES DOS SANTOS

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 19 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	32.999.624,96	33.303.074,96	5.410.654,87	16.388.755,60	16.914.319,36	4.927.246,15	9.478.252,88	23.824.822,08	8.240.456,17	
DESPESAS CORRENTES	26.989.052,10	28.453.899,46	5.292.575,18	14.697.983,85	13.755.915,61	4.645.788,46	9.001.959,66	19.451.939,80	7.802.936,14	
Pessoal e Encargos Sociais	13.272.817,00	13.706.645,85	2.671.085,02	5.365.586,89	8.341.058,96	2.668.149,80	5.362.651,67	8.343.994,18	5.212.914,98	
Juros e Encargos da Dívida	154.000,00	302.610,70		286.512,55	16.098,15	19.596,66	42.065,08	260.545,62	42.065,08	
Outras Despesas Correntes	13.562.235,10	14.444.642,91	2.621.490,16	9.045.884,41	5.398.758,50	1.958.042,00	3.597.242,91	10.847.400,00	2.547.956,08	
DESPESAS DE CAPITAL	4.606.600,00	3.445.202,64	118.079,69	1.690.771,75	1.754.430,89	281.457,69	476.293,22	2.968.909,42	437.520,03	
Investimentos	3.796.600,00	2.586.529,50	118.079,69	1.014.578,05	1.571.951,45	239.324,95	374.705,88	2.211.823,62	335.932,69	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	810.000,00	858.673,14		676.193,70	182.479,44	42.132,74	101.587,34	757.085,80	101.587,34	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.403.972,86	1.403.972,86			1.403.972,86			1.403.972,86		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)	1.238.155,00	1.239.850,00	309.694,67	598.650,85	641.199,15	306.358,67	595.314,85	644.535,15	3.924,41	
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	34.237.779,96	34.542.924,96	5.720.349,54	16.987.406,45	17.555.518,51	5.233.604,82	10.073.567,73	24.469.357,23	8.244.380,58	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	34.237.779,96	34.542.924,96	5.720.349,54	16.987.406,45	17.555.518,51	5.233.604,82	10.073.567,73	24.469.357,23	8.244.380,58	
SUPERÁVIT (XIII)									1.417.196,89	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.237.779,96	34.542.924,96	5.720.349,54	16.987.406,45	17.555.518,51	5.233.604,82	10.073.567,73	24.469.357,23	9.661.577,47	

Emissão: 02/10/2015 11:44:33

Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.238.155,00								3.924,41	
DESPESAS CORRENTES	1.238.155,00								3.924,41	
Pessoal e Encargos Sociais	1.238.155,00								3.924,41	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:44:33

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	32.418.687,44	32.418.687,44	4.818.395,25	14,86	9.661.577,47	29,80	22.757.109,97
RECEITAS CORRENTES	31.305.897,45	31.305.897,45	4.756.242,75	15,19	9.550.649,97	30,50	21.755.247,48
RECEITA TRIBUTARIA	2.260.639,59	2.260.639,59	479.834,69	21,22	812.229,01	35,92	1.448.410,58
Impostos	1.935.441,86	1.935.441,86	413.736,33	21,37	722.675,12	37,33	1.212.766,74
Taxas	325.197,73	325.197,73	66.098,36	20,32	89.553,89	27,53	235.643,84
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.424.220,23	1.424.220,23			19.473,62	1,36	1.404.746,61
Contribuições Sociais	1.130.172,40	1.130.172,40					1.130.172,40
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	294.047,83	294.047,83			19.473,62	6,62	274.574,21
RECEITA PATRIMONIAL	834.185,81	834.185,81	27.016,12	3,23	53.533,33	6,41	780.652,48
Receitas Imobiliárias	2.352,38	2.352,38					2.352,38
Receitas de Valores Mobiliários	831.833,43	831.833,43	27.016,12	3,24	53.533,33	6,43	778.300,10
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	376.381,23	376.381,23	93.981,80	24,96	171.850,30	45,65	204.530,93
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.122.650,56	26.122.650,56	4.058.716,36	15,53	8.372.815,78	32,05	17.749.834,78
Transferências Intergovernamentais	25.747.395,27	25.747.395,27	3.683.058,95	14,30	7.858.358,19	30,52	17.889.037,08
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	375.255,29	375.255,29	375.657,41	100,10	514.457,59	137,09	-139.202,30
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	287.820,03	287.820,03	96.693,78	33,59	120.747,93	41,95	167.072,10
Multa de Juros de Mora	57.249,06	57.249,06	20.535,34	35,87	25.803,50	45,07	31.445,56
Indenizações e Restituições	7.304,77	7.304,77	49.059,88	671,61	49.059,88	671,61	-41.755,11
Receita da Dívida Ativa	218.361,43	218.361,43	26.098,88	11,95	36.804,35	16,85	181.557,08
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti	200,00	200,00					200,00
Receitas Correntes Diversas	4.704,77	4.704,77	999,68	21,24	9.080,20	192,99	-4.375,43
RECEITAS DE CAPITAL	1.112.789,99	1.112.789,99	62.152,50	5,58	110.927,50	9,96	1.001.862,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	4.704,76	4.704,76					4.704,76
Alienação de Bens Móveis	2.352,38	2.352,38					2.352,38
Alienação de Bens Imóveis	2.352,38	2.352,38					2.352,38
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.108.085,23	1.108.085,23	62.152,50	5,60	110.927,50	10,01	997.157,73
Transferências Intergovernamentais	141.142,67	141.142,67					141.142,67
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	966.942,56	966.942,56	62.152,50	6,42	110.927,50	11,47	856.015,06
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	1.799.092,53	1.799.092,53					1.799.092,53
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	34.217.779,97	34.217.779,97	4.818.395,25	14,08	9.661.577,47	28,23	24.556.202,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.217.779,97	34.217.779,97	4.818.395,25	14,08	9.661.577,47	28,23	24.556.202,50
DÉFICIT (VI)					-411.990,26		
TOTAL(VII) = (V + VI)	34.217.779,97	34.217.779,97	4.818.395,25	14,08	9.249.587,21	27,03	24.968.192,76

Emissão: 02/10/2015 11:44:33

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A		2.372.661,89					
Superávit Financeiro		2.372.661,89					
Reabertura de Créditos Adicionais							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.799.092,53	1.799.092,53					1.799.092,53
RECEITAS CORRENTES	1.799.092,53	1.799.092,53					1.799.092,53
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.790.000,00	1.790.000,00					1.790.000,00
Contribuições Sociais	1.790.000,00	1.790.000,00					1.790.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.092,53	9.092,53					9.092,53
Multa de Juros de Mora	9.092,53	9.092,53					9.092,53
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:44:33

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - MARÇO a ABRIL de 2015

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.958.233,66	28.261.683,66	5.410.654,87	16.388.755,60	96,47	11.872.928,06	4.927.246,15	9.478.252,88	94,09	18.783.430,78	
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO											
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.464.030,00	1.547.180,00	262.235,58	722.288,98	4,25	824.891,02	284.438,12	491.683,97	4,88	1.055.496,03	
ADMINISTRACAO GERAL	4.761.347,00	4.579.933,00	804.303,55	2.523.686,20	14,85	2.056.246,80	867.847,25	1.569.008,69	15,57	3.010.924,31	
DIFUSAO CULTURAL	69.225,00	59.225,00	3.191,70	7.503,30	0,04	51.721,70	7.503,30	7.503,30	0,07	51.721,70	
PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	42.600,00										
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	194.330,00	289.230,00	51.570,85	241.069,85	1,41	48.160,15	61.978,18	95.668,64	0,94	193.561,36	
ASSISTENCIA AO IDOSO	220.000,00	220.000,00	14.034,95	28.260,95	0,16	191.739,05	3.006,14	10.835,85	0,10	209.164,15	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.339.440,00	1.310.440,00	190.316,69	432.764,75	2,54	877.675,25	173.878,34	313.634,26	3,11	996.805,74	
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE											
ADMINISTRACAO GERAL	1.326.947,50	1.536.131,00	349.336,97	1.132.706,91	6,66	403.424,09	431.059,35	849.204,88	8,43	686.926,12	
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.352.337,07	2.568.917,07	309.554,07	1.390.362,56	8,18	1.178.554,51	339.899,59	756.350,46	7,50	1.812.566,61	
ATENCAO BASICA	3.396.816,41	3.117.650,41	428.511,04	1.764.278,60	10,38	1.353.371,81	625.196,99	1.085.308,70	10,77	2.032.341,71	
REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	15.000,00	62.040,00		62.027,76	0,36	12,24		8.860,68	0,08	53.179,32	
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	84.500,00	81.500,00	9.380,00	19.372,16	0,11	62.127,84	8.585,00	18.577,16	0,18	62.922,84	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	123.717,50	147.862,50	53.697,12	108.470,28	0,63	39.392,22	49.302,52	91.724,91	0,91	56.137,59	
VIGILANCIA SANITARIA	77.115,00	78.115,00	17.454,71	45.453,23	0,26	32.661,77	11.595,18	25.576,23	0,25	52.538,77	
TRABALHO											
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	338.357,00	338.357,00		200.000,00	1,17	138.357,00	37.701,23	76.327,04	0,75	262.029,96	
EDUCAÇÃO											
ALIMENTACAO E NUTRICAO	427.804,59	459.264,73	334.768,39	359.581,47	2,11	99.683,26	102.823,57	127.600,65	1,26	331.664,08	
EDUCACAO INFANTIL	1.362.526,63	1.253.415,15	453.073,31	970.633,03	5,71	282.782,12	403.435,49	911.495,21	9,04	341.919,94	
ENSINO FUNDAMENTAL	6.255.999,30	6.655.448,30	1.819.087,26	4.722.443,20	27,79	1.933.005,10	1.205.876,41	2.386.356,09	23,68	4.269.092,21	
REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	32.000,00	103.374,84		103.374,84	0,60		7.383,90	7.383,90	0,07	95.990,94	
CULTURA											
ADMINISTRACAO GERAL	75.017,00	76.617,00	2.865,32	37.912,50	0,22	38.704,50	7.065,32	14.212,50	0,14	62.404,50	
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO											
INFRA-ESTRUTURA URBANA	233.766,00	278.836,00	72.821,55	89.410,41	0,52	189.425,59	73.726,22	82.285,93	0,81	196.550,07	
HABITAÇÃO											
ADMINISTRACAO GERAL	13.000,00	300,00				300,00				300,00	
HABITACAO RURAL	50.000,00	49.500,00				49.500,00				49.500,00	
HABITACAO URBANA	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	

Emissão: 02/10/2015 11:45:33 Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - MARÇO a ABRIL de 2015

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
SANEAMENTO											
ADMINISTRACAO GERAL	548.480,00	634.648,00	147.530,56	429.612,59	2,52	205.035,41	109.400,97	290.953,19	2,88	343.694,81	
SANEAMENTO BASICO URBANO	209.805,00	94.598,50				94.598,50				94.598,50	
GESTÃO AMBIENTAL											
ADMINISTRACAO GERAL	82.544,50										
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA											
ABASTECIMENTO	23.430,00	2.843,00				2.843,00				2.843,00	
ADMINISTRACAO GERAL	137.455,00	198.155,00	70.168,77	153.181,12	0,90	44.973,88	43.150,30	92.580,74	0,91	105.574,26	
EXTENSAO RURAL	51.950,00	31.950,00				31.950,00				31.950,00	
PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	23.430,00	13.430,00				13.430,00				13.430,00	
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	21.300,00	10.650,00				10.650,00				10.650,00	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
PROMOCAO INDUSTRIAL	31.950,00	21.300,00				21.300,00				21.300,00	
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
TURISMO	34.430,00										
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
ENERGIA ELETRICA	340.907,83	311.707,83				311.707,83				311.707,83	
TRANSPORTE											
ADMINISTRACAO GERAL	23.430,00										
TRANSPORTE RODOVIARIO	759.215,00	690.215,00	8.900,00	11.555,02	0,06	678.659,98	8.900,00	10.875,02	0,10	679.339,98	
DESPORTO E LAZER											
ADMINISTRACAO GERAL	71.650,00	57.600,00	7.552,48	35.202,24	0,20	22.397,76	8.847,28	26.537,04	0,26	31.062,96	
DESPORTO COMUNITARIO	50.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
LAZER	42.600,00	42.600,00	300,00	300,00		42.300,00	300,00	300,00		42.300,00	
ENCARGOS ESPECIAIS											
REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	892.000,00	970.869,00		797.303,65	4,69	173.565,35	54.345,50	127.407,84	1,26	843.461,16	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	307.780,33	307.780,33				307.780,33				307.780,33	
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.217.155,00	1.218.850,00	309.694,67	598.650,85	3,52	620.199,15	306.358,67	595.314,85	5,90	623.535,15	
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 29.175.388,66	R$ 29.480.533,66	R$ 5.720.349,54	R$ 16.987.406,45	R$ 100,00	R$ 12.493.127,21	R$ 5.233.604,82	R$ 10.073.567,73	100,00	19.406.965,93	

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.217.155,00	1.218.850,00	309.694,67	598.650,85	3,52	620.199,15	306.358,67	595.314,85	5,90	623.535,15	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	58.375,00	58.375,00	24.882,23	36.246,73	0,21	22.128,27	21.546,23	32.910,73	0,32	25.464,27	
ADMINISTRACAO GERAL	189.750,00	189.750,00	29.116,54	61.837,06	0,36	127.912,94	29.116,54	61.837,06	0,61	127.912,94	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	6.300,00	14.300,00	6.577,12	13.067,25	0,07	1.232,75	6.577,12	13.067,25	0,12	1.232,75	
ADMINISTRACAO GERAL	55.052,50	54.900,00	12.505,50	24.956,92	0,14	29.943,08	12.505,50	24.956,92	0,24	29.943,08	

Emissão: 02/10/2015 11:45:33 Page 2 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - MARÇO a ABRIL de 2015

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	70.150,00	70.150,00	11.326,44	22.417,69	0,13	47.732,31	11.326,44	22.417,69	0,22	47.732,31	
ATENCAO BASICA	300.770,00	200.770,00	27.471,23	53.465,74	0,31	147.304,26	27.471,23	53.465,74	0,53	147.304,26	
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	10.500,00	10.500,00	1.163,51	2.903,13	0,01	7.596,87	1.163,51	2.903,13	0,02	7.596,87	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	10.660,00	10.660,00	4.350,96	7.866,22	0,04	2.793,78	4.350,96	7.866,22	0,07	2.793,78	
VIGILANCIA SANITARIA	9.150,00	7.150,00	884,20	2.121,05	0,01	5.028,95	884,20	2.121,05	0,02	5.028,95	
EDUCACAO INFANTIL	80.050,00	129.050,00	60.001,28	119.505,33	0,70	9.544,67	60.001,28	119.505,33	1,18	9.544,67	
ENSINO FUNDAMENTAL	391.525,00	438.525,00	127.938,89	246.771,97	1,45	191.753,03	127.938,89	246.771,97	2,44	191.753,03	
ADMINISTRACAO GERAL	1.000,00	1.000,00	498,84	997,68		2,32	498,84	997,68		2,32	
ADMINISTRACAO GERAL	22.875,00	22.875,00	1.232,32	2.762,05	0,01	20.112,95	1.232,32	2.762,05	0,02	20.112,95	
ADMINISTRACAO GERAL	152,50										
ADMINISTRACAO GERAL	8.845,00	8.845,00	866,52	2.266,88	0,01	6.578,12	866,52	2.266,88	0,02	6.578,12	
ADMINISTRACAO GERAL	2.000,00	2.000,00	879,09	1.465,15		534,85	879,09	1.465,15	0,01	534,85	

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:45:33 Page 3 de 3

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14	JAN/15	FEV/15	MAR/15	ABR/15		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.239.406,53	2.305.003,14	2.138.301,01	2.349.134,08	2.332.916,08	2.415.537,24	2.811.075,45	3.039.061,97	2.966.612,49	2.479.941,59	2.510.617,80	2.793.610,29	30.381.217,67	35.221.673,61
Receita Tributária	159.626,59	263.537,58	155.439,54	214.273,99	419.543,83	288.102,17	160.273,02	360.510,41	158.113,61	173.993,70	273.378,50	205.804,35	2.832.597,29	2.260.639,59
IPTU	27.225,79	107.449,20	21.103,95	16.068,80	4.057,96	3.240,94	5.589,63	2.778,84	938,15	77,26	5,78	1.238,99	189.775,29	135.942,21
ISS	48.973,30	69.426,51	58.654,85	84.912,27	387.891,73	149.144,30	45.574,66	115.687,75	100.687,97	66.427,42	178.612,65	41.302,10	1.347.295,51	922.927,10
ITBI	32.009,48	29.279,27	10.115,89	54.588,84	8.085,33	40.975,92	53.034,08	180.421,11	12.296,18	39.619,61	34.567,16	53.300,02	548.292,89	180.979,99
IRRF	35.075,08	37.811,98	40.606,49	43.430,97	2.500,18	86.115,59	46.174,58	53.920,21	41.913,68	46.691,51	3.915,43	100.146,96	538.302,66	695.592,56
Outras Rec. Tributarias	16.342,94	19.570,62	24.958,36	15.273,11	17.008,63	8.625,42	9.900,07	7.702,50	2.277,63	21.177,90	56.277,48	9.816,28	208.930,94	325.197,73
Receita Contribuições	32.559,03	14.532,71	12.800,57	12.265,94	34.239,98	16.049,85	17.864,74	7.012,34	13.541,18	5.932,44			166.798,78	1.424.220,23
Receita Patrimonial	6.041,29	14.380,21	11.151,62	10.159,70	9.870,65	9.947,38	10.826,16	12.484,73	14.253,07	12.264,14	13.933,41	13.082,71	138.395,07	834.185,81
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	20.852,88	5.455,56	76.980,09	108.999,69	53.734,64	65.383,99	56.833,12	50.050,40	42.499,35	35.369,15	44.850,39	49.131,41	610.140,67	376.381,23
Transferências Correntes	1.997.706,23	1.989.883,47	1.864.546,72	1.984.365,09	1.775.177,91	2.024.018,39	2.547.619,43	2.596.224,22	2.723.750,65	2.244.946,24	2.113.926,22	2.500.255,89	26.362.420,46	30.038.426,72
Cota Parte do FPM	873.416,57	655.006,03	562.567,32	683.423,57	599.077,91	566.190,32	749.425,27	1.300.927,97	1.142.803,24	1.166.580,71	849.682,70	917.032,78	10.066.134,39	12.702.866,31
Cota Parte do ICMS	336.107,65	308.583,85	477.846,67	382.434,60	398.457,53	394.355,34	379.433,80	399.184,88	429.306,19	348.465,87	454.428,16	396.159,82	4.704.764,36	6.116.194,89
Cota Parte do IPVA	42.123,01	34.574,49	39.405,32	24.577,25	13.720,52	12.959,50	19.714,31	6.277,95	9.260,59	97.222,51	44.135,07	59.565,78	403.536,30	588.095,66
Cota Parte do ITR	11.664,98	2.380,48	-23.581,21	17.711,70	10.767,42	191.626,49	48.782,49	58.613,59	65.246,82	1.849,14	7.353,89	2.815,74	395.231,53	131.733,43
Transf. LC 87/1966	2.025,68	2.025,68	2.025,68	2.025,68	2.025,68	2.025,68	2.025,68	4.051,36				8.753,62	26.984,74	39.990,51
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	387.488,97	331.912,92	340.587,27	443.529,95	363.210,57	415.837,01	381.556,80	407.747,07	359.562,00	350.643,20	359.678,50	336.994,78	4.478.749,04	4.833.624,73
Outras Transf. Correntes	344.879,37	655.400,02	465.695,67	430.662,34	387.918,28	441.024,05	966.681,08	419.421,40	717.571,81	280.184,81	398.647,90	778.933,37	6.287.020,10	5.625.921,19
Outras Receitas Correntes	22.620,51	17.213,61	17.382,47	19.069,67	40.349,07	12.035,46	17.658,98	12.779,87	14.454,63	7.435,92	64.529,28	25.335,93	270.865,40	287.820,03
DEDUÇÕES (I)									329.323,30	322.823,56	271.119,88	276.865,46	-1.200.132,20	5.042.419,99
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														1.126.643,83
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB									329.323,30	322.823,56	271.119,88	276.865,46	-1.200.132,20	3.915.776,16
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	2.239.406,53	2.305.003,14	2.138.301,01	2.349.134,08	2.332.916,08	2.415.537,24	2.811.075,45	3.039.061,97	2.637.289,19	2.157.118,03	2.239.497,92	2.516.744,83	29.181.085,47	30.179.253,62

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:45:58 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.445.202,64	1.690.771,75	476.293,22		1.754.430,89
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.445.202,64	1.690.771,75	476.293,22		1.754.430,89
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.445.202,64	-1.690.771,75			-1.754.430,89

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE MT

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:47:54 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015 / BIMESTRE MARCO - ABRIL

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	30.474.064,02	9.497.116,64	9.491.789,16
Receitas Tributárias	2.260.639,59	812.229,01	846.585,37
IPTU	135.942,21	2.953,96	5.623,11
ISS	922.927,10	387.253,21	480.601,11
ITBI	180.979,99	139.800,37	74.399,43
IRRF	695.592,56	192.667,58	164.005,29
Outras Receitas Tributárias	325.197,73	89.553,89	121.956,43
Receitas de Contribuições	1.424.220,23	19.473,62	90.389,48
Receitas Previdenciárias	1.126.643,83		
Outras Receitas de Contribuições	297.576,40	19.473,62	90.389,48
Receita Patrimonial Líquida	2.352,38		
Receita Patrimonial	834.185,81	53.533,33	44.631,60
(-) Aplicações Financeiras	831.833,43	53.533,33	44.631,60
Transferências Correntes	26.122.650,56	8.372.815,78	8.297.103,04
FPM	12.702.866,31	4.076.099,43	3.880.351,54
ICMS	6.116.194,89	1.628.360,04	1.795.087,86
Convênios	375.255,29	514.457,59	60.441,40
Outras Transferências Correntes	6.928.334,07	2.153.898,72	2.561.222,24
Demais Receitas Correntes	664.201,26	292.598,23	257.711,27
Dívida Ativa	218.361,43	36.804,35	58.927,52
Diversas Receitas Correntes	445.839,83	255.793,88	198.783,75
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.112.789,99	110.927,50	138,81
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	4.704,76		
Transferências de Capital	1.108.085,23	110.927,50	138,81
Convênios	966.942,56	110.927,50	138,81
Outras Transferências de Capital	141.142,67		
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.108.085,23	110.927,50	138,81
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**31.582.149,25**	**9.608.044,14**	**9.491.927,97**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	29.693.749,46	15.296.634,70	12.550.998,40	9.597.274,51	7.541.294,26		
Pessoal e Encargos Sociais	14.946.495,85	5.964.237,74	5.379.977,10	5.957.966,52	5.377.650,24		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	302.610,70	286.512,55	257.741,99	42.065,08	76.715,15		
Outras Despesas Correntes	14.444.642,91	9.045.884,41	6.913.279,31	3.597.242,91	2.086.928,87		
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	29.391.138,76	15.010.122,15	12.293.256,41	9.555.209,43	7.464.579,11		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.445.202,64	1.690.771,75	1.286.836,29	476.293,22	471.683,39		
Investimentos	2.586.529,50	1.014.578,05	574.697,93	374.705,88	236.477,80		
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	858.673,14	676.193,70	712.138,36	101.587,34	235.205,59		
DESP. PRIM. DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.586.529,50	1.014.578,05	574.697,93	374.705,88	236.477,80		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	1.403.972,86						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**33.381.641,12**	**16.024.700,20**	**12.867.954,34**	**9.929.915,31**	**7.701.056,91**		

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-1.799.491,87**	**-6.416.656,06**	**-3.376.026,37**	**-321.871,17**	**1.790.871,06**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							**2.372.661,89**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE MT
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á ABRIL 2015 / BIMESTRE MARCO-ABRIL

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	102.928,95	317.859,56	275.049,49		145.739,02	4.695.529,60	71.154,83	205.835,64	185.648,50		4.581.035,93	4.726.774,95
Executivo	102.928,95	317.859,56	275.049,49		145.739,02	4.695.529,60	71.154,83	205.835,64	185.648,50		4.581.035,93	4.726.774,95
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Executivo	93.202,44	523.501,47	519.941,63		96.762,28							96.762,28

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT Emissão: 02/10/2015 às 11:46 Page 1 de 1

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/Bimestre MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.468.644,48	1.468.644,48	578.900,20	39,42%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	344.659,57	344.659,57	44.853,03	13,01%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	135.942,21	135.942,21	2.953,96	2,17%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.699,36	1.699,36	155,63	9,16%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	169.144,64	169.144,64	22.249,86	13,15%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	37.873,36	37.873,36	20.187,36	53,30%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	(693,78)	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	180.979,99	180.979,99	139.782,97	77,24%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	180.979,99	180.979,99	139.800,37	77,25%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	(17,40)	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	940.652,54	940.652,54	394.264,20	41,91%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	922.927,10	922.927,10	387.253,21	41,96%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	235,24	235,24	1.059,96	450,59%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	16.314,01	16.314,01	4.836,78	29,65%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.176,19	1.176,19	1.337,32	113,70%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	(223,07)	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	2.352,38	2.352,38	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	2.352,38	2.352,38	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.641.313,04	19.641.313,04	6.016.196,67	30,63%
2.1- Cota-Parte FPM	12.702.866,31	12.702.866,31	4.076.099,43	32,09%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.702.866,31	12.702.866,31	4.076.099,43	32,09%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	6.116.194,89	6.116.194,89	1.628.360,04	26,62%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	39.990,51	39.990,51	8.753,62	21,89%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	38.908,41	38.908,41	14.705,69	37,80%
2.5- Cota-Parte ITR	131.733,43	131.733,43	77.265,59	58,65%
2.6- Cota-Parte IPVA	588.095,66	588.095,66	210.183,95	35,74%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	23.523,83	23.523,83	828,35	3,52%
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	21.109.957,52	21.109.957,52	6.595.096,87	31,24%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	839.962,84	839.962,84	224.262,90	26,70%
5.1- Transferências do Salário-Educação	282.285,92	282.285,92	134.027,61	47,48%
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.208,81	2.208,81	180,00	8,15%

Emissão: 02/10/2015 11:47:16 Page 1 de 4

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/Bimestre MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72)				R$1,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	220.183,02	220.183,02	21.676,00	9,84%
5.4- Transferências Diretas - PNATE	299.999,35	299.999,35	68.379,29	22,79%
5.5- Outras Transferências do FNDE				
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	35.285,74	35.285,74		
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	279.326,67	279.326,67	280.957,28	100,58%
6.1- Transferência de Convênios	279.326,67	279.326,67	280.957,28	100,58%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	268.819,39	268.819,39	82.309,19	30,62%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	1.388.108,90	1.388.108,90	587.529,37	42,33%

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.915.776,16	3.915.776,16	1.200.132,20	30,65%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.540.573,26	2.540.573,26	815.219,80	32,09%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.223.238,98	1.223.238,98	309.347,57	25,29%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	7.998,10	7.998,10	1.750,72	21,89%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	26.346,69	26.346,69	31.777,46	120,61%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	117.619,13	117.619,13	42.036,65	35,74%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.866.558,09	4.866.558,09	1.406.878,48	28,91%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.833.624,73	4.833.624,73	1.406.878,48	29,11%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB				
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	32.933,36	32.933,36		
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	917.848,57	917.848,57	206.746,28	22,53%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/Bimestre MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							
13.1- Com Educação Infantil							
13.2- Com Ensino Fundamental							
14- OUTRAS DESPESAS							
14.1- Com Educação Infantil							
14.2- Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00			0,00		0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	100,00%

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2015[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

Receita com Ações Típicas de MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	5.277.489,38	5.277.489,38	1.648.774,22	31,24%

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.442.576,63	3.516.688,11	1.090.138,36	31,00%	1.031.000,54	29,32%	
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.442.576,63	3.516.688,11	1.090.138,36	31,00%	1.031.000,54	29,32%	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.647.524,30	11.115.515,30	4.893.962,13	44,03%	2.633.128,06	23,69%	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.647.524,30	11.115.515,30	4.893.962,13	44,03%	2.633.128,06	23,69%	
25- ENSINO MÉDIO				0,00%			
26- ENSINO SUPERIOR				0,00%			

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/Bimestre MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
28- OUTRAS	459.804,59	594.583,89	441.729,31	74,29%	134.984,55	22,70%	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	8.549.905,52	15.226.787,30	6.425.829,80	42,20%	3.799.113,15	24,95%	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	206.746,28
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-206.746,28
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	5.777.354,21
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	87,60

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				0,00%		0,00%	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)				0,00%		0,00%	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.549.905,52	15.226.787,30	6.425.829,80	42,20%	3.799.113,15	24,95%	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.406.878,48
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.664.128,60
49.1- Orçamento do Exercício	3.664.128,60
49.2- Restos a Pagar	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-2.257.250,12

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

Emissão: 02/10/2015 11:47:16 Page 4 de 4

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE ROSARIO OESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL / 2015

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	4.704,76		4.704,76
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis	2.352,38		2.352,38
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis	2.352,38		2.352,38
Rendimentos de Aplicação Financeira			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (e)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (f)	Saldo a Pagar (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Geral de Previdência Social							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2014 (h)	2015 (i) = (Ib - (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)			

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:49:09

Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.196.738,04	2.196.738,04	785.282,97	35,75%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	135.942,21	135.942,21	2.953,96	2,17%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	180.979,99	180.979,99	139.800,37	77,25%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	922.927,10	922.927,10	387.253,21	41,96%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	695.592,56	695.592,56	192.667,58	27,70%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.876,72	9.876,72	1.956,70	19,81%
Dívida Ativa dos Impostos	208.951,89	208.951,89	36.804,35	17,61%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	42.467,57	42.467,57	23.846,80	56,15%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	19.885.783,89	19.885.783,89	6.015.368,32	30,25%
Cota-Parte FPM	12.702.866,31	12.702.866,31	4.076.099,43	32,09%
Cota-Parte ITR	131.733,43	131.733,43	77.265,59	58,65%
Cota-Parte IPVA	588.095,66	588.095,66	210.183,95	35,74%
Cota-Parte ICMS	6.116.194,89	6.116.194,89	1.628.360,04	26,62%
Cota-Parte IPI-Exportação	38.908,41	38.908,41	14.705,69	37,80%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	307.985,19	307.985,19	8.753,62	2,84%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	39.990,51	39.990,51	8.753,62	21,89%
Outras	267.994,68	267.994,68		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**22.082.521,93**	**22.082.521,93**	**6.800.651,29**	**30,80%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.226.645,66	3.226.645,66	1.184.479,43	36,71%
Provenientes da União	3.034.573,63	3.034.573,63	957.795,76	31,56%
Provenientes dos Estados	192.072,03	192.072,03	226.683,67	118,02%
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	375.255,29	375.255,29	514.457,59	137,10%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**3.601.900,95**	**3.601.900,95**	**1.698.937,02**	**47,17%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	2.946.051,63	3.876.587,88	2.173.783,25	56,07%	1.506.292,08	38,86%	
Pessoal e Encargos Sociais	1.842.820,00	2.051.872,50	1.052.164,99	51,28%	1.051.206,71	51,23%	
Juros e Encargos da Dívida	4.000,00	25.440,00	25.430,22	99,96%	3.632,46	14,28%	
Outras Despesas Correntes	1.099.231,63	1.799.275,38	1.096.188,04	60,92%	451.452,91	25,09%	
DESPESAS DE CAPITAL	256.440,00	551.114,00	63.524,54	11,53%	14.075,60	2,55%	
Investimentos	245.440,00	514.514,00	26.927,00	5,23%	8.847,38	1,72%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida	11.000,00	36.600,00	36.597,54	99,99%	5.228,22	14,28%	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**3.202.491,63**	**4.427.701,88**	**2.237.307,79**	**50,53%**	**1.520.367,68**	**34,34%**	

Emissão: 02/10/2015 11:49:53

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LÍQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS							
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS							
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos							
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)							
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**3.202.491,63**	**4.427.701,88**	**2.237.307,79**		**1.520.367,68**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00%[4 e 5]	**32,90%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100] [6]	**1.217.210,10**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência	694.115,47		100.876,39	593.239,08	
Total	**694.115,47**		**100.876,39**	**593.239,08**	

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência			
Total(VIII)			

Emissão: 02/10/2015 11:49:53

Page 2 de 3
Homolog

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em 2011			
Diferença de limite não cumprido em 2010			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	1.117.417,50	1.365.706,50	457.091,08	20,43%	363.131,46	23,88%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	684.752,88	999.810,13	486.085,81	21,73%	250.883,81	16,50%	
Suporte Profilático e Terapéutico							
Vigilância Sanitária	49.132,50	49.132,50	26.820,28	1,20%	24.242,28	1,59%	
Vigilância Epidemiológica	7.188,75	9.043,75					
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	1.344.000,00	2.004.009,00	1.267.310,62	56,64%	882.110,13	58,02%	
TOTAL	**3.202.491,63**	**4.427.701,88**	**2.237.307,79**	**100,00%**	**1.520.367,68**	**100,00%**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:49:53 Page 3 de 3
Homolog

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2015

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 1.425,08 (HUM MIL, QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E OITO CENTAVOS)

ELIANE CLEMENTINO CARNAÚBA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 18 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUIDADORA DA CASA TRANSITÓRIA, SENDO QUE OS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS SERÃO DA LIMPEZA DO ESPAÇO FÍSICO, ALIMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E PROTEÇÃO DA CASA TRANSITÓRIA DESTE MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 4.170,00 (quatro mil, cento e setenta reais)

BENEDITA MARIA DOS SANTOS BATISTA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 12 DE AGOSTO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2015

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 1.125,42 (HUM MIL, CENTO E VINTE E CINCO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)

CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELLI EPP

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 18 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A SECRE-

TARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE,

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 36.000,18 (TRINTA E SEIS MIL E DEZOITO CENTAVOS),

SUPERMERCADO CONQUISTA LTDA - ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 01 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2015

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 702,73 (SETECENTOS E DOIS REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS)

COMERCIAL PRIME DE MOVEIS - EIRELI

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 18 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FACILITADOR DE OFICINA PARA MINISTRAR AULA DE ARTESANATOS PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 3.090,00 (TRÊS MIL E NOVENTA REAIS)

MAILSON RICH ALVES

CONTRATADO

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 18 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	32.418.687,44	32.418.687,44	4.843.182,22	14,93	4.843.182,22	14,93	27.575.505,22
RECEITAS CORRENTES	31.305.897,45	31.305.897,45	4.794.407,22	15,31	4.794.407,22	15,31	26.511.490,23
RECEITA TRIBUTARIA	2.260.639,59	2.260.639,59	332.394,32	14,70	332.394,32	14,70	1.928.245,27
Impostos	1.935.441,86	1.935.441,86	308.938,79	15,96	308.938,79	15,96	1.626.503,07
Taxas	325.197,73	325.197,73	23.455,53	7,21	23.455,53	7,21	301.742,20
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.424.220,23	1.424.220,23	19.473,62	1,36	19.473,62	1,36	1.404.746,61
Contribuições Sociais	1.130.172,40	1.130.172,40					1.130.172,40
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	294.047,83	294.047,83	19.473,62	6,62	19.473,62	6,62	274.574,21
RECEITA PATRIMONIAL	834.185,81	834.185,81	26.517,21	3,17	26.517,21	3,17	807.668,60
Receitas Imobiliárias	2.352,38	2.352,38					2.352,38
Receitas de Valores Mobiliários	831.833,43	831.833,43	26.517,21	3,18	26.517,21	3,18	805.316,22
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	376.381,23	376.381,23	77.868,50	20,68	77.868,50	20,68	298.512,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.122.650,56	26.122.650,56	4.314.099,42	16,51	4.314.099,42	16,51	21.808.551,14
Transferências Intergovernamentais	25.747.395,27	25.747.395,27	4.175.299,24	16,21	4.175.299,24	16,21	21.572.096,03
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	375.255,29	375.255,29	138.800,18	36,98	138.800,18	36,98	236.455,11
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	287.820,03	287.820,03	24.054,15	8,35	24.054,15	8,35	263.765,88
Multa de Juros de Mora	57.249,06	57.249,06	5.268,16	9,20	5.268,16	9,20	51.980,90
Indenizações e Restituições	7.304,77	7.304,77					7.304,77
Receita da Dívida Ativa	218.361,43	218.361,43	10.705,47	4,90	10.705,47	4,90	207.655,96
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti	200,00	200,00					200,00
Receitas Correntes Diversas	4.704,77	4.704,77	8.080,52	171,75	8.080,52	171,75	-3.375,75
RECEITAS DE CAPITAL	1.112.789,99	1.112.789,99	48.775,00	4,38	48.775,00	4,38	1.064.014,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	4.704,76	4.704,76					4.704,76
Alienação de Bens Móveis	2.352,38	2.352,38					2.352,38
Alienação de Bens Imóveis	2.352,38	2.352,38					2.352,38
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.108.085,23	1.108.085,23	48.775,00	4,40	48.775,00	4,40	1.059.310,23
Transferências Intergovernamentais	141.142,67	141.142,67					141.142,67
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	966.942,56	966.942,56	48.775,00	5,04	48.775,00	5,04	918.167,56
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	1.799.092,53	1.799.092,53					1.799.092,53
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	34.217.779,97	34.217.779,97	4.843.182,22	14,15	4.843.182,22	14,15	29.374.597,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.217.779,97	34.217.779,97	4.843.182,22	14,15	4.843.182,22	14,15	29.374.597,75
DÉFICIT (VI)							
TOTAL(VII) = (V + VI)	34.217.779,97	34.217.779,97	4.843.182,22	14,15	4.843.182,22	14,15	29.374.597,75

Emissão: 02/10/2015 11:34:02 Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A		2.372.661,89					
Superávit Financeiro		2.372.661,89					
Reabertura de Créditos Adicionais							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.799.092,53	1.799.092,53					1.799.092,53
RECEITAS CORRENTES	1.799.092,53	1.799.092,53					1.799.092,53
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.790.000,00	1.790.000,00					1.790.000,00
Contribuições Sociais	1.790.000,00	1.790.000,00					1.790.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.092,53	9.092,53					9.092,53
Multa de Juros de Mora	9.092,53	9.092,53					9.092,53
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito(a)

SEAIR CRISTINA JORGE
Contador(a)

Emissão: 02/10/2015 11:34:02

Homologado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇAO PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE – MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2015

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 16.066,00 (DEZESSEIS MIL E SESSENTA E SEIS REAIS).

QUERO + MENSAGENS E SONORIZACAO

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 16 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS DOS ÓRGÃOS FEDERAIS EM BRASÍLIA - DF PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS)

CAMPOS REPRESENTAÇÃO, ASSESSORIA, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 18 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTÉTICO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM SEUS USUÁRIO DOS SUS, EM FUNÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PRÓTESES DENTARIA.

PRAZO: 31/12/2015

VALOR: R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)

RONY MILITÃO DA SILVA

CONTRATADO

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 18 DE SETEMBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTRATO 004/2015

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 004/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA NO PRÉDIO DA CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU – MT

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU

CONTRATADO: NS CONSTRUTORA LTDA – ME

VALOR: R$73.708,75 (SETENTA E TRES MIL, SETECENTOS E OITO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)

PRAZO: 13/10/2015 A 13/12/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 002/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2015 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015.

TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

O Prefeito Municipal de Salto do Céu – MT, no uso de suas atribuições legais, e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal, e mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, aos interessados que fará a seguinte **RETIFICAÇÃO NO ANEXO V - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015**, conforme abaixo discriminado:

DATA	ATIVIDADE	LOCAL
29/09/2015	Publicação do Edital	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
21/10/2015	Prazo para Recurso sobre o Edital de Processo Seletivo	Prefeitura Municipal Setor de Protocolo
22/10/2015	Julgamento dos Recursos sobre o Edital do Processo Seletivo	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
02/10/2015 a 30/10/2015 Das 07h30min as 10h30min e das 13h30min as 16h30min.	Período de Inscrições	Secretaria Municipal de Administração
30/10/2015	Último Dia para Protocolo dos Títulos	Prefeitura Municipal – Secretaria de Administração
03/11/2015	Homologação das Inscrições	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
04 a 10/11/2015	Recursos referentes a Homologação das Inscrições	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
11/11/2015	Julgamento dos Recursos referentes a Homologação das Inscrições	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
12/11/2015	Divulgação dos locais das provas	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
15/11/2015	Realização das Provas	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.

17/11/2015	Divulgação do Gabarito e Prova de Títulos	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
De 18 a 24/11/2015	Recursos referentes a Divulgação do Gabarito e Prova de Títulos	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
25/11/2015	Julgamento dos Recursos referentes a Divulgação do Gabarito e Prova de Títulos	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
26/11/2015	Divulgação do Gabarito Final – após recursos.	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
30/11/2015	Realização da prova prática para Motorista Cat. “D”.	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
02/112/2015	Divulgação do Resultado Final	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
De 03 a 09/12/2015	Recursos referentes a Divulgação do Resultado Final	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
10/12/2015	Julgamento dos Recursos referentes a Divulgação do Resultado Final	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.
11/12/2015	Homologação do Processo Seletivo 01/2015.	Quadro de Avisos da Prefeitura www.saltodoceu.mt.gov.br www.amm.org.br.

Salto do Céu - MT, 14 de Outubro de 2015.

Wemerson Adão Prata

- Prefeito -

Mauto Teixeira Espíndola

Presidente da Comissão de Coordenação e Avaliação do Processo Seletivo 01/2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA 21/2015

PORTARIA N° 21, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa o Servidor APARECIDO RODRIGUES, para acompanhamento da execução do contrato nº. 004/2015 da Câmara Municipal de Salto do Céu - MT, e da outras providências”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT, no uso das atribuições legais exaradas no art. 29, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o Servidor **APARECIDO RODRIGUES**, para em cumprimento a Instrução Normativa de Contratos – SCL n.º 002/2010, acompanhar a execução do Contrato n.º 004/2015, celebrado por este Poder Legislativo Municipal.

Art. 2.º - Não caberá nenhuma remuneração ao Servidor, sendo-lhes assegurado todos os direitos funcionais pertinentes, quando em exercício de suas funções indispensáveis a execução dos serviço específico.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo, em Salto do Céu - MT, 13 de outubro de 2015

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 0232/2015 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 0232/2015

DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder “Elevação de Classe” à funcionária abaixo conforme a lei 038/2011 artigo 15.

Mat	Funcionário	Classe/Nível antigo	Classe/Nível atual
46	LUCENIR GARCIA DE MOURA SILVA	A-01	B-01

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE OUTUBRO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

_____

BRUNO LAPENNA GARCIA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0233/2015

DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO (a pedido) DA Sra. LETICIA DE JESUS CAMPOS CRUZ WEBER DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DESTE MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Senhor HUGO GARCIA SOBRINHO, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar (a pedido) a Sra.

LETICIA DE JESUS CAMPOS CRUZ WEBER

, portadora da Cédula de Identidade RG nº 163900245 SSP/MT, e CPF nº 023.399.721-08, do Cargo de Conselheira Tutelar deste Município.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 14 de Outubro de 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

PORTARIA Nº 0234/2015 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 062/2015".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor THIAGO CESAR DA CUNHA BERNEGOZZI**,** CPF sob nº 664.068.359-21, como Fiscal do Contrato nº 062/2015.

Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a da data de 10 de setembro de 2015.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 13 DE OUTUBRO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BRUNO LAPENNA GARCIA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Registre-se e Publique-seNa data supra

PORTARIA Nº 0235/2015 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 063/2015".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor THIAGO CESAR DA CUNHA BERNEGOZZI**,** CPF sob nº 664.068.359-21, como Fiscal do Contrato nº 063/2015.

Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a da data de 10 de setembro de 2015.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 13 DE OUTUBRO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

BRUNO LAPENNA GARCIA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Registre-se e Publique-seNa data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **RDC PRESENCIAL 01/2015.**

Tipo: Menor Preço por item

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT, torna público aos interessados que na modalidade de RDC-PRESENCIAL N° 01/2015, cuja abertura ocorreu às 14:00 horas do dia 13/10/2015, na sede da Prefeituratendo como objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO ARMADO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS,** Sagrou-se vencedora Empresa **CONSTRUTORA JURUENA LTDA,** inscrita no CNPJ Nº 04.292.274/0001-52, com o valor global do item 01 de R$ 570. 226,32 (quinhentos e setenta mil e duzentos e vinte seis reais e trinta e dois centavos) e do item 02 de R$ 712.782,91 (setecentos e doze mil e setecentos e oitenta e dois s reais e noventa e um centavos). e do item 03 de R$ 855.339,49 (oitocentos e cinquenta e cinco mil e trezentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos). e do item 04 de R$ 1.140,452,65(um milhão cento e quarenta mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos). O valor orçado para os 04 itens era de R$ 2. 587,500,00(dois milhões quinhentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação será adjudicado e homologado a proponente acima mencionada. Santa Terezinha – MT, em 13 de outubro de 2015. Renato volgango s. rocha - Pres. da Com. P. de Licitação.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **RDC PRESENCIAL 01/2015.**

Tipo: Menor Preço por item

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT, torna público aos interessados que na modalidade de RDC-PRESENCIAL N° 01/2015, cuja abertura ocorreu às 14:00 horas do dia 13/10/2015, na sede da Prefeituratendo como objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO ARMADO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS,** Sagrou-se vencedora Empresa **CONSTRUTORA JURUENA LTDA,** inscrita no CNPJ Nº 04.292.274/0001-52, com o valor global do item 01 de R$ 570. 226,32 (quinhentos e setenta mil e duzentos e vinte seis reais e trinta e dois centavos) e do item 02 de R$ 712.782,91 (setecentos e doze mil e setecentos e oitenta e dois s reais e noventa e um centavos). e do item 03 de R$ 855.339,49 (oitocentos e cinquenta e cinco mil e trezentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos). e do item 04 de R$ 1.140,452,65(um milhão cento e quarenta mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos). O valor orçado para os 04 itens era de R$ 2. 587,500,00(dois milhões quinhentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação será adjudicado e homologado a proponente acima mencionada. Santa Terezinha – MT, em 13 de outubro de 2015. Renato volgango s. rocha - Pres. da Com. P. de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 023/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 023/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 23/2015

PREGÃO: N° 023/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO/CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, ADESIVOS COLORIDOS, FAIXAS EM LONA COLORIDO, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE.

Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, situada a Rua: A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ:04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 021/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO/CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, ADESIVOS COLORIDOS, FAIXAS EM LONA COLORIDO, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Fornecedora/Empresa: **APP IMPRESSÃO DIGITAL LTDA ME**, inscrita no **CNPJ nº11.049.370/0001-30**, com sede na Rua: Guanabara, nº 155, Centro – Município de Primavera do Leste – MT, representada pelo Sr. **YURI JERONIMO DA COSTA**, portador do RG nº 1828147-8 SSP/MT e do CPF nº 012.297.391-73, residente e domiciliado no Município de Primavera do Leste.

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	V. Unitário	Valor Total
1	BANNER EM LONA COLORIDO 1,50 X 1,00		70	132,00	9.240,00
2	ADESIVO DE PAREDE COLORIDO 60X80		100	81,00	8.100,00
3	FAIXA EM LONA COLORIDA 3,00 X 1,00		203	228,00	46.284,00
6	ADESIVOS COLORIDO IMPRESSO METRO QUADRADO	MT2	100	84,98	8.600,00
16	ADESIVO DE PAREDE 60X80		100	93,10	9.310,00
30	TROFEU		50	93,10	4.655,00
50	FAIXA EM LONA 440X330		40	656,45	26.258,00
51	FAIXA EM LONA 600X350		40	941,41	37.658,00
52	FAIXA EM LONA 929X622		40	2.000,00	80.000,00
53	BANNER EM LONA COLORIDO 2,00X4,46		40	746,70	29.868,00
54	BANNER EM LONA COLORIDO 2,78X4,73		40	928,15	37.126,00
55	BANNER EM LONA COLORIDO 9,00X5,25		40	1.978,20	79.128,00
56	ENVELOPAMENTO DE ONIBUS		10	109,25	1.092,50
	Valor Total				**377.319,50**

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga o Município de Santo Antônio do Leste a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

O prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preço será de doze (12) meses, contados da publicação do resultado do procedimento licitatório no Diário Oficial do Estado.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório do Pregão Presencial SRP nº. 023/2015.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

5.1. A entrega deverá ser feita, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

5.2. A entrega/retirada dos itens deverá ser feita na sede do município de Santo Antônio do Leste em locais a serem designados pela Administração Municipal nas quantidades descritas na ordem de fornecimento, nos dias e horários estipulados;

5.2.1 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade, quantidade e medidas, de acordo com as suas devidas descrições, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do item por parte do município de Santo Antônio do Leste será de (10) dez dias imediatamente após a constatação, a contar da data do recebimento provisório,

5.2.2. A empresa vencedora deverá realizar trocas de produtos caso a data de validade estiver vencida ou o produto apresentar qualquer problema no que se refere às características organolépticas ou não atenderem às especificações técnicas constantes no termo de referência;

5.2.3. A entrega dos produtos somente deverá ser feita às pessoas autorizadas pelo recebimento;

5.2.4. A empresa vencedora deverá conferir o produto, no ato da entrega, juntamente com o responsável pelo recebimento e solicitar que o mesmo assine, de forma legível e por extenso em documento impresso pela contratada, o produto recebido;

5.2.5. As notas fiscais serão assinadas somente após a entrega de todas as mercadorias e o recebimento de todas as guias de remessa devidamente assinadas pelos responsáveis de cada secretaria solicitante, comprovando desta forma a autenticidade das mesmas;

5.2.6. A empresa vencedora deverá realizar as entregas com pessoal capacitado, uniformizado e que atendam as exigências mínimas de higiene pessoal.

5.3. O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93.

5.4. A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste edital e da Ata de Registro de Preço em que se verificar vícios ou incorreções exultantes dos itens fornecidos.

5.5. O Município de Santo Antônio do Leste rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento realizado em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.6. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

5.7. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos e serviços solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, proposta de preços apresentada, nos termos Anexo I, bem como no constante na minuta da ata de registro de preços.

5.7.1. O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, desde que apresente laudo do fabricante onde comprove a similaridade/superioridade da qualidade dos produtos, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

5.7.2. Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

5.8. O local para a entrega dos medicamentos e materiais será na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Leste e seus Departamentos, sendo a entrega diária, conforme a necessidade da mesma, e solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

5.9. A entrega dos medicamentos estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.10. No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.11. No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Santo Antônio do Leste).

5.12. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos medicamentos em nota fiscal emitida pela empresa.

5.13. Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da entrega.

5.14. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos SERVIÇOS/PRODUTOS registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os SERVIÇOS/PRODUTOS deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega/execução, não sendo aceitos os SERVIÇOS/PRODUTOS que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto (contratado).

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta da execução de quaisquer dos SERVIÇOS/PRODUTOS cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento da execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão, toda ou parte dos SERVIÇOS/PRODUTOS devolvidos pelo mesmo, no prazo de 01 dia, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA FORNECEDORA

São responsabilidades da Fornecedora (Contratado):

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Município de Santo Antônio do Leste por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à FORNECEDORA, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - A FORNECEDORA autoriza o Município de Santo Antônio do Leste, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – A ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá FORNECEDORA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

O Município de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues/executados os SERVIÇOS/PRODUTOS.

II. Permitir ao pessoal da FORNECEDORA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. Notificar a FORNECEDORA de qualquer irregularidade e encontrada na execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: Caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

O Município de Santo Antônio do Leste efetuará o pagamento à FORNECEDORA, através de crédito em conta corrente mantida pela FORNECEDORA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o SERVIÇO/PRODUTO foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro – A empresa fornecedora deverá apresentar anexada a Nota Fiscal de Fornecimento as Certidões de Regularidade junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certidões de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em todos os pagamentos.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a FORNECEDORA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras do Município de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações (Artigo 20 e 21 do Decreto 7.892/2013):

a) quando a Fornecedora descumprir as condições da ata de registro de preços, bem como as obrigações constantes no Edital;

b) quando a Fornecedora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pelo Gerenciador, sem justificativa aceitável;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Santo Antônio do Leste, facultando-se ao ente publico neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades da FORNECEDORA relativas aos Serviços a serem executados.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição (contratual) infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a FORNECEDORA ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas legais e editalícias (contratuais) que não causem prejuízo ao Município de Santo Antônio do Leste.

Parágrafo Segundo - A FORNECEDORA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS por mais de 10 (dez) dias poderá o Município de Santo Antônio do Leste, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, cancelar (rescindir) a ATA, ficando a FORNECEDORA impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante da Ata de Registro de Preço, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a FORNECEDORA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação assumida (contratual), desde que desses Fatos resultem prejuízos ao Município de Santo Antônio do Leste;

b) Se a FORNECEDORA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c) Se a FORNECEDORA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos SERVIÇOS/PRODUTOS ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a FORNECEDORA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes desta licitação, relativas ao ano de 2015, correrão por conta da dotação orçamentária previstas para os órgãos e entidades participantes.

Parágrafo Único – As despesas constantes ao orçamento de 2016 serão apontadas no momento oportuno.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o **Edital de Pregão nº 021/2015** e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, POR ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes (contratantes) elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede do **GERENCIADOR.**

Santo Antônio do Leste – MT, 31 de Agosto de 2015.

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

Weverton Ancelmo P. de Souza

Pregoeiro Oficial

APP IMPRESSÃO DIGITAL LTDA ME

CNPJ Nº11.049.370/0001-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 18/2015

PREGÃO: N° 023/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO/CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, ADESIVOS COLORIDOS, FAIXAS EM LONA COLORIDO, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE.

Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, situada a Rua: A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ:04.317. 362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1. 427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 021/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO/CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, ADESIVOS COLORIDOS, FAIXAS EM LONA COLORIDO, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Fornecedora/Empresa: **JACIGRAN INDUSTRIA GRÁFICA E COMÉRCIO LTDA ME**, inscrita no **CNPJ nº08.362.111/0001-50**, com sede na Rua: Rubens Pinto, nº 130, Bairro Vista Alegre Coxipó – Cuiabá/MT, representada pelo Sr. **EVANDRO JOSÉ RODRIGUES**, portador do RG nº 900.582 SSP/MT e do CPF nº 654.961.911-49, residente e domiciliado no Município de Primavera do Leste.

Item	Descrição do produto	Quant.	Valor unitário	Valor total
4	ENVELOPAMENTO DE CARROS UTILITÁRIOS		23	96,00	2.208,00
5	PLACA GALVANIZADA O METROS QUADRADO	MT2	100	120,00	12.000,00
7	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 GABINETE DO PREFEITO		150	2,08	312,00
8	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 GABINETE DO PREFEITO		75	1,00	75,00
9	PAPEL TIMBRADO A4 GABINETE DO PREFEITO		1.000	0,31	310,00
10	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE AÇÃO SOCIAL		100	2,00	200,00
11	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE AÇÃO SOCIAL		50	1,30	65,00
12	PAPEL TIMBRADO 4A SEC. MUN. DE AÇÃO SOCIAL		1.000	0,31	310,00
13	PASTA L		100	3,40	340,00
14	PANFLETOS		2.000	0,65	1.300,00
15	CARTAZES CAMPANHA		200	3,05	610,00
17	CADERNO PRONTUARIOS SISTEMA UNICO DE ASSIS. SOCIAL COM 50 FOLHAS		700	7,60	5.320,00
18	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO		500	2,08	1.040,00
19	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO		250	1,00	250,00
20	CAPA DE EMPENHO PADRONIZADO SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO		5.000	0,70	3.500,00
21	PAPEL TIMBRADO A4 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO		2.000	0,31	620,00
22	CARTEIRINHAS		1.000	1,45	1.450,00
23	ADESIVOS COLORIDOS 20X30		2.100	4,98	10.458,00
24	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE ECONOMIA E FINANÇAS		150	2,08	312,00
25	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE ECONOMIA E FINANÇAS		75	1,00	75,00
26	PAPEL TIMBRADO A4 SEC. MUN. DE ECONOMIA E FINANÇAS		1.000	0,31	310,00
27	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE OBRAS		100	2,08	208,00
28	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE OBRAS		50	1,00	50,00
29	PAPEL TIMBRADO A4 EC. MUN. DE OBRAS		1.000	0,31	310,00
31	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		500	1,38	690,00
32	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		250	0,97	242,50
33	PAPEL TIMBRADO A4 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		2.000	0,31	620,00
34	CARTAZ 267X400		250	3,30	825,00
35	CARTAZ 622X800		500	6,80	3.400,00
36	CARTAZ 2500X3500		250	11,00	2.750,00
37	FOLDER 591X295		250	3,80	950,00
38	FOLDER 888X966		500	5,70	2.850,00
39	FOLDER 1280X870		250	7,40	1.850,00
40	PANFLETO 510X710		250	2,00	500,00
41	PANFLETO 600X428		500	5,30	2.650,00
42	PANFLETO 721X1024		250	8,70	2.175,00
43	FOLHETO 343X480		500	6,80	3.400,00
44	FOLHETO 500X500		500	11,80	5.900,00
45	CARIMBO		30	42,00	1.260,00
46	BRINDES		1.000	90,00	90.000,00
47	CARTÕES DE VISITA		100	2,50	250,00
48	CARTÃO POSTAL 10X15		50	5,70	285,00
49	CARTÃO POSTAL 260X328		50	9,50	475,00
57	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO PA COM 50 UNIDADES		100	15,00	1.500,00
58	BLOCO DE FICHA DE ATENDIMENTO COM 50 FOLHAS		100	17,00	1.700,00
59	BLOCO LABORATORIO E ANALISE CLINICA COM 50 FOLHAS		200	17,00	3.400,00
60	BLOCO RECEITUARIO CARBONADO CAPSII DR. JORGE LUIS G. GONZALES COM 30 FOLHAS		100	22,00	2.200,00
61	BLOCOS RECEITUARIO CARBONADO CAPS II DR. JOACI INACIO PEREIRA COM 30 FOLHAS		100	22,00	2.200,00
62	BLOCO DE RECEITUARIO		300	8,50	2.550,00
63	BLOCO DE PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO CARBONADA COM 50 FOLHAS		100	22,00	2.200,00
64	BLOCO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS COM 50 FOLHAS		100	17,00	1.700,00
65	BLOCO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA CARBONADO		30	19,00	570,00
65	BLOCO DE EVOLUÇÃO DE EXAMES COM 50 FOLHAS		100	19,00	1.900,00
67	BLOCO RECEITUARIO PA COM 50 FOLHAS		100	8,50	850,00
68	BLOCO DE FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM 50 FOLHAS		100	14,00	1.400,00
69	BLOCO DE FICHA DE PROCEDIMENTO PA COM 50 FOLHAS		100	17,00	1.700,00
69	BLOCO DE FORMULARIO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES COM 50 FOLHAS		100	17,00	1.700,00
71	BLOCO DE PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE COM 50 FOLHAS		50	17,00	850,00
72	BLOCO DE UNIDADE DE REABILITAÇÃO SANTO ANTONIO DO LESTE COM 50 FOLHAS		200	17,00	3.400,00
73	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE SAÚDE		500	1,40	700,00
73	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE SAÚDE		250	0,90	225,00
75	CAPA DE EMPENHOA PADRONIZADO SEC. MUN. DE SAÚDE		1.000	1,30	1.300,00

76	PAPEL TIMBRADO A4 SEC. MUN. DE SAÚDE		2.000	0,31	620,00
77	BLOCO DE FICHA DE ACOMPANHANTE 15,5X21,5	UNID	30	8,50	255,00
77	BLOCO DE FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL 20,5X28,5	UNID	50	14,00	700,00
79	BLOCO LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL 32,5X21,5		200	34,00	6.800,00
80	BLOCO DE FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES 21,5 X 31	UNID	100	18,00	1.800,00
81	BLOCO DE FICHA DE PACIENTE EM OBSERVAÇÃO E FICHA DE ACOMPANHANTE 31X21		30	17,00	510,00
81	FICHA DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS 29,5X21 SEC. MUN. DE SAÚDE		1.500	0,74	1.110,00
83	FICHA DE VISITAS 21X15 SEC. MUN. DE SAÚDE		5.000	0,45	2.250,00
84	REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO - COLO DO ÚTERO 21 X 30	UNID	500	0,55	275,00
85	CARTÃO DE CONTROLE 10 X 7	UNID	1.000	0,34	340,00
85	BLOCO DE ATESTADO MEDICO C/ 100 FOLHAS 15X21		200	9,00	1.800,00
87	CARTÃO DA GESTANTE (FRENTE E VERSO) 21X31 CARTOLINA		500	1,65	825,00
88	CARTÃO PROGRAMA TESTE DA ORELHINHA		1.000	0,85	850,00
89	FICHA DE CADASTRAMENTO DA GESTANTE C/ 100 FOLHAS 02 VIAS CARBONADAS		20	24,00	480,00
89	FICHA DE PRÉ NATAL (FRENTE E VERSO) C/ 100 FOLHAS		10	28,00	280,00
91	BLOCO DE FORMULARIO DE SOLICITAÇÃO DE CONSULTA ESPECIALIZADA C/ 100 FOLHAS		150	17,00	2.550,00
92	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLOGICO - MAMA COM 100 FOLHAS		50	17,50	875,00
93	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA		100	17,00	1.700,00
93	ROA (REGISTRO DE OCORRENCIA AMBULATORIAL C/ 100 FOLHAS)		200	16,00	3.200,00
95	BLOCO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO 100 FOLHAS		100	17,37	1.737,00
96	BLOCO DE FICHA DE OBSTETRICIA C/ 100 FOLHAS		50	17,37	868,50
97	BLOCO DE LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AIH 02 VIAS AUTO COP. C/ 100 FOLHAS		200	22,8705	4.574,10
97	BLOCO RECEITUARIO COM SOLIICTAÇÃO DE TESTE DO PEZINHO C/ 100 FOLHAS		20	17,37	347,40
99	BLOCO DE RELATORIO DE VIAGEM 100 FOLHAS (04 VIAS SENDO AS 3 PRIMEIRAS DESTACAVEIS)		20	24,125	482,50
100	BLOCO DE SAE - 100 FOLHAS (ALOJAMENTO CONJUNTO)		50	17,37	868,50
101	BLOCO SAE 100 FOLHAS (CENTRO CIRURGICO - ADMISSÃO)		50	17,37	868,50
101	BLOCO SAE 100 FOLHAS (CLINICA G.O)		50	17,37	868,50
103	BLOCO SAE 100 FOLHAS (CLINICA MEDICA E CIRURGICA)		200	14,475	2.895,00
104	BLOCO SAE 100 FOLHAS (ESTABILIZAÇÃO ADULTO E INFANTIL)		30	17,177	515,31
105	BLOCO SAE 100 FOLHAS (PEDIATRIA)		70	17,177	1.202,39
106	BLOCO SAE 100 FOLHAS PRÉ PARTO		50	17,177	858,85
107	SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA E GASOTERAPIA 100 FOLHAS		60	17,177	1.030,62
108	SOLICITAÇÃO DE EXAMES ANATOMOPATOLOGICO 100 FOLHAS 02 VIAS AUTOCOPIATIVO		5	36,67	183,35
109	BLOCO DE SOROTERAPIA 100 FOLHAS PAPEL AUTOCOLANTE		1.000	8,6657	8.665,70
110	BLOCO SUMARIO DE ALTA MAE/RN 100 FOLHAS 02 VIAS AUTOCOPIATIVO		60	28,95	1.737,00
111	BLOCO SUMARIO DE ALTA GERAL 100 FOLHAS 02 VIAS AUTOCOPIATIVO		150	23,932	3.589,80
112	BLOCO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CIRURGIA		20	19,30	386,00
114	BLOCO TERMO DE RESPONSABILIDADE 02 VIAS AUTO COPIATIVO 100 FOLHAS		10	33,775	337,75
113	AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA DE ALIMENTOS 100 FOLHAS		20	19,30	386,00
115	BLOCO DE REFEIÇOES SERVIDAS POR CLINICAS 100 FOLHAS		10	24,125	241,25
116	BLOCO MAPA DE CONTROLE DE PACIENTES 100 FOLHAS		25	19,174	479,36
117	BLOCO DE MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIETAS		25	19,174	479,36
118	BLOCO PREPARO DE FORMULAS LACTEAS		10	24,125	241,25
119	BLOCO PEDIDOS DE BACILOSCOPIA E INFORMES DO RESULTADO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
120	BLOCO COAGULOGRAMA 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		135	23,613	3.187,82
121	BLOCO COOMBS DIRETO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
122	BLOCO COOMBS INDIRETO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
123	BLOCO HEMOGRAMA COMPLETO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		480	21,606	10.371,04
124	EXAME IMUNOLOGICO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		200	21,8862	4.377,24
125	BLOCO LIQUIDO PLEURAL 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		5	33,775	168,875
126	BLOCO LIQUOR 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
127	BLOCO PARASITOLOGICO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		140	22,195	3.107,30
128	BLOCO PROVA DE ATIVIDADES REUMATICAS AUTO COPIATIVO		480	19,107	9.171,36
129	BLOCO PESQUISA DE SANGUE OCULTO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
130	TESTE DE GRAVIDEZ 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		135	21,9827	2.967,30
131	BLOCO TESTE RAPIDO PARA DENGUE 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
130	BLOCO TESTE RAPIDO PARA ROTAVIRUS 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
133	BLOCO TIPAGEM SANGUINEA 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		80	28,95	2.316,00
134	BLOCO TESTE RAPIDO TROPONINA CARDIACA 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
135	URINALISE 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		480	19,107	9.171,36
136	LIVRO DE REGISTRO DE INTERNAMENTO 30X36 CAPA DURA		3	166,945	500,835
137	LIVRO DE REGISTRO DE NASCIDO VIVO 28X40		2	135,10	270,20
138	BLOCO MANUTENÇÃO SAUDE DA FAMILIA		400	14,1855	5.674,20
139	CADASTRO DA FAMILIA CARTOLINA		6.000	0,6755	4.053,00
138	BLOCO CADASTRO DO HIPERTENSO E DIABÉTICO C/ 100 FOLHAS		20	22,195	443,90
141	BLOCO CADASTRO DO SISVAN (SISTEMA DE VIG. ALIM. E NUT.) 100 FOLHAS		150	17,177	2.576,55
142	CARTÃO DE MATRICULA FAMILIAR		6.000	0,6755	4.053,00
143	CARTÃO DE VACINA DO ADULTO 22X7,5		10.000	0,5597	5.597,00
144	CARTÃO DO DIABÉTICO CARTOLINA		1.800	0,9264	1.667,52
145	CARTÃO DO HIPERTENSO		2.500	0,8492	2.123,00
146	CARTÃO SOMBRA DE VACINAÇÃO ROSA E BRANCO		1.000	0,8492	849,20
147	CARTÃO SOMBRA DE VACINAÇÃO AZUL E BRANCO		1.000	0,8492	849,20
146	BLOCO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSIS FARMACEUTICA		6	28,95	173,70
149	BLOCO DE FORMULARIO DE MARCADORES DO CONSUMO ALIMENTAR CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS DE IDADE		40	20,265	810,60

150	BLOCO DE FORMULARIO DE MARCADORES DO CONSUMO ALIMENTAR INDIVIDUOS COM 5 ANOS OU MAIS	90	17,177	1.545,93
	VALOR TOTAL			**334. 543,01**

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga o Município de Santo Antônio do Leste a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

O prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preço será de doze (12) meses, contados da publicação do resultado do procedimento licitatório no Diário Oficial do Estado.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório do Pregão Presencial SRP nº. 023/2015.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

5.1. A entrega deverá ser feita, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

5.2. A entrega/retirada dos itens deverá ser feita na sede do município de Santo Antônio do Leste em locais a serem designados pela Administração Municipal nas quantidades descritas na ordem de fornecimento, nos dias e horários estipulados;

5.2.1 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade, quantidade e medidas, de acordo com as suas devidas descrições, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do item por parte do município de Santo Antônio do Leste será de (10) dez dias imediatamente após a constatação, a contar da data do recebimento provisório,

5.2.2. A empresa vencedora deverá realizar trocas de produtos caso a data de validade estiver vencida ou o produto apresentar qualquer problema no que se refere às características organolépticas ou não atenderem às especificações técnicas constantes no termo de referência;

5.2.3. A entrega dos produtos somente deverá ser feita às pessoas autorizadas pelo recebimento;

5.2.4. A empresa vencedora deverá conferir o produto, no ato da entrega, juntamente com o responsável pelo recebimento e solicitar que o mesmo assine, de forma legível e por extenso em documento impresso pela contratada, o produto recebido;

5.2.5. As notas fiscais serão assinadas somente após a entrega de todas as mercadorias e o recebimento de todas as guias de remessa devidamente assinadas pelos responsáveis de cada secretaria solicitante, comprovando desta forma a autenticidade das mesmas;

5.2.6. A empresa vencedora deverá realizar as entregas com pessoal capacitado, uniformizado e que atendam as exigências mínimas de higiene pessoal.

5.3. O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93.

5.4. A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste edital e da Ata de Registro de Preço em que se verificar vícios ou incorreções exultantes dos itens fornecidos.

5.5. O Município de Santo Antônio do Leste rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento realizado em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.6. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

5.7. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos e serviços solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, proposta de preços apresentada, nos termos Anexo I, bem como no constante na minuta da ata de registro de preços.

5.7.1. O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, desde que apresente laudo do fabricante onde comprove a similaridade/superioridade da qualidade dos produtos, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

5.7.2. Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

5.8. O local para a entrega dos medicamentos e materiais será na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Leste e seus Departamentos, sendo a entrega diária, conforme a necessidade da mesma, e solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

5.9. A entrega dos medicamentos estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.10. No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.11. No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Santo Antônio do Leste).

5.12. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos medicamentos em nota fiscal emitida pela empresa.

5.13. Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da entrega.

5.14. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos SERVIÇOS/PRODUTOS registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os SERVIÇOS/PRODUTOS deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega/execução, não sendo aceitos os SERVIÇOS/PRODUTOS que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto (contratado).

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta da execução de quaisquer dos SERVIÇOS/PRODUTOS cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento da execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão, toda ou parte dos SERVIÇOS/PRODUTOS devolvidos pelo mesmo, no prazo de 01 dia, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA FORNECEDORA

São responsabilidades da Fornecedora (Contratado):

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Município de Santo Antônio do Leste por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à FORNECEDORA, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - A FORNECEDORA autoriza o Município de Santo Antônio do Leste, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – A ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá FORNECEDORA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

O Município de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues/executados os SERVIÇOS/PRODUTOS.

II. Permitir ao pessoal da FORNECEDORA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. Notificar a FORNECEDORA de qualquer irregularidade e encontrada na execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: Caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

O Município de Santo Antônio do Leste efetuará o pagamento à FORNECEDORA, através de crédito em conta corrente mantida pela FORNECEDORA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o SERVIÇO/PRODUTO foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro – A empresa fornecedora deverá apresentar anexada a Nota Fiscal de Fornecimento as Certidões de Regularidade junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certidões de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em todos os pagamentos.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a FORNECEDORA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras do Município de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações (Artigo 20 e 21 do Decreto 7.892/2013):

a) quando a Fornecedora descumprir as condições da ata de registro de preços, bem como as obrigações constantes no Edital;

b) quando a Fornecedora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pelo Gerenciador, sem justificativa aceitável;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Santo Antônio do Leste, facultando-se ao ente publico neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades da FORNECEDORA relativas aos Serviços a serem executados.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição (contratual) infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a FORNECEDORA ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas legais e editalícias (contratuais) que não causem prejuízo ao Município de Santo Antônio do Leste.

Parágrafo Segundo - A FORNECEDORA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS por mais de 10 (dez) dias poderá o Município de Santo Antônio do Leste, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, cancelar (rescindir) a ATA, ficando a FORNECEDORA impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante da Ata de Registro de Preço, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a FORNECEDORA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação assumida (contratual), desde que desses Fatos resultem prejuízos ao Município de Santo Antônio do Leste;

b) Se a FORNECEDORA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c) Se a FORNECEDORA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos SERVIÇOS/PRODUTOS ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a FORNECEDORA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes desta licitação, relativas ao ano de 2015, correrão por conta da dotação orçamentária previstas para os órgãos e entidades participantes.

Parágrafo Único – As despesas constantes ao orçamento de 2016 serão apontadas no momento oportuno.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o **Edital de Pregão nº 021/2015** e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, POR ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes (contratantes) elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede do **GERENCIADOR.**

Santo Antônio do Leste – MT, 31 de Agosto de 2015.

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

Weverton Ancelmo P. de Souza

Pregoeiro Oficial

JACIGRAN INDUSTRIA GRÁFICA E COMÉRCIO LTDA ME

CNPJ nº08.362.111/0001-50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 004/2015

PREGÃO Nº 004/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 004/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios (merenda escolar), para o funcionamento das unidades escolares da rede municipal de ensino,** conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369. 53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 004/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: Nelso Favaretto & Cia LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 17.553.753/0001-27, sediada na rua Santo Antônio esquia com a Goiás, neste ato representado pelo seu Proprietário, Sr. Nelso Favaretto, nacionalidade Brasileiro, Viúvo, Portador da Carteira de Identidade nº 1158190, expedida pela SSP/PR, CPF nº 060.201. 009-87, residente e domiciliado na rua Santo Antônio esquia com a Goiás.

NELSO FAVARETTO & CIA LTDA CNPJ – 17.553.753/0001-27

Item	Descrição do Produto/ Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	FARINHA DE MANDIOCA		0.031	4,67	7. 215,15
3	MACARRAO PARAFUSO 500G		3.355	1,84	6. 173,20
5	BISCOITO DOCE 800G.		3.104	6,81	21. 672,00
8	FRANGO	KG	8.830	4,98	44. 817,97
12	OLEO DE SOJA 1L		3.232	2,59	8. 319,30
13	MARGARINA 1 KG		32	3,15	3. 087,00
18	EXTRATO DE TOMATE 850G		0.031	5,45	8. 229,50
19	MANDIOCA		0.032	2,58	4. 618,20
21	MILHO VERDE 2 KG		32	11,59	7. 649,40
22	MILHO VERDE		32	1,08	031,68
24	CENOURA		0.031	2,29	3. 572,40
25	ABOBORA		32	1,95	0. 031,29
26	BETERRABA		32	2,41	2. 207,50
29	ACHOCOLATADO 400 GR LATA	UNID	0.031	4,31	7. 884,00
31	BANANA DA TERRA		31	3,91	3. 555,00
32	BANANA NANICA		3.616	2,05	7. 482,25
32	ABACAXI.		100	3,91	395,00
34	MAMAO PAPAIA		150	3,49	031,36
36	MELANCIA.		0.031	1,45	2. 175,00
38	OVOS		150	4,00	031,75
40	LEITE		31	2,49	2. 265,90
42	FERMENTO BIOLOGICO		195	3,91	031,07
46	MUSSARELA.		300	17,90	5. 370,00
48	FARINHA DE QUIBE		200	3,41	031,56
50	GELATINA.		500	0,89	445,00
52	SAGU		200	4,68	936,00
54	FARINHA DE TRIGO		0.032	2,89	5. 115,30
56	CARNE DE 1a SEM OSSO		0.032	15,70	21. 744,50
58	CORANTE VERMELHO MORANGO		31	0,99	031,06
58	MILHO DE PIPOCA 500G.		31	1,90	0. 031,30
64	CREME DE LEITE		300	1,39	417,00
65	LEITE NINHO		400	11,62	4. 720,00
65	COPO DESCARTAVEL 180ML	PC	9.440	2,80	26. 432,00
68	GUARDANAPO DE PAPEL 50 UN.		32	0,95	570,00
69	PRATO DESCARTAVEL C/ 10 UNID.		3.000	1,83	5. 550,00
73	REFRIGERANTE 2LTS		3.500	2,99	10. 464,49
75	CARNE DE 1°	UNID	400	15,90	6. 360,00
76	CARNE MOIDA DE 1°	UNID	0.031	10,50	20. 368,98
77	POLVILHO DOCE.		300	3,91	0. 031,25
77	GOIABADA		100	1,45	145,00
80	DOCE DE LEITE		100	3,90	390,00
84	PAPEL TOALHA COM 02 UNID.		32	2,91	0. 031,66
85	AGUA MINERAL		8.000	0,89	7. 120,00
85	BOLACHA MAISENA		31	4,99	3. 243,50
88	PAPEL ALUMINIO		31	2,98	2. 235,00
89	SUCO 1KG		0.032	4,85	5. 820,00
89	CARNE MOIDA		3.380	7,81	26. 700,98
				Valor Total Geral:	305. 747,60

Fornecedora: Comercial de Alimentos Super Pereira Eireli-EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 21.272.835/0001-70, sediada na rua Primavera nº 1083 Centro Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pela sua Proprietária, Srª. Eva Alves da Silva, Brasilei-

ra, Casada, Portador da Carteira de Identidade nº 158776420000, expedida pela GEJSPC/MA, CPF nº 781.173.642-04.

COMERCIAL DE ALIMENTOS SUPER PEREIRA EIRELI-EPP CNPJ – 21.272.835/0001-70

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FEIJAO CARIOCA		0.031	2,98	4.052,62
4	BISCOITO AGUA E SAL 400G		3.104	2,89	9.103,50
6	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS		0.032	2,99	5.118,88
7	SUCO CONCENTRADO DE MARACUJA		32	4,99	4.271,44
9	SALSICHA		0.032	5,25	9.712,50
10	SAL		31	0,85	031,47
11	ACUCAR 2KG		5.140	2,85	14.462,49
14	CARNE DE 2a SEM OSSO		0.031	9,60	18.624,00
15	ALHO		31	11,65	6.757,00
16	CEBOLA		0.031	2,25	3.757,50
17	CANJICA		31	1,65	957,00
20	VINAGRE		436	1,20	031,25
23	BATATA INGLESA		0.031	2,49	4.307,70
28	REPOLHO		0.032	1,99	3.014,85
30	TOMATE		3.232	2,99	9.777,30
34	LARANJA		0.032	1,33	2.389,50
36	MACA		2.600	3,60	9.360,00
38	PIMENTAO		150	4,50	031,09
40	COCO RALADO 100g		400	2,40	031,00
42	FERMENTO EM PO.		500	4,49	2.207,50
44	FUBA DE MILHO		5.040	2,49	12.415,60
44	LINGUICA		31	10,89	9.800,49
46	SARDINHA		500	4,99	2.495,00
48	LEITE DE COCO		100	1,99	199,00
50	AMIDO DE MILHO		200	3,66	031,06
52	CANELA EM PO		150	1,00	150,00
54	PEITO DE FRANGO		32	6,99	4.194,00
56	CHA MATE		31	3,99	2.354,10
60	LEITE CONDENSADO		32	2,60	0.031,38
60	PRESUNTO		32	13,49	7.999,00
62	CALABRESA		60.000	11,99	719.400,00
62	BACON	KG	32	12,49	7.494,00
67	GARFO DESCARTAVEL C/ 50 UNID.		3.000	2,50	7.500,00
69	COLHER DESCARTAVEL		3.000	2,50	7.500,00
71	CALDO DE CARNE		400	0,50	200,00
72	CALDO DE GALINHA		400	0,50	200,00
73	OREGANO		32	1,00	031,75
79	MASSA PARA LASANHA		178	4,99	031,07
81	PO PARA SORVETE		100	3,49	349,00
81	LIGA NEUTRA		100	3,75	375,00
83	EMULSIFICANTE		100	5,49	549,00
87	GAS DE COZINHA		300	54,49	16.500,00
91	ARROZ TIPO 1		0.031	8,45	9.970,49

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios (merenda escolar), para o funcionamento das unidades escolares da rede municipal de ensino, conforme solicitação,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Educação, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do produto é conforme a solicitação.

4.2.1 Os Lotes que contém alimentos perecíveis serão entregues nas Unidades Solicitantes conforme cronograma de entrega fornecido pelo Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 03 (três) dias úteis, caso constatada divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo e praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das

penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso superior ao prazo estipulado no Item 1.3, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta da-Dotação Orçamentária:

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação.

Manutenção das Atividades da Educação (Recurso Próprio)

06.01.12.361.5007.2037.33.90.32 – Material de distribuição gratuita.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 004/2015 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Fevereiro de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

pregoeiro

CONTRATANTE

NELSO FAVARETTO & CIA LTDA

CNPJ – 17.553.753/0001-27

COMERCIAL DE ALIMENTOS SUPER PEREIRA EIRELI-EPP

CNPJ – 21.272.835/0001-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº 366/2015 DE: 09 DE OUTUBRO DE 2015

Institui a Comissão Especial para o Combate Preventivo à Dengue, Chikungunya e Zica no Município de Santo Antônio do Leste e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no artigo 251 e ss. da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando as Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue publicadas pelo Ministério da Saúde em 2009 e a Portaria GM n. 2778 que revisa a relação de metas, com seus respectivos indicadores e a metodologia para a Fase de Avaliação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA–VS) a qual integra as metas para controle da Dengue, Chikungunya e Zica;

Considerando a importância do envolvimento do Poder Público nos três níveis de governo e demais segmentos da sociedade organizada, por meio de ações articuladas para combate ao vetor da Dengue, Chikungunya e Zica;

Considerando o histórico da situação epidemiológica de Dengue no Município de Santo Antônio do Leste;

Considerando a recomendação de organização da estrutura dos Comitês de Mobilização com base nas diretrizes da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa, aprovada pela Portaria 3.027, de 26 de novembro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Comissão Especial para o Combate à Dengue, Chikungunya e Zica no Município de Santo Antônio do Leste.

Art. 2º A Comissão Especial para o Combate à Dengue, Chikungunya e Zica tem por finalidade coordenar a implementação, em nível municipal, das ações de combate à Dengue, Chikungunya e Zica.

Art. 3º A Comissão Especial para o Combate à Dengue, Chikungunya e Zica será composto pelos seguintes setores da Administração Pública Municipal e respectivos servidores:

Secretaria Municipal de Saúde – Marcos da Silva Alves;

Coordenadoria de Água e Esgoto – Vander Francisco Carrijo e César Balbino de Souza;

Secretária M. de Viação, Obras e Serviços Urbanos - Delmir Emiliano de Moraes e

Maicon Douglas Pereira dos Santos;

Vigilância Sanitária – Michel dos Santos;

Coordenadoria de ACS'S – Vanessa de Medeiros

Fiscais de Obras e Postura: Ricardo Baltazar de Jesus e Andréia Jakqueline Michalski de Souza.

Combate à Endemias – Cleber Pereira dos Santos

Art. 4º - A Presidência da Comissão Especial para o Combate à Dengue, Chikungunya e Zica do Comitê ficará sob a responsabilidade do Secretário Municipal de Saúde, que entre outras atribuições, ficará responsável em elaborar o calendário mensal de atividades do Conselho.

Art. 5º - Fica aprovado o calendário de atividades e ações a serem desenvolvidas pelos membros desta Comissão, os quais ficarão responsáveis em elaborar os relatórios semanais, os quais deverão ser entregues ao Presidente da Comissão.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 09 DE OUTUBRO DE 2015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 022/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 023/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 23/2015

PREGÃO: N° 023/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO/CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, ADESIVOS COLORIDOS, FAIXAS EM LONA COLORIDO, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE.

Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, situada a Rua: A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ:04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 021/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO/CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, ADESIVOS COLORIDOS, FAIXAS EM LONA COLORIDO, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Fornecedora/Empresa: **JACIGRAN INDUSTRIA GRÁFICA E COMÉRCIO LTDA ME**, inscrita no **CNPJ nº08.362.111/0001-50**, com sede na Rua: Rubens Pinto, nº 130, Bairro Vista Alegre Coxipó – Cuiabá/MT, representada pelo Sr. **EVANDRO JOSÉ RODRIGUES**, portador do RG nº 900.582 SSP/MT e do CPF nº 654.961.911-49, residente e domiciliado no Município de Primavera do Leste.

Item	Descrição do produto	Quant.	Valor unitário	Valor total
4	ENVELOPAMENTO DE CARROS UTILITÁRIOS		23	96,00	2.208,00
5	PLACA GALVANIZADA O METROS QUADRADO	MT2	100	120,00	12.000,00
7	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 GABINETE DO PREFEITO		150	2,08	312,00
8	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 GABINETE DO PREFEITO		75	1,00	75,00
9	PAPEL TIMBRADO A4 GABINETE DO PREFEITO		1.000	0,31	310,00
10	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE AÇÃO SOCIAL		100	2,00	200,00
11	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE AÇÃO SOCIAL		50	1,30	65,00
12	PAPEL TIMBRADO 4A SEC. MUN. DE AÇÃO SOCIAL		1.000	0,31	310,00
13	PASTA L		100	3,40	340,00
14	PANFLETOS		2.000	0,65	1.300,00
15	CARTAZES CAMPANHA		200	3,05	610,00
17	CADERNO PRONTUARIOS SISTEMA UNICO DE ASSIS. SOCIAL COM 50 FOLHAS		700	7,60	5.320,00
18	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO		500	2,08	1.040,00
19	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO		250	1,00	250,00
20	CAPA DE EMPENHO PADRONIZADO SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO		5.000	0,70	3.500,00
21	PAPEL TIMBRADO A4 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO		2.000	0,31	620,00
22	CARTEIRINHAS		1.000	1,45	1.450,00
23	ADESIVOS COLORIDOS 20X30		2.100	4,98	10.458,00
24	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE ECONOMIA E FINANÇAS		150	2,08	312,00
25	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE ECONOMIA E FINANÇAS		75	1,00	75,00
26	PAPEL TIMBRADO A4 SEC. MUN. DE ECONOMIA E FINANÇAS		1.000	0,31	310,00
27	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE OBRAS		100	2,08	208,00
28	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE OBRAS		50	1,00	50,00
29	PAPEL TIMBRADO A4 EC. MUN. DE OBRAS		1.000	0,31	310,00
31	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		500	1,38	690,00
32	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		250	0,97	242,50
33	PAPEL TIMBRADO A4 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO		2.000	0,31	620,00
34	CARTAZ 267X400		250	3,30	825,00
35	CARTAZ 622X800		500	6,80	3.400,00
36	CARTAZ 2500X3500		250	11,00	2.750,00
37	FOLDER 591X295		250	3,80	950,00
38	FOLDER 888X966		500	5,70	2.850,00
39	FOLDER 1280X870		250	7,40	1.850,00
40	PANFLETO 510X710		250	2,00	500,00
41	PANFLETO 600X428		500	5,30	2.650,00
42	PANFLETO 721X1024		250	8,70	2.175,00
43	FOLHETO 343X480		500	6,80	3.400,00
44	FOLHETO 500X500		500	11,80	5.900,00
45	CARIMBO		30	42,00	1.260,00
46	BRINDES		1.000	90,00	90.000,00
47	CARTÕES DE VISITA		100	2,50	250,00
48	CARTÃO POSTAL 10X15		50	5,70	285,00
49	CARTÃO POSTAL 260X328		50	9,50	475,00
57	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO PA COM 50 UNIDADES		100	15,00	1.500,00
58	BLOCO DE FICHA DE ATENDIMENTO COM 50 FOLHAS		100	17,00	1.700,00
59	BLOCO LABORATORIO E ANALISE CLINICA COM 50 FOLHAS		200	17,00	3.400,00
60	BLOCO RECEITUARIO CARBONADO CAPSII DR. JORGE LUIS G. GONZALES COM 30 FOLHAS		100	22,00	2.200,00

61	BLOCOS RECEITUARIO CARBONADO CAPS II DR. JOACI INACIO PEREIRA COM 30 FOLHAS		100	22,00	2.200,00
62	BLOCO DE RECEITUARIO		300	8,50	2.550,00
63	BLOCO DE PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO CARBONADA COM 50 FOLHAS		100	22,00	2.200,00
64	BLOCO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS COM 50 FOLHAS		100	17,00	1.700,00
65	BLOCO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA CARBONADO		30	19,00	570,00
65	BLOCO DE EVOLUÇÃO DE EXAMES COM 50 FOLHAS		100	19,00	1.900,00
67	BLOCO RECEITUARIO PA COM 50 FOLHAS		100	8,50	850,00
68	BLOCO DE FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM 50 FOLHAS		100	14,00	1.400,00
69	BLOCO DE FICHA DE PROCEDIMENTO PA COM 50 FOLHAS		100	17,00	1.700,00
69	BLOCO DE FORMULARIO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES COM 50 FOLHAS		100	17,00	1.700,00
71	BLOCO DE PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE COM 50 FOLHAS		50	17,00	850,00
72	BLOCO DE UNIDADE DE REABILITAÇÃO SANTO ANTONIO DO LESTE COM 50 FOLHAS		200	17,00	3.400,00
73	ENVELOPE PADRONIZADO 26X36 SEC. MUN. DE SAÚDE		500	1,40	700,00
73	ENVELOPE PADRONIZADO 23X11,5 SEC. MUN. DE SAÚDE		250	0,90	225,00
75	CAPA DE EMPENHOA PADRONIZADO SEC. MUN. DE SAÚDE		1.000	1,30	1.300,00
76	PAPEL TIMBRADO A4 SEC. MUN. DE SAÚDE		2.000	0,31	620,00
77	BLOCO DE FICHA DE ACOMPANHANTE 15,5X21,5	UNID	30	8,50	255,00
77	BLOCO DE FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL 20,5X28,5	UNID	50	14,00	700,00
79	BLOCO LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL 32,5X21,5		200	34,00	6.800,00
80	BLOCO DE FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES 21,5 X 31	UNID	100	18,00	1.800,00
81	BLOCO DE FICHA DE PACIENTE EM OBSERVAÇÃO E FICHA DE ACOMPANHANTE 31X21		30	17,00	510,00
81	FICHA DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS 29,5X21 SEC. MUN. DE SAÚDE		1.500	0,74	1.110,00
83	FICHA DE VISITAS 21X15 SEC. MUN. DE SAÚDE		5.000	0,45	2.250,00
84	REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO - COLO DO ÚTERO 21 X 30	UNID	500	0,55	275,00
85	CARTÃO DE CONTROLE 10 X 7	UNID	1.000	0,34	340,00
85	BLOCO DE ATESTADO MEDICO C/ 100 FOLHAS 15X21		200	9,00	1.800,00
87	CARTÃO DA GESTANTE (FRENTE E VERSO) 21X31 CARTOLINA		500	1,65	825,00
88	CARTÃO PROGRAMA TESTE DA ORELHINHA		1.000	0,85	850,00
89	FICHA DE CADASTRAMENTO DA GESTANTE C/ 100 FOLHAS 02 VIAS CARBONADAS		20	24,00	480,00
89	FICHA DE PRÉ NATAL (FRENTE E VERSO) C/ 100 FOLHAS		10	28,00	280,00
91	BLOCO DE FORMULARIO DE SOLICITAÇÃO DE CONSULTA ESPECIALIZADA C/ 100 FOLHAS		150	17,00	2.550,00
92	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLOGICO - MAMA COM 100 FOLHAS		50	17,50	875,00
93	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA		100	17,00	1.700,00
93	ROA (REGISTRO DE OCORRENCIA AMBULATORIAL C/ 100 FOLHAS)		200	16,00	3.200,00
95	BLOCO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO 100 FOLHAS		100	17,37	1.737,00
96	BLOCO DE FICHA DE OBSTETRICIA C/ 100 FOLHAS		50	17,37	868,50
97	BLOCO DE LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AIH 02 VIAS AUTO COP. C/ 100 FOLHAS		200	22,8705	4.574,10
97	BLOCO RECEITUARIO COM SOLIICTAÇÃO DE TESTE DO PEZINHO C/ 100 FOLHAS		20	17,37	347,40
99	BLOCO DE RELATORIO DE VIAGEM 100 FOLHAS (04 VIAS SENDO AS 3 PRIMEIRAS DESTACAVEIS)		20	24,125	482,50
100	BLOCO DE SAE - 100 FOLHAS (ALOJAMENTO CONJUNTO)		50	17,37	868,50
101	BLOCO SAE 100 FOLHAS (CENTRO CIRURGICO - ADMISSÃO)		50	17,37	868,50
101	BLOCO SAE 100 FOLHAS (CLINICA G.O)		50	17,37	868,50
103	BLOCO SAE 100 FOLHAS (CLINICA MEDICA E CIRURGICA)		200	14,475	2.895,00
104	BLOCO SAE 100 FOLHAS (ESTABILIZAÇÃO ADULTO E INFANTIL)		30	17,177	515,31
105	BLOCO SAE 100 FOLHAS (PEDIATRIA)		70	17,177	1.202,39
106	BLOCO SAE 100 FOLHAS PRÉ PARTO		50	17,177	858,85
107	SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA E GASOTERAPIA 100 FOLHAS		60	17,177	1.030,62
108	SOLICITAÇÃO DE EXAMES ANATOMOPATOLOGICO 100 FOLHAS 02 VIAS AUTOCOPIATIVO		5	36,67	183,35
109	BLOCO DE SOROTERAPIA 100 FOLHAS PAPEL AUTOCOLANTE		1.000	8,6657	8.665,70
110	BLOCO SUMARIO DE ALTA MAE/RN 100 FOLHAS 02 VIAS AUTOCOPIATIVO		60	28,95	1.737,00
111	BLOCO SUMARIO DE ALTA GERAL 100 FOLHAS 02 VIAS AUTOCOPIATIVO		150	23,932	3.589,80
112	BLOCO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CIRURGIA		20	19,30	386,00
114	BLOCO TERMO DE RESPONSABILIDADE 02 VIAS AUTO COPIATIVO 100 FOLHAS		10	33,775	337,75
113	AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA DE ALIMENTOS 100 FOLHAS		20	19,30	386,00
115	BLOCO DE REFEIÇOES SERVIDAS POR CLINICAS 100 FOLHAS		10	24,125	241,25
116	BLOCO MAPA DE CONTROLE DE PACIENTES 100 FOLHAS		25	19,174	479,36
117	BLOCO DE MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIETAS		25	19,174	479,36
118	BLOCO PREPARO DE FORMULAS LACTEAS		10	24,125	241,25
119	BLOCO PEDIDOS DE BACILOSCOPIA E INFORMES DO RESULTADO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
120	BLOCO COAGULOGRAMA 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		135	23,613	3.187,82
121	BLOCO COOMBS DIRETO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
122	BLOCO COOMBS INDIRETO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
123	BLOCO HEMOGRAMA COMPLETO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		480	21,606	10.371,04
124	EXAME IMUNOLOGICO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		200	21,8862	4.377,24
125	BLOCO LIQUIDO PLEURAL 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		5	33,775	168,875
126	BLOCO LIQUOR 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
127	BLOCO PARASITOLOGICO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		140	22,195	3.107,30
128	BLOCO PROVA DE ATIVIDADES REUMATICAS AUTO COPIATIVO		480	19,107	9.171,36
129	BLOCO PESQUISA DE SANGUE OCULTO 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
130	TESTE DE GRAVIDEZ 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		135	21,9827	2.967,30
131	BLOCO TESTE RAPIDO PARA DENGUE 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
130	BLOCO TESTE RAPIDO PARA ROTAVIRUS 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
133	BLOCO TIPAGEM SANGUINEA 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		80	28,95	2.316,00
134	BLOCO TESTE RAPIDO TROPONINA CARDIACA 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		10	33,775	337,75
135	URINALISE 100 FOLHAS AUTO COPIATIVO		480	19,107	9.171,36
136	LIVRO DE REGISTRO DE INTERNAMENTO 30X36 CAPA DURA		3	166,945	500,835

137	LIVRO DE REGISTRO DE NASCIDO VIVO 28X40		2	135,10	270,20
138	BLOCO MANUTENÇÃO SAUDE DA FAMILIA		400	14,1855	5.674,20
139	CADASTRO DA FAMILIA CARTOLINA		6.000	0,6755	4.053,00
138	BLOCO CADASTRO DO HIPERTENSO E DIABÉTICO C/ 100 FOLHAS		20	22,195	443,90
141	BLOCO CADASTRO DO SISVAN (SISTEMA DE VIG. ALIM. E NUT.) 100 FOLHAS		150	17,177	2.576,55
142	CARTÃO DE MATRICULA FAMILIAR		6.000	0,6755	4.053,00
143	CARTÃO DE VACINA DO ADULTO 22X7,5		10.000	0,5597	5.597,00
144	CARTÃO DO DIABÉTICO CARTOLINA		1.800	0,9264	1.667,52
145	CARTÃO DO HIPERTENSO		2.500	0,8492	2.123,00
146	CARTÃO SOMBRA DE VACINAÇÃO ROSA E BRANCO		1.000	0,8492	849,20
147	CARTÃO SOMBRA DE VACINAÇÃO AZUL E BRANCO		1.000	0,8492	849,20
146	BLOCO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSIS FARMACEUTICA		6	28,95	173,70
149	BLOCO DE FORMULARIO DE MARCADORES DO CONSUMO ALIMENTAR CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS DE IDADE		40	20,265	810,60
150	BLOCO DE FORMULARIO DE MARCADORES DO CONSUMO ALIMENTAR INDIVIDUOS COM 5 ANOS OU MAIS		90	17,177	1.545,93
	VALOR TOTAL				**334.543,01**

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga o Município de Santo Antônio do Leste a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

O prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preço será de doze (12) meses, contados da publicação do resultado do procedimento licitatório no Diário Oficial do Estado.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório do Pregão Presencial SRP nº. 023/2015.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

5.1. A entrega deverá ser feita, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

5.2. A entrega/retirada dos itens deverá ser feita na sede do município de Santo Antônio do Leste em locais a serem designados pela Administração Municipal nas quantidades descritas na ordem de fornecimento, nos dias e horários estipulados;

5.2.1 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade, quantidade e medidas, de acordo com as suas devidas descrições, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do item por parte do município de Santo Antônio do Leste será de (10) dez dias imediatamente após a constatação, a contar da data do recebimento provisório,

5.2.2. A empresa vencedora deverá realizar trocas de produtos caso a data de validade estiver vencida ou o produto apresentar qualquer problema no que se refere às características organolépticas ou não atenderem às especificações técnicas constantes no termo de referência;

5.2.3. A entrega dos produtos somente deverá ser feita às pessoas autorizadas pelo recebimento;

5.2.4. A empresa vencedora deverá conferir o produto, no ato da entrega, juntamente com o responsável pelo recebimento e solicitar que o mesmo assine, de forma legível e por extenso em documento impresso pela contratada, o produto recebido;

5.2.5. As notas fiscais serão assinadas somente após a entrega de todas as mercadorias e o recebimento de todas as guias de remessa devidamente assinadas pelos responsáveis de cada secretaria solicitante, comprovando desta forma a autenticidade das mesmas;

5.2.6. A empresa vencedora deverá realizar as entregas com pessoal capacitado, uniformizado e que atendam as exigências mínimas de higiene pessoal.

5.3. O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93.

5.4. A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste edital e da Ata de Registro de Preço em que se verificar vícios ou incorreções exultantes dos itens fornecidos.

5.5. O Município de Santo Antônio do Leste rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento realizado em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.6. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

5.7. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos e serviços solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, proposta de preços apresentada, nos termos Anexo I, bem como no constante na minuta da ata de registro de preços.

5.7.1. O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, desde que apresente laudo do fabricante onde comprove a similaridade/superioridade da qualidade dos produtos, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

5.7.2. Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

5.8. O local para a entrega dos medicamentos e materiais será na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Leste e seus Departamentos, sendo a entrega diária, conforme a necessidade da mesma, e solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

5.9. A entrega dos medicamentos estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.10. No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.11. No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Santo Antônio do Leste).

5.12. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos medicamentos em nota fiscal emitida pela empresa.

5.13. Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da entrega.

5.14. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos SERVIÇOS/PRODUTOS registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os SERVIÇOS/PRODUTOS deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega/execução, não sendo aceitos os SERVIÇOS/PRODUTOS que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto (contratado).

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta da execução de quaisquer dos SERVIÇOS/PRODUTOS cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento da execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão, toda ou parte dos SERVIÇOS/PRODUTOS devolvidos pelo mesmo, no prazo de 01 dia, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA FORNECEDORA

São responsabilidades da Fornecedora (Contratado):

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Município de Santo Antônio do Leste por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à FORNECEDORA, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - A FORNECEDORA autoriza o Município de Santo Antônio do Leste, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – A ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá FORNECEDORA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

O Município de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues/executados os SERVIÇOS/PRODUTOS.

II. Permitir ao pessoal da FORNECEDORA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. Notificar a FORNECEDORA de qualquer irregularidade e encontrada na execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: Caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

O Município de Santo Antônio do Leste efetuará o pagamento à FORNECEDORA, através de crédito em conta corrente mantida pela FORNECEDORA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o SERVIÇO/PRODUTO foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro – A empresa fornecedora deverá apresentar anexada a Nota Fiscal de Fornecimento as Certidões de Regularidade junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certidões de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em todos os pagamentos.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a FORNECEDORA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras do Município de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações (Artigo 20 e 21 do Decreto 7.892/2013):

a) quando a Fornecedora descumprir as condições da ata de registro de preços, bem como as obrigações constantes no Edital;

b) quando a Fornecedora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pelo Gerenciador, sem justificativa aceitável;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Santo Antônio do Leste, facultando-se ao ente publico neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades da FORNECEDORA relativas aos Serviços a serem executados.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição (contratual) infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a FORNECEDORA ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas legais e editalícias (contratuais) que não causem prejuízo ao Município de Santo Antônio do Leste.

Parágrafo Segundo - A FORNECEDORA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS por mais de 10 (dez) dias poderá o Município de Santo Antônio do Leste, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, cancelar (rescindir) a ATA, ficando a FORNECEDORA impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante da Ata de Registro de Preço, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a FORNECEDORA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação assumida (contratual), desde que desses Fatos resultem prejuízos ao Município de Santo Antônio do Leste;

b) Se a FORNECEDORA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c) Se a FORNECEDORA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos SERVIÇOS/PRODUTOS ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a FORNECEDORA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes desta licitação, relativas ao ano de 2015, correrão por conta da dotação orçamentária previstas para os órgãos e entidades participantes.

Parágrafo Único – As despesas constantes ao orçamento de 2016 serão apontadas no momento oportuno.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o **Edital de Pregão nº 021/2015** e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, POR ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes (contratantes) elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede do **GERENCIADOR.**

Santo Antônio do Leste – MT, 31 de Agosto de 2015.

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

Weverton Ancelmo P. de Souza

Pregoeiro Oficial

JACIGRAN INDUSTRIA GRÁFICA E COMÉRCIO LTDA ME

CNPJ nº08.362.111/0001-50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 022/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 21/2015

PREGÃO: N° 021/2015– C/SRP

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS FARMACOLÓGICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE.

Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, situada a Rua: A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ:04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 021/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS FARMACOLÓGICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Fornecedora/Empresa: NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ: 08.139.622/0001-07, representada Sr. PAULO ROGERIO MONTEIRO FERRONATO, portador do RG nº. 1220053-0 SSJ/MT e CPF: 805.153.391-72, residente e domiciliado no Município de Cuiabá.

Lote 03 - Diabetes

ITEM	MEDICAMENTOS	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
114	GLIBENCLAMIDA CP 5 MG	25.000 CP	25000	MEDQUIMICA	R$ 0,0400	R$ 1.000,00
115	GLICLAZIDA CP 80 MG	2000 CP	2000	E.M.S	R$ 0,3500	R$ 700,00
116	METFORMINA,CLORIDRATO DE CP 500 MG	8000 CP	8000	PRATI	R$ 0,1000	R$ 800,00
117	METFORMINA,CLORIDRATO DE CP 850 MG	40.000 CP	40000	PRATI	R$ 0,1300	R$ 5.200,00
118	APARELHO G.TECH FREE PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE	50 UNID	50	INJEX	R$ 63,0000	R$ 3.150,00
119	FITAS PARA G.TECH FREE COM 50 UNID	150 CX	150	INJEX	R$ 45,0000	R$ 6.750,00
						R$ 17.600,00

Lote 10 – Lista de Material de Pronto Atendimento

ITEM	MEDICAMENTOS	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
291	ABAIXADOR DE LINGUA PACOTE COM/ 100 UNID CADA	10 PC	10	THEOTO	R$ 5,2500	R$ 52,50
292	AGUA BORICADA 3%	15 FRASC	15	VIC PHARMA	R$ 5,1500	R$ 77,25

293	AGUA OXIGENADA VOL 10	15 FRASC	15	VIC PHARMA	R$ 5,1500	R$ 77,25
294	AGUA PARA AUTO CLAVE 5 L	30 GALÃO	30	VIC PHARMA	R$ 18,9800	R$ 569,40
295	AGULHA CAIXA COM/ 100 UNIDADE CADA 13 X 4,5	50 CX	50	INJEX	R$ 11,7800	R$ 589,00
296	AGULHA CAIXA COM/ 100 UNIDADE CADA 25x7	100 CX	100	INJEX	R$ 11,7800	R$ 1.178,00
297	AGULHA CAIXA COM/ 100 UNIDADE CADA 25x8	100 CX	100	INJEX	R$ 11,7800	R$ 1.178,00
298	AGULHA CAIXA COM/ 100 UNIDADE CADA 40x12	50 CX	50	LAMEDID	R$ 11,9800	R$ 599,00
299	ALCOOL 70%	150 FRAS	150	VIC PHARMA	R$ 6,2500	R$ 937,50
300	ALGODAO HIDROFILO	50 ROLO	50	SOFT COT-TON	R$ 17,5000	R$ 875,00
301	ALGODAO ORTOPEDICO COM /12 ROLO C/ 20 CM	20 PC	20	ORTOFEN	R$ 11,6900	R$ 233,80
302	ALGODAO ORTOPEDICO COM / 12ROLO C/10 CM	20 PC	20	ORTOFEN	R$ 6,2700	R$ 125,40
303	ALGODAO ORTOPEDICO COM 12 ROLO C/ 12 CM	20 PC	20	ORTOFEN	R$ 7,2800	R$ 145,60
304	ALMOTOLIA COM 500 ML	25 UNIDADE	25	J. PROLAB	R$ 3,4500	R$ 86,25
305	ALMOTOLIA COM 200 ML	25 UNIDADE	25	J. PROLAB	R$ 2,9700	R$ 74,25
306	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO METAL BD	10 UNID	10	MIKATOS	R$ 320,0000	R$ 3.200,00
307	APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL SEMI-AUTOMATICO	10 UNID	10	GLICOMED	R$ 210,0000	R$ 2.100,00
308	APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL SEMI-AUTOMATICO	10 UNID	10	G TECH	R$ 210,0000	R$ 2.100,00
309	ATADURA GESSADA COM 20 UNID 10 CM	40 PC	40	ORTOFEN	R$ 55,0000	R$ 2.200,00
310	ATADURA GESSADA COM 12 UNID 15 CM	40 PC	40	ORTOFEN	R$ 65,0000	R$ 2.600,00
311	ATADURA GESSADA COM 20 UNID 20 CM	40 PC	40	ORTOFEN	R$ 120,0000	R$ 4.800,00
312	ATADURA CREPE COM 12 UNIDADE 10 CM	400 PC	400	MINAS TEX-TIL	R$ 8,7800	R$ 3.512,00
313	ATADURA CREPE COM 12 UNIDADE 12 CM	500 PC	500	MINAS TEX-TIL	R$ 9,8700	R$ 4.935,00
314	ATADURA CREPE COM 12 UNIDADE 15 CM	400 PC	500	MINAS TEX-TIL	R$ 16,7800	R$ 8.390,00
315	ATADURA CREPE COM 12 UNIDADE 20 CM	400 PC	400	MINAS TEX-TIL	R$ 19,1500	R$ 7.660,00
316	ATADURA CREPE COM 12 UNIDADE 30 CM	80 PC	80	MINAS TEX-TIL	R$ 26,7800	R$ 2.142,40
317	AVENTAL MANGA LONGA COM ELASTICO TAMANHO ÚNICO G	100 UNIDADE	100	MEDSONDA	R$ 3,9400	R$ 394,00
318	BANDEJA EM AÇOINOXÍDAVEL 30x20x04	5 UNID	5	FAMI	R$ 59,5000	R$ 297,50
319	BOLSA COLETORA DE URINA	50 UNID	50	MEDSONDA	R$ 0,6900	R$ 34,50
320	BOLSA COLOSTOMIA/ILEOSTOM 70 MM	30 UNID	30	CASEX	R$ 22,5800	R$ 677,40
321	BOLSA PARA ÁGUA QUENTE COM 500 ML	15 UNID	15	CARCI	R$ 36,9800	R$ 554,70
322	BOLSA TERMOGEL 700ml	15 UNID	15	CARCI	R$ 42,0000	R$ 630,00
323	BOLSA TERMOGEL 350 ml	15 UNID	15	CARCI	R$ 49,0000	R$ 735,00
324	CADARÇO OU ADESIVO ESPECIFÍCO P/ FIXAÇÃO DE CÂNULA DE GUEDEL	20 UNID	20	PROTEC	R$ 2,0000	R$ 40,00
325	CÂNULA DE GUEDEL PVC Jogo com 6 tamanhos	2 jogos	2	PROTEC	R$ 23,8800	R$ 47,76
326	CÂNULA DE OROFARINGE Nº 3	20 UNID	20	PROTEC	R$ 4,0000	R$ 80,00
327	CÂNULA OROFARINGE Nº 4	20 UNID	20	PROTEC	R$ 4,0000	R$ 80,00
328	CATETER JELCO Nº 18	5 CX	5	LAMEDID	R$ 49,7500	R$ 248,75
329	CATETER JELCO Nº 20,	5 CX	5	LAMEDID	R$ 49,7500	R$ 248,75
330	CATETER JELCO Nº 22	50 CX	50	LAMEDID	R$ 49,7500	R$ 2.487,50
331	CATETER JELCO Nº 24	60 CX	60	LAMEDID	R$ 59,7000	R$ 3.582,00
332	CATETER P/OXIGENIO TIPO OCULOS	75 UNID.	75	MEDSONDA	R$ 1,5920	R$ 119,40
333	CATETER NASAL P/ OXIGÊNIO Nº 4	40 UNID	40	MEDSONDA	R$ 0,7323	R$ 29,29
334	CATETER NASAL P/ OXIGÊNIO Nº 8	40 UNID	40	MEDSONDA	R$ 0,8318	R$ 33,27
335	CATETER NASAL P/ OXIGÊNIO Nº 10	40 UNID	40	MEDSONDA	R$ 0,8716	R$ 34,86
336	CINTO P/ PRANCHA LONGO	5 (de cada cor)	5	RESGATE SP	R$ 40,0000	R$ 200,00
337	COMPRESSA CIRURGICA GAZE ESTERELIZADA	15.000 PACO-TE	15000	MINAS TEX-TIL	R$ 0,3781	R$ 5.671,50
338	COMPRESSA OPERATORIA	20 PC	20	MINAS TEX-TIL	R$ 33,8300	R$ 676,60
339	CLAMP UMBILICAL	75 UNID	75	MEDSONDA	R$ 0,8955	R$ 67,16
340	CUBA RIM EM INOX	10	10	FAMI	R$ 59,0000	R$ 590,00
341	DESCARTEX 13 L	250 UD.	250	DESCARBOX	R$ 5,5500	R$ 1.387,50
342	DESCARTEX 20 L	700 UNID	700	DESCARBOX	R$ 6,4800	R$ 4.536,00
343	DETERGENTE ENZIMATICO 1 L	15 UNID	15	VIC PHARMA	R$ 59,7000	R$ 895,50
344	DRENO PENROSE Nª 2 MADEITEX	20 UNID	20	MEDSONDA	R$ 2,4975	R$ 49,95
345	DRENO PENROSE Nª 3 MADEITEX	20 UNID	20	MEDSONDA	R$ 2,7542	R$ 55,08
346	**ELETRODOS PARA ELÉTRON**	20 UNID	20	LAMEDID	R$ 0,3980	R$ 7,96
347	EQUIPO MACROGOTAS COM Y (INJETOR LATERAL)	9000 UNID	9000	LAMEDID	R$ 2,1500	R$ 19.350,00
348	EQUIPO MICROGOTAS COM Y (INJETOR LATERAL)	6000 UNID	6000	MEDSONDA	R$ 2,1500	R$ 12.900,00
349	ESCALPE COM 100 UNID Nº19	5 CX	5	LAMEDID	R$ 26,8650	R$ 134,33

350	ESCALPE COM 100 UNID Nº21	5 CX	5	LAMEDID	R$ 26,8650	R$ 134,33
351	ESCALPE COM 100 UNID Nº23	30 CX	30	LAMEDID	R$ 26,8650	R$ 805,95
352	ESCALPE COM 100 UNID Nº25	20 CX	20	LAMEDID	R$ 26,8650	R$ 537,30
353	ESCALPE COM 100 UNID Nº27	5 CX	5	LAMEDID	R$ 26,8650	R$ 134,33
354	ESCOVA CERVICAL UNITARIA	2000 UNID.	2000	LAMEDID	R$ 0,2388	R$ 477,60
355	ESPECULO TAMANHO P	750 UNID	750	ADLIN	R$ 1,7910	R$ 1.343,25
356	ESPECULO TAMANHO M	1000 UNID	1000	ADLIN	R$ 2,0895	R$ 2.089,50
357	ESPECULO TAMANHO G	500 UNID	500	ADLIN	R$ 2,2885	R$ 1.144,25
358	ESPATULA AYRE	10 PC	10	THEOTO	R$ 8,1590	R$ 81,59
359	ESPARADRAPO 10X4.5-5.0X4.5	100 UNID	100	MISSNER	R$ 6,7600	R$ 676,00
360	ESTETOSCÓPIO BD	10 UNID	10	MIKATOS	R$ 59,7000	R$ 597,00
361	FIO CAT SIMPLES Nº 2.0	6 CX	6	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 620,88
362	FIO CAT SIMPLES Nº 3.0	6 CX	6	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 620,88
363	FIO CAT GUT CROMADO Nº 2.0	6 CX	6	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 620,88
364	FIO CAT GUT CROMADO Nº 3.0	5 CX	5	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 517,40
365	FIO CAT GUT CROMADO Nº 4.0	5 CX	5	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 517,40
366	FIO CAT GUT CROMADO Nº 1.0	3 CX	3	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 310,44
367	FIO DE SUTURA NYLON Nº 3.0	6 CX	6	LAMEDID	R$ 36,2180	R$ 217,31
368	FIO DE SUTURA NYLON Nº 4.0	5 CX	5	LAMEDID	R$ 36,2180	R$ 181,09
369	FIO DE SUTURA NYLON Nª 2.0	6 CX	6	LAMEDID	R$ 36,2180	R$ 217,31
370	FITA AUTO CLAVE ROLO 19mm x 30m	150 UNID	150	POLITAPE	R$ 3,7810	R$ 567,15
371	FITA CREPE ROLO 16mm x 50 m	250 UNID	250	POLITAPE	R$ 2,7860	R$ 696,50
372	FITA MICROPORE 1,2 CM X 10 M	140 UNID	140	MISSNER	R$ 5,5720	R$ 780,08
373	FIXADOR CELULAR	10 FR	10	ADLIN	R$ 11,9400	R$ 119,40
374	FORMOL FRASC	5 UNID	5	DINAMICA	R$ 23,0000	R$ 115,00
375	FRASCO DE FLEETENEMA com 130ml (já vem pronto)	25 UNID	25	TOMMMASI	R$ 21,0000	R$ 525,00
376	GARROTE EM TECIDO ÉLASTICO COM TRAVA	25 UNID	25	LABOR IMPORT	R$ 16,0000	R$ 400,00
377	GEL PARA ULTRASSOM 12 GL	8 GALÃO	8	VIC PHARMA	R$ 24,8000	R$ 198,40
378	LAMINA BISTURI Nº 15	5 CX	5	LAMEDID	R$ 32,0000	R$ 160,00
379	LAMINA BISTURI Nº 22	12 CX	12	LAMEDID	R$ 32,0000	R$ 384,00
380	LAMINA PREVENTIVO	10 CX	10	CRAL	R$ 8,4500	R$ 84,50
381	LAMINA PARA MICROSCOPIA FN COM 50 UNIDADE	50 CX	50	LAMEDID	R$ 7,9800	R$ 399,00
382	LÂMINA CURVA LARINGOSCÓPIO ADULTO N° 1,2,3,4,5	10 UNID DE CADA	10	MD	R$ 500,0000	R$ 5.000,00
383	LÂMINA CURVA LARINGOSCÓPIO INFANTIL N° 0	5 UNIDADE	5	MD	R$ 400,0000	R$ 2.000,00
384	LARINGOSCÓPIO LAMINA CUF Nº 0,1,2,3,	5 UNID DE CADA	5	MD	R$ 780,0000	R$ 3.900,00
385	LÂMPADAS PARA LARINGOSCÓPIOA	5 UNID	5	MD	R$ 80,0000	R$ 400,00
386	LENÇOL DESC 0,70 X0,50 PAPEL	30 ROLO	30	VITTA PEL	R$ 18,4500	R$ 553,50
387	LUVA CIRURGICA Nº 7	75 PAR	75	MAXITEX	R$ 1,8900	R$ 141,75
388	LUVA CIRURGICA Nº 7,5	150 PAR	150	MAXITEX	R$ 1,8900	R$ 283,50
389	LUVA CIRURGICA Nº 8,0	300 PAR	300	MAXITEX	R$ 1,8900	R$ 567,00
390	LUVA PROCEDIMENTO MEDIA CAIXA COM 100 UNIDADE CADA	200 CX	200	MEDIX	R$ 24,0000	R$ 4.800,00
391	LUVA PROCEDIMENTO P CAIXA COM 100 UNIDADE CADA	250 CX	250	MEDIX	R$ 24,0000	R$ 6.000,00
392	LUVA PROCEDIMENTO G CAIXA COM 100 UNIDADE CADA	200 CX	200	MEDIX	R$ 24,0000	R$ 4.800,00
393	MASCARA CIRURGICA	25 PT	25	LABOR IMPORT	R$ 9,0000	R$ 225,00
394	MASCARA COMPLETA ADULTA PARA NEBULIZADOR COM COPINHO E MANGUEIRA	40 UNID	40	DARU	R$ 15,0000	R$ 600,00
395	MASCARA COMPLETA INFANTIL PARA NEBULIZADOR COM COPINHO E MANGUEIRA	40UNID	40	DARU	R$ 15,0000	R$ 600,00
396	NEBULIZADOR HOSPITALAR Inalador Ultrassônico MD 3000 Bivolt - Medicate COM 4 SAIDAS	2 UNID	2	INALAMED	R$ 2.880,0000	R$ 5.760,00
397	OTOSCÓPIO APARELHO	5 UNID	5	MD	R$ 378,1000	R$ 1.890,50
398	OFTALMOSCOPIO APARELHO	5 UNIDADE	5	MD	R$ 1.825,6900	R$ 9.128,45
399	OXIMETRO DE PULSO PORTATIL	10 UNIDADE	10	JG MORYA	R$ 4.175,0000	R$ 41.750,00
400	PAPEL GRAU CIRURGICO	20 RL	20	VEDAMAX	R$ 49,0000	R$ 980,00
401	PAPEL CREPADO	5 RL	5	POLARFIX	R$ 120,0000	R$ 600,00
402	PAPEL DE ELETROCARDIOGRAMA	5 RL	5	BIONET	R$ 70,0000	R$ 350,00
403	PINCHA DE CHERRON	25 UNID	25	MEDSONDA	R$ 2,5000	R$ 62,50
404	PVPI TOPICO 1 L	30 FR	30	VIC PHARMA	R$ 20,8900	R$ 626,70
405	PVPI DEGERMANTE 1 L	30 FR	30	VIC PHARMA	R$ 20,8900	R$ 626,70
406	POLIFIX 2 VIAS	300 UNID	300	MEDSONDA	R$ 1,5800	R$ 474,00
407	POLIFIX 4 VIAS	50 UNID	50	MEDSONDA	R$ 2,5700	R$ 128,50
408	PORTA ALGODÃO DE INOX TAMANHO 080x080	3 UNID	3	ABC	R$ 38,0000	R$ 114,00
409	PORTA AGULHA	5 UNID	5	ABC	R$ 31,0000	R$ 155,00
410	PLACAC / FLANGE 70 MM BOLS	50 UNID	50	CASEX	R$ 25,0000	R$ 1.250,00

411	PRENDEDOR P/ BOLSA COLOSTOMIA SURFIT	50 UNID	50	CASEX	R$ 4,0000	R$ 200,00
412	SACO BRANCO LEITOSO TAMANHO GRANDE	3000 UNID	3000	RAVA	R$ 0,5000	R$ 1.500,00
413	SACO BRANCO LEITOSO TAMANHO MEDIO	1000 UNID	1000	RAVA	R$ 0,5000	R$ 500,00
414	SELADORA STERMAX	3 UNID	3	STERMAX	R$ 3.250,0000	R$ 9.750,00
415	SERINGA INSULINA 1 ML	20 CX	20	INJEX	R$ 29,8500	R$ 597,00
416	SERINGA COM 500 UNIDADE S/ AGULHA DE 3 ML	25 CX	25	SR	R$ 89,5500	R$ 2.238,75
417	SERINGA COM 500 UNIDAD S/ AGULHA DE 5 ML	50 CX	50	SR	R$ 99,5000	R$ 4.975,00
418	SERINGA COM 250 UNIDADE S/AGULHA DE 10 ML	70 CX	70	SR	R$ 103,4800	R$ 7.243,60
419	SERINGA COM 250 UNIDADE S/AGULHA DE 20 ML	40 CX	40	SR	R$ 144,1900	R$ 5.767,60
420	VASELINA LIQUIDA	12 UNID	12	VIC PHARMA	R$ 23,8800	R$ 286,56
421	SONDA RETAL Nº 10	25 UNID	25	MEDSONDA	R$ 0,7700	R$ 19,25
422	SONDA NASOGASTRICA Nº 8	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,7100	R$ 21,30
423	SONDA NASOGASTRICA Nº 14	30UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,7600	R$ 22,80
424	SONDA NASOGASTRICA N° 16	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,8900	R$ 26,70
425	SONDA DE ASPIRAÇÃO ORO TRAQUEAL N° 08	90 UNID	90	MEDSONDA	R$ 0,7400	R$ 66,60
426	SONDA DE ASPIRAÇÃO ORO TRAQUEAL N° 09	50 UNID	50	MEDSONDA	R$ 0,9000	R$ 45,00
427	SONDA DE FOLEY Nº 20	40UNID	40	LAMEDID	R$ 3,7800	R$ 151,20
428	SONDA DE FOLEY Nº 18	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,7800	R$ 113,40
429	SONDA DE FOLEY Nº 16	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,7800	R$ 113,40
430	SONDA DE FOLEY Nº 14	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,7800	R$ 113,40
431	SONDA GÁSTRICAOU LEVINE Nº 08	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,2500	R$ 37,50
432	SONDA GÁSTRICAOU LEVINE Nº 12	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,3200	R$ 39,60
433	SONDA GÁSTRICAOU LEVINE Nº 14	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,4500	R$ 43,50
434	SONDA GÁSTRICAOU LEVINE Nº 16	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,5900	R$ 47,70
435	SONDA GÁSTRICAOU LEVINE Nº 18	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,6500	R$ 49,50
436	SONDA URETRAL Nº 08	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,7500	R$ 22,50
437	SONDA URETRAL Nº 10	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,7900	R$ 23,70
438	SONDA URETRAL Nº 12	30 UNID	3	MEDSONDA	R$ 0,8100	R$ 2,43
439	SONDA URETRAL Nº 16	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,9200	R$ 27,60
440	SONDA URETRAL Nº 18	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,0200	R$ 30,60
441	TÁBUA P/MASSAGEM CARDÍACA	04 UNID	4	RESGATE SP	R$ 200,0000	R$ 800,00
442	TALA DE GESSO	24 UNID	24	ORTOFEN	R$ 150,0000	R$ 3.600,00
443	TAMBOR INOX	5 UNID	5	FAMI	R$ 200,0000	R$ 1.000,00
444	TERMÔMETRO DIGITAL	20 UNID	20	LAMEDID	R$ 18,5700	R$ 371,40
445	TOUCA BRANCA DESC COM 100 UNID	30 PT	30	LABOR IM-PORT	R$ 7,9800	R$ 239,40
446	TORNEIRINHA COM 3 VIAS	100 UNID	100	LAMEDID	R$ 1,5100	R$ 151,00
447	TORNERINHAS 4 VIAS	100 UNID	100	LAMEDID	R$ 1,9800	R$ 198,00
448	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 6,5	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 119,40
449	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 7,0	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 119,40
450	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 7,5	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 119,40
451	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 8.0	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 119,40
452	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 9.0	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 119,40
453	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 3,0	25 UNID	25	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 99,50
454	UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIOC/EXTENSÃO E MÁSCARA	15 UNID	15	PROTEC	R$ 61,6900	R$ 925,35
455	VÁLVULA REGULADORA P/CILINDRO DE OXIGÊNIOC/ 1 SAÍDA	10	10	PROTEC	R$ 258,7000	R$ 2.587,00
						R$ 261.999,52

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga o Município de Santo Antônio do Leste a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

O prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preço será de doze (12) meses, contados da publicação do resultado do procedimento licitatório no Diário Oficial do Estado.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Santo Antônio do Leste.

LÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório do Pregão Presencial SRP nº. 021/2015.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

5.1. A entrega deverá ser feita, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

5.2. A entrega/retirada dos itens deverá ser feita na sede do município de Santo Antônio do Leste em locais a serem designados pela Administração Municipal nas quantidades descritas na ordem de fornecimento, nos dias e horários estipulados;

5.2.1 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade, quantidade e medidas, de acordo com as suas devidas descrições, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do item por parte do município de Santo Antônio do Leste será de (10) dez dias imediatamente após a constatação, a contar da data do recebimento provisório,

5.2.2. A empresa vencedora deverá realizar trocas de produtos caso a data de validade estiver vencida ou o produto apresentar qualquer problema no que se refere às características organolépticas ou não atenderem às especificações técnicas constantes no termo de referencia;

5.2.3. A entrega dos produtos somente deverá ser feita às pessoas autorizadas pelo recebimento;

5.2.4. A empresa vencedora deverá conferir o produto, no ato da entrega, juntamente com o responsável pelo recebimento e solicitar que o mesmo assine, de forma legível e por extenso em documento impresso pela contratada, o produto recebido;

5.2.5. As notas fiscais serão assinadas somente após a entrega de todas as mercadorias e o recebimento de todas as guias de remessa devidamente assinadas pelos responsáveis de cada secretaria solicitante, comprovando desta forma a autenticidade das mesmas;

5.2.6. A empresa vencedora deverá realizar as entregas com pessoal capacitado, uniformizado e que atendam as exigências mínimas de higiene pessoal.

5.3. O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93.

5.4. A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste edital e da Ata de Registro de Preço em que se verificar vícios ou incorreções exultantes dos itens fornecidos.

5.5. O Município de Santo Antônio do Leste rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento realizado em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.6. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

5.7. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos e serviços solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, proposta de preços apresentada, nos termos Anexo I, bem como no constante na minuta da ata de registro de preços.

5.7.1. O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, desde que apresente laudo do fabricante onde comprove a similaridade/superioridade da qualidade dos produtos, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

5.7.2. Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

5.8. O local para a entrega dos medicamentos e materiais será na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Leste e seus Departamentos, sendo a entrega diária, conforme a necessidade da mesma, e solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

5.9. A entrega dos medicamentos estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.10. No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.11. No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Santo Antônio do Leste).

5.12. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos medicamentos em nota fiscal emitida pela empresa.

5.13. Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da entrega.

5.14. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos SERVIÇOS/PRODUTOS registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os SERVIÇOS/PRODUTOS deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega/execução, não sendo aceitos os SERVIÇOS/PRODUTOS que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto (contratado).

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta da execução de quaisquer dos SERVIÇOS/PRODUTOS cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento da execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão, toda ou parte dos SERVIÇOS/PRODUTOS devolvidos pelo mesmo, no prazo de 01 dia, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA FORNECEDORA

São responsabilidades da Fornecedora (Contratado):

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Município de Santo Antônio do Leste por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à FORNECEDORA, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - A FORNECEDORA autoriza o Município de Santo Antônio do Leste, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – A ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá FORNECEDORA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

O Município de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues/executados os SERVIÇOS/PRODUTOS.

II. Permitir ao pessoal da FORNECEDORA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. Notificar a FORNECEDORA de qualquer irregularidade e encontrada na execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: Caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

O Município de Santo Antônio do Leste efetuará o pagamento à FORNECEDORA, através de crédito em conta corrente mantida pela FORNECEDORA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o SERVIÇO/PRODUTO foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro – A empresa fornecedora deverá apresentar anexada a Nota Fiscal de Fornecimento as Certidões de Regularidade junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certidões de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em todos os pagamentos.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a FORNECEDORA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras do Município de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações (Artigo 20 e 21 do Decreto 7.892/2013):

a) quando a Fornecedora descumprir as condições da ata de registro de preços, bem como as obrigações constantes no Edital;

b) quando a Fornecedora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pelo Gerenciador, sem justificativa aceitável;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Santo Antônio do Leste, facultando-se ao ente publico neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades da FORNECEDORA relativas aos Serviços a serem executados.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição (contratual) infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a FORNECEDORA ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas legais e editalícias (contratuais) que não causem prejuízo ao Município de Santo Antônio do Leste.

Parágrafo Segundo - A FORNECEDORA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS por mais de 10 (dez) dias poderá o Município de Santo Antônio do Leste, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, cancelar (rescindir) a ATA, ficando a FORNECEDORA impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante da Ata de Registro de Preço, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a FORNECEDORA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação assumida (contratual), desde que desses Fatos resultem prejuízos ao Município de Santo Antônio do Leste;

b) Se a FORNECEDORA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c) Se a FORNECEDORA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos SERVIÇOS/PRODUTOS ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a FORNECEDORA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes desta licitação, relativas ao ano de 2015, correrão por conta da dotação orçamentária previstas para os órgãos e entidades participantes.

Parágrafo Único – As despesas constantes ao orçamento de 2016 serão apontadas no momento oportuno.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o **Edital de Pregão nº 021/2015** e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, POR ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes (contratantes) elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede do **GERENCIADOR.**

Santo Antônio do Leste – MT, 23 de Julho de 2015.

_____

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

Contratante

Weverton Ancelmo P. de Souza

Pregoeiro Oficial

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA.

CNPJ: 08.139.622/0001-07

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 021/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 21/2015

PREGÃO: N° 021/2015– C/SRP

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS FARMACOLÓGICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE.

Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, situada a Rua: A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ:04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 021/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS FARMACOLÓGICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Fornecedora/Empresa: DENTAL CENTRO OESTE LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.900.926/0001-80, com sede na Rua: Prof. João Felix, nº 635, Bairro Baú – Município de Cuiabá – MT, representada pelo Sr. GEAN CARLO DE MOURA SANTANA, portador do RG nº 1520.6831 SSP/MT e do CPF nº 002.426.811-90, residente e domiciliado no Município de Cuiabá.

	LOTE 01 - MEDICAMENTOS BASICOS					
ITEM	**ESPECIFICAÇAO DOS PRODUTOS**	**MARCA**	**UNI.**	**QTD**	**P.UNIT.**	**P.VENDA**
1	ACETAZOLAMIDACP 250 MG	U.QUIMICA	CPR	600	R$ 1,200	R$ 720,00
2	ACICLOVIRCP 200 MG	PRATI	CPR	3.000	R$ 0,190	R$ 570,00
3	ÁCIDO ACETILSALICILICOCP 500 MG	SOBRAL	CPR	3.000	R$ 0,060	R$ 180,00
4	ÁCIDO ACETILSALICILICOCP 100 MG	IMEC	CPR	30.000	R$ 0,040	R$ 1.200,00
5	ÁCIDO FÓLICOCP 5 MG	GEOLAB	CPR	20.000	R$ 0,110	R$ 2.200,00
6	ÁCIDO FÓLICOSOLUÇÃO ORAL 0,2 MG/ML	NATULAB	VDR	240	R$ 12,240	R$ 2.937,60
7	ÁCIDO SALICÍLICOPOMADA 5% 9 (F.N)	MANTECORP	TUB	30	R$ 31,360	R$ 940,80
8	ALBENDAZOLCP MASTIGAVEL 400 MG	GEOLAB	CPR	5.000	R$ 2,560	R$ 12.800,00
9	ALBENDAZOLSUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML	PRATI	VDR	1.000	R$ 2,080	R$ 2.080,00
10	ALENDRONATO DE SÓDIOCP 70 MG	UCI FARMA	CPR	5.000	R$ 0,980	R$ 4.900,00
11	ALOPURINOLCP 100 MG	PRATI	CPR	1.000	R$ 0,100	R$ 100,00
12	ALOPURINOLCP 300 MG	PRATI	CPR	3.000	R$ 0,170	R$ 510,00
13	BECLOMETASONA,DIPROPIONATO DEPÓ,SOLUÇÃO INALANTE OU AEROSSOL 200 UG/DOSE	NOVARTIS	CPR	300	R$ 27,500	R$ 8.250,00
14	BECLOMETASONA,DIPROPIONATO DEPÓ,SOLUÇÃO INALANTE OU AEROSSOL 250 UG/DOSE	CHIESI	CPR	300	R$ 74,550	R$ 22.365,00
15	BENZILPENICILINA BENZATINAPÓ,PARA SUSP INJETÁVEL 600.000 UI	TEUTO	AMP	500	R$ 3,140	R$ 1.570,00
16	BENZILPENICILINA BENZATINAPÓ,PARA SUSP INJETÁVEL 1.200.000 UI	EUROFARMA	AMP	1.500	R$ 17,920	R$ 26.880,00
17	BENZILPENICILINA PROCAÍNA+BENZIPENICILINA POTÁSSICASUSPENSÃO INJETAVEL 300.000 UI+100.000 UI	NOVAFARMA	AMP	500	R$ 6,000	R$ 3.000,00
18	CARBONATO DE CÁLCIOCP 1250 MG(EQUIV 500 MG Ca +++	NATULAB	CPR	5.000	R$ 0,200	R$ 1.000,00
19	CARBONATO DE CÁLCIO+COLECALCIFEROLCP 500 MGCACO3+400 UI	GEOLAB	CPR	15.000	R$ 0,280	R$ 4.200,00
20	CETOCONAZOLXAMPU 2%	PRATI	FRS	200	R$ 6,660	R$ 1.332,00
21	CLORETO DE SODIOSOLUÇÃO NASAL 0,9%	MEDQUIMICA	FRS	400	R$ 1,080	R$ 432,00
22	DEXAMETASONA CP 4 MG	TEUTO	CPR	2.000	R$ 0,500	R$ 1.000,00
23	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1 MG/ML	SOBRAL	FRS	1.000	R$ 1,980	R$ 1.980,00
24	DEXAMETASONA CRÈME 0,1%	SOBRAL	TUB	1.000	R$ 1,220	R$ 1.220,00
25	DEXAMETASONA COLÍRIO 0,1%	U.QUIMICA	VDR	25	R$ 9,420	R$ 235,50
26	DEXCLORFENIRAMINA,MALEATO DECP 2 MG	GEOLAB	CPR	3.000	R$ 0,120	R$ 360,00
27	DEXCLORFENIRAMINA,MALEATO DESOLUÇÃO ORAL 0,4 MG/ML	TEUTO	FRS	2.000	R$ 1,500	R$ 3.000,00
28	DIPIRONA SÓDICA COM/ 10 MLSOLUÇ ORAL 500 MG/ML	SOBRAL	VDR	2.400	R$ 1,060	R$ 2.544,00
29	ESTRIOLCRÈME VAG 1 MG/ML	BIOLAB	TUB	25	R$ 51,080	R$ 1.277,00

30	ESTROGÊNIO CONJUGADOSCP 0,3 MG	WYETH	CPR	600	R$ 0,910	R$ 546,00
31	ESTROGÊNIO CONJUGADOSCRÈME VAG 0,625 MG/G	WYETH	TUB	100	R$ 45,420	R$ 4.542,00
32	FLUCONAZOLCAPSULA 150 MG	MEDQUIMICA	CPR	5.000	R$ 0,360	R$ 1.800,00
33	GLICEROLENEMA 120 MG/ML	JP	CXS	25	R$ 5,700	R$ 142,50
34	GLICEROL C/ 6 UNIDADESUPOSITÓRIO 72 MG	BRASTERAPICA	CXS	25	R$ 5,620	R$ 140,50
35	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO+HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIOSUSP ORAL 40 MG+60 MG/ML	SOBRAL	FRS	900	R$ 2,760	R$ 2.484,00
36	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO+HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIOCP MASTIGÁVEL 200 MG+200 MG	CAZI	CPR	1.000	R$ 0,200	R$ 200,00
37	IPRATRÓPIO, BROMETO DESOLUÇÃI INALANTE 0,25MG/ML	PRATI	VDR	20	R$ 1,520	R$ 30,40
38	HIPROMELOSECOLIRIO 0,2%	ALCON	VDR	15	R$ 23,010	R$ 345,15
39	HIPROMELOSECOLIRIO 0,3%	NOVARTIS	VDR	15	R$ 46,000	R$ 690,00
40	IBUPROFENOSUSP ORAL 20 MG/ML	GEOLAB	FRA	1.500	R$ 3,920	R$ 5.880,00
41	IBUPROFENOCP 200 MG	PRATI	CPR	3.000	R$ 0,160	R$ 480,00
42	IBUPROFENOCP 300 MG	GEOLAB	CPR	20.000	R$ 0,140	R$ 2.800,00
43	IBUPROFENOCP 600 MG	PRATI	CPR	40.000	R$ 0,160	R$ 6.400,00
44	IPRATRÓPIO, BROMETO DESOL INALANTE 0,25 MG/ML	PRATI	VDR	40	R$ 1,520	R$ 60,80
45	ITRACONAZOLCAPSULA 100 MG	GEOLAB	CPR	600	R$ 2,260	R$ 1.356,00
46	ITRACONAZOL SOL ORAL 10MG/DOSE	GEOLAB	FRS	50	R$ 3,870	R$ 193,50
47	IVERMECTINACP 6 MG	VITAPAM	CPR	3.000	R$ 0,500	R$ 1.500,00
48	LEVONOGESTRELCP 1,5 MG	U.QUIMICA	CPR	300	R$ 3,990	R$ 1.197,00
49	LEVOTIROXINA SÓDICACP 25 UG	MERCK	CPR	300	R$ 0,460	R$ 138,00
50	LEVOTIROXINA SÓDICACP 50 UG	MERCK	CPR	300	R$ 0,510	R$ 153,00
51	LEVOTIROXINA SÓDICACP 100 UG	MERCK	CPR	300	R$ 0,440	R$ 132,00
52	LIDOCAINA ,CLORIDRATO DE SOLUÇÃO INJETAVEL 2%	HYPOFARMA	AMP	200	R$ 7,440	R$ 1.488,00
53	LIDOCAÍNA,CLORIDRATO DE GEL 2%	CRISTÁLIA	TUB	25	R$ 8,040	R$ 201,00
54	LIDOCAÍNA,CLORIDRATO DEAEROSSOL 100 MG/ML	CRISTÁLIA	FRS	25	R$ 103,530	R$ 2.588,25
55	LORATADINACP 10 MG	GEOLAB	CPR	2.000	R$ 0,110	R$ 220,00
56	LORATADINAXAROPE 1MG/ML	PRATI	FRS	1.000	R$ 3,700	R$ 3.700,00
57	MEDROXIPROSGESTERONA,ACETATO DESOL INJETAVEL 150 MG/ML	U.QUIMICA	AMP	150	R$ 16,800	R$ 2.520,00
58	METOCLOPRAMIDA,CLORIDRATO DECP 10 MG	HIPOLABOR	CPR	1.000	R$ 0,140	R$ 140,00
59	METOCLOPRAMIDA,CLORIDRATO DESOLUÇÃO INJETAVEL 5 MG/ML	ISOFARMA	AMP	5.000	R$ 0,430	R$ 2.150,00
60	METOCLOPRAMIDA,CLORIDRATO DESOLUÇÃO ORAL 4 MG/ML	MARIOL	FRS	400	R$ 1,420	R$ 568,00
61	MICONAZOL,NITRATO DECREME VAG 2%	PRATI	TB	150	R$ 2,600	R$ 390,00
62	NISTATINASUSP ORAL 100.000 UI/ML	PRATI	FRS	150	R$ 3,200	R$ 480,00
63	NITRATO DE MICONAZOLCREME VAGINAL 2%	PRATI	TB	500	R$ 7,180	R$ 3.590,00
64	NITRATO DE MICONAZOL LOÇÃO 2%	TEUTO	VDR	200	R$ 5,540	R$ 1.108,00
65	OLEO MINERALFRASCO 100 ML	MARIOL	FRS	300	R$ 2,720	R$ 816,00
66	OMEOPRAZOLCAPSULA 20 MG	PRATI	CPR	40.000	R$ 0,100	R$ 4.000,00
67	PARACETAMOL CP 500 MG	PRATI	CPR	30.000	R$ 0,110	R$ 3.300,00
68	PARACETAMOLSOLU ORAL 200 MG/ML	SOBRAL	FRS	2.000	R$ 0,980	R$ 1.960,00
69	PASTA D´ÁGUAPASTA	RIOQUIMICA	UNI	25	R$ 8,870	R$ 221,75
70	PERMAGANATO DE POTÁSSIOPÓ OU CP 100 MG	MARIOL	CPR	1.000	R$ 0,080	R$ 80,00
71	PERMETRINA LOÇÃO 1%	SANTA TEREZI-NHA	FRS	50	R$ 3,380	R$ 169,00
72	PERMETRINA CREME 5%	SANTA TEREZI-NHA	FRS	50	R$ 7,020	R$ 351,00

73	PREDNISOLONA,FOSFATO SÓDICO DESOL ORAL 1,34 MG/ML	PRATI	FRS	100	R$ 9,100	R$ 910,00
74	PREDNISONA CP 5 MG	PRATI	CPR	2.000	R$ 0,110	R$ 220,00
75	PREDNISONA CO 20 MG	PRATI	CPR	6.000	R$ 0,200	R$ 1.200,00
76	PROMETAZINA,CLORIDRATO DESOLUÇ INJET 25 MG/ML	CRISTÁLIA	AMP	300	R$ 2,860	R$ 858,00
77	RANITIDINA,CLORIDRATO DECP 150 MG	MEDQUIMICA	CPR	5.000	R$ 0,120	R$ 600,00
78	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORALPÓ PARA SUSP ORAL	PRATI	ENV	1.500	R$ 0,740	R$ 1.110,00
79	SALBUTAMOL,SULFATO DEAEROSSOL 100 UG/DOSE	TEUTO	FRS	100	R$ 10,110	R$ 1.011,00
80	SINVASTATINACP 10 MG	CIMED	CPR	10.000	R$ 0,540	R$ 5.400,00
81	SINVASTATINACP 20 MG	GEOLAB	CPR	20.000	R$ 0,180	R$ 3.600,00
82	SINVASTATINACP 40 MG	GEOLAB	CPR	20.000	R$ 0,270	R$ 5.400,00
83	SULFATO FERROSOCP 40 MG FE++	PRATI	CPR	25.000	R$ 0,060	R$ 1.500,00
84	SULFATO FERROSOSOLUÇÃO ORAL 25 MG/ML	NATULAB	FRS	500	R$ 1,700	R$ 850,00
85	TIAMINA,CLORIDRATO DE CP 300 MG	PRATI	CPR	600	R$ 0,180	R$ 108,00
86	TIMOLO,MALEATO DECOLIRIO 0,5%	TEUTO	FRS	25	R$ 2,610	R$ 65,25
87	VARFARINACP 5 MG	TEUTO	CPR	600	R$ 0,220	R$ 132,00
	VALOR TOTAL					**R$ 194.000,00000**
	LOTE 2 –PRESSÃO,DIURETICO E CARDIACO					
ITEM	ESPECIFICAÇAO DOS PRODUTOS	**MARCA**	UNI.	QTD	**P.UNIT.**	**P.VENDA**
88	ANLODIPINO,BESILATO DECP 5 MG	**VITAPAM**	CPR	15.000	**R$ 0,050**	**R$ 750,00**
89	ANLODIPINO,BESILATO DECP 10 MG	**VITAPAM**	CPR	15.000	**R$ 0,090**	**R$ 1.350,00**
90	AMIODARONA CP 200 MG	**BALDACCI**	CPR	5.000	**R$ 1,210**	**R$ 6.050,00**
91	ATENOLOLCP 50 MG	**PRATI**	CPR	30.000	**R$ 0,070**	**R$ 2.100,00**
92	ATENOLOLCP 100 MG	**PRATI**	CPR	10.000	**R$ 0,080**	**R$ 800,00**
93	CAPTOPRILCP 25 MG	**MEDQUIMICA**	CPR	50.000	**R$ 0,040**	**R$ 2.000,00**
94	CARVEDILOLCP 12,5 MG	**BALDACCI**	CPR	20.000	**R$ 0,170**	**R$ 3.400,00**
95	CARVEDILOLCP 25 MG	**BALDACCI**	CPR	5.000	**R$ 0,210**	**R$ 1.050,00**
96	DIGOXINACP 0,25 MG	**TEUTO**	CPR	1.500	**R$ 0,170**	**R$ 255,00**
97	ENALAPRIL,MALEATO DECP 5 MG	**CIMED**	CPR	10.000	**R$ 0,100**	**R$ 1.000,00**
98	ENALAPRIL,MALEATO DECP 10 MG	**MEDQUIMICA**	CPR	30.000	**R$ 0,090**	**R$ 2.700,00**
99	ENALAPRIL,MALEATO DECP 20 MG	**MEDQUIMICA**	CPR	50.000	**R$ 0,100**	**R$ 5.000,00**
100	ESPIROLACTONACP 25 MG	**E.M.S**	CPR	15.000	**R$ 0,210**	**R$ 3.150,00**
101	ESPIROLACTONACP 100 MG	**HIPOLABOR**	CPR	2.000	**R$ 0,620**	**R$ 1.240,00**
102	FUROSEMIDACP 40 MG	**PRATI**	CPR	10.000	**R$ 0,070**	**R$ 700,00**
103	HIDROCLOTIAZIDACP 25 MG	**MEDQUIMICA**	CPR	80.000	**R$ 0,040**	**R$ 3.200,00**
104	HIDRALAZINA,CLORIDRATO DECP 25 MG	**NOVARTIS**	CPR	600	**R$ 0,460**	**R$ 276,00**
105	ISOSSORBIDA,DINITRATO DECP SUBLINGUAL 5 MG	**GERMED**	CPR	1.000	**R$ 0,180**	**R$ 180,00**
106	ISOSSORBIDA,MONONITRATO DE CP 40 MG	**BIOSSINTETICA**	CPR	1.000	**R$ 0,540**	**R$ 540,00**
107	LOSARTANA POTÁSSICACP 50 MG	**PRATI**	CPR	50.000	**R$ 0,090**	**R$ 4.500,00**
108	METILDOPACP 250 MG	**NEOQUIMICA**	CPR	20.000	**R$ 0,410**	**R$ 8.200,00**
109	METOPROLOL,SUCCINATO DECP DE LIBERAÇÃO CONTROLADA 50 MG	**ASTRA**	CPR	4.000	**R$ 2,630**	**R$ 10.520,00**
110	PROPANOLOL,CLORIDRATO DECP 10 MG	**MEDLEY**	CPR	6.000	**R$ 0,120**	**R$ 720,00**
111	PROPANOLOL,CLORIDRATO DECP 40 MG	**PRATI**	CPR	20.000	**R$ 0,040**	**R$ 800,00**
112	VERAPAMIL CP 80 MG	**PRATI**	CPR	1.000	**R$ 0,100**	**R$ 100,00**
113	VERAPAMIL CP 120 MG	**BIOSSINTETICA**	CPR	1.000	**R$ 1,2190**	**R$ 1.219,00**

	VALOR TOTAL					**R$ 61.800,00**

	LOTE 04-ANTIMICROBIANOS –FARMÁCIA BASICA					
ITEM	**ESPECIFICAÇAO DOS PRODUTOS**	**MARCA**	**UNI.**	**QTD**	**P.UNIT.**	**P.VENDA**
120	AMOXACILINA CAP OU CP 500 MG	PRATI	CPR	20.000	R$ 0,190	R$ 3.800,00
121	AMOXACILINA PÓ PARA SUSP 50MG/ML	PRATI	VDR	1.000	R$ 3,380	R$ 3.380,00
122	AMOXACILINA+CLAVULANATO DE POTÁSSIOCP 500 NG+125 MG	GLAXO	CPR	4.000	R$ 3,600	R$ 14.400,00
123	AMOXACILINA+CLAVULANATO DE POTÁSSIOSUSP ORAL 50 MG+12,5 MG/ML	SANDOZ	VDR	200	R$ 27,260	R$ 5.452,00
124	AZITROMICINAPÓ PARA SUSP ORAL 40 MG/ML	PRATI	VDR	300	R$ 4,820	R$ 1.446,00
125	AZITROMICINACP 500 MG	PRATI	CPR	9.000	R$ 0,610	R$ 5.490,00
126	CEFALEXINA(SÓDICA OU CLORIDRATOCAPS 500 MG	ABL	CPR	20.000	R$ 0,440	R$ 8.800,00
127	CEFALEXINA(SÓDICA OU CLORIDRATOSUSPENSÃO ORAL 50MG/ML	U.QUIMICA	FRS	1.000	R$ 9,920	R$ 9.920,00
128	CIPROFLOXACINOCP 500 MG	PRATI	CPR	12.000	R$ 0,330	R$ 3.960,00
129	CLINDAMICINACAPS 300 MG	TEUTO	CPR	500	R$ 1,200	R$ 600,00
130	CLORAFENICOL,PALMITATO DESUSP ORAL 25MG/ML	PFIZER	FRS	150	R$ 2,000	R$ 300,00
131	ERITROMICINACAPS OU CP 500 MG	PRATI	CPR	3.000	R$ 0,800	R$ 2.400,00
132	ERITROMICINASUSP ORAL 50MG/ML	PRATI	VDR	75	R$ 5,580	R$ 418,50
133	GENTAMICINA POMADA OFTALMICA 5MG/G	MANTECORP	TUB	50	R$ 14,440	R$ 722,00
134	METRONIDAZOLCP 250 MG	PRATI	CPR	10.000	R$ 0,140	R$ 1.400,00
135	METRONIDAZOLCP 400 MG	TEUTO	CPR	5.000	R$ 0,540	R$ 2.700,00
136	METRONIDAZOLGEL VAG 10%	PRATI	TUB	1.000	R$ 5,840	R$ 5.840,00
137	METRONIDAZOL(BENZOILMETRONIDAZOL)SUSP ORAL 40MG/ML	PRATI	VDR	150	R$ 2,680	R$ 402,00
138	NITROFURANTOÍNACAPS 100 MG	TEUTO	CPR	1.000	R$ 0,300	R$ 300,00
139	SULFADIAZINACP 500 MG	SOBRAL	CPR	1.000	R$ 0,230	R$ 230,00
140	SULFADIAZINA DE PRATA PSTA 1%	PRATI 30GR.	TUB	50	R$ 5,390	R$ 269,50
141	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINACP 400 MG+80 MG	PRATI	CPR	15.000	R$ 0,140	R$ 2.100,00
142	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINASUSP ORAL 40 MG+8 MG/ML	SOBRAL	FRS	500	R$ 1,340	R$ 670,00
	VALOR TOTAL					**R$ 75.000,00**

	Lote 05 –SÁUDE MENTAL					
ITEM	**ESPECIFICAÇAO DOS PRODUTOS**	**MARCA**	**UNI.**	**QTD**	**P.UNIT.**	**P.VENDA**
143	AMITRIPTILINACP 25 MG	TEUTO	CPR	8.000	R$ 0,100	R$ 800,00
144	BIPERIDENO,CLORIDRATO DECP 2 MG	CRISTÁLIA	CPR	1.000	R$ 0,380	R$ 380,00
145	CARBAMAZEPINA CP 200 MG	TEUTO	CPR	10.000	R$ 0,360	R$ 3.600,00
146	CARBAMAZEPINAXAROPE 20MG/ML	U.QUIMICA	VDR	150	R$ 10,800	R$ 1.620,00
147	CARBONATO DE LITIOCP 300 MG	HIPOLABOR	CPR	5.000	R$ 0,300	R$ 1.500,00
148	CLOMIPRAMINA,CLORIDRATO DECP 25 MG	E.M.S	CPR	3.000	R$ 1,650	R$ 4.950,00
149	CLONAZEPAMSOLUÇÃO ORAL 2,5MG/ML	PRATI	VDR	250	R$ 3,580	R$ 895,00
150	CLORPROMAZINA,CLORIDRATO DECP 25 MG	CRISTÁLIA	CPR	1.000	R$ 0,320	R$ 320,00
151	CLORPROMAZINA,CLORIDRATO DESOLUÇÃO ORAL 40 MG/ML	CRISTÁLIA	FRS	30	R$ 8,600	R$ 258,00
152	DIAZEPAM CP 5 MG	SANTISA	CPR	15.000	R$ 0,080	R$ 1.200,00
153	FENITOÍNA SÓDICACP 100 MG	SANOFI	CPR	5.000	R$ 0,660	R$ 3.300,00
154	FENITOÍNA SÓDICASUSP ORAL 25MG/ML	SANOFI	VDR	30	R$ 20,000	R$ 600,00
155	FENOBARBITAL CP 100 MG	CRISTÁLIA	CPR	15.000	R$ 0,200	R$ 3.000,00
156	FENOBARBITALSOLUÇ ORAL 40 MG/ML	U.QUIMICA	VDR	150	R$ 4,800	R$ 720,00
157	FLUOXETINA,CLORIDRATO DECAPS OU CP 20 MG	TEUTO	CPR	15.000	R$ 0,100	R$ 1.500,00
158	HALOPERIDOLCP 1 MG	CRISTÁLIA	CPR	500	R$ 0,240	R$ 120,00
159	HALOPERIDOLCP 5 MG	CRISTÁLIA	CPR	2.000	R$ 0,240	R$ 480,00
160	HALOPERIDOLSOLUÇ ORAL 2MG/ML	U.QUIMICA	VDR	25	R$ 6,600	R$ 165,00
161	HALOPERIDOL,DECANOATO DESOLUÇ INJET 50MG/ML	U.QUIMICA	AMP	100	R$ 13,600	R$ 1.360,00
162	LEVODOPA+BENZERAZIDACP 100 MG+25 MG	ROCHE	CPR	3.000	R$ 2,960	R$ 8.880,00
163	LEVODOPA+CARBIDOPACP 250MG+25 MG	TEUTO	CPR	3.000	R$ 0,530	R$ 1.590,00
164	NORTRIPTILINACAPS 10 MG	NOVARTIS	CPR	1.000	R$ 1,200	R$ 1.200,00
165	NORTRIPTILINACAPS 25 MG	RAMBAXY	CPR	1.000	R$ 1,100	R$ 1.100,00
166	NORTRIPTILINACAPS 50 MG	RAMBAXY	CPR	1.000	R$ 0,900	R$ 900,00
167	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICOCAPS OU CP 288 MG(EQUIV 250 MG ÁCIDO VALPROICO	BIOLAB	CPR	6.000	R$ 0,380	R$ 2.280,00

168	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICOCP 576MG(EQUIV 500 MG ÁCIDO VALPROICO	BIOLAB	CPR	11.000	R$ 1,000	R$ 11.000,00
169	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICOSOLUÇ ORAL XAROPE 57,624 MG/ML(EQUIV A 50 MG ÁCIDO VALPROICO	PRATI	VDR	50	R$ 5,640	R$ 282,00
	VALOR TOTAL					**R$ 54.000,00**

	LOTE – 06 HOSPITALAR–INJETAVEL					
ITEM	**ESPECIFICAÇAO DOS PRODUTOS**	**MARCA**	**UNI.**	**QTD**	**P.UNIT.**	**P.VENDA**
170	ÁGUA P INJEÇÃOFRASC 5 ML	ISOFARMA	AMP	5.000	R$ 0,310	R$ 1.550,00
171	ÁGUA P INJEÇÃOFRASC 10 ML	ISOFARMA	AMP	10.000	R$ 0,290	R$ 2.900,00
172	ÁCIDO ASCORBICOSOLUÇ INJETAVEL 500 MG/ML	TEUTO	AMP	1.200	R$ 1,020	R$ 1.224,00
173	ADRENALINASOLUÇÃO INJETAVEL 1 MG/ML	HIPOLABOR	AMP	100	R$ 9,850	R$ 985,00
174	AMICAINA SOLUÇ INJETAVEL 500 MG/2 ML	TEUTO	AMP	400	R$ 2,760	R$ 1.104,00
175	AMINOFILINA SOLUÇ INJETAVEL 24MG/ML	TEUTO	AMP	400	R$ 1,350	R$ 540,00
176	AMPICILINA TOPICO INJETAVEL 1 GR	NOVA FARMA	AMP	400	R$ 5,480	R$ 2.192,00
177	ATROPINA SOLUÇ INJETAVEL 0,25 MG/ML	ISOFARMA	AMP	100	R$ 0,600	R$ 60,00
178	BETAMETASONA SOLUÇ INJETAVEL 4MG/1ML (**BETAPROSPAN 5 MG/2MG INJ AMP 1 ML)**	U.QUIMICA	AMP	1.000	R$ 8,800	R$ 8.800,00
179	BUSCOPAM COMPOSTO SOLUÇÃO INJETAVEL 20 MG/5 ML+2,5MG/5ML	TEUTO	AMP	5.000	R$ 2,200	R$ 11.000,00
180	BROMOPRIDASOLUÇÃO INJETAVEL 5 MG/ML	NOVA FARMA	AMP	2.500	R$ 1,500	R$ 3.750,00
181	CEFALOTINA SOLUÇÃO INJETAVEL 1G	BIOCHIMICO	AMP	1.000	R$ 11,000	R$ 11.000,00
182	CEFAZOLINA SOLUÇÃO INJETAVEL 1 G	BIOCHIMICO	AMP	400	R$ 10,200	R$ 4.080,00
183	CEFTAZIDIMA PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL 01G	BIOCHIMICO	AMP	800	R$ 9,000	R$ 7.200,00
184	CETOPROFENOPÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL 100 MG/ 2ML	U.QUIMICA	AMP	1.300	R$ 5,960	R$ 7.748,00
185	CEFTRIAXONA PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL 01G	BIOCHIMICO	AMP	2.500	R$ 9,000	R$ 22.500,00
186	CIMETIDINASOLUÇÃO INJETAVEL 150MG/ML	TEUTO	AMP	1.400	R$ 1,220	R$ 1.708,00
187	COMPLEXO B SOLUÇÃO INJETAVEL 2ML	HYPOFARMA	AMP	1.400	R$ 1,240	R$ 1.736,00
188	CLINDAMICINA SOLUÇÃO INJETAVEL 150 MG	U.QUIMICA	AMP	300	R$ 8,400	R$ 2.520,00
189	CLORETO DE SÓDIOSOLUÇÃO INJETAVEL 20%/10ML	ISOFARMA	AMP	100	R$ 0,410	R$ 41,00
190	CLORETO DE POTASSIOSOLUÇÃO INJETAVEL 19,1%/10ML	ISOFARMA	AMP	100	R$ 0,780	R$ 78,00
191	CLORIDRATO DE LIDOCAINA SEM VASO CONSTRUTOR2% (20 MG/ML)	HYPOFARMA	AMP	300	R$ 7,340	R$ 2.202,00
192	CLORIDRATO DE LIDOCAINA2 % 20 MG/ML	HYPOFARMA	AMP	400	R$ 7,440	R$ 2.976,00
193	DEXAMETASONASOLUÇÃO INJETAVEL 4MG	TEUTO	AMP	900	R$ 1,340	R$ 1.206,00
194	DESLANOSÍDEOSOLUÇÃO INJETAVEL 0,2MG/ML	U.QUIMICA	AMP	400	R$ 2,000	R$ 800,00
195	DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/MLUSO TÓPICO INJETAVEL	TEUTO	AMP	4.000	R$ 1,080	R$ 4.320,00
196	DIPIRONA SÓDICA 500MG/MLSOLUÇÃO INJETAVEL	TEUTO	AMP	4.500	R$ 0,960	R$ 4.320,00
197	DOPAMINA SOLUÇÃO INJETAVEL 5MG/ML	U.QUIMICA	AMP	100	R$ 2,880	R$ 288,00
198	DRAMIM B6 DLSOLUÇÃO INEJAVEL 10 ML	NYCOMED	AMP	800	R$ 5,300	R$ 4.240,00
199	EFORTIL SOLUÇÃO INJETAVEL 10 MG/ML	U.QUIMICA	AMP	300	R$ 1,560	R$ 468,00
200	VITAMINA K (FITOMENADIONA)SOLÇAO INJETAVEL 10 MG/ML	U.QUMICA	AMP	600	R$ 2,600	R$ 1.560,00
201	FUROSEMIDASOLUÇÃO INJETAVEL 20MG/2 ML	SANTISA	AMP	800	R$ 0,760	R$ 608,00
202	GENTAMICINAINJETAVEL 80MG	SANTISA	AMP	800	R$ 1,010	R$ 808,00
203	GLICOSE0,25	ISOFARMA	AMP	500	R$ 0,360	R$ 180,00
204	GLICOSE0,5	ISOFARMA	AMP	750	R$ 0,400	R$ 300,00
205	HEPARINA INJETAVEL 5000 UI / 5ML	BLAUSIGUEL	AMP	400	R$ 12,500	R$ 5.000,00
206	HIDROCORTISONA PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL 500MG	U.QUIMICA	AMP	600	R$ 11,600	R$ 6.960,00
207	METERGIM SOLUÇÃO INJETAVEL 0,2MG/ML	U.QUIMICA	AMP	400	R$ 2,160	R$ 864,00
208	METRONIDAZOLSOLUÇÃO INJETAVEL 5,00MG/ML	ISOFARMA	AMP	500	R$ 3,300	R$ 1.650,00
209	OMEOPRAZOL PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL 40 MG	BLAUSIGUEL	AMP	8.000	R$ 8,000	R$ 64.000,00
210	OXITOCINASOLUÇÃO INJETAVEL 5 UI/1ML	U.QUIMICA	AMP	400	R$ 1,880	R$ 752,00
211	PROCÁINA CLORID DE (ANESTESICO) SOLUÇÃO INJETAVEL 2%	GERMED	AMP	300	R$ 15,000	R$ 4.500,00
212	PROMETAZINA,CLORIDRATO DECAPS 25 MG	TEUTO	CPR	3.000	R$ 0,150	R$ 450,00
213	SULFATO DE TERBUTALINASOLUÇÃO INJETAVEL 0,5 MG/ML	U.QUIMICA	AMP	400	R$ 4,280	R$ 1.712,00
214	TENOXICAMPÓ LIÓFILO 20 MG	U.QUIMICA	AMP	600	R$ 8,000	R$ 4.800,00
215	TENOXICAMPÓ LIÓFILO 40 MG	U.QUIMICA	AMP	600	R$ 9,600	R$ 5.760,00
216	SORO FISIOLOGICO 100 ML	HALEXISTAR	UNI	3.000	R$ 3,040	R$ 9.120,00
217	SORO FISIOLOGICO 250 ML	HALEXISTAR	UNI	3.000	R$ 3,480	R$ 10.440,00
218	SORO FISIOLOGICO 500 ML	HALEXISTAR	UNI	5.000	R$ 4,360	R$ 21.800,00
219	SORO GLICOSADO 250 ML	EQUIPLEX	UNI	3.000	R$ 3,800	R$ 11.400,00
220	SORO GLICOSADO 500 ML	EQUIPLEX	UNI	5.000	R$ 5,100	R$ 25.500,00
221	SORO RINGER 500 ML	JP	UNI	500	R$ 4,600	R$ 2.300,00
	VALOR TOTAL					**R$ 294.000,00**

	LOTE 07 – MEDICAMENTOS DE USO DA FARMACIA E DO HOSPITAL					
ITEM	**ESPECIFICAÇAO DOS PRODUTOS**	**MARCA**	**UNI.**	**QTD**	**P.UNIT.**	**P.VENDA**
222	ACIDO ASCORBICOCP 500MG	NATULAB	CPR	3.000	R$ 0,500	R$ 1.500,00
223	AMBROXOL XAROPE 15 MG/5ML	PRATI	VDR	1.000	R$ 5,150	R$ 5.150,00
224	AMINOFILINA CP 100 MG	VITAPAM	CPR	1.000	R$ 0,130	R$ 130,00
225	AMPICILINACP 500 MG	PRATI	CPR	3.000	R$ 0,320	R$ 960,00
226	BENZOATO DE BENZILALOÇÃO / SABONETE	PHARMACIENCE	FRS	100	R$ 15,580	R$ 1.558,00
227	BROMETO DE FENOTEROL SOL. INALANTE COM 5,0 MG-FRASC 20 ML	PRATI	FRS	20	R$ 4,350	R$ 87,00
228	BROMOPRIDASUSPENSÃO ORAL 10ML OU 20 ML (4MG/ML)	MARIOL	FRS	300	R$ 2,500	R$ 750,00
229	BULTIBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICASUSP ORAL 6,67/333,4MG/ML	BELFAR	FRS	1.000	R$ 15,000	R$ 15.000,00

230	BULTIBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICACP REVESTIDO 10 MG+250 MG	CAZI	CPR	10.000	R$ 0,380	R$ 3.800,00
231	CETOCONAZOLCP 200 MG	PRATI	CPR	6.000	R$ 0,210	R$ 1.260,00
232	CETOCONAZOLCRÈME CONTENDO 30 G	SOBRAL	TUB	900	R$ 2,480	R$ 2.232,00
233	CIMETIDINACP. 200MG	PRATI	CPR	6.000	R$ 0,180	R$ 1.080,00
234	CINARIZINACP 75 MG	NEOQUIMICA	CPR	10.000	R$ 0,300	R$ 3.000,00
235	COLIRIO ANESTESICO TETRACAINA+FENILEFRINA 1 % - COM 10 ML	ALLERGAN	FRS	12	R$ 14,480	R$ 173,76
236	COMPLEXO B GOTAS	NATULAB	FRS	250	R$ 3,750	R$ 937,50
237	DERSANI LOÇÃO OLEOSA **200ML**	MOPH	UNI	40	R$ 6,730	R$ 269,20
238	DICLOFENACO DE SÓDIOCP 50 MG	PRATI	CPR	40.000	R$ 0,050	R$ 2.000,00
239	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO GELBISNAGA 100 MG **60GR**	PRATI	TUB	100	R$ 5,680	R$ 568,00
240	DICLORIDRATO DE LEVOCETIRIZINACP 5 MG	EUROFRMA	CPR	300	R$ 5,630	R$ 1.689,00
241	DIMETICONA/SIMETICONAFR.75 mg/ml	PRATI	FRS	500	R$ 1,980	R$ 990,00
242	DIPIRONA SÓDICACP 500 MG	PRATI	CPR	40.000	R$ 0,160	R$ 6.400,00
243	ETINILESTRADIOL+LEVONOGESTREL C/21 CPCX 0,03 MG+0,15 MG	BIOLAB	CXS	1.000	R$ 1,500	R$ 1.500,00
244	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO+BUDESONIDACAPS PARA INALAÇÃO 12 MCG +400 MCG	NOVARTIS	CXS	15	R$ 88,600	R$ 1.329,00
245	FLORATIL COM 12 CAPSULA100 MG	LEGRAND	CXS	30	R$ 15,100	R$ 453,00
246	FLORATIL COM 6 CAPSULA200 MG	LEGRAND	CXS	20	R$ 20,250	R$ 405,00
247	FLORATIL PÓ ORAL 1 G DE PÓ	CIFARMA	ENV	40	R$ 9,000	R$ 360,00
248	GELOL POMADA	BELFAR	FRS	50	R$ 15,400	R$ 770,00
249	KOLLAGENASE COM CLORANFENICOL C/ 50G COLAGENASE 0,6 UI+CLORANFENICOL 0,01 G	CRISTÁLIA	TB	30	R$ 88,500	R$ 2.655,00
250	IODETO POTASSICO SUSPENSÃO ORAL 20MG/ML	SOBRAL	FRS	800	R$ 4,930	R$ 3.944,00
251	LOPERAMIDACP 2 MG	CAZI	CPR	1.500	R$ 1,530	R$ 2.295,00
252	NIMESULIDACP 100MG	VITAPAM	CPR	40.000	R$ 0,120	R$ 4.800,00
253	NIMESULIDA GOTAS 50MG	PRATI	FRS	1.000	R$ 1,980	R$ 1.980,00
254	NISTATINA25.000 UI/G CR VARG	TEUTO	TUB	900	R$ 6,010	R$ 5.409,00
255	NITROFURASONA POMADACOM 30 G	PRATI	TUB	30	R$ 12,500	R$ 375,00
256	NORESTISTERONACP 0,35 MG	BIOLAB	CPR	2.500	R$ 0,400	R$ 1.000,00
257	NORESTISTERONA,ENANTATO DE +ESTRADIOL,VALEARATO DESOLUÇÃO INJETAVEL 50 MG+5MG	SCHERING	AMP	75	R$ 53,680	R$ 4.026,00
258	MEBENDAZOLCP 100 MG	SOBRAL	CPR	2.000	R$ 0,070	R$ 140,00
259	MEBENDAZOLSUSP ORAL 20 MG/ML	SOBRAL	VDR	300	R$ 1,480	R$ 444,00
260	PAPAINA 10% CREME	BIOLOGIA	TUB	50	R$ 125,000	R$ 6.250,00
261	SALBUTAMOLXAROPE 0,48MG/ML	SOBRAL	FRS	200	R$ 2,050	R$ 410,00
262	SULFATO DE NEOMICINA-BACITRACINA ZÍNICATUBO DE 5MG/G+250 UI/G	SOBRAL	TUB	1.000	R$ 2,050	R$ 2.050,00
263	SPRAY ANTI-SÉPTICO NEXCARE COM 50 ML	3M	UNI	30	R$ 62,500	R$ 1.875,00
264	TIABENDAZOL CP 500 MG	UCI FARMA	CPR	500	R$ 3,550	R$ 1.775,00
265	TIABENDAZOL SUSP ORAL 50 MG/ML	UCI FARMA	FRS	150	R$ 20,500	R$ 3.075,00
266	VASELINA BISN COM / 20 G	VIC PHARMA	TUB	50	R$ 2,500	R$ 125,00
267	VASELINA LIGUIDA	VIC PHARMA	FRS	6	R$ 29,290	R$ 175,74
268	VILDAGLIPTINA CP 50 MG	NOVARTIS	CPR	560	R$ 7,130	R$ 3.992,80
269	XYLOCAÍNA GEL2% BISN DE 30 G	CRISTÁLIA	TB	50	R$ 10,040	R$ 502,00
	VALOR TOTAL					**R$ 101.650,00**

	LOTE 8 -PRESSÃO, DIURETICO E CARDIACO- DIABETES					
ITEM	**ESPECIFICAÇAO DOS PRODUTOS**	**MARCA**	**UNI.**	**QTD**	**P.UNIT.**	**P.VENDA**
270	CAPTOPRILCP 50 MG	PRATI	CPR	25.000	R$ 0,060	R$ 1.500,00
271	GLIMEPIRIDACP 2 MG	CIMED	CPR	15.000	R$ 0,300	R$ 4.500,00
272	GLIMEPIRIDACP 4 MG	E.M.S	CPR	18.000	R$ 0,300	R$ 5.400,00
273	METILDOPA CP. 500MG	E.M.S	CPR	5.000	R$ 0,640	R$ 3.200,00
274	NIFEDIPINA CP 10MG	BRAINFARMA	CPR	20.000	R$ 0,430	R$ 8.600,00
275	NIFEDIPINACP 20MG	GEOLAB	CPR	20.000	R$ 0,140	R$ 2.800,00
	VALOR TOTAL					**R$ 26.000,00**

	LOTE 09 - SAÚDE MENTAL CONTRAPARTIDA					
ITEM	**ESPECIFICAÇAO DOS PRODUTOS**	**MARCA**	**UNI.**	**QTD**	**P.UNIT.**	**P.VENDA**
276	BROMAZEPAM3 MG	TEUTO	CPR	1.000	R$ 0,120	R$ 120,00
277	CLONAZEPAMCP.0,5MG	U.QUIMICA	CPR	3.000	R$ 0,280	R$ 840,00
278	CLONAZEPAMCP. 2MG	U.QUIMICA	CPR	8.000	R$ 0,160	R$ 1. 280,00
279	CLORID. DE CLORPROMAZINA5MG/ML	U.QUIMICA	AMP	100	R$ 1,800	R$ 180,00
280	CLORID.PAROXETINA CP 20 MG	U.QUIMICA	CPR	5.000	R$ 0,700	R$ 3. 500,00
281	CLORID. DE PETIDINA50MG/ML	U.QUIMICA	AMP	200	R$ 2,800	R$ 560,00
282	CLORID. DE SERTRALINACP 50MG	ZYDUS NIKKHO	CPR	15. 000	R$ 0,240	R$ 3. 600,00
283	CLORID. DE TRAMADOL CP 50MG	TEUTO	CPR	5.000	R$ 0,450	R$ 2. 250,00
284	CLORID DE TRAMADOLINJETAVEL 50 MG/ML **2ML**	U.QUIMICA	AMP	200	R$ 1,720	R$ 344,00
285	DIAZEPAM INJETAVEL 5MG/ML	SANTISA	AMP	200	R$ 1,000	R$ 200,00
286	FENOBARBITALINJETAVEL 100 MG/ML	CRISTÁLIA	AMP	100	R$ 2,430	R$ 243,00
287	LEVODOPA+CLORID DE BENSERAZIDA 200 MG/50 MG COMPRIMIDO	ACHE	CPR	1.000	R$ 3,560	R$ 3. 560,00
288	MIDAZOLAM SOLUÇÃO INJETAVEL 15MG COM 5 AMP. 13 ML **OFERECEMOS COM AMPOLA DE 10 ML**	U.QUIMICA	AMP	100	R$ 7,480	R$ 748,00
289	OLANZAPINA CP 5 MG	E.M.S	CPR	1.000	R$ 0,800	R$ 800,00
290	SULFATO DE MORFINA SOLUÇÃO INJETAVEL 10MG/ML	CRISTÁLIA	AMP	200	R$ 4,860	R$ 972,00
	VALOR TOTAL					**R$ 19. 197,00**

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga o Município de Santo Antônio do Leste a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

O prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preço será de doze (12) meses, contados da publicação do resultado do procedimento licitatório no Diário Oficial do Estado.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório do Pregão Presencial SRP nº. 021/2015.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

5.1. A entrega deverá ser feita, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

5.2. A entrega/retirada dos itens deverá ser feita na sede do município de Santo Antônio do Leste em locais a serem designados pela Administração Municipal nas quantidades descritas na ordem de fornecimento, nos dias e horários estipulados;

5.2.1 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade, quantidade e medidas, de acordo com as suas devidas descrições, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do item por parte do município de Santo Antônio do Leste será de (10) dez dias imediatamente após a constatação, a contar da data do recebimento provisório,

5.2.2. A empresa vencedora deverá realizar trocas de produtos caso a data de validade estiver vencida ou o produto apresentar qualquer problema no que se refere às características organolépticas ou não atenderem às especificações técnicas constantes no termo de referencia;

5.2.3. A entrega dos produtos somente deverá ser feita às pessoas autorizadas pelo recebimento;

5.2.4. A empresa vencedora deverá conferir o produto, no ato da entrega, juntamente com o responsável pelo recebimento e solicitar que o mesmo assine, de forma legível e por extenso em documento impresso pela contratada, o produto recebido;

5.2.5. As notas fiscais serão assinadas somente após a entrega de todas as mercadorias e o recebimento de todas as guias de remessa devidamente assinadas pelos responsáveis de cada secretaria solicitante, comprovando desta forma a autenticidade das mesmas;

5.2.6. A empresa vencedora deverá realizar as entregas com pessoal capacitado, uniformizado e que atendam as exigências mínimas de higiene pessoal.

5.3. O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93.

5.4. A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste edital e da Ata de Registro de Preço em que se verificar vícios ou incorreções exultantes dos itens fornecidos.

5.5. O Município de Santo Antônio do Leste rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento realizado em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.6. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

5.7. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos e serviços solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, proposta de preços apresentada, nos termos Anexo I, bem como no constante na minuta da ata de registro de preços.

5.7.1. O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, desde que apresente laudo do fabricante onde comprove a similaridade/superioridade da qualidade dos produtos, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

5.7.2. Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

5.8. O local para a entrega dos medicamentos e materiais será na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Leste e seus Departamentos, sendo a entrega diária, conforme a necessidade da mesma, e solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

5.9. A entrega dos medicamentos estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.10. No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.11. No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Santo Antônio do Leste).

5.12. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos medicamentos em nota fiscal emitida pela empresa.

5.13. Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da entrega.

5.14. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos SERVIÇOS/PRODUTOS registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os SERVIÇOS/PRODUTOS deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega/execução, não sendo aceitos os SERVIÇOS/PRODUTOS que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto (contratado).

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta da execução de quaisquer dos SERVIÇOS/PRODUTOS cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento da execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão, toda ou parte dos SERVIÇOS/PRODUTOS devolvidos pelo mesmo, no prazo de 01 dia, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA FORNECEDORA

São responsabilidades da Fornecedora (Contratado):

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Município de Santo Antônio do Leste por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à FORNECEDORA, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - A FORNECEDORA autoriza o Município de Santo Antônio do Leste, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – A ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá FORNECEDORA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

O Município de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues/executados os SERVIÇOS/PRODUTOS.

II. Permitir ao pessoal da FORNECEDORA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. Notificar a FORNECEDORA de qualquer irregularidade e encontrada na execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: Caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

O Município de Santo Antônio do Leste efetuará o pagamento à FORNECEDORA, através de crédito em conta corrente mantida pela FORNECEDORA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o SERVIÇO/PRODUTO foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro – A empresa fornecedora deverá apresentar anexada a Nota Fiscal de Fornecimento as Certidões de Regularidade junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certidões de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em todos os pagamentos.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a FORNECEDORA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras do Município de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações (Artigo 20 e 21 do Decreto 7.892/2013):

a) quando a Fornecedora descumprir as condições da ata de registro de preços, bem como as obrigações constantes no Edital;

b) quando a Fornecedora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pelo Gerenciador, sem justificativa aceitável;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Santo Antônio do Leste, facultando-se ao ente publico neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades da FORNECEDORA relativas aos Serviços a serem executados.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição (contratual) infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a FORNECEDORA ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas legais e editalícias (contratuais) que não causem prejuízo ao Município de Santo Antônio do Leste.

Parágrafo Segundo - A FORNECEDORA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS por mais de 10 (dez) dias poderá o Município de Santo Antônio do Leste, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, cancelar (rescindir) a ATA, ficando a FORNECEDORA impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante da Ata de Registro de Preço, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a FORNECEDORA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação assumida (contratual), desde que desses Fatos resultem prejuízos ao Município de Santo Antônio do Leste;

b) Se a FORNECEDORA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c) Se a FORNECEDORA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos SERVIÇOS/PRODUTOS ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a FORNECEDORA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes desta licitação, relativas ao ano de 2015, correrão por conta da dotação orçamentária previstas para os órgãos e entidades participantes.

Parágrafo Único – As despesas constantes ao orçamento de 2016 serão apontadas no momento oportuno.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o **Edital de Pregão nº 021/2015** e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, POR ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes (contratantes) elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede do **GERENCIADOR.**

Santo Antônio do Leste – MT, 23 de Julho de 2015.

_____

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

Contratante

Weverton Ancelmo P. de Souza

Pregoeiro Oficial

DENTAL CENTRO OESTE LTDA.

CNPJ nº 36.900.926/0001-80

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 21/2015

PREGÃO: N° 021/2015– C/SRP

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS FARMACOLÓGICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE.

Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, situada a Rua: A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ:04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 021/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS FARMACOLÓGICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Fornecedora/Empresa: NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ: 08.139.622/0001-07, representada Sr. PAULO ROGERIO MONTEIRO FERRONATO, portador do RG nº. 1220053-0 SSJ/MT e CPF: 805.153.391-72, residente e domiciliado no Município de Cuiabá.

Lote 03 - Diabetes

ITEM	MEDICAMENTOS	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
114	GLIBENCLAMIDA CP 5 MG	25.000 CP	25000	MEDQUIMICA	R$ 0,0400	R$ 1.000,00
115	GLICLAZIDA CP 80 MG	2000 CP	2000	E.M.S	R$ 0,3500	R$ 700,00
116	METFORMINA,CLORIDRATO DE CP 500 MG	8000 CP	8000	PRATI	R$ 0,1000	R$ 800,00

117	METFORMINA,CLORIDRATO DE CP 850 MG	40.000 CP	40000	PRATI	R$ 0,1300	R$ 5.200,00
118	APARELHO G.TECH FREE PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE	50 UNID	50	INJEX	R$ 63,0000	R$ 3.150,00
119	FITAS PARA G.TECH FREE COM 50 UNID	150 CX	150	INJEX	R$ 45,0000	R$ 6.750,00
						R$ 17.600,00

Lote 10 – Lista de Material de Pronto Atendimento

ITEM	MEDICAMENTOS	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
291	ABAIXADOR DE LINGUA PACOTE COM/ 100 UNID CADA	10 PC	10	THEOTO	R$ 5,2500	R$ 52,50
292	AGUA BORICADA 3%	15 FRASC	15	VIC PHARMA	R$ 5,1500	R$ 77,25
293	AGUA OXIGENADA VOL 10	15 FRASC	15	VIC PHARMA	R$ 5,1500	R$ 77,25
294	AGUA PARA AUTO CLAVE 5 L	30 GALÃO	30	VIC PHARMA	R$ 18,9800	R$ 569,40
295	AGULHA CAIXA COM/ 100 UNIDADE CADA 13 X 4,5	50 CX	50	INJEX	R$ 11,7800	R$ 589,00
296	AGULHA CAIXA COM/ 100 UNIDADE CADA 25x7	100 CX	100	INJEX	R$ 11,7800	R$ 1.178,00
297	AGULHA CAIXA COM/ 100 UNIDADE CADA 25x8	100 CX	100	INJEX	R$ 11,7800	R$ 1.178,00
298	AGULHA CAIXA COM/ 100 UNIDADE CADA 40x12	50 CX	50	LAMEDID	R$ 11,9800	R$ 599,00
299	ALCOOL 70%	150 FRAS	150	VIC PHARMA	R$ 6,2500	R$ 937,50
300	ALGODAO HIDROFILO	50 ROLO	50	SOFT COTTON	R$ 17,5000	R$ 875,00
301	ALGODAO ORTOPEDICO COM /12 ROLO C/ 20 CM	20 PC	20	ORTOFEN	R$ 11,6900	R$ 233,80
302	ALGODAO ORTOPEDICO COM / 12ROLO C/10 CM	20 PC	20	ORTOFEN	R$ 6,2700	R$ 125,40
303	ALGODAO ORTOPEDICO COM 12 ROLO C/ 12 CM	20 PC	20	ORTOFEN	R$ 7,2800	R$ 145,60
304	ALMOTOLIA COM 500 ML	25 UNIDADE	25	J. PROLAB	R$ 3,4500	R$ 86,25
305	ALMOTOLIA COM 200 ML	25 UNIDADE	25	J. PROLAB	R$ 2,9700	R$ 74,25
306	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO METAL BD	10 UNID	10	MIKATOS	R$ 320,0000	R$ 3.200,00
307	APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL SEMI-AUTOMATICO	10 UNID	10	GLICOMED	R$ 210,0000	R$ 2.100,00
308	APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL SEMI-AUTOMATICO	10 UNID	10	G TECH	R$ 210,0000	R$ 2.100,00
309	ATADURA GESSADA COM 20 UNID 10 CM	40 PC	40	ORTOFEN	R$ 55,0000	R$ 2.200,00
310	ATADURA GESSADA COM 12 UNID 15 CM	40 PC	40	ORTOFEN	R$ 65,0000	R$ 2.600,00
311	ATADURA GESSADA COM 20 UNID 20 CM	40 PC	40	ORTOFEN	R$ 120,0000	R$ 4.800,00
312	ATADURA CREPE COM 12 UNIDADE 10 CM	400 PC	400	MINAS TEXTIL	R$ 8,7800	R$ 3.512,00
313	ATADURA CREPE COM 12 UNIDADE 12 CM	500 PC	500	MINAS TEXTIL	R$ 9,8700	R$ 4.935,00
314	ATADURA CREPE COM 12 UNIDADE 15 CM	400 PC	500	MINAS TEXTIL	R$ 16,7800	R$ 8.390,00
315	ATADURA CREPE COM 12 UNIDADE 20 CM	400 PC	400	MINAS TEXTIL	R$ 19,1500	R$ 7.660,00
316	ATADURA CREPE COM 12 UNIDADE 30 CM	80 PC	80	MINAS TEXTIL	R$ 26,7800	R$ 2.142,40
317	AVENTAL MANGA LONGA COM ELASTICO TAMANHO ÚNICO G	100 UNIDADE	100	MEDSONDA	R$ 3,9400	R$ 394,00
318	BANDEJA EM AÇOINOXÍDAVEL 30x20x04	5 UNID	5	FAMI	R$ 59,5000	R$ 297,50
319	BOLSA COLETORA DE URINA	50 UNID	50	MEDSONDA	R$ 0,6900	R$ 34,50
320	BOLSA COLOSTOMIA/ILEOSTOM 70 MM	30 UNID	30	CASEX	R$ 22,5800	R$ 677,40
321	BOLSA PARA ÁGUA QUENTE COM 500 ML	15 UNID	15	CARCI	R$ 36,9800	R$ 554,70
322	BOLSA TERMOGEL 700ml	15 UNID	15	CARCI	R$ 42,0000	R$ 630,00
323	BOLSA TERMOGEL 350 ml	15 UNID	15	CARCI	R$ 49,0000	R$ 735,00
324	CADARÇO OU ADESIVO ESPECIFÍCO P/ FIXAÇÃO DE CÂNULA DE GUEDEL	20 UNID	20	PROTEC	R$ 2,0000	R$ 40,00
325	CÂNULA DE GUEDEL PVC Jogo com 6 tamanhos	2 jogos	2	PROTEC	R$ 23,8800	R$ 47,76
326	CÂNULA DE OROFARINGE Nº 3	20 UNID	20	PROTEC	R$ 4,0000	R$ 80,00
327	CÂNULA OROFARINGE Nº 4	20 UNID	20	PROTEC	R$ 4,0000	R$ 80,00
328	CATETER JELCO Nº 18	5 CX	5	LAMEDID	R$ 49,7500	R$ 248,75
329	CATETER JELCO Nº 20,	5 CX	5	LAMEDID	R$ 49,7500	R$ 248,75
330	CATETER JELCO Nº 22	50 CX	50	LAMEDID	R$ 49,7500	R$ 2.487,50
331	CATETER JELCO Nº 24	60 CX	60	LAMEDID	R$ 59,7000	R$ 3.582,00
332	CATETER P/OXIGENIO TIPO OCULOS	75 UNID.	75	MEDSONDA	R$ 1,5920	R$ 119,40
333	CATETER NASAL P/ OXIGÊNIO Nº 4	40 UNID	40	MEDSONDA	R$ 0,7323	R$ 29,29
334	CATETER NASAL P/ OXIGÊNIO Nº 8	40 UNID	40	MEDSONDA	R$ 0,8318	R$ 33,27
335	CATETER NASAL P/ OXIGÊNIO Nº 10	40 UNID	40	MEDSONDA	R$ 0,8716	R$ 34,86
336	CINTO P/ PRANCHA LONGO	5 (de cada cor)	5	RESGATE SP	R$ 40,0000	R$ 200,00
337	COMPRESSA CIRURGICA GAZE ESTERELIZADA	15.000 PACOTE	15000	MINAS TEXTIL	R$ 0,3781	R$ 5.671,50
338	COMPRESSA OPERATORIA	20 PC	20	MINAS TEXTIL	R$ 33,8300	R$ 676,60
339	CLAMP UMBILICAL	75 UNID	75	MEDSONDA	R$ 0,8955	R$ 67,16
340	CUBA RIM EM INOX	10	10	FAMI	R$ 59,0000	R$ 590,00

341	DESCARTEX 13 L	250 UD.	250	DESCARBOX	R$ 5,5500	R$ 1.387,50
342	DESCARTEX 20 L	700 UNID	700	DESCARBOX	R$ 6,4800	R$ 4.536,00
343	DETERGENTE ENZIMATICO 1 L	15 UNID	15	VIC PHARMA	R$ 59,7000	R$ 895,50
344	DRENO PENROSE Nª 2 MADEITEX	20 UNID	20	MEDSONDA	R$ 2,4975	R$ 49,95
345	DRENO PENROSE Nª 3 MADEITEX	20 UNID	20	MEDSONDA	R$ 2,7542	R$ 55,08
346	**ELETRODOS PARA ELÉTRON**	20 UNID	20	LAMEDID	R$ 0,3980	R$ 7,96
347	EQUIPO MACROGOTAS COM Y (INJETOR LATERAL)	9000 UNID	9000	LAMEDID	R$ 2,1500	R$ 19.350,00
348	EQUIPO MICROGOTAS COM Y (INJETOR LATERAL)	6000 UNID	6000	MEDSONDA	R$ 2,1500	R$ 12.900,00
349	ESCALPE COM 100 UNID Nº19	5 CX	5	LAMEDID	R$ 26,8650	R$ 134,33
350	ESCALPE COM 100 UNID Nº21	5 CX	5	LAMEDID	R$ 26,8650	R$ 134,33
351	ESCALPE COM 100 UNID Nº23	30 CX	30	LAMEDID	R$ 26,8650	R$ 805,95
352	ESCALPE COM 100 UNID Nº25	20 CX	20	LAMEDID	R$ 26,8650	R$ 537,30
353	ESCALPE COM 100 UNID Nº27	5 CX	5	LAMEDID	R$ 26,8650	R$ 134,33
354	ESCOVA CERVICAL UNITARIA	2000 UNID.	2000	LAMEDID	R$ 0,2388	R$ 477,60
355	ESPECULO TAMANHO P	750 UNID	750	ADLIN	R$ 1,7910	R$ 1.343,25
356	ESPECULO TAMANHO M	1000 UNID	1000	ADLIN	R$ 2,0895	R$ 2.089,50
357	ESPECULO TAMANHO G	500 UNID	500	ADLIN	R$ 2,2885	R$ 1.144,25
358	ESPATULA AYRE	10 PC	10	THEOTO	R$ 8,1590	R$ 81,59
359	ESPARADRAPO 10X4.5-5.0X4.5	100 UNID	100	MISSNER	R$ 6,7600	R$ 676,00
360	ESTETOSCÓPIO BD	10 UNID	10	MIKATOS	R$ 59,7000	R$ 597,00
361	FIO CAT SIMPLES Nº 2.0	6 CX	6	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 620,88
362	FIO CAT SIMPLES Nº 3.0	6 CX	6	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 620,88
363	FIO CAT GUT CROMADO Nº 2.0	6 CX	6	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 620,88
364	FIO CAT GUT CROMADO Nº 3.0	5 CX	5	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 517,40
365	FIO CAT GUT CROMADO Nº 4.0	5 CX	5	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 517,40
366	FIO CAT GUT CROMADO Nº 1.0	3 CX	3	TECHINOFIO	R$ 103,4800	R$ 310,44
367	FIO DE SUTURA NYLON Nº 3.0	6 CX	6	LAMEDID	R$ 36,2180	R$ 217,31
368	FIO DE SUTURA NYLON Nº 4.0	5 CX	5	LAMEDID	R$ 36,2180	R$ 181,09
369	FIO DE SUTURA NYLON Nª 2.0	6 CX	6	LAMEDID	R$ 36,2180	R$ 217,31
370	FITA AUTO CLAVE ROLO 19mm x 30m	150 UNID	150	POLITAPE	R$ 3,7810	R$ 567,15
371	FITA CREPE ROLO 16mm x 50 m	250 UNID	250	POLITAPE	R$ 2,7860	R$ 696,50
372	FITA MICROPORE 1,2 CM X 10 M	140 UNID	140	MISSNER	R$ 5,5720	R$ 780,08
373	FIXADOR CELULAR	10 FR	10	ADLIN	R$ 11,9400	R$ 119,40
374	FORMOL FRASC	5 UNID	5	DINAMICA	R$ 23,0000	R$ 115,00
375	FRASCO DE FLEETENEMA com 130ml (já vem pronto)	25 UNID	25	TOMMMASI	R$ 21,0000	R$ 525,00
376	GARROTE EM TECIDO ÉLASTICO COM TRAVA	25 UNID	25	LABOR IMPORT	R$ 16,0000	R$ 400,00
377	GEL PARA ULTRASSOM 12 GL	8 GALÃO	8	VIC PHARMA	R$ 24,8000	R$ 198,40
378	LAMINA BISTURI Nº 15	5 CX	5	LAMEDID	R$ 32,0000	R$ 160,00
379	LAMINA BISTURI Nº 22	12 CX	12	LAMEDID	R$ 32,0000	R$ 384,00
380	LAMINA PREVENTIVO	10 CX	10	CRAL	R$ 8,4500	R$ 84,50
381	LAMINA PARA MICROSCOPIA FN COM 50 UNIDADE	50 CX	50	LAMEDID	R$ 7,9800	R$ 399,00
382	LÂMINA CURVA LARINGOSCÓPIO ADULTO N° 1,2,3,4,5	10 UNID DE CADA	10	MD	R$ 500,0000	R$ 5.000,00
383	LÂMINA CURVA LARINGOSCÓPIO INFANTIL N° 0	5 UNIDADE	5	MD	R$ 400,0000	R$ 2.000,00
384	LARINGOSCÓPIO LAMINA CUF Nº 0,1,2,3,	5 UNID DE CADA	5	MD	R$ 780,0000	R$ 3.900,00
385	LÂMPADAS PARA LARINGOSCÓPIOA	5 UNID	5	MD	R$ 80,0000	R$ 400,00
386	LENÇOL DESC 0,70 X0,50 PAPEL	30 ROLO	30	VITTA PEL	R$ 18,4500	R$ 553,50
387	LUVA CIRURGICA Nº 7	75 PAR	75	MAXITEX	R$ 1,8900	R$ 141,75
388	LUVA CIRURGICA Nº 7,5	150 PAR	150	MAXITEX	R$ 1,8900	R$ 283,50
389	LUVA CIRURGICA Nº 8,0	300 PAR	300	MAXITEX	R$ 1,8900	R$ 567,00
390	LUVA PROCEDIMENTO MEDIA CAIXA COM 100 UNIDADE CADA	200 CX	200	MEDIX	R$ 24,0000	R$ 4.800,00
391	LUVA PROCEDIMENTO P CAIXA COM 100 UNIDADE CADA	250 CX	250	MEDIX	R$ 24,0000	R$ 6.000,00
392	LUVA PROCEDIMENTO G CAIXA COM 100 UNIDADE CADA	200 CX	200	MEDIX	R$ 24,0000	R$ 4.800,00
393	MASCARA CIRURGICA	25 PT	25	LABOR IMPORT	R$ 9,0000	R$ 225,00
394	MASCARA COMPLETA ADULTA PARA NEBULIZADOR COM COPINHO E MANGUEIRA	40 UNID	40	DARU	R$ 15,0000	R$ 600,00
395	MASCARA COMPLETA INFANTIL PARA NEBULIZADOR COM COPINHO E MANGUEIRA	40UNID	40	DARU	R$ 15,0000	R$ 600,00
396	NEBULIZADOR HOSPITALAR Inalador Ultrassônico MD 3000 Bivolt - Medicate COM 4 SAIDAS	2 UNID	2	INALAMED	R$ 2.880,0000	R$ 5.760,00
397	OTOSCÓPIO APARELHO	5 UNID	5	MD	R$ 378,1000	R$ 1.890,50
398	OFTALMOSCOPIO APARELHO	5 UNIDADE	5	MD	R$ 1.825,6900	R$ 9.128,45
399	OXIMETRO DE PULSO PORTATIL	10 UNIDADE	10	JG MORYA	R$ 4.175,0000	R$ 41.750,00

400	PAPEL GRAU CIRURGICO	20 RL	20	VEDAMAX	R$ 49,0000	R$ 980,00
401	PAPEL CREPADO	5 RL	5	POLARFIX	R$ 120,0000	R$ 600,00
402	PAPEL DE ELETROCARDIOGRAMA	5 RL	5	BIONET	R$ 70,0000	R$ 350,00
403	PINCHA DE CHERRON	25 UNID	25	MEDSONDA	R$ 2,5000	R$ 62,50
404	PVPI TOPICO 1 L	30 FR	30	VIC PHARMA	R$ 20,8900	R$ 626,70
405	PVPI DEGERMANTE 1 L	30 FR	30	VIC PHARMA	R$ 20,8900	R$ 626,70
406	POLIFIX 2 VIAS	300 UNID	300	MEDSONDA	R$ 1,5800	R$ 474,00
407	POLIFIX 4 VIAS	50 UNID	50	MEDSONDA	R$ 2,5700	R$ 128,50
408	PORTA ALGODÃO DE INOX TAMANHO 080x080	3 UNID	3	ABC	R$ 38,0000	R$ 114,00
409	PORTA AGULHA	5 UNID	5	ABC	R$ 31,0000	R$ 155,00
410	PLACAC / FLANGE 70 MM BOLS	50 UNID	50	CASEX	R$ 25,0000	R$ 1. 250,00
411	PRENDEDOR P/ BOLSA COLOSTOMIA SURFIT	50 UNID	50	CASEX	R$ 4,0000	R$ 200,00
412	SACO BRANCO LEITOSO TAMANHO GRANDE	3000 UNID	3000	RAVA	R$ 0,5000	R$ 1. 500,00
413	SACO BRANCO LEITOSO TAMANHO MEDIO	1000 UNID	1000	RAVA	R$ 0,5000	R$ 500,00
414	SELADORA STERMAX	3 UNID	3	STERMAX	R$ 3. 250,0000	R$ 9. 750,00
415	SERINGA INSULINA 1 ML	20 CX	20	INJEX	R$ 29,8500	R$ 597,00
416	SERINGA COM 500 UNIDADE S/ AGULHA DE 3 ML	25 CX	25	SR	R$ 89,5500	R$ 2. 238,75
417	SERINGA COM 500 UNIDAD S/ AGULHA DE 5 ML	50 CX	50	SR	R$ 99,5000	R$ 4. 975,00
418	SERINGA COM 250 UNIDADE S/AGULHA DE 10 ML	70 CX	70	SR	R$ 103,4800	R$ 7. 243,60
419	SERINGA COM 250 UNIDADE S/AGULHA DE 20 ML	40 CX	40	SR	R$ 144,1900	R$ 5. 767,60
420	VASELINA LIQUIDA	12 UNID	12	VIC PHARMA	R$ 23,8800	R$ 286,56
421	SONDA RETAL Nº 10	25 UNID	25	MEDSONDA	R$ 0,7700	R$ 19,25
422	SONDA NASOGASTRICA Nº 8	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,7100	R$ 21,30
423	SONDA NASOGASTRICA Nº 14	30UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,7600	R$ 22,80
424	SONDA NASOGASTRICA N° 16	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,8900	R$ 26,70
425	SONDA DE ASPIRAÇÃO ORO TRAQUEAL N° 08	90 UNID	90	MEDSONDA	R$ 0,7400	R$ 66,60
426	SONDA DE ASPIRAÇÃO ORO TRAQUEAL N° 09	50 UNID	50	MEDSONDA	R$ 0,9000	R$ 45,00
427	SONDA DE FOLEY Nº 20	40UNID	40	LAMEDID	R$ 3,7800	R$ 151,20
428	SONDA DE FOLEY Nº 18	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,7800	R$ 113,40
429	SONDA DE FOLEY Nº 16	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,7800	R$ 113,40
430	SONDA DE FOLEY Nº 14	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,7800	R$ 113,40
431	SONDA GÁSTRICAOU LEVINE Nº 08	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,2500	R$ 37,50
432	SONDA GÁSTRICAOU LEVINE Nº 12	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,3200	R$ 39,60
433	SONDA GÁSTRICAOU LEVINE Nº 14	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,4500	R$ 43,50
434	SONDA GÁSTRICAOU LEVINE Nº 16	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,5900	R$ 47,70
435	SONDA GÁSTRICAOU LEVINE Nº 18	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,6500	R$ 49,50
436	SONDA URETRAL Nº 08	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,7500	R$ 22,50
437	SONDA URETRAL Nº 10	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,7900	R$ 23,70
438	SONDA URETRAL Nº 12	30 UNID	3	MEDSONDA	R$ 0,8100	R$ 2,43
439	SONDA URETRAL Nº 16	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 0,9200	R$ 27,60
440	SONDA URETRAL Nº 18	30 UNID	30	MEDSONDA	R$ 1,0200	R$ 30,60
441	TÁBUA P/MASSAGEM CARDÍACA	04 UNID	4	RESGATE SP	R$ 200,0000	R$ 800,00
442	TALA DE GESSO	24 UNID	24	ORTOFEN	R$ 150,0000	R$ 3. 600,00
443	TAMBOR INOX	5 UNID	5	FAMI	R$ 200,0000	R$ 1. 000,00
444	TERMÔMETRO DIGITAL	20 UNID	20	LAMEDID	R$ 18,5700	R$ 371,40
445	TOUCA BRANCA DESC COM 100 UNID	30 PT	30	LABOR IM-PORT	R$ 7,9800	R$ 239,40
446	TORNEIRINHA COM 3 VIAS	100 UNID	100	LAMEDID	R$ 1,5100	R$ 151,00
447	TORNERINHAS 4 VIAS	100 UNID	100	LAMEDID	R$ 1,9800	R$ 198,00
448	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 6,5	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 119,40
449	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 7,0	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 119,40
450	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 7,5	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 119,40
451	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 8.0	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 119,40
452	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 9.0	30 UNID	30	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 119,40
453	TUBO ENDOTRAQUEAL C/ BALÃO Nº 3,0	25 UNID	25	LAMEDID	R$ 3,9800	R$ 99,50
454	UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIOC/EXTENSÃO E MÁSCARA	15 UNID	15	PROTEC	R$ 61,6900	R$ 925,35
455	VÁLVULA REGULADORA P/CILINDRO DE OXIGÊNIOC/ 1 SAÍDA	10	10	PROTEC	R$ 258,7000	R$ 2. 587,00
						R$ 261. 999,52

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga o Município de Santo Antônio do Leste a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

O prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preço será de doze (12) meses, contados da publicação do resultado do procedimento licitatório no Diário Oficial do Estado.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Santo Antônio do Leste.

LÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório do Pregão Presencial SRP nº. 021/2015.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

5.1. A entrega deverá ser feita, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

5.2. A entrega/retirada dos itens deverá ser feita na sede do município de Santo Antônio do Leste em locais a serem designados pela Administração Municipal nas quantidades descritas na ordem de fornecimento, nos dias e horários estipulados;

5.2.1 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade, quantidade e medidas, de acordo com as suas devidas descrições, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do item por parte do município de Santo Antônio do Leste será de (10) dez dias imediatamente após a constatação, a contar da data do recebimento provisório,

5.2.2. A empresa vencedora deverá realizar trocas de produtos caso a data de validade estiver vencida ou o produto apresentar qualquer problema no que se refere às características organolépticas ou não atenderem às especificações técnicas constantes no termo de referencia;

5.2.3. A entrega dos produtos somente deverá ser feita às pessoas autorizadas pelo recebimento;

5.2.4. A empresa vencedora deverá conferir o produto, no ato da entrega, juntamente com o responsável pelo recebimento e solicitar que o mesmo assine, de forma legível e por extenso em documento impresso pela contratada, o produto recebido;

5.2.5. As notas fiscais serão assinadas somente após a entrega de todas as mercadorias e o recebimento de todas as guias de remessa devidamente assinadas pelos responsáveis de cada secretaria solicitante, comprovando desta forma a autenticidade das mesmas;

5.2.6. A empresa vencedora deverá realizar as entregas com pessoal capacitado, uniformizado e que atendam as exigências mínimas de higiene pessoal.

5.3. O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93.

5.4. A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste edital e da Ata de Registro de Preço em que se verificar vícios ou incorreções exultantes dos itens fornecidos.

5.5. O Município de Santo Antônio do Leste rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento realizado em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.6. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

5.7. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos e serviços solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, proposta de preços apresentada, nos termos Anexo I, bem como no constante na minuta da ata de registro de preços.

5.7.1. O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, desde que apresente laudo do fabricante onde comprove a similaridade/superioridade da qualidade dos produtos, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

5.7.2. Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

5.8. O local para a entrega dos medicamentos e materiais será na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Leste e seus Departamentos, sendo a entrega diária, conforme a necessidade da mesma, e solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

5.9. A entrega dos medicamentos estará condicionada ao laudo de qualidade dos mesmos e apresentando obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB, ou na sua falta Declaração Comum Internacional - DCI sob pena de devolução conforme determinação da Lei 9.787 10/02/1999.

5.10. No ato da entrega dos volumes deverão trazer escritos na parte exterior o número da Nota Fiscal a que se refere.

5.11. No campo Observação da Nota fiscal deverá conter o número da nossa Ordem de Fornecimento ao qual a Nota Fiscal se refere e a descrição da destinação dos materiais (estes serão fornecidos pelo Departamento de Compras do Município de Santo Antônio do Leste).

5.12. Obrigatoriamente, deve constar vencimento dos medicamentos em nota fiscal emitida pela empresa.

5.13. Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da entrega.

5.14. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos SERVIÇOS/PRODUTOS registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os SERVIÇOS/PRODUTOS deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega/execução, não sendo aceitos os SERVIÇOS/PRODUTOS que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto (contratado).

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta da execução de quaisquer dos SERVIÇOS/PRODUTOS cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento da execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão, toda ou parte dos SERVIÇOS/PRODUTOS devolvidos pelo mesmo, no prazo de 01 dia, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA FORNECEDORA

São responsabilidades da Fornecedora (Contratado):

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Município de Santo Antônio do Leste por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à FORNECEDORA, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - A FORNECEDORA autoriza o Município de Santo Antônio do Leste, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – A ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá FORNECEDORA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

O Município de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues/executados os SERVIÇOS/PRODUTOS.

II. Permitir ao pessoal da FORNECEDORA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. Notificar a FORNECEDORA de qualquer irregularidade e encontrada na execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: Caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

O Município de Santo Antônio do Leste efetuará o pagamento à FORNECEDORA, através de crédito em conta corrente mantida pela FORNECEDORA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o SERVIÇO/PRODUTO foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro – A empresa fornecedora deverá apresentar anexada a Nota Fiscal de Fornecimento as Certidões de Regularidade junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certidões de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em todos os pagamentos.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a FORNECEDORA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras do Município de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações (Artigo 20 e 21 do Decreto 7.892/2013):

a) quando a Fornecedora descumprir as condições da ata de registro de preços, bem como as obrigações constantes no Edital;

b) quando a Fornecedora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pelo Gerenciador, sem justificativa aceitável;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Santo Antônio do Leste, facultando-se ao ente publico neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades da FORNECEDORA relativas aos Serviços a serem executados.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição (contratual) infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a FORNECEDORA ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas legais e editalícias (contratuais) que não causem prejuízo ao Município de Santo Antônio do Leste.

Parágrafo Segundo - A FORNECEDORA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para a execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega/execução dos SERVIÇOS/PRODUTOS por mais de 10 (dez) dias poderá o Município de Santo Antônio do Leste, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, cancelar (rescindir) a ATA, ficando a FORNECEDORA impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante da Ata de Registro de Preço, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a FORNECEDORA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação assumida (contratual), desde que desses Fatos resultem prejuízos ao Município de Santo Antônio do Leste;

b) Se a FORNECEDORA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c) Se a FORNECEDORA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos SERVIÇOS/PRODUTOS ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a FORNECEDORA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes desta licitação, relativas ao ano de 2015, correrão por conta da dotação orçamentária previstas para os órgãos e entidades participantes.

Parágrafo Único – As despesas constantes ao orçamento de 2016 serão apontadas no momento oportuno.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o **Edital de Pregão nº 021/2015** e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, POR ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes (contratantes) elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede do **GERENCIADOR.**

Santo Antônio do Leste – MT, 23 de Julho de 2015.

_____

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

Contratante

Weverton Ancelmo P. de Souza

Pregoeiro Oficial

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA.

CNPJ: 08.139.622/0001-07

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 020/2015

PREGÃO Nº 020/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 019/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição deGêneros Alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados a atender o funcionamento das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT**,** conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 020/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: Lucileide da Silva Costa, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 17.483.656/0001-05, sediada na Av. Maceió, neste ato representado pela sua proprietária, Sr.ª Lucileide da Silva Costa, nacionalidade Brasileira, Casada, Portadora da Carteira de Identidade nº 06029167, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 402.030.001-10.

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	RISOLIS	UNID	5.800	0,48	2.784,00
3	QUIBE FRITO	UNID	39.400	0,42	16.548,00
15	BOLO SIMPLES FORMA	UNID	100	16,80	1.680,00
17	ENROLADINHO DE SALSICHA		3.300	0,40	1.320,00
18	BOLO DE FUBÁ	UNID	222	16,40	3.640,80
30	PAEZINHOS CON QUEIJO	UNID	30.900	0,35	10.814,49
TOTAL					**36.787,80**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Pão Frances, Bolo Simples, Torta de Frango, Broa de Polvilho, Bolo de Mandioca, Bolo Inglês, Bolo de Cenoura, Bolo de Chocolate, Pão de Queijo, Pasteizinhos, Salgado Assado, Enroladinho de Salsicha, Bolinhos de Queijo, Quibe Frito, Rissoles, Coxinha de frango e de carne bovina, para as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Ação Social e Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração, setor de compras.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do produto é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de

Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instru-

mento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta

ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 03 (três) dias úteis, caso constatada divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo e praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante

da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso superior ao prazo estipulado no Item 1.3, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta da-Dotação Orçamentária:

Gabinete do Prefeito

Manutenção do Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.5002.2005.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria

03.01.04.122.5004.2012.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Manutenção das Atividades da Secretaria

04.01.04.123.5005.2020.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

05.01.10.301.5006.2032.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

05.02.10.301.5006.2033.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação

06.01.12.361.5007.2036.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Educação

06.01.12.361.5007.2037.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Educação Infantil

06.01.12.365.5007.2039.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção dos Programas Assistenciais

07.01.08.241.5009.2059.33.90.39 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

07.01.08.243.5009.2058.33.90.39 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

07.01.08.244.5009.2056.33.90.39 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Fundo Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência e Ação Social

07.02.08.244.5009.2057.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção da Secretaria Municipal de Viação e Obras

09.01.15.452.5011.2062.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

10.01.20.601.5012.2068.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

Gabinete da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

Manutenção da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

11.01.27.812.5013.2072.33.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 020/2015 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de Agosto de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

pregoeiro

LUCILEIDE DA SILVA COSTA

CNPJ: 17.483.656/0001-05

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DECRETO N° 051/2015 EM: 09 DE OUTUBRO DE 2015.

"REGULAMENTA O ARTIGO 184 DA LEI MUNICIPAL Nº 055/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Santo de Antônio de Leste/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que o atendimento ao servidor deverá ser efetuado com base na Lei Municipal nº. 055/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) de 28 de dezembro de 2001 e a necessidade de regulamentar a validação de jornada de trabalho;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito da Administração Direta Municipal, como método oficial de registro de frequencia dos servidores públicos municipais de Santo Antônio do Leste, o Ponto Digital Eletrônico.

Art. 2º - Os servidores públicos municipais ocupantes de cargos cujo dispositivo legal de regulamentação tenha fixado jornada diferente da que trata o artigo 184 da Lei Municipal nº 055/2001 e que não tenham disponibilidade de utilizar do Ponto Digital Eletrônico deverão requerer junto ao Secretário titular da respectiva pasta autorização para uso do livro-ponto.

Art. 3º - Em face de estar sendo implantado gradativamente o sistema de Ponto Digital Eletrônico, eventuais falhas no sistema e nos computadores utilizados deverão ser comunicados imediatamente ao chefe do CPD – José Eduardo – pelos telefone (66) 3488-1080, celular (66) 9203-6548 ou ainda pelo email gerenciacpd@santoantoniodoleste.mt.gov.br.

Art. 4º. No caso de eventuais falhas, o controle será realizado através de mecanismos de registro manual disponibilizado em cada repartição, até a solução do problema detectado, a fim de evitar eventuais prejuízos aos servidores.

Art. 5º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 09 DE OUTUBRO DE 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE PORTARIA Nº 365/2.015. DE: 09 DE OUTUBRO DE 2.015.

Dispõe sobre convocação de segurados beneficiários de auxílio-doença para serem submetidos à perícia médica do PREVISAL e dá outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo as atribuições que lhe são conferidas por Lei, especificamente o artigo 37 da Constituição Federal e artigo 16 à 20 da Lei Municipal nº 162/2005.

RESOLVE

Artigo 1º - Convocar os servidores públicos municipais segurados do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Santo Antônio do Leste/MT, para submeterem à perícia médica do Previsal à partir das 17h do dia 16 de outubro de 2015 no PA – Pronto Atendimento de Santo Antônio do Leste – MT.

Artigo 2º - Os segurados convocados para submeterem à perícia médica são os seguintes servidores:

1) Marleny José de Souza Oliveira – Matrícula nº 148

2) Luciana da Silva Ramos - Matrícula nº 151

3) Antonio Roberto Brandalize - Matrícula nº 24

4) Mariuza Santos de Oliveira - Matrícula nº 89

5) Rosani Menegassi Alves - Matrícula nº 131

6) Marili de Souza - Matrícula nº 158

7) Adriana Parreira Magalhães - Matrícula nº 998

8) Katyanne Guimarães dos Santos - Matrícula nº 333

Artigo 3º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para o cumprimento desta portaria.

Artigo 4º - Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 09 DE OUTUBRO DE 2.015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 003/2015

PREGÃO Nº 003/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 003/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por serviço o **Pregão Presencial modelo Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Horas de Manutenção Mecânica Preventiva e Corretiva em veículos das Secretarias desta Prefeitura, conforme Planilha de Quantitativos dos Serviços constantes no Anexo I.** Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 003/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: A L J TRIACCA & CIA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 00.239.711/0001-13, sediada na Rua do Comercio nº 1145 Bairro Parque Castelândia Primavera do Leste-MT, neste ato representado pelo seu Sócio Proprietário Leocir João Triacca, nacionalidade Brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1099760, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 567.429.081-49.

Fornecedor: ALECIO TAFAREL – COMERCIO ME, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº. 05.114.245/0001-63, sediada na Av. Florianópolis s/n Centro Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo seu proprietário S.r. Alécio Tafarel, brasileiro, casado, portador da carteira de Identidade nº. 486.760, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 352.173.591-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SERVIÇO

1.0. Este instrumento tem por objetivo o **Pregão Presencial modelo Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Horas de Manutenção Mecânica Preventiva e Corretiva em veículos das Secretarias desta Prefeitura, conforme Planilha de Quantitativos dos Serviços constantes no Anexo I. N**ão obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) serviços(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Licitação: **000003/15 PREGÃO PRESENCIAL Sessão: 1**

1094 - ALECIO TAFAREL COMERCIO - ME

Item Código Descrição do Produto/Serviço Unidade Quantidade Valor Unitário Valor Total

1 001.022.004 SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM SER 1.600 84,00 134.400,00

3 001.022.002 SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM SER 500 74,00 37.000,00

Valor Total Geral: 171.400,00

1203 - L.J. TRIACCA E CIA LTDA

Item Código Descrição do Produto/Serviço Unidade Quantidade Valor Unitário Valor Total

2 001.022.005 SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM SER 2.400 83,00 199.200,00

4 001.022.003 SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM SER 1.400 73,00 102.200,00

Valor Total Geral: 301.400,00

Valor Total da Licitação: 472.800,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os serviços/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os serviços/produtos contratados deverão ser realizados na sede da empresa vencedora ou em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do serviço é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar

contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da realização dos serviços, não sendo aceitos os mesmos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do serviço contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de profissional qualificado/capacitado ou de ferramenta/instrumento de

trabalho cujo fornecimento de serviços incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, serviço desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas

administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do serviço desta licitação ocorrerá à conta da-Dotação Orçamentária:

G**abinete do Prefeito**

02.01.04.122.2002.2005.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Saúde

05.01.10.301.5006.2032.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

06.01.12.361.5007.2035.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Educação – (Transporte Escolar)

06.01.12.361.5007.5043.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoas Jurídica

Secretaria Municipal de Assistência Social

07.01.08.244.2009.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

09.01.15.452.5011.2062.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 003/2015 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 24 de Março de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal

WEVERTON ANCELMO P DE SOUSA

Pregoeiro

ALÉCIO TAFAREL COMERCIO - ME

CNPJ: 05.114.245/0001-63

L. J. TRIACCA & Cia LTDA - EPP

CNPJ: 00.239.711/0001-13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 020/2015

PREGÃO Nº 020/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 020/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição deGêneros Alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados a atender o funcionamento das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT**,** conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante de-

nominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 020/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: L M RYL Bertuol - ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 15.244.636/0001-56, sediada na Rua Domingos Azzolini, neste ato representado pela sua proprietária, Sr.ª Lucinei Marisa RYL Bertuol, nacionalidade Brasileira, Casada, Portadora da Carteira de Identidade nº 1335368-3, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 957.034.031-20.

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	ENRROLADINHO DE SALSICHA		2.000	0,44	880,00
6	SALGADO ASSADO		2.000	0,41	820,00
7	PASTÉISINHO	UNID	2.000	0,42	840,00
8	PAO DE QUEIJO	UNID	59.880	0,35	20.958.00
11	BOLO INGLES		70	16.50	1.155,00
12	BOLO DE MANDIOCA		343	19,30	6.619,90
14	TORTA DE FRANGO		550	24,40	13.420,00
19	ESFIRRA ASSADA DE CARNE	UNID	38.500	0,38	14.630,00
22	PASTEIZINHOS DE PRESUNTO E QUEIJO	UNID	33.000	0,39	12.870,00
23	PASTEIZINHOS DE CARNE		39.900	0,42	16.758,00
27	TORTA ASSADA DE FRANGO		225	24,40	5.490,00
31	PAEZINHO COM GOIABA		4.800	0,34	1.632,00
32	PASTELZINHO DE PRESUNTO E QUEIJO		12.100	0,42	5.082,00
32	PASTELZINHO DE CARNE	UNID	2.700	0,42	1.134,00
34	TORTA FRANGO		42	24,40	1.024,80
34	PAEZINHOS COM GOIABADA	UNID	22.200	0,34	7.548,00
36	PIZZA GRANDE		330	18,50	6.105,00
TOTAL					**116.966,70**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Pão Frances, Bolo Simples, Torta de Frango, Broa de Polvilho, Bolo de Mandioca, Bolo Inglês, Bolo de Cenoura, Bolo de Chocolate, Pão de Queijo, Pasteizinhos, Salgado Assado, Enroladinho de Salsicha, Bolinhos de Queijo, Quibe Frito, Rissoles, Coxinha de frango e de carne bovina, para as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Ação Social e Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração, setor de compras.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do produto é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de

Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta

ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 03 (três) dias úteis, caso constatada divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo e praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante

da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial,

considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso superior ao prazo estipulado no Item 1.3, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta da-Dotação Orçamentária:

Gabinete do Prefeito

Manutenção do Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.5002.2005.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria

03.01.04.122.5004.2012.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Manutenção das Atividades da Secretaria

04.01.04.123.5005.2020.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

05.01.10.301.5006.2032.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

05.02.10.301.5006.2033.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação

06.01.12.361.5007.2036.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Educação

06.01.12.361.5007.2037.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Educação Infantil

06.01.12.365.5007.2039.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção dos Programas Assistenciais

07.01.08.241.5009.2059.33.90.39 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

07.01.08.243.5009.2058.33.90.39 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

07.01.08.244.5009.2056.33.90.39 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Fundo Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência e Ação Social

07.02.08.244.5009.2057.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção da Secretaria Municipal de Viação e Obras

09.01.15.452.5011.2062.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

10.01.20.601.5012.2068.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

Gabinete da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

Manutenção da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

11.01.27.812.5013.2072.33.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 020/2015 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de Agosto de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

pregoeiro

L M RYL BERTUOL – ME

CNPJ: 15.244.636/0001-56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 018/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 020/2015

PREGÃO Nº 020/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 018/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição deGêneros Alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados a atender o funcionamento das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT**,** conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 020/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 01.288.557/0001-32, sediada na Av. Florianópolis, neste ato representado pela sua proprietária, Sr.ª Antônia Rodrigues dos Santos, nacionalidade Brasileira, Casada, Portadora da Carteira de Identidade nº 794922, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 621.157.401-06.

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	COXINHA	UNID	5.800	0,45	2.610,00
4	BOLINHAS DE QUEIJO		42.800	0,43	18.404,00
9	BOLO DE CHOCOLATE	UNID	337	16,40	5.439,80
10	BOLO DE CENOURA	UNID	283	16,25	4.598,75
13	BROA DE PORVILHO	UNID	350	0,39	137,97
16	PAO FRANCES	UNID	16.500	0,28	4.620,00
20	ESFIRRA ASSADA DE FRANGO	UNID	38.498	0,36	13.860,00
21	CACHORRO QUENTE	UNID	29.800	1,00	29.800,00
24	ROCAMBOLE DE PRESUNTO E QUEIJO		42.600	0,34	14.484,00
25	COXINHA DE CARNE		41.464	0,45	18.900,00
26	COXINHA DE FRANGO		41.464	0,45	18.900,00

28	CUECA VIRADA	UNID	26.500	0,24	6.360,00
29	BOLACHA DE NATA	UNID	27.900	0,30	8.370,00
36	BOLO DE ANIVERSARIO	KG	24	23,25	564,00
TOTAL					**147.137,55**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Pão Frances, Bolo Simples, Torta de Frango, Broa de Polvilho, Bolo de Mandioca, Bolo Inglês, Bolo de Cenoura, Bolo de Chocolate, Pão de Queijo, Pasteizinhos, Salgado Assado, Enroladinho de Salsicha, Bolinhos de Queijo, Quibe Frito, Rissoles, Coxinha de frango e de carne bovina, para as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Ação Social e Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração, setor de compras.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do produto é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de

Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta

ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 03 (três) dias úteis, caso constatada divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo e praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais de-

cisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante

da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso superior ao prazo estipulado no Item 1.3, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta da-Dotação Orçamentária:

Gabinete do Prefeito

Manutenção do Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.5002.2005.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria

03.01.04.122.5004.2012.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Manutenção das Atividades da Secretaria

04.01.04.123.5005.2020.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

05.01.10.301.5006.2032.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

05.02.10.301.5006.2033.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação

06.01.12.361.5007.2036.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Educação

06.01.12.361.5007.2037.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Educação Infantil

06.01.12.365.5007.2039.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção dos Programas Assistenciais

07.01.08.241.5009.2059.33.90.39 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

07.01.08.243.5009.2058.33.90.39 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

07.01.08.244.5009.2056.33.90.39 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Fundo Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência e Ação Social

07.02.08.244.5009.2057.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção da Secretaria Municipal de Viação e Obras

09.01.15.452.5011.2062.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

10.01.20.601.5012.2068.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

Gabinete da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

Manutenção da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

11.01.27.812.5013.2072.33.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 020/2015 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 07 de Agosto de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

pregoeiro

ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS

CNPJ: 01.288.557/0001-32

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 015/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 015/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 015/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição deGêneros Alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados a atender o funcionamento das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT**,** conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 015/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: Comercial de Alimentos Super Pereira Eireli - EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 21.272.835/0001-70, sediada na Rua Primavera s/n Centro Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pela sua proprietária Srª. Eva Alves da Silva, Brasileira, casada, Portadora da Carteira de Identidade nº 15877642000-0, expedida pela SSP/MA, CPF nº. 781.173.642-04.

Fornecedora: Nelso Favaretto & Cia LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 17.553.753/0001-27, sediada na Rua Santo Antonio nº. 380 Esq. Com a Goiás Centro Santo Antônio do Leste - MT, neste ato representado pelo seu proprietário, Sr. Nelso Favaretto, Brasileiro, viúvo, Portador da Carteira de Identidade nº 1158190, expedida pela SSP/PR, CPF nº. 060.201.009-87.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição deGêneros Alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados a atender o funcionamento das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT**,** conforme solicitação,não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Educação, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do produto é conforme a solicitação.

4.2.1 Os Lotes que contém alimentos perecíveis serão entregues nas Unidades Solicitantes conforme cronograma de entrega fornecido pelo Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço,

conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 03 (três) dias úteis, caso constatada divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo e praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não

seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso superior ao prazo estipulado no Item 1.3, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no ca-

so de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta da-Dotação Orçamentária:

Gabinete do Prefeito

Manutenção do Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.5002.2005.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria

03.01.04.122.5004.2012.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Manutenção das Atividades da Secretaria

04.01.04.123.5005.2020.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

05.01.10.301.5006.2032.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

05.02.10.301.5006.2033.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação

06.01.12.361.5007.2036.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Educação

06.01.12.361.5007.2037.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Educação Infantil

06.01.12.365.5007.2039.33.90.30 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção dos Programas Assistenciais

07.01.08.241.5009.2059.33.90.39 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

07.01.08.243.5009.2058.33.90.39 – Material de Consumo

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

07.01.08.244.5009.2056.33.90.39 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Fundo Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência e Ação Social

07.02.08.244.5009.2057.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção da Secretaria Municipal de Viação e Obras

09.01.15.452.5011.2062.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

10.01.20.601.5012.2068.33.90.30 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

Gabinete da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

Manutenção da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

11.01.27.812.5013.2072.33.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 015/2015 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de Junho de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

pregoeiro

NELSO FAVARETTO E CIA LTDA

17.553.753/0001-27

COMERCIAL DE ALIMENTOS SUPER PEREIRA EIRELI – EPP

21.272.835/0001-70

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 007/2015

PREGÃO Nº 007/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 007/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventualcontratação de empresas para prestação de serviços a serem realizados de confecção de prótese dentaria para pacientes deste Município de Santo Antônio do Leste-MT.Conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 007/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: Denise Caldas Lima dos Santos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº14.399.250/0001-50, sediada na Rua Paranatinga nº. 130 Centro Primavera do Leste-MT CEP – 78.850-00, neste ato representado pela sua proprietária, Sr Denise Caldas Lima dos Santos, Brasileira, casada, Portadora da Carteira de Identidade nº 1851410-3, expedida pela SSP/MT, CPF nº 016.664.091-38. Ficando o valor de 93.840,00 (noventa e três mil oitocentos e quarenta reais).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventualcontratação de empresas para prestação de serviços a serem realizados de confecção de prótese dentaria para pacientes deste Município de Santo Antônio do Leste-MT.Não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente

comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os serviços deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os serviços contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do serviço é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os serviços, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento,

responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os serviços.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão

Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não

ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu

certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta da-Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde)

Ficha: 134

05.02.10.301.5006.2033.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 006/2015 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 10 de Abril de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

pregoeiro

CONTRATANTE

DENISE CALDAS LIMA DOS SANTOS

CNPJ – 14.399.250/0001-50

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 006/2015

PREGÃO Nº 006/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 006/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual Prestação de Serviços de Sonorização de Rua, Cerimonialista e Cobertura de Eventos de Pequeno e Médio Porte Para Atender a demanda de Todas as Secretarias Municipais.** Conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 006/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: Raiane Lopes Nogueira da Silva Biff, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 21.850.126/0001-25, sediada na Avenida Florianópolis nº. 066 Centro Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pela sua proprietária, Sr.ª Raiane Lopes Nogueira da Silva Biff, Brasileira, casada, Portadora da Carteira de Identidade nº 2347193-0, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 043.678.571-40, Ficando o valor de 189.160,00 (cento e oitenta e nove mil cento e sessenta reais).

Fornecedora: Eli Gomes de Oliveira, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº. 21.358.196/0001-60, sediada na Avenida Tancredo Neves s/n Bairro Vista Alegre Paranatinga-MT CEP-78.870-00, neste ato representado pelo seu proprietário, Srº. Eli Gomes de Oliveira, Brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº. 1442372-1 SSP/MT e CPF – 958.871.211-49, ficando o valor de 31.104,00 (trinta e um mil cento e quatro reais).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.0. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual Prestação de Serviços de Sonorização de Rua, Cerimonialista e Cobertura de Eventos de Pequeno e Médio Porte Para Atender a demanda de Todas as Secretarias Municipais. Conforme solicitação,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os serviços deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os serviços contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do serviço é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os serviços, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja

Devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os serviços.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem

Embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta da-Dotação Orçamentária:

Gabinete do Prefeito

Ficha: 31

02.01.04.122.5004.2012.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Ficha: 50

03.01.04.122.5004.2012.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Finanças

Ficha: 90

04.01.04.123.5005.2020.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Saúde

Ficha: 121

05.01.10.301.5006.2032.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde)

Ficha: 134

05.02.10.301.5006.2033.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Ficha: 176

06.01.12.361.5007.2036.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Assistência Social

Ficha: 250

07.01.08.44.5009.2056.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Ficha: 309

09.01.15.452.5011.206.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Agricultura Turismo e Meio Ambiente

Ficha: 344

10.01.20.601.5012.2068.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

Ficha: 364

11.01.27.812.5013.2072.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 006/2015 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 08 de Abril de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

pregoeiro

ELI GOMES DE OLIVERIA

CNPJ – 958.871.211-49

RAINANE LOPES NOGUEIRA DA SILVA BIFF

21.850.126/0001-25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2015 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 005/2015

PREGÃO Nº 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 005/2015

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios (merenda escolar PNAE), para o funcionamento das unidades escolares da rede municipal de ensino,** conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 005/2015, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: Nelso Favaretto & Cia LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 17.553.753/0001-27, sediada na rua Santo Antônio esquia com a Goiás, neste ato representado pelo seu Proprietário, Sr. Nelso Favaretto, nacionalidade Brasileiro, Viúvo, Portador da Carteira de Identidade nº 1158190, expedida pela SSP/PR, CPF nº 060.201.009-87, residente e domiciliado na rua Santo Antônio esquia com a Goiás.

NELSO FAVARETTO & CIA LTDA CNPJ – 17.553.753/0001-27

Item	Descrição do Produto/ Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	FARINHA DE MANDIOCA		0.031	4,67	7.215,15
3	MACARRAO PARAFUSO 500G		3.355	1,84	6.173,20
5	BISCOITO DOCE 800G.		3.104	6,81	21.672,00
8	FRANGO	KG	8.830	4,98	44.817,97
12	OLEO DE SOJA 1L		3.232	2,59	8.319,30
13	MARGARINA 1 KG		32	3,15	3.087,00
18	EXTRATO DE TOMATE 850G		0.031	5,45	8.229,50
19	MANDIOCA		0.032	2,58	4.618,20
21	MILHO VERDE 2 KG		32	11,59	7.649,40
22	MILHO VERDE		32	1,08	031,68
24	CENOURA		0.031	2,29	3.572,40
25	ABOBORA		32	1,95	0.031,29

26	BETERRABA		32	2,41	2. 207,50
29	ACHOCOLATADO 400 GR LATA	UNID	0.031	4,31	7. 884,00
31	BANANA DA TERRA		31	3,91	3. 555,00
32	BANANA NANICA		3.616	2,05	7. 482,25
32	ABACAXI.		100	3,91	395,00
34	MAMAO PAPAIA		150	3,49	031,36
36	MELANCIA.		0.031	1,45	2. 175,00
38	OVOS		150	4,00	031,75
40	LEITE		31	2,49	2. 265,90
42	FERMENTO BIOLOGICO		195	3,91	031,07
46	MUSSARELA.		300	17,90	5. 370,00
48	FARINHA DE QUIBE		200	3,41	031,56
50	GELATINA.		500	0,89	445,00
52	SAGU		200	4,68	936,00
54	FARINHA DE TRIGO		0.032	2,89	5. 115,30
56	CARNE DE 1a SEM OSSO		0.032	15,70	21. 744,50
58	CORANTE VERMELHO MORANGO		31	0,99	031,06
58	MILHO DE PIPOCA 500G.		31	1,90	0. 031,30
64	CREME DE LEITE		300	1,39	417,00
65	LEITE NINHO		400	11,62	4. 720,00
65	COPO DESCARTAVEL 180ML	PC	9.440	2,80	26. 432,00
68	GUARDANAPO DE PAPEL 50 UN.		32	0,95	570,00
69	PRATO DESCARTAVEL C/ 10 UNID.		3.000	1,83	5. 550,00
73	REFRIGERANTE 2LTS		3.500	2,99	10. 464,49
75	CARNE DE 1°	UNID	400	15,90	6. 360,00
76	CARNE MOIDA DE 1°	UNID	0.031	10,50	20. 368,98
77	POLVILHO DOCE.		300	3,91	0. 031,25
77	GOIABADA		100	1,45	145,00
80	DOCE DE LEITE		100	3,90	390,00
84	PAPEL TOALHA COM 02 UNID.		32	2,91	0. 031,66
85	AGUA MINERAL		8.000	0,89	7. 120,00
85	BOLACHA MAISENA		31	4,99	3. 243,50
88	PAPEL ALUMINIO		31	2,98	2. 235,00
89	SUCO 1KG		0.032	4,85	5. 820,00
89	CARNE MOIDA		3.380	7,81	26. 700,98
				Valor Total Geral:	305. 747,60

Fornecedora: Comercial de Alimentos Super Pereira Eireli-EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 21.272.835/0001-70, sediada na rua Primavera nº 1083 Centro Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pela sua Proprietária, Srª. Eva Alves da Silva, Brasileira, Casada, Portador da Carteira de Identidade nº 158776420000, expedida pela GEJSPC/MA, CPF nº 781.173.642-04.

COMERCIAL DE ALIMENTOS SUPER PEREIRA EIRELI-EPP CNPJ – 21.272.835/0001-70

Item	Descrição do Produto/Serviço	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FEIJAO CARIOCA	0.031	2,98	4. 052,62
4	BISCOITO AGUA E SAL 400G	3.104	2,89	9. 103,50
6	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS	0.032	2,99	5. 118,88
7	SUCO CONCENTRADO DE MARACUJA	32	4,99	4. 271,44
9	SALSICHA	0.032	5,25	9. 712,50
10	SAL	31	0,85	031,47
11	ACUCAR 2KG	5.140	2,85	14. 462,49
14	CARNE DE 2a SEM OSSO	0.031	9,60	18. 624,00
15	ALHO	31	11,65	6. 757,00
16	CEBOLA	0.031	2,25	3. 757,50
17	CANJICA	31	1,65	957,00
20	VINAGRE	436	1,20	031,25
23	BATATA INGLESA	0.031	2,49	4. 307,70
28	REPOLHO	0.032	1,99	3. 014,85
30	TOMATE	3.232	2,99	9. 777,30
34	LARANJA	0.032	1,33	2. 389,50
36	MACA	2.600	3,60	9. 360,00
38	PIMENTAO	150	4,50	031,09
40	COCO RALADO 100g	400	2,40	031,00
42	FERMENTO EM PO.	500	4,49	2. 207,50
44	FUBA DE MILHO	5.040	2,49	12. 415,60
44	LINGUICA	31	10,89	9. 800,49
46	SARDINHA	500	4,99	2. 495,00
48	LEITE DE COCO	100	1,99	199,00
50	AMIDO DE MILHO	200	3,66	031,06
52	CANELA EM PO	150	1,00	150,00
54	PEITO DE FRANGO	32	6,99	4. 194,00
56	CHA MATE	31	3,99	2. 354,10
60	LEITE CONDENSADO	32	2,60	0. 031,38
60	PRESUNTO	32	13,49	7. 999,00
62	CALABRESA	60.000	11,99	719. 400,00
62	BACON	32	12,49	7. 494,00
67	GARFO DESCARTAVEL C/50 UNID.	3.000	2,50	7. 500,00
69	COLHER DESCARTAVEL	3.000	2,50	7. 500,00
71	CALDO DE CARNE	400	0,50	200,00
72	CALDO DE GALINHA	400	0,50	200,00
73	OREGANO	32	1,00	031,75
79	MASSA PARA LASANHA	178	4,99	031,07
81	PO PARA SORVETE	100	3,49	349,00
81	LIGA NEUTRA	100	3,75	375,00
83	EMULSIFICANTE	100	5,49	549,00
87	GAS DE COZINHA	300	54,49	16. 500,00
91	ARROZ TIPO 1	0.031	8,45	9. 970,49
			Valor Total Geral:	924. 458,87

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios (merenda escolar PNAE), para o funcionamento das**

unidades escolares da rede municipal de ensino, conforme solicitação, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha

participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Educação, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do produto é conforme a solicitação.

4.2.1 Os Lotes que contém alimentos perecíveis serão entregues nas Unidades Solicitantes conforme cronograma de entrega fornecido pelo Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e

seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento

do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 03 (três) dias úteis, caso constatada divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo e praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por

autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão

devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das

penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso superior ao prazo estipulado no Item 1.3, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como

o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da

reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta da-Dotação Orçamentária:

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação.

Manutenção das Atividades da Educação (Recurso Próprio)

06.01.12.361.5007.2037.33.90.32 – Material de distribuição gratuita.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 004/2015 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 26 de Fevereiro de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

pregoeiro

CONTRATANTE

NELSO FAVARETTO & CIA LTDA

CNPJ – 17.553.753/0001-27

COMERCIAL DE ALIMENTOS SUPER PEREIRA EIRELI-EPP

CNPJ – 21.272.835/0001-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 120/2015 MARIELE MARTIRE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 120/2015

Dotação Orçamentária: 06.002.10.301.0007.20009.4.4.90.52.00.0.0.01.408000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) MARIELE MARTIRE SANTANA, portador(a) do CPF nº 081.104.669-90, residente e domiciliado na Av: Jaú Nº 1989, Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1053/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **PSICOLOGO – 30 HORAS SAÚDE**, com carga horária de **30 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 3.548,57 (três mil quinhentos e quarenta e oito reais e cinqüenta e sete centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **14/09/2015 e término até 20/02/2016**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº **1054/2013**, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº **1053/2013.**

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 14 de setembro de 2015.

CONTRATANTE	CONTRATADO(A)
Ilma Grisoste Barbosa	Mariele Martire Santana

Marcelo Walnier	Jakeline Coelho de Souza
CPF 749.163.193-20	CPF 015.004.911-01

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 120/2015 MARIELE MARTIRE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 120/2015

Dotação Orçamentária: 06.002.10.301.0007.20009.4.4.90.52.00.0.0.01. 408000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) MARIELE MARTIRE SANTANA, portador(a) do CPF nº 081.104.669-90, residente e domiciliado na Av: Jaú Nº 1989, Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1053/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **PSICOLOGO – 30 HORAS SAÚDE**, com carga horária de **30 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 3.548,57 (três mil quinhentos e quarenta e oito reais e cinqüenta e sete centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **14/09/2015 e término até 20/02/2016**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº **1054/2013**, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº **1053/2013.**

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 14 de setembro de 2015.

CONTRATANTE	CONTRATADO(A)
Ilma Grisoste Barbosa	Mariele Martire Santana

Marcelo Walnier	Jakeline Coelho de Souza
CPF 749.163.193-20	CPF 015.004.911-01

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO

Analisando os autos da Comissão Processante Permanente para apuração de irregularidades e aplicação das penalidades previstas em Editais e Contratos provenientes de Licitação, instaurada pela Portaria n° 382/2014, alterada pelas Portarias nº 604/2014, 373/2015 e 531/2015, destinada a apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a empresa **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, detentora da Ata de Registro de Preços 11/2014, originada do Pregão Presencial nº 232/2013, destinado à *"Aquisição de Material Ambulatorial, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Saúde";*

Examinando os documentos anexos ao Processo Administrativo nº 10/2014, em especial o Parecer Jurídico nº 0276/2015 - AJU, que destaca a regularidade processual da Comissão retro, especificamente quanto à observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como em atenção ao devido processo legal e a verificação se as conclusões da mesma estão arrazoadas dentro dos limites a que se propôs a abertura do Processo Administrativo e a extensão das provas que o instruíram;

E, finalmente, considerando que o Parecer retro coaduna com o Relatório Final da referida Comissão Processante Permanente;

ACOLHO a decisão expressa no Relatório Final da Comissão Processante Permanente, ante às irregularidades praticadas pela empresa **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, e **DEFIRO** pela aplicação da pena-

lidade de **ADVERTÊNCIA,** bem comopela aplicação da penalidade de **MULTA** no montante de **R$ 62.956,99 (sessenta e dois mil, novecentos e cinqüenta e seis reais e noventa e nove centavos).**

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante Permanente, para as providências necessárias.

Sinop/MT, 07 de outubro de 2015.

Juarez Alves da Costa

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2015 – SRP 081/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 071/2015 – SRP 081/2015, referente:para **Aquisição de parede divisória e forro em gesso acartonado instalados, para atender as necessidades das Secretarias Municipais.** Empresa Vencedora: **MAPOL CONTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME, CNPJ/MF: 18.589.821/0001-70**, Item: 01 e 02. **Homologado em 14 de outubro de 2015.**

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira – Portaria 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. ***DATA:*** **25/09/2015 VIGÊNCIA:** 25/09/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada em serviços de manutenção completa, aquisição de recarga de gás e peças para reposição, reparos e conserto dos aparelhos condicionadores de ar instalados em todas as edificações municipais, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 201/2015 –

JOÃO CARLOS DA SILVA ROCHA ME - CNPJ 11.652.116/0001-21, MATUPÁ/MT

ITEM	QUANT.	UND.	DECRIÇÃO	UNIT	TOTAL
1	851	UNIDADE	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇAO COMPLETA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9.000 A 12.000 BTUS, COM SERVIÇOS DE VERIFICAR E ELIMINAR SUJEIRAS, DANOS E CORROSAO NO GABINETE, NA MOLDURA E NA SERPENTINA; VERIFICAR RUIDOS E VIBRAÇOES ANORMAIS, INSPECIONAR O NIVEL DE AQUECIMENTO DO MOTOR; VERIFICAR TUBULAÇAO, DRENO DE AGUA, TERMOSTATO, TOMADA, CHAVE SELETORA, E OUTROS COMPONENTES ELETRICOS; REALIZAR TESTES DE VAZAMENTOS NAS CONEXOES E TUBULAÇOES DE GAS REFRIGERANTE; VERIFICAR O FUNCIONAMENTO, LEITURA E REGISTRO DAS TEMPERATURAS; VERIFICAR O FUNCIONAMENTO, LEITURA E REGISTRO DO COMPRESSOR E MOTOR; VERIFICAR TENSAO DE ALIMENTAÇAO E AMPERAGEM; VERIFICAR A VEDAÇAO DO PAINEL DE FECHAMENTO DO GABINETE; PROCEDENDO TODOS AJUSTES E CORREÇOES QUANDO NECESSARIOS, INCLUSO SERVIÇOS DE TIRAR, LAVAR E RE-COLOCAR O APARELHO	44,82	38.141,82
2	387	UNIDADE	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇAO COMPLETA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 A 24.000 BTUS, COM SERVIÇOS DE VERIFICAR E ELIMINAR SUJEIRAS, DANOS E CORROSAO NO GABINETE, NA MOLDURA E NA SERPENTINA; VERIFICAR RUIDOS E VIBRAÇOES ANORMAIS, INSPECIONAR O NIVEL DE AQUECIMENTO DO MOTOR; VERIFICAR TUBULAÇAO, DRENO DE AGUA, TERMOSTATO, TOMADA, CHAVE SELETORA, E OUTROS COMPONENTES ELETRICOS; REALIZAR TESTES DE VAZAMENTOS NAS CONEXOES E TUBULAÇOES DE GAS REFRIGERANTE; VERIFICAR O FUNCIONAMENTO, LEITURA E REGISTRO DAS TEMPERATURAS; VERIFICAR O FUNCIONAMENTO, LEITURA E REGISTRO DO COMPRESSOR E MOTOR; VERIFICAR TENSAO DE ALIMENTAÇAO E AMPERAGEM; VERIFICAR A VEDAÇAO DO PAINEL DE FECHAMENTO DO GABINETE; PROCEDENDO TODOS AJUSTES E CORREÇOES QUANDO NECESSARIOS, INCLUSO SERVIÇOS DE TIRAR, LAVAR E RE-COLOCAR O APARELHO	44,00	17.028,00
3	83	UNIDADE	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇAO COMPLETA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 58.000 A 60.000 BTUS, COM SERVIÇOS DE VERIFICAR E ELIMINAR SUJEIRAS, DANOS E CORROSAO NO GABINETE, NA MOLDURA E NA SERPENTINA; VERIFICAR RUIDOS E VIBRAÇOES ANORMAIS, INSPECIONAR O NIVEL DE AQUECIMENTO DO MOTOR; VERIFICAR TUBULAÇAO, DRENO DE AGUA, TERMOSTATO, TOMADA, CHAVE SELETORA, E OUTROS COMPONENTES ELETRICOS; REALIZAR TESTES DE VAZAMENTOS NAS CONEXOES E TUBULAÇOES DE GAS REFRIGERANTE; VERIFICAR O FUNCIONAMENTO, LEITURA E REGISTRO DAS TEMPERATURAS; VERIFICAR O FUNCIONAMENTO, LEITURA E REGISTRO DO COMPRESSOR E MOTOR; VERIFICAR TENSAO DE ALIMENTAÇAO E AMPERAGEM; VERIFICAR A VEDAÇAO DO PAINEL DE FECHAMENTO DO GABINETE; PROCEDENDO TODOS AJUSTES E CORREÇOES QUANDO NECESSARIOS, INCLUSO SERVIÇOS DE TIRAR, LAVAR E RE-COLOCAR O APARELHO	61,15	5.075,45
4	188	UNIDADE	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE REALOCAÇAO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 7.500 A 12.000 BTUS, INCLUSO NOS SERVIÇOS A RETIRADA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE UM LOCAL E INSTALAÇAO EM OUTRO, INTERLIGAÇAO FRIGOGENICA ENTRE AS UNIDADES ATRAVES DE TUBULAÇOES DE COBRE E PONTO DE FORÇA.	68,48	12.874,24
5	73	UNIDADE	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE REALOCAÇAO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 A 24.000 BTUS, INCLUSO NOS SERVIÇOS A RETIRADA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE UM LOCAL E INSTALAÇAO EM OUTRO, INTERLIGAÇAO FRIGOGENICA ENTRE AS UNIDADES ATRAVES DE TUBULAÇOES DE COBRE E PONTO DE FORÇA.	68,48	4.999,04
6	41	UNIDADE	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE REALOCAÇAO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 58.000 A 60.000 BTUS, INCLUSO NOS SERVIÇOS A RETIRADA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE UM LOCAL E INSTALAÇAO EM OUTRO, INTERLIGAÇAO FRIGOGENICA ENTRE AS UNIDADES ATRAVES DE TUBULAÇOES DE COBRE E PONTO DE FORÇA.	97,84	4.011,44
7	107	UNIDADE	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇAO COMPLETA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 A 48.000 BTUS, COM SERVIÇOS DE VERIFICAR E ELIMINAR SUJEIRAS, DANOS E CORROSAO NO GABINETE, NA MOLDURA E NA SERPENTINA; VERIFICAR RUIDOS E VIBRAÇOES ANORMAIS, INSPECIONAR O NIVEL DE AQUECIMENTO DO MOTOR; VERIFICAR TUBULAÇAO, DRENO DE AGUA, TERMOSTATO, TOMADA, CHAVE SELETORA, E OUTROS COMPONENTES ELETRICOS; REALIZAR TESTES DE VAZAMENTOS NAS CONEXOES E TUBULAÇOES DE GAS REFRIGERANTE; VERIFICAR O FUNCIONAMENTO, LEITURA E REGISTRO DAS TEMPERATURAS; VERIFICAR O FUNCIONAMENTO, LEITURA E REGISTRO DO COMPRESSOR E MOTOR; VERIFICAR TENSAO DE ALIMENTAÇAO E AMPERAGEM; VERIFICAR A VEDAÇAO DO PAINEL DE FECHAMENTO DO GABINETE; PROCEDENDO TODOS AJUSTES E CORREÇOES QUANDO NECESSARIOS, INCLUSO SERVIÇOS DE TIRAR, LAVAR E RE-COLOCAR O APARELHO	48,92	5.234,44

8	48	UNIDADE	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE REALOCAÇAO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 A 48.000 BTUS, INCLUSO NOS SERVIÇOS A RETIRADA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE UM LOCAL E INSTALAÇAO EM OUTRO, INTERLIGAÇÃO FRIGOGENICA ENTRE AS UNIDADES ATRAVES DE TUBULAÇOES DE COBRE E PONTO DE FORÇA.	97,84	4.696,32
9	92	UNIDADE	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇAO COMPLETA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO JANELA 7.500 A 12.000 BTUS, COM SERVIÇOS DE VERIFICAR E ELIMINAR SUJEIRAS, DANOS E CORROSAO NO GABINETE, NA MOLDURA E NA SERPENTINA; VERIFICAR RUIDOS E VIBRAÇOES ANORMAIS, INSPECIONAR O NIVEL DE AQUECIMENTO DO MOTOR; VERIFICAR TUBULAÇAO, DRENO DE AGUA, TERMOSTATO, TOMADA, CHAVE SELETORA, E OUTROS COMPONENTES ELETRICOS; REALIZAR TESTES DE VAZAMENTOS NAS CONEXOES E TUBULAÇOES DE GAS REFRIGERANTE; VERIFICAR O FUNCIONAMENTO, LEITURA E REGISTRO DAS TEMPERATURAS; VERIFICAR O FUNCIONAMENTO, LEITURA E REGISTRO DO COMPRESSOR E MOTOR; VERIFICAR TENSAO DE ALIMENTAÇAO E AMPERAGEM; VERIFICAR A VEDAÇAO DO PAINEL DE FECHAMENTO DO GABINETE; PROCEDENDO TODOS AJUSTES E CORREÇOES QUANDO NECESSARIOS, INCLUSO SERVIÇOS DE TIRAR, LAVAR E RE-COLOCAR O APARELHO	17,12	1.574,04
10	255	UNIDADE	RECARGA DE GAS R22 PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS	61,15	15.593,25
11	188	UNIDADE	RECARGA DE GAS R22 PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 18.000 A 24.000 BTUS	61,15	11.496,20
12	40	UNIDADE	RECARGA DE GAS R22 PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 58.000 A 60.000 BTUS	61,15	2.446,00
13	168	UNIDADE	CAPACITOR DE 30 AMPERES	44,02	7.395,36
14	85	UNIDADE	CAPACITOR DE 35 AMPERES	44,02	3.741,70
15	100	UNIDADE	CAPACITOR DE 50 AMPERES	44,02	4.402,00
16	174	UNIDADE	PLACA ELETRONICA POTENCIA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9.000 A 12.000 BTUS	44,02	7.659,45
17	82	UNIDADE	PLACA ELETRONICA POTENCIA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 A 24.000 BTUS	44,02	3.609,64
18	36	UNIDADE	PLACA ELETRONICA POTENCIA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 58.000 A 60.000 BTUS	85,61	3.081,96
19	157	UNIDADE	COMPRESSOR ROTATIVO (NOVO) PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9.000 A 12.000 BTUS	183,45	28.801,65
20	77	UNIDADE	COMPRESSOR ROTATIVO (NOVO) PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 A 24.000 BTUS	183,45	14.125,65
21	32	UNIDADE	COMPRESSOR ROTATIVO (NOVO) PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 58.000 A 60.000 BTUS	195,65	6.261,76
22	154	UNIDADE	MOTOR VENTILADOR (NOVO) PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9.000 A 12.000 BTUS	31,79	4.895,66
23	79	UNIDADE	MOTOR VENTILADOR (NOVO) PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 A 24.000 BTUS	31,79	2.511,41
24	38	UNIDADE	MOTOR VENTILADOR (NOVO) PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 58.000 A 60.000 BTUS	70,93	2.695,34
25	157	UNIDADE	HELICE DO CONDENSADOR DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9.000 A 12.000 BTUS	31,79	4.991,03
26	83	UNIDADE	HELICE DO CONDENSADOR DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 A 24.000 BTUS	31,79	2.638,57
27	36	UNIDADE	HELICE DO CONDENSADOR DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 58.000 A 60.000 BTUS	36,38	1.309,68
28	153	UNIDADE	HELICE DA TURBINA EVAPORADOR DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9.000 A 12.000 BTUS	29,35	4.490,55
29	81	UNIDADE	HELICE DA TURBINA EVAPORADOR DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 A 24.000 BTUS	29,35	2.377,35
30	35	UNIDADE	HELICE DA TURBINA EVAPORADOR DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 58.000 A 60.000 BTUS	36,69	1.284,15
31	236	UNIDADE	SENSOR DE TEMPERATURA PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT	44,02	10.388,72
32	238	UNIDADE	SENSOR DE DEGELO PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT	44,02	10.476,76
33	61	UNIDADE	RECARGA DE GAS R22 PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 A 48.000 BTUS	85,61	5.222,21
34	41	UNIDADE	PLACA ELETRONICA POTENCIA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 A 48.000 BTUS	158,99	6.518,59
35	40	UNIDADE	COMPRESSOR ROTATIVO (NOVO) PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 A 48.000 BTUS	171,21	6.848,40
36	43	UNIDADE	MOTOR VENTILADOR (NOVO) PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 A 48.000 BTUS	61,15	2.629,45
37	47	UNIDADE	HELICE DO CONDENSADOR DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 A 48.000 BTUS	48,95	2.300,65
38	40	UNIDADE	HELICE DA TURBINA EVAPORADOR DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 30.000 A 48.000 BTUS	61,14	2.445,60
39	82	UNIDADE	CAPACITOR DE 20 AMPERES	44,08	3.614,56
40	69	UNIDADE	CAPACITOR DE 25 AMPERES	44,09	3.042,21
41	47	UNIDADE	CAPACITOR DE 60 AMPERES	44,02	2.068,94
VALOR TOTAL					R$ 285.000,00

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2015 – SRP 092/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 078/2015 – SRP 092/2015, referente:para **Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Lavagem de Veículos para atender às necessidades das Secretarias Municipais.** Empresas Vencedoras: **ALVORI MARIN 45685304900, CNPJ/MF: 21.406.130/0001-07**, Itens: 01, 02, 03**. NALEVAIKO AUTO MECÂNICA E AUTO ELETRICA LTDA - ME, CNPJ/MF: 13.207.344/0001-18**, Itens: 04, 05, 06. Homologado em 14 de outubro de 2015.

Marcello Pavan

Pregoeiro – Portaria 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento aos termos da Lei 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, torna público o resultado da Tomada de Preço nº 005/2015, referente à **Contratação de Empresa Especializada para execução das obras de ampliação do Terminal Aeroportuário de Sinop/MT, atendendo solicitação da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento**, Empresa vencedora: *CONSTRUTORA ROCHA LTDA*, inscrita no CNPJ/MF 06.105.049/0001-95. Homologada em 14 de outubro de 2015. Sinop/MT; 14 de outubro de 2015.

Adriano dos Santos

Presidente da C.P.L.

Portaria nº 001/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. ***DATA:*** **01/10/2015 VIGÊNCIA:** 01/10/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Pallets para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 202/2015 –

CAPERPASS COMERCIO DE ARTIGOS PLASTICOS LTDA - CNPJ 05.211.777/0001-19, CAMPINA GRANDE DO SUL/PR

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	500	UN	PALLET INJETADO CPP100, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1000X1200X132 TIPO EXPORTAÇÃO, COM PESO UNITÁRIO APROXIMADAMENTE DE 6KG, CAPACIDADE DE CARGA ESTATICA EM SOLO APROXIMADAMENTE DE 1600KG, CAPACIDADE DE CARGA DINÂMICA EM PALETEIRA/EMPILHADEIRA DE 1000KG, FEITO COM MATERIAL PLÁSTICO ATÓXICO, 100% RECICLAVEL E COM PROTEÇÃO ANTIMICROBIANA, ECOLOGICAMENTE CORRETO, LEVE, DE FACIL HIGIENIZAÇÃO E LONGA VIDA UTIL, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT NBR 16242, CLASSE 1, 2 E 3.	CAPERPASS	68,50	34.250,00
VALOR TOTAL						R$ 34.250,00

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2015 SRP 106/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 090/2015 SRP 106/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: *Aquisição de Oxigênio Gasoso Medicinal e Gases Industriais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.* ABERTURA da SESSÃO: 29/10/2015 às 14h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3520-7267/7272/7523. Sinop/MT, 14 de outubro de 2015.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira - Portaria nº 372/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº. 223/2015

DATA: 14 de outubro de 2015

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 955.864,00 (novecentos e cinqüenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e quatro reais) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº. 4.320/64, e especialmente a Lei nº. 2186/2015;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 955.864,00 (novecentos e cinqüenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e quatro reais), nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei nº 2087/2014, conforme segue:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.010.0.0.04.122.0003.2015 - DESENV DE AÇÕES DA SEC DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 15.000,00

- (quinze mil reais)

04 - SEC MUN DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

04.010.0.0 - SEC MUN DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

04.010.0.0.04.123.0011.1018 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SFO

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 42.000,00

- (quarenta e dois mil reais)

04.010.0.0.04.123.0012.2020 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SFO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 40.000,00

- (quarenta mil reais)

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 12.000,00

- (doze mil reais)

04.010.0.0.04.128.0006.1016 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA SFO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 9.000,00

- (nove mil reais)

04.010.0.0.04.129.0011.2022 - AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 40.000,00

- (quarenta mil reais)

04.010.0.0.26.781.0046.2123 - MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 45.000,00

- (quarenta e cinco mil reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0.27.812.0013.1022 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS

4.4.90.00.00.00 - 5100000000- Aplicações Diretas R$ 166.464,00

- (cento e sessenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais)

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0.04.122.0017.2033 - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SOSU

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 120.000,00

- (cento e vinte mil reais)

07.010.0.0.15.452.0016.2035 - MANUTENÇÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇADAS , MEIO FIO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 30.000,00

- (trinta mil reais)

07.010.0.0.15.452.0019.2034 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 30.000,00

- (trinta mil reais)

07.010.0.0.26.782.0018.2031 - RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS NÃO PAVIMENTADAS E PONTES

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 50.000,00

- (cinqüenta mil reais)

10 - SEC MUN DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLV SUSTENTÁVEL

10.010.0.0 - SEC MUN DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLV SUSTENTÁVEL

10.010.0.0.18.126.0007.2051 - INFORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 8.000,00

- (oito mil reais)

10.010.0.0.18.541.0024.1038 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE AS QUEIMADAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 42.000,00

- (quarenta e dois mil reais)

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0.12.361.0027.1048 - IMPLANT, CONSTRU, URBANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 80.000,00

- (oitenta mil reais)

11.010.0.0.12.365.0027.1049 - IMPLANT, CONSTRU, URBANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 80.000,00

- (oitenta mil reais)

11.010.0.0.12.367.0029.2055 - AÇÕES EDUCACIONAIS ADAPTAÇÕES E CAPACITAÇÃO ÀS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS COM NEEs

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 20.000,00

- (vinte mil reais)

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0.10.302.0042.2097 - AMPLIA E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CAPS, COM IMPLANTAÇÃO DE CAPS ad E CAPS INFANTIL

3.1.91.00.00.00 - 0114017000- Aplicação Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 5.000,00

- (cinco mil reais)

14.010.0.0.10.302.0042.2114 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO MAC - LABORATÓRIO MUNICIPAL, CEM E UCT

3.3.90.00.00.00 - 0102000000- Aplicações Diretas R$ 86.400,00

- (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)

4.4.90.00.00.00 - 0114000000- Aplicações Diretas R$ 35.000,00

- (trinta e cinco mil reais)

T O T A L R$ 955.864,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior, e de acordo com o art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SEC MUN DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

04.010.0.0 - SEC MUN DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

04.010.0.0.04.123.0012.1017 - DAÇÃO EM PAGAMENTO

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 19.000,00

- (dezenove mil reais)

04.010.0.0.04.126.0007.2021 - AÇÕES DE INFORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO DA SFO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 84.000,00

- (oitenta e quatro mil reais)

04.010.0.0.28.843.0012.9002 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA COM INSTITUIÇÕES FINANC

3.2.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 100.000,00

- (cem mil reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0.27.812.0013.2029 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 166.464,00

- (cento e sessenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais)

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0.26.451.0018.2039 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FROTA DA SOSU

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 200.000,00

- (duzentos mil reais)

07.010.0.0.26.782.0017.1029 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL - CIDESA

3.3.71.00.00.00 - 0100000000- Transf.a Consórcios Públicos R$ 30.000,00

- (trinta mil reais)

10 - SEC MUN DE MEIO AMBIENTE E DESENVOL SUSTENTÁVEL

10.010.0.0 - SEC MUN DE MEIO AMBIENTE E DESENVOL SUSTENTÁVEL

10.010.0.0.18.541.0026.1087 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 50.000,00

- (cinqüenta mil reais)

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0.12.361.0027.1048 - IMPLANT, CONSTRU, URBANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 160.000,00

- (cento e sessenta mil reais)

11.010.0.0.12.367.0029.2055 - AÇÕES EDUCACIONAIS ADAPTAÇÕES E CAPACITAÇÃO ÀS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS COM NEEs

3.3.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 20.000,00

- (vinte mil reais)

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0.10.302.0042.2097 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CAPS, COM IMPLANTAÇÃO DE CAPS ad E CAPS INFANTIL

3.3.90.00.00.00 - 0114017000- Aplicações Diretas R$ 5.000,00

- (cinco mil reais)

14.010.0.0.10.302.0042.2101 - AMPLIAR E MANTER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ODONTOLOGIA

3.3.90.00.00.00 - 0102000000- Aplicações Diretas R$ 86.400,00

- (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)

14.010.0.0.10.302.0042.2114 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO MAC - LABORATÓRIO MUNICIPAL, CEM E UCT

3.3.90.00.00.00 - 0114000000- Aplicações Diretas R$ 35.000,00

- (trinta e cinco mil reais)

T O T A L R$ 955.864,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 14 de outubrode 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

ALCIONE PAULA DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 001/2015

PORTARIA Nº 001/2015

DATA: 15 de outubro de 2015

SÚMULA: Nomeia a Comissão Examinadora do Processo Seletivo para acesso 2016 às vagas do Programa de Residência Médica e Medicina Geral de Família e Comunidade do Programa de Residência Médica do Município de Sinop.

MANOELITO DA SILVA RODRIGUES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, e **EDUARDO AUGUSTO DOSSA, COORDENADOR DA COREME – SMS SINOP,** no uso de suas atribuições legais;

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº 2182/2015, de 06 de outubro de 2015;

R E S O L V E:

Art. 1º. Compor a Comissão Examinadora do Processo Seletivo para acesso 2016 às vagas do Programa de Residência Médica e Medicina Geral de Família e Comunidade do Programa de Residência Médica do Município de Sinop, conforme segue:

I – Eduardo Dossa – UFMT;

II – Francisco Specian Júnior – UFMT;

III – Nelson Urio – UFMT;

IV- Ludmila Barbosa Bandeira Rodrigues Emerick;

V – Paula Zeni Miessa Lawall.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,

SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 15 de outubro de 2015.

MANOELITO DA SILVA RODRIGUES

Secretário Municipal de Saúde

EDUARDO DOSSA

Coordenador da COREME – SMS SINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 603/2015

DATA: 13 de outubro de 2015

SÚMULA: Nomeia, no quadro comissionado, o servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º. Nomear, no quadro comissionado, o servidor que menciona, conforme segue:

NOME	CARGO	CC	NOMEAÇÃO

ALCIONE PAULA DA SILVA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO	11-A	14/10/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 13 de outubro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
ERRATA DECRETO N° 217/2015

Publicado no Jornal Oficial AMM de 08/10/2015, Página: 220 – Edição nº. 2328.

ONDE SE LÊ:

DECRETO Nº. 217/2015

DATA: **06 de setembro de 2015**

LEIA-SE:

DECRETO Nº. 217/2015

DATA: **06 de outubro de 2015**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. ***DATA:*** **01/10//2015 VIGÊNCIA:** 01/10/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada na realização de exames de Ultrassonografia para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde , conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 203/2015 –

NAZZARI CLÍNICA DE ULTRASSONOGRAFIA EIRELI - ME - CNPJ 15.259.544/0001-40, SINOP/MT

ITEM	QUANT	UND	DECRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	700	UN	ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAÇÃO	NAZZARI	139,00	97.300,00
2	100	UN	ULTRA-SONOGRAFIA MEMBROS	NAZZARI	136,00	13.600,00
3	100	UN	ULTRA-SONOGRAFIA DE PRÓSTATA (VIA TRANSRETAL)		140,00	14.00,00
4	100	UN	ULTRA-SONOGRAFIA DE PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL)	NAZZARI	130,00	13.00,00
5	150	UN	ULTRA-SONOGRAFIA DE TIREÓIDE COM DOPPLER		270,00	40.500,00
6	200	UN	ULTRA-SONOGRAFIA DE TIREÓIDE	NAZZARI	140,00	28.000,00
7	6.500	UN	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTÉTRICA		110,00	715.000,00
8	400	UN	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER (CADA FETO)	NAZZARI	240,00	96.000,00
9	500	UN	ULTRA-SONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)		115,00	57.500,00
10	1.000	UN	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL	NAZZARI	116,00	116.000,00
11	700	UN	ULTRA-SONOGRAFIA TRANVAGINAL COM DOPPLER		270,00	189.000,00
12	200	UN	ULTRA-SONOGRAFIA DE ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (PESCOÇO, GLÂNDULA SALIVARES, PAREDE ABDOMINAL, SUB-CUTANEA	NAZZARI	130,00	26.000,00
13	250	UN	ULTRA-SONOGRAFIA COM DOPPLER (VASOS ABDOMINAIS, CERVICAIS E CEREBRAIS)		310,00	77.500,00
14	700	UN	ULTRA-SONOGRAFIA COM DOPPLER ARTERIAL (CADA MEMBRO)	NAZZARI	300,00	210.000,00
16	700	UN	ULTRA-SONOGRAFIA COM DOPPLER VENOSO (CADA MEMBRO)	NAZZARI	310,00	217.000,00
17	500	UN	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTÉTRICO MORFOLÓGICO		260,00	130.000,00
18	300	UN	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOME SUPERIOR	NAZZARI	130,00	39.000,00
19	300	UN	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL		190,00	57.000,00
20	500	UN	ULTRA-SONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	NAZZARI	140,00	70.000,00
21	80	UN	ULTRA-SONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL		140,00	11.200,00
22	200	UN	ULTRA-SONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL COM DOPPLER	NAZZARI	260,00	52.000,00
23	300	UN	ULTRA-SONOGRAFIA DE MAMAS (BILATERAL)		140,00	42.000,00
VALOR TOTAL						R$ 2.311.600,00

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 14 DE OUTUBRO DE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL Nº 003/2015 - ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO EM 2016 NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM MEDICINA GERAL DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

O Coordenador da Comissão de Residência Médica da Secretaria Municipal de Saúde do município de Sinop – MT, COREME – SMS SINOP, no exercício de suas atribuições e obedecendo às determinações estabelecidas na Resolução nº 04/2007, de 23 de outubro de 2007, da Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM e na Resolução nº 02/2015, de 27 de agosto de 2015, da CNRM, torna pública a realização do Processo Seletivo para acesso às vagas do Programa de Residência Médica em Medicina Geral de Família desta COREME, aprovadas pelo Parecer SISCNRM nº 800/2015, em 26 de fevereiro de 2015, pela CNRM.

O Processo Seletivo, regulamentado por este Edital, tem como finalidade avaliar os conhecimentos teóricos de Medicina dos Médicos que desejam continuar seus estudos, cursando um Programa de Residência Médica, para se tornar especialista e os já especialistas que terminaram um Programa de Residência Médica credenciada junto à CNRM e que desejam cursar outra especialidade dentro do que é estabelecido na Resolução nº 02/2005, de 07 de Julho de 2005, que diz que o limite é de 02 (duas) especializações, exceto as do pré-requisito.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES: 1.1 O participante deverá antes de dar início aos procedimentos para inscrição, ler atentamente o presente Edital que normatiza o Processo Seletivo para ingresso em 2016, certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e acessar o Portal do Ministério da Educação - MEC para obter um completo entendimento do que é a Residência Médica no Brasil - Lei Federal Nº 6932 – de 07 de julho de 1981 – D.O.U. DE 09/07/1981. 1.2 No ato da inscrição, o candidato assume o conteúdo e a aceitação das cláusulas deste Edital. 1.3 A inscrição e aprovação no Processo Seletivo não garantem a efetivação da matrícula do candidato no Programa de Residência Médica pretendido, a qual fica condicionada à apresentação do Registro no Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso e os documentos relacionados no item 5.3. 1.4 O candidato que necessita de atendimento especial para a realização da prova deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários, e ainda, entregar laudo médico (original ou cópia autenticada) que justifique o atendimento especial solicitado. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade. 1.5 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar a cópia da certidão de nascimento da criança, e deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A COREME – SMS SINOP não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança. 1.6 A relação dos candidatos que tiverem o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico www.sinop.mt.gov.br. 1.7 Critérios para utilização da pontuação adicional de 10% (dez por cento) nos processo seletivos para ingresso nos programas de residência médica em 2015: 1.7.1 Os médicos em curso no PROVAB poderão requerer pontuação adicional nos processos seletivos de ingresso aos Programas de Residência Médica para o ano de 2016, a que fazem jus, segundo Resolução nº 02/2015, de 27 de agosto de 2015 da CNRM. 1.7.2 Para fins de inscrição no Processo Seletivo, os médicos deverão apresentar o certificado de conclusão ou a declaração de previsão de conclusão do PROVAB, com data prevista de conclusão. 1.7.3 Serão considerados aptos para utilizar a pontuação máxima final de 10% (dez por cento) todos os Médicos que confirmarem início de atuação no PROVAB até 30/03/2015, por meio de declaração de previsão de conclusão do PROVAB, com data prevista de conclusão, emitida pela SGTES. 1.7.4 Os interessados participarão em livre disputa por vagas em processos seletivos, em todo o território nacional. 1.8 Todas as informações e ou atos realizados conforme previstos neste Edital, serão publicados em diário oficial e no site www.sinop.mt.gov.br no próximo dia útil subsequente ao evento. 1.9 Será concedida a cada candidato aprovado e cursando o Programa de Residência Médica em Medicina Geral de Família e Comunidade da COREME – SMS SINOP a Bolsa de Médico Residente, cujo valor obedecerá às normas estipuladas pela Comissão Nacional de Residência Médica. Além desta, será oferecido incentivo financeiro ao médico residente pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Sinop - MT no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) mensais, conforme Lei Municipal nº 2182/2015, de 06 de outubro de 2015. 1. DAS VAGAS

Serão ofertadas 10 (dez) vagas para o Programa de Residência Médica em Medicina Geral de Família e Comunidade com acesso direto.

2. DAS INSCRIÇÕES 3.1 A COREME – SMS SINOP estabelece o endereço eletrônico www.sinop.mt.gov.br como único local de divulgação oficial do Processo Seletivo, no qual todos obterão as informações referentes aos certames de que trata o presente Edital. 3.2 Serão aceitas inscrições somente via *Internet*, no endereço eletrônico www.sinop.mt.gov.br, no período compreendido entre **14h00min** do dia **03/11/15 e 23h59min do dia 29/11/15**. 3.3 As inscrições serão gratuitas. 3.4 A COREME – SMS SINOP não se responsabilizará por pedido de inscrição não recebido por fatores de ordem técnica que prejudiquem os computadores ou impossibilitem a transferência dos dados, por falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de comunicação. 3.5 Não será aceita inscrição via fax, via correio eletrônico, via postal ou fora do prazo, nem inscrição condicional. 3.6 Em caso de duas ou mais inscrições de um mesmo candidato, será considerada a inscrição com data e horário mais recentes. As demais serão canceladas automaticamente. 3.7 Orientações e procedimentos a serem seguidos pelo candidato para inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico www.sinop.mt.gov.br. 3.8 Ao preencher o requerimento de inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente, sob pena de não ter sua inscrição deferida no processo seletivo, indicar nos campos apropriados as informações requeridas, vedadas alterações posteriores. 3.9 A inscrição do candidato implicará o seu conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, Editais Complementares, se houver, das quais não poderá alegar desconhecimento. 3.10 O candidato somente será considerado inscrito neste processo seletivo após ter cumprido todas as instruções pertinentes deste Edital, referentes à inscrição. 3.11 O deferimento da inscrição dependerá do atendimento às exigências quanto à formação acadêmica e apresentação integral dos documentos solicitados. 3.12 A divulgação oficial das inscrições deferidas dar-se-á no dia **01/12/15** no endereço eletrônico www.sinop.mt.gov.br. 3.13 Os candidatos com inscrições indeferidas poderão recorrer mediante processo individual da decisão da COREME no **dia 02/12/15**, apresentando seu recurso por escrito no endereço Avenida das Figueiras, nº 1503 (Sala da COREME), Setor Comercial, Sinop – MT, das 07h00 as 11h00 e das 13h00 as 17h00. 3.14 O resultado do recurso às inscrições indeferidas será divulgado no dia **04/12/15** no endereço no endereço eletrônico www.sinop.mt.gov.br. 3.15 O candidato que tiver concluído no mínimo 01 (um) ano de participação no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) poderá requerer pontuação adicional neste Processo Seletivo, segundo Resolução nº 02/2015, de 27 de agosto de 2015, da CNRM. Para tanto, deverá marcar em campo apropriado do Requerimento de Inscrição essa condição e entregar o certificado de conclusão ou a declaração de previsão de conclusão do PROVAB, com data prevista de conclusão emitido pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), até o dia **27/11/15**, no endereço Avenida das Figueiras, nº 1503 (Sala da COREME), Setor Comercial, Sinop – MT, das 07h00 as 11h00 e das 13h00 as 17h00. 4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO: **4.1** A prova teórica de conhecimentos gerais em Medicina será realizada

para todos os candidatos na data de **06/12/15 das 8h00min às 12h00min** na **Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* Sinop, localizada na Avenida Alexandre Ferronato, nº 1200, Jardim Industrial, Bloco Acre, Sala 02.**

4.2 O local de realização da prova estará aberto a partir das **07h30min (horário local).** Somente será admitido à sala de provas o candidato que chegar até as **08h00min (horário local)** e que estiver portando documento oficial, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal valem como documento de identidade, como por exemplo, as do CRM; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97); o documento apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

4.3 Esta prova é de múltipla escolha e classificatória, constando de 40(quarenta) questões de múltipla escolha, com igual número de questões nas 05 (cinco) áreas ou especialidades sendo: **PEDIATRIA, CLÍNICA MÉDICA, CIRURGIA GERAL, OBSTETRÍCIA e GINECOLOGIA**, **SAÚDE COLETIVA**.

4.4 O candidato que não acertar nenhuma questão da prova será eliminado.

4.5 Todos os candidatos que obtiverem ao menos 01 (um) acerto na prova teórica serão classificados por ordem decrescente de pontuação.

4.6 Os 10 (dez) candidatos que obtiverem as maiores notas serão aprovados, pois se encontram dentro do número de vagas oferecidas.

4.7 Na hipótese de igualdade de nota final, terá preferência o candidato que tiver maior idade, com privilégio para o mais velho.

4.8 O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas.

4.9 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido na folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

4.10 Todos os candidatos deverão devolver, **obrigatoriamente,** o Caderno de Questões na saída junto com o Gabarito da Prova, ambos devidamente identificados, para comprovação da presença do candidato e viabilização da correção da prova.

4.11 O gabarito da prova será divulgado no endereço eletrônico www.sinop.mt.gov.br **no dia 07/12/15.**

4.12 Caberá recurso para a vista do gabarito da prova teórica somente por escrito, em processo individual e em formulário disponível no Anexo I deste edital, em caso de argüição de ilegalidade quanto ao cumprimento das normalidades estabelecidas neste Edital. Os recursos deverão ser dirigidos à COREME – SMS SINOP, e entregues no endereço Avenida das Figueiras, nº 1503 (Sala da COREME), Setor Comercial, Sinop - MT, no dia **08/12/2015** nos períodos **matutino (7h00min -11h00min) ou vespertino (13h00min – 17h00min).**

4.13 O resultado de Recursos do Gabarito da Prova Teórica e dos Aprovados será divulgado no dia **10/12/15** no endereço eletrônico www.sinop.mt.gov.br.

4.14 Caberá recurso para a vista do resultado dos aprovados somente por escrito, em processo individual, em caso de argüição de ilegalidade quanto ao cumprimento das normalidades estabelecidas neste Edital. Os recursos deverão ser dirigidos à COREME – SMS SINOP, e entregues no endereço Avenida das Figueiras, nº 1503 (Sala da COREME), Setor Comercial, Sinop - MT, no dia **11/12/2015** nos períodos **matutino (7h00min -11h00min) ou vespertino (13h00min – 17h00min).**

4.15 O resultado final após recursos será divulgado no dia **15/12/15** no endereço eletrônico www.sinop.mt.gov.br.

5 DA MATRÍCULA e DOCUMENTOS DOS CANDIDATOS

5.1 A matrícula será efetuada na COREME – SMS SINOP, no endereço Avenida das Figueiras, nº 1503 (Sala da COREME) nos **períodos matutino (07h00min -11h00min) ou vespertino (13h00min – 17h00min) no período de 15 a 17/12/15.** 5.2 Só será matriculado o Médico que se formou em Faculdade de Medicina reconhecida pelo MEC ou com conclusão do curso até 01/03/2013, ou que tenha diploma estrangeiro legalmente revalidado no Brasil até a data da matrícula no Programa de Residência para o qual se inscreveu.

5.3 No ato da matrícula o candidato aprovado deverá apresentar:

5.3.1 Ficha de Inscrição de Residência preenchida fornecida no momento da inscrição;

5.3.2 Fotocópia autenticada da Carteira de Identidade e CPF ou CNH;

5.3.3 Declaração da Coordenação do Curso de Medicina comprovando que o candidato concluiu o curso de Medicina em instituição devidamente reconhecida pelo MEC, ou que completará o curso antes de 1º de março de 2013, ou fotocópia autenticada do diploma de médico, ou fotocópia autenticada da carteira do Conselho Regional de Medicina;

5.3.4 Cópia do Título de eleitor com comprovante da última votação;

5.3.5 Cópia autenticada do comprovante de Reservista (obrigatório para o sexo masculino);

5.3.6 02 (duas) fotos 3x4 recentes e iguais;

5.3.7 Os médicos estrangeiros ou brasileiros que fizeram graduação no exterior deverão ter apresentado o comprovante de revalidação do diploma de acordo com a legislação vigente até o dia da matrícula, assim como o comprovante do registro no Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso;

5.3.8 Cópia autenticada do documento de Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos.

5.3.9 Ficha do CNES preenchida fornecida no momento da matricula.

5.4 Ocorrendo convocação do candidato para o Serviço Militar ou aprovação do candidato no Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (Portaria Interministerial MS/MEC Nº 2087 de 01/09/2011), será aceito o trancamento da vaga somente para o próximo ano. O número de possíveis trancamentos será no máximo o número de vagas oferecidas no edital de concurso do corrente ano.

5.5 O prazo máximo para confirmação da matrícula dos candidatos com vaga trancada do concurso anterior será no dia **17/12/2015.** Após essa data serão considerados **DESISTENTES.**

6 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:

Inscrições	03/11/15 a 29/11/15
Deferimento das Inscrições	01/12/15
Recurso dos Indeferimentos	02/12/15
Resultado de Recursos de Indeferimentos de Inscrição	04/12/15
Prova Teórica	06/12/15
Divulgação do Gabarito da Prova Teórica	07/12/15
Final do Prazo para Recurso do Gabarito da Prova Teórica	08/12/15
Divulgação do Resultado de Recursos do Gabarito da Prova Teórica	10/12/15
Divulgação dos Aprovados	10/12/15
Final do Prazo para Recurso do Resultado dos Aprovados	11/12/15
Resultado Final dos Aprovados Após Recursos	15/12/15
Matrícula	15 a 17/12/15
Início das Atividades	01/03/16

Sinop, 15 de outubro de 2015.

_____ _____

Eduardo Augusto Dossa Manoelito da Silva Rodrigues

Coordenador da COREME – SMS SINOP Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA RECURSOS

À Comissão Examinadora do Processo Seletivo para Ingresso em 2016 no Programa de Residência Médica em Medicina Geral de Família e Comunidade da COREME – SMS SINOP

Nome do candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Nº da questão: _____

Justificativa do candidato – Razões da solicitação do recurso

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Obs: Preencher com letra de forma

Data:____/____/____ _____

Assinatura do candidato

FORMULÁRIO PARA RECURSOS

Nome do candidato(a):_____

Nº de inscrição: _____

RECURSO: Nº DA QUESTÃO: _____

Nome do Funcionário: _____ Data:____/____/____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015 – SRP 097/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 082/2015 – SRP 097/2015, referente:para **Aquisição de uma Escavadeira Hidráulica para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.** Empresa Vencedora: **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, CNPJ/MF: 14.707.364/0001-10**, Item: 01. Homologado em 14 de outubro de 2015.

Adriano dos Santos

Pregoeiro – Portaria 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2015 SRP 103/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 089/2015 SRP 103/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: *Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Plantio de Grama por Hidrossemeadura, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.* ABERTURA da SESSÃO: 28/10/2015 às 16h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3520-7267/7272/7523. Sinop/MT, 14 de outubro de 2015.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira - Portaria nº 372/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 602/2015

DATA: 13 de outubro de 2015

SÚMULA: Exonera, a pedido do quadro comissionado, o servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido do quadro comissionado, o servidor que menciona.

MAT	NOME	CARGO	CC	EXONERAÇÃO
10733	ALCIONE PAULA DA SILVA	DIRETOR EXECUTIVO DO PRODEURBS	11-A	13.10.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 13 de outubro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº. 2186/2015

DATA: 14 de outubro de 2015

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 955.864,00 (novecentos e cinqüenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e quatro reais) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 955.864,00 (novecentos e cinqüenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e quatro reais), nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei nº 2087/2014, conforme segue:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.010.0.0.04.122.0003.2015 - DESENV DE AÇÕES DA SEC DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 15.000,00

- (quinze mil reais)

04 - SEC MUN DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

04.010.0.0 - SEC MUN DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

04.010.0.0.04.123.0011.1018 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SFO

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 42.000,00

- (quarenta e dois mil reais)

04.010.0.0.04.123.0012.2020 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SFO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 40.000,00

- (quarenta mil reais)

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 12.000,00

- (doze mil reais)

04.010.0.0.04.128.0006.1016 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA SFO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 9.000,00

- (nove mil reais)

04.010.0.0.04.129.0011.2022 - AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 40.000,00

- (quarenta mil reais)

04.010.0.0.26.781.0046.2123 - MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 45.000,00

- (quarenta e cinco mil reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0.27.812.0013.1022 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS

4.4.90.00.00.00 - 5100000000- Aplicações Diretas R$ 166.464,00

- (cento e sessenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais)

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0.04.122.0017.2033 - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SOSU

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 120.000,00

- (cento e vinte mil reais)

07.010.0.0.15.452.0016.2035 - MANUTENÇÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇADAS , MEIO FIO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 30.000,00

- (trinta mil reais)

07.010.0.0.15.452.0019.2034 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 30.000,00

- (trinta mil reais)

07.010.0.0.26.782.0018.2031 - RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS NÃO PAVIMENTADAS E PONTES

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 50.000,00

- (cinqüenta mil reais)

10 - SEC MUN DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLV SUSTENTÁVEL

10.010.0.0 - SEC MUN DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLV SUSTENTÁVEL

10.010.0.0.18.126.0007.2051 - INFORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 8.000,00

- (oito mil reais)

10.010.0.0.18.541.0024.1038 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE AS QUEIMADAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 42.000,00

- (quarenta e dois mil reais)

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0.12.361.0027.1048 - IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 80.000,00

- (oitenta mil reais)

11.010.0.0.12.365.0027.1049 - IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 80.000,00

- (oitenta mil reais)

11.010.0.0.12.367.0029.2055 - AÇÕES EDUCACIONAIS ADAPTAÇÕES E CAPACITAÇÃO ÀS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS COM NEEs

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 20.000,00

- (vinte mil reais)

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0.10.302.0042.2097 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CAPS, COM IMPLANTAÇÃO DE CAPS ad E CAPS INFANTIL

3.1.91.00.00.00 - 0114017000- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidade Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social R$ 5.000,00

- (cinco mil reais)

14.010.0.0.10.302.0042.2114 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO MAC - LABORATÓRIO MUNICIPAL, CEM E UCT

3.3.90.00.00.00 - 0102000000- Aplicações Diretas R$ 86.400,00

- (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)

4.4.90.00.00.00 - 0114000000- Aplicações Diretas R$ 35.000,00

- (trinta e cinco mil reais)

T O T A L R$ 955.864,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior, e de acordo com o art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SEC MUN DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

04.010.0.0 - SEC MUN DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

04.010.0.0.04.123.0012.1017 - DAÇÃO EM PAGAMENTO

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 19.000,00

- (dezenove mil reais)

04.010.0.0.04.126.0007.2021 - AÇÕES DE INFORMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO DA SFO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 84.000,00

- (oitenta e quatro mil reais)

04.010.0.0.28.843.0012.9002 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA COM INSTITUIÇÕES FINANC

3.2.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 100.000,00

- (cem mil reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0.27.812.0013.2029 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 166.464,00

- (cento e sessenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais)

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0.26.451.0018.2039 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FROTA DA SOSU

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 200.000,00

- (duzentos mil reais)

07.010.0.0.26.782.0017.1029 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL - CIDESA

3.3.71.00.00.00 - 0100000000- Transf.a Consórcios Públicos R$ 30.000,00

- (trinta mil reais)

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

10.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

10.010.0.0.18.541.0026.1087 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 50.000,00

- (cinqüenta mil reais)

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0.12.361.0027.1048 - IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 160.000,00

- (cento e sessenta mil reais)

11.010.0.0.12.367.0029.2055 - AÇÕES EDUCACIONAIS ADAPTAÇÕES E CAPACITAÇÃO ÀS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS COM NEEs

3.3.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 20.000,00

- (vinte mil reais)

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0.10.302.0042.2097 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CAPS, COM IMPLANTAÇÃO DE CAPS ad E CAPS INFANTIL

3.3.90.00.00.00 - 0114017000- Aplicações Diretas R$ 5.000,00

- (cinco mil reais)

14.010.0.0.10.302.0042.2101 - AMPLIAR E MANTER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ODONTOLOGIA

3.3.90.00.00.00 - 0102000000- Aplicações Diretas R$ 86.400,00

- (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)

14.010.0.0.10.302.0042.2114 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO MAC - LABORATÓRIO MUNICIPAL, CEM E UCT

3.3.90.00.00.00 - 0114000000- Aplicações Diretas R$ 35.000,00

- (trinta e cinco mil reais)

T O T A L R$ 955.864,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 14 de outubro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº. 219/2015

DATA: 13 de outubro de 2015

SÚMULA: Altera a data do ponto facultativo comemorativo ao Dia do Servidor Público**.**

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. O ponto facultativo em comemoração ao *Dia do Servidor Público*, estabelecido no inciso XII do art. 1º do Decreto nº 005/2015, de 06 de janeiro de 2015, fica transferido para o dia **30 de outubro, sexta-feira.**

Art. 2°. O disposto no presente Decreto não se aplica aos serviços considerados imprescindíveis à comunidade como coleta de lixo, saúde, os trabalhos desenvolvidos pela Guarda Municipal de Trânsito e no Aeroporto Municipal Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Art. 3º. Caberá a Secretaria Municipal de Saúde a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos à sua respectiva área de competência.

Art. 4º. A pasta da Educação seguirá o calendário letivo elaborado pelas instituições municipais de ensino e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 13 de outubro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 078/2015, referente:para **Contratação de empresa especializada em criação de software de georreferenciamento para elaboração de diagnóstico sócio familiar para fins de identificar o trabalho infantil no município de Sinop/MT, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.** Empresas Vencedoras: **SIG-LEX SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRAFICAS LTDA - ME, CNPJ/MF: 20.477.369/0001-05**, Item: 01**.** Homologado em 14 de outubro de 2015.

Adriano dos Santos

Pregoeiro – Portaria 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2015 SRP 102/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 088/2015 SRP 102/2015. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: *Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.* ABERTURA da SESSÃO: 2810/2015 às 14h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3520-7267/7272/7523. Sinop/MT, 14 de outubro de 2015.

Marcello Pavan

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº. 220/2015

DATA: 13 de outubro de 2015

SÚMULA: Promove alterações no Decreto nº 213/2015, de 29 de setembro de 2015, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, **PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DO MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as disposições contidas no Decreto nº 219/2015, de 13 de outubro de 2015;

D E C R E TA:

Art. 1º. Fica prorrogado para o dia **03 de novembro de 2015**, **terça-feira**, o prazo final de ingresso no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS X, instituído pela Lei Complementar nº 112/2015, de 25 de agosto de 2015.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 13 de outubro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

ADRIANA GONÇALVES PEREIRA NERVO

Procuradora Jurídica Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2015 SRP Nº 104/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO.** TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: *Aquisição de Material Ambulatorial e Equipamentos Médico-Hospitalares para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.* ABERTURA DA SESSÃO DE PROPOSTAS: **16/10/2015**, a partir das **14h30min** (horário de Brasília/DF). ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: **28/10/2015** às **14h30min** (horário de Brasília/DF). **REALIZAÇÃO**: por meio do site www.cidadecompras.com.br. INTEGRA do EDITAL: por meio do site www.cidadecompras.com.br e www.prefeituravirtual.com.br. **Sinop/MT, 14 de outubro de 2015.**

Adriano dos Santos

Pregoeiro Portaria nº 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2015 SRP Nº 105/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO.** TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: *Aquisição de Equipamentos Odontológicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.* ABERTURA DA SESSÃO DE PROPOSTAS: **16/10/2015**, a partir das **14h30min** (horário de Brasília/DF). ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: **29/10/2015** às **14h30min** (horário de Brasília/DF). **REALIZAÇÃO**: por meio do site www.cidadecompras.com.br. INTEGRA do EDITAL: por meio do site www.cidadecompras.com.br e www.prefeituravirtual.com.br. **Sinop/MT, 14 de outubro de 2015.**

Marcello Pavan

Pregoeiro Portaria nº 372/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT / LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 04/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT torna público aos interessados que realizará o **Processo Licitatório nº 066/2015,** na modalidade **Convite n° 04/2015**, para a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME GLOBAL DE OBRAS PARA CONCLUSÃO DA REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL DONA ELZA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO, RESUMO DO ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO ANEXO.** Com Abertura no dia 23 de Outubro de 2015, às 08h00min horas (horário Oficial de Brasília). Os interessados poderão obter informações e o Edital na sede da Prefeitura Municipal no horário de 08h00min ás 13h00min ou pelo telefone (66) 3522-2117 e ou email: licitacao_sfa.09.12@hotmail.com.

São Félix do Araguaia - MT, 14 de Outubro de 2015.

Eurimar Pereira Milhomem

Presidente CPL

PORTARIA Nº 190/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2015

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **22/2015**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) Pessoa Jurídica 1 - CLODOALDO BATISTA CABRAL - ME, CNPJ nº 22.918.553/0001-60, no valor POR ITEM de R$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais.)

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 09 de outubro de 2015.

MARIA IRANDI DUARTE	**ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**
Presidente da Comissão de Licitação	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL PARA PRORROGAR LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, Informa a V. Sª. Que o processo licitatório em epigrafe foi PRORROGADO, pelo(s) motivo(s) abaixo ESPECIFICADO(S).

MOTIVO: NÃO COMPARECIMENTO DE LICITANTE PARA O CERTAME

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n.º 34/2015

Data da Emissão: 23/09/2015

Data da abertura dos envelopes: 07/102015 Horário: 13hs.

Data limite entrega dos envelopes: 07/10/2015 Horário: 13hs.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO ,INSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE GÁS PARA AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

PRORROGADO PARA:

Nova data abertura dos envelopes:

Data:21/10/20015 Horário: 13hs.

Nova data limite entrega envelopes:

Data:21/10/20015 Horário:13hs.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 07 de outubro de 2015

_____

MARIA IRANDI DUARTE

Presidente da Comissão de Licitação

_____

MARIA DE LOURDES GUIMARAES RODRIGUES

Secretario (a) da Comissão de Licitação

JUSCELIA CAMILO

Membro da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DECRETO Nº 059/2015, 28 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO INCENTIVO FINANCEIRO AOS SERVIDORES ATUANTES NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA HABILITADOS NO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA – PMAQ*, CONFORME DETERMINA O ART. 8º DA LEI Nº. 1.008/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o aumento do Repasse do Ministério da Saúde,

CONSIDERANDO o bom desempenho das equipes do PMAQ do Municipio de São José do Rio Claro - MT

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos valores repassados aos servidores que fazem parte das equipes do PMAQ de São José do Rio Claro,

CONSIDERANDO que o art. 8º da Lei 1.008/2014, que autoriza o poder executivo a conceder incentivo aos servidores habilitados no PMAQ, dispoe que “

O incentivo poderá sofrer alterações nos valores, tanto no aumento ou redução de acordo com a avaliação Externa e repasses do Ministério da Saúde, situação que será regulamentada mediante decreto

”

DECRETA:

Art. 1º O incentivo fixado no art. 2º da Lei 1.008/2014, sofre alteração, passando a vigorar com a classificação nos seguintes valores:

a- Médico(a) .....R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais;

b- Enfermeiro (a)..... R$ 600,00 (seiscentos reais) mensais;

c- Auxiliar de enfermagem ..... R$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais;

d- Recepcionista .....R$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais;

e- Agentes comunitários de saúde (ACS) ..... R$ 140,00 (cento e quarenta reais) mensais;

f- Coordenadora .....R$ 600,00 (seiscentos reais) mensais;

g- Dentista ..... R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais;

h- Auxiliar de dentista ..... R$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais;

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Rio Claro-MT, 28 de setembro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

LEI N° 1.065, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, FAZ SABER que Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o – Fica autorizada a abertura de crédito especial no orçamento vigente no valor de R$ 44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

004 – Cultura

13 – Cultura

392 – Difusão Cultural

0034–Valorização e Promoção da Cultura

2045 – Manutenção e Encargos das Ações da Cultura

3.3.50.41.00.00 – Contribuições R$ 44.800,00

Art. 2o – Para suportar o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos orçamentários previstos no art. 43, §1 o Inciso III da Lei 4.320/64, resultante de anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

004 – Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

13 – Cultura

392 – Difusão Cultural

0034 –Valorização e Promoção da Cultura

1121 – Manutenção e Encargos das Ações da Cultura

4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R$ 44.800,00

Art. 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 26 de agosto de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 189/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COORDENADORA DO PMAQ – PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.008/2015, que “**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER INCENTIVO FINANCEIRO AOS SERVIDORES ATUANTES NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA HABILITADOS NO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA – PMAQ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora abaixo identificada para atuar como Coordenadora do PMAQ**,**

Art. 2º. A servidora citada no artigo anterior será:

NOME	MATRICULA	CARGO
FABJA ARAUJO DA SILVA	2294	COORDENADORA DO PMAQ

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 28 de setembro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 188/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL DENTISTA/ ODONTÓLOGO PARA ATUAR COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO LABORATÓRIO REGIONAL DE PRÓTESE DENTÁRIA - LRPD **E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 1.067/2015, que "**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER INCENTIVO FINANCEIRO MENSAL AO PROFISSIONAL DENTISTA/ODONTÓLOGO QUE ATUAR COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO LABORATÓRIO REGIONAL DE PROTESE DENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica nomeada a Dentista/odontóloga abaixo identificada para atuar como Responsável Técnica do Laboratório Regional de Prótese Dentária - LRPD**,**

Art. 2º.

A servidora citada no artigo anterior será:

NOME	MATRICULA	CARGO
SUZANA CAROLINA RAMOS SILVA	1843	RESPONSAVEL TÉCNICA DO LRPD

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 28 de setembro de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

LEI N° 1.066, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O CONSELHO INTERMUNICIPAL DE MINISTROS EVANGÉLICOS EM SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, COM OBJETIVO DE TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A REALIZAÇÃO DA SEMANA EVANGÉLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar transferência de recursos financeiros, mediante convênio, para o **CONSELHO INTERMUNICIPAL DE MINISTROS EVANGÉLICOS EM SÃO JOSÉ DO RIO CLARO**, CNPJ sob o nº 15.527.028/0001-59, com sede na Rua Goiás, nº. 979, B. Centro, São José do Rio Claro/MT, CEP: 78.435-000, representado pelo Presidente Sr. **Elmar Zilki,** brasileiro, casado, portador do RG nº 4014118469 SSP/RS e CPF sob o nº 279.330.080-20, residente e domiciliado na Rua João Guilherme Selend, 1030, centro, em São José do Rio Claro/MT.

Art. 2º O valor do convênio a ser celebrado entre as partes para a transferência de recursos financeiros no importe de R$ 44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais), a ser financiado pelo tesouro Municipal, no exercício de 2015.

§ 1º A liberação dos valores referidos no presente artigo serão liberados duas parcelas, sendo em 50% de até 10 (dez) dias após a assinatura do convênio e o restante no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o primeiro pagamento.

§ 2º Os recursos financeiros de que dispõe este artigo serão destinados exclusivamente para a realização da **SEMANA EVANGÉLICA que se realizará entre os dias 21 a 26 do mês de setembro do corrente ano,** no Município de São José do Rio Claro – MT.

Art. 3º

Para atender as despesas de que trata o Artigo 2º desta Lei serão utilizados os recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária: 07.004.13.392.0034.2045.3.3.50.41.00.00 – Contribuições.

Art. 4º Os recursos decorrentes destas contribuições sociais serão liberados duas parcelas, sendo em 50% de até 10 (dez) dias após a assinatura do convênio e o restante no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o primeiro pagamento.

Art. 5º A Conveniada deverá prestar contas dos recursos recebidos, conforme previsto no próprio Termo de Convênio a ser celebrado.

§ 1º A prestação de contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverá ser assinada pelo representante da entidade Conveniada.

Art. 6º Para viabilização da presente Lei, o Poder Executivo fica autorizado a celebrar o respectivo Convênio com o CONSELHO INTERMUNICIPAL DE MINISTROS EVANGÉLICOS EM SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, onde serão estabelecidos os direitos, deveres, obrigações e responsabilidades de ambas as partes.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 26 de agosto de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA Nº. 180/2015]

PORTARIA Nº. 180/2015

DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE E NIVEL DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Estatuto do Servidor Publico, Art. 106, item III letra A, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Elevação para Classe "C" Nível"05" o Sr, EDSON RIBEIRO ARRUDA, Servidor Público Municipal, exercendo o cargo de Agente de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir dia 02/10/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 08 de outubro de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

PORTARIA Nº. 181/2015

PORTARIA Nº. 181/2015

DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Estatuto do Servidor Publico, Art. 106, item III letra A, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Elevação de Nível"02" para o Sr, DEUSVALDO AIRES DA LUZ, Servidor Público Municipal, exercendo o cargo de Controlador Interno.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 08 de outubro de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

PORTARIA Nº. 179/2015

PORTARIA Nº. 179/2015

DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A LICENÇA SAÚDE CONCEDIDA PELO INSS (INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL) PARA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação vigente, bem como o Art. 77 do Estatuto dos Servidores, públicos municipais, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido a LICENÇA SAÚDE para o Servidor LAURO CESAR DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Social , exercendo o cargo de Auxiliar de Administração, neste município de São Jose do Xingu – MT, conforme a comunicação de decisão do Instituto Nacional do Seguro Social sobre o benefício nº 609.884.294-2, por período indeterminado.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, , revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 08 de outubro de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

DECRETO Nº 130/2015

DECRETO Nº 130/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor, **SILVANE PEREIRA DOS SANTOS**, do cargo em Comissão de Dirigente de Setor, junto a Secretaria Municipal de Administração, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 07 de outubro de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 131/2015

DECRETO Nº 131/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora, **MARINEIDE BATISTA CARDOSO,** no cargo em Comissão de Dirigente de Setor de Arquivo Público, junto a Secretaria Municipal de Administração, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 1. 187,30 (hum mil cento e oitenta e sete reais e trinta centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 07 de outubro de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 132/2015

DECRETO Nº 132/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor, **EDSON RIBEIRO ARRUDA**, do cargo em Comissão de Dirigente de Setor do Departamento de Trânsito, junto a Secretaria Municipal de Administração, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02/10/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 08 de outubro de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 132/2015

DECRETO Nº 132/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor, **EDSON RIBEIRO ARRUDA**, do cargo em Comissão de Dirigente de Setor do Departamento de Trânsito, junto a Secretaria Municipal de Administração, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02/10/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 08 de outubro de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 133/2015

DECRETO Nº 133/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FERIADO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica Decretado **Feriado Municipal no dia 15 de outubro em razão ao dia do Professor e Ponto facultativo no dia 16 de outubro de 2015.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 14 de outubro de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

PORTARIA Nº 178/2015

PORTARIA Nº 178/2015

DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PATERNIDADE PARA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação vigente, bem como o Art. 92 da Lei 0396/2009, do Estatuto dos Servidores, em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença Paternidade para o servidor **LUCIMAR CAETANO DE SOUZA**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura/ Obras, exercendo o cargo de Operador de pá carregadeira, neste município de São Jose do Xingu – MT, no período de 01 á 15 de outubro de 2015, totalizando 15 dias.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/10/2015, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

EM, 08 DE OUTUBRO 2015.

RAQUEL CAMPOS COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº. 174/2015

PORTARIA Nº. 174/2015

DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A REDISTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR DE UMA LOTAÇÃO PARA OUTRA".

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª. RAQUEL CAMPOS COELHO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 52 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, resolve:

Art.1º - Redistribuir o servidor de uma Lotação para outra, conforme relacionados no anexo I, a esta **Portaria**:

ANEXO I

NOME DO SERVIDOR	*SECRETARIA DE ORIGEM*	*SECRETARIA DE DESTINO*
RUDISLEY DIVINO DA SILVA	*SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO.*	*SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/OBRAS*

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 06 de outubro de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e

Publique-se

Cumpra-se

PORTARIA Nº 166/2015

PORTARIA Nº 166/2015

São José do Xingu – MT, 01 de outubro de 2015.

"DISPÕE SOBRE A REDISTRIBUIÇÃO DA SERVIDORA DE UMA SECRETARIA PARA OUTRA".

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª. RAQUEL CAMPOS COELHO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 52 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, resolve:

Art.1º - Redistribuir a servidora de uma Secretaria para outra, conforme relacionados no anexo I, a esta **Portaria**:

ANEXO I

NOME DA SERVIDORA	*SECRETARIA DE ORIGEM*	*SECRETARIA DE DESTINO*

ZANIRA MARTINS DA SILVEIRA	*SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.*	*SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.*

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 01 de outubro de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e

Publique-se

Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

AVISO DE AUDIENCIA PUBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PUBLICA

nº 004/2015.

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de ***ELABORAÇÃO da LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2016***, para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar sugestões e opiniões, que se realizara no dia **15 de outubro de 2015, às 18 horas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO. N.22

REPUBLICADO

O Prefeito Municipal de Tabaporã Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente dispensa de Licitação enquadrada no Inciso II, do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como o previsto no art. 2º inciso II da Lei Municipal nº977 de 13/04/2015, que corrigiu monetariamente os valores das modalidades licitatórias, e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município, para que se proceda a contratação da empresa, **J C AGUIAR CARDOSO - ME,** inscrita no CNPJ nº 10.832.519/0001-90, **PARA TRANSPORTAR 600 (M³) DE CASCALHO BRANCO LAVADO C/AREIA DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAUCHOS/MT PARA CIDADE DE TABAPORÃ,** materialpara manutenção e recuperação de meio fio e calçadas em ruas e avenidas da Cidade de Tabaporã-MT, frete pelo valor de **R$ 30. 000,00 (trinta mil reais**)**,** correndo tal despesa á conta específica constante da Lei Orçamentária do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015. Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Prefeitura Municipal de Tabaporã, em 28 de Setembro de 2015.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT.

REPUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DA ATA SRP Nº03/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã-(MT)

Contratado: Auto Posto Luizão Ltda. CNPJ nº 36.881.605/0001-86

Objeto: Acréscimo de 25% material e valor do produto óleo diesel comum, óleo diesel S-10 e gasolina comum decorrente do pregão presencial nº 02/2015, para atender a Secretaria municipal de Educação e Cultura do Município. Valor do termo R$ 87.252,50 Assinatura do termo, 01 de Outubro de 2015, vigência prevista em até 31/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 003/2015 - P S 005/2015 - RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 003/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 005/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO,** o cancelamento de vagas ofertadas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 005/2015, para o preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário da Secretaria Municipal de Esporte.

Fica cancelado a realização do Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Esportes descrito no item 2.2 constante no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº005/2015, conforme tabela abaixo, em virtude do cancelamento do Convênio nº 774115/2012, celebrado entre o Município de Tangará da Serra e o Ministério do Esporte através da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

2.2 Da Secretaria Municipal de Esporte:

Lei n°	Vagas	Ampla	PNE	Cargo	Formação	Duração do Contrato	Carga Horária	Salário
4078/2013 - 4461/2015	1	1	-	Coordenador de Núcleo - Progresso/São Joaquim	Ensino Superior – Licenciatura Plena em Pedagogia ou Educação Física	14 meses	40 HS	R$ 1. 468,33

1.1 Os candidatos que efetuaram pagamento das inscrições para o Cargo de Coordenador de Núcleo-Progresso/São Joaquim, deverão solicitar restituição do valor pago, através de requerimento efetuado no Protocolo Geral do Município, apresentando a inscrição e o comprovante de quitação.

Tangará da Serra – MT, 14 de Outubro de 2015.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

ADEMIR APARECIDO ANIBALE

Secretário Municipal de Esporte

ARILSON HOFFMANN

Secretário Municipal de Meio Ambiente

WESLEY LOPES TORRES

Diretor Geral - SAMAE

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ N.º 52.202.744/0001-92

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ n.º 52.202.744/0001-92**-** O Município de Tangará da Serra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, através do Departamento da Unidade Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares UPSPA, torna público para conhecimento de quem interessar que aplicou à empresa acima citada, a **PENALIDADE DE MULTA EQUIVALENTE AO VALOR DE R$ 365,70 (Trezentos e Sessenta e Cinco Reais e Setenta Centavos),** já devidamente qualificada nos autos do Processo Administrativo **nº 012/PAILC/2015 PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS COMETIDAS POR LICITANTES E CONTRATADAS**, em virtude do descumprimento das disposições contidas na Cláusula Décima - Das Obrigações do Fornecedor registrado, no Item 11.4, com fulcro no Art. 87, Inciso II, da Lei 8.666/1993 c/c p artigo 19, inciso II do Decreto Municipal nº 289/2012, bem como o Item 14.2, inciso IV da Ata de Registro de Preços nº 039/2014 do Pregão nº 046/2014, do Processo Administrativo nº 106/2014 do Departamento de Licitações. Tangará da Serra- MT, 14 de Outubro de 2015. José Serafim de Almeida – Gestor da UPSPA.

SEMEC/DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 06/2015-SEMEC-AUTORIZAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL-ATEC

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TANGARÁ DA SERRA, MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, mediante a Lei nº 9.394/96 LDB, Lei Municipal nº 1.410/98, Lei Municipal nº 1.493/98, com base nas Resoluções nº 06/2008 e nº 10/2014 – CME, à vista do processo nº 21/2014-CME, que originou o Parecer nº 14/2015/CME-TGA, em 06/10/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a oferta da Educação Infantil desenvolvida pelo **CENTRO EDUCACIONAL DE TANGARÁ DA SERRA-CETS,** mantido pela **ASSOCIAÇÃO TANGARAENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA-ATEC**, criado em 04.06.1985, estabelecido à Rua José Corsino nº. 1.040 W, Jardim do Lago, município de Tangará da Serra, MT.

Parágrafo Único - O presente ato terá vigência para o período de 06.10.2015 a 06.10.2019, devendo ser renovado conforme determina a legislação vigente.

Art. 2º - Convalidar os estudos realizados no período entre 09.12.2014 a 05.10.2015, relativos à tramitação do processo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Tangará da Serra – MT, 13 de Outubro de 2015.

JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Ato de Nomeação - Portaria nº 392/GP/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 019/2015 - P S 003/2014 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 019/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2014

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente edital para convocar os candidatos aprovado/classificado no Processo Seletivo n°. 003/2014, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR os candidatos classificadas no Processo Seletivo nº. 003/2014,abaixo relacionados, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde dia **15/09/2015 às 09h00**, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

Nº	Cargo.:	380 -TECNICO DE ENFERMAGEM					
	Nº	Insc. Nº	RG / Órgão	Português	Específicos	Total	CLASSIFICAÇÃO
27	2801	MARLENE RIBEIRO DA COSTA	980755 SSP/MT	25	50	75	CLASSIFICADO
28	2871	ROSIMARI HEMING DOS SANTOS	09544208 SSP/MT	35	40	75	CLASSIFICADO
29	147	KAREN ROSELLA	10509879 SSP MT	35	40	75	CLASSIFICADO
Nº	Cargo.:	382 - RECEPCIONISTA					
	Nº	Insc. Nº	RG / Órgão	Port.	Específicos	Total	CLASSIFICAÇÃO
35	352	ROSIMAR MARTINS CARDOZO	559157 SSP- MT	25	70	95	CLASSIFICADO
36	219	JOSILENE MATOS DORILEO	16383087 SSP/MT	25	70	95	CLASSIFICADO

Art. 2º - Os candidatos acima relacionados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Pessoal, 1º Piso, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 15/10/2015 e 16/10/2015 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Carteira Profissional para Profissão regulamentada pelo Conselho da respectiva categoria.

Art. 3º. O prazo de apresentação conforme o art. 2º. deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4º. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no item 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 13 de Outubro de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – PRO REMÉDIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS LTDA - CNPJ N.º 05.159.591/0001-68

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – PRO REMÉDIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS LTDA - CNPJ n.º 05.159.591/0001-68 **-** O Município de Tangará da Serra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, através do Departamento da Unidade Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares UPSPA, torna público para conhecimento de quem interessar que aplicou à empresa acima citada, a **PENALIDADE DE MULTA EQUIVALENTE AO VALOR DE R$ 368,99 (Trezentos e Sessenta e Oito Reais e Noventa e Nove Centavos),** já devidamente qualificada nos autos do Processo Administrativo **nº 025/PAILC/2015 PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS COMETIDAS POR LICITANTES E CONTRATADAS**, em virtude do descumprimento das disposições contidas na Cláusula Décima - Das Obrigações do

Fornecedor registrado, no Item 11.4, com fulcro no Art. 87, Inciso II, da Lei 8.666/1993 c/c p artigo 19, inciso II do Decreto Municipal nº 289/2012, bem como o Item 14.2, inciso IV da Cláusula Décima Quarta da Ata de Registro de Preços nº 039/2014 do Pregão nº 046/2014, do Processo Administrativo nº 106/2014 do Departamento de Licitações. Tangará da Serra- MT, 14 de Outubro de 2015. José Serafim de Almeida – Gestor da UPSPA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 020/2015 - P S 002/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 020/2015

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente edital para convocar os candidatos aprovados/classificados Processo Seletivo nº. 002/2015, Homologado através do Edital Complementar nº. 010/2015, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional desta municipalidade.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo nº. 002/2015, conforme os cargos abaixo relacionados, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde dia **15/10/2015 às 09h00**, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

	Cargo.:	504 -MOTORISTA - SAMU			TOTAL	Classificação
Orden	Insc.	Candidato	Data Nasc.	RG	Geral	Geral
16	199	LEANDRO DE MELO LIMA	05/07/1983	12701491 SSPMT	63	CLASSIFICADO
		707 -MEDICO INTERVENCIONISTA - SAMU			TOTAL	Classificação
Orden	Insc.	Candidato	Data Nasc.	RG	Geral	Geral
6	193	RICARDO ANTONIO FAIG	16/11/1962		61	CLASSIFICADO
7	19149	BRUNA MONTEIRO DAL ROSSO	03/01/1990		57	CLASSIFICADO
		773 -TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU			TOTAL	Classificação
Orden	Insc.	Candidato	Data Nasc.	RG	Geral	Geral
9	1032	SIMONE ISANDRA DE SOUSA	20/11/1979	1071715856 SJTC RS	61	CLASSIFICADO
10	684	AGLACIR ELIANE ZANELLA	08/09/1973	520967 SSP MT	60	CLASSIFICADO

Art. 2º. Os candidatos acima relacionados deverão comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 15/10/2015 e 16/10/2015 das 09:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Carteira Profissional para Profissão regulamentada pelo Conselho da respectiva categoria.

v) Cartão do SUS;

x) Cartão de Vacina.

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 14 de Outubro de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

SAMAE
MANDADO DE INTIMAÇÃO

MANDADO DE INTIMAÇÃO

A Srª. Andrea Eulalia Ribeiro de Almeida presidente da Comissão Temporária de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, instituída através da Portaria n.º 041/GD/SAMAE/2015, de 01/10/2015, em cumprimento às determinações contidas na Lei Complementar n.º 137/2009, de 27 de abril de 2009.

I N T I M A:

1 – Conforme o art. 234, da Lei Complementar n.º 137/2009, de 27 de abril de 2009, e nos termos da Instauração de Sindicância, instituída através da Portaria nº 041/GD/SAMAE/2015 de 01 de outubro de 2015, visando esclarecer fatos que geraram multa do CREA, por falta de ART de fiscalização do ano de 2006, INTIMA o senhor Jefferson Luiz Lima da Silva que se encontra em local não sabido por esta autarquia; fica intimado o Senhor citado, a prestar esclarecimentos a cerca dos fatos:

1.1 – Fica marcado a audiência para oitiva, no dia 20 de outubro de 2015, nas dependências do Setor Administrativo Financeiro do SAMAE, situado à Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - anexo, nesta cidade de Tangará da Serra-MT, oportunidade em que será ouvido o Senhor Jefferson Luiz Lima da Silva, às 14:00 (quatorze) horas.

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

Andrea Eulalia Ribeiro de Almeida

Presidente de Sindicância – SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 14/2013

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 14/2013

TIPO DE ADITIVO: PRAZO E VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: ATUAL ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR 10 (DEZ) MESES, O PRAZO DO CONTRATO NÚMERO 196/2014, DATADO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 28 DE JUNHO DE 2016 E ADITIVA 100 % POR CENTO DO VALOR INICIAL DO CONTRATO QUE CORRESPONDE O VALOR DE R$ 94.600,00 (NOVENTA E QUATRO MIL E SEISCENTOS REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 28/08/2015

VIGENCIA: 28/06/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2015.

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 66/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 54/2015, TEVE COMO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU GENUÍNOS, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, TENDO COMO VENCEDORAS AS EMPRESAS: TURINI & TURINI – ME E AUTO PEÇAS PAVAN LTDA – EPP

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 18 DE AGOSTO DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

EXTRATO DE CONTRATO 228/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 228/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: ROSANGELA FRANÇA SILVEIRA

OBJETO: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PÃO NAS CARACTERÍSTICAS E QUANTITATIVOS DESCRITAS NO ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO Nº Nº 21/2015.

VALOR: R$ 3.815,70

VIGÊNCIA 29/09/2015 A 01/06/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 227/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 227/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: BIOGEN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

VALOR: R$ 841,56

VIGÊNCIA 07/10/2015 A 31/08/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 226/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 226/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: ACÁCIA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AEREAS

VALOR: R$ 1.060,35

VIGÊNCIA 07/10/2015 A 21/08/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 225/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 225/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

VALOR: R$ 2.665,96

VIGÊNCIA 07/10/2015 A 31/08/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 224/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 224/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: ONEIDE RODRIGUES DE OLIVEIRA -ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES

VALOR: R$ 295,20

VIGÊNCIA 01/10/2015 A 09/06/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO 1º TERMO AO CONTRATO 62/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 62/2015

TIPO DE ADITIVO: VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: DISBEMOL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MOLINA LTDA

OBJETO: REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO NOS ITENS BOTIJÃO GAS P 13 .

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 223/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 223/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: M.S DIAGNOSTICA LTDA

OBJETO:A CONTRATADA SE OBRIGA A FORNECER PARA O CONTRATANTE, OS MATERIAIS PARA USO NO LABORATÓRIO DOM HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, CONFORME OS ITENS QUANTIFICADOS E ESPECIFICADOS EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 42/2015

VALOR: R$ 2.642,07

VIGÊNCIA 21/09/2015 A 31/07/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 45/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 45/2015

TIPO DE ADITIVO: PRAZO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: GENIVALDO GOMES-ME

OBJETO: “SUBCLÁUSULA TERCEIRA – A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 45.2015 DE 21/08/2015 PARA 16/01/2016.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2015

VIGENCIA: 16/01/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 89/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 89/2015

TIPO DE ADITIVO: PRAZO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME

OBJETO: “SUBCLÁUSULA TERCEIRA – A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 89.2015 DE 14/09/2015 PARA 14/02/2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/09/2015

VIGENCIA: 14/02/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 90/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 90/2015

TIPO DE ADITIVO: PRAZO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME

OBJETO: A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 90.2015 DE 16/09/2015 PARA 14/02/2016.

DATA DA ASSINATURA: 16/09/2015

VIGENCIA: 14/02/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 210/2014

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 210/2014

TIPO DE ADITIVO: PRAZO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: O.W ZAGO CONSTRUTORA –ME

OBJETO: “Subcláusula Terceira – A vigência do contrato de execução de obra nº. 210.2014 de 25/03/2015 para 31/01/2016.

DATA DA ASSINATURA: 25/07/2015

VIGENCIA: 31/01/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 14/2013

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 14/2013

TIPO DE ADITIVO: PRAZO E VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: ATUAL ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR 10 (DEZ) MESES, O PRAZO DO CONTRATO NÚMERO 196/2014, DATADO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 28 DE JUNHO DE 2016 E ADITIVA 100 % POR CENTO DO VALOR INICIAL DO CONTRATO QUE CORRESPONDE O VALOR DE R$ 94.600,00 (NOVENTA E QUATRO MIL E SEISCENTOS REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 28/08/2015

VIGENCIA: 28/06/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 209/2014

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 209/2014

TIPO DE ADITIVO: PRAZO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: MARIONALDO PEREIRA DA SILVA -ME

DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 16/07/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO O CONTRATO 107/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 107/2015

TIPO DE ADITIVO: VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: EDITE RAMOS

OBJETO: ADITIVA VALOR DOS SEGUINTES ITENS: COUVE FLOR, MELANCIA, MELÃO, PEPINO.

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

LEI Nº. 1.217/2015 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar e dá outras providências"

Anderson Gláucio Andrade, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º -

Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Município no valor de R$ 1.073.000,00 (Um milhão e setenta e três mil reais), alocados na seguinte dotação:

07–SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA

01– SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA

20–AGRICULTURA

608– PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

1.011- Desenvolvimento da Agropecuária e Melhoria do Abastecimento

1.088 – Aquisição de Patrulha Mecanizada

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 950.725,00

FONTE DE RECURSO: **2301** – **Recursos - Convênios Outros**

Valor.....R$ 122.275,00

FONTE DE RECURSO: 2999 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Os recursos orçamentários para dar cobertura ao Crédito Especial autorizado no Art. 1º serão resultantes da anulação das seguinte dotações:

07–SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA

01– SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA

20–AGRICULTURA

608– PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

1.011- Desenvolvimento da Agropecuária e Melhoria do Abastecimento

1.024– Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 273.425,00

FONTE DE RECURSO: **2301** – Recursos - Convênios Outros

Valor.....R$ 34.541,67

FONTE DE RECURSO: **2999** – Recursos Ordinários

07–SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA

01– SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA

20–AGRICULTURA

608– PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

1.011- Desenvolvimento da Agropecuária e Melhoria do Abastecimento

2.070– Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Serigueira

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 87.733,33

FONTE DE RECURSO: **2999** – Recursos Ordinários

Art. 3º - Os recursos orçamentários necessários para completar o valor do crédito Suplementar autorizado no Art. 1º para a fonte de recursos 2301, serão resultantes de Excesso de Arrecadação relacionado diretamente ao recurso recebido do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a finalidade específica do projeto 1.088 – Aquisição de Patrulha Mecanizada, conforme convênio 816827/2015.

Art. 4º - Ficam autorizadas as alterações/inclusões necessárias, na Lei 1.098/2013 – Plano Plurianual bem como na Lei 1.131/2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 para a abertura deste crédito especial.

Art. 5º Fica autorizado, se necessário, a suplementação das dotações criadas nesta lei, utilizando o limite estabelecido no Art. 4º alínea "b" da Lei 1.158/14 Lei Orçamentária Anual, ou de lei que seja aprovada posteriormente com a mesma finalidade.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 1.216/2015 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial e dá outras providências"

Anderson Gláucio Andrade, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º -

Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Município no valor de R$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais), alocados nas seguintes dotação:

03–SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01– SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

28–Encargos Especiais

843–Serviço da Dívida Interna

1.019-Encargos Especiais

0.002– Amortização do Principal e Pagamento de Juros da Dívida Contratual - Executivo

4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 105.000,00

3.2.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 40.000,00

FONTE DE RECURSO: 2801 **–** Recursos – Cota Parte FETHAB

Art. 2º - Os recursos orçamentários para dar cobertura ao Crédito Especial autorizado no Art. 1º serão resultantes da anulação parcial da seguinte dotação:

09–SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

01– SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

15–INFRAESTRUTURA

451– INFRAESTRUTURA URBANA

1.014-Expansão e Melhoria da Infraestrutura

1.048– Pavimentação, Drenagem, Galeria Pluvial e Obras Complementares

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 145.000,00

FONTE DE RECURSO: 2801 – Recursos – Cota Parte FETHAB

Art. 3º - Ficam autorizadas as alterações/inclusões necessárias, na Lei 1. 098/2013 – Plano Plurianual bem como na Lei 1.131/2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 para a abertura deste crédito especial.

Art. 4º Fica autorizado, se necessário, a suplementação das dotações criadas nesta lei, utilizando o limite estabelecido no Art. 4º alínea “b” da Lei 1.158/14 Lei Orçamentária Anual, ou de lei que seja aprovada posteriormente com a mesma finalidade.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

DECRETO Nº 070/2015 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

“TRANSFERE A COMEMORAÇÃO DO PONTO FACULTATIVO DO DIA 28 DE OUTUBRO PARA O DIA 30 DE OUTUBRO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILA RICA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º “Art. 1º O ponto facultativo comemorativo ao 'Dia do Servidor Público', estabelecido no inciso XIV, do artigo 1º, do Decreto nº 007/2015, fica transferido do dia 28 de outubro (quarta-feira) para o dia 30 de outubro (sexta-feira) de 2015, ressalvados os serviços públicos essenciais cuja prestação não admita interrupções.

§ 1º – Estarão assegurados os serviços emergências no Pronto Atendimento Municipal, Laboratório, assim como, SAEVIR o abastecimento de água, Secretaria de Obras a coleta de lixo e serviços emergenciais.

§ 2º - Os servidores que prestarem serviço nesta data, terão o direito a folga, a ser combinada, com o Secretário/a da pasta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal Gestão 2013/2016

PORTARIA N. 212/2015 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas,

Considerando o exposto na Lei Municipal nº 983/2011 e nº 983/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - nomear os seguintes membros para constituir o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Representantes do Poder Executivo:

Titular-Eliene Pereira Cirino,

CPF-999.936.191-11,

RG-16804040 SSP/MT;

Suplente-Valcir Trevisan,

CPF-707.621 .989-15,

RG-1 786787 SSP/MT.

Representantes dos docentes, discentes e ou trabalhadores da Educação:

Titular - Marizete Maria do Nascimento,

CPF-557.529.421-87,

RG1113214-0 SSP/MT

Titular - Marisa Paulus Mota,

CPF-632.024.681-20,

RG0996995-0 SSP/MT;

Suplentes

Cristiana Feitosa Aragão,

CPF-021.638.171-13

Cleidiomar Leite dos Santos,

CPF-458.723.41 1-71

Representantes de Pais de Alunos:

Titular-Uaida Maria do Nascimento Moura,

CPF-011.209.461-90,

RG474396 r via;

Suplente-Tania Maria de Castro,

CPF-513.562.521-68,

RG-839458

Representantes da Sociedade Civil Organizada:

CDL – CAMARA DOS DIRIGENTES LOGISTAS DE VILA RICA

Titulares - Ronaldo Candido dos Santos,

CPF-627.504.101-91,

RG10099654 SJ/MT

Raimundo de Sousa Lima, CPF-401.909.191-91,

RG-1 771561 SSP/GO;

Suplentes - Leonardo Borghesan,

CPF-401.687.609-59,

RG2062219 SSP/PR

Terezinha Klein,

CPF-330.234.331-00

RG-3047716-2 SSP/MT

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Titular – Nilce Pertuzatti Both

CPF-928.739.369-91

RG 4051034868 SSP/RS

Suplente - Udete Terezinha Tusset Rasia

CPF-790.322.731-91

RG-1104485-3

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

Gestão 2013/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 82/2015 2° COLOCADA

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços n. 82/2015**, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde CNPJ n. **11.364.895/0001-60** e as Empresas relacionadas abaixo, cujo preço está a seguir registrado por item, em face à realização do **Pregão Eletrônico n. 09/2015**.

Validade: Com vencimento aos 11 (onze) dias do mês de junho de 2016.

EMPRESA: NUTRICENTER DIST. DE PROD. NUTRIC. E HOSP. LTDA CNPJ: 06.372.763/0001-40					
Item	Especificações	Unid	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
26	Formula infantil a base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada com DHA e ARA malto dextrina, presença de vitaminas e minerais. Isenta de lactose, sacarose, frutose e gluten.Para lactente desde o nascimento à 12 meses que necessitam de tratamento nutricional na alergia das proteínas do leite de vaca e sojaApresentação: Lata de 400g (Data de Fabricação e prazo validade). Registro M. S. - Marca: NESTLE	LT	500	94,00	47. 000,00
Total					R$ 47. 000,00

Várzea Grande – MT, 09 de outubro de 2015.

CONTRATANTE

CASSIUS CLAY SCOFONI FALEIROS AZEVEDO

SECRETÁRIO DE SAUDE

CONTRATADA

NUTRICENTER DIST. DE PROD. NUTRIC. E HOSP. LTDA

CNPJ: 06.372.763/0001-40

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2015.

O Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de seus Pregoeiros, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará **realizar** licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 014/2015,** tendo como objeto**: O registro de preço para futuras e eventuais aquisições de CONJUNTOS MOTO-BOMBAS SUBMERSAS, QUADROS DE COMANDO PARA POÇOS TUBULARES, CONJUNTO MOTO-BOMBA SUBMERSIVEL AUTO LIMPANTE E QUADROS DE COMANDO PARA CONJUNTO MOTO-BOMBA SUBMERSIVEL AUTO LIMPANTE PARA BOMBEAMENTO DE ESGOTO BRUTO domesticos, conforme termos de anexo i para atender REGIÃO URBANA DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT,** juntamente com os anexos. Com realização prevista para o **dia 27 de Outubro de 2015, às 09h00min (horário de Mato Grosso)**. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, sito Av. Gov. Julio Campos 2.599, Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT e no site: www.daevg.com.br

Várzea Grande-MT, 14 de outubro de 2015.

ELISANGELA MARIA DE AMORIM
PREGOEIRA/DAE-VG

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO
DIRETOR PRESIDENTE DO DAE/VG

PORTARIA Nº 423/CPSPAD/SAD/2015

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010 e considerando o contido na Portaria 427/CPSPAD/SAD/2014 que determina a Instauração do Processo Administrativo Disciplinar 031/2014, que investiga possível enquadramento do servidor **José do Carmo Filho** nos artigos 126, I, II, III, VII e 127, XIV da Lei Municipal 1.164/91 e artigo 142, VIII, X todos da mesma Lei Municipal,

Resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia **03 de setembro de 2015,** o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar 031/2014 instaurado para apurar as supostas infrações estatutárias, relacionadas ao mesmo servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 03 de setembro de 2015.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EDITAL Nº018/2015 17º CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA COM PRAZO DETERMINADOS

EDITAL Nº018/2015 17º CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA COM PRAZO DETERMINADOS

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO, Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grossa, criada pela LEI Nº1733/1997 e alterada pela LEI Nº 1.866/1998, no desempenho de suas atribuições legais e em conformidade com o **Edital Nº001/2014 do 1º processo seletivo simplificados** conforme resultado final , ambos publicados no sites da REDE CETEPS e no sites do DAE.VG e no Jornal Oficial dos Municípios. AMM-MT.

Resolve convocar os candidatos abaixo relacionados, para a apresentação da documentação necessária conforme ANEXO I e ANEXO II, para a contratação temporária com prazo determinados no cargo, conforme resultado final da classificação, para comparecer junto ao: **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO – DAE. VG** Av. Julio Campos nº, 2599 **Bairro:** Jardim dos estados - várzea grande - MT

Ponto de Referência: próximo a rodoviária - VG

HORÁRIO: Das 9:00 às 11:00 horas manha e 14:00 horas as 17:00 horas tarde

PRAZO: --- 15 DE OUTUBRO 2015 a 23 DE OUTUBRO DE 2015

RELAÇÃO DA 17°CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA COM PRAZO DETERMINADOS

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE										
OPÇÃO DE VAGA: 2 – OPERADOR DE FATURAMENTO										
CL	INSC.	NOME	DT. NASC	LP	MAT	CG	CE	TIT	TP	SITUAÇÃO
14	047332	JOCIMAR OLIVEIRA SILVA	14/06/1986	3,00	4,00	4,00	8,00		19,00	CLASSFICADO
15	047147	PERICLES RIBEIRO GOMES DOS SANTOS	21/07/1982	2,00	3,00	4,00	9,00		18,00	CLASSIFICADO
16	047777	MAXCILEI GONÇALO DA SILVA	24/02/1986	4,00	3,00	3,00	8,00		18,00	CLASSIFICADO
17	047633	ROGÉRIO DOUGLAS CARMONA	1710/1976	3,00	4,00	3,00	8,00		18,00	CLASSIFICADO
18	047260	EDUARDO FELIPE BIS TEIXEIRA	29/08/1991	3,00	3,00	4,00	8,00		18,00	CLASSIFICADO

Publique-se, registre-se e cumpra-se

Várzea Grande-MT, 14 de outubro de 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente

ANEXO I

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. Os requisitos básicos para investidura nos cargos são, cumulativamente, os seguintes:

a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;

b) ser brasileiro ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1°, artigo 12, da Constituição Federal;

c) estar quite com as obrigações eleitorais, para os candidatos de ambos os sexos;

d) estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

e) encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;

f) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;

g) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, comprovado através da apresentação de original e cópia do respectivo documento, observado o **ANEXO I** deste Edital;

h) estar apto, física e mentalmente, não apresentando deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo, por Perícia Médica Oficial;

i) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de nomeação;

j) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual e federal;

k) apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos;

l) Comprovar registro e situação regularizada junto ao órgão ou conselho de classe correspondente a sua formação profissional, quando for o caso;

m) cumprir, na íntegra, as determinações previstas no Edital de abertura do Concurso Público;

n) apresentar declaração de bens

AVISO DE RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA N.14/2015

No processo n. 333804/2015. Objeto: contratação de empresa capacitada para execução de obras de recuperação das Creches e Unidades Escolares do Município atingidos pelos fenômenos naturais ocorridos subitamente neste Município (vendavais/chuvas). Pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias . **Diante disso, foi apresentada a justificativa de dispensa de licitação nos termos do artigo 24, inciso IV da lei n.8.666/93.** Os requisitos previstos no art. 26 da Lei n. 8.666/93 foram preenchidos de forma a justificar a escolha do fornecedor e a justificativa do preço (inc. II e III). Contratada: Traço Arquitetura Ltda - Me**., portadora do** CNPJ n. 04. 553.072/0001-17, estabelecida na Rua Carlos Castilho n. 40 – Bairro Água Limpa- CEP: 78.125-760, valor global deR$268.940,57 (duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta reais e cinquenta e sete centavos). Dê-se publicidade e cumpra-se. Empenhem-se os recursos necessários. Várzea Grande/MT, 14 de outubro de 2015. ZILDA PEREIRA LEITE DE CAMPOS, Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 025/2015

Eduardo Abelaira Vizotto, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, resolve **NOMEIA**, com efeito, a partir de 14/10/2015, no cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

ARLLON VINICIUS OLIVEIRA DA GAMA	ASSISTENTE TÉCNICO – JURÍDICO	DGA – 7

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 14 de outubro de 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE PARA RECOMPOSIÇÃO DOS MEMBROS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO, REALIZADA EM 06/10/2015.

Ata da reunião extraordinária do Conselho da Cidade de Várzea Grande CCVG, realizada aos seis dias, do mês de outubro de 2015, às 08:30 horas, na **Prefeitura Municipal, Paço Couto Magalhães, em Várzea Grande-MT,** localizada naAvenida Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2500 - Várzea Grande, Mato Grosso-MT, em que reuniram-se os membros do Conselho desta Instituição, sob a presidência de Osmar Milan Capilé.

Conselheiros presentes: Flávia Peterssen Moretti, Luiz Verdun, Wilma Felfili, Maria Lucia Oliveira, Vicente Lacerda Eliziário Ramos, Helen Faria Ferreira, Waldisnei Moreno, João Nobres e Albertina Aparecida Alves, O Presidente do Conselho, no exercício de suas atribuições fez a abertura da reunião com a leitura da ordem do dia em que consta o seguinte teor: **Recomposição dos membros representantes do Poder Público do Município de Várzea Grande-MT,** entre outros assuntos.Capilé elogiou a dedicação da Prefeitura aos trabalhos demandados pelo Conselho, bem como, sobre os técnicos profissionais que atuam com habilidade sem necessidade de contratação de eventual Consultoria, os quais representam o âmbito do Poder Público e Associações Governamentais. Argumentou, ainda, que a falta de infraestrutura para o Conselho deliberar e desenvolver suas atividades acaba por prejudicar o desempenho e qualidade dos trabalhos. Lembrou que o Conselho tem apoio da Câmara Municipal e também responsabilidade no cumprimento das recomendações emanadas pelo Conselho Nacional das Cidades- Ministério das Cidades. Finalizou dizendo que o Conselho está de braços abertos para receber os novos integrantes do Colegiado, representantes do Poder Público. O Secretário Municipal de Governo, Sr. Juarez Toledo Pizza, argumentou que o período de transição o Município está passando requer uma atenção especial. Disse ainda que o Conselho é importante instrumento para a promoção do desenvolvimento desta Cidade, oportunidade ainda para também recompor o conselho que, devido à fase de transição, muitos companheiros anteriores perderam a representação por não mais comporem o quadro da Prefeitura Municipal. **Em seguida, foi recomposto o Conselho da Cidade, em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 3.211/2008, momento em que Presidente do Conselho propôs a alteração das 1ª e 2ª Secretárias da Diretoria do Conselho, ficando composta a nova Diretoria da seguinte forma: como Presidente do Conselho Sr. José Augusto de Moraes (Secretaria Municipal de Planejamento), Vice-Presidente Sr. Osmar Milan Capilé (representante da Sociedade Civil Organizada), 1ª Secretária Sra. Wilma Felfili (representante da Sociedade Civil Organizada), 2ª Secretária Sra. Helen Farias Ferreira (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável), o qual foi aprovado por unanimidade do Pleno.** Capilé argumentou também a necessidade de estruturar as Câmaras Técnicas já existentes, cujos membros deverão ser convidados a participarem de todas as reuniões do Conselho. O Secretário Municipal de Governo ressaltou que a Prefeitura Municipal de Várzea Grande demanda apoio em vários projetos a serem trabalhados nos próximos anos, na esperança pela concretização do modal VLT, o que demanda enorme comprometimento do Concidade. Reforçou, ainda, quanto ao sistema Geoprocessamento como ferramenta de gestão que poderá auxiliar em muito todas as Secretarias, bem como, gerir todas as informações em conjunto. Deverá a Prefeitura no prazo de 30 dias publicar o Decreto Municipal com os nomes dos novos membros representantes do Poder Público Municipal, inclusive da Câmara Municipal de Varzéa Grande. **Foi discutida a recomposição dos conselheiros representantes da sociedade civil organizada, a qual vencerá em fevereiro do ano de 2016, sendo proposto pelo Presidente Dr. Capilé que tais mandatos fossem prorrogados até 15 de fevereiro de 2017, o que foi aprovado por unanimidade do Pleno.** Devendo no Decreto de recomposição dos novos Conselheiros representantes do Poder Público, constar a prorrogação dos mandatos da sociedade civil. Quando do término da reunião, a SEPLAN informou que dará suporte ao Conselho no que tange a estrutura e funcionamento para realização dos trabalhos. E, como ninguém mais fez uso da palavra, após ter lavrado a presente Ata, foi submetida à apreciação do Conselho que a aprovou por unanimidade e que vai assinada por mim Wilma Felfili que secretariei esta reunião e pelo Presidente Dr. Osmar Milan Capilé.

CONTABILIDADE
RREO-ANEXO 14

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: BIMESTRAL
Período: 4º bimestre

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Balanço Orçamentário
Rótulo: Padrao

Balanço Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	
RECEITAS	
Previsão Inicial	82.737.262,69
Previsão Atualizada	82.737.262,69
Receitas Realizadas	49.686.625,49
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	2.940.729,16
DESPESAS	
Dotação Inicial	82.737.262,69
Créditos Adicionais	2.940.729,16
Dotação Atualizada	85.677.991,85
Despesas Empenhadas	58.570.816,59
Despesas Liquidadas	45.607.674,80
Despesas Pagas	43.966.936,55
Superávit Orçamentário	4.081.950,69

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Despesas por Função/Subfunção
Rótulo: Padrao

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	
Despesas Empenhadas	58.570.816,59
Despesas Liquidadas	45.607.674,80

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Receita Corrente Líquida - RCL
Rótulo: Padrao

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	31/08/2015
Receita Corrente Líquida - RCL	
Receita Corrente Líquida	63.116.091,33

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência
Rótulo: Padrao

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	
Regime Geral de Previdência Social	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	2.618.861,11
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	3.550.792,37
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	931.931,26
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	2.618.861,11

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Resultados Nominal e Primário
Rótulo: Padrao

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	0,00	-1.960.657,88	0,00
Resultado Primário	0,00	285.555,89	0,00

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Restos a Pagar por Poder e Ministério Público
Rótulo: Padrao

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.085.575,95	0,00	648.061,23	2.437.514,72
Poder Executivo	3.085.575,95	0,00	648.061,23	2.437.514,72
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	136.694,49	0,00	136.694,49	0,00
Poder Executivo	136.694,49	0,00	136.694,49	0,00
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	3.222.270,44	0,00	784.755,72	2.437.514,72

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Despesas com Ações Típicas de MDE
Rótulo: Padrao

Despesas com Ações Típicas de MDE	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE			
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.997.198,58	25,00	27,66
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	4.865.929,57	60,00	77,34
Complementação da União ao FUNDEB			

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Rótulo: Padrao

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital		
Receitas de Operações de Crédito	0,00	10.600,00
Despesa de Capital Líquida	8.513.082,77	13.559.193,58

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência
Rótulo: Padrao

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência				
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Rótulo: Padrao

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Rótulo: Padrao

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde			
Despesas com Ações e Serviços Oúblicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	10.007.882,84	15,00	39,56

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP
Rótulo: Padrao

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	
Total das Despesas/RCL (%)	

Grupo: Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores

Notas Explicativas	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

CONTABILIDADE
RGF-ANEXO 01

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 2º quadrimestre

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Tabela: Despesa com Pessoal
Rótulo: Padrao

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.871.851,53	0,00
Pessoal Ativo	30.410.850,31	
Pessoal Inativo e Pensionistas	958.772,29	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	502.228,93	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	31.871.851,53	0,00

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Tabela: DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal
Rótulo: Padrao

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	63.116.091,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	31.871.851,53	50,50
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	37.869.654,80	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	35.976.172,06	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	34.082.689,32	54,00

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	

Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

Grupo: Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Tabela: Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Rótulo: Padrao

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

Grupo: Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

Notas Explicativas	

Grupo: Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado	
Tabela: Notas Explicativas	
Rótulo: Padrao	
Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

CONTABILIDADE
RREO-ANEXO 03

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: BIMESTRAL
Período: 4º bimestre

Grupo: Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Liquida - Municipios
Tabela: Especificação
Rótulo: Padrao

Especificação	Evolução da Receita Corrente Liquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação														
RECEITAS CORRENTES (I)	4,690,769.37	6,533,897.15	5,067,577.90	6,421,206.69	5,139,895.11	5,020,181.78	5,246,801.66	7,125,152.88	6,325,555.36	6,042,429.48	5,747,252.11	5,122,554.97	69,463,274.46	57,695,855.34
Receita Tributaria	697,552.23	675,479.69	792,617.97	1,170,823.54	390,679.14	653,494.61	832,781.62	2,298,430.44	1,059,146.28	1,282,635.88	894,956.14	638,536.00	11,377,133.54	7,672,028.06
IPTU	25,312.84	41,649.91	35,158.77	33,087.53	4,958.90	61,314.86	271,544.28	1,641,111.04	52,610.17	45,457.60	43,420.73	32,970.70	2,288,597.33	1,550,000.00
ISS	291,818.01	307,208.47	416,583.03	311,771.03	262,213.35	268,059.97	241,041.65	251,205.19	295,144.99	362,448.62	421,101.96	357,079.85	3,805,676.02	3,042,028.06
ITBI	207,702.61	192,093.33	140,505.22	535,224.16	33,930.63	158,626.95	78,036.04	260,276.46	532,024.55	540,260.42	266,053.21	83,917.51	3,028,945.09	1,200,000.00
IRRF	147,495.12	118,694.96	182,442.85	270,704.52	71,409.81	107,621.14	145,562.17	95,534.25	133,436.10	281,614.91	104,648.78	141,901.88	1,802,066.49	1,400,000.00
Outras Receitas Tributárias	25,223.65	15,833.02	17,928.10	19,036.30	18,166.45	57,669.69	96,595.48	49,303.50	45,930.47	52,854.33	59,731.56	22,666.08	481,948.61	480,000.00
Receita de Contribuições	125,451.44	273,601.49	41,825.46	217,839.89	81,483.14	164,369.88	172,717.10	102,821.71	114,539.40	224,391.10	11,990.97	118,074.15	1,649,105.73	1,587,820.00
Receita Patrimonial	147,010.31	164,783.87	161,643.35	189,747.95	358,430.55	176,347.90	225,335.22	210,182.50	222,918.34	237,105.63	473,276.02	265,719.36	2,833,503.00	1,395,994.66
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	235,577.41	252,910.12	216,377.06	264,290.77	216,667.92	192,307.48	247,813.91	221,994.14	221,399.51	223,821.00	254,372.91	237,226.22	2,784,760.45	3,810,000.00
Transferências Correntes	3,366,044.73	4,919,243.51	3,730,306.12	4,289,866.47	4,022,064.28	3,717,089.89	3,666,498.96	4,168,533.45	4,475,772.40	3,929,462.03	3,927,678.55	3,772,817.86	48,085,368.15	42,256,462.16
Cota-Parte do FPM	748,847.36	707,737.87	936,781.57	1,586,725.12	1,142,803.24	1,166,580.71	949,682.70	917,032.78	1,127,694.52	981,206.55	859,506.29	849,755.91	11,794,356.62	11,822,400.00
Cota-Parte do ICMS	1,026,406.29	1,015,839.25	977,402.12	1,028,279.88	975,829.02	811,328.05	1,056,088.61	922,373.22	968,338.50	996,503.29	1,002,350.29	950,444.93	11,733,183.45	14,828,209.83
Cota-Parte do IPVA	50,805.93	62,417.23	50,312.04	26,663.56	15,245.49	436,349.77	312,996.22	350,183.30	369,424.81	187,674.36	234,109.94	136,336.29	2,235,518.94	2,120,000.00
Cota-Parte do ITR	120,523.36	1,626,191.77	384,424.58	375,282.79	222,831.74	18,198.73	10,439.59	251,183.63	43,488.28	19,295.25	34,586.70	25,421.29	3,083,736.41	1,941,659.00
Transferências da LC 87/1996	5,218.02	5,218.02	5,218.02	10,436.04	0.00	0.00	0.00	15,285.70	3,821.42	3,821.42	3,821.42	3,821.42	56,661.48	67,125.00
Transferências da LC 61/1989														
Transferências do FUNDEB	664,029.03	764,148.18	697,569.94	745,451.61	764,076.40	762,510.35	781,828.07	732,703.52	888,964.55	797,916.62	724,369.82	747,477.19	9,071,045.28	9,067,977.76
Outras Transferências Correntes	750,214.74	737,691.19	678,597.85	686,857.47	901,468.28	519,122.28	655,463.67	1,029,771.30	1,074,042.32	941,042.54	1,078,934.09	1,057,560.13	10,120,865.87	2,409,050.67
Outras Receitas Correntes	119,133.25	247,878.47	124,807.94	189,638.07	70,580.08	114,572.02	101,654.95	123,190.64	231,779.43	145,013.84	194,975.52	90,179.38	1,753,403.59	973,550.46
DEDUÇÕES (II)	494,095.94	885,408.09	472,774.03	690,866.34	238,455.34	351,091.33	385,645.72	398,193.32	392,381.66	466,676.38	256,177.19	335,297.79	5,267,183.13	4,817,513.78
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	103,196.08	201,387.60	1,946.47	195,963.35	2,088.47	96,742.76	109,167.57	102,821.71	114,539.40	223,989.51	2,375.51	110,884.82	1,265,083.25	1,265,083.25
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	539.74	539.74	0.00	1,079.48	539.74	573.36	573.36	573.36	573.36	573.36	573.36	573.36	6,712.22	15,900.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	390,360.12	683,480.75	470,827.56	493,943.51	235,827.13	253,775.21	275,904.79	294,798.25	277,268.90	242,113.51	253,228.32	223,859.61	4,095,387.66	3,536,530.53
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4,196,673.43	5,648,489.06	4,594,803.87	5,730,220.35	4,901,439.77	4,669,090.45	4,861,155.94	6,726,959.56	5,933,173.70	5,575,753.10	5,491,074.92	4,787,257.18	63,116,091.33	52,878,341.56

Grupo: Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Liquida - Municipios
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

CONTABILIDADE
RREO-ANEXO 02

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: BIMESTRAL
Período: 4º bimestre

Grupo: Tabela 2.6 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Tabela: Função/Subfunção
Rótulo: Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	80.345.709,69	83.139.938,85	12.711.926,65	57.096.259,80	97,48	26.043.679,05	13.812.318,71	44.133.118,01	96,77	39.006.820,84	0,00
Legislativa	2.140.200,00	2.140.200,00	245.000,27	1.073.481,18	1,83	1.066.718,82	266.752,23	1.029.313,73	2,26	1.110.886,27	0,00
Ação Legislativa	2.140.200,00	2.140.200,00	245.000,27	1.073.481,18	1,83	1.066.718,82	266.752,23	1.029.313,73	2,26	1.110.886,27	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	10.184.500,00	11.483.500,00	1.847.710,78	8.429.514,91	14,39	3.053.985,09	2.100.897,94	7.222.866,91	15,84	4.260.633,09	0,00
Planejamento e Orçamento	1.780.000,00	1.890.000,00	244.420,27	1.369.264,52	2,34	520.735,48	254.980,11	1.155.957,65	2,53	734.042,35	
Administração Geral	7.910.500,00	8.901.500,00	1.538.438,77	6.560.605,72	11,20	2.340.894,28	1.761.032,12	5.664.235,09	12,42	3.237.264,91	
Administração Financeira	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	493.500,00	691.500,00	64.851,74	499.644,67	0,85	191.855,33	84.885,71	402.674,17	0,88	288.825,83	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	2.267.406,00	2.322.286,00	202.923,15	1.308.046,89	2,23	1.014.239,11	255.703,82	910.959,48	2,00	1.411.326,52	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência	26.500,00	16.500,00	0,00	15.000,00	0,03	1.500,00	2.310,68	9.242,72	0,02	7.257,28	
Assistência à Criança e ao Adolescente	237.510,00	247.510,00	24.439,72	85.357,12	0,15	162.152,88	31.301,48	76.647,12	0,17	170.862,88	
Assistência Comunitária	2.003.396,00	2.058.276,00	178.483,43	1.207.689,77	2,06	850.586,23	222.091,66	825.069,64	1,81	1.233.206,36	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	3.004.880,00	3.004.880,00	248.211,51	916.239,82	1,56	2.088.640,18	257.754,87	902.925,53	1,98	2.101.954,47	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	1.655.720,00	1.655.720,00	239.630,95	823.720,68	1,41	831.999,32	239.630,95	823.720,68	1,81	831.999,32	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral	1.349.160,00	1.349.160,00	8.580,56	92.519,14	0,16	1.256.640,86	18.123,92	79.204,85	0,17	1.269.955,15	
Demais Subfunções											
Saúde	21.932.000,00	21.754.920,00	2.264.094,66	14.006.689,62	23,91	7.748.230,38	3.043.868,01	11.302.177,42	24,78	10.452.742,58	0,00
Atenção Básica	9.215.000,00	10.411.500,00	1.493.820,22	6.582.755,65	11,24	3.828.744,35	1.508.853,65	5.424.366,55	11,89	4.987.133,45	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.409.000,00	8.807.420,00	448.624,14	5.987.936,72	10,22	2.819.483,28	1.196.754,90	4.538.364,32	9,95	4.269.055,68	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	803.000,00	1.048.000,00	175.747,26	725.809,28	1,24	322.190,72	174.190,14	669.618,96	1,47	378.381,04	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	1.475.000,00	1.458.000,00	145.903,04	684.997,97	1,17	773.002,03	164.069,32	644.637,59	1,41	813.362,41	
Demais Subfunções	30.000,00	30.000,00	0,00	25.190,00	0,04	4.810,00	0,00	25.190,00	0,06	4.810,00	
Trabalho	188.000,00	201.000,00	31.828,56	115.510,04	0,20	85.489,96	30.054,31	106.938,52	0,23	94.061,48	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	48.000,00	48.000,00	10.746,55	29.005,73	0,05	18.994,27	10.746,55	29.005,73	0,06	18.994,27	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções	140.000,00	153.000,00	21.082,01	86.504,31	0,15	66.495,69	19.307,76	77.932,79	0,17	75.067,21	
Educação	19.894.009,51	18.994.538,67	2.526.586,97	12.408.648,77	21,19	6.585.889,90	2.605.806,96	10.147.978,03	22,25	8.846.560,64	0,00
Ensino Fundamental	6.888.300,00	7.809.926,04	646.919,48	5.463.468,23	9,33	2.346.457,81	729.396,21	3.531.195,52	7,74	4.278.730,52	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	344.800,00	326.329,16	53.129,69	196.641,05	0,34	129.688,11	38.753,64	141.233,83	0,31	185.095,33	
Educação Infantil	2.714.809,51	1.831.383,47	16.492,80	218.627,44	0,37	1.612.756,03	42.296,50	171.562,78	0,38	1.659.820,69	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	127.200,00	156.000,00	0,00	156.000,00	0,27	0,00	39.000,00	117.000,00	0,26	39.000,00	
Educação Básica	8.954.400,00	8.155.400,00	1.607.192,19	5.960.481,62	10,18	2.194.918,38	1.641.891,26	5.868.052,83	12,87	2.287.347,17	
Administração Geral	250.000,00	250.000,00	20.091,15	69.997,71	0,12	180.002,29	20.091,15	69.997,71	0,15	180.002,29	
Demais Subfunções	614.500,00	465.500,00	182.761,66	343.432,72	0,59	122.067,28	94.378,20	248.935,36	0,55	216.564,64	
Cultura	642.500,00	676.500,00	82.882,20	524.701,35	0,90	151.798,65	84.180,53	481.795,43	1,06	194.704,57	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	642.500,00	676.500,00	82.882,20	524.701,35	0,90	151.798,65	84.180,53	481.795,43	1,06	194.704,57	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	6.310.000,00	9.301.400,00	4.098.755,25	8.120.939,02	13,87	1.180.460,98	4.078.285,12	6.222.489,74	13,64	3.078.910,26	0,00
Infra-Estrutura Urbana	2.850.000,00	5.394.200,00	3.651.265,04	5.069.591,06	8,66	324.608,94	3.500.767,40	3.896.380,63	8,54	1.497.819,37	
Serviços Urbanos	2.880.000,00	3.559.200,00	413.690,21	2.834.050,09	4,84	725.149,91	577.517,72	2.142.611,24	4,70	1.416.588,76	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções	580.000,00	348.000,00	33.800,00	217.297,87	0,37	130.702,13	0,00	183.497,87	0,40	164.502,13	
Habitação	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	7.272.714,18	4.543.714,18	203.663,50	3.495.626,51	5,97	1.048.087,67	298.436,36	1.079.059,52	2,37	3.464.654,66	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	7.272.714,18	4.543.714,18	203.663,50	3.495.626,51	5,97	1.048.087,67	298.436,36	1.079.059,52	2,37	3.464.654,66	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	1.130.000,00	1.765.000,00	199.537,47	1.642.571,84	2,80	122.428,16	260.620,03	1.219.865,51	2,67	545.134,49	0,00
Promoção da Produção Vegetal											
Promoção da Produção Animal											
Defesa Sanitária Vegetal											
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento											
Extensão Rural	1.092.000,00	1.749.000,00	199.537,47	1.628.771,84	2,78	120.228,16	253.720,03	1.206.065,51	2,64	542.934,49	
Irrigação											
Administração Geral	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Subfunções	3.000,00	16.000,00	0,00	13.800,00	0,02	2.200,00	6.900,00	13.800,00	0,03	2.200,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											

Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	562.000,00	66.000,00	7.411,16	58.304,06	0,10	7.695,94	16.316,38	29.437,58	0,06	36.562,42	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral	10.000,00	16.000,00	7.411,16	8.304,06	0,01	7.695,94	7.411,16	8.304,06	0,02	7.695,94	
Demais Subfunções	552.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,09	0,00	8.905,22	21.133,52	0,05	28.866,48	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	718.000,00	1.870.000,00	448.541,27	1.012.069,80	1,73	857.930,20	89.273,14	470.092,97	1,03	1.399.907,03	0,00
Transporte Aéreo	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	
Transporte Rodoviário	687.000,00	1.839.000,00	448.541,27	1.012.069,80	1,73	826.930,20	89.273,14	470.092,97	1,03	1.368.907,03	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	2.479.500,00	3.371.000,00	240.472,24	2.839.678,91	4,85	531.321,09	206.186,20	2.148.941,43	4,71	1.222.058,57	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	2.479.500,00	3.371.000,00	240.472,24	2.839.678,91	4,85	531.321,09	206.186,20	2.148.941,43	4,71	1.222.058,57	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	1.460.000,00	1.584.900,00	64.307,66	1.144.237,08	1,95	440.662,92	218.182,81	858.276,21	1,88	726.623,79	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	910.000,00	1.150.900,00	64.307,66	1.144.237,08	1,95	6.662,92	218.182,81	858.276,21	1,88	292.623,79	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	550.000,00	434.000,00	0,00	0,00	0,00	434.000,00	0,00	0,00	0,00	434.000,00	
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	160.000,00	56.100,00	0,00	0,00	0,00	56.100,00	0,00	0,00	0,00	56.100,00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.391.553,00	2.538.053,00	371.051,21	1.474.556,79	2,52	1.063.496,21	371.051,21	1.474.556,79	3,23	1.063.496,21	
TOTAL (II) = (I + I)	82.737.262,69	85.677.991,85	13.082.977,86	58.570.816,59	100,00	27.107.175,26	14.183.369,92	45.607.674,80	100,00	40.070.317,05	0,00

Grupo: Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	
Tabela: Notas Explicativas	
Rotulo: Padrao	
Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

PREGÃO PRESENCIAL 047/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL 047/2015

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 2643/2014 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 047/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de ultrassonografias diversos e exames de espirometria para a Secretaria de Saúde.

REALIZAÇÃO: 28/10/2015.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 14 de outubro de 2015.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira

CONTABILIDADE
RREO-ANEXO 01

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: BIMESTRAL
Período: 4º bimestre

Grupo: Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário
Tabela: Receitas Orçamentárias
Rótulo: Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias							
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.504.402,69	81.504.402,69	11.058.797,18	13,57	48.349.411,57	59,32	33.154.991,12
RECEITAS CORRENTES	64.368.491,57	64.368.491,57	10.077.457,18	15,66	42.159.785,30	65,50	22.208.706,27
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.672.028,06	7.672.028,06	1.523.492,14	19,86	8.040.660,11	104,80	-368.632,05
Impostos	7.192.028,06	7.192.028,06	1.451.094,52	20,18	7.667.762,57	106,61	-475.734,51
Taxas	380.000,00	380.000,00	45.162,63	11,88	324.912,48	85,50	55.087,52
Contribuição de Melhoria	100.000,00	100.000,00	27.234,99	27,23	47.985,06	47,99	52.014,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.773.656,82	1.773.656,82	130.065,12	7,33	990.387,45	55,84	783.269,37
Contribuições Sociais	913.720,00	913.720,00	113.240,33	12,39	762.589,75	83,46	151.130,25
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	859.936,82	859.936,82	16.824,79	1,96	227.797,70	26,49	632.139,12
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	1.395.994,66	1.395.994,66	738.997,38	52,94	2.171.317,52	155,54	-775.322,86
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	2.143,00	0,00	4.286,00	0,00	-4.286,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.395.994,66	1.395.994,66	736.854,38	52,78	2.167.031,52	155,23	-771.036,86
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	3.810.000,00	3.810.000,00	491.601,13	12,90	1.815.605,09	47,65	1.994.394,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.743.261,57	48.743.261,57	6.908.146,51	14,17	28.068.756,17	57,58	20.674.505,40
Transferências Intergovernamentais	48.530.734,52	48.530.734,52	6.836.601,99	14,09	27.909.491,42	57,51	20.621.243,10
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	212.527,05	212.527,05	71.544,52	33,66	159.264,75	74,94	53.262,30
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	973.550,46	973.550,46	285.154,90	29,29	1.073.058,96	110,22	-99.508,50
Multas e Juros de Mora	275.864,68	275.864,68	60.809,90	22,04	221.059,32	80,13	54.805,36
Indenizações e Restituições	23.315,72	23.315,72	1.146,72	4,92	144.334,86	619,05	-121.019,14
Receita da Dívida Ativa	567.880,56	567.880,56	108.850,85	19,17	470.355,08	82,83	97.525,48
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	106.489,50	106.489,50	114.347,43	107,38	237.309,70	222,85	-130.820,20
RECEITAS DE CAPITAL	17.135.911,12	17.135.911,12	981.340,00	5,73	6.189.626,27	36,12	10.946.284,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.600,00	10.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.600,00
Operações de Crédito Internas	10.600,00	10.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.600,00
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	690.311,12	690.311,12	682.181,88	98,82	2.487.639,49	360,36	-1.797.328,37
Alienação de Bens Móveis	5.828,39	5.828,39	0,00	0,00	0,00	0,00	5.828,39
Alienação de Bens Imóveis	684.482,73	684.482,73	682.181,88	99,66	2.487.639,49	363,43	-1.803.156,76
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.435.000,00	16.435.000,00	299.158,12	1,82	3.701.986,78	22,53	12.733.013,22
Transferências Intergovernamentais	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	16.185.000,00	16.185.000,00	299.158,12	1,85	3.701.986,78	22,87	12.483.013,22
Transferências para o Combate à Fome							

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.232.860,00	1.232.860,00	219.785,46	17,83	1.340.213,92	108,71	-107.353,92
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	82.737.262,69	82.737.262,69	11.278.582,64	13,63	49.689.625,49	60,06	33.047.637,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	82.737.262,69	82.737.262,69	11.278.582,64	13,63	49.689.625,49	60,06	33.047.637,20
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)					49.689.625,49	60,06	-49.689.625,49
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00			0,00		
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Grupo: Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário
Tabela: Despesas Orçamentárias
Rótulo: Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias										
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	80.345.709,69	83.139.938,85	12.711.926,65	57.096.259,80	26.043.679,05	13.812.318,71	44.133.118,01	39.006.820,84	42.660.995,43	0,00
DESPESAS CORRENTES	55.888.368,89	59.648.981,70	8.188.859,87	42.229.210,91	17.419.770,79	9.635.249,37	35.540.332,04	24.108.649,66	34.293.742,40	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.386.788,71	32.330.532,30	4.997.279,55	20.159.798,57	12.170.733,73	5.288.532,19	19.456.484,83	12.874.047,47	19.291.153,39	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.501.580,18	27.318.449,40	3.191.580,32	22.069.412,34	5.249.037,06	4.346.717,18	16.083.847,21	11.234.602,19	15.002.589,01	
DESPESAS DE CAPITAL	23.164.760,00	22.302.276,35	4.523.066,78	14.867.048,89	7.435.227,46	4.177.069,34	8.592.785,97	13.709.490,38	8.367.253,03	0,00
INVESTIMENTOS	21.704.260,00	20.716.876,35	4.458.759,12	13.722.811,81	6.994.064,54	3.958.886,53	7.734.509,76	12.982.366,59	7.524.476,82	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.460.500,00	1.585.400,00	64.307,66	1.144.237,08	441.162,92	218.182,81	858.276,21	727.123,79	842.776,21	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	180.670,00	76.770,00			76.770,00			76.770,00		
RESERVA DO RPPS	1.111.910,80	1.111.910,80			1.111.910,80			1.111.910,80		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.391.553,00	2.538.053,00	371.051,21	1.474.556,79	1.063.496,21	371.051,21	1.474.556,79	1.063.496,21	1.305.941,12	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	82.737.262,69	85.677.991,85	13.082.977,86	58.570.816,59	27.107.175,26	14.183.369,92	45.607.674,80	40.070.317,05	43.966.936,55	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	82.737.262,69	85.677.991,85	13.082.977,86	58.570.816,59	27.107.175,26	14.183.369,92	45.607.674,80	40.070.317,05	43.966.936,55	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	82.737.262,69	85.677.991,85	13.082.977,86	58.570.816,59		14.183.369,92	45.607.674,80		43.966.936,55	0,00

Grupo: Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário
Tabela: Receitas Intra Orçamentárias
Rótulo: Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas Intra Orçamentárias						
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.232.860,00	1.232.860,00	219.785,46		1.340.213,92	-107.353,92
RECEITAS CORRENTES	1.232.860,00	1.232.860,00	219.785,46		1.340.213,92	-107.353,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Impostos						
Taxas						
Contribuição de Melhoria						
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.232.860,00	1.232.860,00	219.785,46		1.340.213,92	-107.353,92
Contribuições Sociais	1.232.860,00	1.232.860,00	219.785,46	17,83	1.340.213,92	108,71	-107.353,92
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico						
Contribuição de Iluminação Pública						
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Receitas Imobiliárias						
Receitas de Valores Mobiliários						
Receita de Concessões e Permissões						
Compensações Financeiras						
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público						
Receita da Cessão de Direitos						
Outras Receitas Patrimoniais						
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal						
Receita da Produção Animal e Derivados						
Outras Receitas Agropecuárias						
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral						
Receita da Indústria de Transformação						
Receita da Indústria de Construção						
Outras Receitas Industriais						
RECEITA DE SERVIÇOS						
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais						
Transferências de Instituições Privadas						
Transferências do Exterior						
Transferências de Pessoas						
Transferências de Convênios						
Transferências para o Combate à Fome						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Multas e Juros de Mora						
Indenizações e Restituições						
Receita da Dívida Ativa						
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS						
Receitas Correntes Diversas						
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Operações de Crédito Externas						
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis						
Alienação de Bens Imóveis						
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS						
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais						
Transferências de Instituições Privadas						
Transferências do Exterior						
Transferências de Pessoas						
Transferências de Outras Instituições Públicas						
Transferências de Convênios						
Transferências para o Combate à Fome						
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Integralização do Capital Social						
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.						
Receitas de Capital Diversas						

Grupo: Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário
Tabela: Despesas Intra Orçamentárias
Rótulo: Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.391.553,00	2.538.053,00	371.051,21	1.474.556,79	1.063.496,21	371.051,21	1.474.556,79	1.063.496,21	1.305.941,12	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.391.553,00	2.538.053,00	371.051,21	1.474.556,79	1.063.496,21	371.051,21	1.474.556,79	1.063.496,21	1.305.941,12	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.391.553,00	2.538.053,00	371.051,21	1.474.556,79	1.063.496,21	371.051,21	1.474.556,79	1.063.496,21	1.305.941,12	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

Grupo: Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	

Notas Explicativas

CONTABILIDADE
RGF-ANEXO 03

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 2º quadrimestre

Grupo: Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
Tabela: Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas
Rótulo: Padrao

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas				
Garantias Concedidas				
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.693.971,12	59.088.356,54	63.116.091,33	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	12.032.673,65	12.999.438,44	13.885.540,09	
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	10.829.406,29	11.699.494,60	12.496.986,08	
Contragarantias Recebidas				
Contragarantias Recebidas				
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				

INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

Grupo: Tabela 3,0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

PREGÃO PRESENCIAL 048/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL 048/2015

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo 2759/2015 de 05/01/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 048/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de exames especializados para a Secretaria de Saúde.

REALIZAÇÃO: 05/11/2015.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 13h30min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 14 de outubro de 2.015.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira

CONTABILIDADE
RGF-ANEXO 06

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 2º quadrimestre

Grupo: Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Tabela: Receita Corrente Líquida
Rótulo: Padrao

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre
	Valor até o Bimestre/Semestre
Receita Corrente Líquida	
Receita Corrente Líquida	

Grupo: Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Tabela: Resumo dos Limites
Rótulo: Padrao

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites		
Despesa com Pessoal		
Despesa com Pessoal		
Despesa Total com Pessoal - DTP	31.871.851,53	50,50
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	37.869.654,80	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	35.976.172,06	57,00
Dívida Consolidada		
Dívida Consolidada		
Dívida Consolidada Líquida	-10.025.054,41	-15,88
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	75.739.309,60	120,00
Garantias de Valores		
Garantias de Valores		
Total das Garantias Concedidas	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.885.540,09	22,00
Operações de Crédito		
Operações de Crédito		
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	10.098.574,61	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.418.126,39	7,00

Grupo: Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Tabela: Restos a Pagar
Rótulo: Padrao

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar		
Restos a Pagar		
Restos a Pagar		
Valor Total	12.949.827,50	10.762.328,57

Grupo: Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores

Notas Explicativas	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

CONTABILIDADE
RGF-ANEXO 02

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 2º quadrimestre

Grupo: Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios
Tabela: Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Rótulo: Padrão

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	4,362,982.70	4,108,208.65	3,854,873.13	0.00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	0.00	0.00	0.00	0.00
Interna				
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos				
Outras Dívidas	4,362,982.70	4,108,208.65	3,854,873.13	
DEDUÇÕES (II)	12,427,379.23	15,022,656.67	13,879,927.54	0.00
Disponibilidade de Caixa Bruta	12,564,073.72	16,275,547.50	15,504,326.14	
Demais Haveres Financeiros	0.00	16,339.65	16,339.65	
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	136,694.49	1,269,230.48	1,640,738.25	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-8,064,396.53	-10,914,448.02	-10,025,054.41	0.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54,693,971.12	59,088,356.54	63,116,091.33	0.00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	7.98	6.95	6.11	
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-14.74	-18.47	-15.88	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	65,632,765.34	70,906,027.85	75,739,309.60	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	59,069,488.81	63,815,425.07	68,165,378.64	
Detalhamento da Dívida Contratual				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0.00	0.00	0.00	0.00
DÍVIDA DE PPP (V)				
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0.00	0.00	0.00	0.00
De Tributos				
De Contribuições Sociais	0.00	0.00	0.00	0.00
Previdenciárias				
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0.00	0.00	0.00	0.00
Interna				
Externa				
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)				
Outros Valores Não Integrantes da DC				
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0.00	0.00	0.00	0.00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	0.00	0.00	0.00	0.00
Insuficiência Financeira				
Depósitos	1,600.00	574,618.80	663,744.60	
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	3,085,575.95	18,991,967.04	15,387,342.22	
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Consolidada Previdenciária				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0.00	0.00	0.00	0.00
Passivo Atuarial				
Demais Dívidas				
DEDUÇÕES (X)	14,578,065.19	15,711,546.02	17,237,890.59	
Disponibilidade de Caixa Bruta	4,263.04	6,357.20	6,328.15	
Investimentos	14,573,802.15	15,705,188.82	17,231,562.44	
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados				
Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada	0.00	27,904.56	13,314.29	
DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-14,578,065.19	-15,711,546.02	-17,237,890.59	0.00

Grupo: Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrão

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	

Notas Explicativas	

Grupo: Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios
Tabela: Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida
Rótulo: Padrao

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida												
Valores Percentuais												

Grupo: Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

Grupo: Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios
Tabela: Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro
Rótulo: Padrao

Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício	Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro

Financeiro	Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro
	% da DCL sobre a RCL
2001 - 3º Quadrimestre	
DCL	
Excedente	
Redutor	
% Limite de Endividamento	
2002 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2003 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2004 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2005 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2006 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2007 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2008 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2009 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2010 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2011 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2012 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2013 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2014 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2015 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2016 - Quadrimestre	
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	

Grupo: Tabela 2,2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	

Notas Explicativas

CONTABILIDADE
RGF-ANEXO 04

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 2º quadrimestre

Grupo: Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios
Tabela: Operações de Crédito
Rótulo: Padrao

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito		
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP		
Demais Aquisições Financiadas		
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receita		
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Outras Operações de Crédito		
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos		
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal Financeira e Patrimonial		
Programa de Iluminação Pública - RELUZ		
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite		

Grupo: Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios
Tabela: Apuração do Cumprimento dos Limites
Rótulo: Padrao

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	63.116.091,33	
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)		
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	10.098.574,61	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	9.088.717,15	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	4.418.126,39	7,00

TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)		

Grupo: Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

CONTABILIDADE
RREO-ANEXO 04 - RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: BIMESTRAL
Período: 4º bimestre

Grupo: Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Tabela: Receitas
Rótulo: Padrao

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.804.120,00	1.804.120,00	2.246.989,48	2.274.297,93
RECEITAS CORRENTES	1.804.120,00	1.804.120,00	2.246.989,48	2.274.297,93
Receita de Contribuições dos Segurados	913.720,00	913.720,00	762.589,75	696.541,23
Pessoal Civil	913.720,00	913.720,00	762.589,75	696.541,23
Ativo	913.720,00	913.720,00	762.589,75	696.541,23
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	890.400,00	890.400,00	1.484.399,73	1.574.006,94
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	890.400,00	890.400,00	1.484.399,73	1.574.006,94
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	3.749,76
Compensações Previdenciárias do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	3.749,76
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.232.860,00	1.232.860,00	1.303.802,89	1.198.206,39
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.036.980,00	3.036.980,00	3.550.792,37	3.472.504,32

Grupo: Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Tabela: Despesas
Rótulo: Padrao

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas								

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.920.299,20	1.920.299,20	945.245,55	0,00	931.931,26	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	63.000,00	63.000,00	29.005,73	0,00	29.005,73	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	48.000,00	48.000,00	29.005,73	0,00	29.005,73	0,00		
Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA	1.857.299,20	1.857.299,20	916.239,82	0,00	902.925,53	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	1.441.600,00	1.441.600,00	666.061,83	0,00	666.061,83	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	909.120,00	909.120,00	472.212,63	0,00	472.212,63	0,00		
Pensões	532.480,00	532.480,00	193.849,20	0,00	193.849,20	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	415.699,20	415.699,20	250.177,99	0,00	236.863,70	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias	415.699,20	415.699,20	250.177,99	0,00	236.863,70	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	1.920.299,20	1.920.299,20	945.245,55	0,00	931.931,26	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.116.680,80	1.116.680,80	2.605.546,82	3.472.504,32	2.618.861,11	3.472.504,32		

Grupo: Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Tabela: Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor
Rótulo: Padrao

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

Grupo: Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Tabela: Reserva Orçamentária do RPPS
Rótulo: Padrao

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	
VALOR	1.132.580,80

Grupo: Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Tabela: Bens e Direitos do RPPS
Rótulo: Padrao

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Bens e Direitos do RPPS		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.328,15	13.200.564,72
INVESTIMENTOS	17.231.562,44	0,00
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00

Grupo: Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Tabela: Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS
Rótulo: Padrao

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS				
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.232.860,00	1.232.860,00	1.303.802,89	1.198.206,39
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	34.300,07
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial				
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				34.300,07
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	1.232.860,00	1.232.860,00	1.303.802,89	1.163.906,32
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	1.232.860,00	1.232.860,00	1.303.802,89	1.198.206,39

Grupo: Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Tabela: Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS
Rótulo: Padrao

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS								
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)								

Grupo: Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	

Notas Explicativas	

CONTABILIDADE
RREO-ANEXO 05

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: BIMESTRAL
Período: 4º bimestre

Grupo: Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal
Tabela: Dívida Fiscal Líquida
Rótulo: Padrao

Dívida Fiscal Líquida	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida			
Dívida Consolidada (I)	4.362.982,70	3.978.553,56	3.854.873,13
DEDUÇÕES (II)	12.427.379,23	17.297.421,69	13.879.927,54
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.564.073,72	17.887.988,65	15.504.326,14
Demais Haveres Financeiros	0,00	16.339,65	16.339,65
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	136.694,49	606.906,61	1.640.738,25
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	-8.064.396,53	-13.318.868,13	-10.025.054,41
Receita de Privatizações (IV)			
Passivos Reconhecidos (V)			
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	-8.064.396,53	-13.318.868,13	-10.025.054,41

Grupo: Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Tabela: Resultado Nominal
Rótulo: Padrao

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
Resultado Nominal		
VALOR	3.293.813,72	-1.960.657,88

Grupo: Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal
Tabela: Discriminação da Meta Fiscal
Rótulo: Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	0,00

Grupo: Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal
Tabela: Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária
Rótulo: Padrao

Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária			
Dívida Consolidada Previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)	14.578.065,19	16.647,95	17.237.890,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.263,04	11.792,84	6.328,15
Investimentos	14.573.802,15	16.636.036,11	17.231.562,44
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (IX) = (VII - VIII)	-14.578.065,19	-16.647,95	-17.237.890,59
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI) = (IX - X)	-14.578.065,19	-16.647,95	-17.237.890,59

Grupo: Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

CONTABILIDADE
RREO-ANEXO 06

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: BIMESTRAL
Período: 4º bimestre

Grupo: Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios
Tabela: Receitas Primárias
Rótulo: Padrao

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Primárias			
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	64.205.356,91	41.332.967,70	36.423.857,60
Receitas Tributárias	7.672.028,06	8.040.660,11	6.002.325,82
IPTU	1.550.000,00	2.153.388,28	1.482.301,60
ISS	3.042.028,06	2.478.295,48	2.304.395,75
ITBI	1.200.000,00	1.953.349,77	1.127.865,67
IRRF	1.400.000,00	1.082.729,04	792.152,05
Outras Receitas Tributárias	480.000,00	372.897,54	295.610,75
Receitas de Contribuições	3.006.516,82	2.330.601,37	2.372.990,69
Receitas Previdenciárias	2.146.580,00	2.066.392,64	1.894.747,62
Outras Receitas de Contribuições	859.936,82	264.208,73	478.243,07
Receita Patrimonial Líquida	0,00	4.286,00	0,00
Receita Patrimonial	1.395.994,66	2.171.317,52	2.030.950,98
(-) Aplicações Financeiras	1.395.994,66	2.167.031,52	2.030.950,98
Transferências Correntes	48.743.261,57	28.068.756,17	24.943.080,62
Cota-Parte do FPM	9.655.354,00	6.342.002,37	5.878.694,82
Cota-Parte do ICMS	11.862.567,86	6.159.144,86	6.016.475,56
Cota-Parte do IPVA	1.837.044,00	1.629.056,53	1.377.128,09
Convênios	212.527,05	159.264,75	333.793,96
Outras Transferências Correntes	25.175.768,66	13.779.287,66	11.336.988,19
Demais Receitas Correntes	4.783.550,46	2.888.664,05	3.105.460,47
Dívida Ativa	567.880,56	470.355,08	689.362,69
Diversas Receitas Correntes	4.215.669,90	2.418.308,97	2.416.097,78
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17.135.911,12	6.189.626,27	5.218.703,48
Operações de Crédito (III)	10.600,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	690.311,12	2.487.639,49	605.329,31
Transferências de Capital	16.435.000,00	3.701.986,78	4.613.374,17
Convênios	16.185.000,00	3.701.986,78	4.613.374,17
Outras Transferências de Capital	250.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	16.435.000,00	3.701.986,78	4.613.374,17
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	80.640.356,91	45.034.954,48	41.037.231,77

Grupo: Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios
Tabela: Despesas Primárias
Rótulo: Padrao

Despesas Primárias	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		DESPESAS LIQUIDADAS		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas Primárias							
DESPESAS CORRENTES (VIII)	62.417.034,70	43.783.470,90	39.252.956,49	37.094.592,03	33.891.177,39	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	34.868.585,30	21.634.355,36	18.478.726,58	20.931.041,62	18.459.483,52		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	323.001,18	0,00	197.501,19		
Outras Despesas Correntes	27.548.449,40	22.149.115,54	20.451.228,73	16.163.550,41	15.234.192,68		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	62.417.034,70	43.783.470,90	38.929.955,31	37.094.592,03	33.693.676,20	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	23.184.187,15	14.787.345,69	15.672.548,83	8.513.082,77	9.294.603,36	0,00	0,00
Investimentos	20.486.876,35	13.643.108,61	15.177.001,84	7.654.806,56	8.799.056,37		
Inversões Financeiras	1.111.910,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras	1.111.910,80	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida (XIV)	1.585.400,00	1.144.237,08	495.546,99	858.276,21	495.546,99		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	21.598.787,15	13.643.108,61	15.177.001,84	7.654.806,56	8.799.056,37	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	76.770,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	84.092.591,85	57.426.579,51	54.106.957,15	44.749.398,59	42.492.732,57	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.452.234,94	-12.391.625,03	-13.069.725,38	285.555,89	-1.455.500,80		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

Grupo: Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios
Tabela: Discriminação da Meta Fiscal
Rótulo: Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O	0,00

Grupo: Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

CONTABILIDADE
RREO-ANEXO 07

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: BIMESTRAL
Período: 4º bimestre

Grupo: Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios
Tabela: Poder/Orgão
Rótulo: Padrao

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	136.694,49	136.694,49	0,00	0,00	0,00	3.085.575,95	648.061,23	648.061,23	0,00	2.437.514,72	2.437.514,72
PODER EXECUTIVO	0,00	136.694,49	136.694,49	0,00	0,00	0,00	3.085.575,95	648.061,23	648.061,23	0,00	2.437.514,72	2.437.514,72
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	136.694,49	136.694,49	0,00	0,00	0,00	3.085.575,95	648.061,23	648.061,23	0,00	2.437.514,72	2.437.514,72

Grupo: Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

CONTABILIDADE
RREO-ANEXO 13

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
VERSÃO: v3
VIGÊNCIA: 09/03/2015

Ente: 5100201 - Água Boa/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10569 - Prefeitura Municipal de Água Boa - MT
Exercício: 2015
Periodicidade: BIMESTRAL
Período: 4º bimestre

Grupo: Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
Tabela: Especificação de PPP
Rótulo: Padrao

Especificação de PPP	Especificação de PPP			
	Saldo Exercício / 2014	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre	
Especificação de PPP				
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

Grupo: Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
Tabela: Despesas de PPP do Ente Federado
Rótulo: Do Ente Federado

Despesas de PPP do Ente Federado	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

Grupo: Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
Tabela: Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes
Rótulo: Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

Grupo: Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
Tabela: Total das Despesas de PPP
Rótulo: Padrao

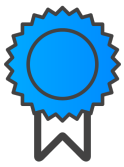
Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)											

Grupo: Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
Tabela: Notas Explicativas
Rótulo: Padrao

Notas Explicativas	Valores

Notas Explicativas	31/08/2015
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Oct 14 22:32:14 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)